

Wilian Padilha

**CAPITAL FINANCEIRO E COOPERATIVISMO
AGROPECUÁRIO NA REGIÃO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Coorientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Padilha, Wilian

Capital financeiro e cooperativismo agropecuário na Região Sul / Wilian Padilha ; orientador, Carlos José Espíndola, coorientador, Marlon Clovis Medeiros, 2019.

459 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Cooperativas agropecuárias. 3. Capital financeiro. 4. Região Sul. I. Espíndola, Carlos José. II. Medeiros, Marlon Clovis. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

Wilian Padilha

**Capital financeiro e cooperativismo agropecuário na
Região Sul**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

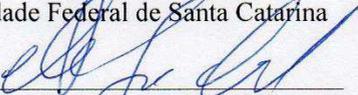
Florianópolis, 20 de março de 2019.

Profa. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
Coordenadora do PPGG/UFSC

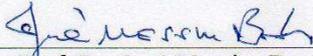
Banca Examinadora:



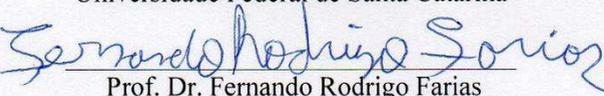
Profr. Dr. Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina



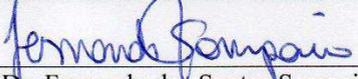
Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Por colocarem sua fé em mim. Por me apoiaram em tudo que fiz e de todas as formas a eles possíveis. Por estarem junto a mim, mesmo distantes. Dedico meus esforços aos meus avós Lúcia e Marino (*in memoriam*). Uma pena não ter tido tempo para lhe explicar a diferença entre Doutor e Médico, vô!

AGRADECIMENTOS

Nos últimos quatro anos, dediquei-me à difícil tarefa da pesquisa científica, na qual não teria êxito sem a contribuição de algumas pessoas. Por conseguinte, gostaria de registrar aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que apoiaram, direta ou indiretamente, este trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, aos orientadores, Carlão e Marlon, que me conduziram no caminho da ciência e, mais que professores, foram mestres e amigos.

Estendo minha gratidão aos amigos da academia, Patrícia, Roberto, Adriano, Fernando Sampaio, Helton, Messias, Juvenir e aos demais colegas do grupo de pesquisa e, em especial, aos conterrâneos do sudoeste do Paraná, Farias, João e Pablo.

Obrigado ao amigo de longa data Júlio, que me ajudou no estudo da contabilidade e aos novos amigos que fiz em Florianópolis, Mari, Adriel, Dani e Maurício, pelo companheirismo e diversão no período em que residi na ilha.

Agradeço aos colaboradores das cooperativas agropecuárias que me receberam em suas respectivas instituições cedendo-me importantes informações à pesquisa. Igualmente, lembro-me de Samuel da OCEPAR e Tiago do BRDE, que me acompanham desde o mestrado e também disponibilizaram dados para o trabalho de doutorado.

Recordo-me dos colegas e amigos do Instituto Federal do Paraná e da própria entidade, que permitiu afastar-me das obrigações de docente para dedicar-me integralmente à tese, nos anos finais da pesquisa. Do mesmo modo, reconheço a CAPES pelo auxílio financeiro no início do trabalho.

Minha gratidão aos professores da banca de qualificação e defesa, por seu empenho em ler e contribuir para a pesquisa.

Agradeço à Moema pela revisão ortográfica e gramatical do texto.

Finalmente, agradeço aos meus pais, Joel e Joice, meu irmão, Tiago, e à toda a família, que sempre me apoiou nos estudos. Não posso deixar de agradecer, particularmente, a minha companheira Dionara, que está comigo desde o primeiro ano da graduação e enfrentou ao meu lado as coisas boas e ruins de uma vida dedicada à ciência. Te amo!

RESUMO

A partir dos anos 2000, o cooperativismo agropecuário brasileiro iniciou uma nova etapa de desenvolvimento, com ampliação produtiva, social e territorial. O crescimento geoeconômico do setor ocorreu principalmente na Região Sul do país e, com maior intensidade, nas grandes cooperativas agroindustriais. Dos fatores que alavancaram o cooperativismo neste contexto, a relação estabelecida com o capital financeiro público e privado foi determinante. A integração com as políticas de crédito e mercado financeiro possibilitou às cooperativas ampliarem suas capacidades de investimento, produção e comércio e, por consequência, ascender ao patamar de grandes empresas do agronegócio nacional. Diante disso, o objetivo da tese foi determinar a importância do capital financeiro público e das estratégias de financeirização na expansão econômica, produtiva e socioespacial das maiores cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil após 2000.

Palavras-chave: Cooperativas agropecuárias. Capital financeiro. Região Sul. Financeirização. Políticas de crédito.

ABSTRACT

In the 2000s, Brazilian agricultural cooperatives started a new stage of development, with productive, social and territorial expansion. The geoeconomic growth of the sector occurred mainly in the South region and with greater intensity in the large agribusiness cooperatives. Of the factors that have leveraged cooperativism in this context, the relationship established with public and private capital financial was determinant. The integration with credit policies and the financial market made possible cooperatives to expand their investment, production and trade capacity and consequently they reach the level of large national agribusiness companies. The purpose of the thesis was to determine the importance of public financial capital and financialization strategies in the economic, productive and socio-spatial expansion of the largest agricultural cooperatives in the South region of Brazil after 2000.

Keywords: Agricultural cooperatives. Financial capital. South region. Financialization. Credit policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Evolução da composição do faturamento em cada cooperativa agropecuária.....	252
Figura 02. Organograma dos investimentos e participações das maiores cooperativas da Região Sul em outras sociedades em 2017.....	352

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Principais investimentos da Cooperalfa de 2000 a 2017..	285
Quadro 02. Principais investimentos da Aurora de 2000 a 2017.....	291
Quadro 03. Principais investimentos da C.Vale de 1997 a 2018.....	297
Quadro 04. Principais investimentos da Coopavel de 2000 a 2018....	302
Quadro 05. Principais investimentos da Lar de 2000 a 2018.....	307
Quadro 06. Principais investimentos da Castrolanda e Frísia de 2000 a 2017.....	318
Quadro 07. Principais investimentos da Agrária de 2000 a 2017.....	323
Quadro 08. Principais investimentos da Coamo de 2000 a 2018.....	329
Quadro 09. Principais investimentos da Cocamar de 1998 a 2017....	334

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias – 1970 a 1989.....	71
Tabela 02. Cooperativas agropecuárias e produtores associados no Brasil – 1940 a 2000.....	73
Tabela 03. Cooperativas agropecuárias e produtores associados no Sul – 1940 a 1975.....	75
Tabela 04. Crédito rural às cooperativas agropecuárias da Região Sul – 1970 a 1990.....	80
Tabela 05. Crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias – 1980 a 1999.....	84
Tabela 06. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Brasil entre 2000 e 2015.....	91
Tabela 07. Evolução da capacidade estática de armazenagem – Total do Brasil e das cooperativas agropecuárias (em toneladas).....	94
Tabela 08. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Paraná – 2000 a 2015.....	96
Tabela 09. Evolução do faturamento bruto e participação das cooperativas no PIB agropecuário do Paraná – 2000 a 2015.....	98
Tabela 10. Participação das cooperativas na produção agropecuária paranaense – 1999 e 2015.....	100
Tabela 11. Evolução da capacidade industrial das cooperativas do Paraná – 1999 e 2015.....	102
Tabela 12. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário em Santa Catarina – 2000 a 2016.....	105
Tabela 13. Evolução do faturamento das cooperativas agropecuárias de Santa Catarina.....	106
Tabela 14. Produção agrícola das cooperativas de Santa Catarina – 2000 a 2015.....	108
Tabela 15. Produção pecuária das cooperativas de Santa Catarina – 2000 a 2015.....	109
Tabela 16. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Rio Grande do Sul – 2000 a 2015.....	111
Tabela 17. Faturamento bruto e participação das cooperativas no PIB agropecuário do Rio Grande do Sul – 2010 a 2015.....	113
Tabela 18. Produção agrícola das cooperativas do Rio Grande do Sul – 2000 a 2016.....	115

Tabela 19. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR – 2000 a 2015.....	122
Tabela 20. Evolução dos financiamentos do PRONAF – 2000 a 2014.....	126
Tabela 21. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR em cooperativas – 2000 a 2015.....	128
Tabela 22. Crédito destinado às cooperativas agropecuárias por finalidade – 2000 a 2015.....	130
Tabela 23. Distribuição do crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias por estado – 2000 a 2015.....	132
Tabela 24. Programação dos recursos financeiros para o RECOOP... 141	
Tabela 25. Evolução dos recursos financeiros do RECOOP – 1999 a 2003.....	142
Tabela 26. Contratações do RECOOP por estado e agentes financeiros.....	145
Tabela 27. Recursos do RECOOP aplicados pelo BRDE por finalidade – 2000 a 2003.....	147
Tabela 28. Contratações do RECOOP realizadas pelo BRDE por estado.....	148
Tabela 29. Evolução dos dados técnicos do PRODECOOP – 2002 a 2015.....	152
Tabela 30. Evolução dos recursos aplicados pelo PRODECOOP – 2003 a 2015.....	154
Tabela 31. Distribuição dos recursos do PRODECOOP por estado – 2003 a 2015.....	158
Tabela 32. Evolução dos dados técnicos do PROCAP-AGRO – 2009 a 2015.....	166
Tabela 33. Evolução dos recursos aplicados pelo PROCAP-AGRO – 2010 a 2015.....	167
Tabela 34. Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por estado – 2010 a 2015.....	171
Tabela 35. Investimentos agropecuários realizados pelo BNDES e SNCR – 2000 a 2015.....	176
Tabela 36. Valores aplicados pelo BNDES em cooperativas agropecuárias – 2003 a 2015.....	178
Tabela 37. Valores totais financiados pelo BRDE – 2000 a 2015.....	181
Tabela 38. Empréstimos do BRDE às cooperativas dos estados da Região Sul – 2000 a 2015.....	182
Tabela 39. Desembolsos do BRDE nos programas de financiamento às cooperativas – 2000 a 2015	185

Tabela 40. Características da origem das cooperativas agropecuárias selecionadas.....	189
Tabela 41. Evolução do número de produtores associados às cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015...	199
Tabela 42. Evolução do número de empregados das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015.....	202
Tabela 43. Evolução da produção da Coamo – 2000 e 2015.....	224
Tabela 44. Evolução da produção da Copacol – 2000 e 2015.....	225
Tabela 45. Evolução da produção da Integrada – 2000 e 2015.....	225
Tabela 46. Evolução da produção da C.Vale – 2000 e 2015.....	226
Tabela 47. Evolução da produção da Lar – 2000 e 2015.....	227
Tabela 48. Evolução da produção da Cooperalfa – 2000 e 2015.....	228
Tabela 49. Evolução da produção da Frimesa – 2000 e 2015.....	228
Tabela 50. Evolução da produção da Castrolanda – 2000 e 2015.....	229
Tabela 51. Evolução da produção da Frísia – 2000 e 2015.....	230
Tabela 52. Evolução da produção da Coopavel – 2000 e 2015.....	231
Tabela 53. Evolução da produção da Cocamar – 2000 e 2015.....	232
Tabela 54. Evolução da produção da Agrária – 2000 e 2015.....	233
Tabela 55. Evolução da produção da Aurora – 2005 e 2015.....	234
Tabela 56. Evolução do faturamento bruto das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015.....	246
Tabela 57. Evolução do ativo total das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015.....	255
Tabela 58. Evolução do ativo imobilizado das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015.....	256
Tabela 59. Evolução dos investimentos das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015.....	258
Tabela 60. Patrimônio líquido das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015.....	260
Tabela 61. Recursos contratados pelas cooperativas em operações diretas e indiretas com o BNDES – 2000 a 2016.....	266
Tabela 62. Evolução dos financiamentos das cooperativas com políticas públicas – 2003 a 2016.....	268
Tabela 63. Financiamentos públicos das cooperativas por finalidade – 2003 a 2016.....	272
Tabela 64. Participação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO nos financiamentos das cooperativas com o BNDES – 2003 a 2016.....	274
Tabela 65. Financiamento das cooperativas com recursos do BNDES por instituição financeira – 2003 a 2016.....	276

Tabela 66. Composição dos financiamentos públicos da Cooperalfa – 2003 a 2015.....	281
Tabela 67. Composição dos financiamentos públicos da C.Vale – 2000 a 2017.....	293
Tabela 68. Composição dos financiamentos públicos da Coopavel – 2005 a 2017.....	299
Tabela 69. Composição dos financiamentos públicos da Lar – 2000 a 2017.....	304
Tabela 70. Composição dos financiamentos públicos da Frísia – 2000 a 2017.....	312
Tabela 71. Composição dos financiamentos públicos da Castrolanda – 2000 a 2017.....	314
Tabela 72. Composição dos financiamentos públicos da Agrária – 2016 e 2017.....	321
Tabela 73. Composição dos financiamentos públicos da Cocamar – 2000 a 2017.....	333
Tabela 74. Investimentos das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul em outras sociedades – 2005 a 2017.....	343
Tabela 75. Ativos financeiros das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul – 2006 a 2017.....	359
Tabela 76. Receitas financeiras das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul – 2008 a 2017.....	366
Tabela 77. Contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> agrícolas e dólares da Cocamar – 2008 a 2017.....	378
Tabela 78. Quantidade dos contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> e moeda da Aurora – 2009 a 2016.....	382
Tabela 79. Valor dos contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> e moeda da Aurora – 2009 a 2016.....	382
Tabela 80. Contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> e moedas da Cooperalfa – 2007 a 2017.....	382
Tabela 81. Indicadores socioeconômicos do cooperativismo agropecuário nacional e das maiores cooperativas da Região Sul – 2000 e 2015.....	401
Tabela 82. Capacidade financeira das maiores cooperativas agropecuárias do Sul – 2017.....	406

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Áreas de colonização dos imigrantes e as primeiras cooperativas agropecuárias no sul do Brasil.....	57
Mapa 02. Áreas de colonização dos imigrantes e as sedes das atuais cooperativas agropecuárias no sul do Brasil.....	61
Mapa 03. Localização das sedes das cooperativas agropecuárias do Paraná – 2015.....	104
Mapa 04. Localização das sedes cooperativas agropecuárias de Santa Catarina – 2016.....	110
Mapa 05. Localização das sedes das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul – 2015.....	117
Mapa 06. Distribuição do crédito rural para cooperativas por estado – 2000 a 2015.....	134
Mapa 07. Distribuição dos recursos PRODECOOP por estado – 2000 a 2015.....	161
Mapa 08. Distribuição dos recursos PROCAP-AGRO por estado – 2010 a 2015.....	172
Mapa 09. Investimentos agropecuários do BNDES por estado – 2000 a 2015.....	177
Mapa 10. Distribuição dos recursos BNDES para cooperativas por estado – 2000 a 2015.....	179
Mapa 11. Áreas de colonização dos imigrantes e local de fundação das atuais maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul.....	190
Mapa 12. Evolução do território de atuação da Cooperalfa – 2000 e 2015.....	208
Mapa 13. Evolução do território de atuação da Aurora – 2000 e 2015.....	209
Mapa 14. Evolução do território de atuação da Frimesa – 2000 e 2015.....	210
Mapa 15. Evolução do território de atuação da Castrolanda – 2000 e 2015.....	211
Mapa 16. Evolução do território de atuação da Frísia – 2000 e 2015.....	212
Mapa 17. Evolução do território de atuação da Lar – 2000 e 2015.....	213
Mapa 18. Evolução do território de atuação da Coopavel – 2000 e 2015.....	214
Mapa 19. Evolução do território de atuação da Integrada – 2000 e 2015.....	215
Mapa 20. Evolução do território de atuação da Agrária – 2000 e 2015.....	216

Mapa 21. Evolução do território de atuação da Cocamar – 2000 e 2015.....	217
Mapa 22. Evolução do território de atuação da Coamo – 2000 e 2015.....	218
Mapa 23. Evolução do território de atuação da C.Vale – 2000 e 2015.....	219
Mapa 24. Evolução do território de atuação da Copacol – 2000 e 2015.....	220
Mapa 25. Território de atuação das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2015.....	222
Mapa 26. Distribuição espacial dos investimentos das treze maiores cooperativas da Região Sul com financiamento público entre 2003 e 2017.....	337

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR por finalidade – 1995 a 2015.....	123
Gráfico 02. Distribuição do crédito rural para cooperativas por região – 2000 a 2015.....	135
Gráfico 03. Percentual de aplicações dos recursos programados para o PRODECOOP – 2002 a 2015.....	156
Gráfico 04. Distribuição dos recursos do PRODECOOP por região – 2003 a 2015.....	162
Gráfico 05. Percentual de aplicação dos recursos programados para o PROCAP-AGRO – 2010 a 2015.....	168
Gráfico 06. Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por região – 2003 a 2015.....	173
Gráfico 07. Participação dos estados sulistas nos desembolsos do BRDE para cooperativas – 2000 e 2015.....	184
Gráfico 08. Produção de leite das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	235
Gráfico 09. Produção de suínos das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	236
Gráfico 10. Produção de aves das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	237
Gráfico 11. Produção de soja das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	241
Gráfico 12. Produção de milho das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	242
Gráfico 13. Produção de trigo das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015.....	243
Gráfico 14. Capacidade de armazenagem das cooperativas selecionadas – 2000 e 2015.....	244
Gráfico 15. Composição do faturamento das cooperativas agropecuárias.....	250
Gráfico 16. Financiamentos de ativos fixos realizados pela Aurora – 2005 a 2016.....	288
Gráfico 17. Financiamentos de ativos fixos realizados pela Coamo – 2000 a 2017.....	326

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACC – Antecipação de Contrato de Câmbio
ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues
AGF – Aquisições do Governo Federal
BACEN – Banco Central do Brasil
BB – Banco do Brasil
BBM – Bolsa Brasileira de Mercadorias
BCB – Banco Central do Brasil
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CBOT – Chicago Board of Trade
CDB – Certificado de Depósitos Bancário
CDI – Certificado de Depósito Interbancário
CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFP – Companhia de Fomento do Paraná
CMG – Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPR – Cédula do Produtor Rural
CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FSE – Formação Sócio-Espacial
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LCA – Letra de Comércio Agrícola
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR – Manual do Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NCE – Nota de Crédito à Exportação
NORCOOP – Projeto Norte de Cooperativas
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCERGS – Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PAP – Plano Agrícola e Pecuário
PCA – Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PDC – Plano de Desenvolvimento Cooperativo
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Iguazu de Cooperativas
PGPM – Política de Garantia dos Preços Mínimos
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSI – Programa de Sustentação de Investimento
RECOOP – Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STN – Secretária do Tesouro Nacional
SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativas
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
UBL – Unidade de Beneficiamento de Leite
UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes
UPL – Unidade Produtora de Leitões
UPLD – Unidade Produtora de Leitões Desmamados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO I. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, CICLOS ECONÔMICOS E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NA REGIÃO SUL DO BRASIL	51
1.1 Formação Sócio-Espacial e a gênese do cooperativismo agropecuário na Região Sul.....	52
1.2 O cooperativismo agropecuário e a aproximação do Estado (1930-1950).....	61
1.3 O cooperativismo agropecuário e a modernização da agricultura (1950-1970).....	66
1.4 A crise do cooperativismo agropecuário nas décadas de 1980 e 1990.....	82
1.5 O cooperativismo agropecuário brasileiro e da Região Sul nos anos 2000.....	89
1.5.1 O cooperativismo agropecuário paranaense.....	96
1.5.2 O cooperativismo agropecuário catarinense.....	104
1.5.3 O cooperativismo agropecuário gaúcho.....	110
1.6 Conclusão.....	117
CAPÍTULO II. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NOS ANOS 2000	119
2.1 O Sistema Nacional de Crédito Rural nos anos 2000.....	120
2.2 O Sistema Nacional de Crédito Rural e as cooperativas agropecuárias.....	127
2.3 Os novos programas de crédito específicos para o cooperativismo agropecuário.....	136
2.3.1 RECOOP: Saneamento financeiro, modernização produtiva e gerencial.....	136
2.3.2 PRODECOOP: Ampliação e modernização produtiva e comercial.....	150
2.3.3 PROCAP-AGRO: Capitalização e organização financeira.....	163

2.4 BNDES e BRDE e o financiamento das cooperativas brasileiras..	174
2.5 Conclusão.....	186
CAPÍTULO III. DINÂMICA GEOECONÔMICA DAS MAIORES COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO SUL NOS ANOS 2000.....	187
3.1 Gênese e evolução das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil.....	188
3.2 Crescimento socioespacial das maiores cooperativas regionais nos anos 2000.....	198
3.3 Estrutura e evolução da produção das maiores cooperativas regionais nos anos 2000.....	223
3.4 Dinâmica econômica e financeira das maiores cooperativas regionais nos anos 2000.....	244
3.5 Conclusão.....	261
CAPÍTULO IV. O CAPITAL FINANCEIRO PÚBLICO E AS ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DAS MAIORES COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS.....	263
4.1 O BNDES e as maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul.....	264
4.2 O crédito público e a expansão geoeconômica das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul.....	279
4.2.1 Cooperalfa.....	280
4.2.2 Aurora.....	286
4.2.3 C.Vale.....	292
4.2.4 Coopavel.....	298
4.2.5 Lar.....	303
4.2.6 Castrolanda e Frísia.....	309
4.2.7 Agrária.....	320
4.2.8 Coamo.....	325
4.2.9 Cocamar.....	331
4.3 Conclusão.....	337

CAPÍTULO V. AS ESTRATÉGIAS DE FINANCEIRIZAÇÃO DAS MAIORES COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO SUL.....	339
5.1 Investimentos em outras sociedades, ativos financeiros e lucros financeiros.....	340
5.2 Mercado futuro de <i>commodities</i> agrícolas e moedas.....	371
5.3 Títulos financeiros do agronegócio.....	390
5.4 Concentração de capitais e monopólio no cooperativismo agropecuário brasileiro.....	399
5.5 Conclusão.....	409
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	411
REFERÊNCIAS	421

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente tese é determinar a importância do capital financeiro público e das estratégias de financeirização no crescimento econômico, produtivo e socioespacial das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil, a partir dos anos 2000.¹

As cooperativas agropecuárias executaram, ao longo do processo histórico mundial, um significativo papel no desenvolvimento socioeconômico do campo. As primeiras cooperativas surgiram no início do século XIX, na Inglaterra, no decurso da Primeira Revolução Industrial, como uma adaptação às novas relações de capital e trabalho, devido à forte difusão dos novos meios de produção e à nova organização do sistema de trabalho. Ainda naquele século, seguindo o processo de modernização da agricultura, surgiram as primeiras cooperativas de produtores rurais na Alemanha, com o propósito de integrar os agricultores ao moderno sistema produtivo, passando da produção isolada para a associada e, obtendo com isso, benefícios no comércio e no crédito.²

Atualmente, as cooperativas agropecuárias estão presentes em todo o globo, destacando-se na produção alimentar, agroindustrialização e geração de riqueza, especialmente nos EUA, Europa, Japão e Brasil. Em 2012, as cem maiores cooperativas alimentares do mundo tiveram receitas de 382 bilhões de euros (BEKKUM, 2012).

No Brasil, as cooperativas apareceram no meio rural no início do século XX, nas áreas de colonização europeia e japonesa das Regiões Sul e Sudeste do país. Os imigrantes possuíam conhecimento sobre associativismo, o que facilitou a criação das primeiras cooperativas, cujo

¹ Entende-se como *capital financeiro público* as políticas de crédito rural e agroindustrial para comercialização, custeio e investimento oriundas no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e os programas de financiamento conduzidos por bancos oficiais, como o BNDES. A *financeirização* corresponde à aproximação do setor com os instrumentos, estratégias e agentes do mercado financeiro, representado por Bolsas de Valores e Mercados Futuros, com finalidade de captar recursos, negociar títulos e *derivativos* à futuro, garantir preços das *commodities* e moedas ou para especulação.

² A Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos é considerada a primeira cooperativa do mundo, fundada em 1844 por 28 operários de vários ofícios, maioria tecelões, na cidade de Manchester, Inglaterra. Robert Owen (1771-1858), destaca-se como o idealizador do modelo de associação como solução para problemas sociais adotado pelos pioneiros de Rochdale (DENACOO, 2006; SINGER, 2002; KAUTSKY, 1985).

objetivo era melhorar a condição de vida e garantir acesso dos sócios aos insumos para a lavoura e ao mercado consumidor para seus produtos.

No período de modernização agrícola, as organizações cooperativas atuaram na difusão das novas técnicas, tecnologias e do crédito rural, inserindo um grande número de produtores na nova dinâmica capitalista da agricultura. As décadas de 1960 e 1970 foram o momento auge do cooperativismo agropecuário brasileiro, quando o setor, apoiado pelo Estado, exibiu grande expansão territorial e industrial. Na década de 1970, por exemplo, dos R\$ 1 trilhão aplicado no crédito rural oficial, R\$ 140 bilhões foram direcionados às cooperativas (BCB, 1979).³

Nos anos noventa, com a recessão econômica no plano interno e externo e a emergência das políticas neoliberais no país, o cooperativismo rural enfrentou dificuldades com a retração do mercado consumidor interno e das exportações, falta de crédito e endividamento, problemas que foram acentuados pela ineficaz gestão de capital em algumas cooperativas, configurando o período de crise no setor, com redução de seu poder econômico, produtivo e territorial.

A partir dos anos 2000, as cooperativas iniciaram uma nova etapa de desenvolvimento, com aumento no número de instituições, associados, produção e capacidade de armazenagem, investimentos, faturamento e exportações. Aprofundou-se a integração do setor com o capital produtivo, expandindo as cooperativas agroindustriais por todas as regiões do país.

Entre 2000 e 2015, o número de cooperativas agropecuárias no Brasil cresceu de 1.411 para 1.555, o número de produtores sócios aumentou de 831 mil para 1.016 mil e o número de empregados foi de 108 mil para 188 mil. A participação das cooperativas no PIB agropecuário evoluiu de 38,4% em 2007 para 48% em 2015. No mercado externo, as exportações do ramo cresceram de US\$ 7,8 bilhões nos anos noventa, para US\$ 22,4 bilhões nos anos 2000 e US\$ 33,2 bilhões de 2010 a 2015. A capacidade estática de armazenagem das cooperativas subiu de 87 milhões de toneladas em 2000 para 154 milhões de toneladas em 2016 (OCB, 2015; MDIC, 2016; CONAB, 2016).

A importância do setor na produção agrícola, que na década de noventa havia recuado, voltou a crescer e, de 1996 a 2006, a participação das cooperativas na produção de trigo elevou de 62% para

³ Valores corrigidos – IGP-DI 12/2015.

74%, na soja de 29,4% para 57%, café de 27,9% para 48%, algodão de 39% para 44%, milho de 16,6% para 43%, arroz 11,3% para 35% e feijão de 11,1% para 18% (CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE, 1996/2006).

O desempenho positivo do cooperativismo foi registrado em todo o Brasil, nas escalas local, regional e estadual e em pequenas, médias e grandes instituições. Nesse cenário, o setor passou por um processo de reestruturação produtiva, comercial e financeira, com crescimento geoeconômico expressivo, fazendo com que as empresas cooperativas ganhassem mais espaço no agronegócio brasileiro. Em 2015, das trinta maiores empresas agropecuárias por vendas no Brasil, dezoito eram cooperativas, com um montante de vendas de US\$ 15,8 bilhões (EXAME, 2016).

Dentre as regiões do país, o Sul foi onde o cooperativismo agropecuário demonstrou-se mais avançado. Nessa região, as cooperativas existem desde o início do século passado, tendo origem na formação sócio-espacial da pequena produção mercantil. Nas décadas de sessenta e setenta, as cooperativas assumiram um importante papel na modernização da produção agrícola sulista e na centralização de capital dos pequenos produtores, tornando-se grandes complexos produtivos de capital agroindustrial. Após o período crítico nos anos noventa, as cooperativas regionais apresentaram nova fase de expansão na década de 2000, com aumento na produção agropecuária e industrial e grande expansão territorial, inclusive, migrando para outras regiões brasileiras e países.

Das vinte maiores cooperativas agropecuárias brasileiras, em 2016, dezessete estavam na Região Sul. Em 1998, o número de cooperativas sulistas na lista das vinte maiores do país era doze instituições.⁴

Em 2015, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul somaram 295 cooperativas rurais, 492 mil associados e 118 mil empregados, exportando US\$ 2,7 bilhões no ano. Esses números equivaleram a 12% das cooperativas no Brasil, 49% dos sócios, 72% dos empregados e 51% do total exportado pelo setor no ano.

Além do destaque nacional, regionalmente as cooperativas representaram mais de 50% do PIB agropecuário, com participação

⁴ As dezessete maiores cooperativas da Região Sul em 2016: Coamo, Lar, C.Vale, Cocamar, Agrária, Castrolanda, Integrada, Coopavel, Frísia, Copagril e Coasul do Paraná; Aurora, Cooperalfa, Copédia e CoperAl de Santa Catarina; e Cotrijal e Cotrisal do Rio Grande do Sul (EXAME, 2016).

relevante no comércio e na armazenagem agropecuária, industrialização, distribuição de insumos e no repasse de crédito rural. Em 2015, das cinquenta maiores empresas sulistas, treze eram cooperativas, com faturamento de R\$ 47 bilhões no ano. A receita total das cooperativas agropecuárias sulistas foi de R\$ 95 bilhões em 2015, sendo R\$ 56,5 bilhões das cooperativas paranaenses, R\$ 22 bilhões das cooperativas gaúchas e R\$ 17 bilhões das catarinenses (VALOR, 2016; OCEPAR, 2015; OCERGS, 2015; OCESEC, 2014).

O recente contexto geoeconômico das cooperativas sulistas e brasileiras esteve atrelado à retomada do crescimento econômico nacional após 2003, que, dentre outras coisas, alavancou o consumo interno, expandiu os investimentos em infraestrutura, promoveu redução da inflação e o aumento das exportações do agronegócio. Porém, o fator fundamental para compreender o panorama do setor na última década, em especial das grandes cooperativas agroindustriais, foi a conexão das cooperativas com o capital financeiro público e privado.

Nos anos 2000, o valor aplicado no crédito rural público aumentou consideravelmente, com queda nos juros e ampliação nos prazos de pagamento. O volume de crédito repassado às cooperativas agropecuárias cresceu de R\$ 44,3 bilhões na década de 1990, para R\$ 87 bilhões na década de 2000 e R\$ 132 bilhões de 2010 a 2015. Nesse contexto, também foram gestados programas de financiamento específicos para cooperativas, caso do PRODECOOP em 2003 e do PROCAP-AGRO em 2009, que juntos, aplicaram R\$ 26 bilhões no financiamento do setor entre 2003 e 2015. É importante destacar que a retomada do crédito rural privilegiou recursos para investimento, modalidade de que na década anterior foi praticamente abandonada (BCB, 2015; MAPA, 2016).

A Região Sul concentrou a maior parcela do crédito público. Do valor total destinado às cooperativas agropecuárias entre 2000 e 2015, cerca de 57% foram para instituições da região, somando R\$ 125 bilhões: R\$ 74,9 bilhões no Paraná, R\$ 29,1 bilhões no Rio Grande do Sul e R\$ 21,6 bilhões em Santa Catarina. No PRODECOOP e PROCAP-AGRO, a participação das cooperativas sulista foi ainda maior, 78% do total investido pelas políticas entre 2003 e 2015, obtendo R\$ 9,95 bilhões, sendo R\$ 6,9 bilhões no Paraná, R\$ 1,8 bilhão em Santa Catarina e R\$ 1,2 bilhão no Rio Grande do Sul (BCB, 2015).

Além do maior acesso ao capital financeiro público, retratado pelas políticas de crédito, as cooperativas agropecuárias aproximaram-se gradativamente, nos últimos anos, do mercado financeiro, para aquisição de capital, negociação de ativos e títulos financeiros e comércio de

produtos e moedas no mercado futuro. As estratégias financeiras foram fundamentais para que as cooperativas ingressassem a um novo patamar do agronegócio, cada vez mais submetido à dinâmica e aos agentes financeiros.

Isto posto, a questão principal a ser respondida pela tese é: qual o papel das políticas de crédito e da financeirização na alavancagem geoeconômica das cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil? A partir desta problemática, o objetivo central da pesquisa foi identificar a integração das maiores cooperativas agropecuárias regionais com o capital financeiro após o ano 2000, verificando os desdobramentos na estrutura econômica, produtiva e socioespacial do setor.

Especificamente, analisou-se a evolução das políticas de crédito rural e agroindustrial; a aplicação do crédito entre as cooperativas; os mecanismos privados de financiamento; relação das cooperativas de produtores com o mercado de capitais, bolsa de valores, mercado futuro e seus instrumentos; participação das cooperativas no capital de outras sociedades e finalidades; ligação do setor com bancos públicos e privados, cooperativas centrais e de crédito, *tradings* e fornecedores e a concentração da produção e centralização de capitais no cooperativismo rural. Nas diferentes etapas da pesquisa, buscou-se avaliar os impactos das políticas de crédito rural e da financeirização no progresso geoeconômico e produtivo das cooperativas.

A hipótese sugerida para explicar o dinamismo das cooperativas agroindustriais, a partir de 2000, é que as políticas de crédito, os mecanismos privados de financiamento e a integração com o mercado financeiro, foram centrais para a retomada dos investimentos produtivos e da capacidade financeira das cooperativas, assegurando sua expansão horizontal, vertical e social, principalmente na Região Sul do país, onde o cooperativismo e a agricultura apresentaram-se mais interligadas ao capital financeiro público e privado. Portanto, presumiu-se que as políticas de crédito e o mercado financeiro estiveram na essência da recente expansão do cooperativismo agropecuário.

A importância do crédito oficial para o cooperativismo agropecuário já foi comprovada por Benetti (1992), Delgado (1985) e Gonçalves (1987), que analisaram o contexto do setor nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e definiram a política de crédito como central na formação do moderno cooperativismo no campo. Na conjuntura mais recente, além do destaque do crédito público, houve um aprofundamento da associação do agronegócio com o mercado financeiro, com o surgimento e difusão de novos instrumentos para capitalização, conversão de produtos agropecuários em *derivativos* financeiros e sua

ampla negociação no mercado futuro, presença de novos agentes nas cadeias produtivas alimentares e especulação e flutuação de preços, temas que terão a atenção desta pesquisa.⁵

O papel das cooperativas no progresso do agronegócio da Região Sul e sua importância econômica, social e produtiva já justificaria a realização da pesquisa proposta. Entretanto, ao explorar os trabalhos sobre o cooperativismo no contexto atual, verificou-se que a bibliografia é limitada e concentra-se em discussões em torno do papel “solidário” do cooperativismo rural. Ademais, é comum estudos que focam na “resistência ou acentuação das relações capitalistas pelo cooperativismo”, “se as instituições seguem ou não os princípios, valores e doutrinas” ou sobre a “exploração de produtores associados”. Nos trabalhos observados, poucos enfatizaram a questão da financeirização e o seu impacto nas cooperativas.⁶

Diante das diversas e divergentes interpretações sobre o cooperativismo agropecuário – de acordo com sua relevância social, política e econômica ou sobre a fidelidade aos princípios norteadores do associativismo – é necessário explicitar que esse trabalho se propõe a realizar uma interpretação geoeconômica das cooperativas, sendo as estratégias e a dinâmica espacial, comercial, produtivo e financeira os maiores interesses, deixando de lado questões ligadas aos aspectos sociais e doutrinários.⁷

Nesta perspectiva, entende-se a cooperativa agropecuária como uma sociedade formada por produtores rurais que realiza diferentes funções relacionadas à reprodução do capital dos sócios: comércio de

⁵ Durante a realização do Mestrado em Geografia, entre 2011 e 2014, a relação das cooperativas agropecuárias e capital financeiro já havia sido estudada, porém, limitada a compreensão da importância das políticas de crédito na evolução geoeconômica das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná no período de 2000 a 2012.

⁶ No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, apareceram, entre 1997 e 2017, vinte e oito teses de Geografia relacionadas ao cooperativismo agropecuário, sendo onze destacando o papel assistencialista das cooperativas para produtores camponeses ou familiares, dez correspondendo a análises do crescimento e expansão agroindustrial de casos específicos (de apenas uma cooperativa) e sete destacando a relação das cooperativas com o desenvolvimento territorial ou regional.

⁷ Os princípios do cooperativismo são: 1) Adesão voluntária e livre, 2) Gestão democrática e livre, 3) Participação econômica dos membros, 4) Autonomia e independência, 5) Educação, formação e informação, 6) Intercooperação e 7) Interesse pela comunidade.

insumos e produtos, armazenagem, industrialização, assistência técnica e financeira. Na prática, as cooperativas centralizam o capital dos pequenos produtores para se tornar uma forma de reprodução do capital destes sob a grande escala, utilizando de insumos e tecnologias para implementar o crescimento da produtividade do trabalho no campo. Logo, na agropecuária, as cooperativas atuam como agentes do capitalismo, promovendo o progresso das forças produtivas e relações de produção capitalistas neste meio, sem esquecer, que significam, nesse processo, o interesse no capital nacional (GONÇALVES, 1987).⁸

Para atingir os objetivos gerais e específicos e validar a hipótese apresentada, a pesquisa fundamentou-se nos seguintes referenciais teóricos e metodológicos:

O primeiro suporte teórico refere-se à categoria de Formação Sócio-Espacial, elaborada por Milton Santos (1977) e própria da Geografia brasileira. Essa categoria decorreu da noção de Formação Econômico-Social elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin, para entender o conjunto da história e o desenvolvimento de uma dada sociedade. Milton Santos se utilizou da categoria marxista para construir uma teoria sobre o espaço, válida para a ciência geográfica.⁹

A categoria formação social, para Santos (1977), diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no quadro próprio e em relação às forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma para a explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual um grupo se confronta. Por isso, esta categoria aborda uma realidade concreta, que transforma-se, evolui e muda historicamente, o que para o autor pareceu ser a mais adequada para auxiliar na formação de uma teoria do espaço: “deveríamos até perguntar se é possível falar de formação econômica e social sem incluir a categoria de espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de formação econômica, social e espacial” (SANTOS, 1977, p.1-2).

Fundada no materialismo histórico e dialético, a Formação Sócio-Espacial (FSE) busca, através do estudo holístico, da unidade e

⁸ Para Kautsky (1985), a cooperativa de produção agrícola é uma etapa da direção do capitalismo e não do socialismo.

⁹ Mamigonian (2004) aponta que a categoria marxista de Formação Econômica e Social foi muito bem expressa nos estudos de Lênin “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Trotsky “Peculiaridades do Desenvolvimento da Rússia”, Gramsci “Questão Meridional” e Rangel “História da Dualidade Brasileira”.

totalidade, do local e global, do específico e o geral, a compreensão das diversas esferas da vida de uma sociedade: a econômica, social, política e cultural. O espaço adquire um papel ativo neste processo, pois toda formação sócio-espacial é geograficamente localizada e influenciada pelas estruturas historicamente ali construídas.

Notadamente, dentro da teoria formação sócio-espacial, interessa-se pela compreensão da evolução histórica, geográfica e econômica da Região Sul do país, recorte espacial da pesquisa. Neste sentido, foram valorosos os trabalhos de Mamigonian (1966; 1996; 2004) e Espíndola (2002; 2012), sobre as duas macroformações sócio-espaciais que caracterizaram o sul do Brasil, especialmente, sobre a pequena produção mercantil e sua relação com a gênese e ascensão das primeiras cooperativas agropecuárias na região.

O segundo aporte teórico está assentado na teoria dos Ciclos Econômicos, em específico, a contribuição de Ignácio Rangel acerca da compreensão da formação sócio-espacial brasileira sob a ótica do movimento cíclico do capitalismo, dos ciclos médios e longos.

A suposição dos ciclos econômicos longos foi concebida pelo pesquisador russo Nicolai Kondratieff que, no início do século XX, provou e sistematizou a existência dos movimentos cíclicos na economia capitalista. Previamente, outros estudiosos haviam percebido a dinâmica cíclica da economia (Marx, Engels, Kitchin e Juglar), contudo, foi Kondratieff que popularizou a ideia e quem analisou os movimentos de longa duração, associando-o à própria natureza do capitalismo.

Conforme Kondratieff (1935), a dinâmica cíclica é inerente ao capitalismo e, no decurso do modo produção, os ciclos influenciaram o desenvolvimento econômico, mesmo em regiões onde o capitalismo ainda não era plenamente dominante. Para o autor, a economia capitalista possui movimentos cíclicos com duração média de 50 anos, com uma fase de ascensão ou fase “a” e uma de recessão ou fase “b”.¹⁰

Rangel (2005) pressupõe que o movimento econômico é eminentemente cíclico e regido por ondas de inovação tecnológica e

¹⁰ O primeiro ciclo longo ocorreu de 1789 e 1849, sendo, entre 1789 e 1814 a fase ascendente e de 1814 a 1849 a fase de crise. O segundo ciclo iniciou em 1849 e terminou em 1896, sendo de 1849 a 1873 a fase “a” e de 1873 a 1896 a fase “b”. O terceiro ciclo foi de 1896 a 1948, sendo a fase “a” de 1896 a 1921 e a fase “b” de 1921 a 1948. O quarto ciclo teve fase ascendente de 1948 a 1973 e a fase crítica iniciada em 1973 e se prolonga até os dias atuais (KONDRATIEFF, 1935; RANGEL, 1985; MAMIGONIAM, 1999).

pelo processo de acumulação de capital, oriundos do centro do sistema capitalista. O Brasil, por ser uma economia periférica, foi influenciado em seu progresso político, econômico, social e espacial pelos ciclos externos: nos períodos de ascensão, exigindo a maior presença do país na divisão do trabalho e condicionando a abertura da economia e, na recessão, forçando medidas de autossuficiência ou o fechamento da economia. Assim, enfatizou o autor, o país reagiu ativamente à interferência cíclica externa devido ao caráter cíclico interna da economia brasileira.

Além do mais, Rangel observa que, nas fases depressivas da economia mundial, abriram-se “dualidades” na economia brasileira, refletindo os pactos de poder que formados em torno do Estado por parte das classes dominantes internas, o que permite aprofundar a compreensão da formação sócio-espacial do Brasil e Região Sul. A teoria da dualidade oferece subsídios para interpretar o Estado e suas medidas político-institucionais adotadas, que operaram de maneira diferenciada a determinados setores e firmas, inclusive nas cooperativas.¹¹

Os aportes teóricos anteriores serão assentados aos referenciais sobre capital financeiro.

¹¹ De acordo com a teoria da Dualidade Brasileira, o poder do Estado, desde a independência, sempre foi exercido por uma coalizão entre duas classes, que refletem as relações de produção e forças produtivas do país. A dualidade é formada por uma classe dominante, chamada de “sócio maior” do sistema, e por uma classe com relações de produção emergentes, correspondente ao “sócio menor”. As mudanças de classes não ocorrem simultaneamente, mas com meias-rupturas nos momentos de crise da economia mundial. Segundo Bresser-Pereira (2006), para Rangel a dinâmica da dualidade reflete-se nos pactos de poder que se formam em torno do Estado, pois “o Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade”. Rangel interpretou a história econômica e política do Brasil, a partir do século XIX, como uma sucessão de dualidades, que corresponderam a fases de declínio e expansão de ciclos de Kondratieff. O início de cada dualidade é correspondente ao início da fase “b” dos sucessivos ciclos longos de Kondratieff e envolveu também um fato político dominante: a Independência na primeira dualidade; a Abolição e a República na segunda; a Revolução de 1930 na terceira. Em cada dualidade, o polo secundário correspondeu, internamente, à relação de produção já dominante nas sociedades mais avançadas e se transformará na relação de produção dominante, ou seja, no polo principal da dualidade seguinte. Em relação aos “sócios” ocorre o mesmo processo. O sócio menor de uma dualidade transformará em sócio maior da seguinte (RANGEL, 1983; BRESSER-PEREIRA, 2006; MEDEIROS, 2009).

O entendimento sobre capital financeiro e financeirização tiveram origem nos trabalhos Hilferding (1985) e Lênin (2008), que investigaram a gênese e formação do capital financeiro no começo do século XX, definindo sua natureza e leis gerais. Os autores fundamentaram-se nos trabalhos de Marx (1984) que, já no final do século XIX, apontava a crescente importância dos bancos, do sistema de crédito e do capital fictício sobre a economia capitalista.¹²

As definições de capital financeiro e de corrente teórica utilizadas são importantes diante das diversas interpretações sobre o tema, que, apesar de concordarem sobre o crescente domínio do capital financeiro sobre a economia, discordam quanto à origem e natureza do processo de financeirização, sobre a reprodução do capital financeiro e outros pontos.

Hilferding (1985) examinou a formação do capital financeiro no início do século XX, no momento de ascensão do capitalismo monopolista no decurso da II Revolução Industrial, com intenso processo de concentração e centralização do capital. Em sua obra, o autor já apontava a necessidade de um estudo aprofundado da dinâmica financeira para compreender a dinâmica econômica geral: “nenhuma compreensão das tendências econômicas atuais, nenhuma espécie de ciência econômica ou política é possível sem o conhecimento das leis e função do capital financeiro” (p.27, 1985).

Os traços mais característicos do capitalismo moderno, segundo Hilferding (1985), são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, de um lado, na “abolição da livre concorrência”, mediante a formação de cartéis e trustes e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata.

Hilferding explica que uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Eles dispõem do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, o proprietário do capital. Em contrapartida, os bancos obrigam-se a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. A este

¹² O conceito de capital fictício, proposto por Marx, diz respeito a um dos aspectos mais destacados da economia capitalista, que é a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros (GERMER, 1994).

capital bancário, que por esse processo transforma-se de fato em capital industrial, é aquilo a que o autor chama de capital financeiro.

Também no início do século XX, Lênin (2008) escreveu “o imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior”. De acordo com o autor, esse período histórico foi o ponto de transformação do velho capitalismo concorrencial no novo capitalismo monopolista, com a mudança da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro, o qual chamou de imperialismo, onde a separação da propriedade do capital e do trabalho adquiriu proporções imensas, com o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital.

Conforme Lênin (2008), a definição de Hilferding sobre o capital financeiro como a fusão entre capital bancário e capital industrial não era completa, pois não indicava um dos aspectos mais importantes do processo: “o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz, e tem conduzido, ao monopólio”. Para o teórico, a partir desta fase, o capitalismo caracterizou-se pelo enorme incremento na indústria e pela rápida concentração da produção em empresas cada vez maiores.

A transformação da concorrência em monopólio, consoante a Lênin, constituiu-se em um dos fenômenos mais importantes da economia do capitalismo entre o final do século XIX e o início do século XX. A própria fusão entre capital bancário e industrial derivou da constituição do monopólio capitalista e, com isso, “o capital financeiro tornou-se uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que foi capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo Estados que gozam da independência política mais completa” (p.82, 2008).

Para Lênin – ressalvado o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento – a definição imperialismo ou capitalismo financeiro inclui cinco atributos fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou o monopólio, os quais desempenham papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário e o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, que diferentemente da exportação de mercadorias, adquiriu importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre

si; e 5) a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2008).

Ainda segundo Lenin (2008), caso fosse necessário definir o imperialismo o mais breve possível, deve-se dizer que é a fase monopolista do capitalismo. Tal definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário dos grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de setenta, sob as novas condições políticas e econômicas impostas pela fase “b” do 4º ciclo de Kondratieff, acentuou-se a expansão do capital financeiro pelo mundo. Destacaram-se, para tanto, o fim do Sistema Bretton Woods em 1971, a queda na produtividade do trabalho decorrente da crise do regime de acumulação fordista, o progresso da tecnologia informacional que permitiu, dentre outras coisas, a circulação eletrônica de valores e interligar e expandir bolsas de valores, o surgimento de produtos financeiros e o aumento dos investidores institucionais.

Espíndola (2016) elucida que a década de 1970 foi marcante para o capitalismo diante da crise recessiva mundial, que adentrava na fase crítica do quarto ciclo longo e teve como estopim a Crise do Petróleo. Esta fase recessiva caracterizou-se pela procura de inovações em processos e produtos, bem como, caminhos para reprodução ampliada do capital, incluindo aí, os novos mecanismos e maquinações financeiras.

Diante do crescimento vertiginoso da economia financeira nas últimas décadas, muitos pesquisadores defenderam a reprodução do capital financeiro descolada da economia real, ou seja, o dinheiro gera dinheiro sem qualquer passagem pela produção, apenas pela valorização financeira ou especulação, chamando esse processo de financeirização e colocando como algo novo no capitalismo. Muitas das concepções que alegam a separação entre o capital financeiro e capital produtivo vieram de pensadores da esquerda ou ditos marxistas.

Nesse sentido, é importante recordar o trabalho de Germer (1994), sobre capital fictício em Marx: “Na teoria de Marx o capital industrial constitui, consistentemente, a fonte única da acumulação do capital bancário e da massa do capital de empréstimo existente na

economia, pois a fonte dessa acumulação são os juros e estes originam-se na mais-valia gerada pelo capital industrial. É importante frisar que não há nenhum fundamento, no âmbito dessa teoria, para a hipótese de que extraordinários desdobramentos contemporâneos na esfera financeira tenham gerado fontes de valorização especificamente financeiras, independentes da mais-valia gerada pelo capital na sua forma produtiva, isto é, o capital industrial” (1994, p.192). Em conformidade com o autor, isso está nítido na exposição teórica do capital de empréstimo ou capital portador de juros, que está na base da esfera financeira: “A transformação de todo o capital em capital monetário, sem haver pessoas que comprem e valorizem os meios de produção, em cuja forma existe todo o capital, abstraindo a parte relativamente pequena deste, existente em dinheiro – isso naturalmente é um absurdo. Nisto está contido o absurdo ainda maior de que, sobre a base do modo de produção, o capital proporcionaria juros sem funcionar como capital produtivo, isto é, sem criar mais-valia, da qual o juro é apenas parte; de que o modo de produção capitalista seguiria seu curso sem a produção capitalista” (MARX, 1984a, p.282).

Entende-se a financeirização como processo de domínio da economia geral pela dinâmica do capitalismo financeiro, cuja expansão realiza-se de diferentes formas. A financeirização da economia, no sentido de especulação, é um mecanismo do capital financeiro e não sua essência. Assim, enquanto o capitalismo financeiro trata-se de uma fase do próprio modo de produção capitalista, a “financeirização” pode ser compreendida como uma das formas de ação do capital financeiro.

Como afirmou Wood (2014), o capital financeiro fará o seu melhor para ganhar dinheiro em *booms* produtivos onde quer que esteja ou possa fazer isso e, agravará crises ou até mesmo as gerará, por lucrar com a especulação ou retirar-se no momento em que a produção rentável declinar. Em ambas as circunstâncias, seguirá o destino do capital produtivo, respondendo aos imperativos capitalistas usuais e reforçando as contradições capitalistas habituais.

Logo, reforça-se que a concepção de financeirização usada ao longo do trabalho provém do seu entendimento em Lênin, como “o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital”.

Em conformidade com Medeiros (2017), o final do século XX marcou o aprofundamento do processo de financeirização e a expansão internacional dos grandes grupos monopolistas, o que vulgarmente chamou-se de globalização. Esse processo foi, na verdade, o

amadurecimento do capitalismo monopolista tal como apresentado por Lênin.

Na agricultura, o processo de financeirização evidenciou-se pelo: aumento do número de empresas agrícolas e agroindustriais no mercado de ações; surgimento dos títulos financeiros do agronegócio; monopolização do comércio de insumos, tecnologias e alimentos; processos de fusões e aquisições entre o setor; negociação de produtos agropecuários no mercado futuro; ampliação da compra e venda de *commodities* em bolsas de mercadorias; variação de preços e produção dependendo do comportamento de ações e do mercado futuro em bolsas; crescente utilização de instrumentos financeiros para segurança ou especulação e o papel cada vez mais importante dos bancos e sistema financeiro no processo de capitalização do setor.

No Brasil, o relacionamento da agricultura ao capital financeiro surgiu no final da década de 1960 com o Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR), criado pelo Estado. O crédito oficial foi fundamental para o processo de modernização agrícola, consolidando o modelo capitalista de produção no campo. Na medida em que a agricultura brasileira foi desenvolvendo-se com base na dinâmica capitalista – associando-se a um complexo produtivo que interligava desde a indústria de insumos à agroindústria e ao mercado global de alimentos – sua integração com o capital financeiro aprofundou, surgindo novos instrumentos financeiros, para além do crédito, e novos agentes, para além do Estado.

O capital financeiro público, através do financiamento e a garantia de preço, foi promotor da modernização agropecuária, que ampliou a produção, produtividade e território de atuação da agricultura no país. Mais do que isso, o SNCR ao instituir as bases da aproximação do setor com as indústrias de insumos e alimentos e os bancos, possibilitou, no momento de queda dos recursos oficiais, a transição para um novo padrão de financiamento (GONÇALVES, 2005).

Para as cooperativas agropecuárias, o crédito oficial atuou na construção das modernas estruturas produtivas agroindustriais, que encontrou expressão máxima na Região Sul, onde as associações, baseadas na pequena produção mercantil, expandiram-se interligadas ao mercado nacional e internacional.

A partir do final da década de 1980 e anos 1990, quando a política de crédito rural com juros subsidiados entrou em crise, a relação entre agricultura e mercado financeiro modificou-se, tendo como protagonistas o capital financeiro privado e internacional. Foram exemplos do novo panorama do capital financeiro na agricultura a

criação de títulos financeiros e contratos de venda antecipada para alavancagem de recursos, com a participação das *tradings*, cerealistas e cooperativas no financiamento agrícola. A entrada, sobretudo nos anos noventa, de grandes grupos estrangeiros na agropecuária nacional, por meio de fusões e aquisições, intensificou uma característica essencial do capital monopolista, a centralização de capital e da produção.

Nos anos 2000, o capital financeiro e a agropecuária consolidaram-se como um sistema unificado e comandado pela dinâmica financeira, onde a formação dos preços de *commodities* ocorre em bolsas de valores, o mercado global alimentar é controlado por um pequeno grupo de empresas transnacionais, a capitalização das cadeias produtivas são conduzidas por bancos e o mercado de capitais, a tecnologia e sua difusão concentram-se nas mãos dos monopólios e a própria produção real passou a depender das expectativas de variação de preços no futuro. Mas, apesar da consonância com o cenário global, a realidade brasileira exibiu particularidades na relação entre agricultura e capital financeiro a partir de 2000, por exemplo, com a retomada do papel do Estado e das políticas de crédito rural como personagens decisivos no financiamento da atividade rural e a participação dos próprios agentes envolvidos nas cadeias produtivas na capitalização do setor, inclusive, das cooperativas agrícolas e de crédito.

Os fundamentos teóricos descritos, que vão desde a compreensão da natureza do capital financeiro à sua estruturação na agricultura brasileira, foram determinantes para a construção desta pesquisa de doutorado sobre cooperativas agropecuárias, pois partiu-se do pressuposto de que o processo de expansão geoeconômica do cooperativismo após 2000, a sua alavancagem econômica, foi regido pela dinâmica financeira. Na medida em que as cooperativas inseriram-se no agronegócio e este, cada vez mais integrado ao capitalismo financeiro, do monopólio e da centralização do capital, ficou evidente que não seria possível qualquer entendimento sobre a realidade do setor sem estudar o capital financeiro e sua ação na agropecuária, muito menos, diante da particularidade do caso brasileiro, sem uma análise aprofundada sobre a centralidade do capital financeiro estatal.

Do ponto de vista metodológico, a elaboração da presente pesquisa fundou-se no método exploratório-analítico. A abordagem exploratória adota a busca de informações a respeito do assunto, envolvendo o levantamento bibliográfico, documental, entrevistas, pesquisas de campo e estudos de caso. As abordagens empíricas analíticas apresentam em comum a utilização de técnicas para a coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativa (GIL, 1994).

Nessa perspectiva, destacaram-se as seguintes etapas para a construção da pesquisa: 1) o levantamento e análise de bibliografias relacionadas à temática, 2) a coleta e análise de dados estatísticos e 3) o trabalho de campo e entrevistas.

Na análise bibliográfica, foram coletados trabalhos de diversas fontes – revistas, artigos científicos, livros, periódicos, dissertações, teses e jornais – sobre os assuntos que envolveram a pesquisa. Além do estudo de obras da Geografia e Economia para fundamentação teórica da tese, foram reunidos trabalhos importantes sobre a história do cooperativismo agropecuário, que embasaram a análise de evolução, espacialização e economia das cooperativas do Brasil e da Região Sul em diferentes contextos históricos. Dentre as literaturas estudadas, estado da arte apoiou-se em Seabra (1977), Ipardes (1974), Fleury (1983), Loureiro (1981), Delgado (1985), Benetti (1985 e 1992), Gonçalves (1987 e 1994), Serra (1995), Alves (2003) e Farias (2015).

Sobre os dados estatísticos, são fundamentais na pesquisa em Geografia e, singularmente, na Geografia Econômica. A combinação de dados de diferentes tipos e períodos permitiram a construção de um panorama de análises mais completo, abrangendo diversos aspectos de um processo e as mútuas correlações entre eles. As estatísticas em séries históricas propiciaram “movimento” às análises e permitiram observar mudanças ao longo do tempo (MEDEIROS e SAMPAIO, 2012).

A coleta dos dados foi realizada nos principais bancos de dados do país e da Região Sul, como IBGE, IPEA, BCB, BNDES, BRDE, OCB, OCEPAR, OCESC, OCERGS, MAPA e MDIC e em anuários estatísticos, como no Balanço Anual da Gazeta Mercantil, Valor 1000 do Valor Econômico e Maiores & Melhores da Exame. Os dados sobre a condição socioeconômica e geográfica das cooperativas foram apurados com as próprias instituições e em publicações específicas, como relatórios anuais e demonstrativos contábeis.

Concernente ao trabalho de campo, tornou-se um elemento indispensável da percepção objetiva de dados de base do raciocínio científico, por isso, foi fundamental para a construção desta tese. Quando o trabalho de campo está ausente, elaboram-se teorias que só tem relações longínquas com a realidade e que, por esse mesmo motivo, não têm qualquer utilidade social, pois não podem orientar a ação (TRICART, 2006).

Para compreender a alavancagem econômica e financeira das cooperativas agropecuárias da Região Sul, objeto da pesquisa, foram escolhidas as maiores cooperativas agroindustriais da região, que forneceram os dados e as informações para tal estudo. Essas instituições,

por serem as maiores e mais desenvolvidas do ramo, apresentaram-se mais integradas ao capital industrial e financeiro, permitindo assim, identificar com maior precisão os processos de capitalização e financeirização e o papel das políticas de crédito oficial e da dinâmica financeira no avanço do cooperativismo nos anos 2000. O estudo a partir das grandes cooperativas possibilitou ainda, definir as tendências a serem seguidas pelo setor, afinal, é estudando a “anatomia” das maiores empresas cooperativas que pode-se entender as menos desenvolvidas.¹³

As cooperativas agropecuárias participantes da pesquisa foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: possuir faturamento anual, receita operacional bruta, acima de um bilhão de reais em 2015, ano de início da pesquisa; estar incluída em cadeias agroindustriais e ter a maior parte do território de atuação concentrado na Região Sul do Brasil. Contemplando tais critérios, foram selecionadas as instituições:

- Coamo: Coamo Agroindustrial Cooperativa (Campo Mourão – PR)
- Aurora: Cooperativa Central Aurora Alimentos (Chapecó – SC)
- C.Vale: C.Vale Cooperativa Agroindustrial (Palotina – PR)
- Lar: Cooperativa Agroindustrial Lar (Medianeira – PR)
- Cocamar: Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Maringá – PR)
- Copacol: Cooperativa Agroindustrial Consolata (Cafelândia – PR)
- Agrária: Cooperativa Agrária Agroindustrial (Guarapuava – PR)
- Integrada: Integrada Cooperativa Agroindustrial (Londrina – PR)
- Castrolanda: Castrolanda Cooperativa Agroindustrial (Castro – PR)
- Cooperalfa: Cooperativa Agroindustrial Alfa (Chapecó – SC)
- Coopavel: Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Cascavel – PR)
- Frimesa: Cooperativa Central Frimesa (Medianeira – PR)
- Frísia (Batavo): Frísia Cooperativa Agroindustrial (Carambeí – PR)

Em 2015, as treze cooperativas destacadas possuíam 105,5 mil produtores sócios, 81,3 mil empregados, produção de 21,7 milhões de toneladas de grãos de soja, milho e trigo, 8,1 milhões de suínos e 665 milhões de aves abatidas no ano, recebimento de 1,3 bilhão de litros de leite, unidades operacionais e industriais em 282 municípios da Região Sul, ativos totais de R\$ 36 bilhões e faturamento anual de R\$ 49 bilhões.

¹³ Em referência ao método dialético apresentado por Marx (1978): “*A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior*”.

No decorrer do trabalho, em consonância com a abordagem metodológica adotada, foram realizadas visitas técnicas e entrevistas com os responsáveis financeiros das maiores instituições cooperativas agropecuárias da Região Sul. Foram elas:¹⁴

- Nelson José Guarezi – Gerente financeiro da Cooperalfa
- Fernando Miorelli – Gerente financeiro da Aurora
- Ricardo Fritzem – Gerente de Unidade Industrial da Aurora
- Enio Darci Jung – Gerente financeiro da Coopavel
- Ivo Sloboda – Encarregado dos financiamentos da Coopavel
- Nesto Waskiewicz – Gerente financeiro da C.Vale
- Fernando Westphal – Subgerente comercial da C.Vale
- Marcelo Afonso Riedi – Gerente da Divisão Financeira da Lar
- Paulo Alberto Machinski – Gerente financeiro da Castrolanda
- Claudio Cesar Verschoor – Coordenador financeiro da Frísia
- Mauricio Francisco Wacelechen – Supervisor de financiamentos da Frísia
- Walter Galvan – Gerente administrativo financeiro da Agrária
- Thiago Fernando Chiumento – Coordenado financeiro da Agrária
- Roger Biffi Vale – Especialista em fluxo de caixa da Agrária
- Joel Makohin – Gerente financeiro da Coamo
- Douglas Francisco Walter – Encarregado dos financiamentos e seguros da Coamo

Por fim, o texto da tese está estruturado em cinco capítulos, cada qual com introdução e conclusão, de maneira, serão aqui descritos de forma sucinta:

O primeiro capítulo aborda os aspectos gerais da origem e evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro e as particularidades de seu desenvolvimento na Região Sul do país. A análise leva em consideração o papel da formação sócio-espacial regional, da dinâmica cíclica da economia brasileira e do Estado na formação histórica, geográfica, produtiva e econômica do cooperativismo agropecuário meridional, examinando, também, as informações do setor em cada um dos estados da região a partir de 2000.

No segundo capítulo, demonstra-se o crescimento das políticas de crédito rural gerais do agronegócio e específicas do cooperativismo após

¹⁴ As entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2017 e em 2018, sendo presenciais, exceto a entrevista com Joel Makohin da Coamo, que aconteceu via Skype.

2000. Foram avaliados os elementos legais, políticos, a variação dos valores e juros e a distribuição geográfica dos financiamentos gerais do Sistema Nacional de Crédito Rural e dos programas direcionados às cooperativas rurais, no caso, RECOOP para saneamento financeiro, PRODECOOP para investimentos e o PROCAP-AGRO para capital de giro. Destacou-se ainda, a importância do BNDES e BRDE na difusão das políticas de crédito às cooperativas no Brasil e na Região Sul.

O terceiro capítulo dedicou-se ao estudo da condição geoeconômica particular das treze maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil, a partir de 2000. Neste momento, com auxílio dos dados estatísticos coletados nos relatórios anuais, demonstrativos contábeis e em entrevistas com as cooperativas, foram avaliados o histórico das cooperativas, a expansão socioespacial, suas estruturas de produção agropecuária e industrial e, por fim, o desempenho econômico e financeiro das instituições no período recente.

O quarto capítulo buscou determinar a relevância e o efetivo papel das políticas de crédito no progresso geoeconômico das treze cooperativas selecionadas para a pesquisa. Para isso, além de demonstrar as contratações das cooperativas com o crédito e com os programas do BNDES, foi revelada a aplicação dos recursos e os desdobramentos no crescimento produtivo e territorial das cooperativas entre 2000 e 2017. A análise da importância do capital financeiro público na trajetória recente das cooperativas foi engrandecida pelos dados obtidos nas entrevistas com os gerentes financeiros que permitiram, inclusive, verificar as estratégias de cada cooperativa com relação ao uso do crédito.

O quinto e último capítulo ocupou-se da integração das maiores cooperativas regionais ao mercado financeiro e às estratégias de financeirização. Foram detalhados os investimentos das cooperativas em outras sociedades e em ativos financeiros, bem como, o lucro financeiro oriundo dessas operações. O estudo da utilização do mercado futuro, formalmente estabelecido em bolsas de valores e do emprego de instrumentos e táticas financeiras, permitiu aprofundar a discussão sobre a inserção das cooperativas à dinâmica do capitalismo financeiro. Finalizou-se o texto com uma análise do processo de concentração da produção e centralização de capitais promovidos pelas grandes cooperativas agroindustriais no cooperativismo nacional nas últimas décadas.

A tese encerra-se com as principais conclusões alcançadas e, com base na trajetória das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul

do Brasil, delineou-se as futuras estratégias que nortearão o cooperativismo agropecuário sulista e brasileiro nos próximos anos.

CAPÍTULO I
**FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, CICLOS ECONÔMICOS E O
COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NA REGIÃO SUL DO
BRASIL**

O cooperativismo agropecuário brasileiro teve como fatores decisivos na sua trajetória as condições socioculturais, geográficas, econômicas e políticas. Sua origem está relacionada com as formações sócio-espaciais específicas no Brasil, em especial, com aquelas ligadas às áreas de ocupação por imigrantes europeus e japoneses nas Regiões Sul e Sudeste.

As primeiras cooperativas agropecuárias surgiram no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, tendo como objetivo garantir a subsistência e viabilizar as atividades produtivas e econômicas de seus sócios. No Sul, a ocupação territorial realizada por imigrantes europeus que estabeleceram-se em pequenas propriedades rurais, com produção policultora e possibilidade de reprodução mercantil, foi propulsora do desenvolvimento do cooperativismo no meio rural.

A partir da década de 1930, os movimentos cíclicos da economia global e nacional e as mudanças políticas decorrentes redefiniram o cooperativismo brasileiro e sulista. Desde então, o Estado tornou-se presente na ascensão do setor, com regulamentação legal, incentivos fiscais, tributários e creditícios. Durante o período de modernização do campo, as cooperativas foram amplamente apoiadas pelo governo federal e lograram grande expansão territorial e produtiva, adentrando na produção industrial e difundindo as bases da agricultura capitalista, sobretudo pelo sul do país.

Atualmente, a Região Sul concentra as maiores cooperativas agropecuárias do país e que também estão entre as maiores empresas do agronegócio nacional. As cooperativas sulistas se destacam pela sua dinâmica econômica e sua integração com o capital comercial, industrial e financeiro, atuando na assistência técnica, armazenagem, comércio de produtos agropecuários e insumos, industrialização, exportações, pesquisa e financiamento rural.

O objetivo do primeiro capítulo é analisar os aspectos gerais da origem e progresso do cooperativismo agropecuário brasileiro e apontar as particularidades de seu desenvolvimento nos estados da Região Sul. A história do setor foi dividida em fases, observando os diferentes contextos político-econômicos do país e do mundo e os desdobramentos no cooperativismo.

O primeiro item demonstra um estudo sobre a formação sócio-espacial na Região Sul e a gênese do cooperativismo agropecuário regional, onde utilizou-se os fundamentos da teoria de Formação Sócio-Espacial na busca de um estudo holístico sobre a origem do cooperativismo meridional. Em seguida, foram mencionados os aspectos gerais do cooperativismo brasileiro e sulista entre 1930-1950, 1950-1970 e 1980-1990. Por fim, é apresentado o estudo do contexto geoeconômico do cooperativismo agropecuário no século XXI, com destaque para a condição do setor no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1.1 Formação Sócio-Espacial e a gênese do cooperativismo agropecuário na Região Sul

O Brasil, ao longo de seu processo histórico, abrangeu diferentes movimentos ligados ao cooperativismo no meio rural, com características e interesses diversos, determinados pelos espaços onde se originaram. Segundo Gonçalves (1987), as formas associativas na agricultura brasileira foram as mais diversas, cada uma seguindo o caminho ditado pela realidade na qual estava inserida, ou seja, pela formação sócio-espacial.

Dadas às condições produtivas, sociais e naturais, o Brasil é um território composto por múltiplas Formações Sócio-Espaciais (FSE). A Região Sul caracterizou-se pela ocorrência de duas macroformações sócio-espaciais: uma ligada ao povoamento luso-brasileiro de origem mais antiga, no século XVII e XVIII, e outra relacionada à colonização de pequenos agricultores alemães, italianos e poloneses, mais recente, no século XIX e XX (MAMIGONIAN, 1966).

A primeira macroformação regional sócio-espacial originou-se pela ocupação das áreas subtropicais do território colonial brasileiro por reduções jesuíticas espanholas a partir do século XVII, seguida do deslocamento de bandeirantes vindos do interior e do movimento vicentista (através da concessão de sesmarias e criação de gado) ordenado pelo litoral. Por último, ocorreu nessa macroformação a colonização açoriana-madeirense, desenvolvendo produção policultora e pesca marítima (ESPÍNDOLA, 2002).

Esses movimentos de ocupação (as estâncias feudais, fortificações militares e pequena produção açoriana-madeirense) estavam fundados na economia natural, sendo de fundamental importância econômica, militar e política para o domínio português sobre o vasto território meridional. Nessa formação sócio-espacial predominavam a criação de gado nos campos e planaltos e a pequena lavoura no litoral (ESPÍNDOLA, 2002).

A segunda macroformação sócio-espacial da Região Sul teve origem na ocupação das áreas subtropicais brasileiras nas primeiras décadas do século XIX, seguindo a estratégia do governo brasileiro de colonizar as áreas de matas existentes no sul do Brasil com colônias de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos.

Desde a década de 1820, com a participação oficial e privada, estabeleceram-se colônias de alemães na Região Sul, com destaque para ocupação da serra e do planalto superior do Rio Grande do Sul e do vale do Rio Itajaí em Santa Catarina. Os imigrantes italianos instalaram-se a partir da segunda metade do século XIX no planalto superior e oriental do Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Itajaí, Vale do Tubarão e Urussanga em Santa Catarina (com presença também de poloneses). Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, os descendentes de italianos e alemães espalharam-se, colonizando as regiões mais interioranas, como o noroeste rio-grandense e oeste catarinense (ESPÍNDOLA, 2002).

No Paraná, a ocupação foi mais recente, iniciada em 1870 e 1880 com colônias alemãs, polacas e italianas nas regiões de mato e campo próximas à Curitiba. No norte do estado, a ocupação foi feita por paulistas e mineiros, em busca da produção de café, e por empresas colonizadoras. Nessa mesorregião, houve importante imigração japonesa a partir do início do século XX. No oeste e sudoeste paranaenses, a colonização evoluiu lentamente até 1930 e somente após a década de 1950 houve a conclusão do processo de colonização do Paraná com a chegada dos descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e das colônias eslavas do próprio estado (ESPÍNDOLA, 2002).

Em conformidade com Mamigonian (1986), nessa segunda etapa de colonização do Sul, destacou-se o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários e comerciantes de origem europeia, que já praticavam significativa divisão social do trabalho. Na agropecuária, os imigrantes e descendentes instalaram-se em pequenas propriedades, de policultura e produção para o consumo próprio e para o comércio.

Coradini (1981) explica que, a partir da ocupação, foi-se configurando nas colônias uma policultura mercantil, baseada na grande variedade de produtos agrícolas, que oscilavam de acordo com a conjuntura do mercado, das condições tecnológicas e climáticas da produção. No entanto, embora a variedade de produtos agrícolas fosse grande, essa policultura sempre esteve dominada por um ou mais produtos de maior valor comercial. Junto a essa agricultura mercantil, apareceram os comerciantes intermediando os excedentes da produção

agropecuária com outros mercados e importando os bens de consumo não produzidos no artesanato das colônias, os quais tinham um relativo peso na orientação da produção agrícola.

Assim, houve a constituição do complexo rural sul brasileiro, dominado por pequenos produtores mercantis de origem europeia, que criaram uma nova estrutura econômica e social, a *pequena produção mercantil*, próxima das atividades desenvolvidas pela pequena produção açoriana-madeirense nas áreas litorâneas, porém, contrastante às atividades desenvolvidas nas áreas criatórias dos campos e planaltos (ESPÍNDOLA, 2002).

Foi nessa segunda macroformação sócio-espacial regional que surgiu o cooperativismo agrícola na Região Sul do Brasil.¹⁵ Os imigrantes europeus e japoneses possuíam conhecimento sobre o cooperativismo, que era amplamente difundido em seus países, facilitando a emergência das primeiras associações na Região Sul no início do século XX, muitas com influência da igreja e religião. Para Farias (2015), o cooperativismo agropecuário revelou em sua fase inicial uma forte herança histórica trazida pelos imigrantes de países europeus, como Alemanha, Itália e Holanda, e asiáticos, oriundos do Japão, que fundaram cooperativas de produção e consumo na Região Sudeste e Sul do Brasil. Pinho (1966) salienta que a experiência dos imigrantes foi fundamental para a origem do cooperativismo brasileiro, que aos poucos passou a contar com o apoio do governo federal e de alguns governos estaduais.

A Formação Sócio-Espacial (FSE), pautada na pequena produção mercantil, impulsionou e imprimiu particularidades ao movimento cooperativo no sul do Brasil. As relações com o mercado, estrutura fundiária e produtiva, foram fatores decisivos para moldar as cooperativas de produtores rurais na região.

A prévia integração dos produtores com o *mercado*, diga-se, dependência, atuou na união em torno das cooperativas, com finalidade

¹⁵ No Brasil, o cooperativismo na agricultura surgiu com destaque na Região Sul no início do século XX. Contudo, as primeiras cooperativas datam do final do século XIX, como associações de consumidores em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Exemplos: Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto – Minas Gerais (1889); Associação Cooperativa dos Empregados da Cia. Telefônica em Limeira – São Paulo (1891); Cooperativa Militar de Consumo no Distrito Federal – Rio de Janeiro (1894); Cooperativa de Consumo do Camaragibe – Pernambuco (1895); Cooperativa dos Empregados da Cia. Paulista – São Paulo (1897) (FLEURY, 1983; PINHO, 1966; DENACOO, 2006).

de propiciar a subsistência e promover as atividades econômicas. Como aponta Fleury (1983), desde o final do século XIX, havia o avanço de uma agricultura de abastecimento em moldes mercantis, empreendida no início pelos imigrantes europeus e, posteriormente, por japoneses. Foram esses produtores mercantis que uniram-se, criando associações para romper com o sistema de comercialização da época. A dificuldade na obtenção de capital e crédito, insumos, máquinas e mercadorias diversas, somadas à exploração realizada pelos atravessadores (capital comercial) no momento da compra e venda dos produtos, foram fatores determinantes para o surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias e de crédito na Região Sul.

Para os produtores mercantis, as relações de mercado assumem importância crucial para sua reprodução. Esses produtores, ao se dedicarem à agricultura de abastecimento, procuram fazê-lo utilizando técnicas de cultivo mais adiantadas, dependendo, para tanto, cada vez mais do mercado: produtos, dinheiro e terras. Portanto, o movimento cooperativista na agricultura brasileira, que surgiu nas primeiras décadas do século XX, foi fruto da iniciativa de pequenos produtores (pequena produção mercantil), que se reuniram para a comercialização em comum, objetivando ampliar a margem de lucro através da eliminação dos intermediários (FLEURY, 1983).

No tocante a *estrutura fundiária*, a ocupação do solo nas colônias do Sul e sua expansão em condições históricas determinadas resultaram na implantação e consolidação da pequena propriedade como unidade produtiva predominante. As cooperativas, ao centralizar o capital dos inúmeros pequenos produtores, permitiram ganhos de escala na produção e maior poder de barganha na aquisição de insumos, irrealizáveis a nível individual. Assim, a estrutura fundiária pautada na pequena propriedade foi incentivo ao movimento cooperativista.

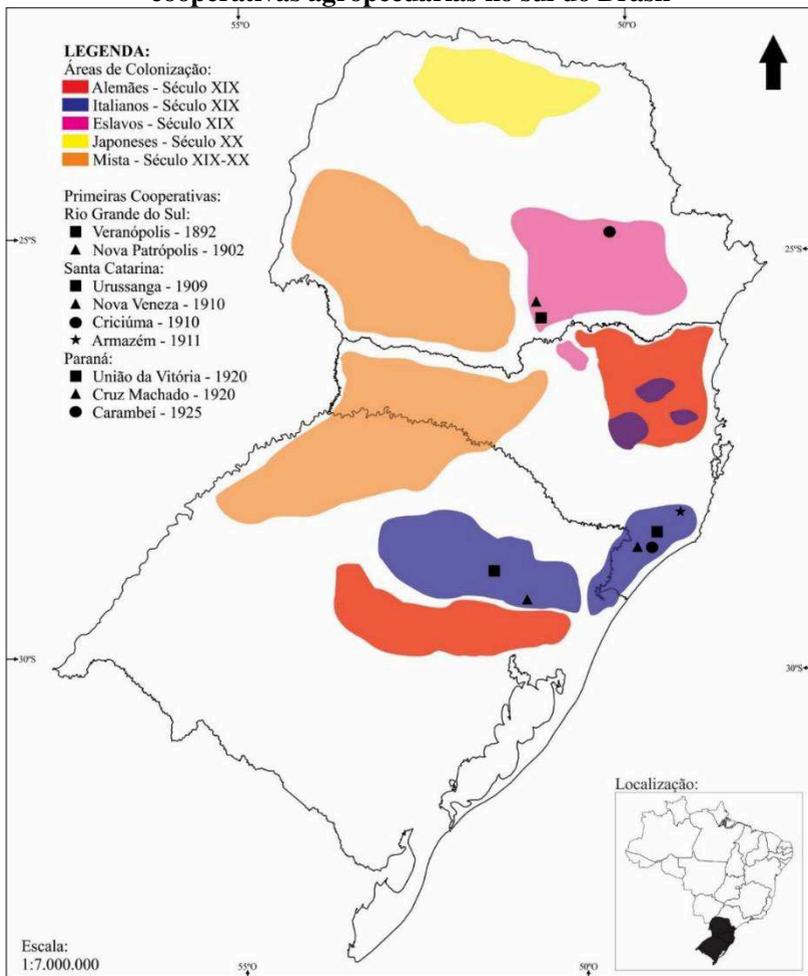
Aludindo a Gonçalves (1987), na economia capitalista, as cooperativas agrícolas são uma forma inacabada de centralização de capitais. Mesmo a terra sendo propriedade privada de cada associado e não estando todo o seu capital colocado na cooperativa, é através dela que ele adquire os insumos necessários e a eficiência econômica na produção. Logo, a cooperativa organiza os capitais individuais centralizando-os para reproduzi-los. O papel das cooperativas na centralização do capital ficou mais evidente durante o processo de modernização agrícola, quando as cooperativas sulistas propiciaram a superação dos limites estruturais, garantindo a modernização no campo sem a expropriação do pequeno agricultor.

Em termos produtivos, a pequena propriedade mercantil esteve associada à diversidade produtiva, *policultura*, com alguns produtos representando os excedentes comercializáveis. A variedade de produtos cultivados fez surgir cooperativas com múltiplas áreas de atuação: leite, suínos, aves, grãos, frutas, fumo, erva-mate, madeira, café e etc. Coradini (1981) explana que, mesmo com alguns produtos hegemônicos, as cooperativas que desenvolveram-se nesse meio apresentaram uma relativa diversificação da produção, não nos moldes da policultura colonial, mas numa diversidade orientada para a reprodução mercantil. Scheneider (1981), que analisou a distribuição do crédito rural alocado às cooperativas segundo os produtos e região em 1975, constatou que, no Sul, os financiamentos abrangiam mais de quatorze produtos agropecuários (com superioridade da soja e trigo, 64%), enquanto que no Sudeste e Nordeste a diversidade de produtos financiados era menor, nove produtos. No Centro-Oeste eram apenas seis produtos e no Norte três.

Nessa perspectiva, a pequena produção mercantil policultora deu base para o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Sul. Posteriormente, com o apoio estatal e a modernização, tais particularidades atuaram decisivamente na construção do cooperativismo empresarial, integrado ao capital comercial, industrial e financeiro, com amplo poder produtivo e comercial. Foi esse o modelo de cooperativismo agropecuário que tornou-se predominante no Sul nos dias atuais.

O **Mapa 01** retrata as áreas de colonização dos imigrantes italianos, alemães, eslavos e japoneses no sul do Brasil – referente a formação sócio-espacial da pequena produção mercantil – e os locais de surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias em cada estado da região. As cooperativas surgiram primeiro no Rio Grande do Sul, nas áreas de ocupação de imigrantes italianos e alemães, em seguida, em Santa Catarina nas colônias de alemães do sul do estado. No Paraná, as associações originaram-se posteriormente, nas colônias ucranianas e holandesas.

Mapa 01. Áreas de colonização dos imigrantes e as primeiras cooperativas agropecuárias no sul do Brasil



Fonte: Dados sobre áreas de colonização: ESPÍNDOLA, 2002. Dados sobre as primeiras cooperativas no Rio Grande do Sul (DENACOOB, 2006; CORADINI, 1981), Santa Catarina (OCESC, 2000), Paraná (IPARDES, 1974).
Organizado pelo autor.

No Rio Grande do Sul, o marco inicial do cooperativismo foi o ano de 1902, quando foi fundada a “Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos” em Nova Petrópolis, por imigrantes alemães,

tendo como objetivo básico a ajuda financeira mútua.¹⁶ A partir daí, prosperou nas colônias de imigrantes alemães e italianos, o associativismo ligado à agricultura formada por pequenos produtores. As cooperativas tinham um caráter de defesa da remuneração do trabalho familiar frente ao comércio e às indústrias de transformações. Essas cooperativas se restringiam à comercialização dos excedentes agrícolas e sua dependência em relação ao Estado era mínima (CORADINI, 1981).

O Rio Grande do Sul logo assumiu o primeiro lugar no país no número de cooperados e cooperativas agropecuárias, com associações de vinicultores, criadores, laticinistas, produtores de lã, plantadores de arroz, trigo, mate e fumo. O estado ainda sobressaía-se nas cooperativas de crédito, as Caixas Rurais Raiffeisen, de origem teuto-brasileira (PINHO, 1966).¹⁷

Entre 1902 e 1931, foram fundadas 208 cooperativas no Brasil, sendo 54 no Rio Grande do Sul (26%) e 34 em São Paulo (16,3%), números inferiores ao verdadeiro movimento das cooperativas, uma vez que muitas instituições não eram registradas. No início do século XX, gaúchos e paulistas eram os mais notáveis no cooperativismo agropecuário. O Nordeste também apresentou um movimento ligado ao associativismo, porém, com outra gênese e em dimensão menor (IBGE, 1946).¹⁸

¹⁶ As informações sobre a primeira cooperativa no Sul não são unânimes. De acordo com o DENACOOOP (2006), a primeira cooperativa agropecuária registrada foi a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1892, por imigrantes italianos.

¹⁷ As Caixas Rurais Raiffeisen referem-se a um modelo de cooperativa de crédito que surgiu na Alemanha a partir de 1847, organizadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, destinadas a atender às necessidades dos agricultores. Esse modelo apresentou as seguintes características: admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o auxílio mútuo; não remuneram os dirigentes; não distribuem retorno; concedem empréstimos a longo prazo; preconizam a organização de um banco central para atender as necessidades das diversas cooperativas de crédito; grande importância na formação moral dos associados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa; e fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo. No Brasil, as Caixas Rurais Raiffeisen foram amplamente difundidas pelo padre jesuíta Theodor Amstad, que ajudou a fundar no Rio Grande do Sul inúmeras cooperativas de crédito no início do século XX (PINHO, 1966).

¹⁸ São Paulo diferenciava-se no cooperativismo agropecuário, sobretudo na produção de hortifrutigranjeiros, devido à experiência dos imigrantes japoneses. Na década de 1920, foram criadas as cooperativas nipo-brasileiras que nos anos

Em Santa Catarina, a primeira cooperativa surgiu no início do século XX. Em 1909, no município de Urussanga, no sul catarinense, foi fundada a Cooperprima (Cooperativa Prima do Rio Maior) por imigrantes italianos. Do ramo agropecuário, a Cooperprima ficou conhecida pela banha suína e cereais produzidos pelos seus cooperados e comercializados nos principais centros urbanos do país (MORASCO, 2007).

Os imigrantes italianos e alemães participaram da criação de outras cooperativas agrícolas no estado, como em Nova Veneza e Criciúma (1910), Armazém, Urussanga Baixa e Azambuja (1911) e Belverde (1913). Nos anos 1920, o cooperativismo expandiu-se ao oeste catarinense e, com inspiração nas Caixas Rurais Raiffeisen sul-rio-grandenses, surgiram duas cooperativas em Concórdia, uma de consumo e crédito em 1925 e a outra de crédito em 1926. As associações de crédito foram fundamentais para o surgimento das cooperativas de laticínios na mesorregião Oeste anos mais tarde (OCESC, 2000).

No Paraná, as cooperativas no meio rural apareceram mais tarde, a partir dos anos 1920, relacionadas às colônias de imigrantes ucranianos, poloneses, alemães, italianos, japoneses e franceses. Igualmente ao movimento gaúcho e catarinense, a falta de infraestrutura básica e de produtos de consumo, insumos, armazéns e a exploração mercantil, foram pontos centrais para o desenrolar do cooperativismo no estado.

As três ondas de colonização paranaense deram base para a formação do cooperativismo agropecuário no estado, com a atuação de diferentes grupos de imigrantes em várias atividades. Nas mesorregiões Centro e Sul do Paraná foi onde cooperativismo iniciou, com o protagonismo dos imigrantes poloneses, holandeses e alemães. As primeiras cooperativas desempenharam papel decisivo na implantação das colônias, assumindo as incumbências do poder público. Na agropecuária, elas exerceram influência na economia das mesorregiões, introduzindo pastagens artificiais, melhorando os rebanhos de gado leiteiro, fornecendo assistência técnica e financeira e atuando na produção de laticínios e cultivos de cereais (IPARDES, 1974).

A primeira cooperativa de agricultores no Paraná foi a Sociedade Cooperativista de Consumo “Svitlo” (“luz” em ucraniano), organizada por imigrantes ucranianos em 1920 em Carazinho, comarca de União da

seguintes se tornariam as maiores cooperativas no país: a Cooperativa Agrícola de Cotia, em 1927 em Cotia e a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, em 1929 em Mairiporã (PINHO, 1966; SEABRA, 1977).

Vitória.¹⁹ Essa associação, de caráter comercial e consumo, tinha o objetivo de reduzir o custo dos insumos e utensílios utilizados pelos sócios e evitar a intermediação na venda da produção, fazendo-a diretamente ao mercado consumidor.

Destacou-se igualmente, a criação da Sociedade Cooperativa Hollandesa de Laticínios em 1925 (mais tarde denominada cooperativa Batavo), originada por imigrantes holandeses que produziam manteiga e queijo para o comércio em Ponta Grossa, Castro, Curitiba e São Paulo. Em 1920, foi constituída a Sociedade Cooperativa de Comércio “União-Lavora” em Sant’Ana, no município de Cruz Machado, cujo funcionamento lembrava as cooperativas Raiffeisen do Rio Grande do Sul e em 1930, na Vera Guarani, hoje município de Paulo Frontin, ergueu-se a Cooperativa Agrária de Responsabilidade Ltda. “Liberdade”. As cooperativas de imigrantes japoneses surgiram mais tarde, na década de 1930, como a Cooperativa Agrícola Três Barras Ltda., fundada em 1939 no município de Assaí e dedicada à cafeicultura (IPARDES, 1974).

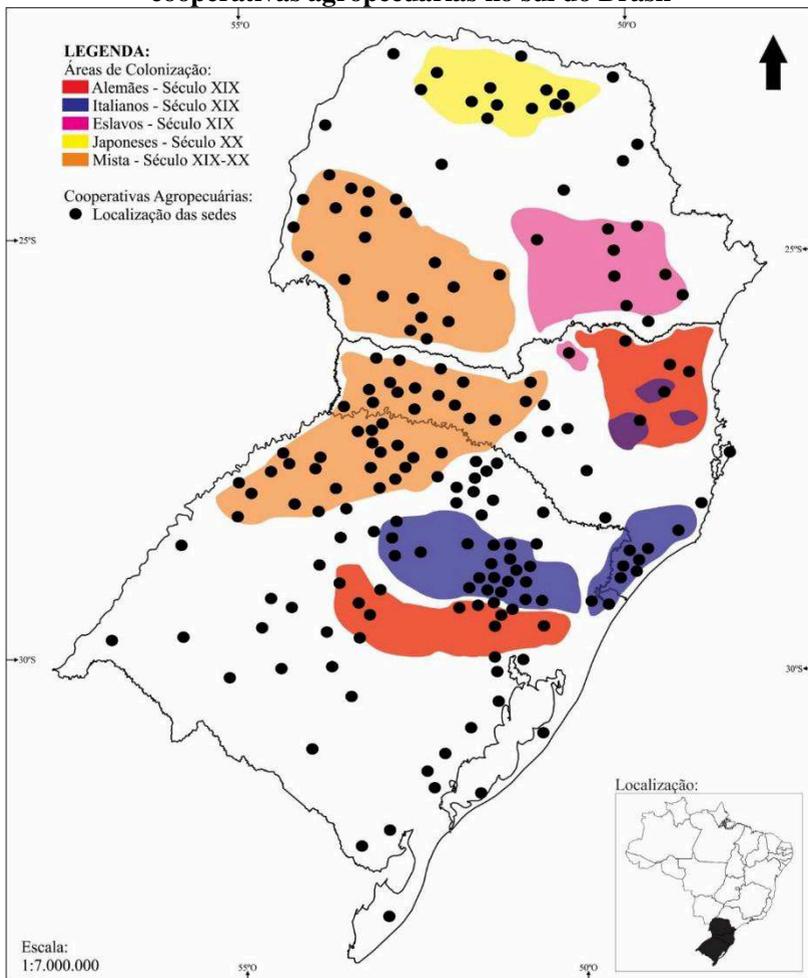
O primeiro momento do cooperativismo no Sul se traduziu em estratégias individuais e coletivas para acelerar as mudanças, como a circulação de capitais, bens e serviços, atuando como substituto do Estado e promotor do desenvolvimento rural (UNIRCOOP, 2003).

Para Fleury (1983), o cooperativismo foi uma solução ideal para a comercialização dos produtos agropecuários e aquisição de insumos, libertando, em parte, os produtores sócios das cadeias de intermediários, os atravessadores. Posteriormente, com o apoio do poder público, as cooperativas expandiram-se e diversificaram-se pelo Sul, conservando as particularidades da formação social da qual originaram-se, como a participação dos descendentes de imigrantes, pequenas propriedades, diversidade de produtos e o caráter mercantil.

O **Mapa 02** enfatiza as áreas de colonização e os locais das atuais sedes das cooperativas agropecuárias em atividade no sul do Brasil. A finalidade do mapa é demonstrar a importância da formação sócio-espacial da pequena produção mercantil, ligada aos diferentes grupos de imigrantes, na atual distribuição das cooperativas na região.

¹⁹ A cooperativa “Svitlo” contou com o auxílio de Valentin P. Cuts, um agrônomo ucraniano que transferiu-se para o Brasil em 1912 por perseguição política e tornou-se pioneiro do cooperativismo no Paraná. Sob sua orientação, entre 1918 e 1930, foram criadas quatorze cooperativas no Paraná, duas em Santa Catarina e uma em São Paulo (IPARDES, 1974).

Mapa 02. Áreas de colonização dos imigrantes e as sedes das atuais cooperativas agropecuárias no sul do Brasil



Fonte: Dados das sedes das cooperativas: OCERGS, 2016; OCESC, 2016; OCEPAR, 2016. Dados sobre áreas de colonização: ESPÍNDOLA, 2002.

Organizado pelo autor.

1.2 O cooperativismo agropecuário e a aproximação do Estado (1930-1950)

A década de 1930 foi um marco para o cooperativismo brasileiro, quando o Estado – em nível Federal e, alguns casos, em nível estadual –

começou a apoiar o associativismo em ramos diversos da economia. Com a intensificação do processo de urbanização e industrialização no país, as cooperativas de produtores lograram grandes avanços na questão legal e no apoio fiscal e financeiro público, ampliando o número de instituições e cooperados.

O início do processo de industrialização do país teve como origem as mudanças cíclicas da economia mundial após a Crise 1929 (3º Ciclo de Kondratieff – 1896 a 1948). A partir da recessão internacional, a economia brasileira foi impactada pela queda da demanda externa de café, principal fonte de divisas na época, reduzindo a capacidade de importação. A alternativa proposta pelo governo de Getúlio Vargas foi a substituição das importações, desencadeando a industrialização nacional (RANGEL, 1985).²⁰

O crescimento industrial, primeiro com a produção dos bens de consumo não-duráveis, intensificou o movimento de urbanização que, por sua vez, pressionou a demanda alimentar dos centros urbano-industriais. Nesse contexto, as cooperativas de consumo urbanas e de produtores rurais foram incentivadas como alternativa ao abastecimento alimentar.

Gonçalves (1987) afirma que a industrialização, acompanhada pela urbanização, expôs a dificuldade de abastecimento dum mercado consumidor em expansão sem estrutura varejista, que submetia os operários à escassez. Além da dificuldade de abastecimento, outro problema era a domínio do capital comercial tradicional, que devido a altas margens de comercialização encarecia os produtos agropecuários que chegavam nas cidades. De acordo com Fleury (1983), a industrialização acentuou o problema de abastecimento urbano, onde os produtos chegavam aos consumidores através de uma longa rede de intermediários, caros e, muitas vezes, de má qualidade.

Desta maneira, com o auxílio do Governo Federal, o cooperativismo expandiu-se como alternativa para enfrentar os desdobramentos da Crise de 1929. O poder público, procurando amenizar a pressão social e garantir mão-de-obra barata à indústria nascente, com alimentos em quantidade e acessíveis, apoiou primeiro as cooperativas de consumo de inspiração rochdaleana nas cidades, que tornaram-se numerosas em razão dos vantagens fiscais (GONÇALVES, 1987).

²⁰ É importante salientar que a década de 1930 marca o amadurecimento do capital industrial nacional, que havia surgido décadas antes. A substituição de importações não surgiu do nada, mas de indústrias que em boa parte já existiam e passaram a contar com apoio do Estado (RANGEL, 1985)

No meio rural, foram incentivadas as cooperativas agropecuárias de compra e venda em comum, com o objetivo de aproximar os produtores rurais dos consumidores urbanos. Assim, neste momento inicial de expansão do cooperativismo agropecuário, as associações atuavam como capital comercial, na compra e venda em conjunto de produtos e insumos.

Consoante Gonçalves e Vegro (1994), as cooperativas dos produtores rurais destinadas à compra e venda em comum obtiveram os ganhos antes destinados aos intermediários, tanto na venda dos produtos do campo, quanto na compra dos insumos. As organizações contribuíram para romper com as instabilidades dos mercados, principalmente nos hortigranjeiros, produtos perecíveis que tornam impraticáveis sua produção sem garantia de colocação.

Em 1932 foi promulgado o Decreto nº 22.239, a primeira lei específica que tratava da constituição, organização e funcionamento das cooperativas no Brasil. A legislação definia as especificidades das sociedades cooperativas diante de outras formas de associações e facilitou a fundação das instituições, isentando-as de uma série de impostos. Com isso, o Estado não só passou a regulamentar a constituição das cooperativas, como procurou incentivar ao máximo a sua criação (PINHO, 1966).²¹

Ao longo dos anos trinta, a legislação do cooperativismo teve grandes mudanças com o objetivo de impulsionar o surgimento e ascensão das instituições no país. Com os mesmos fins, em 1933 foi criado o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC).²²

²¹ Até 1932, não havia no Brasil uma legislação específica para o cooperativismo, apenas artigos incorporados em outros decretos que tratavam as cooperativas de maneira muito vaga e imprecisa, como no Decreto nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907 (PINHO, 1966).

²² Com relação aos aspectos legais, a lei de 1932 foi um marco para o cooperativismo, principalmente por ser baseada nos princípios e doutrinas do cooperativismo rochdaleano. Porém, em 1934, foi instituído no Decreto nº 24.647 (Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos) destinado à concessão de auxílios financeiros às organizações sindicalistas-cooperativistas já existentes ou a fundar. Essa lei revogou o Decreto nº 22.239 de 1932 e instituiu o cooperativismo-sindicalismo, tornando as cooperativas subordinadas aos interesses dos sindicatos. Em 1938, o Decreto nº 581 revogou a lei 24.647 e revigorou o Decreto nº 22.239, voltando-se as bases do cooperativismo rochdaleano. O Decreto nº 581 também atualizou o sistema de registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas, tornando obrigatório o

Conforme Fleury (1983), havia a preocupação do Estado em encontrar soluções para o abastecimento urbano, contudo, que atendesse às necessidades urbanas e industriais, sem ferir os interesses da classe dominante no campo (os cafeicultores paulistas, estancieiros gaúchos e coronéis nordestinos). O cooperativismo foi a solução ideal para os problemas da época, descrito pela autora como “a revolução branca no campo”. O cooperativismo agropecuário era muito atraente para o Estado por seus princípios doutrinários, que revestiam o movimento de um caráter reformista, necessário para justificar intervenções na economia que seriam feitas em nome das classes desfavorecidas. Porém, o “caráter reformista” do movimento se esgotou nas pretensões modernizantes e na inserção dos produtores ao mercado, não tocando, por exemplo, no problema da propriedade da terra e do trabalho rural, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias.

Entre 1932 e 1941, foram fundadas 1.172 cooperativas no Brasil: 445 de consumo, 113 de crédito, 114 de produção animal e 438 de produção vegetal. A maioria eram de São Paulo (296 unidades – 25%), Rio Grande do Sul (183 – 15,6%), Pernambuco (149 – 12,7%), Paraná (118 – 10%), Rio de Janeiro (74 – 6,3%), Santa Catarina (65 – 5,5%) e Paraíba (64 – 5,4%). Na Região Sul, foram criadas 366 cooperativas, ou seja, 31,2% do total do país (IBGE, 1946).

Pinho (1966) enfatiza que foi somente a partir de 1932 que houve um surto relativamente apreciável do cooperativismo no Brasil, devido principalmente a dois fatos: primeiro, o poder público viu nas cooperativas uma eficiente solução aos problemas resultantes da conjuntura econômica mundial (Crise de 1929) e da estrutura econômica interna (fragilmente assentada sobre a monocultura extensiva e enfrentando graves crises do café); segundo, a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, o Decreto nº 22.239, que desfez as confusões, até então frequentes, entre cooperativas e outras sociedades.

Na década de quarenta, aprofundaram-se as isenções fiscais e os incentivos creditícios do governo com a criação da Caixa de Crédito Cooperativo em 1943 (Decreto nº 5.893 de 1943), cujo objetivo era financiar o setor. Em 1951, a Caixa de Crédito Cooperativo transformou-se no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), um importante

agente de capitalização para as cooperativas brasileiras (PINHEIRO, 2005).²³

Entre 1944 e 1950, foram registradas no Ministério da Agricultura 1.842 cooperativas, sendo 1.029 de consumo, 137 de crédito, 121 de produção animal e 489 de produção vegetal. Em 1950, existiam 1.454 cooperativas de produção animal e vegetal no país, contra 1.144 em 1946 e 252 em 1936 (IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos).

No sul do Brasil, com os incentivos públicos, nas décadas de trinta e quarenta ocorreu a intensificação na fundação e registro das cooperativas rurais: em 1940, das 530 cooperativas agropecuárias existentes no país, 208 estavam localizadas na Região Sul (39,2%) e dos 46.890 produtores sócios, 22.482 eram de cooperativas sulistas (49,7%) (PINHO, 1962).

No Rio Grande do Sul, a primeira atividade atraída pelo ambiente pró-cooperativo foi a vinicultura, ainda nos anos 1930 e, posteriormente, surgiram cooperativas de madeireiros e de produtores de banha, leite, fumo e cebola (SEIBEL, 1994 in ALVES, 2003).

Em Santa Catarina, na década de trinta, ocorreu impulso para a criação das cooperativas de crédito, as caixas rurais, e agropecuárias no oeste (Cunha Porã, Itapiranga e Palmitos) e de erva-mate no norte (Canoinhas, Mafra e Campo Alegre). Evidencia-se a Sociedade Cooperativa Palmitos, fundada em 1933, atualmente Cooperativa A1, cujo o nome faz referência a primeira cooperativa agropecuária formal de Santa Catarina (OCESC, 2000).

No Paraná, destacou-se, nesse momento, as cooperativas de erva-mate, originadas devido aos problemas de redução da demanda do produto e queda no preço. Com o apoio do Estado, as cooperativas ervateiras organizaram-se em torno de uma federação, abrangendo instituições paranaenses, catarinenses, gaúchas e mato-grossenses, possuindo capacidade de armazenagem de vinte mil toneladas, sendo referência para todo o cooperativismo nacional da época. Além do mais, nos anos 1930, expandiram-se nas colônias de imigrantes do centro-sul

²³ O BNCC surgiu pelo Decreto nº 30.265 de 1951 e possibilitava, com exclusividade, a participação indireta das cooperativas de crédito na captação de depósitos à vista na Câmara de Compensação de Cheques. O BNCC era controlado pela União, que inicialmente participava com 60% de seu capital, sendo os 40% restantes subscritos pelas cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento. Nas décadas de 1970 e 1980, momentos de auge do crédito rural, o BNCC participou da capitalização das cooperativas brasileiras, não obstante, em 1990 o banco teve suas operações encerradas (PINHEIRO, 2005).

paranaense as cooperativas de produção de laticínios e no norte foram criadas as primeiras cooperativas de cafeicultores, com a participação dos imigrantes japoneses (IPARDES, 1974).

Em 1940, havia 19.613 associados no Rio Grande do Sul, aumentando para 35.505 em 1950. Em Santa Catarina, havia 1.610 produtores associados as cooperativas em 1940 e 9.804 em 1950. No Paraná, eram 1.259 sócios em 1940 e 4.607 em 1950 (PINHO, 1962).

Afirma Alves (2003) que, o período que se estendeu desde o aparecimento das primeiras cooperativas até meados da década de 1950, pode ser considerado como a “era romântica do cooperativismo”, quando as cooperativas tinham como objetivo principal atuar no comércio da produção agrícola dos cooperados e na aquisição e repasse de insumos e bens de consumo, eliminando intermediários. Também, era pequena ou mesmo inexistente, a preocupação com economias de escala, o que é explicitado pelo fato de que a maioria das cooperativas eram pouco especializadas, prontificando-se a receber e comercializar vários produtos agrícolas dos associados. Portanto, apesar de as cooperativas agrícolas surgirem no Brasil ainda no final do século XIX, foi somente a partir de 1930 que começaram a obter importância, principalmente, as cooperativas de consumidores e cooperativas agrícolas de comercialização. Nas décadas seguintes, esse padrão de atuação do setor foi incentivado e chegou ao seu auge nos anos 1960, quando novas mudanças políticas e econômicas no país desencadearam transformações no cooperativismo agropecuário.

1.3 O cooperativismo agropecuário e a modernização da agricultura (1950-1970)

A fase recessiva do 3º Ciclo Longo encerrou-se com a Segunda Guerra Mundial e o Brasil emergiu como uma das economias mais dinâmicas do mundo, pois, mesmo na fase crítica do ciclo (1929 a 1945), o país continuou crescendo através da dinâmica do ciclo médio interno e do processo de substituição de importações. Com o início da fase expansiva da economia global no pós-guerra (fase “a” do 4º Ciclo Longo, 1948/73), o país continuou com a substituição das importações, internalizando novos setores industriais, como o Departamento I

industrial de bens de capital, e com elevado incremento urbano (RANGEL, 1985).²⁴

Rangel (1983) observa que a evolução industrial brasileira realizou-se pela sequência de períodos críticos e de ascensão, seguindo a dinâmica dos ciclos médios internos. Nos anos cinquenta, a primeira metade foi crítica e com mudanças institucionais importantes – mudanças cambiais, cotas para exportação e importação e reserva de mercado para indústria pesada – que auxiliaram na retomada do crescimento em 1955/1960 (Juscelino Kubitschek e o Programa de Metas). Nos anos sessenta, a fase recessiva do ciclo médio (1962-65) foi marcada pelo Golpe Militar de 1964. No contexto econômico, ocorreram mudanças institucionais centradas na correção monetária, dando origem ao novo aparelho de intermediação financeira, preparando o advento para a fase expansiva. Essa fase, que iniciou em 1966 e prolongou-se até 1974, foi um período de grande ascensão interna, chamado de “Milagre Econômico”. No período de 1975 a 1980, já sob a fase “b” do 4º Ciclo Longo (iniciada em 1973), o Brasil continuou crescendo devido à política econômica de levar a economia adiante em “marcha forçada” via II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND.

Nesse panorama econômico, a agricultura incumbiu-se de uma nova função: intensificar o fornecimento de alimentos e matérias-primas, liberar mão de obra para o meio urbano sem diminuir sua produção, tornar-se mercado consumidor aos produtos industrializados, aumentar as exportações e financiar parcela da capitalização da economia (DELGADO, 2001).

O problema entre agricultura e industrialização, no que dizia respeito à necessidade de aumento de oferta de bens agrícolas e liberação de parte da mão de obra, foi resolvido através da entrada de capital para compensar a saída de mão de obra, processo que ficou conhecido como modernização da agricultura brasileira e representou o avanço do capitalismo no meio rural, contando com o apoio do Estado (RANGEL, 2000).

Alves (2003) relata que, já nos anos cinquenta, o diagnóstico que deu origem ao Plano de Metas (1956/61), identificava o baixo nível de produtividade da agricultura nacional como um entrave ao desenvolvimento da economia brasileira. Dessa maneira, para aprofundar o grau de industrialização do país era essencial a modernização da

²⁴ Entre 1938 e 1963, a produção industrial brasileira ampliou 6 vezes e a do mundo 3,8 vezes, sendo dos países capitalistas 3 vezes e dos países socialistas 8,8 vezes (RANGEL, 1985).

agricultura nacional, que era conduzida segundo moldes tradicionais. Isso permitiria a liberação de mão de obra às atividades urbanas e o barateamento dos alimentos, o que ajudaria a conter os custos de reprodução da força de trabalho. O aumento da produtividade no campo também tornaria a produção nacional mais competitiva internacionalmente, gerando exportações e diminuindo importações de alimentos e matérias-primas agrícolas, permitindo, dessa forma, que as reservas internacionais fossem usadas na importação de bens de capital para a indústria em processo de implantação. Contudo, a industrialização da agropecuária só ocorreu de forma mais intensa nos anos 1960 e 1970, com a difusão das relações de trabalho capitalistas e incorporação de insumos industriais.

Nos anos sessenta, acompanhando o movimento da industrialização da agropecuária, as cooperativas rurais adentraram na produção agroindustrial. O setor passou por um processo de integração vertical montante (produção de insumos) e jusante (agroindustrialização). A partir desse momento, as cooperativas deixaram de ser uma simples resposta à intermediação do capital comercial tradicional e passaram a ser concorrentes do capital produtivo, organizando sua produção com vistas à industrialização (GONÇALVES e VEGRO, 2004).

As cooperativas rurais, que até então atuavam majoritariamente no repasse de insumos e venda em comum da produção, integraram-se na produção agroindustrial. Esse avanço teve o apoio público e deu origem a um cooperativismo muito mais ágil economicamente, com maior poder no mercado interno e nas exportações.

Até meados dos anos 1970, descreve Delgado (1985), prevaleceu no Brasil uma estrutura cooperativa com características tipicamente comerciais. O advento da modernização ensejou o surgimento de um novo estilo de cooperativismo rural, as “multicooperativas”, entidades cuja estrutura e dinâmica de expansão assemelhavam-se com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial.²⁵

Na medida em que a modernização da agricultura foi posta em andamento, os incentivos públicos foram direcionados às cooperativas agropecuárias, em detrimento das cooperativas de consumidores, gerando

²⁵ Além do termo multicooperativa (BENETTI, 1992; DELGADO, 1985), tal modelo de cooperativa agropecuária também foi chamado de “cooperativa empresarial” (FLEURY, 1983; CORADINI, 1981; SCHNEIDER, 1981) ou “agroindústria cooperativa” (GONÇALVES, 1987). Todas as denominações referem-se as cooperativas que atuavam de acordo com o modelo de produção capitalista no campo.

mudanças estruturais no setor.²⁶ O Estado, articulador do processo de acumulação capitalista no campo, engendrou o fortalecimento das cooperativas de produtores rurais no ensejo de empreender uma política de modernização agrícola (GONÇALVES, 1987).

Em 1971, foi promulgada a lei nº 5.764, conhecida como “Lei do Cooperativismo”, o marco legal do setor no Brasil até os dias atuais. A lei definiu cooperativa como sociedade de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, sem objetivo de lucro (legalmente, nas cooperativas não há *lucro*, mas *sobras*). Outros pontos relevantes foram: adesão voluntária e ilimitada de sócios sem discriminação política, racial e social; controle democrático com “um homem, um voto”; *quórum* da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; proibição de venda de cotas-partes para estranhos à cooperativa e retorno das sobras líquidas do exercício proporcionais às operações de cada associado.²⁷

Concomitante à legislação, foi instituído um grupo de entidades representativas do setor, em nível nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e, no âmbito estadual, uma organização em cada federação (ex: OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo e assim por diante). Essa estrutura política contribuiu para centralização e organização do cooperativismo no Brasil, evitando conflitos de interesse entre as cooperativas e seus órgãos representativos, comuns até então.

²⁶ As cooperativas de consumo no meio urbano, que foram as primeiras a ganhar expressão com as mudanças políticas e econômicas nos anos trinta entraram em decadência quando os incentivos fiscais foram retirados e tiveram que concorrer no mercado. Essas cooperativas entraram em declínio com as mudanças posteriores a 1964, não só pela questão tributária, mas também pela emergência dos supermercados, que destruíram a base competitiva de um grande número de cooperativas de consumo pequenas e isoladas (GONÇALVES, 1987).

²⁷ Esses elementos legais diferenciam as sociedades cooperativas das empresas privadas, que são consideradas como sociedades de capitais, cujo objetivo central é o lucro, com número limitado de acionistas, poder de decisão e participação nos lucros de acordo com o capital (ações) investido na empresa. Com relação ao lucro, Gonçalves (1987) discorre que existe uma diferença superficial entre cooperativas e empresas comerciais, pois ambas visam o lucro quando atuam na produção.

Fleury (1983) analisa que a nova lei abriu a possibilidade das cooperativas operarem com terceiros, restabeleceu as operações de crédito em cooperativas mistas, concedeu isenção de impostos (foram consideradas sociedades que não produzem renda e por isso sendo isentas de Imposto de Renda e Imposto de Circulação de Mercadoria), eliminou a necessidade de prévia autorização para fundação e funcionamento de cooperativas e permitiu que fixassem, a seu próprio critério, sua área de operação e de admissão de novos sócios. Com esse decreto, as cooperativas beneficiaram-se de condições especiais de funcionamento no mercado, com uma série de facilidades de operação e isenção de impostos.

O Governo Federal, com base no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965 e na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que foi reformulada em 1965 e passou a ser a principal fonte de recursos para comercialização da produção agrícola no país, fomentou o novo padrão de cooperativas no meio rural (ALVES, 2003).

O SNCR foi fundamental para consolidação da modernização da agricultura brasileira, bem como, para aproximar as cooperativas ao novo modelo produtivo. O programa tinha como objetivo ofertar crédito rural com juros subsidiados aos produtores e cooperativas para adotar a nova base tecnológica e produtiva. O crédito permitiu o consumo de máquinas, equipamentos e fertilizantes, que, além de ampliar a produção de alimentos e matérias-primas, garantiu a instalação de um complexo agroindustrial no Brasil (DELGADO, 1985).

Na década de 1970, o volume de crédito rural aplicado foi de R\$ 1,22 trilhão e nos anos oitenta somou R\$ 1,24 trilhão. Para as cooperativas, o crédito foi de R\$ 153 bilhões nos anos setenta e R\$ 114 bilhões nos anos oitenta (*valores corrigidos pelo IGP-DI*).

A **Tabela 01** apresenta os valores do crédito rural direcionados às cooperativas brasileiras de 1970 a 1989. Os valores foram utilizados para capitalização das instituições e no repasse aos produtores sócios.

Tabela 01. Crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias – 1970 a 1989

Ano	Valor	Cresc.%	Ano	Valor	Cresc.%
1970	4.097	17,5	1980	23.691	4,2
1971	5.029	22,7	1981	27.489	16,0
1972	7.239	43,9	1982	22.546	-18,0
1973	12.167	68,1	1983	13.878	-38,4
1974	14.117	16,0	1984	6.977	-49,7
1975	23.718	68,0	1985	3.220	-53,8
1976	21.356	-10,0	1986	3.077	-4,4
1977	20.395	-4,5	1987	4.153	35,0
1978	22.253	9,1	1988	5.919	42,5
1979	22.727	2,1	1989	3.170	-46,4
Total	153.098	23,3%	Total	114.120	-11,3%

Em Milhões de Reais corrigidos (IGP-DI 12/2015). Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, BCB, 1970/89.

O período com maior aplicação de recursos foi de 1973 a 1983, com desembolsos de R\$ 224 bilhões, tendo o maior valor aplicado em 1981, com R\$ 27,4 bilhões. Na década de 1970, o crédito para cooperativas cresceu 23,3% ao ano e, na década de 1980, a variação foi -11,3% ao ano. Já no início dos anos oitenta, o crédito às cooperativas reduziu, acompanhando a queda dos valores em todo o SNCR. O volume diminuiu de R\$ 27 bilhões em 1981 para apenas R\$ 3 bilhões em 1983.

É importante frisar que, no momento de ápice dos recursos do crédito oficial, os juros eram negativos, ou seja, abaixo da inflação, o que incentivou os empréstimos das cooperativas. Assim, o crédito contribuiu para a organização e expansão das cooperativas, que tornaram-se grandes complexos agroindustriais, com importância crescente no mercado interno e externo. Tal período ficou conhecido como “auge do cooperativismo agropecuário”, devido ao grande agigantamento do setor e do apoio financeiro via crédito público subsidiado.

Já a Política de Garantia de Preços Mínimos priorizou as cooperativas como instrumento de comercialização da produção agrícola. A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), responsável pela PGMP, e as autoridades monetárias, no caso o Banco do Brasil, atuaram de forma coordenada destinando às cooperativas parcelas privilegiadas de recursos creditícios da PGPM. Em 1971, 48% dos recursos do programa foram destinados as cooperativas e em 1981 essa participação progrediu para 64% e 83% em 1991. Em valores corrigidos, os recursos às

cooperativas somaram R\$ 2,8 milhões em 1971, R\$ 29,2 milhões em 1981 e R\$ 3,4 milhões em 1991, momento em que o programa encontrava-se em decadência (GRAMACHO, 1993).

O processo de modernização da agricultura foi determinante para a mudança nos rumos do cooperativismo agropecuário brasileiro, principalmente devido ao crédito rural abundante. Simultaneamente, as cooperativas atuaram na disseminação das novas bases tecnológicas, de mercados e produtos entre seus sócios, ou seja, foram agentes da modernização da agricultura.

Para Benetti (1992), nesse momento, as cooperativas foram importantes instrumentos da modernização agropecuária, pois facultariam a compra de grãos, possibilitariam reduzir custos com circulação da produção, oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada e garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura. Por isso, afirmou a autora, o interesse do Estado em promover as cooperativas entre os agricultores.

As cooperativas, ao concentrarem o comércio da produção, reduziram os gastos com a circulação da produção, facilitando a compra estatal de grãos, pois era melhor transacionar com as cooperativas do que com inúmeros agricultores isolados. De outro lado, a concentração dos produtores facilitava a difusão de uma tecnologia de exploração dos solos mais avançada, capaz de aumentar a produtividade físico-econômica da lavoura. As cooperativas transformaram-se em veículos privilegiados da modernização, fornecendo adubos, inseticidas, máquinas, novas variedades de sementes e orientação técnica e de práticas de conservação dos solos. À medida que a cooperativa repassava o crédito bancário oficial destinado à aquisição dos elementos materiais de produção, ela induzia a incorporação de tecnologia mais moderna para um maior número de produtores. Deste modo, se não fosse a cooperativa, muitos agricultores não teriam acesso a financiamentos, dificultando a efetivação da modernização agropecuária, tanto pelo desconhecimento dos agricultores sobre os mecanismos de obtenção de crédito, como pela dificuldade dos bancos oficiais em operar um programa dessa natureza com milhares de micro-produtores dispersos (BENETTI, 1992).

Gonçalves (1987) alega que o cooperativismo tornou-se estratégico ao desenvolvimento capitalista no campo, pois a exigência de eficiência da agricultura moderna não é compatível com um grande número de produtores isolados, sem estrutura produtiva e de comercialização e com tecnologias de baixo rendimento cultural. Nesse sentido, as políticas governamentais buscaram no cooperativismo criar organizações dinâmicas, bem estruturadas e integradas em conjuntos

complexos produtivos, que possibilitassem o uso de novas tecnologias na produção agrícola e na transformação de produção, alcançando estágios de economia de escala para estas unidades produtoras de economia primária, geralmente de difícil penetração para inovações.

As cooperativas de produtores rurais, a partir da modernização do campo, passaram a ser concebidas como instituições de centralização de capital aplicado a agricultura, permitindo ganhos em escala e utilizando grande volume de insumos e tecnologia, que efetivaram a produtividade do trabalho no campo. As cooperativas agropecuárias atuaram internamente ao processo de acumulação capitalista e, segundo sua lógica, promoveram o desenvolvimento das forças produtivas (GONÇALVES, 1987).

A **Tabela 02** exhibe o número de cooperativas agropecuárias e produtores associados no Brasil entre as décadas de 1940 e 2000.

Tabela 02. Cooperativas agropecuárias e produtores associados no Brasil – 1940 a 2000

	1940	1950	1960	1970
Cooperativas	530	1.191	1.739	1.160
Associados	46.890	145.142	406.486	759.133
Sócios/Coop.	88,5	121,8	233,7	654,4
	1980	1990	2000	-
Cooperativas	1.480	1.400	1.411	-
Associados	1.718.145	800.000*	831.654	-
Sócios/Coop.	1.160,9	571,4	589,4	-

* Número estimado. Fonte: GONÇALVES, 1987; OCB, 2016.

O número de cooperativas agropecuárias foi crescente entre 1940 e 1960, saindo de 530 para 1.739 instituições, com evolução de 46,8 mil sócios para 406,4 mil sócios. Esse contexto compreendeu o aumento das cooperativas ligadas à compra e venda em comum. Nos anos 1970, o número de cooperativas agropecuárias diminuiu para 1.160, porém, os sócios cresceram para 759,1 mil. Nesse momento, pelo contrário, prevalecia o modelo do cooperativismo empresarial, que além do comércio, atuava junto ao capital industrial e financeiro, realizando atividades de recebimento, armazenagem, processamento e industrialização da produção (insumos e produtos alimentares), repasse de crédito, importação e exportação.

Gonçalves (1987) lembra que no período de 1960 e 1970 ocorreu a entrada dos grandes oligopólios e o início da fase mais avançada do

processo de modernização agrícola e, com isso, o número de cooperativas diminuiu devido a um intenso movimento de incorporações e fusões no setor, que agrupou-se como uma forma de fortalecimento no processo de acumulação. Entre 1970 e 1980, o número de cooperativas expandiu novamente, de 1.160 para 1.480 organizações, com o volume de sócios aumentando de 759 mil para 1,7 milhão. Ocorreu também, a formação de grandes cooperativas centrais e federações, que caracterizou o cooperativismo nesses anos.

O movimento de concentração em torno das cooperativas pode ser observado na relação do número de sócios por cooperativa. Em 1960, o número médio de produtores por cooperativa era de 233,7, em 1970 foi para 654,4 e em 1980 foi de 1.161. Dessa forma, nas décadas de 1970 e 1980, mesmo com a retração no número de cooperativas, a quantidade de sócios aumentou, desencadeando uma centralização de capital no setor, com o progresso das grandes cooperativas agropecuárias.

Com relação à produção, durante o período de modernização agrícola, as cooperativas aumentaram significativamente a participação na produção agropecuária nacional: em 1975 as cooperativas foram responsáveis por 78,7% do trigo, 52,5% da soja, 7,4% do algodão, 9,8% do café e 5% do arroz. Em 1980, a participação foi de 84,3% no trigo, 52,8% na soja, 23,7% no leite *in natura*, 12,7% no algodão, 9,5% no café e 15,1% no arroz. Em 1984, a participação do setor chegou a 95,7% do trigo, 49,8% da soja, 45,6% do leite *in natura*, 31,4% do algodão, 28,7% de café, 7% feijão e 10,8% do milho (Censo Agropecuário, 1975/1980, in DELGADO, 1985; GONÇALVES, 1987).

O modelo de cooperativa agropecuária que se expandiu da década de 1950 até meados de 1980, destacou-se especialmente nas Regiões Sul e Sudeste. Em 1970, 71,5% das cooperativas agropecuárias e 80% dos produtores associados localizavam-se no Sul e Sudeste, com pequena redução na participação regional em 1980, para 66% das cooperativas e 74,6% dos sócios. Das 26 maiores cooperativas agropecuárias do Brasil (singulares e centrais) em 1980, sete eram do Rio Grande do Sul, sete eram do Paraná e cinco de São Paulo (GONÇALVES, 1987).

A **Tabela 03** refere-se ao número de cooperativas agropecuárias e sócios no sul do Brasil entre 1940, 1950, 1960 e 1975.

Tabela 03. Cooperativas agropecuárias e produtores associados no Sul – 1940 a 1975

	1940	1950	1960	1975
Cooperativas	208	367	551	390
Part. Brasil	39,2%	30,8%	31,7%	33,5%
Associados	22.482	58.871	182.264	402.594
Part. Brasil	47,9%	40,5%	44,8%	50,6%
Sócios/Coop.	108,1	160,4	330,8	1.032,0

Fonte: PINHO e PINHO, 1979.

Entre 1940 e 1975, o número de cooperativas no sul do país evoluiu de 208 para 390 e os associados cresceram de 22,4 mil para 402 mil. Em 1975, o Sul representava um terço das cooperativas agropecuárias brasileiras e mais da metade no número de produtores associados. No período da modernização, com a intensa concentração nas cooperativas sulistas, o número de produtores por cooperativas passou de 108 sócios por cooperativa em 1940 para 1.032 sócios por cooperativa em 1975, ou seja, acompanhando o movimento que ocorria no cooperativismo nacional, as instituições do Sul tornaram-se grandes empresas, com maior número de sócios e maior capacidade produtiva.

Conforme Farias (2015), de 1950 a 1970 foi um período de forte crescimento nacional alavancado pelo capitalismo industrial, onde o desenvolvimento das cooperativas no Sul foi um fator estratégico ao país, em decorrência do forte potencial existente nas pequenas propriedades mercantis, fornecendo alimentos e matérias-primas para atender à demanda urbana gerada pela divisão social do trabalho.

Para Mamigonian (1966), os descendentes dos imigrantes europeus souberam valer-se do progresso industrial brasileiro a partir da década de 1950 e dos incentivos do Estado, formando cooperativas agropecuárias para integração ao mercado.

A preocupação do governo em resolver os problemas de produção, comércio, transporte, preços mínimos, armazenamento, crédito agrícola, em síntese, de racionalizar os incentivos à produção agrícola, vinham ao encontro dos interesses dos produtores da Região Sul de unir-se em cooperativas (CORADINI, 1981).

Benetti (1992) pormenoriza que o final da década de 1950 foi um marco histórico para o cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul, quando houve a fundação de 23 cooperativas tritícolas que, nas décadas de 1960 e 1970, expandiram-se extraordinariamente. As associações foram um instrumento para a realização dos objetivos do Estado,

umentando a produção, disseminando tecnologias e crédito, organizando e concentrando a comercialização de cereais, principalmente o trigo.

O interesse do poder público na organização dos produtores em torno de cooperativas no sul do país, mais especificamente no Rio Grande do Sul, tinha relação com sua política de substituição das importações de trigo e estímulo ao desenvolvimento da triticultura nacional. Um dos principais instrumentos escolhidos para executar essa política foi induzir a associação em cooperativas. Em 1957, foi criada a Comissão de Organização da Triticultura Nacional que tinha como objetivo central fomentar a organização de cooperativas (BENETTI, 1992).

Logo, as cooperativas gaúchas expandiram-se para outros ramos, principalmente a soja, envolvendo-se na industrialização, exportações e em projetos de colonização em outras regiões do país. As cooperativas estaduais cresceram e diversificaram as atividades, assumindo caráter de grande empresa capitalista, as “multicooperativas”, que registraram grande avolumamento na década de 1970 (BENETTI, 1992).

De acordo com Benetti (1992), a moderna cooperativa agrícola nasceu e desenvolveu-se na região setentrional do Rio Grande do Sul, em áreas que, por seus recursos naturais climáticos e edáficos, se mostraram aptas para o cultivo de uma série de grãos, como o trigo, soja, sorgo e milho e possuíam mais da metade dos solos mecanizáveis do estado. Seus habitantes eram, sobretudo, descendentes de alemães e italianos, que se dedicavam à policultura em pequenas propriedades.

Em 1975, existiam 220 cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, com 276 mil produtores cooperados, que destacavam-se na produção e industrialização de soja, trigo, leite, milho, bovinos, vinhos e suínos (PINHO e PINHO, 1979).

Em Santa Catarina, assim como no Rio Grande do Sul, na década de 1950 houve grande expansão das cooperativas ligadas à produção de trigo, principalmente na mesorregião Oeste, área de colonização de descendentes de imigrantes italianos e alemães. Nas décadas seguintes, as cooperativas do oeste catarinense desenvolveram o cultivo de outros grãos (soja e milho) e da pecuária intensiva (suínos, aves e gado leiteiro).

Na década de 1960, o aparecimento da soja como um promissor produto de exportação brasileiro concedeu um novo impulso ao cooperativismo agropecuário na Região Sul. Voltada primordialmente ao mercado externo, a cultura da soja passou rapidamente a ser incorporada pelos produtores de trigo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, pelas cooperativas às quais estavam filiados (ALVES, 2003).

Segundo Coradini (1981), a introdução da moderna produção de trigo e posteriormente da soja, foram o carro-chefe de profundas transformações na estrutura agrária e da emergência uma moderna estrutura de cooperativismo. A produção tritícola e de soja foi o estopim da fase de relacionamento entre a agricultura, a indústria e o capitalismo em geral, onde esses produtos representam a introdução e progressiva consolidação de uma nova forma de produção agrícola no Sul, estreitamente integrada e subordinada à agroindústria e às políticas estatais.

Nas décadas de 1960 e 1970, as entidades governamentais de Santa Catarina, como a ACARESC (posteriormente EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), estimularam o cooperativismo no estado através da extensão rural (muitos dos extensionistas transformaram-se em dirigentes de cooperativas agropecuárias no estado). Outro ponto, foram os incentivos fiscais estaduais e a criação em 1969 do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), que beneficiaram as cooperativas. Em 1975, o FUNDESC foi substituído pelo PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresa), que continuou apoiando as cooperativas de Santa Catarina (FARIAS, 2015).

Em 1969, surgiu a Cooperativa Central Aurora, um marco importante do cooperativismo agropecuário catarinense, reunindo diversas cooperativas singulares na produção industrial de suínos. No Rio Grande do Sul, algo semelhante estava em andamento desde a criação, em 1958, da FECOTRIGO (Federação das Cooperativas de Trigo e de Soja), que centralizava o comércio de trigo e posteriormente, na década de 1970, expandiu-se para o beneficiamento de soja (óleo e farelo) e insumos (calcário, herbicidas e inseticidas). Em 1975, existiam 88 cooperativas agropecuárias e 68 mil produtores sócios em Santa Catarina (PINHO e PINHO, 1979).

No Paraná, a mudança no rumo do cooperativismo agropecuário ocorreu no final dos anos 1960, posterior aos outros estados sulistas. O cooperativismo agropecuário surgiu no Paraná no início do século XX, nas regiões Centro e Sul pela ação dos imigrantes europeus, expandindo-se para o Norte na década de trinta com o protagonismo dos imigrantes japoneses. Durante o período de modernização agrícola, o setor consolidou-se em todo o estado, com a expansão para as mesorregiões Oeste e Sudoeste.

As primeiras mudanças no cooperativismo estadual (quando passou a incorporar, além da subsistência e comércio, a moderna produção capitalista), ocorreram na mesorregião Norte. Na década de

1950, ocorreu um surto de criação e expansão de cooperativas de cafeicultores no norte do estado, com o apoio do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e do Governo Federal (crédito rural e redução de impostos), tornando o estado um dos maiores produtores de café do Brasil (45% na safra 1961/62 e 62% na safra 1962/63). A implantação das cooperativas de café ocorreu entre as pequenas propriedades que buscavam melhorar as condições de produção, ter acesso aos insumos e máquinas para beneficiamento, garantir armazenagem e transporte (pela ferrovia até Santos/SP), melhorar a qualidade do produto e o valor obtido com a venda. Entre 1957 e 1964, foram fundadas 39 cooperativas de cafeicultores no norte do Paraná, incluindo uma cooperativa central e uma federação (IPARDES, 1974).

Contudo, com a maior produção de café e queda nos preços nos anos 1960, houve redução da atividade cafeeira no estado. No lugar do café, surgiram as lavouras mecanizadas de soja e trigo, o primeiro produto típico de verão e o segundo produto típico de inverno, que poderiam ser consorciados no mesmo solo e na mesma estrutura de produção, armazenagem e comércio. Os novos produtos exigiram das cooperativas e dos produtores sócios uma reversão completa na estrutura de plantio, tratos culturais, colheita, armazenagem e industrialização. Esse processo acelerou na década de setenta com o apoio do Estado via crédito para a construção de armazéns. A grande geada de 1975, que dizimou os cafezais, também contribuiu para expansão dos grãos na mesorregião (SERRA, 2013).

No oeste e sudoeste do Paraná, regiões de colonização mais tardia e com participação dos descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a origem do cooperativismo deu-se pela questão da subsistência, porém, a implantação da soja nos anos setenta atraiu os agricultores pelas condições de mercado e fomentou a união em torno das cooperativas para superar problemas relacionados com a falta de estrutura de armazenagem, acesso a máquinas, sementes, crédito rural e comércio. Assim, como nas demais mesorregiões, as políticas de crédito foram fundamentais para a estruturação das cooperativas no sudoeste e oeste paranaense, garantindo a expansão das lavouras mecanizadas de soja, milho e trigo e a construção das agroindústrias cooperativas (IPARDES, 1974).

No final dos anos sessenta e início dos anos setenta, as principais entidades relacionadas ao cooperativismo agropecuário no Paraná, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), com o apoio do

Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e da Companhia de Fomento do Paraná (CFP), implantaram um projeto de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário estadual, com o objetivo de disciplinar e estabelecer um zoneamento cooperativista para cada região do Paraná (IPARDES, 1974).

O estado foi dividido em três projetos regionais de cooperativismo: Projeto Iguaçu (PIC), que teve início em 1971, abrangendo o oeste e sudoeste do estado; Projeto Norte (NORCOOP), iniciado em 1974, cobrindo o norte do estado e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), que iniciou em 1976, envolvendo o centro e sul paranaense (IPARDES, 1974).

Alves (2003) explica que, com a implantação dos projetos de cooperativismo cobrindo todo o estado, cada cooperativa passou a ter uma área de atuação definida, visando eliminar a concorrência e melhorar o relacionamento entre elas. Isso evitaria a existência de um número excessivo de cooperativas agropecuárias, concorrendo entre si não apenas por mercados, mas também, por associados. Ao mesmo tempo, o projeto tinha objetivo de fomentar e auxiliar no desenvolvimento do setor, com assistência técnica, crédito e incentivos comerciais e fiscais.

Em 1975, existiam 82 cooperativas agropecuárias e 58,7 mil sócios no Paraná, até então, a menor expressão no cooperativismo agropecuário sulista (PINHO e PINHO, 1979).

Portanto, apesar da origem antiga, o período com maior crescimento do cooperativismo agropecuário no Sul foi nas décadas de 1950 e 1970, quando a União e estados incentivaram o ramo na região. As cooperativas foram apoiadas devido suas capacidades de disseminação da modernização, prevalecendo o modelo de cooperativa integrada ao comércio interno e externo e ao capital industrial – insumos, alimentos, matérias-primas.

Os incentivos às cooperativas sulistas foram diversos: garantia de preços e de mercado aos produtos, doação de infraestrutura de armazenagem, benefícios fiscais, crédito subsidiado, apoio para exportação, assistência rural e etc. Dentre as políticas de apoio ao setor, o crédito rural foi o principal instrumento na moldagem do cooperativismo agropecuário no Sul. Nas décadas de 1970 e 1980, momento de auge das aplicações de crédito para cooperativas (R\$ 267 bilhões), a maior parte do valor foi destinado às cooperativas do Sul, cerca de R\$ 159 bilhões, ou seja, 59,4% do valor total.

A **Tabela 04** expressa a participação das cooperativas da Região Sul nos desembolsos da política de crédito para o setor entre 1970 e 1990.

Tabela 04. Crédito rural às cooperativas agropecuárias da Região Sul – 1970 a 1990

	RS		SC		PR		Sul	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1970	1.024	25,0	160	3,9	393	9,6	1.577	38,5
1971	1.343	26,7	91	1,8	538	10,7	1.971	39,2
1972	2.396	33,1	109	1,5	1.064	14,7	3.569	49,3
1973	3.991	32,8	231	1,9	2.093	17,2	6.315	51,9
1974	4.588	32,5	311	2,2	2.710	19,2	7.609	53,9
1975	8.112	34,2	569	2,4	5.550	23,4	14.231	60,0
1976	7.688	36,0	534	2,5	4.656	21,8	12.878	60,3
1977	6.602	32,4	632	3,1	5.221	25,6	12.455	61,1
1978	7.466	33,6	725	3,3	4.887	22,0	13.078	58,8
1979	7.852	34,6	784	3,5	5.841	25,7	14.477	63,7
1980	8.344	35,2	948	4,0	6.382	26,9	15.674	66,2
1981	8.340	30,3	863	3,1	7.878	28,7	17.082	62,1
1982	6.254	27,7	891	4,0	6.329	28,1	13.473	59,8
1983	3.722	26,8	350	2,5	4.175	30,1	8.246	59,4
1984	1.596	22,9	242	3,5	2.539	36,4	4.377	62,7
1985	482	15,0	105	3,3	1.292	40,1	1.878	58,3
1986	492	16,0	130	4,2	1.346	43,8	1.968	63,9
1987	684	16,5	102	2,5	1.663	40,1	2.449	59,0
1988	1.054	17,8	262	4,4	2.292	38,7	3.608	60,9
1989	597	18,8	339	10,7	853	26,9	1.789	56,4
1990	791	17,5	210	4,7	1.648	36,5	2.649	58,7
Total	83.418	30,7	8.586	3,2	69.350	25,5	161.353	59,4

Valores corrigidos pelo IGP-DI (12/2015). Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, BCB, vários anos.

Em 1970, no início da política de crédito rural (SNCR), o volume de recursos aplicado nas cooperativas agropecuárias do Sul foi de R\$ 1,57 bilhão, 38,5% do valor total. Em 1975, o valor repassado avolumou para R\$ 14,2 bilhões, 59,6% do total e em 1980 para R\$ 15,6 bilhões, 66% do total. Deste modo, no momento de abundância do crédito, a maior parte dos recursos foi destinada às cooperativas sulistas. Entre 1985 até 1990, quando crédito teve forte queda, as cooperativas sulistas continuaram sendo as principais tomadoras.²⁸

²⁸ Além da Região Sul, outros estados também destacaram-se na tomada de financiamento para cooperativas, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,

O Rio Grande do Sul deteve R\$ 83,4 bilhões entre 1970 e 1990, sendo o principal destino dos recursos da política a nível nacional. Na década de 1970, o estado somou R\$ 51 bilhões do SNCR, com participação média de 33% do total do crédito. Nos anos 1980, a soma do crédito destinado às cooperativas gaúchas diminuiu para R\$ 31,5 bilhões, equivalente a 27,6% do total. O ano com maior participação das cooperativas rio-grandenses na política de crédito foi em 1976 com 36% e o maior valor captado foi em 1980 e 1981 com R\$ 8,34 bilhões. A partir de 1980, as cooperativas do estado perderam participação no crédito e, em 1985, registraram sua pior participação, R\$ 482 milhões, 15% do total.

Enquanto o Rio Grande do Sul reduzia relevância, o Paraná cresceu na tomada de crédito. A partir de 1982, o estado tornou-se o principal destino do crédito rural para cooperativas no Brasil, posição mantida até os dias atuais. A participação paranaense evoluiu de 9,6% em 1970 para 23,4% em 1975, 26,9% em 1980, 40% em 1985 e chegando a 43,8% em 1986. Em valores, o estado somou 69,3 bilhões entre 1970 e 1990 (25% do total), sendo R\$ 32,9 bilhões na década de 1970 e R\$ 34,7 bilhões na década de 1980, superando o Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos apontados na tabela, a participação do Paraná diminuiu para 26,9% em 1989 e 36,5% em 1990. Nesse contexto, constatou-se alta na tomada de crédito por parte de outros estados, como São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Minas Gerais.

Em Santa Catarina, o valor aplicado pela política de crédito ficou bem abaixo dos demais estados sulistas, R\$ 8,5 bilhões, cerca de 3% do volume total entre 1970 e 1990. A participação menor das cooperativas catarinenses, que oscilou entre 1,5% a 10,7%, decorreu, em parte, da existência de políticas de crédito a nível estadual, gerando menor necessidade de contratações com o SNCR, e do menor número de cooperativas existentes no estado na época.

Um agente financeiro que atuou no repasse do crédito oficial para o cooperativismo na Região Sul foi o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), contribuindo para que a região tivesse maior volume de crédito. Alves (2003) relata que a fundação do banco

Goiás, Bahia, Ceará, Alagoas e Mato Grosso do Sul. Em 1970, São Paulo participou com 36% do crédito rural, sendo o principal destino do crédito para cooperativas no ano, seguido pelo Rio Grande do Sul que teve 25% e Paraná e Minas Gerais com 9,6%. Em 1975, o Rio Grande do Sul com 34% concentrava a maior parte dos recursos, tendo o Paraná 23% e São Paulo 19%. Em 1980, Rio Grande do Sul e Paraná ampliaram as participações para 35% e 27%, respectivamente, e São Paulo diminuiu para 13,6%.

em 1961 coincidiu com o período de surgimento e expansão das cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e das cooperativas de cafeicultores no Paraná. Na década de setenta, os financiamentos concedidos pelo BRDE foram importantes para o fortalecimento das associações surgidas nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Os financiamentos através do banco foram direcionados aos investimentos, ou seja, para a modernização, verticalização e expansão das cooperativas da Região Sul.

Citando um estudo de Farias (2015), a origem das principais cooperativas da Região Sul, que ainda estavam em atuação em 2015, ocorreu nas décadas de 1950/60/70, contexto de grandes incentivos por parte do Estado. Nas décadas de 1950 e 1960, surgiram cerca de 60% das cooperativas do Rio Grande do Sul, 30% de Santa Catarina e 40% do Paraná. No ínterim de 1950 a 1980, o percentual elevou para 72% no Rio Grande do Sul, 42,5% em Santa Catarina e 61% no Paraná. Ou seja, o atual cooperativismo agropecuário regional teve origem, em grande medida, no período de modernização agrícola, quando houve expansão das forças produtivas e relações de produção capitalistas na agricultura meridional, episódio que também contou com o auxílio do cooperativismo.²⁹

1.4 A crise do cooperativismo agropecuário nas décadas de 1980 e 1990

No início dos anos oitenta, a economia brasileira entrou em crise, somando as fases “b” do ciclo médio interno e do ciclo longo, que já estava em recessão desde 1973. A coincidência entre as fases recessivas de ambos os ciclos lançou a economia em uma profunda crise que seria superada apenas no século XXI (RANGEL, 1985).

O PIB brasileiro manifestou variação reduzida nos anos oitenta e noventa: entre 1980 e 1989, a média de evolução do PIB foi de 3% ao ano e, de 1990 a 1999, caiu para 1,7% ao ano. O crescimento do PIB industrial foi de 5,7% ao ano nos anos 1980 para -2,1% ao ano na década de 1990 e o PIB agropecuário diminuiu de 4% ao ano para -1,9% ao ano (IPEADATA, 2015). O contexto de recessão foi marcado por políticas neoliberais preocupadas em conter a inflação, diminuir gastos públicos (com corte de crédito e aumento de juros) e liberalização da economia

²⁹ Os dados correspondem à análise da fundação de 121 cooperativas agropecuárias que ainda estão em atividade na Região Sul, sendo 47 do Paraná, 41 do Rio Grande do Sul e 33 de Santa Catarina (FARIAS, 2015).

(câmbio sobrevalorizado), prejudicando o setor produtivo e beneficiando o capital financeiro especulativo. A economia brasileira, que até então tinha sido ativa aos movimentos dos ciclos externos, nas décadas de 1980 e 1990, foi contaminada pelas políticas neoliberais e tornou-se coadjuvante de seu desenvolvimento.

Cabe afirmar que, para Alves (2003), as políticas de desenvolvimento da década de 1970, que estavam apoiadas na ampla oferta de crédito oficial subsidiado e na concessão de incentivos fiscais, foram subitamente abortadas no começo dos anos 1980 devido à necessidade de ajustar as contas públicas para combater a inflação e o desequilíbrio na balança de pagamentos.

Tal panorama político e econômico teve desdobramento no cooperativismo brasileiro. O número de cooperativas agropecuárias reduziu de 1.480 em 1980 para 1.334 em 1994, os sócios diminuíram de 1,7 milhão em 1980 para 800 mil em 1990 e os estabelecimentos agropecuários associados a alguma cooperativa reduziram de 658 mil em 1985 para 550,2 mil em 1996, ou seja, 107 mil propriedades a menos. As cooperativas também registraram queda na participação da produção nacional: entre 1984 e 1995, a parcela do setor na produção de soja diminuiu de 49,8% para 29,4%, no trigo foi de 95,7% para 62,1%, no leite de 45,6% para 39,7%, café de 28,7% para 27,9%, uva de 22,7% para 19,1% e no arroz de 15,3% para 11,3%. Em poucos produtos houve ampliação da participação, caso do milho que foi de 10,8% para 16,6%, feijão de 7% para 11,1% e cevada de 36,8% para 44,1% (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 1995-96; OCB, 2002).

Em concordância com Benetti (1992), até meados dos anos 1980, as cooperativas foram amparadas pelo Estado, com o crédito, juros subsidiados, desobrigação de impostos, assistência técnica, aquisição de produtos agrícolas, controle de preços, garantia de mercado, incentivos para exportação, doação de infraestrutura de armazenagem e etc. Todavia, a crise econômica interna impactou diretamente sobre a capacidade de intervenção estatal na economia, dando fim a muitas políticas de apoio à agropecuária e ao cooperativismo.

Dentre os principais fatores que encaminharam o setor à crise, destacou-se a redução de valores aplicados na política de crédito rural e agroindustrial. Nas décadas de 1970 e 1980, o cooperativismo agropecuário registrou grandes avanços, alicerçados no crédito rural oficial. No final da década de 1980 e anos 1990, em meio à “Crise da Dívida”, os gastos do governo com a política agrícola diminuíram, prejudicando as cooperativas e a agricultura. A **Tabela 05** revela a situação do crédito destinado às cooperativas nos anos oitenta e noventa.

Tabela 05. Crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias – 1980 a 1999

Ano	Valor	Cresc.%	Ano	Valor	Cresc.%
1980	23.691	4,2	1990	4.513	42,4
1981	27.489	16,0	1991	3.005	-33,4
1982	22.546	-18,0	1992	2.899	-3,5
1983	13.878	-38,4	1993	5.800	100,1
1984	6.977	-49,7	1994	4.109	-29,2
1985	3.220	-53,8	1995	2.689	-34,6
1986	3.077	-4,4	1996	4.367	62,4
1987	4.153	35,0	1997	2.634	-39,7
1988	5.919	42,5	1998	5.337	102,6
1989	3.170	-46,4	1999	4.059	-23,9
Total	114.120	-11,3%	Total	39.412	14,3%

Em Milhões de Reais corrigidos (IGP-DI 12/2015). Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, BCB, 1980/90.

Nos anos 1980, os valores do crédito para cooperativas diminuíram de R\$ 27 bilhões em 1981 para R\$ 13 bilhões em 1983 e R\$ 3,1 bilhões em 1989, com evolução média de -11% ao ano. Mesmo assim, a soma dos valores do crédito rural nesse período foi elevada, cerca de R\$ 114 bilhões, devido a grande aplicação de recursos nos anos iniciais do decênio.

Na década de 1990, o crédito continuou regredindo e somou R\$ 39,4 bilhões, valor bem inferior aos R\$ 153 bilhões dos anos setenta e R\$ 114 bilhões dos anos oitenta. Os menores valores registrados no financiamento das cooperativas foram R\$ 2,6 bilhões em 1997, R\$ 2,89 bilhões em 1992 e R\$ 2,68 bilhões em 1995. Apesar do crescimento percentual ter sido 14% ao ano nesse momento, essa oscilação não refletiu a realidade, pois em 1999 os recursos somaram R\$ 4 bilhões, menos do que em 1990.

Com a falta de crédito público, as cooperativas desenvolveram formas alternativas para obtenção de recursos financeiros, tanto para sua capitalização (para manutenção da atividade produtiva, capital de giro e aquisição de matérias-primas) como para os sócios, que igualmente encontravam dificuldades para obter crédito. Consoante Gimenes et al (2008), as cooperativas começaram a atuar como bancos, fornecendo recursos aos produtores que não tinham acesso ao crédito oficial e que não conseguiam negociar no mercado financeiro. Como as cooperativas agrícolas não possuíam recursos próprios para realizar estes empréstimos

aos produtores, elas o faziam recorrendo às instituições financeiras e, portanto, assumiam o risco do crédito.

Conforme Alves (2003), as “operações de troca” foram o principal mecanismo adotado pelas cooperativas para financiar a produção dos agricultores associados. Suas regras previam o adiantamento por parte das cooperativas de recursos (em insumos) aos cooperados, sendo a dívida convertida em quantidades equivalentes de produto. Na época da colheita, o produtor deveria quitar a dívida, entregando a quantidade de produto acordada. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para adquirir os insumos, recorriam a linhas bancárias de capital de giro, responsabilizando-se pelo financiamento junto ao agente financeiro. Com as mudanças políticas e econômicas nas décadas de 1980 e 1990, a agricultura ficou endividada e muitos produtores tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas. As cooperativas foram obrigadas a renegociar suas dívidas com juros cada vez mais altos e, ao mesmo tempo, devido aos compromissos financeiros já firmados, não poderiam contratar novos financiamentos.

Afirmam Gonçalves e Vegro (1994) que, mesmo no contexto de crise, as cooperativas continuaram financiando os sócios, assumindo riscos crescentes em meio a dificuldade de obter crédito, juros altos e as crescentes taxas de inadimplência, o que desencadeou o endividamento no setor. Como não repassaram o ônus do ajustamento das dívidas aos sócios, as cooperativas funcionaram como amortecedora da crise, complicando-se financeiramente.

Os recursos reduziram-se em outras políticas que beneficiavam as cooperativas agrícolas, como na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), no Empréstimo do Governo Federal (EGF) e na Aquisição do Governo Federal (AGF). Esses mecanismos operavam na garantia de preços e de comércio dos produtos agrícolas e sucumbiram nos anos 1990.³⁰ O fim do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em 1990, limitou as possibilidades de capitalização do setor, já que o banco era um importante agente de repasse de crédito às cooperativas.³¹

A partir de 1986, com objetivo de conter a inflação, foram criados uma série de planos heterodoxos de estabilização econômica (Plano

³⁰ O volume de Aquisição do Governo Federal (AGF) reduziu de 8,67 milhões de toneladas de alimentos em 1985 para 740 mil toneladas em 1990 e 72,6 mil toneladas em 1991 (CONAB, 2017).

³¹ O BNCC foi extinto pela lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990 que, além do banco, extinguiu uma série de entidades públicas, como a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Cruzado de 1986, Plano Verão de 1989, Plano Collor de 1990 e Plano Real de 1994). Esses planos acabaram agravando a situação financeira da agricultura e agroindústria brasileira, pois promoveram o desmonte das políticas de crédito, aumento das taxas de juros, redução dos preços agrícolas, abertura econômica e confisco dos ativos financeiros. Nos meses iniciais da execução de cada plano, aumentava a expectativa dos produtores quanto a melhora do mercado consumidor, motivando investimentos e empréstimos sob uma perspectiva futura favorável, porém, logo as políticas revelavam-se ineficazes. Havia reajuste de juros e queda nos preços pagos aos produtores rurais, acentuando o endividamento da agricultura e das cooperativas (ALVES, 2003).

Filho e Pinheiro (2008) descrevem que a estagnação da economia na década de noventa afetou as cooperativas com o rebaixamento dos preços agrícolas e a valorização da moeda. Os planos econômicos contribuíram para o endividamento das cooperativas, pois, por um lado, as dívidas agrícolas foram corrigidas e, por outro, os preços agrícolas ficaram congelados.

Outro fator que prejudicou as cooperativas agropecuárias foi a abertura comercial. A abertura do mercado interno às importações de produtos agrícolas iniciou nos anos oitenta e acentuou-se na década seguinte. Após 1994, com a desregulamentação de setores importantes e valorização do câmbio, as mercadorias externas ficaram mais baratas e as exportações mais difíceis. Essa condição expôs as cooperativas agropecuárias à concorrência com produtos e empresas externas em condições desfavoráveis (GASQUES et al, 2004).

Com a recessão econômica interna, a retração do mercado consumidor, dificuldade para exportar, concorrência com produtos e empresas estrangeiras, queda nos preços e dificuldade de obtenção de crédito, as cooperativas brasileiras registraram o pior momento de sua história, com falências, liquidações, fusões e incorporações. A crise ocorreu em todo o cooperativismo da Região Sul, porém, com intensidades diferentes, dependendo de fatores como: a integração com o capital financeiro privado e público, o grau de dependência dos incentivos públicos, tipo de produção, volume de investimentos e relação com o mercado externo e interno.

As cooperativas do Rio Grande do Sul foram as mais afetadas pela crise, apresentando alto número de falências, queda na produção, redução dos ativos e retração do corpo social. O afastamento do Estado e o endividamento condicionaram as cooperativas gaúchas ao processo de reestruturação produtiva, comercial e gerencial, no entanto, sem sucesso para retomar o crescimento e dinâmica econômica das décadas anteriores.

Benetti (1985) lembra que as cooperativas gaúchas expandiram-se sob o amparo do poder público, tendo como base a política de crédito e os incentivos para produção de trigo. Durante o *boom* da soja nos anos 1970, quando o preço do produto estava elevado (US\$ 1.000 por ton.), as empresas investiram em estrutura de armazenagem e industrialização, contraindo crédito externo a juros flutuantes. Nos anos 1980, além dos problemas internos, a redução da liquidez internacional, a elevação dos juros e a queda no preço da soja (US\$ 214 por ton.), pioraram a situação financeira das cooperativas rio-grandenses, principalmente daquelas de maior porte, que despuseram de fácil acesso aos financiamentos em moeda estrangeira anos antes.

No estudo publicado por Kuhn (1995) e Ew (2001), entre 1980 e 1990, o cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul retraiu sua importância social, comercial e produtiva. O número de produtores associados reduziu de 315 mil em 1982 para 283 mil em 1989 e 160 mil em 2001. O número de cooperativas diminuiu de 196 em 1988 para 162 em 2001. A participação do setor no PIB estadual teve encolhimento em todas as mesorregiões: Noroeste de 30% para 26%, Nordeste de 14% para 11%, Centro Ocidental de 14% para 11%, Oriental de 28% para 24%, Sudoeste de 32% para 24% e Sudeste de 20% para 13%. De 1982 a 1988, as receitas das cooperativas gaúchas diminuíram 5%, com queda de 5,1% na venda da produção e de 31,7% no fornecimento de bens de produção.

Para Benetti (1992), muitos investimentos realizados pelas cooperativas rio-grandenses desconsideraram os critérios de rentabilidade, realizados com objetivo de operacionalizar as atividades de comercialização de grãos, sobretudo soja e trigo, que estavam em rápida expansão nos anos sessenta e setenta. Porém, no contexto de crise, os projetos mal planejados acabaram contribuindo para a recessão do setor.

Ew (2001) ressalta que nos anos noventa as cooperativas agropecuárias gaúchas entraram em crise e, juntamente com as dificuldades financeiras, surgiram os problemas de ineficiência administrativa e operacional, caracterizados pela falta de profissionalismo, do gerenciamento inadequado, pouca atenção ao capital social e deficiência em programas educacionais.

No Paraná e Santa Catarina, as cooperativas também foram prejudicadas pelo contexto econômico e político dos anos oitenta e noventa, principalmente as empresas de menor porte. Nesses estados, as cooperativas mais desenvolvidas e capitalizadas adquiriram maior facilidade de enfrentar esse período, com estratégias de crescimento através da anexação de pequenas e médias cooperativas que estavam em dificuldade econômica e operacional.

Panzutti (1996) argumenta que as cooperativas do Paraná foram menos impactadas pela crise do que as gaúchas e um dos motivos deveu-se ao fato de que as cooperativas paranaenses, ao longo dos anos 1970 e 1980, utilizaram-se prioritariamente de recursos próprios, através da retenção de sobras e pelo avanço do número de associados, contrariando o modelo de expansão das empresas gaúchas, que foi via crescente endividamento. Isso ajuda a explicar a severidade da crise vivida pelo cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul no início dos anos 1980 e sua dificuldade de reestruturação até os dias atuais.

Em 1976, havia 72 cooperativas agropecuárias no Paraná e 66,2 mil produtores sócios, em 1987 eram 70 cooperativas e 197,7 mil cooperados. Contudo, após a década de noventa, o cooperativismo paranaense somou 65 cooperativas e 98,2 mil cooperados em 2000, queda de 50% no número de produtores (OCEPAR, 2000; MARANDOLA e RODRIGUES, 1989).

De acordo com Bialoskorski Neto (2005), algumas cooperativas conseguiram adaptar-se rapidamente ao contexto da crise e continuaram uma trajetória de eficiência, como a Coamo do Paraná e Cooxupé de Minas Gerais, mas, um número expressivo de instituições não se adaptou às novas condições e acabou por perder eficiência, levando-as, em casos extremos, a liquidações e desaparecimento.³²

As cooperativas do Rio Grande do Sul e São Paulo, que até então eram as instituições mais desenvolvidas do setor no Brasil, foram as mais afetadas pela crise. Na lista das maiores cooperativas em 1980, estavam a CAC (Cooperativa Agrícola Central de Cotia) de São Paulo, Cotrijuí (Cooperativa Triticola Serrana) e Centralsul (Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul), ambas do Rio Grande do Sul. Em 1989, as grandes associações do país eram a Copersucar (Cooperativa

³² Em São Paulo, por exemplo, a década de 1990 foi de profunda crise do cooperativismo agropecuário estadual. Em 1992, havia 136 cooperativas agropecuárias no estado, constituídas por 164.220 produtores rurais associados, sendo 81 dessas articuladas em cinco centrais e uma federação. Em 2000, o número reduziu para 127 cooperativas, sendo por 90.486 associados e apenas 19 articuladas em três centrais. A média de associados por cooperativa modificou-se significativamente, passou de 1.207,5 associados por cooperativa em 1992 para apenas 712,4 associados por cooperativa em 2000. O mesmo ocorreu com as áreas de atuação, uma vez que as cooperativas estavam presentes em 242 municípios paulistas em 1992 e em 191 municípios em 2000, retração de 51 municípios. Houve, dessarte, uma diminuição no número e tamanho das cooperativas paulistas e na área geográfica de atuação (BIALOSKORSKI NETO, 2005).

de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool) e CAC de São Paulo e a Coamo (Cooperativa Agropecuária Mourãoense) do Paraná. Em 2000, as maiores foram a Copersucar, Coamo e a catarinense Aurora (Cooperativa Central Aurora) (GAZETA MERCANTIL, vários anos).³³

O histórico das principais cooperativas do país enfatiza a mudança do centro dinâmico do cooperativismo, que nos anos oitenta estava no Rio Grande do Sul e São Paulo e, após a crise do setor na década de 1990, migrou para o Paraná e Santa Catarina.

No momento de crise, ocorreram mudanças na estrutura econômica e espacial do setor no Sul. Enquanto que nas décadas de sessenta e setenta, o centro mais dinâmico do cooperativismo agropecuário da região era o Rio Grande do Sul, com a presença da maiores cooperativas, mais desenvolvidas e integradas ao capital industrial e financeiro nacional e internacional, nos anos 1980 e 1990, sob o panorama recessivo, o centro dinâmico do cooperativismo agropecuário regional migrou, com as cooperativas do oeste de Santa Catarina e do Paraná tornando-se as mais desenvolvidas da Região Sul e do Brasil (FARIAS, 2015).

1.5 O cooperativismo agropecuário brasileiro e da Região Sul nos anos 2000

A atual fase do desenvolvimento do cooperativismo agropecuário brasileiro caracteriza-se pela expansão horizontal (espacial) e vertical (produção), aumento do número de produtores sócios e da atividade comercial interna e externa. Essa nova etapa do setor teve relação com a dinâmica da economia nacional, que no pós-2003 foi de retomada da fase ascendente do ciclo econômico interno.

No início dos anos 2000, o ciclo econômico interno do Brasil voltou a ser positivo, com a conquista do Governo Federal por Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores como marco político, em uma aliança entre classe trabalhadora e o capital nacional produtivo. Entre 1998 e 2003, o PIB do Brasil avançou em média 1,6% ao ano e 4,5% ao ano entre 2004 e 2010. A produção industrial cresceu 3,74% ao ano entre

³³ Em 2000, das vinte maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, uma era do Rio Grande do Sul, quatro de São Paulo e dez do Paraná (GAZETA MERCANTIL, 2001).

2004 e 2010, sendo 10,4% em 2010, contra -2,5% ao ano entre 1998 e 2003 (IPEADATA, 2015).³⁴

Conforme Dantas e Jabour (2016), diferente da década de noventa, avançaram, sobretudo no segundo mandato do presidente Lula (entre 2007 e 2010), a introdução dos mecanismos de socialização de investimentos e a retomada mínima do planejamento estatal, atendendo aos objetivos de ampliação de investimentos em infraestrutura (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento). Entre 2007 e o final de 2013, foram investidos no PAC cerca de R\$ 1,4 trilhão.

A fase ascendente do ciclo médio brasileiro fez ressurgir a capacidade de investimento e planejamento do Estado nacional. A relação crédito/PIB saltou de 26% em 2002 para 58% em 2014. Em valores nominais, o desembolso foi de R\$ 227 bilhões para R\$ 1,6 trilhão. Avançou também a chamada intermediação financeira de longo prazo com a retomada do papel original do BNDES como emprestador em primeira instância: de R\$ 37,4 bilhões em 2002 a um pico de R\$ 190,4 bilhões em 2013 (DANTAS e JABBOUR, 2016).

Outros dados ajudam a entender o crescimento da economia brasileira nos anos 2000: as exportações brasileiras evoluíram de US\$ 427 bilhões na década de 1990 para US\$ 1,1 trilhão na década de 2000 e US\$ 1,35 trilhão entre 2010 e 2015. O saldo na balança comercial do país inflou de US\$ 7,5 bilhões na década de 1990 para US\$ 255 bilhões nos anos 2000 e as reservas internacionais evoluíram de US\$ 33 bilhões em 2000 para de US\$ 374 bilhões em 2014 (MDIC, 2016; BCB, 2016).

O cenário econômico nacional foi crucial para que as cooperativas agropecuárias também retomassem sua fase de ascensão. Questões como a melhora do consumo no mercado interno e das condições produtivas e de infraestrutura, o incentivo à exportação, queda da inflação e, em especial, o revigoramento das políticas de crédito rural e agroindustrial, foram fatores decisivos para o crescimento recente das cooperativas.

A **Tabela 06** mostra o número de cooperativas, sócios e empregados do cooperativismo agropecuário brasileiro de 2000 a 2015.

Entre 2000 e 2015, o número de cooperativas agropecuárias no Brasil oscilou bastante, com o máximo de 1.624 instituições em 2002 e o mínimo de 1.398 em 2004. Essa alteração foi reflexo de mudanças econômicas internas nos últimos anos, que afetaram o setor agropecuário e as cooperativas. Distinguem-se três momentos importantes no recente

³⁴ DANTAS e JABOUR (2016) discorrem que o PIB Mundial cresceu em média 3,4% entre 1994 e 2002 e 3,8% entre 2003 e 2010, ou seja, a economia do Brasil cresceu no último período a taxas superiores à economia global.

panorama do setor: a elevação no número de cooperativas entre 2000 e 2002 (que já vinha desde 1996), seguida de redução em 2003 e 2004; o crescimento de 2005 a 2009, cujo percentual foi de 3% ao ano; e a redução no pós-2009, quando a evolução foi de -0,6% ao ano.

Tabela 06. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Brasil entre 2000 e 2015

	Cooperativas	% ¹	Cooperados	% ¹	Empregados	% ¹
2000	1.411	-	831.654	-	108.233	-
2001	1.587	12,47	822.294	-1,13	108.273	0,04
2002	1.624	2,33	865.494	5,25	105.597	-2,47
2003	1.519	-6,47	940.482	8,66	110.910	5,03
2004	1.398	-7,97	865.173	-8,01	116.919	5,42
2005	1.514	8,30	879.918	1,70	123.368	5,52
2006	1.549	2,31	886.076	0,70	123.890	0,42
2007	1.544	-0,32	879.649	-0,73	139.608	12,69
2008	1.611	4,34	968.767	10,13	134.579	-3,60
2009	1.615	0,25	942.147	-2,75	138.829	3,16
2010	1.548	-4,15	943.054	0,10	146.011	5,17
2011	1.523	-1,61	969.541	2,81	155.896	6,77
2012	1.561	2,50	1.006.197	3,78	164.223	5,34
2013	1.597	2,31	1.015.956	0,97	164.320	0,06
2014	1.543	-3,38	993.564	-2,20	180.891	10,08
2015	1.555	0,77	1.016.606	2,31	188.777	4,35
Média²	-	0,7%	-	1,4%	-	3,8%
2000-15³	-	10,2%	-	22,2%	-	74,4%

¹ Crescimento percentual anual. ² Média do crescimento anual. ³ Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2015. Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2016.

Sobre o primeiro momento, da expansão do cooperativismo em 2000 até a queda em 2003 e 2004, é importante lembrar que o setor vinha de um momento econômico conturbado, que prejudicou financeiramente as cooperativas. Nesse contexto, surgiu o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias) para apoiar, através de crédito, as cooperativas agropecuárias que estavam em dificuldade financeira. O grande endividamento do setor nos anos noventa foi o propulsor da política, que se estendeu até 2003. O programa aplicou próximo de R\$ 1,5 bilhão, tendo como condições para o acesso ao crédito,

o processo de reestruturação gerencial e produtiva da cooperativa, que, em alguns casos, envolvia a fusão de associações que estavam em dificuldade financeira. Conjuntamente, o início dos anos 2000 foi um período de expansão das grandes cooperativas pela anexação de cooperativas menores, que encontravam-se mais fragilizadas devido ao longo período de crise nas décadas de oitenta e noventa. Esses elementos explicam, parcialmente, a redução observada das instituições cooperativas no início dos anos 2000 (PADILHA, 2014).

No período entre 2004 e 2009, o número de cooperativas agropecuárias saltou de 1.398 para 1.615, um incremento 217 unidades. Tal momento esteve diretamente relacionado com o progresso da economia nacional e o amplo apoio do Governo Federal. Nesse sentido, contribuiu a criação do PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária), com o objetivo de financiar os investimentos produtivos em cooperativas agropecuárias. O programa aplicou R\$ 7,7 bilhões de 2003 a 2010 e R\$ 13 bilhões entre 2003 e 2015, facultando expansão vertical e horizontal do setor e o surgimento de novas instituições. O *Segundo Capítulo* trata especificamente das políticas de crédito e as cooperativas no pós-2000.³⁵

A partir de 2010, ocorreu a redução no número de cooperativas agropecuárias no país, o que pode levar a um entendimento equivocado de retração do segmento. Na verdade, houve um movimento de concentração dentro do cooperativismo rural, sendo uma tendência recente do setor em resposta à crise financeira internacional deflagrada em 2008. Assim, as cooperativas estão se unindo em processos de fusões e incorporações para melhorar competitividade no mercado após a crise internacional de 2008.

Com relação ao número de cooperados, em 2000 contabilizavam 831 mil, dilatando até o patamar de um milhão em 2013/2014. Afora a redução em alguns anos, o avanço foi constante, com média de 1,44% ao ano. Em 2015, o número de cooperados chegou ao patamar de 1.016 mil, o maior número desde os anos 1980. A OCB (2016) defende que a multiplicação no número de sócios em 2015 deve-se a crise econômica do país, que estimulou os produtores a juntarem-se em cooperativas, evitando a exposição às incertezas econômicas.³⁶

³⁵ Valores corrigidos pelo IGP-DI de dezembro de 2015 (BCB, 2015).

³⁶ É importante destacar que as cooperativas brasileiras são formadas majoritariamente por pequenos proprietários rurais. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), das propriedades associadas às cooperativas, 29,3% tinham área entre 0 e 10 hectares, 38% entre 10 e 50 hectares

O número de empregados do cooperativismo agropecuário teve apenas dois momentos de redução: -2,4% em 2002 e -3,6% em 2008. Dentre as informações mostradas na tabela, o número de empregados exprimiu a melhor performance, com crescimento médio de 3,86% ao ano e acumulado de 74,4%. Entre 2000 e 2015, o volume de empregados foi de 108 mil para 188,7 mil, diferença de 80,5 mil empregos. A geração de novos postos de trabalho sugere uma ascensão da atividade industrial e comercial do setor nos últimos anos: em 2002, a média de empregados por cooperativa era de 65, sendo de 94 em 2010 e 121 em 2015.

Ao dividir o número de associados pelas cooperativas, é possível identificar o aumento na média de produtores por instituição. Em 2000, essa relação era de 589 sócios/cooperativa e 518 em 2001. Após 2010, a média manteve-se acima de 600 sócios/cooperativa, chegando ao máximo de 654 em 2015. Enquanto a variação percentual das cooperativas foi de 10% entre 2000 e 2015, o número de cooperados foi de 22%. Por isso, como expresso anteriormente, a tendência do cooperativismo agropecuário brasileiro nos últimos tem sido de concentração em associações maiores, com mais sócios e empregados.

A capacidade de armazenagem é outro fator que contribui para constatar o crescimento das cooperativas agropecuárias brasileiras no começo do século XXI. A capacidade de armazenagem se refere aos silos e armazéns (granel e convencional) e permite compreender, além do volume de produção estocado, a espacialização das cooperativas, pois é a partir da armazenagem que estas ampliam sua área de atuação e coleta de produção. De 2000 a 2016, a capacidade dos armazéns das cooperativas brasileiras subiu de 1,3 milhões de toneladas para 33 milhões de toneladas, progresso de 2.400%, com a participação das cooperativas na capacidade total da armazenagem brasileira elevando-se de 7,6% em 2000 para 21,3% em 2016.

A **Tabela 07** revela a capacidade estática de armazenagem do Brasil e das cooperativas agropecuárias entre 2000 e 2016.

e 11,3% de 50 a 100 hectares. Assim, 67,3% das propriedades rurais associados às cooperativas estavam abaixo de 50 hectares e 78,6% tinham dimensão menor que 100 hectares. As propriedades entre 100 e 500 hectares corresponderam a 14,2% do total e aquelas acima de 500 hectares eram apenas 5,1%.

Tabela 07. Evolução da capacidade estática de armazenagem – Total do Brasil e das cooperativas agropecuárias (em toneladas)

	Total Brasil	Cres. %¹	Cooperativas	Cres. %¹	Part. Coop.
2000	87.833.000	-	1.310.658	-	1,49%
2001	89.227.000	1,59	5.428.654	314,2	6,08%
2002	89.734.200	0,57	5.704.455	5,08	6,36%
2003	93.358.600	4,04	6.878.438	20,58	7,37%
2004	100.056.000	7,17	8.798.433	27,91	8,79%
2005	106.538.700	6,48	13.535.861	53,84	12,71%
2006	121.987.700	14,50	18.867.533	39,39	15,47%
2007	123.401.500	1,16	19.894.625	5,44	16,12%
2008	128.484.400	4,12	20.838.750	4,75	16,22%
2009	130.780.800	1,79	23.169.954	11,19	17,72%
2010	137.828.200	5,39	24.814.859	7,10	18,00%
2011	140.456.400	1,91	25.657.986	3,40	18,27%
2012	142.482.100	1,44	27.977.496	9,04	19,64%
2013	145.485.500	2,11	28.893.323	3,27	19,86%
2014	149.506.600	2,76	30.309.373	4,90	20,27%
2015	152.355.300	1,91	31.220.644	3,01	20,49%
2016	154.571.112	1,45	32.917.478	5,43	21,30%
Cres. %²	-	3,4%	-	30,9%	-
Cres. %³	-	76,0%	-	2.412%	-

%¹ - Média do crescimento percentual anual entre 1995 e 2016. %² - Média do crescimento percentual anual entre 2000 e 2016. %³ - Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2016. Fonte: CONAB, 2016.

Em 2000, a capacidade de armazenagem das cooperativas brasileiras era de 1,3 milhões de toneladas, evoluindo para 33 milhões de toneladas em 2016. Comparado com a evolução da capacidade de armazenagem do Brasil, as cooperativas manifestaram um desempenho superior: em 2000, por exemplo, a capacidade de armazenagem do Brasil era de 87 milhões de toneladas e 154 milhões em 2016, amplificação de 76% nesse período. Para as cooperativas, a alteração foi de 2.412%. Enquanto a promoção média da armazenagem brasileira foi de 3,4% ao ano, o das cooperativas foi de 31% ao ano.

O período com maior crescimento percentual da capacidade de armazenagem do setor foi entre 2003 e 2006, com média de 35% ao ano. Em números absolutos, houve incremento de 12,2 milhões de toneladas de 2000 a 2005, de 11,3 milhões de toneladas entre 2005 e 2010 e 8,1

milhões de toneladas entre 2010 e 2016. Nos últimos anos, o avolumamento mais brando na capacidade de armazenagem reflete o direcionamento das cooperativas para os investimentos produtivos (agroindustrialização).

O acréscimo nos armazéns das cooperativas permitiu-lhes ganhar maior participação no sistema nacional de armazenagem: em 1995, a participação do setor era de apenas 0,74%, sendo 1,49% em 2000, 12,7% em 2005, 18% em 2010 e 21,3% em 2016. O aumento da armazenagem foi acompanhado pela dilatação da participação das cooperativas na produção nacional: entre 1996 e 2006, a parcela do setor na produção de trigo elevou de 62,1% para 74%, na soja foi de 29,4% para 57%, café de 27,9% para 48%, algodão de 38,9% para 44%, milho de 16,6% para 43%, arroz 11% para 35% e feijão de 11% para 18% (IBGE, Censo Agropecuário, 1996 e 2006).

As exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras cresceram consideravelmente no período, com diversificação dos mercados consumidores e de produtos exportados. Em 2000, as exportações do setor somaram US\$ 759 milhões, saltando para US\$ 6 bilhões em 2011 e 2013. Ao todo, as cooperativas comercializaram US\$ 55,5 bilhões entre 2000 e 2015, com destaque para venda de soja e derivados, açúcar, álcool, café, carne de aves e suínos.

Nesse novo momento do cooperativismo agropecuário brasileiro, as instituições sulistas evidenciaram o melhor comportamento econômico, produtivo e social do setor. Em 2015, o Sul correspondeu a apenas 16% do número de cooperativas no país, com 257 unidades e participou com 54% dos associados (549 mil sócios) e 75% dos empregados (141 mil trabalhadores). Nas exportações, dos US\$ 5,3 bilhões vendidos pelo ramo em 2015, 51% foram de cooperativas do Sul e na capacidade de armazenagem das cooperativas brasileiras em 2016, 71% pertenceram às instituições sulistas, com 23,5 milhões de toneladas. Alusivo a importância das instituições, das 60 maiores cooperativas do Brasil em 2016, 40 eram do sul do país: 18 do Paraná, 15 do Rio Grande do Sul e 7 de Santa Catarina, com US\$ 18 bilhões de receitas (OCEPAR, 2015; OCESC, 2015; OCERGS, 2015; MDIC, 2015; CONAB, 2016; EXAME, 2017).

Apesar de pertencentes à mesma região, com gênese na mesma formação sócio-espacial e com históricos semelhantes e interligados, o cooperativismo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam, no contexto atual, diferenças consideráveis. Os próximos subitens denotam a evolução do cooperativismo agropecuário dos estados sulistas a partir de 2000.

1.5.1 O cooperativismo agropecuário paranaense

O Paraná possuiu destaque no cooperativismo nacional, sendo líder do setor na geração de empregos, faturamento e exportações. As cooperativas paranaenses caracterizam-se pela atuação em diferentes cadeias produtivas, como grãos, carnes, fibras, leite, frutas e cana-de-açúcar, com alto grau de industrialização. No estado, é possível identificar associações de vários tamanhos, desde pequenas cooperativas de caráter assistencial, até complexos agroindustriais ligados ao mercado global de alimentos. Em 2015, havia 74 cooperativas agropecuárias no Paraná, com 152 mil cooperados e 69,5 mil empregados. Comparado com os números do cooperativismo agropecuário no país, o Paraná foi responsável por 4,7% das cooperativas, 15% dos sócios e 37% dos empregados.

A **Tabela 08** destaca o número de cooperativas, sócios e empregados do cooperativismo agropecuário paranaense de 2000 a 2015.

Tabela 08. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Paraná – 2000 a 2015

	Cooperativas	% ¹	Cooperados	% ¹	Empregados	% ¹
2000	65	-	98.293	-	28.460	-
2001	64	-1,5	95.883	-2,5	29.086	2,2
2002	68	6,3	104.613	9,1	29.946	3,0
2003	70	2,9	95.982	-8,3	30.038	0,3
2004	71	1,4	100.757	5,0	36.627	21,9
2005	74	4,2	106.178	5,4	45.447	24,1
2006	77	4,1	121.670	14,6	44.410	-2,3
2007	80	3,9	123.311	1,3	45.529	2,5
2008	80	0,0	123.400	0,1	48.444	6,4
2009	82	2,5	129.577	5,0	53.148	9,7
2010	80	-2,4	134.688	3,9	54.807	3,1
2011	81	1,2	132.316	-1,8	53.439	-2,5
2012	78	-3,7	136.613	3,2	56.076	4,9
2013	77	-1,3	135.726	-0,6	65.000	15,9
2014	74	-3,9	139.663	2,9	67.035	3,1
2015	74	0,0	151.763	8,7	69.525	3,7
Média²	-	0,9%	-	3,1%	-	6,4%
2000-15³	-	13,8%	-	54,4%	-	144%

¹ Crescimento percentual anual. ² Média do crescimento anual. ³ Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2015. Fonte: OCEPAR, vários anos.

Entremeio 2000 e 2015, o número de cooperativas no Paraná subiu de 65 para 74, com o máximo registrado de 82 instituições em 2009. O número de associados dilatou de 98,2 mil em 2000 para 151,7 mil em 2015, diferença de 54,4% e com adição média de 3% ao ano e o número de empregados elevou-se de 28,4 mil para 69,5 mil, mudança de 144%.

A redução das cooperativas depois de 2009 decorreu do panorama econômico pós-crise de 2008. Nesse contexto, o número de sócios e empregados cresceu, o que indica que o setor continuou expandindo-se, porém, sob um contexto de concentração. A média dos associados por cooperativa no Paraná evoluiu de 1.512 em 2000, para 1.580 em 2009 e 2.051 em 2015. No caso dos empregados, a variação foi de 438 trabalhadores por cooperativa em 2000, para 648 em 2009 e 939,5 em 2015.

Do número total de produtores associados às cooperativas no Paraná em 2015, cerca de 66% era de pequenos e médios proprietários, com áreas até 50 hectares, sendo 80% abaixo de 100 hectares e 20% acima de 100 hectares. Em 1998, os cooperados com propriedades abaixo de 50 hectares eram de 73,2%, sendo 87,4% abaixo de 100 hectares e apenas 12,6% acima de 100 hectares. Isso assinala que a recente ascensão social das cooperativas deu-se pela entrada de médios e grandes proprietários. Mesmo assim, a característica marcante do associativismo paranaense é a maciça presença de pequenos proprietários (OCEPAR, 2015).³⁷

Em termos econômicos, as cooperativas do Paraná destacaram-se no quadro nacional, com receitas de R\$ 56 bilhões em 2015, representando mais da metade do PIB agropecuário.

A **Tabela 09** aborda a evolução do faturamento do setor no estado e sua participação no PIB agropecuário paranaense.

O faturamento das cooperativas agropecuárias paranaenses alagou de R\$ 5,7 bilhões em 2000 para 56,5 bilhões em 2015, evolução de 884,3%. O crescimento médio foi de 17,5% ao ano, com ênfase para a adição de R\$ 14 bilhões, 34%, de 2014 a 2015. No total, as cooperativas agropecuárias faturaram R\$ 359 bilhões entre 2000 e 2015, sendo R\$ 163 bilhões entre 2000 e 2010 e R\$ 196,25 bilhões entre 2011 e 2015.

³⁷ Os dados apontam que até meados de 2011 e 2012, o percentual de cooperados com propriedades abaixo de 50 hectares era de 70%, ou seja, é recente a entrada de grandes proprietários no associativismo paranaense. Pode-se argumentar que é uma tendência desencadeada após a crise internacional de 2008, que fez com que produtores isolados buscassem as cooperativas para ter segurança no acesso a insumos, preços e venda da produção.

Tabela 09. Evolução do faturamento bruto e participação das cooperativas no PIB agropecuário do Paraná – 2000 a 2015

	Faturamento Bilhões R\$	Cresc. Médio Anual	Part.(%) PIB Agro.
2000	5,74	-	47%
2001	6,98	21,6%	55%
2002	9,93	42,2%	52%
2003	13,63	37,2%	53%
2004	16,34	19,88%	55%
2005	14,27	-12,6%	53%
2006	14,14	-0,91%	51%
2007	16,82	19,0%	52%
2008	22,38	33,1%	54%
2009	21,08	-5,8%	53%
2010	21,69	2,9%	54%
2011	26,60	22,6%	55%
2012	32,35	21,6%	56%
2013	38,60	19,3%	56%
2014	42,20	9,3%	56%
2015	56,50	33,9%	56%
Total	359,25	-	-
Média¹	-	17,5%	-
2000-15²	-	884,3%	-

¹ Média do crescimento percentual anual entre 2000 e 2015. ² Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2015. Fonte: OCEPAR, vários anos.

Em 2015, a OCEPAR e as cooperativas paranaenses (todos os ramos) lançaram o “PRC 100” ou “Paraná Cooperativo 100”, um projeto de planejamento estratégico do setor em nível estadual, onde um dos objetivos é alcançar o faturamento anual de R\$ 100 bilhões até 2020. Outros objetivos interessantes são: ter 100% das cooperativas com planejamento estratégico; buscar programas de investimentos para as cooperativas em todos os ramos; 100% dos produtos e serviços fornecidos pelas cooperativas com garantia de origem; profissionalização de 100% dos conselhos de administração e fiscal; oferecer o Programa de Educação Financeira aos sócios e familiares; ter programas de boas práticas de negócios (*compliance*); contribuir para a melhora dos índices de IDH-M nas áreas de atuação; dispor de capacidade para receber 60% da safra paranaense e obter 55% do faturamento de produtos com valor agregado; todos os sócios com registro no Cadastro Ambiental Rural; atingir 100%

de propriedades georreferenciadas, com plantio direto e conservação dos solos (PARANÁ COOPERATIVO, 2015).³⁸

Com relação à participação das cooperativas no PIB agropecuário do Paraná, exceto em 2000, ela foi sempre acima 50%, demonstrando a importância das cooperativas na economia do estado. Em 2014, o PIB agropecuário do Paraná foi de R\$ 33 bilhões, sendo R\$ 18,5 bilhões pertencentes às cooperativas (os dados envolvem somente o valor da produção agropecuária) (IPARDES, 2014).

Nos últimos anos, a constância nas receitas das cooperativas resultou, em parte, da maior participação dos produtos agroindustrializados nas vendas do setor, que diminuiu as oscilações de preços, comum na venda de produtos *in natura*. Outro fator, foi o aumento na capacidade de produção e armazenagem, que fortaleceu a comercialização.

A participação das cooperativas agropecuárias na capacidade estática de armazenagem do Paraná progrediu de 42% (7,6 milhões de toneladas) em 1998 para 54% (15,6 milhões de toneladas) em 2015. A expansão da infraestrutura de armazenagem, somada ao incremento dos produtores cooperados, permitiu que as empresas elevassem o volume de produção recebida. A **Tabela 10** aponta a participação das cooperativas na produção agropecuário do estado.

³⁸ O planejamento faz parte da história do cooperativismo no Paraná, sendo um diferencial do setor nacionalmente. Em 1970, por exemplo, na origem do moderno cooperativismo no Estado, surgiram os Projetos Integrados do Cooperativismo – PIC, NORCOOP e SULCOOP – que buscavam estabelecer as áreas de atuação do ramo no estado. Em 1990, a OCEPAR lançou o Programa de Autogestão das Cooperativas do Paraná, para o monitoramento, supervisão, auditoria e controle das cooperativas e a formação, desenvolvimento profissional e promoção social dos trabalhadores. Em 1996, a OCEPAR e as cooperativas elaboraram o Plano Paraná Cooperativo 2000, com objetivo de identificar problemas, potencialidades e oportunidades num momento de crise para o setor devido ao alto endividamento das cooperativas, tendo como desdobramentos o RECOOP e SESCOOP criados em 1998 (PARANÁ COOPERATIVO, 2015).

Tabela 10. Participação das cooperativas na produção agropecuária paranaense – 1999 e 2015

	1999		2015		Evolução 1999-15	
	Produção Coop.(t)	Part. % PR	Produção Coop. (t)	Part. % PR	Cresc. Produção	Cresc. % ¹
Soja	4.650.883	64,7%	12.077.604	70%	7.426.721	159,7%
Trigo	1.192.441*	79%	2.095.528	64%	903.087	75,7%
Milho	2.547.494	34,5%	10.554.241	65%	8.006.747	314,3%
Feijão	21.767	4,4%	-	11%	-	-
Arroz	9.164	5,1%	-	10%	-	-
Cevada	69.143	100%	101.670	79%	32.527	47,0%
Café	35.148**	23,7%	33.686	43%	-1.462	-4,15%
Algodão	113.772	90,7%	-	-	-	-
Cana	5.195.000	22,4%	4.396.618	9%	-798.382	-15,4%
Leite (mil litros)	581.794	57,4%	1.216.340	45%	634.546	109,1%
Aves	261.120	27,2%	1.375.493	34%	1.114.373	426,8%
Suínos	53.400	15%	268.145	40%	214.745	402,1%

* Produção de 1998. ** Produção de 2005 (dados anteriores referem-se ao café em coco). %¹ Crescimento percentual da produção entre 1999 e 2015. Fonte: OCEPAR, vários anos. Organizado pelo autor.

Em 2015, os produtos agrícolas com maior participação das cooperativas foram: cevada, soja, milho e trigo. A produção de soja recebida pelas cooperativas avançou 160%, de 4 milhões de toneladas em 1999 para 12 milhões de toneladas em 2015. No milho, a produção elevou-se de 2,5 milhões de toneladas para 10,5 milhões de toneladas, 315% a mais, e no trigo a produção foi de 1,19 milhão de toneladas para 2 milhões de toneladas, expansão de 75%. Na cevada, até 2005, a produção do estado era integralmente recebida pelas cooperativas, tendo reduzido para 79% em 2015.

No caso da cana-de-açúcar, as cooperativas perderam participação na produção estatal, com redução de 5 milhões de toneladas em 1999 para 4,3 milhões de toneladas em 2015. Um fator determinante foi a retirada das empresas cooperativas do ramo sucroalcooleiro, que nos últimos anos tornou-se mais competitivo, exigindo investimentos na modernização produtiva. No café, apesar das cooperativas elevarem a participação na produção estadual, houve redução da produção física, de 35 mil de toneladas em 2005 para 33,6 mil de toneladas em 2015, seguindo a

tendência de redução da produção estadual, que diminuiu de 148,2 mil toneladas em 2005 para 77,4 mil toneladas em 2015, queda de 48%.³⁹

Na pecuária, as cooperativas destacaram-se no recebimento de leite e no abate de aves e suínos. Em 1999, os abates de aves das cooperativas foram de 261 mil toneladas e, em 2015, 1,3 milhões de toneladas, variação de 427%, a maior ampliação produtiva das cooperativas paranaenses. No abate de aves, a participação das cooperativas evoluiu de 27,2% em 1999 para 34% em 2015. O abate de suínos evoluiu de 53 mil toneladas para 268 mil toneladas, diferença de 402%, com a participação do setor na produção estadual avançando de 15% para 40% entre 1999 e 2015. No tocante a produção de leite das cooperativas, ampliou de 581 milhões para 1,2 bilhões de litros em 2015, equivalente à 45% da produção paranaense de leite.

Os dados enfatizaram a concentração produtiva das cooperativas do Paraná em torno das *commodities* que, além de amplo mercado interno, possuem alta demanda externa. No caso de produtos agrícolas de consumo básico e doméstico com menor valor comercial, como feijão e arroz, as cooperativas alcançaram pouca participação: 11% no feijão e 10% no arroz em 2015.

Além do recebimento e comércio de produtos *in natura*, as cooperativas paranaenses se sobressaíram na industrialização e agregação de valor. Em 2015, por exemplo, cerca de 48% da produção recebida pelas cooperativas passou por algum tipo de transformação industrial, em 2011 era de 42%.

A **Tabela 11** expõe a capacidade industrial das cooperativas paranaenses em 1999 e 2015.

A tabela focaliza os ramos industriais com maior produção das cooperativas nos últimos anos. Na totalidade, as associações atuaram, com menor importância, em outros segmentos agroindustriais, como azeite de oliva, derivados de girassol e canola, vinhos, sucos de fruta, frigoríficos de peixe e cordeiro, erva mate, conservas, sementes e fertilizantes.

³⁹ Fajardo (2008) explica que o impulso para a expansão dos biocombustíveis e as políticas direcionadas a esse sentido, acabaram por estimular não a ampliação, mas a retirada de algumas cooperativas da atividade, caso da COCARI e COCAMAR. Com a maior concorrência, os investimentos demandados foram altos e as cooperativas optaram por vender suas destilarias.

Tabela 11. Evolução da capacidade industrial das cooperativas do Paraná – 1999 e 2015

	1999	2015	1999-2015
Rações	5.400 t/a	17.860 t/a	230,7%
Leite			
-Usina de beneficiamento	2.076.800 l/d	5.040.000 l/d	142,7%
-Derivados lácteos	9.900 t/a	360.000 t/a	3.536,4%
-Leite em pó	15.000 t/a	20.100 t/a	34,0%
Carnes			
-Suínos	1.890 cab/d	12.540 cab/d	563,5%
-Aves	1.316.000 cab/d	2.000.000 cab/d	52,0%
-Bovinos	49,5 cab/d	900 cab/d	1.718,2%
Fiações de algodão	51.000 t/a	36.000 t/a	-29,4%
Malte de Cevada	85.000 t/a	220.000 t/a	158,8%
Trigo	396 t/d	2.470 t/d	523,7%
Milho	100 t/d	805 t/d	705,0%
Mandioca	396 t/d	1.518 t/d	283,3%
Soja			
-Esmagamento	7.907 t/d	13.585 t/d	71,8%
-Refino	864 t/d	1.160 t/d	34,3%
Cana-de-açúcar			
-Açúcar	750 t/d	425 t/d	-43,3%
-Álcool	357.000.000 l/a	450.000.000 l/a	26,1%
Café torrado	22 t/d	50 t/d	127,3%

Legenda: t/d – Toneladas por dia; t/a – Toneladas por ano; l/d – Litros por dia; l/a – Litros por ano; cab/d – Cabeças por dia. Fonte: OCEPAR, vários anos. Organizado pelo autor.

No beneficiamento de leite (pasteurização), as cooperativas incrementaram a produção de 2 milhões de litros por dia em 1999 para 5 milhões de litros por dia em 2015. Concernente aos derivados lácteos, houve aumento de 9.900 toneladas por ano para 360.000 toneladas ano, que foi a maior ascensão produtiva das cooperativas em termos percentuais, com 3.536%. Na produção de leite em pó, a capacidade foi de 15.000 toneladas para 20.100 toneladas por ano.

Outro destaque foi na produção industrial de suínos, aves e bovinos. No ramo dos suínos, os abates foram de 1.890 cabeças/dia para 12.540 cabeças/dia, 563% de acréscimo. O abate de aves subiu de 1,3

milhões de cabeças/dia para 2 milhões de cabeças/dia e o abate de bovinos de 49,5 cabeças/dia para 900 cabeças/dia.

Na industrialização de rações, avolumou de 5.400 toneladas por dia para 17.860 toneladas por dia, acréscimo de 203% na capacidade industrial. O progresso da produção de rações esteve relacionado com a maior produção de animais das cooperativas, que demandou mais ração para criação de aves e suínos.

Na indústria de trigo e derivados, o potencial das cooperativas paranaenses subiu 2.074%, de 396 toneladas para 2.470 toneladas por dia. No milho e derivados a capacidade industrial foi de 100 toneladas por dia para 805 toneladas por dia, elevação de 705%. Outros ramos industriais com relevância foram álcool, café, malte da cevada, rações e mandioca. No caso da indústria de açúcar e algodão as cooperativas diminuíram sua capacidade de produção. No algodão, ocorreu a queda de 51 mil toneladas por ano para 36 mil toneladas por ano, redução de 29%, e no açúcar a retração foi 43%, de 750 toneladas por dia para 425 toneladas por dia.

Ao todo, as cooperativas representaram, em 2015, cerca de 38% da capacidade industrial do Paraná. Os produtos industriais com maior participação das cooperativas em 2015 foram: malte (100%), derivados lácteos (72%), leite em pó (67%), frigorífico de suínos (57%), leite pasteurizado (56%), algodão (45%), frigorífico de aves (40%) e esmagamento de soja (38%).

Outro dado importante sobre cooperativismo paranaense é o volume de investimento. De 2000 a 2015, as cooperativas inverteram R\$ 17,4 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões de 2000 a 2009 e R\$ 10,75 bilhões entre 2010 e 2015 e com previsão de investimentos de R\$ 10,8 bilhões de 2016 a 2020. A maior parte do valor destinou-se à construção e modernização de infraestrutura de armazenagem e indústrias, o que alargou a capacidade de armazenagem e industrialização do setor. Além das imobilizações, foram destinados recursos à profissionalização da gestão: entre 2006 e 2015 foram aplicados pelo SESCOOP/PR (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) R\$ 190 milhões (SESCOOP/PR, 2015; OCEPAR, 2016).⁴⁰

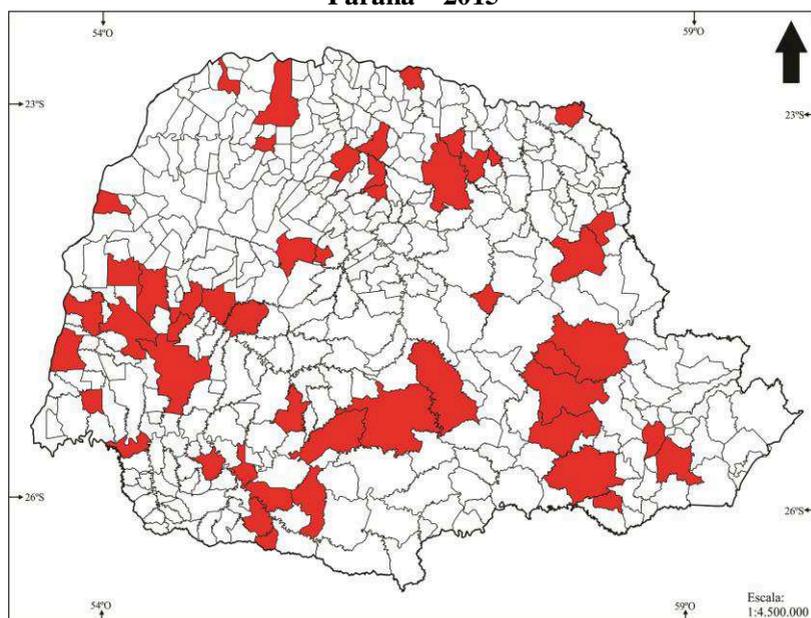
Por fim, nas cooperativas agropecuárias do Paraná exportaram US\$ 16 bilhões entre 2006 e 2015, 34% das exportações do cooperativismo brasileiro no período. A evolução média das vendas das cooperativas paranaenses foi de 11% ao ano, sendo que de 2006 a 2015, o valor

⁴⁰ No mesmo período, o SESCOOP/SC investiu R\$ 102 milhões em programas de autogestão das cooperativas catarinenses e o SESCOOP/RS investiu R\$ 163 milhões no cooperativismo gaúcho (SESCOOP/SC, 2015; SESCOOP/RS, 2015).

progrediu 140%, de US\$ 804 milhões a US\$ 2,1 bilhões em 2014 e US\$ 1,9 bilhão em 2015. Os principais produtos exportados pelas cooperativas estaduais foram soja e derivados e aves. O Paraná exibiu a maior participação nas exportações das cooperativas, seguido por São Paulo, que somou US\$ 13,7 bilhões entre 2006 e 2015 (MDIC, 2016).

O **Mapa 03** destaca a localização das sedes das cooperativas agropecuárias no Paraná. Cada município marcado refere-se à presença da sede de uma ou mais cooperativas.

Mapa 03. Localização das sedes das cooperativas agropecuárias do Paraná – 2015



Fonte: Dados coletados na OCEPAR, 2015. Organizado pelo autor.

1.5.2 O cooperativismo agropecuário catarinense

Em Santa Catarina, o cooperativismo agropecuário teve expressiva participação no meio rural, atuando na assistência técnica, fornecimento de insumos, recebimento e armazenagem, comercialização e industrialização de grãos, cereais, suínos, aves, leite, frutas e etc. Em 2015, haviam 51 cooperativas agropecuárias em Santa Catarina, com 69,5 mil associados e 38 mil empregados. Isso, equivaleu a 3,2% do número

total de cooperativas do ramo no Brasil, 6,8% dos cooperados e 20% dos trabalhadores.

A **Tabela 12** assinala o número de cooperativas, sócios e empregados do cooperativismo agropecuário catarinense entre 2000 e 2016.

Tabela 12. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário em Santa Catarina – 2000 a 2016

	Cooperativas	% ¹	Cooperados	% ¹	Empregados	% ¹
2000	53	-	46.706	-	10.044	-
2001	59	11,3	50.046	7,2	10.381	3,4
2002	59	0,0	48.923	-2,2	12.015	15,7
2003	56	-5,1	59.772	22,2	12.212	1,6
2004	58	3,6	62.437	4,5	13.848	13,4
2005	57	-1,7	60.305	-3,4	15.346	10,8
2006	54	-5,3	58.824	-2,5	15.433	0,6
2007	54	0,0	59.721	1,5	18.181	17,8
2008	53	-1,9	60.453	1,2	20.618	13,4
2009	51	-3,8	62.948	4,1	20.969	1,7
2010	53	3,9	63.278	0,5	22.359	6,6
2011	52	-1,9	63.726	0,7	24.580	9,9
2012	54	3,8	65.882	3,4	27.660	12,5
2013	54	0,0	67.516	2,5	31.809	15,0
2014	53	-1,9	69.399	2,8	34.637	8,9
2015	51	-3,8	69.177	-0,3	38.111	10,0
2016	52	2,0	69.325	0,2	57.995	52,2
Média²	-	-0,6	-	2,6	-	12,1
2000-16³	-	-1,9	-	48,4	-	477,7

¹ Crescimento percentual anual. ² Média do crescimento anual. ³ Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2016. Fonte: OCESC, vários anos.

O número de cooperativas agropecuárias de Santa Catarina manteve-se estagnado entre 2000 e 2015, com poucas variações. O número máximo de instituições foi 59 cooperativas em 2001 e 2002 e o número mínimo foi 51 em 2009 e 2015. Dos estados do Sul, Santa Catarina teve o menor número de instituições: 52 em 2016, contra 74 do Paraná e 132 do Rio Grande do Sul.

Os produtores sócios das cooperativas catarinenses ampliaram de 46,7 mil em 2000 para 69,3 mil em 2016, com destaque para o ingresso

de mais de dez mil cooperados de 2002 a 2003. O número de associados avolumou 2,6% ao ano e 48,4% no acumulado do período.

No cenário de empregados, ocorreu elevação de 10 mil trabalhadores em 2000 para 57,9 mil em 2016, evolução de 477,7%. A amplificação média dos postos de trabalho foi de 12,1% ao ano, com salto de 52% entre 2015 e 2016. Quando divididos pelo número de cooperativas, obtém-se cerca de 1.115 empregados por cooperativa, o melhor índice entre o cooperativismo agropecuário regional (contra 939 no Paraná e 252 no Rio Grande do Sul).

Sobre o desempenho econômico das cooperativas agropecuárias, a **Tabela 13** exprime os dados do faturamento bruto do setor em Santa Catarina entre 2000 e 2016.

Tabela 13. Evolução do faturamento das cooperativas agropecuárias de Santa Catarina

	Faturamento Mil R\$	Cresc. Médio Anual	Cresc. Acumulado
2000	1.914.338	-	-
2001	2.305.117	20,4	20,4
2002	2.856.082	23,9	49,2
2003	3.654.367	28,0	90,9
2004	4.456.798	22,0	132,8
2005	4.749.943	6,6	148,1
2006	4.723.311	-0,6	146,7
2007	5.888.124	24,7	207,6
2008	7.290.061	23,8	280,8
2009	7.247.588	-0,6	278,6
2010	7.809.197	7,7	307,9
2011	9.415.648	20,6	391,8
2012	11.127.353	18,2	481,3
2013	13.040.820	17,2	581,2
2014	15.102.203	15,8	688,9
2015	17.074.123	13,1	791,9
2016	19.924.191	16,7	940,8
Total	138.579.264	-	-
Média¹	-	16,1	-

M¹ - Média do crescimento percentual anual entre 2000 e 2016. Fonte: OCESC, vários anos. Organizado pelo autor.

O faturamento das cooperativas agropecuárias de Santa Catarina foi de R\$ 138,5 bilhões no período de 2000 a 2016. Em 2000, o faturamento era de apenas R\$ 1,9 bilhão, elevando para R\$ 19,9 bilhões em 2016, ou seja, 940%. A dilatação média dos valores foi de 16% ao ano. Apenas em dois anos não houve avanço nas receitas, 2006 e 2009, com retração de -0,6%. Em 2009, a crise econômica internacional afetou as cooperativas catarinenses e suas exportações, justificando a queda no faturamento. Apesar disso, a retomada das receitas foi rápida e a média de evolução foi de 17% ao ano entre 2010 e 2016, com soma de R\$ 93,5 bilhões nesses anos, 67,5% do total da tabela.

Nesse contexto, a capacidade de comércio e armazenagem das cooperativas catarinenses ampliou consideravelmente. Em 2016, as cooperativas somaram 2,5 milhões de toneladas em capacidade de armazenagem, representando 46,5% da capacidade total de Santa Catarina (5,4 milhões de toneladas). Em 2014, a OCESC (representando as cooperativas) e o Governo de Santa Catarina lançaram em conjunto o programa “Armacenar”, com o objetivo de reduzir em 50% o déficit de armazenagem de grãos no estado (de 2,3 milhões de toneladas em 2014).⁴¹

A **Tabela 14** explicita sobre o volume de arroz, feijão, trigo, milho e soja recebidos pelas cooperativas catarinenses de 2000 a 2015 e a respectiva participação na produção estadual.

O volume da produção agrícola recebida pelas cooperativas catarinenses ampliou após 2000. No arroz, a recepção em 2000 foi de 168 mil toneladas, equivalendo a 21% da produção estadual, e em 2015, aumentou para 525 mil toneladas, 48% da produção estadual. Em relação ao feijão, a recepção foi de 47,4 mil toneladas em 2000 para 98 mil toneladas em 2015 e a participação das cooperativas cresceu de 21% para 70% da produção estadual.

No caso do trigo, a produção recebida pelas cooperativas superou a produção estadual em vários anos em virtude de algumas cooperativas captaram produtos de outros estados ou países. Mesmo assim, é possível afirmar que a produção catarinense de trigo foi dominada pelo setor. Em

⁴¹ Segundo a FECOAGRO/SC (2014), as cooperativas catarinenses tomarão financiamento com o governo federal para construção de armazéns com as seguintes facilidades: 15 anos de prazo, três anos de carência, 3,5% de juros ao ano e sem limite de financiamento. O governo do Estado, através do programa “Armacenar”, suportará 50% dos juros anuais até o limite de projetos que atinjam um milhão de toneladas, o que equivalerá a R\$ 500 milhões. Os juros equivalerão a R\$ 166 milhões e, desse volume, o governo catarinense pagará R\$ 83 milhões.

2000, o volume recebido foi de 65,7 mil toneladas, elevando-se para 331,4 mil toneladas em 2015, quando a participação das cooperativas representou 252% da produção estadual.

Na produção do milho, as cooperativas expandiram de 670 mil toneladas para 1,5 milhão em 2015, alta de 125%. A participação do ramo na produção estadual de milho foi de 20% em 2000 para 49% em 2015. É mister destacar que boa parte da produção de milho é utilizada na fabricação de ração e consumida pelas próprias cooperativas.

Tabela 14. Produção agrícola das cooperativas de Santa Catarina – 2000 a 2015 (em mil toneladas)

	Arroz		Feijão		Trigo		Milho		Soja	
	ton.	%	ton.	%	ton.	%	ton.	%	ton.	%
2000	168	21%	47	21%	65	121%	670	20%	305	58%
2001	205	23%	61	37%	66	83%	919	23%	362	68%
2002	233	25%	30	18%	71	78%	1.243	40%	476	90%
2003	236	23%	30	16%	97	56%	1.056	24%	566	79%
2004	260	26%	25	17%	159	84%	1.661	51%	496	77%
2005	301	28%	37	33%	206	108%	1.126	42%	489	80%
2006	379	35%	27	17%	157	147%	1.076	37%	468	58%
2007	392	38%	47	22%	235	156%	1.321	35%	543	49%
2008	386	39%	87	48%	263	129%	1.419	35%	721	76%
2009	436	42%	60	34%	322	99%	1.621	49%	667	67%
2010	485	49%	120	76%	288	119%	1.407	40%	651	44%
2011	461	47%	67	42%	244	107%	1.392	38%	795	53%
2012	473	43%	44	38%	226	162%	1.216	42%	860	80%
2013	517	50%	66	48%	200	80%	1.436	43%	631	40%
2014	496	46%	90	62%	292	112%	1.437	45%	899	53%
2015	525	48%	98	70%	331	252%	1.509	49%	1.005	50%

*%.: Refere-se a participação das cooperativas na produção estadual. Fonte: OCESC, vários anos.

A soja, assim como o trigo, também teve participação oscilante devido ao recebimento de produtos originados em outros estados. Em 2012, por exemplo, a produção de soja recebida pelas cooperativas representou 80% da produção estadual e, no ano seguinte, caiu para 40%. A soja também é matéria-prima para a fabricação de ração das cooperativas, sendo destinada à alimentação de aves e suínos. Em 2000, as cooperativas agropecuárias catarinenses receberam 305 mil toneladas do produto, avolumando para 1 milhão de toneladas em 2015.

A **Tabela 15** apresenta a produção de suínos, aves e leite das cooperativas catarinenses entre 2000 e 2015.

Tabela 15. Produção pecuária das cooperativas de Santa Catarina – 2000 a 2015

	Aves (mil cab.)		Suínos (mil cab.)		Leite (mil litros)	
	Produção	Part. ¹	Produção	Part. ¹	Produção	Part. ¹
2000	69.427	11,1%	1.646	21,2%	211.071	20,8%
2001	73.999	11,2%	1.751	21,5%	241.430	22,4%
2002	74.220	10,7%	1.857	21,5%	275.275	23,1%
2003	86.310	13,0%	2.809	35,6%	279.176	21,0%
2004	87.526	13,2%	2.930	38,1%	295.466	19,9%
2005	85.975	12,6%	2.739	34,0%	298.062	19,2%
2006	91.656	14,3%	3.171	40,2%	358.877	21,0%
2007	108.944	15,4%	3.926	47,9%	378.343	20,3%
2008	112.504	12,6%	3.992	47,4%	389.689	18,3%
2009	119.573	13,1%	4.141	47,9%	413.354	18,6%
2010	104.285	11,6%	4.074	46,6%	370.794	15,6%
2011	109.866	11,6%	4.478	49,4%	388.118	15,3%
2012	142.400	16,0%	4.628	51,8%	460.844	17,0%
2013	151.989	17,2%	4.851	56,2%	490.372	17,1%
2014	187.874	21,1%	4.779	50,7%	528.197	17,7%
2015	215.271	24,4%	4.836	47,0%	560.678	23,9%

Part¹: Refere-se à participação das cooperativas na produção estadual. Fonte: OCESC, vários anos.

O recebimento de leite das cooperativas registrou 211 milhões de litros em 2000 e 560,6 milhões de litros em 2015, dilatação de 165%. Contudo, a participação na produção estadual pouco variou, de 20,8% para 23,9%.

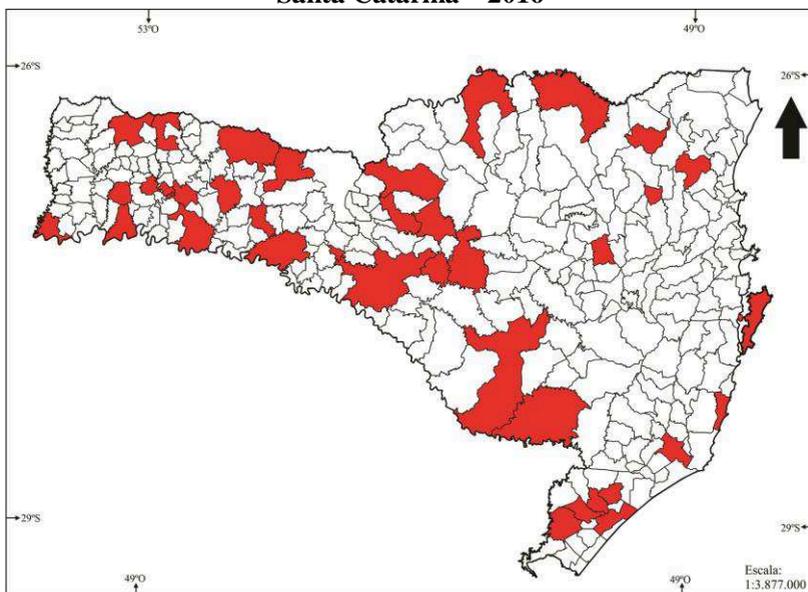
A produção de aves amplificou de 69,4 milhões de cabeça em 2000 para 215,2 milhões de cabeças em 2015, alteração de 210%. Assim, a participação na produção estadual elevou-se de 11% para 24,4%. No caso da produção de suínos das cooperativas, em 2000 era 1,6 milhões de cabeças, subindo para 4,8 milhões de cabeças em 2015, com a presença do setor na produção estadual indo de 21% para 47%. O cooperativismo catarinense teve expressão nacional no abate de suínos, representando 12,24% da produção brasileira em 2015.

Nas exportações, as cooperativas de Santa Catarina somaram US\$ 3,2 bilhões de 2006 a 2015, equivalente a 7% das exportações totais do

setor. Em 2006, as vendas foram de US\$ 133 milhões e US\$ 634 milhões em 2015, acréscimo médio de 21% ao ano no período. Os principais produtos exportados pelas cooperativas foram aves e suínos (MDIC, 2016)

O **Mapa 04** ilustra a distribuição espacial das sedes das cooperativas agropecuárias em Santa Catarina. Cada município colorido refere-se a presença da sede de uma ou mais empresas cooperativas. Importa enfatizar que 48% das cooperativas agropecuárias estão localizadas no oeste do catarinense, totalizando 26 instituições.

Mapa 04. Localização das sedes cooperativas agropecuárias de Santa Catarina – 2016



Fonte: Dados coletados na OCESC, 2016. Organizado pelo autor.

1.5.3 O cooperativismo agropecuário gaúcho

O Rio Grande do Sul foi onde o cooperativismo surgiu na Região Sul, sendo também, o local de origem do cooperativismo empresarial nos anos cinquenta. O cooperativismo rural nos demais estados sulistas deve-se, em parte, à experiência gaúcha, que expandiu-se pela migração de agricultores, na maioria descendentes de imigrantes italianos e alemães, que colonizaram o oeste catarinense, sudoeste e oeste do Paraná. Todavia,

o recente desempenho socioeconômico das cooperativas gaúchas esteve aquém dos demais estados do Sul.

O número de cooperativas agropecuárias em 2015 cadastradas na OCERGS era de 132 instituições, com 327,4 mil produtores associados e 33,2 mil empregados. Isso correspondeu a 8,5% do número total de cooperativas do ramo no Brasil, 32,2% do número de cooperados e 17,6% dos empregados. Dentre os estados do Sul, o Rio Grande do Sul apresentou o maior número de cooperativas e associados, porém, o menor número de empregados.

A **Tabela 16** evidencia as cooperativas, produtores e empregados do ramo agropecuário no estado a partir de 2000.

Tabela 16. Número de cooperativas, cooperados e empregados do ramo agropecuário no Rio Grande do Sul – 2000 a 2015

	Cooperativas	% ¹	Cooperados	% ¹	Empregados	% ¹
2000	193	-	220.560	-	24.473	-
2001	209	8,3	210.426	-4,6	24.523	0,2
2002	196	-6,2	220.153	4,6	24.827	1,2
2003	200	2,0	243.923	10,8	26.273	5,8
2004	205	2,5	255.140	4,6	26.096	-0,7
2005	223	8,8	266.130	4,3	26.096	0,0
2006	237	6,3	267.467	0,5	26.621	2,0
2007	242	2,1	272.823	2,0	35.586	33,7
2008	247	2,1	268.851	-1,5	28.957	-18,6
2009	225	-8,9	311.374	15,8	28.611	-1,2
2010	211	-6,2	300.416	-3,5	27.435	-4,1
2011	170	-19,4	290.585	-3,3	27.330	-0,4
2012	161	-5,3	290.078	-0,2	29.687	8,6
2013	151	-6,2	304.693	5,0	28.888	-2,7
2014	140	-7,3	287.615	-5,6	31.120	7,7
2015	132	-5,7	327.443	13,8	33.282	6,9
Média²	-	-2,2%	-	2,9%	-	2,6%
2000-15³	-	-31%	-	48,5%	-	35,9%

¹ Crescimento percentual anual. ² Média do crescimento anual. ³ Crescimento percentual acumulado entre 2000 e 2015. Fonte: OCERGS, vários anos.

Em 2000, havia 193 cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, alterando para 247 em 2008. A partir de 2009, observou-se uma redução das cooperativas, chegando a 132 em 2015, mesmo assim, o

número foi maior que a soma das cooperativas do estado do Paraná e Santa Catarina. De 2000 a 2015, a evolução no número de cooperativas foi de -2,2% ao ano.

Das 132 cooperativas agropecuárias gaúchas em 2015, 49% possuíam mais de 35 anos de existência, 40% entre 10 e 35 anos de existência e 11% menos de 10 de existência. Ou seja, uma pequena parcela do setor surgiu no âmbito mais recente. É interessante salientar que no estado localiza-se a mais antiga cooperativa agropecuária em operação no Brasil, a Cotribá – Cooperativa Agrícola Mista de General Osório – fundada em 1911 (OCERGS, 2015).⁴²

Relativo aos produtores associados, de 2000 a 2015, foi registrado alta de 220,5 mil para 327 mil, expansão de 48,5%. Na média, ocorreu variação de 2,9% ao ano no número de sócios, com oscilações importantes, como a redução entre 2010 e 2014. O volume de empregados subiu em média de 2,6% ao ano e 36% entre 2000 e 2015, com elevação de 24,4 mil trabalhadores para 33,2 mil trabalhadores. O maior número de colaboradores foi 35,5 mil em 2007.

A tabela apresentou três momentos distintos do cooperativismo gaúcho: o crescimento de 2000 a 2008, redução entre 2009 e 2014 e retomada após 2015. Como observado nos demais estados sulistas, a queda do número de cooperativas foi uma adaptação ao panorama econômico após a crise global de 2008. Mas, enquanto as empresas paranaenses e catarinenses mantiveram o crescimento dos cooperados e empregados nos pós-2008, no Rio Grande do Sul houve várias retrações no número de cooperados e empregados. A menor quantidade de postos de trabalho no cooperativismo gaúcho revela ainda a fraca participação do setor na produção agroindustrial.

Em 2011, a OCERGS, com apoio do SESCOOP/RS e do Sistema SICREDI, iniciou o “Programa de Reestruturação das Cooperativas Agropecuárias Gaúchas” que tinha os objetivos de: aperfeiçoar modelos de gestão e governança; analisar cenários econômicos (local, nacional e internacional) e de mercado para cooperativismo estadual; propor estratégias de integração em arranjos horizontais e verticais entre as cooperativas gaúchas, incentivando a agregação de valor através de

⁴² A Cotribá surgiu em 21 de janeiro de 1911, através da união de agricultores da Colônia General Osório – hoje município de Ibirubá – que criaram uma cooperativa sob o modelo alemão, a *Genossenschaft* General Osório (Cooperativa General Osório). A cooperativa atuava inicialmente no comércio de grãos e produtos de consumo doméstico. Em 2016, a Cotribá possuía 10 mil sócios, 800 empregados e receita de R\$ 1 bilhão (COTRIBÁ, 2017).

negócios verticais; intensificação de projetos agroindustriais; planejamento de mercado e estratégias competitivas; desvinculação das cooperativas agropecuárias de atividades alheias às finalidades; transparência e comprometimento do associado com o empreendimento cooperativo e outros. O programa congregou 49 cooperativas agropecuárias, sendo aplicado em 2011 e 2012, com orçamento de R\$ 3 milhões (Relatório de Gestão, OCERGS, 2012).

No espaço de 2006 a 2015, o SESCOOP/RS aplicou R\$ 163 milhões em programas de apoio ao ensino, profissionalização e monitoramento das cooperativas. Assim como no Paraná e Santa Catarina, após a crise global de 2008, as cooperativas gaúchas passaram a investir mais no aperfeiçoamento da gestão. Porém, ao dividir o valor investido pelo número de cooperativas no estado, o Rio Grande do Sul teve o menor índice em 2015: R\$ 159 mil por cooperativa, contra R\$ 475 mil Paraná e R\$ 377 mil em Santa Catarina (SESCOOP/RS, 2015).⁴³

Sobre o panorama econômico das cooperativas sul-rio-grandenses, a **Tabela 17** indica o faturamento do setor. De 2010 a 2015, as cooperativas do estado faturaram R\$ 106,5 bilhões, contra R\$ 73 bilhões em Santa Catarina e R\$ 218 bilhões no Paraná.

Tabela 17. Faturamento bruto e participação das cooperativas no PIB agropecuário do Rio Grande do Sul – 2010 a 2015

	Faturamento Bilhões de R\$	Cresc. Anual	Part. PIB Agro.
2010	14,9	-	-
2011	15,1	1,3%	59,5%
2012	15,8	4,6%	71,3%
2013	18,7	18,3%	-
2014	19,9	6,4%	68,8%
2015	22,1	11,0%	-
Total	106,5	-	-
Média¹	-	8,3%	-
2010-15²	-	48,3%	-

¹ Média do crescimento anual entre 2000 e 2016. ² Crescimento acumulado entre 2000 e 2016. Fonte: OCERGS, vários anos.

⁴³ O cálculo dividiu os recursos totais aplicados pelo SESCOOP pelo número das cooperativas agropecuárias de cada estado. Na realidade, os recursos do sistema abrangem todos os ramos do cooperativismo.

A média de crescimento das receitas das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul foi de 8,3% ao ano entre 2010 e 2015, com acumulado de 48,3%. Em 2015, a média de faturamento por cooperativa foi de R\$ 167 milhões no Rio Grande do Sul, R\$ 390 milhões em Santa Catarina e R\$ 763,5 milhões no Paraná.

Enquanto a média de ampliação das receitas das cooperativas gaúchas foi de 8,3% ao ano entre 2010 e 2015, nas cooperativas de Santa Catarina a evolução foi de 17% ao ano e no Paraná foi de 21% ao ano. Nesse sentido, apesar do desempenho econômico das cooperativas gaúchas ser expressivo nos últimos, foi inferior aos demais estados sulistas.

As cooperativas do Rio Grande do Sul foram as mais impactadas pela crise nas décadas de 1980 e 1990 e experimentaram maior dificuldade na realização da reestruturação econômica e produtiva. Consoante Farias (2015), muitas cooperativas gaúchas, inclusive as tradicionais instituições que nos anos setenta estavam entre as maiores do Brasil, apresentaram problemas financeiros (endividamento) e de produção (capacidade ociosa) nos anos 2000.⁴⁴

Apesar disso, a participação do setor na economia agropecuária gaúcha foi relevante. Na capacidade estática de armazenagem do Rio Grande do Sul, as cooperativas foram responsáveis por 27% em 2016, com 7,8 milhões de toneladas, e representaram 23% da capacidade de armazenagem do setor no Brasil.

Na agropecuária, as cooperativas gaúchas atuaram em 2015 na produção de grãos: soja, trigo, milho e arroz (63 cooperativas), leite e derivados (35), hortifrutigranjeiro: maçã, cítricos, morango e hortaliças (22), carnes: aves, suínos e bovinos (11) e vinho (10) (OCERGS, 2015).

A **Tabela 18** demonstra a produção total das cooperativas filiadas da FECOAGRO/RS, por isso, subestima a produção total do cooperativismo gaúcho.⁴⁵

⁴⁴ Em 2018, a Cotrijuí, de Ijuí/RS, entrou em processo de liquidação judicial. A cooperativa, que já foi a maior da América Latina, acumula dívidas de R\$ 1,8 bilhão, quase o dobro de seu patrimônio total (GAUCHAZH, 2018).

⁴⁵ Fundada em 30 de setembro de 1997, a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FECOAGRO/RS), foi criada com o objetivo de dar maior representatividade às cooperativas agropecuárias do estado. Em 2015, a FECOAGRO contava com 42 cooperativas filiadas, 178.347 associados, 19.097 empregos e R\$ 18,3 bilhões em receitas (FECOAGRO, 2017).

Tabela 18. Produção agrícola das cooperativas do Rio Grande do Sul – 2000 a 2016 (em mil toneladas)

Safra	Arroz	% ¹	Milho	% ¹	Soja	% ¹	Trigo	% ¹
2000/01	570	11%	1.736	29%	2.868	41%	742	69%
2001/02	597	11%	1.124	29%	2.825	50%	729	65%
2002/03	432	9%	1.285	24%	3.981	42%	1.588	66%
2003/04	589	9%	1.097	33%	3.108	56%	1.293	63%
2004/05	754	12%	643	43%	1.663	68%	801	58%
2005/06	775	11%	1.192	26%	3.394	45%	717	88%
2006/07	618	10%	1.239	21%	4.445	45%	1.174	68%
2007/08	653	9%	1.354	25%	3.591	46%	1.401	68%
2008/09	736	9%	1.296	31%	3.633	46%	1.328	74%
2009/10	480	7%	1.115	20%	4.139	41%	1.370	65%
2010/11	7,5	0%	1.048	18%	3.804	32%	1.107	40%
2011/12	480	6%	623	20%	1.909	32%	1.194	64%
2012/13	566	7%	997	19%	3.634	28%	1.613	48%
2013/14	447	5%	1.150	21%	4.036	31%	1.110	66%
2014/15	453	5%	1.058	19%	5.022	32%	773	56%
2015/16	374	5%	862	18%	5.752	35%	1.173	46%

%¹: Participação das cooperativas na produção estadual. Fonte: FECOAGRO/RS, vários anos.

Quanto ao arroz, a produção das cooperativas gaúchas somou 570 mil toneladas em 2000, atingindo 775 mil toneladas na safra 2005/06. Nos anos seguintes, a produção de arroz reduziu, chegando a 374,6 mil toneladas em 2015/16. Conseqüentemente, a participação do setor na produção estadual despencou de 11% em 2000 para 5% em 2015 (de 2000 a 2015, a produção total de arroz do Rio Grande do Sul cresceu de 5,2 milhões para 7,5 milhões de toneladas).

A produção de milho das cooperativas encolheu de 1,7 milhões de toneladas em 2000/01 para 862,4 mil toneladas em 2015/16, queda de 49,6%. A participação do setor na produção estadual de milho caiu de 29% para 18% no período. Na soja, a produção registrou ampliação de 2,8 milhões de toneladas em 2000/01 para 5,7 milhões de toneladas em 2015/16, porém, a participação na produção estadual reduziu de 41% para 35%. A melhor participação do setor na produção estadual de soja foi em 2004/05, com 68%, com apenas 1,6 milhões de toneladas recebidas. Naquele referido ano, houve uma queda brusca na produção estadual de soja e milho devido a problemas climáticos.

O trigo, historicamente, é um dos produtos mais importantes do cooperativismo gaúcho, sendo responsável pelo surgimento de muitas cooperativas e pela sua promoção no período da modernização agrícola. No contexto recente, a produção tríticola das cooperativas do Rio Grande do Sul oscilou bastante, com quedas acentuadas em alguns anos, como em 2004/05, 2005/06, 2014/15. Na média, a parcela do setor na produção estadual de trigo foi de 63% entre 2000 e 2016. Em 2000, a participação era 69%, chegando a 88% em 2005/06 (ano com problemas climáticos) e caindo para 46% em 2015/16. Em relação ao volume de trigo, mudou de 743 mil toneladas em 2000 para 1,1 milhão de toneladas em 2016.

Em 1988, a participação das cooperativas na produção agropecuária do Rio Grande do Sul foi de: 25% do arroz, 69% da soja, 100% no trigo, 33% no feijão, 19% no leite, 16,5% na carne suína, 12% nas aves e 20,5% na lã. Assim, o atual comportamento produtivo do setor está abaixo da participação em décadas passadas (KUHN, 1995).

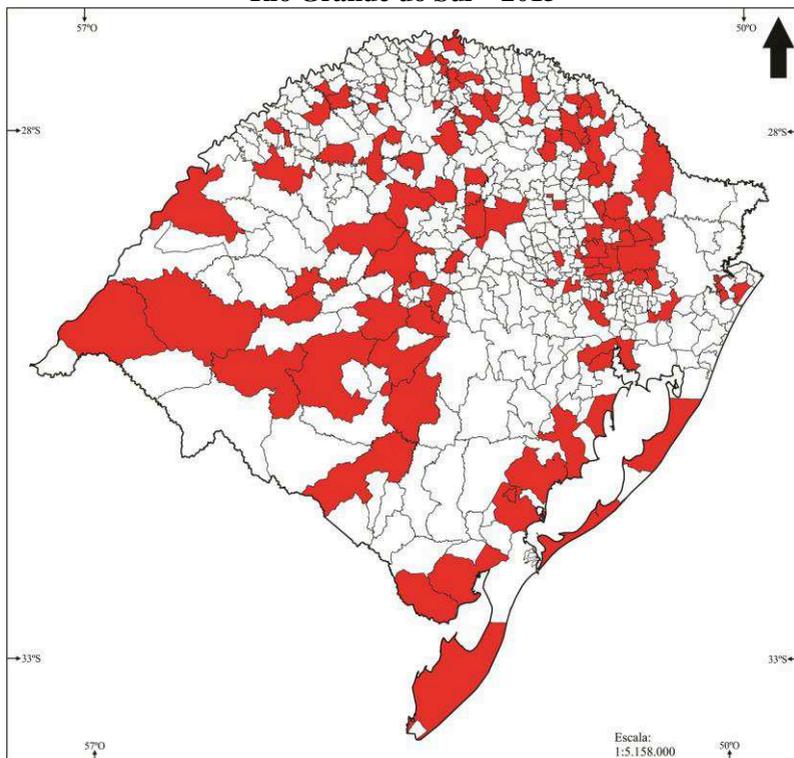
Em alguns produtos, as cooperativas sobressaíram-se, como na exportação total de vinhos e espumantes do Brasil em 2014, em que 27% vieram das cooperativas gaúchas. No segmento lácteo, as cooperativas portaram sua maior importância, sendo responsáveis por receber 45% da produção estadual de leite, 1,7 bilhão de litros em 2015 (OCERGS, 2016).

Diferente do Paraná e Santa Catarina, as cooperativas do Rio Grande do Sul exibiram, com base nos dados da FECOAGRO/RS, redução da participação na produção estadual e, nos casos do arroz e milho, redução no volume produzido. A cultura da soja foi a que mais avultou. Ao mesmo tempo, a renda do setor no estado cresceu, chegando a R\$ 22 bilhões em 2015, o que leva a crer que as cooperativas gaúchas estão concentrando-se em produtos de maior valor comercial e seguindo para a produção agroindustrial.

As exportações das cooperativas gaúchas somaram US\$ 2,4 bilhões de 2006 a 2015, correspondendo a 5,2% das vendas totais do setor no período. As exportações ampliaram de US\$ 147 milhões em 2006 para US\$ 391 milhões em 2008 e US\$ 363 milhões em 2011, regredindo nos últimos anos, para R\$ 159 milhões em 2014 e US\$ 176 milhões em 2015. Os principais produtos exportados foram soja e derivados (MDIC, 2016).

O **Mapa 05** mostra a distribuição das sedes das cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul. Cada município revelado no mapa refere-se à sede de uma ou mais cooperativas. A maior parte do setor concentrou-se no nordeste e noroeste gaúcho, áreas de colonização dos imigrantes europeus e local de surgimento da moderna produção agrícola na década de 1950.

Mapa 05. Localização das sedes das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul – 2015



Fonte: Dados coletados na OCERGS, 2015. Organizado pelo autor.

1.6 Conclusão

O cooperativismo agropecuário na Região Sul teve origem na formação sócio-espacial da pequena produção mercantil, iniciada com a colonização de imigrantes europeus ainda no século XIX. Além do prévio conhecimento sobre a doutrina cooperativista, os imigrantes e seus descendentes já realizavam relações de produções mercantis, fundamentais para o surgimento e expansão das cooperativas pela região. Até a década de 1930, as cooperativas sulistas e brasileiras atuavam independentes do poder público, realizando funções diversas, como repasse de insumos para a produção e consumo doméstico e revenda dos produtos dos sócios.

A partir da década de 1930, as cooperativas foram impactadas com maior ênfase pela ação do Estado e pelos ciclos da economia nacional e

global. Nesse seguimento, foram descritos três momentos da relação do cooperativismo com os movimentos cíclicos: no pós-1930, com a industrialização/urbanização, as cooperativas rurais para comercialização foram incentivadas como estratégia de abastecimento dos centros urbanos; nas décadas de 1950 e 1970, com o avanço da industrialização no campo as cooperativas integraram-se ao capital industrial, originando grandes empresas de comércio e processamento de alimentos e matérias-primas; nas décadas de 1980 e 1990, sob a égide dos ciclos recessivos e com afastamento das políticas governamentais, o setor perdeu abrangência social, espacial e econômica.

O papel do Estado foi central nos rumos do cooperativismo agropecuário no país. Das décadas de 1930 até 1970, os incentivos fiscais, tributários, de preços, crédito e infraestrutura induziram o desenvolvimento do setor e, durante as décadas de 1980 e 1990, o afastamento do Estado foi um dos motivos da recessão das cooperativas.

Nos anos 2000, as cooperativas voltaram a crescer com ampliação das instituições, sócios, empregados, receitas, produção e exportações. Tal desenvolvimento pode ser contatado em todas as regiões do Brasil, porém, foi no Sul onde o setor ostentou maior dinamismo. As cooperativas brasileiras e sulistas usufruíram de amplo apoio público nos investimentos produtivos e comerciais, estratégia que permitiu que o setor crescesse nos anos recentes sob a ótica da integração agroindustrial.

A origem do atual cooperativismo agroindustrial da Região Sul ocorreu no contexto modernizador das décadas de 1960 e 1970, que aliou características da formação sócio-espacial regional com o modelo capitalista de produção no campo, gerando cooperativas de produção comercial e industrial, integradas também ao sistema financeiro público e privado.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

As políticas de crédito oficial fizeram parte da história do cooperativismo agropecuário nos últimos sessenta anos. Durante o processo de modernização do campo, na segunda metade do século XX, o crédito rural foi decisivo para que produtores e cooperativas adentrassem ao novo padrão produtivo, tecnológico e financeiro, gerando um primeiro momento de expansão geoeconômica do cooperativismo pelas Regiões Sul e Sudeste do país.

No início do século XXI, após um período de decadência, ocorreu a retomada do crédito oficial, com aumento de valores, redução dos juros e abrangência social e espacial. Esse novo panorama do crédito rural teve relação com as mudanças políticas e econômicas no Brasil e a recuperação da capacidade de intervenção do Estado na economia, com o crédito tornando-se novamente protagonista do desenvolvimento da agricultura e das cooperativas brasileiras.

Na agricultura, o volume de crédito aplicado aumentou de R\$ 46 bilhões em 2000 para R\$ 184 bilhões em 2014, somando R\$ 744 bilhões na década de 2000. Para as cooperativas, além de beneficiarem-se do crédito rural geral, foram criados programas específicos ao setor, que disponibilizaram R\$ 26 bilhões entre 2003 e 2015.

Com maiores e melhores condições de acesso ao crédito, as cooperativas investiram na criação e modernização de infraestrutura produtiva e comercial, gerando expansão horizontal e vertical. As políticas de crédito contemplaram as cooperativas onde havia maior defasagem de recursos: industrialização, armazenagem e capital de giro. As cooperativas do Sul concentraram a maior parte do crédito rural, tornando-se *locus* dos investimentos e expansão do setor a partir dos anos 2000.

A meta neste segundo capítulo é analisar a evolução das políticas de crédito rural e dos programas de financiamento para as cooperativas agropecuárias após 2000. Os primeiros itens detalham a expansão e as principais características do SNCR entre 2000 e 2015, seguido de um estudo das políticas de financiamento específicas do cooperativismo: RECOOP, PRODECOOP e PROCAP-AGRO. Por fim, é explicitada a importância do BNDES e BRDE na difusão das políticas de crédito às cooperativas no Brasil e na Região Sul.

As informações estatísticas destacadas foram coletadas nos bancos de dados oficiais do BCB, BNDES, BRDE e MAPA e as informações de ordem técnica e legal no MCR.

2.1 O Sistema Nacional de Crédito Rural nos anos 2000

No início do século XXI, o Governo Federal promoveu algumas mudanças na Política Agrícola, com destaque para a reestruturação no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).⁴⁶ Outros elementos da política agropecuária também foram revistos, como os mecanismos para comercialização, controle de preços e estoques, pesquisa, inovação e extensão rural que, assim como o crédito rural, nas décadas de oitenta e noventa foram desconstruídos ou sucateados.

Já no final dos anos noventa, observou-se uma nova orientação do governo com relação à política agrícola. Em 1995, foram criados três programas de crédito para renegociação de dívidas: Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). Os programas tinham o objetivo de saneamento financeiro dos diferentes segmentos ligados à agropecuária que se encontravam endividados e descapitalizados. Em 1997, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e um ano depois o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA). Porém, os programas de crédito mantiveram-se com recursos escassos e com atuação limitada até o início dos anos 2000 (ALVES, 2003).

⁴⁶ Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e tem como objetivo destinar financiamentos a produtores rurais e a cooperativas de produção agropecuária, para as finalidades de custeio, comercialização e investimentos agropecuários. Os financiamentos são conduzidos sob as diretrizes da política de crédito formulada pelo Conselho Monetário Nacional em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. Os principais agentes do SNCR são bancos e cooperativas de crédito. O controle do SNCR, sob todas as formas, é atribuição do Banco Central do Brasil. A maior parte dos recursos financeiros aplicados no SNCR são originados nos “recursos controlados”, formados pelos: Recursos Obrigatórios (decorrentes da exigibilidade de depósito à vista), Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional), Recursos do BNDES, Poupança Rural, Fundos Constitucionais de Financiamento Regional e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) (Manual do Crédito Rural, 2018).

Entre de 1995 e 2002, o crédito oficial somou R\$ 372 bilhões, valor abaixo do montante aplicado nos anos seguintes, que foi de R\$ 735 bilhões entre 2003 a 2010 e R\$ 767 bilhões de 2011 a 2015.⁴⁷ Nesse mesmo período, o PIB agronegócio cresceu de R\$ 845 bilhões em 1995 para R\$ 935 bilhões em 2002 e R\$ 1,15 trilhão em 2010 (aumento de 23% em relação a 2002) (CEPEA, 2016).

A **Tabela 19** apresenta a evolução dos valores aplicados pelo SNCR entre 2000 e 2015. Ao todo, o crédito rural somou R\$ 1,6 trilhão no período, com ampliação dos desembolsos de R\$ 43,6 bilhões em 2000 para R\$ 183,8 bilhões em 2014. No decênio de 2006 a 2015, foram aplicados R\$ 1,25 trilhão, expansão de 185% com relação aos valores da década de noventa (R\$ 442 bilhões de 1990-1999) e igualando os valores aplicados nas décadas de 1970 e 1980 (R\$ 1,21 trilhão de 1970-1979 e R\$ 1,26 trilhão de 1980-1989). Além da elevação dos valores, o crédito rural caracterizou-se, após 2000, pela diversificação social e espacial, abrangendo um número maior de agricultores, principalmente pequenos produtores.

Desde 2000, o crédito rural está em ascensão, com média de 9,3% ao ano. A ampliação dos valores financiados manteve-se até 2015, quando houve redução de 16% do crédito, reflexo do contexto político e econômico do Brasil e das medidas para contenção de gastos públicos, que aprofundaram-se nos anos seguintes. De 2000 até 2014, o crédito rural evoluiu 320%, de R\$ 43,6 bilhões para R\$ 183,8 bilhões.⁴⁸

⁴⁷ Os valores foram atualizados pelo IGP-DI, 12/2015 (BCB, 2015).

⁴⁸ Um fator determinante na retração do crédito em 2015 foi a alta na taxa de juros. No Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014 disponibilizaram-se R\$ 136 bilhões para o crédito rural, com R\$ 115,6 bilhões com juros controlados a taxas 3,5% a 5,5% ao ano. No Plano Agrícola e Pecuário de 2014/2015, o crédito programado elevou para R\$ 156 bilhões, 14% maior que no ano anterior, mas a taxa de juros subiu para 4% a 8% ao ano nos recursos com juros controlados, que foram de R\$ 132,7 bilhões (os dados não incluem o PRONAF) (PAP, 2013/14 e 2014/15). Essa variação impactou na tomada do crédito rural. Segundo o Governo Federal, as taxas de juros do crédito rural foram, em grande parte, preservadas, dado que os ajustes em seus níveis foram inferiores ao aumento da SELIC. As taxas do crédito rural sofreram diferença de um ponto percentual, passando de 5,5% ao ano para 6,5% ao ano, um acréscimo menor quando comparado ao da taxa de juros da SELIC: 2013 era 7,25% e 11,75% em 2014 (PAP, 2014/15). Contudo, a partir de 2017, mesmo com a redução da SELIC, as taxas do crédito oficial mantiveram-se altas, gerando uma situação única na história do crédito rural no Brasil, os recursos livres ficaram mais baratos que os recursos oficiais.

Tabela 19. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR – 2000 a 2015

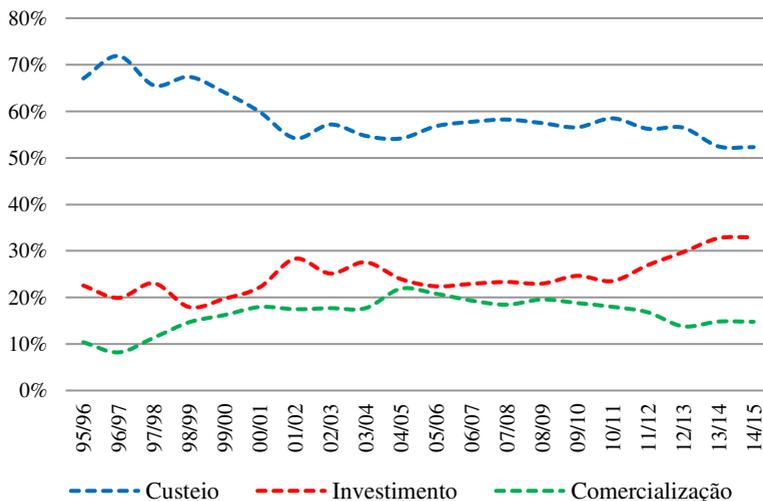
	Crédito Rural	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado¹
2000	43.686.155.709	-	-
2001	51.227.009.950	17,3%	17,3%
2002	51.965.377.271	1,4%	19,0%
2003	65.521.783.482	26,1%	50,0%
2004	75.927.664.400	15,9%	73,8%
2005	77.490.635.928	2,1%	77,4%
2006	77.987.102.442	0,6%	78,5%
2007	85.517.663.556	9,7%	95,8%
2008	99.461.149.176	16,3%	127,7%
2009	115.036.850.303	15,7%	163,3%
2010	113.377.197.791	- 1,4%	159,5%
2011	123.131.977.792	8,6%	181,9%
2012	140.125.762.126	13,8%	220,8%
2013	165.458.785.612	18,1%	278,7%
2014	183.823.370.598	11,1%	320,8%
2015	154.389.228.025	- 16,0%	253,4%
Total	1.624.127.714.161	9,3%	-

Valores em R\$ corrigidos – IGP-DI 12/2015. ¹ Crescimento acumulado com base nos valores de 2000. Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, BCB: 2000 a 2012/Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

A maior parte dos recursos da tabela concentrou-se nos últimos anos, quando os valores ficaram acima de R\$ 100 bilhões. De 2008 até 2015, foram aplicados R\$ 1,1 trilhão, 67% do total observado. Somente em 2013, 2014 e 2015, o crédito somou R\$ 503 bilhões, equivalente a 31% do total. Assim, apesar da evolução positiva desde de 2000, foi no contexto recente que o crédito rural revelou os maiores desembolsos, superando, inclusive, os valores aplicados durante o processo de modernização agrícola. Em 1979, por exemplo, o crédito somou R\$ 164 bilhões, o maior valor registrado até 2013, quando atingiu R\$ 165 bilhões e R\$ 184 bilhões em 2014.

O **Gráfico 01** distingue os valores aplicados pelo SNCR segundo as finalidades – custeio, investimento e comercialização – por ano-safra entre 1995 e 2015.

Gráfico 01. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR por finalidade – 1995 a 2015



*Dados excluem os recursos do PRONAF. Fonte: MAPA/BACEN, 2016.

No geral, a principal finalidade do crédito rural foi o custeio. Essa modalidade destina-se a cobrir as despesas normais do ciclo produtivo como a compra de sementes, insumos e outras despesas com o plantio e colheita. Entre 1995/1996 e 1999/2000, o custeio representou, em média, 67% do total do crédito, com tendência de diminuição de participação ao longo dos anos. Em 1996/97, o custeio chegou a representar 72% do crédito rural, reduzindo para 54% em 2001 e 52% em 2014/15.

O crédito para comercialização teve um desempenho crescente até 2006, representando 20,8% do crédito total no ano. Desde então, sua participação percentual retraiu, atingindo 13,8% em 2012/13 e 14,8% em 2014/15. A modalidade de comercialização visa cobrir despesas da fase posterior a colheita, como armazenagem e transporte, permitindo que o produtor possa escolher o melhor momento para vender o produto. Geralmente, durante a colheita, os preços estão despencando em decorrência da grande oferta e o crédito comercialização dá condições ao produtor, sem atrasar seus compromissos financeiros, de aguardar o melhor momento para a venda (SAVOIA, 2009).

A comercialização foi a finalidade com a menor participação no SNCR. Dois fatores merecem atenção: na comercialização, existem mecanismos privados de crédito com grande participação na agricultura

brasileira, como as negociações realizadas diretamente entre os produtores e agroindústrias ou cooperativas agrícolas. Além disso, desde a década de 1990, é crescente a utilização de contratos de venda antecipada, onde, no momento da colheita, o agricultor entrega o produto ao financiador, encerrando seu contrato. Essas especificidades do comércio de grãos no Brasil contribuem para que não haja tanta demanda pelo crédito para comercialização.

O investimento foi a finalidade com maior aumento na composição do crédito rural. Em 1998/99, o investimento representou 17% do crédito, dilatando para 28% em 2001/02. De 2004 até 2011, a média da finalidade foi de 23%, desenvolvendo-se significativamente nos últimos anos: 26,9% em 2011/12, 29,7% em 2012/13, 32,7% em 2013/14 e 32,9% em 2014/15. Savoia (2009) argumenta que o aumento nos investimentos da agropecuária viabilizou a modernização da agricultura na medida em que permitiu a renovação do parque de máquinas, correção do solo, renovação das pastagens, construção de armazéns e melhorias tecnológicas.

A título de exemplo, com o avanço dos programas de investimentos, houve aumento no consumo de máquinas e equipamentos agropecuários. Na década de noventa, foram vendidos no Brasil 187 mil unidades de tratores (média de 18,7 mil/ano), nos anos 2000 foram 354 mil (média de 35,4 mil/ano) e de 2010 a 2015 foram 260 mil tratores (média de 52 mil/ano). No caso das colheitadeiras, nos anos 1990 foram vendidas 22 mil unidades (média de 2,2 mil/ano), nos anos 2000 foram 42 mil (média de 4,2 mil/ano) e de 2010 a 2015 foram 30 mil (média de 6 mil/ano). Logo, foi no momento de maior dilatação do crédito para investimento que se registrou a maior venda de tratores e colheitadeiras no país (ANFAVEA, 2016).⁴⁹

Na década de 1970, no auge do processo de modernização agropecuária, o investimento representou 29% do SNCR – R\$ 317 bilhões (valores corrigidos IGP-DI, 06/2014). Na crise do crédito oficial, no final dos anos oitenta e anos noventa, além da redução do volume total, a participação dos investimentos diminuiu, chegando a 13% em 1985 e 10,9% em 1990. Ademais, na década de 1990, para o custeio e comercialização surgiram mecanismos privados de financiamento, compensando, em parte, o recuo dos fundos públicos. Para os investimentos, devido às suas características, maior volume de capital e

⁴⁹ Na década de 1970, foram vendidos 407,5 mil tratores e 18,9 mil colheitadeiras e na década de 1980, foram 348 mil tratores e 48,9 mil colheitadeiras (ANFAVEA, 2016).

longo prazo de pagamento, não atraiu interesse do mercado privado de crédito (BCB, 1985 e 1990).

É importante salientar que nenhuma finalidade teve retração de valores nos anos 2000, mas sim, variações na participação da composição do SNCR. Em valores, de 2000 a 2015, o custeio cresceu 17% ao ano, a comercialização 18% ao ano e o investimento 26% ao ano. Foram desembolsados R\$ 773 bilhões em custeio, R\$ 242,5 bilhões em comercialização e R\$ 358 bilhões em investimento entre 2000 e 2015.

A progressão positiva do crédito rural teve impacto direto sobre a produção no campo. De 2000 até 2009, a produção de grãos no país subiu 4,2% ao ano e de 2010 a 2015 foi de 7,5% ao ano. Foi nesse segundo momento que ocorreu a maior aplicação do crédito rural. Na safra 2000/2001, foram colhidos 100 milhões de toneladas de grãos, avançando para 208 milhões de toneladas em 2014/2015 (CONAB, 2016).

O número de produtores inseridos no SNCR também aumentou consideravelmente: os contratos passaram de 1.349.234 em 2000 para 2.822.692 em 2013. A maior parte dos contratos deveu-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que nos anos 2000 registrou aumento dos financiamentos, inserindo uma nova classe de produtores no SNCR. O número de contratos do PRONAF foi de 834 mil em 2000, equivalente a 61% do total do SNCR e de 2 milhões contratos em 2013, 71% do total no ano. Em valores corrigidos, o PRONAF aplicou R\$ 190 bilhões de 2000 a 2015, com amplificação de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 22,3 bilhões neste período.

A **Tabela 20** evidencia a evolução dos valores aplicados pelo PRONAF entre 2000/2001 e 2013/2014. (BCB, 2015).

O PRONAF, apesar de ter surgido em 1997, ganhou importância socioeconômica após 2003, quando os valores avolumaram-se. Em 1999, a política atingiu 3.403 municípios, com recursos na ordem de R\$ 4,6 bilhões. Em 2008/09, a abrangência da foi de 5.379 municípios e R\$ 12 bilhões e em 2013/14 o valor aplicado foi R\$ 22,2 bilhões. A média de crescimento dos valores foi de 12,7% ao ano e acumulado de 280% em 2014.

A maior atenção aos pequenos produtores preencheu uma lacuna deixada pelo processo de modernização da agropecuária brasileira. Com acesso aos recursos, os pequenos produtores aprofundaram o desenvolvimento das forças produtivas e acentuaram sua integração com o agronegócio (compra de máquinas e equipamentos e insumos químicos, comercialização com indústrias e cooperativas e etc.).

Tabela 20. Evolução dos financiamentos do PRONAF – 2000 a 2014

Ano	Valor	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2000/01	5.873	-	-
2001/02	5.398	-8,09	-8,09
2002/03	4.524	-16,19	-22,97
2003/04	7.705	70,31	31,19
2004/05	9.157	18,84	55,92
2005/06	11.466	25,22	95,23
2006/07	12.247	6,81	108,53
2007/08	11.331	-7,48	92,93
2008/09	12.829	13,22	118,44
2009/10	14.886	16,03	153,47
2010/11	13.657	-8,26	132,54
2011/12	14.544	6,49	147,64
2012/13	19.862	36,56	238,19
2013/14	22.283	12,19	279,41
Total	165.762	12,74	-

Valores em Milhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (06/2014). ¹ Com relação ao ano 2000/01. Fonte: Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola, MAPA, 2015.

Porém, a desigualdade regional na distribuição de PRONAF foi latente. Em média, 50% dos financiamentos foram destinados aos três estados do Sul. Isto demonstra que, embora o programa tenha facilitado o acesso ao crédito para pequenos produtores, entre estes ainda há uma grande diferença de participação. O mesmo ocorreu com o restante do crédito, que mesmo aumentado o valor nos últimos anos, permaneceu concentrado em alguns estados.

O contexto favorável do crédito nos anos 2000 contribuiu indiretamente às cooperativas agropecuárias, pois, com a facilidade de acesso ao crédito rural, os produtores sócios puderam custear as despesas de produção e investir na propriedade, aumentando sua produtividade. Convém lembrar que, com a falta de financiamentos nos anos noventa, muitos produtores recorreram às cooperativas para se capitalizarem e, com a inadimplência desses (por problemas financeiros, climáticos, frustrações de safra e queda dos preços), as cooperativas assumiram o ônus da dívida, gerando crise e falência em cooperativas de todo o país. Diante disso, a retomada do crédito oficial retirou das cooperativas a

necessidade de repasse de capital aos sócios, evitando os riscos dessa operação.⁵⁰

2.2 O Sistema Nacional de Crédito Rural e as cooperativas agropecuárias

As cooperativas de produção agropecuária podem beneficiar-se do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), contando com recursos exclusivos ao setor, destinados ao exercício e desenvolvimento de suas atividades estatutárias e para consolidar sua estrutura patrimonial. De acordo com o Manual do Crédito Rural (BCB, 2016), o crédito para as cooperativas destina-se ao custeio, investimento ou comercialização, para atividades próprias da cooperativa; recursos para atendimento dos cooperados; integralização das cotas-partes e antecipação de recursos de taxa de retenção.

A **Tabela 21** destaca a evolução do crédito repassado às cooperativas pelo SNCR entre 2000 e 2015.⁵¹

⁵⁰ Mesmo o crédito público crescendo, as cooperativas agropecuárias ainda utilizam mecanismos próprios para o financiamento de seus sócios, todavia não mais como uma medida emergencial para garantir a safra dos sócios, mas como uma estratégia de venda de insumos e garantia de matéria-prima para as agroindústrias ou comércio.

⁵¹ O crédito pode ser concedido à cooperativa de produção agropecuária, singular ou central:

- a) na condição de produtor rural, visando empreendimentos de titularidade da cooperativa, nas modalidades de custeio, investimento ou comercialização, observadas as normas gerais aplicáveis aos créditos concedidos aos demais produtores rurais, inclusive quanto aos limites de financiamento observados por produtor;
- b) na condição de sociedade prestadora de serviços de natureza agropecuária aos seus cooperados, exclusivamente com as seguintes finalidades: I - atendimento a cooperados; II - industrialização; III - comercialização, na forma de adiantamento por conta de produtos entregues;
- c) visando consolidar a estrutura patrimonial da cooperativa, com as seguintes finalidades: I - integralização de cotas-partes; II - antecipação de recursos de taxa de retenção (MCR, 2018).

Tabela 21. Evolução dos valores aplicados pelo SNCR em cooperativas – 2000 a 2015

	Crédito para Cooperativas	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado¹	Participação no SNCR²
2000	4.270.808.923	5,2%	5,2%	9,8%
2001	5.010.187.371	17,3%	23,4%	9,8%
2002	5.438.223.113	8,5%	33,9%	10,5%
2003	6.805.843.036	25,1%	67,6%	10,4%
2004	7.980.334.702	17,3%	96,6%	10,5%
2005	7.758.134.654	-2,8%	91,1%	10,0%
2006	7.930.799.098	2,2%	95,3%	10,2%
2007	11.714.164.110	47,7%	188,5%	13,7%
2008	14.960.928.817	27,7%	268,5%	15,0%
2009	15.023.039.358	0,4%	270,0%	13,1%
2010	15.635.873.953	4,1%	285,1%	13,8%
2011	19.860.970.344	27,0%	389,2%	16,1%
2012	17.852.646.791	-10,1%	339,7%	12,7%
2013	23.002.715.348	28,8%	466,6%	13,9%
2014	27.516.670.623	19,6%	577,8%	14,9%
2015	28.584.161.141	3,9%	604,0%	18,5%
Total	219.345.501.382	13,9%	-	12,7%

Valores em R\$ corrigidos – IGP-DI 12/2015. ¹ Crescimento acumulado com base nos valores de 2000. ² Participação do valor repassado às cooperativas com relação ao SNCR total no ano. Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, BCB: 2000 a 2012/Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

No total, foram repassados às cooperativas agropecuárias cerca de R\$ 220 bilhões entre 2000 e 2015. Pode dividir-se o crédito ao setor em dois momentos: até 2006, quando os valores se mantiveram entre R\$ 4 e 8 bilhões e com avanço de 10,4% ao ano e a partir de 2007, quando os recursos cresceram acentuadamente, R\$ 11 bilhões em 2007, R\$ 19 bilhões em 2011 e R\$ 28 bilhões em 2015, com taxas de 16,3% ao ano. Somente os anos 2013, 2014 e 2015 somaram R\$ 79 bilhões, equivalente a 36% do total observado na tabela.

Os valores para cooperativas aumentaram 13,9% ao ano entre 2000 e 2015, uma taxa superior à média de crescimento do SNCR, que foi de 9,3% ao ano. É interessante observar que, enquanto o crédito total registrou queda de 16% de 2014 a 2015, o crédito para cooperativas subiu 3,9%. No acumulado entre 2000 e 2015, a evolução foi de 604%.

O aumento dos repasses de crédito ao setor gerou maior participação das cooperativas no SNCR: em 2000, as cooperativas participavam com 9,8% do crédito total, 10% entre 2002 e 2006, 16% em 2011 e 18,5% em 2015.

Em 2015, o volume de crédito repassado às cooperativas foi de R\$ 28,5 bilhões, o maior repasse registrado desde o período de modernização da agricultura, quando os financiamentos para as cooperativas foram de R\$ 29,5 bilhões em 1980 e R\$ 32 bilhões em 1981. Na década de 1970, as cooperativas tiveram acesso a R\$ 164 bilhões, contra R\$ 151 bilhões na década de 1980 e apenas R\$ 44,3 bilhões na década de 1990. Nos dez últimos anos da tabela, de 2006 a 2015, o valor do crédito para o setor foi de R\$ 182 bilhões.

A **Tabela 22** exprime os repasses do SNCR para as cooperativas de acordo com as finalidades de custeio, investimento e comercialização. Com essas informações é possível identificar com maior precisão a essência da ascensão do crédito para o setor.

A maior parte do crédito destinado às cooperativas foi na modalidade de custeio, que no período destacado somou R\$ 149,3 bilhões, 68% dos recursos totais. A média de amplificação do custeio foi de 12,5% ao ano, com evolução de 386% de 2000 a 2015. Desde 2000, o custeio foi a principal modalidade de crédito às cooperativas, mas, teve presença reduzida nos últimos: de 80% entre 2000 e 2004, para 55,3% em 2014 e 60% em 2015.

A comercialização somou R\$ 44,4 bilhões, cerca de 20,3% do crédito total para o setor. O crescimento médio para modalidade foi de 18,9% ao ano, com variação de 966%. No geral, a comercialização aumentou sua presença no crédito, com maior percentual de 27,8% em 2006 e 27,4% em 2014 e o menor de 14,5% em 2000 e 14,6% em 2001.

Os investimentos tiveram a menor participação: R\$ 25,4 bilhões, equivalendo a 11,5% do crédito. Contudo, em termos percentuais, o investimento logrou o melhor desempenho: 43% no crescimento médio anual e de 3.791% no acumulado. Essa finalidade foi também a que ganhou mais participação: em 2002 era de apenas 1% do crédito, chegando a 18,7% em 2011 e 18,4% em 2013.

De 2000 até 2008, os recursos para investimento foram baixos, somando apenas R\$ 1,9 bilhão. A média de participação nesse contexto foi de 2,6% do crédito total. Todavia, a partir de 2009 o volume de capital aumentou, com soma de R\$ 23,4 bilhões entre 2009 e 2015.

Tabela 22. Crédito destinado às cooperativas agropecuárias por finalidade – 2000 a 2015

	Custeio	%*	Investi- mento	%*	Comercia- lização	%*
2000	3.527	82,6	123	2,9	619	14,5
2001	4.133	82,5	145	2,9	731	14,6
2002	4.513	83,0	54	1,0	870	16,0
2003	5.608	82,4	149	2,2	1.048	15,4
2004	6.671	83,6	119	1,5	1.189	14,9
2005	5.903	76,1	209	2,7	1.644	21,2
2006	5.519	69,6	206	2,6	2.204	27,8
2007	8.914	76,1	374	3,2	2.424	20,7
2008	11.475	76,7	598	4,0	2.887	19,3
2009	10.501	69,9	1.427	9,5	3.095	20,6
2010	10.350	66,2	2.282	14,6	3.017	19,3
2011	13.185	66,4	3.708	18,7	2.973	15,0
2012	12.695	71,1	2.251	12,6	2.906	16,3
2013	14.022	61,0	4.234	18,4	4.733	20,6
2014	15.216	55,3	4.754	17,3	7.539	27,4
2015	17.150	60,0	4.819	16,9	6.600	23,0
Total	149.390	68,2	25.460	11,5	44.485	20,3
Cresc.¹	12,48%	-	43,21%	-	18,87%	-
Cresc.²	386,2%	-	3.791,1%	-	965,8%	-

%: Participação no total do crédito. Cres¹: Crescimento média anual. Cres.²:

Crescimento acumulado entre 2015 e 2000. Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, BCB: 2000 a 2012/Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

Cada uma das finalidades teve uso diferente dentro das cooperativas. Em conformidade com as publicações do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BCB, 1999 a 2012), para o custeio, a maior parte dos valores foram repassados aos produtores sócios das cooperativas. O mesmo pode ser constatado nos investimentos, onde a maior parte do crédito repassado às cooperativas foi para os sócios (geralmente, os investimentos repassados pela cooperativa envolveram-se em projetos de integração, como a avicultura e suinocultura, tendo relação com investimentos da empresa em agroindústrias). Na comercialização, a maior parte dos recursos repassados foram destinados para cobrir gastos dos cooperados com armazenagem, onde a cooperativa

recebeu a antecipação das receitas com os gastos da retenção de produtos dos sócios.

Quando os recursos são repassados aos produtores sócios, independente da modalidade, isso não significa que a cooperativas pagarão pelos financiamentos, ela realizado o projeto para contratação de crédito e repassa os valores aos produtores cooperados, que pagarão pelo crédito. A cooperativa atua como avalista dos valores financiados. Nesse sentido, a maior parcela dos valores do SNCR repassados às cooperativas tem como destino os associados. Como os valores transferidos aos sócios têm relação com alguma atividade da cooperativa, como o custeio para produção de grãos ou investimentos para criação de animais, que resultarão em maior produção entregue, as cooperativas beneficiam-se com essa operação.

A **Tabela 23** demonstra a dinâmica espacial do crédito do SNCR para cooperativas. Os dados destacam a distribuição dos valores por unidade da federação de 2000 a 2015.

As cooperativas do Paraná tiveram maior participação na tomada de crédito, com R\$ 75 bilhões, equivalente a 34,1% de todos os recursos no período. Em 2000, o volume de crédito para as cooperativas paranaenses foi de R\$ 1,4 bilhão e em 2015 o valor aumentou para R\$ 12 bilhões, ou seja, progresso médio de 17,3% ao ano e de 750% no período.

São Paulo somou R\$ 42 bilhões, 19% do crédito total. Em 2000, o total para o estado foi de R\$ 665,4 milhões, chegando a R\$ 5,2 bilhões em 2015, incremento de 696%. Em média, os valores cresceram 16,2% ao ano. Minas Gerais obteve R\$ 33,5 bilhões, 15% do total. Em certos anos, esse estado somou mais recursos que São Paulo, como em 2007, 2008, 2010 e 2011. Em média, a tomada de capital das cooperativas mineiras foi de 14,4% ao ano e o maior repasse foi de R\$ 4,1 bilhões em 2011. É mister salientar que, até 2007, Minas Gerais era o quarto maior tomador de crédito, ficando atrás do Rio Grande do Sul. Entre 2000 e 2007, a soma dos valores das cooperativas mineiras foi R\$ 8 bilhões, contra R\$ 9,6 bilhões das cooperativas gaúchas. De 2008 a 2012, o volume de crédito para Minas Gerais acentuou-se substancialmente, elevando sua participação no crédito total.

Tabela 23. Distribuição do crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias por estado – 2000 a 2015 (em Milhões de R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Soma
PR	1.417	1.700	1.995	2.509	3.036	2.905	2.176	3.471	4.699	4.663	4.134	5.712	5.816	8.345	10.343	12.009	74.932
SP	665,4	1.127	1.090	1.279	1.706	1.663	1.795	2.489	2.634	3.062	3.094	3.856	3.389	4.148	4.777	5.263	42.037
MG	671,7	572,7	429,2	453,2	611,6	946	1.732	2.666	3.373	2.780	3.692	4.140	2.969	2.533	3.147	2.818	33.536
RS	788,1	881	1.279	1.641	1.575	1.111	1.106	1.230	1.658	1.632	1.741	2.393	2.112	3.206	3.616	3.177	29.148
SC	351,8	305,3	290,6	411,2	555,3	731,7	715	1.073	1.388	1.826	1.564	1.839	1.843	2.783	3.127	2.865	21.670
GO	235,2	204,1	208,6	147,4	255,8	145,8	132,1	187,6	361,6	355,6	501,3	799,8	898	1.119	1.475	1.359	8.387
ES	37,3	33,4	4	5,8	6,7	13,7	20,6	217,6	267,9	323,8	376,7	391,5	254,1	139,2	228,7	189,5	2.511
MS	11,5	55,8	18,6	62,3	60,2	49	69,4	97,5	108,9	128,7	77,9	178,6	146,9	338	442,5	414,9	2.261
MT	43,8	80,4	109,6	214	106,6	46,4	37	38,1	34,3	19,4	81,4	172,5	90,9	87	123,7	88,7	1.374
BA	19,7	16,6	2,4	7,1	9,4	6,4	6,7	37,1	164,5	25,6	90,1	81,9	141,9	177,7	118,4	74,6	980
PB	-	-	0,6	-	4,6	2,4	2,7	71,3	156	96,9	132,4	96,8	42,4	26,5	20,4	24,2	677
RO	1,7	1,7	0,7	0,9	0,6	1,6	1,2	8,3	17	28	52,9	104,6	80,4	0,9	-	-	300
DF	2,8	2,1	-	-	2,6	8,5	9,4	23,2	25,4	27,3	33,1	45,7	37,9	21,9	14,3	15,5	270
TO	2,4	0,2	-	0,4	-	2,1	7,1	1	2,8	1,4	4,2	3,6	4	30,4	15	184,7	259
CE	9	18,6	-	13,9	11,3	6,4	4,2	10,9	14,6	8,9	13,4	9	7,4	57,7	21,6	27	234
MA	0,3	-	-	14,2	25,3	74,3	51,9	9,4	-	0,3	1,6	2,7	-	-	-	-	180
RJ	6,3	8,1	1,9	4	6,4	2,9	7,8	12,7	12,9	17,6	19,4	12	10,5	8,4	14,9	27,5	173
RN	0,2	0,4	6,7	3,5	2,2	6,8	25,3	23,6	17,2	5,4	1,9	4,2	1,3	-	1	10,3	110
PA	2,3	2,9	1	36,4	-	17	2	1	-	-	-	3,5	-	2,8	4,6	15,3	89
PE	0,4	0,1	0,1	-	0,1	12,8	11,9	15,4	11,7	13,7	9,8	6,2	1,2	0,8	0,1	-	84
PI	0,3	-	0	0,4	2,7	4,4	10,4	10,5	10	3,1	2,1	6,2	3,5	7,6	8,6	8,1	78
AC	2,4	-	0	-	0,4	-	-	-	3,9	4,2	12,5	0,7	3	22,4	15,3	10,2	75
AL	-	-	-	0,8	0,2	-	7,1	18,8	-	-	-	0,7	-	-	-	-	28
SE	0,2	-	-	1,2	-	0,8	0,5	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
AM	1,1	-	-	0,4	0,6	0	-	-	0,6	-	-	0,6	-	-	-	0	3
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.271	5.010	5.438	6.806	7.980	7.758	7.931	11.714	14.961	15.023	15.636	19.861	17.853	23.059	27.517	28.584	219.401

Valores corrigidos pelo IGP-DI, 12/2015. Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, BCB: 2000 a 2012/Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

O Rio Grande do Sul exibiu a quarta melhor participação na tomada de crédito, com R\$ 29,1 bilhões, 13,3% do total. Em 2000, o volume de recursos no estado foi de R\$ 788 milhões, aumentando para R\$ 3,6 bilhões em 2014 e R\$ 3,1 bilhões em 2015. A evolução dos valores do crédito do SNCR acessado pelas cooperativas do Rio Grande do Sul foi de 12% ao ano e de 303% entre 2000 e 2015. Santa Catarina somou R\$ 21,6 bilhões, 9,8% do total, com mudança de R\$ 351,8 milhões em 2000 para R\$ 3,1 bilhões em 2014, diferença de 791,4%, e crescimento médio de 17,1% ao ano.

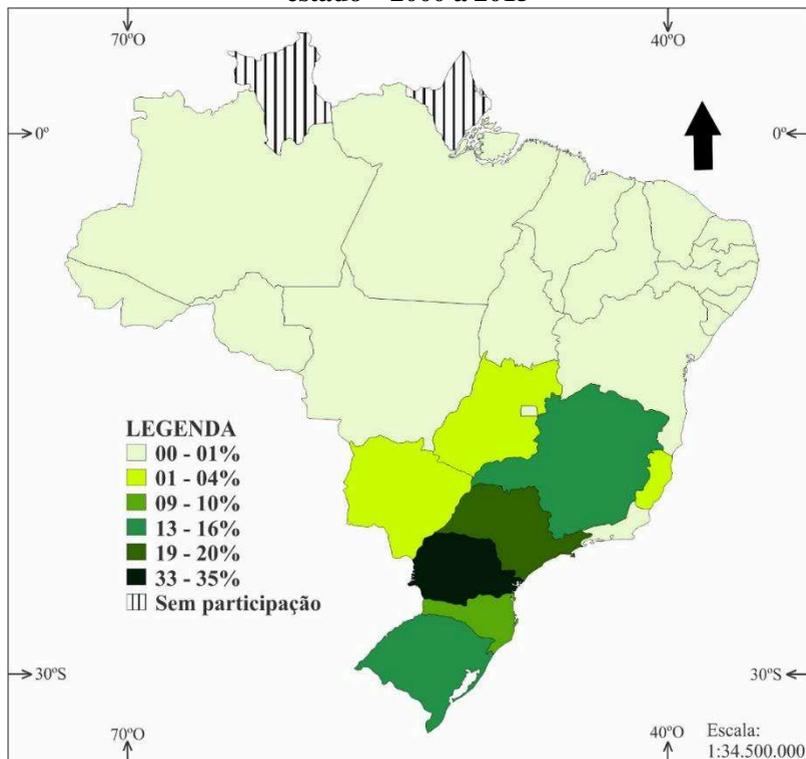
O Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentraram 92% do crédito oriundo do SNCR entre 2000 e 2015, equivalente a R\$ 201,6 bilhões. Nesses estados, o cooperativismo agropecuário apresentou-se mais desenvolvido e com importantes participações na economia, impactando sobre a demanda de crédito. No caso do Paraná, que é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, as cooperativas representaram 54% do PIB agropecuário estadual em 2015.

Existem especificidades no crédito destinado às cooperativas de cada estado. No Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a maior parte do valor foi para financiamento agrícola, o que indica a relação das cooperativas com a produção de grãos (PR e RS), açúcar (SP) e café (MG). Em Santa Catarina, pelo contrário, destacou-se o financiamento pecuário, atingindo metade dos valores repassados ao estado nos últimos anos. Esse fator é reflexo da importância da produção de frangos e suínos das cooperativas catarinenses.

O estado de Goiás somou R\$ 8,3 bilhões, 3,8% do crédito total, com média de evolução de 18,3% ao ano e ampliação dos contratos de R\$ 235 milhões em 2000 para R\$ 1,47 bilhão em 2014 e R\$ 1,35 bilhão em 2015. O Espírito Santo somou R\$ 2,5 bilhões, 1,1% do crédito total, seguido pelo Mato Grosso do Sul com R\$ 2,2 bilhões, 1% do total, e Mato Grosso com R\$ 1,3 bilhão, 0,6% do total. Os dezesseis estados restantes exibiram participação baixa, de R\$ 3,5 bilhões, apenas 1,6% do total. O Amapá e Roraima não realizaram contratações de crédito para cooperativas com o SNCR.

O **Mapa 06** apresenta a participação de cada estado brasileiro no crédito rural destinado às cooperativas agropecuárias entre 2000 e 2015. No mapa, é possível visualizar a concentração do crédito na Região Geoeconômica Centro-Sul. Nesses estados, o maior nível de modernização agropecuária e de integração com o capital financeiro, contribuiu na tomada de crédito das cooperativas locais.

Mapa 06. Distribuição do crédito rural para cooperativas por estado – 2000 a 2015

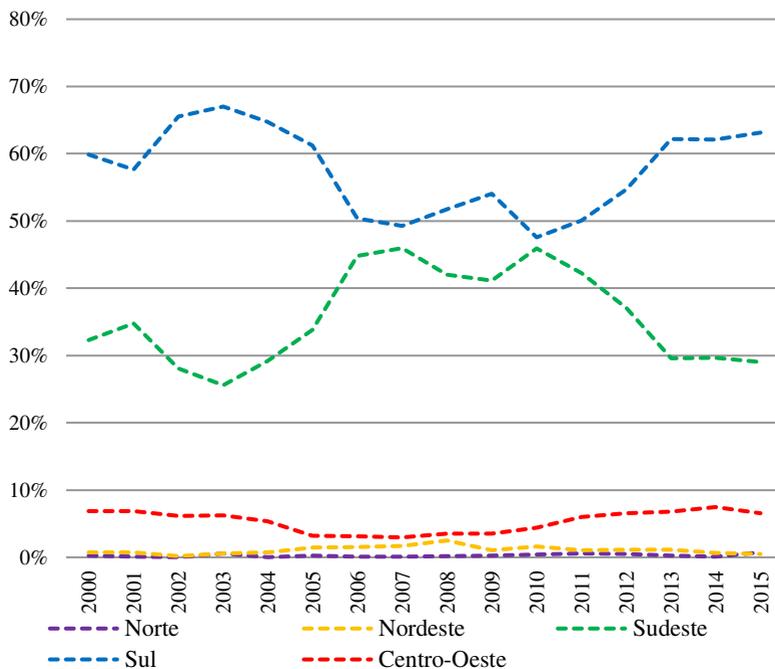


O mapa da distribuição dos financiamentos ajuda a entender a espacialização do setor. Nos estados onde as cooperativas agropecuárias tiveram maior destaque, como no Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, ocorreu maior tomada do crédito. Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia aparecem com valores de crédito menores, porém, com aumento nos últimos anos, indicando expansão do associativismo na região. Nos demais estados, o número de cooperativas agropecuárias é baixo, refletindo nas reduzidas contratações de crédito.

Por fim, o **Gráfico 02** retrata a participação de cada região brasileira na tomada de crédito para cooperativas. O Sul concentrou a maior parte: R\$ 125,7 bilhões (57,3% do total), seguido pelo Sudeste com

R\$ 78,2 bilhões (35,6%), Centro-Oeste com R\$ 12 bilhões (5,6%), Nordeste com R\$ 2,3 bilhões (1%) e Norte com R\$ 726 milhões (0,3%).

Gráfico 02. Distribuição do crédito rural para cooperativas por região – 2000 a 2015



Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, BCB: 2000 a 2012/Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

A participação das cooperativas da Região Sul oscilou de 65% em 2004 a 47,6% em 2010. Os momentos de diminuição na participação naquela região devem-se a ascensão do Sudeste, que aumentou contratações entre 2006 e 2010, chegando a representar 46% em 2007 e 2010. Contudo, após 2010, a participação do Sudeste diminuiu, caindo para 29% em 2015.

A Região Centro-Oeste externou participação de 6% a 7% no início da década, retraindo entre 2004 e 2010 e ascendendo novamente após 2011, chegando a 7,5% em 2014. O Nordeste oscilou de maneira contrária, com o início da década entre 0,2% e 0,7% e entremio 2005 e 2010 houve aumento, que variou de 1,5% a 2,5%, e depois queda para

0,5% em 2015. O Norte apareceu de 0% a 0,7% ao longo dos anos, com sua melhor atuação em 2015.

2.3 Os novos programas de crédito específicos para o cooperativismo agropecuário

Nos anos 2000, além dos recursos financeiros destinados às cooperativas agropecuárias via SNCR, foram criadas políticas de financiamento específicas para o setor. Nesse contexto, três políticas de crédito atuaram na capitalização das cooperativas agropecuárias: o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária), que existiu de 1998 até 2003; o PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária), criado em 2003 e ainda em vigência e o PROCAP-AGRO (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias), criado em 2009 e ainda vigente. Os programas foram concebidos com objetivos diferentes, de acordo com as necessidades do setor em cada momento histórico.

2.3.1 RECOOP: Saneamento financeiro, modernização produtiva e gerencial

Durante a década de noventa, a agricultura brasileira passava por grandes dificuldades financeiras e estruturais. Para amenizar os efeitos do processo de endividamento contínuo e crescente do setor, o Governo Federal propôs, após 1995, três mecanismos de renegociação de dívidas: a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras (RECOOP), sendo esse último, destinado exclusivamente ao cooperativismo agropecuário.⁵²

⁵² O Programa de Securitização surgiu em 1996 para atender os produtores com dívidas de até R\$ 200 mil, com prazos de sete a dez anos e com juros de 3% ao ano mais variação do preço mínimo. A Securitização permitiu o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento e, para elevar a aceitação dos bancos, definiu-se que as dívidas seriam securitizadas e respaldadas por títulos públicos federais, o que significa que o governo assumiria o risco de crédito do agente financeiro. O PESA, criado em 1998, foi destinado aos produtores rurais e cooperativas com dificuldades financeiras, com débitos superiores a R\$ 200 mil, com um período longo de financiamento da dívida, cerca de 20 anos, e com juros

De acordo com Projeto de Medida Provisória nº 58 de 1998, que antecedeu a criação do RECOOP, a dificuldade na obtenção de crédito no início da década de noventa levou muitas cooperativas ao mercado financeiro. Porém, quebras de safras por motivos climáticos, queda de preços devido à abertura comercial e o endividamento acumulado de produtores geraram a inadimplência destes com as cooperativas. As empresas assumiram o ônus da dívida e ficaram descapitalizadas e endividadas.

Outro aspecto fundamental da recessão foi o corte de recursos do crédito, que encaminhou as cooperativas ao mercado privado, que tinha taxas de juros elevadas e instáveis, aprofundando ainda mais o endividamento do setor. Tal endividamento punia as cooperativas de dois lados, o da empresa e dos sócios, pois muitas cooperativas, ao mesmo tempo em que buscavam recursos para sua capitalização, responsabilizaram-se pelo financiamento dos produtores associados.⁵³

Para João Paulo Koslovski, presidente da OCEPAR entre 1996 e 2016, as dificuldades do setor foram agravadas pela queda dos preços dos produtos agrícolas e a insuficiência de crédito em 1994 e 1995. As cooperativas, tentando ajudar os produtores, fizeram investimentos e financiaram a aquisição de insumos para os sócios, porém, estes não conseguiram pagar seus compromissos, gerando uma grave crise no sistema (FOLHA DE LONDRINA, 04/07/1998).

Diante desse quadro, o RECOOP surgiu em 1998 com o objetivo reestruturar e capitalizar as cooperativas de produtores rurais, visando o desenvolvimento autossustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resultassem na manutenção, geração e melhorias do emprego e renda (Medida Provisória nº 1.781-4 de 14 de dezembro de 1998).

Importa destacar a pressão por parte dos setores ligados à agricultura para a renegociação das dívidas agrícolas. No cooperativismo, cuja expressão da crise foi a fusão ou liquidação de muitas instituições, a

que variavam de 8% e 10% ao ano mais variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) (ALVES, 2003; ALMEIDA e ZYLBERSZTAJN, 2008).

⁵³ Notícia de novembro de 2002: A fonte de maior preocupação para as cooperativas nacionais continua sendo a pressão dos juros e do câmbio sobre o resultado financeiro. O endividamento total das 50 maiores cooperativas do Brasil aumentou muito em 2001, alcançando um nível médio de 1.92, ou seja, para cada real de capital próprio, quase R\$ 2 são recursos de terceiros. Os passivos correspondem a dívidas bancárias, com fornecedores ou com os próprios cooperados (REVISTA AGRONEGÓCIOS DA FGV, 2002).

OCB, OCEPAR, demais organizações do ramo e lideranças políticas cobraram uma ação para recuperação econômica das cooperativas e compensação pelos desdobramentos da política econômica anteriores (ALVES, 2003).

Consoante João Paulo Koslovski, o RECOOP nasceu graças a uma atuação sistemática e disciplinada do cooperativismo brasileiro. Foram realizadas mais de cinquenta reuniões, onde aprofundados estudos e levantamentos técnicos eram apresentados e discutidos com dirigentes das cooperativas, ministros do governo e parlamentares (PARANÁ COOPERATIVO, 2018).

Os recursos do RECOOP destinavam-se ao pagamento de dívidas das cooperativas com o mercado financeiro e de cotas-partes, refinanciamento de dívidas com cooperados e valores a receber de cooperados, dívidas tributárias e fiscais, com fornecedores, encargos trabalhistas e sociais. Além das finalidades para renegociações, alongamento e saneamento, o programa possuía linhas de crédito para investimento e capital de giro (BACEN, Resolução 002665).

Para ter acesso ao programa, as cooperativas deveriam solicitar o enquadramento através de uma Carta-Consulta, aprovada por Assembleia Geral. Os pedidos foram examinados pelo Comitê Executivo do RECOOP, formado por representantes do governo e das cooperativas, sob a coordenação do Ministério da Fazenda (ALVES, 2003).

As cooperativas agropecuárias aprovadas inicialmente tiveram que construir um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), demonstrando as ações tomadas para o saneamento das dívidas. Dentre outras coisas, o PDC deveria contemplar um Projeto de Reestruturação Econômica (especialização na atividade com maior retorno) e Projeto de Profissionalização da Gestão (adoção de uma estrutura profissional de gestão, capacitação de dirigentes, membros de conselho fiscal e do quadro funcional). Isso condicionava as cooperativas à modernização econômica e administrativa, um ponto de debilidade que ficou evidente na crise dos anos 1990.⁵⁴

⁵⁴ O PDC ou Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deveria apresentar: *Projeto de Reestruturação* que demonstrasse viabilidade técnica e econômico-financeira, com seleção de área de atuação (especialização em atividades de maior capacidade de retorno) e adequação de estrutura patrimonial (desmobilização de ativos não operacionais) (Item 3.1 do ANEXO do Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999);

Projeto de Capitalização que contemplasse, obrigatoriamente, taxa de retenção sobre a produção entregue e comercializada pelos cooperados (valores destinados

Conforme Oliveira (2001), foram enviadas 651 Cartas-Consultas ao Comitê Executivo do RECOOP, das quais, 439 foram habilitadas a fazer os projetos voltados a revitalização. Comparando com o total de cooperativas agropecuárias no país em 1998, que era de 1.449, as 651 cartas corresponderam a 45%, o que demonstrava um número elevado de cooperativas com dificuldades financeiras no período. As 439 cooperativas habilitadas na primeira etapa somavam 619.600 cooperados e 87,9 mil trabalhadores, possuindo faturamento de R\$ 12,8 bilhões e R\$ 1 bilhão em exportações em 1997.

Após a análise dos PDCs, foram aprovados 322 projetos dos 439. Nesta etapa, foram considerados: o direcionamento ao foco principal de atuação e a retirada gradual de atividades acessórias; o comprometimento dos sócios com o projeto de reestruturação; a desmobilização de ativos que não correspondiam ao objeto principal da sociedade e contratação de auditoria independente para atestar a procedência dos valores (OLIVEIRA, 2001).

a capitalização da cooperativa) e aporte de capital de empresas não cooperativas, relações de parceria e gestão (observando as exigências legais e a manutenção do controle pelas cooperativas) (Item 3.2 do ANEXO do Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999);

Projeto de Profissionalização da Gestão que garantisse adoção de estrutura profissional de gestão para cooperativa, capacitação de dirigentes, membros de conselho fiscal e do quadro funcional (por meio de programas de treinamentos específicos, com destaque para as áreas: dinâmica, filosofia e gestão cooperativa; desenvolvimento técnico das atividades produtivas; comercialização da produção em mercados físicos e futuro, comércio exterior e mecanismos de hedge; e administração de negócios) (Item 3.3 do ANEXO do Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999);

Projeto de Organização e Profissionalização dos Cooperados que promovesse a seleção dos associados, mantendo apenas aqueles dispostos a assumir os compromissos necessários para o sucesso da revitalização da cooperativa e que possam absorver tecnologias para incrementar a competitividade e viabilizar o empreendimento da empresa (Item 3.4 do ANEXO do Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999);

Projeto de Monitoramento do PDI que contemplasse a elaboração de demonstrativos contábeis e financeiros de acordo com as normas técnicas (inclusive registrando os ativos de difícil recebimento para refletir a real situação patrimonial da cooperativa) e adoção de mecanismos de acompanhamento econômico-financeiro, com auditoria independente sobre os balanços e resultados de cada exercício e acesso de técnicos do Governo Federal a dados e informações relacionadas com o plano de desenvolvimento da cooperativa (Item 3.5 do ANEXO do Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999).

Finalizada as etapas de consulta e aprovações dos projetos de financiamento, o Comitê Executivo do RECOOP propôs os valores e as condições necessárias para a reestruturação das cooperativas agropecuárias. A programação inicial dos valores era R\$ 3,2 bilhões para atender as necessidades de revitalização das cooperativas, sendo R\$ 2,1 bilhões provenientes da STN (Tesouro Nacional), e o restante, R\$ 1,1 bilhão, oriundos de fundos constitucionais para o alongamento de dívidas. Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), seriam responsáveis pelas operações de crédito das cooperativas nessas regiões, exceto para investimentos (Resolução nº 2681 de 21 de dezembro de 1999).

Na **Tabela 24** são apontados os valores programados, fontes, prazos e juros para cada finalidade do RECOOP. Os R\$ 2,1 bilhões em crédito do Tesouro ficaram subdivididos em: R\$ 908 milhões capital de giro e investimento, R\$ 252 milhões recebíveis de cooperado, R\$ 324 milhões tributos com INSS e ICMS e dívidas com fornecedores, R\$ 656 milhões dívidas com sistema financeiro. Os R\$ 1,1 bilhão dos fundos constitucionais seriam para o alongamento de dívidas cotas-partes e securitização.

Tabela 24. Programação dos recursos financeiros para o RECOOP

Finalidade	Valor Total	Valor STN	Prazo	Juros²
Dívidas Sistema Financeiro	1.622	655,6	-	-
<i>a) Cotas-partes</i>	408,1	-	Até 15 anos	IGP-DI + 4% a.a.
<i>b) Securitização</i>	476,9	-	Até 10 anos	VPM + 3% a.a.
<i>c) Outras dívidas</i>	737,1	655,6	Até 15 anos	IGP-DI + 4% a.a.
Dívidas com cooperados ¹	405,6	323,8	Até 15 anos	IGP-DI + 4% a.a.
Recebíveis de Cooperados	299,3	252,4	Até 15 anos	IGP-DI + 4% a.a.
Capital de Giro	205,1	190,6	Até 2 anos	8,75% a.a.
Investimento	717,6	717,6	Até 15 anos	IGP-DI + 4% a.a.
Total	3.249,8	2.140,1	-	-

¹ Incluem-se dívidas com tributos e encargos trabalhistas. ² Inclui-se aí o *spread* bancário de até 3% ao ano. Valores em R\$ Milhões Correntes. Fonte: OCB, 2001; OLIVEIRA, 2001; MP nº1.715-2, de 29 de outubro de 1998.

Com base nos valores programados, é possível identificar que a finalidade principal do RECOOP era saneamento financeiro e alongamento de dívidas. Apesar de haver outras linhas de financiamento, como crédito para investimento e capital de giro, a maior parte dos valores foi destinado ao financiamento de dívidas das cooperativas com o sistema financeiro, débitos das cooperativas com cooperados e vice-versa, dívidas tributárias e com encargos trabalhistas e sociais. Para as finalidades citadas, foram programados R\$ 2,3 bilhões, 71% do valor total do programa, com R\$ 1,6 bilhão somente para as dívidas com o sistema financeiro.

Os juros variavam de acordo com a finalidade do financiamento, de 4% ao ano à 8,75% ao ano, acrescidos do IGP-DI. A partir de 2001, os juros elevaram-se para 9,5% ao ano e para 9,75% ao ano em 2002. Os prazos de pagamento dos empréstimos eram de 2 anos para capital de giro, de 10 anos para securitização e 15 anos para as demais finalidades. As carências iam de 6 meses até 24 meses, sendo que nas operações de

investimentos, o pagamento da primeira parcela tinha prazo de carência equivalente ao de maturação do empreendimento previsto no projeto (GIMENES et al, 2008; MP nº1.715-2, de 29 de outubro de 1998).

Embora com os projetos e fundos financeiros aprovados, nem todas as cooperativas foram contempladas com financiamento. A **Tabela 25** exibe os valores aplicados e programados do RECOOP, originários do Tesouro Nacional, no intervalo de 1999 a 2003.

Tabela 25. Evolução dos recursos financeiros do RECOOP – 1999 a 2003

	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Programação	-	-	475,0	383,0	44,2	902,2
Aplicação	1,2	281,2	252,3	261,9	44,2	840,8
% de Aplicação	-	-	53,1%	68,3%	100%	93,2%

Valores em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 1999 a 2003.

No total foram disponibilizados pelo RECOOP, via STN, R\$ 841 milhões, equivalentes a 40% dos valores reservados ao programa pelo governo (R\$ 2,1 bilhões do Tesouro Nacional). Em 1999, foi desembolsado de R\$ 1,2 milhão e R\$ 281,2 milhões em 2000, a maior aplicação registrada. Em 2001, foram programados R\$ 475 milhões, porém, apenas R\$ 252 milhões foram utilizados, cerca de 53% do programado. Em 2002, a programação inicial era de apenas R\$ 25 milhões, que se destinariam a atender compromissos já assumidos, mas, em julho do mesmo ano, foi aprovado orçamento de mais R\$ 358 milhões, somando R\$ 383 milhões para 2002, dos quais, R\$ 261,9 milhões foram aplicados, ou seja, 68,4% do planejado. Em 2003, último ano de contratações com o RECOOP, os valores aplicados reduziram a R\$ 44,2 milhões, suficiente apenas para atender compromissos já assumidos (STN, Relatório de Atividades, 1999 a 2003).

O percentual de aplicação dos valores indica que o programa teve abrangência inferior ao planejado. Dos R\$ 475 milhões programados em 2001, apenas 53% foram usados e dos R\$ 383 milhões programados em 2002, 68% foram aplicados. O fato das operações do RECOOP serem de risco, pois concedia crédito a cooperativas que estavam em dificuldades

financeiras, desencorajou os bancos e houve baixa adesão do sistema financeiro.⁵⁵

De acordo com Oliveira (2001), dos 322 projetos aprovados em 1999, apenas 152 foram contratados até agosto de 2001, equivalente a 47%. Até aquela data, dos R\$ 2,1 bilhões alocados pela Secretaria do Tesouro Nacional, R\$ 425,88 milhões foram usados, apenas 20%. A maioria dos valores foram utilizados para alongamento ou quitação de dívidas, enquanto os investimentos tiveram menor expressão. Quanto ao valor de R\$ 1,1 bilhão estipulado para o alongamento das dívidas, oriundo dos fundos constitucionais, cerca de R\$ 414 milhões foram utilizados, correspondendo a 37%. Até metade de 2001, o RECOOP havia financiado R\$ 840 milhões, igual a 26% do valor inicialmente planejado para atender à necessidade das cooperativas que tiveram projetos aprovados. Um elemento que emperrava as negociações era a burocracia e as excessivas exigências por parte dos bancos, com garantias desproporcionais ao valor do financiamento.

OCEPAR (2001) elucida que os bancos não estavam colaborando para a implementação do RECOOP, muito pelo contrário, aumentavam as exigências para contratarem os projetos das cooperativas. Com isto, ao invés de revitalizar as cooperativas agropecuárias, o programa estava servindo para solucionar os problemas do sistema financeiro, pois os recursos deferidos para o alongamento de dívidas eram superiores àqueles alocados para a revitalização.

As dificuldades para a efetivação do programa, como atrasos de repasses, baixa adesão do sistema financeiro e surgimento de novos

⁵⁵ Notícia de 25 de janeiro de 2000: O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, informa que o governo está trabalhando para que sejam efetuadas novas mudanças no texto da Medida Provisória (MP) que estabeleceu o RECOOP, para tentar resolver assim o impasse na liberação de novos recursos para às 321 cooperativas enquadradas no programa. O principal problema identificado na estrutura do RECOOP é que os bancos não querem assumir o risco de fazer a liberação de novos créditos para investimentos e custeio destas cooperativas. A direção do Banco do Brasil, a principal instituição financiadora do programa, estará repassando às suas superintendências estaduais normas “mais claras” sobre os procedimentos para apreciação dos projetos de reestruturação financeira das cooperativas e a liberação dos recursos. Na reestruturação da MP que institui o RECOOP, governo e cooperativistas pretendem arrumar uma solução para que o Tesouro Nacional seja o responsável pelo risco das operações de liberação de novos recursos (FOLHA DE LONDRINA, 2000).

projetos, fizeram com que houvesse pressão das cooperativas e suas organizações para o prolongamento do programa até 2003.⁵⁶

A **Tabela 26** expõe o número de contratos do RECOOP por estado até o início de 2002. A tabela expressa o total de projetos aprovados pelo Comitê Executivo do programa e o número de projetos contemplados até o março de 2002, considerando a instituição financeira envolvida. Apesar de não compreender a totalidade do programa, os dados fornecem uma boa base para analisar a distribuição dos contratos pelo país e os bancos mais importantes.

Dentre os 322 projetos aprovados, foram contempladas 173 cooperativas até março de 2002, 54% do total. As operações de financiamento realizadas pelos bancos somaram 230, contudo, muitos dos projetos envolveram mais que uma instituição, onde, por exemplo, uma cooperativa alavancou recursos do RECOOP com o Banco do Brasil e BRDE no mesmo projeto.

⁵⁶ Notícia de 2000: As organizações das cooperativas de oito Estados promovem amanhã (04/02/2000) reuniões com as respectivas bancadas de deputados federais para reforçar a pressão sobre o governo pela implantação efetiva do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). Os encontros serão realizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Segundo a OCERGS, durante toda a próxima semana representantes das cooperativas de todo o país estarão em Brasília “dando conhecimento” aos parlamentares sobre as ações realizadas nos estados. Eles também vão preparar o segundo “Manifesto do Cooperativismo Brasileiro”, marcado para o dia 15/02/2000 na Câmara dos Deputados. O objetivo é conscientizar o governo e os agentes financeiros sobre os prejuízos que as cooperativas vêm sofrendo em função do atraso na liberação dos recursos do RECOOP (FOLHA DE LONDRINA, 03/02/2000).

Tabela 26. Contratações do RECOOP por estado e agentes financeiros

Estados	Projetos Aprovados	Projetos Contratados por Instituição Financeira				
		BB	BRDE	BNB	Demais	Total*
AL	1	0	0	0	1	1
AM	1	0	0	0	0	0
BA	7	0	0	0	0	0
CE	9	0	0	2	0	2
DF	1	0	0	0	0	0
ES	6	2	0	0	0	2
GO	10	4	0	0	0	4
MA	4	0	0	0	0	0
MG	64	31	0	1	1	32
MS	6	3	0	0	0	3
MT	10	9	0	0	0	9
PA	3	0	0	0	0	0
PB	3	0	0	2	0	2
PE	2	0	0	0	0	0
PI	7	1	0	1	0	2
PR	37	27	12	0	23	30
RJ	11	3	0	0	0	3
RN	1	0	0	0	0	0
RO	2	0	0	0	0	0
RS	68	39	9	0	10	40
SC	28	21	4	0	1	22
SE	3	1	0	1	0	1
SP	34	18	0	0	2	19
TO	4	1	0	0	0	1
Brasil	322	160	25	7	38	173

BB: Banco do Brasil; BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; BNB: Banco do Nordeste do Brasil. *Contratações por cooperativas, independente dos agentes, até março de 2002. Fonte: OCB, 2003.

Os estados que mais se destacaram no número de projetos aprovados foram o Rio Grande do Sul com 68 projetos, Minas Gerais com 64 projetos, Paraná com 37 projetos, São Paulo com 34 projetos e Santa Catarina com 28. Juntos, os estados somaram 231 projetos, representando 71% do total de projetos aprovados no programa. Com relação às cooperativas contempladas pelo RECOOP, sobressaíram-se o Rio Grande

do Sul com 40, Minas Gerais com 32, Paraná com 30, Santa Catarina com 22 e São Paulo com 19. Nesses estados, 143 empresas conseguiram financiamento do RECOOP, 82% das cooperativas contempladas pelo programa até então. Dos cinco estados, o Paraná teve a maior parcela de cooperativas que solicitaram o recurso e foram contempladas, 81%, seguido por Santa Catarina com 78%, Rio Grande do Sul com 59%, São Paulo com 55% e Minas Gerais com 50%.⁵⁷

Dos vinte três estados com cooperativas aprovadas, sete não realizaram empréstimos: Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Roraima, além do Distrito Federal. Os estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe e Tocantins tiveram entre uma a quatro empresas contempladas e o Mato Grosso teve 10 projetos e 9 cooperativas contempladas.

A instituição financeira com maior participação foi o Banco do Brasil, totalizando 160 operações, 70% dos projetos contratados. Segundo publicação do Banco do Brasil (2004), a instituição obteve participação relevante no RECOOP, contratando R\$ 1,235 bilhão para 172 cooperativas, com R\$ 776 milhões em alongamento de dívidas e R\$ 459 milhões em novos créditos.

Outra instituição financeira que se sobressaiu na aplicação do RECOOP foi o BRDE. Em conformidade com o Relatório de Atividades do banco, o BRDE aplicou R\$ 268 milhões (cerca de R\$ 1,3 bilhões em valores corrigidos pelo IGP-DI 2015). Entre 2000 e 2002, os repasses do

⁵⁷ Em Minas Gerais, cerca de 109 cooperativas mineiras se inscreveram junto ao RECOOP. Destas, 89 tiveram as propostas aprovadas e 63 receberam resposta positiva aos projetos que garantiriam, em tese, recursos em torno de R\$ 480 milhões para o estado (MILK POINT, 2001). No Estado de São Paulo, das 82 cooperativas existentes em 2000, apenas 15 tiveram liberados recursos do RECOOP até março de 2004 (BIALOSKORSKI NETO, 2005). Em Santa Catarina, os projetos aprovados para o RECOOP totalizaram R\$ 309 milhões, sendo R\$ 162 milhões destinados ao alongamento de dívidas das cooperativas, R\$ 21 milhões para o pagamento de dívidas dos cooperados e R\$ 99 milhões para investimentos e capital de giro (OCESC, 2000). No Rio Grande do Sul, foram aprovados 68 projetos de financiamento, solicitando cerca de R\$ 740 milhões, com 60% desse valor para pagamento de dívidas das cooperativas, 10,5% para alongamento de dívidas de sócios, 21,5% para novos investimentos e 8% para capital de giro (EW, 2001). No Paraná, inicialmente 40 cooperativas tiveram seus projetos aprovados, solicitando R\$ 1,1 bilhão, com R\$ 750 milhões para pagar bancos, fornecedores e tributos atrasados e R\$ 350 milhões para capital de giro e investimentos (OCEPAR, 1998).

Tesouro Nacional via RECOOP foram uma das principais fontes de dinheiro do banco.

Para Alves (2003), não bastasse ter sido um dos poucos bancos a demonstrar interesse pelo RECOOP, o BRDE se diferenciou dos demais agentes do SFN por não ter concentrado a sua atuação no refinanciamento de dívidas antigas, tendo, na realidade, alocado a maior parte dos recursos no financiamento a novos investimentos. Dos R\$ 268,5 milhões contratados pelo banco entre 2000 e 2003 no âmbito do RECOOP, 61,4% foram destinados ao financiamento de investimentos e capital de giro.

A **Tabela 27** demonstra os montantes totais aplicados pelo BRDE através do RECOOP.

Tabela 27. Recursos do RECOOP aplicados pelo BRDE por finalidade – 2000 a 2003

	2000	2001	2002	2003	Total
Refinanciamento	63.024	6.000	29.532	-	98.556
Investimentos	52.018	39.089	56.256	5.400	152.763
Capital de Giro	8.450	3.866	200	-	12.260
Dívidas INSS	3.646	1.200	-	-	4.846
Dívidas cooperados	-	117	-	-	117
Total por Ano	127.255	49.809	85.988	5.400	268.542

Valores em Mil R\$ Correntes. Fonte: Alves (2003).

Do total financiado pelo BRDE através do RECOOP, R\$ 98,5 milhões destinaram-se ao refinanciamento de dívidas e R\$ 152,7 milhões para investimentos, ou seja, 56,8% do total desembolsado pelo banco foram para novos créditos e 36,7% para alongamento de dívidas. As demais finalidades portaram pouca expressão, tendo o capital de giro alcançado 4,5% do total, dívidas com INSS cerca de 1,8% e dívida de cooperados 0,04%.

As operações de refinanciamento concentraram-se no ano 2000, enquanto que, nos anos seguintes, houve ampla predominância da concessão de recursos novos. O valor total alocado pelo BRDE equivaleu a 32% do total repassado ao RECOOP pela STN (R\$ 840,8 milhões).

A **Tabela 28** enuncia os valores do RECOOP distribuídos pelo BRDE entre os estados do Sul.

Tabela 28. Contratações do RECOOP realizadas pelo BRDE por estado

	PR	SC	RS	Total
Refinanciamento	57.514	35.671	5.371	98.556
Investimentos	130.368	11.603	10.792	152.763
Capital de Giro	6.259	1.049	4.953	12.261
INSS	-	-	4.846	4.846
Dívidas Cooperados	-	-	117	117
Soma	194.141	48.323	26.079	268.542

Valores em Mil R\$ Correntes. Fonte: Alves (2003).

O Paraná acessou R\$ 194 milhões, 72% do valor total aplicado pelo BRDE, seguido por Santa Catarina com R\$ 48 milhões, 18% do total e Rio Grande do Sul com R\$ 26 milhões, apenas 10% do total.

Com relação ao refinanciamento, o Paraná tomou cerca de 58% dos valores da finalidade, com R\$ 57 milhões. A participação de Santa Catarina no refinanciamento foi de 36%, com R\$ 35 milhões e do Rio Grande do Sul de 5%, com R\$ 5,3 milhões. Porém, foi nos investimentos que o Paraná mais se destacou, com R\$ 130 milhões, representando 85% dos da finalidade. Dos valores restantes, 7,5% foi consumido por Santa Catarina e 7% pelo Rio Grande do Sul. No financiamento de capital de giro, o Paraná somou R\$ 6,5 milhões (51%), Santa Catarina R\$ 1 milhão (8,5%) e Rio Grande do Sul com R\$ 4,9 milhões (40%). Somente o Rio Grande do Sul realizou as operações de refinanciamento de dívidas do INSS e de cooperados, totalizando R\$ 4,9 milhões.

Assim, enquanto no Paraná e Rio Grande do Sul os empréstimos com o RECOOP foram destinados, em sua maioria, para investimentos e capital de giro, representando 70,4% e 59% respectivamente, em Santa Catarina a maior parte das operações com o programa foram para o alongamento de dívidas, cerca de 74%, contra 26% para investimento e capital de giro.

É importante frisar que os estados sulistas também acessaram o programa através de outras instituições financeiras, fazendo com que a Região Sul concentrasse o maior volume de crédito do RECOOP.

Com base nos dados dos empréstimos do RECOOP via BRDE e informações coletadas em notícias e em entrevistas com as maiores cooperativas paranaenses, é possível afirmar que o Paraná foi o estado que mais beneficiou-se do programa de crédito. Em 2000, por exemplo, o Banco do Brasil liberou R\$ 60,7 milhões do RECOOP para sete cooperativas paranaenses, R\$ 38 milhões em refinanciamento de dívidas

e R\$ 22,7 milhões em investimentos. Somando com os desembolsos de R\$ 194,1 milhões do BRDE, as cooperativas paranaenses acessaram R\$ 354,8 milhões, cerca de 42% dos valores totais desembolsados pelo Secretaria do Tesouro Nacional (R\$ 840,8 milhões) entre 1999 e 2003.

Koslovski (2018) esclarece que o Paraná teve uma participação ativa no RECOOP e foi o primeiro a organizar-se para obter o programa. A OCEPAR desempenhou um papel importante nesse sentido, montando uma equipe para orientar cada uma das cooperativas na elaboração de sua carta-consulta de renegociação, além de fornecer treinamento e assessoramento individual. Isso permitiu que as cooperativas paranaenses tivessem grande volume de recursos acessados e um maior número de cooperativas beneficiadas. Conforme o autor, a organização estadual do setor estimulou até cooperativas que não tinham necessidade de entrar no programa, pois os prazos de pagamento e custos de juros poderiam contribuir para realização de investimentos.

Apesar do RECOOP ter sido limitado em termos de empresas contempladas, de volume de recursos e de tempo de atuação, revelou importância significativa para o cooperativismo. O programa contribuiu no processo de reestruturação das cooperativas, atuando em três frentes principais: saneamento financeiro, modernização produtiva e modernização administrativa.

No aspecto financeiro, o programa garantiu a renegociação das dívidas das cooperativas contempladas e permitiu não apenas o alongamento dos débitos vencidos, mas, a eliminação de restrições a novos empréstimos. Com isso, as cooperativas atendidas puderam contratar novos empréstimos para capital de giro e investimentos, tornando viável, inclusive, a criação de novas políticas de crédito, como o PRODECOOP, que surgiu em 2003 e passou a financiar projetos de investimento no setor. Os dados do Banco do Brasil (2004) apontam que as cooperativas que obtiveram recursos do programa exibiram um crescimento no faturamento médio de 20% entre 2001 e 2003, com importante acréscimos nas exportações e geração de empregos.

Outro desdobramento do RECOOP foi o aperfeiçoamento e profissionalização da gestão das cooperativas, que, ao acessar o programa, deveriam elaborar um projeto para capacitação de dirigentes e funcionários. Nesse sentido, as práticas inadequadas de gestão, que contribuíram no aprofundamento da crise econômica e financeira do setor nas décadas de oitenta e noventa, foram combatidas pelo programa. Em conformidade com Bialoskorski Neto (1999), foi preciso estabelecer uma política pública específica para modificar a estrutura gerencial,

profissionalizar o quadro dirigente e promover fusões, criando uma nova equação de desempenho para o setor.

Portanto, além do RECOOP permitir a negociação dos débitos das cooperativas, exigiu uma nova arquitetura organizacional. A modificação gerencial propiciou uma forma de atuação mais eficiente, sob ponto de vista econômico e de maior eficácia, sob a ótica social, garantindo que, no médio e longo prazo, essas organizações tivessem um continuado processo de ascensão acompanhado de sucesso de mercado (BIALOSKORSKI NETO, 2005).

Juntamente com o RECOOP, em 1998 foi criado Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com objetivo de efetivar a profissionalização da gestão através de cursos e treinamentos de profissionais da área administrativa das cooperativas. Enquanto o RECOOP previa a liberação de recursos para as cooperativas que apresentassem um projeto de reestruturação completo, o SESCOOP viabilizava a efetiva implementação do programa de autogestão (OCB, 2018).

Nas cooperativas do Paraná, João Paulo Koslovki, ex-presidente da OCEPAR, afirmou que os resultados do RECOOP são perceptíveis quando analisadas a evolução do faturamento, das sobras e geração de empregos. O programa foi fundamental na expansão do cooperativismo, conferindo mais estabilidade ao setor e possibilitando o planejamento de médio e longo prazo. Trouxe, também, enorme responsabilidade às cooperativas, com exigências de capacitação e monitoramento que geraram melhores indicadores e mais credibilidade (PARANÁ COOPERATIVO, 02/09/2009).

Os próximos subitens discorrem sobre o PRODECOOP e PROCAP-AGRO, programas de crédito que surgiram no âmbito mais recente e com propostas distintas do RECOOP.

2.3.2 PRODECOOP: Ampliação e modernização produtiva e comercial

O PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) foi criado em 2003 e está vigente desde então. O programa tem a finalidade de conceder crédito para investimento em cooperativas agropecuárias, singulares ou centrais, com objetivo de incrementar a competitividade do complexo agroindustrial do ramo por meio da modernização de sistemas produtivos e de comercialização. A fonte do capital é o Tesouro Nacional, operado

pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (MCR, 2016).

Apesar do surgimento no início dos anos 2000, tal programa era reivindicado pelo setor há muitos anos devido à dificuldade de obtenção de crédito para investimento. Nas décadas de oitenta e noventa, o crédito rural reduziu drasticamente, obrigando muitas empresas, inclusive as cooperativas agropecuárias, a captar empréstimos no mercado privado. Porém, as taxas de juros elevadas inviabilizavam os financiamentos para os investimentos.

Mafioletti (2003) atesta que os objetivos do PRODECOOP vieram ao encontro de uma antiga reivindicação das cooperativas de melhoria da competitividade via ampliação e modernização do parque industrial, aumentando a agregação de valor e a remuneração dos sócios.

De acordo com Koslovski (2018), o cooperativismo agropecuário nunca teve uma linha de financiamento específica em termos de investimento. Todos os programas de financiamento eram de curto prazo e não permitiam investimento altos e com prazos compatíveis com a capacidade de retorno do setor. Por isso, após a aprovação do RECOOP e SESCOOP, a OCEPAR levou ao Governo Federal, com apoio da OCB, uma proposta de um novo programa de crédito. O argumento utilizado foi que depois de reestruturar as dívidas, as cooperativas precisavam investir em agroindústrias para agregar valor e exportar.

Os financiamentos do programa destinaram-se à: industrialização de produtos agropecuários e seus derivados; instalação, ampliação, realocação e modernização de unidades industriais, de armazenamento, de processamento e de beneficiamento, inclusive logística relacionada a essas atividades; implantação de sistemas para geração de energia e linhas de ligação para consumo próprio como parte integrante do projeto de agroindústria; implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e de projetos de adequação ambiental, inclusive reflorestamento; implantação de fábrica de rações e de fertilizantes, bem como a sua expansão, modernização e adequação; instalação, ampliação e modernização de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), incluindo a instalação, ampliação e modernização de laboratórios e unidades armazenadoras; implantação, ampliação e modernização de projetos de adequação sanitária; instalação, ampliação e modernização de unidades industriais para a produção de biocombustíveis e açúcar; beneficiamento de materiais originários de florestas plantadas; aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes relacionados às ações enquadradas; implantação de frigorífico e unidade de beneficiamento, industrialização e armazenagem de pescados e produtos

da aquicultura; aquisição de máquinas e equipamentos de forma isolada, quando destinados à modernização no âmbito dos setores; projetos de industrialização de produtos prontos para o consumo humano, processados e embalados. Dentre os itens financiáveis, as máquinas e equipamentos devem ser de origem nacional. O programa também pode financiar capital de giro para associados ou integralizar cotas-partes, desde que tais contratações estejam vinculadas a algum projeto de investimento (MCR, 2016).

A **Tabela 29** destaca os dados técnicos do PRODECOOP – recursos programados, taxa de juros, prazos e carências e o limite de crédito por cooperativa – entre 2002 e 2015.⁵⁸

Tabela 29. Evolução dos dados técnicos do PRODECOOP – 2002 a 2015

	Programação¹	Juros²	Limite (R\$)	Prazo/Carência
2002/03	250	10,75%	20.000.000	12 anos - 3 anos
2003/04	450	10,75%	20.000.000	12 anos - 3 anos
2004/05	550	10,75%	20.000.000	12 anos - 3 anos
2005/06	550	10,75%	35.000.000	12 anos - 3 anos
2006/07	450	8,75%	35.000.000	12 anos - 3 anos
2007/08	450	6,75%	35.000.000	12 anos - 3 anos
2008/09	1.000	6,75%	35.000.000	12 anos - 3 anos
2009/10	2.000	6,75%	50.000.000	12 anos - 3 anos
2010/11	2.000	6,75%	50.000.000	12 anos - 3 anos
2011/12	2.000	6,75%	60.000.000	12 anos - 3 anos
2012/13	2.000	5,5%	100.000.000	12 anos - 3 anos
2013/14	350	5,5%	100.000.000	12 anos - 3 anos
2014/15	2.100	6,5%	100.000.000	12 anos - 3 anos
Total	14.150	7,9%	-	-

¹ Valores em Milhões de R\$ Correntes (não corrigidos). ² Taxa de juros anual do programa por ano-safra. Fonte: Plano Agrícola e Pecuário, vários anos.

O valor programado para o PRODECOOP nos anos observados somou R\$ 14,1 bilhões, dos quais, 65% foram efetivamente aplicados. Entre 2003 e 2007/08, o montante programado variou entre 450 milhões

⁵⁸ Os montantes programados referem-se à prévia de quanto o governo pretende disponibilizar para determinada política no período de um ano e, no caso da política agrícola, considera-se o ano agrícola, que inicia em julho e segue até junho do ano seguinte.

e 550 milhões de reais. Após 2008/09, os valores aumentaram para R\$ 1 bilhão e depois R\$ 2 bilhões até meados de 2013.

Em 2013/14, houve redução dos recursos destinados ao programa para R\$ 350 milhões. Nesse ano, conforme o Plano Agrícola e Pecuário (2013/2014), os valores do PRODECOOP seriam compensados pelo Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), um programa novo, cujo objetivo do crédito era apoiar investimentos necessários à ampliação e à construção de novos armazéns, com programação de R\$ 1,75 bilhão. Assim, as cooperativas teriam acesso ao PCA para investimentos na área de armazenagem. Em 2014/15, a programação retornou ao valor anterior, chegando a R\$ 2,1 bilhões.

Concernente à evolução da taxa de juros do programa, também ocorreram variações ao longo dos anos. Entre 2003 e 2006, a taxa foi de 10,75% ao ano, diminuindo para 8,75% ao ano e 6,75% ao ano entre 2007/12. Em 2012/13, novamente os juros caíram, para 5,5% ao ano, a menor taxa registrada durante a existência do programa. Em 2014, os juros aumentaram para 6,5% ao ano e 8,75% ao ano em 2015. O aumento dos encargos financeiros do programa acompanhou a tendência das demais políticas de crédito, que apesar de não sofrerem cortes nos recursos, tiveram reajustes nas taxas de juros nos últimos anos.

A taxa média de juros do programa foi de 7,9% ao ano. Nesse mesmo período, a taxa média de inflação foi de 6,3% ao ano, ou seja, os juros foram positivos. Em alguns anos, as contratações do PRODECOOP experimentaram juros inferiores a taxa da inflação, como em 2012 (juros de 5,5% e taxa de inflação de 5,83%), 2013 (juros de 5,5% e taxa de inflação de 5,91%), 2014 (juros de 5,5% e 6,5% e taxa de inflação de 6,4%) e 2015 (juros de 6,5% e taxa de inflação de 10,64%) (IBGE, 2016).

Os juros dos financiamentos do PRODECOOP mantiveram-se sempre abaixo da taxa de juros da SELIC que, na média entre 2003 e 2015 (considerando variações ao longo do ano), foi de 13,7% ao ano, com mínimo de 7,25% de outubro de 2012 até abril de 2013 e máximo de 21,1% em 2003. Somente em 2017 e 2018, quando houve redução da taxa SELIC para 7,5% e 6,5%, os juros do programa foram superiores, de 8,5% ao ano (BCB, 2018).

Os limites apresentados na tabela referem-se ao máximo de capital que uma cooperativa singular pode contratar com o programa. Entre 2003 e 2005, o limite de contratações era de R\$ 20 milhões por cooperativa, em 2005/06 ampliou para R\$ 35 milhões, R\$ 50 milhões em 2009/10 e R\$ 100 milhões a partir de 2012. Para os investimentos realizados por

cooperativas centrais ou em projetos fora do estado de origem da empresa, o programa revelou limites de valores estendidos (PAP, 2003 a 2011).⁵⁹

Dentre as especificidades do programa, a única que manteve-se estática foi a do prazo de pagamento, de 12 anos com três anos de carência. Essa condição deve-se à grande quantidade de capital nos financiamentos, justificando prazos estendidos para seu pagamento.

A **Tabela 30** mostra a evolução dos valores aplicados pelo PRODECOOP entre 2003 e 2015. No período, o programa financiou R\$ 12,7 bilhões para as cooperativas agropecuárias brasileiras, tornando-se a principal fonte de crédito para investimentos do setor.

Tabela 30. Evolução dos recursos aplicados pelo PRODECOOP – 2003 a 2015

	PRODECOOP	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2003	189.857	-	-
2004	446.692	135,2%	135,3%
2005	607.839	36,1%	220,2%
2006	360.304	-40,7%	89,8%
2007	725.616	101,4%	282,2%
2008	967.287	33,3%	409,5%
2009	2.415.261	149,7%	1.172,1%
2010	1.976.624	-18,2%	941,1%
2011	597.849	-69,8%	214,9%
2012	640.774	7,2%	237,5%
2013	1.047.539	63,5%	451,8%
2014	904.620	-13,6%	376,5%
2015	1.821.848	101,4%	859,6%
Total	12.702.110	40,4%	-

Valores em R\$ Mil corrigidos pelo IGP-DI (12/2015). Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2003 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

⁵⁹ Ao longo de sua existência, o PRODECOOP garantiu limites estendidos para determinados contratações: em 2010/11, por exemplo, o limite era de até R\$ 200 milhões para financiamento de centrais em projetos de industrialização de produtos prontos para o consumo humano; em 2011/12, era possível contratar R\$ 200 milhões para projetos nas áreas de biocombustíveis e açúcar; em 2012/13, o limite era de R\$ 150 milhões em investimentos da cooperativa em outras estados ou obras realizados por central; em 2014/15, o limite era de R\$ 200 milhões às centrais, federações e confederações do setor (PAP, 2010/11 a 2014/15).

Nos primeiros anos, de 2003 a 2005, o financiamento aumentou de R\$ 189 milhões para R\$ 607 milhões. Em 2006, a queda para R\$ 360 milhões foi resultado da diminuição de 18% no valor programado na safra 2006/2007, de R\$ 550 milhões para R\$ 450 milhões. Em 2007 e 2008, os valores subiram para R\$ 725 bilhões e R\$ 967 milhões, coincidindo com a queda da taxa de juros para 6,75% ao ano.

Os maiores desembolsos do PRODECOOP foram de R\$ 2,4 bilhões em 2009 e R\$ 1,97 bilhão em 2010, momento auge do programa. Nesses anos, a soma foi de R\$ 4,4 bilhões, 34,5% do total a tabela.⁶⁰

Em 2011 e 2012, registrou-se o segundo momento de queda nos valores aplicados para R\$ 597 milhões e R\$ 640 milhões. Um dos fatores que explica essa retração foi a ascensão de outro programa de crédito para as cooperativas agropecuárias, o PROCAP-AGRO, que passou a disponibilizar recursos com juros menores e finalidade diferente, o capital de giro, atraindo a atenção do setor.

Na segunda metade de 2012, quando novamente os juros do PRODECOOP diminuíram de 6,75% ao ano para 5,5% ao ano, observou-se aumento nas contratações para R\$ 1 bilhão. Além da diminuição dos juros e elevação do limite (de R\$ 60 milhões para R\$ 100 milhões), efetuaram-se alterações nas normas de enquadramento no PRODECOOP, tornando o programa mais abrangente (PAP, 2012/2013).

Em 2014, afora a alta dos juros para 6,5% e diminuição drástica nos recursos programados para R\$ 350 milhões, as contratações mantiveram-se altas, em quase um bilhão de reais. O mesmo ocorreu em 2015, quando os juros subiram para 8,5% e os valores cresceram 101% com relação ao ano anterior, chegando a R\$ 1,8 bilhão.

No ano safra 2014/2015, a programação dos valores do PRODECOOP dilatou para R\$ 2,1 bilhões. Consoante ao Plano Agrícola e Pecuário (2014-15), a maior programação decorreu da expectativa de alta na produção agropecuária brasileira e do fato de que, no ano anterior, a demanda das cooperativas pelo programa mostrou a necessidade de mais capital.

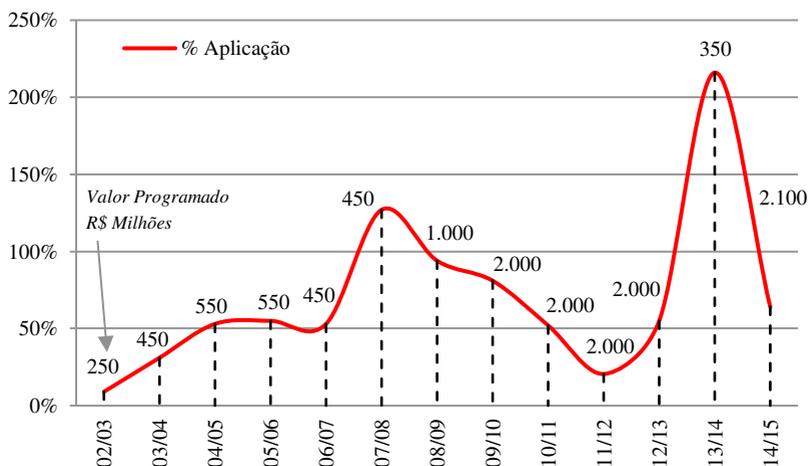
Mesmo que com o aumento na taxa de juros dos últimos anos, o PRODECOOP continuou atrativo, pois a taxa de juros no mercado era praticamente o dobro daquela do programa. A performance positiva de alguns segmentos do agronegócio, como o de carnes de frango e suínos e

⁶⁰ Em 2009, o PRODECOOP foi a principal linha de investimento para o agronegócio dentro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), representando 25% dos recursos totais do Banco para tal finalidade (BNDES, 2016).

a boa perspectiva do mercado internacional para as cooperativas, também interferiu na tomada de financiamentos.

O **Gráfico 03** demonstra o percentual de aplicação dos recursos programados para o PRODECOOP em cada ano-safra. Apesar do programa ser a principal fonte de capitalização das cooperativas brasileiras, sua utilização foi baixa comparada com o valor disponibilizado. Entre 2003 e 2014, foram programados R\$ 14,1 bilhões, sendo efetivamente aplicados apenas 61,5%.

Gráfico 03. Percentual de aplicações dos recursos programados para o PRODECOOP – 2002 a 2015



Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, abril de 2016.

Nos anos iniciais do PRODECOOP, o percentual de aplicação dos valores foi próximo de 50% e em 2007/08 chegou a 127% (com valor programado de R\$ 450 milhões). Nos anos seguintes, ampliaram-se os valores disponibilizados para o programa, para R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, mas o percentual de aplicação diminuiu, chegando a apenas 20,5% em 2011/12.

No período entre 2013/14, o valor programado caiu para R\$ 350 milhões e as aplicações aumentaram para 216%. Entremedio 2014/15, quando a programação chegou a R\$ 2,1 bilhões, a aplicação caiu para 64%.

É mister destacar que os valores programados são apenas uma estimativa de gastos com determinada política. Existem questões de ordem burocrática, atrasos nos repasses do Governo Federal e outros problemas que prejudicaram a efetiva aplicação dos valores iniciais.

Outro empecilho foi de ordem técnica. Segundo a OCEPAR (2014), o PRODECOOP é a principal linha de financiamento público ao setor, contudo, vem sendo subutilizada nos últimos anos e o argumento é que o atual limite de crédito imposto às instituições, entre R\$ 100 milhões e R\$ 150 milhões, é insuficiente. As cooperativas apontaram que o volume de recursos disponibilizados pela política é satisfatório, mas o limite de contratação por instituição é baixo. Por exemplo, em projetos do que demandam R\$ 300 milhões, o programa financia cem milhões e o restante tem que ser contratado no mercado, onde os juros são elevados e tornam inviáveis os investimentos.

No âmbito mais recente, as cooperativas cobram o redimensionamento da taxa de juros do PRODECOOP que, desde 2017, tem sido mantida em torno de 8,5% ao ano, enquanto os recursos livres reduziram para 7,5% ao ano e 6,5% ao ano.

Sobre as instituições financeiras participante do PRODECOOP, de acordo com a Matriz de Dados do Crédito Rural (2017), dos R\$ 4,3 bilhões desembolsados pelo PRODECOOP de 2013 a 2016 (valores não corrigidos), 75% foram aplicados por bancos de desenvolvimento, 12,3% por bancos públicos e 12,2% por bancos privados. Por tratar-se de crédito de longo prazo, juros menores e maior volume de capital, o PRODECOOP foi operado diretamente por bancos públicos de desenvolvimento, com destaque para o BNDES e BRDE, as instituições financeiras com maior parcela na aplicação do programa.

A **Tabela 31** identifica a distribuição das aplicações do PRODECOOP pelas unidades da federação de 2003 a 2015. A partir dos dados exibidos, pode-se constatar a dinâmica espacial do programa, extremamente concentrada nos estados da Região Centro-Sul do Brasil.

Tabela 31. Distribuição dos recursos do PRODECOOP por estado – 2003 a 2015 (em Milhões de R\$)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
PR	63,1	207,2	310,2	159,2	406,3	434,7	1.056,6	939,4	382,7	438,2	720,1	605,8	1.214,8	6.938,9
SC	46,5	61,7	41,8	84,5	129,3	220,0	231,7	248,1	31,4	104,0	190,5	134,6	299,4	1.824,0
RS	31,4	78,5	61,8	39,5	109,3	180,5	265,8	203,4	77,7	21,8	34,4	19,6	84,9	1.208,9
MG	2,1	30,2	161,1	50,5	53,8	30,7	356,3	237,6	87,0	15,5	14,3	46,6	30,3	1.116,3
SP	15,3	27,2	14,8	26,4	24,3	68,8	290,9	237,2	15,1	1,2	75,6	0	1,8	798,8
MS	-	3,5	13,4	-	-	8,7	127,9	23,4	1,9	59,9	-	74,1	23,3	336,3
TO	-	-	-	-	-	9,3	4,7	0,29	-	-	-	-	150,0	164,3
GO	-	37,5	-	-	-	11,2	1,9	49,4	-	-	10,2	-	-	110,4
MT	-	-	-	-	1,7	3,1	40,3	12,3	1,8	-	-	23,7	2,7	85,7
BA	-	-	-	-	-	-	30,6	-	-	-	-	-	-	30,6
ES	-	-	0,39	-	0,83	-	8,2	5,7	-	-	-	-	14,5	29,7
AL	-	-	-	-	-	-	-	13,8	-	-	-	-	-	13,8
CE	-	-	-	-	-	-	-	5,5	-	-	-	-	-	5,52
PE	-	-	4.061	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,06
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,4	-	-	2,37
RJ	-	0,64	-	-	-	-	-	0,24	-	-	-	-	-	0,89
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total	158,5	446,7	607,8	360,3	725,6	967,2	2.415,2	1.976,6	597,8	640,7	1.047,5	904,6	1.821,8	12.670,8

Valores em Mil R\$ corrigidos pelo IGP-DI, 12/2015. Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, vários anos.

Somente cooperativas agropecuárias de dezesseis estados contrataram financiamento do PRODECOOP, tendo o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais representado 93,7% do total do programa, com R\$ 11,9 bilhões em créditos.

O Paraná foi o principal destino dos financiamentos com R\$ 6,9 bilhões, 54,8% do total. No período de 2003 e 2010, a média de participação do estado foi de 47%, expandindo para 67% entre 2011 e 2015. As maiores contratações foram R\$ 1 bilhão em 2009 e R\$ 1,2 bilhão em 2015. O Paraná abarca as maiores cooperativas de produtores rurais do país, com grande capacidade comercial e industrial, por isso, registrou-se ali, as maiores contratações com o PRODECOOP.

Santa Catarina foi o segundo principal destino dos recursos do PRODECOOP, com R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a 14,3%. Os anos com maior contratação foram 2010 com R\$ 248 milhões e 2015 com R\$ 299 milhões. No Estado, existem cooperativas agropecuárias altamente integradas ao capital comercial e industrial e, tal como no Paraná, recorreram as políticas para novos investimentos.

O Paraná e o Oeste catarinense apresentaram as cooperativas agropecuárias com maior desenvolvimento econômico, produtivo e tecnológico, posto que era ocupado pelas cooperativas do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX. É natural que nestes estados ocorresse a maior tomada de crédito, uma vez que concentraram as cooperativas mais integradas ao mercado de capitais, seja público (políticas de crédito) ou privado (mecanismo privados de crédito e mercado de títulos privados).

O Rio Grande do Sul contratou R\$ 1,2 bilhão, 9,5% do programa. Até 2011, a média de participação do estado no programa era 12%, porém, entre 2012 e 2015, os valores contratados caíram e a média nesse período foi apenas 3,6% (de 2003 a 2011 foram financiados um bilhão de reais e apenas R\$ 160 milhões de 2012 a 2015). Os maiores valores acessados pelas cooperativas gaúchas foram de R\$ 265,8 milhões em 2009 e R\$ 203,4 milhões em 2010.

Portanto, a Região Sul foi responsável por 79% do crédito do PRODECOOP, indicando maior integração das cooperativas sulistas com a política de crédito para investimentos. Essa alta participação regional foi favorecida pela atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), um dos principais distribuidores dos recursos do programa, além do BNDES, que também repassou empréstimos diretamente às cooperativas sulistas.

Minas Gerais somou R\$ 1,1 bilhão, 8,8% do total. Os anos com maior contratação de valores foram em 2009, com R\$ 356 milhões, e

2010, com R\$ 237,6 milhões. Em 2009, as cooperativas mineiras tiveram a segunda maior captação no programa, ficando atrás somente do Paraná. Assim como no Rio Grande do Sul, os financiamentos diminuíram drasticamente após de 2012: até 2011, as cooperativas do estado participaram com 12% no total do programa e de 2012 a 2015 caiu para 2,4% (entre 2003 e 2011 foram financiados um bilhão de reais e de 2012 a 2015 apenas R\$ 106,7 milhões).

As cooperativas de São Paulo, que no crédito de repasse do SNCR detiveram 19,6% entre 2000 e 2015 (soma R\$ 42 bilhões), no crédito proveniente do PRODECOOP a participação foi de apenas 6,3%, R\$ 798,8 milhões. A maior parte dos financiamentos ocorreu em 2009/10, R\$ 528 milhões, 66% do total do estado. Nos últimos anos, os valores decaíram e não foram registrados financiamentos em 2014 (entre 2011 e 2015, as cooperativas paulistas contrataram R\$ 93,8 milhões, apenas 1,8% do total no período).

Tais dados podem parecer estranhos à realidade de São Paulo, onde o cooperativismo possui importância histórica na produção no campo. Contudo, um dos fatores que explica essa situação é a redução dos investimentos das cooperativas na produção de açúcar e etanol. O estado concentra a maior parte das associações ligadas à produção sucroalcooleira do Brasil, com a presença da maior empresa mundial do ramo, a Copersucar. A queda nos preços e na demanda internacional de etanol nos últimos anos, afetou os investimentos e financiamentos das cooperativas do estado (em 2011, o preço médio do açúcar por libra-peso era de US\$ 26,2 e em 2015 caiu para US\$ 13,2).⁶¹

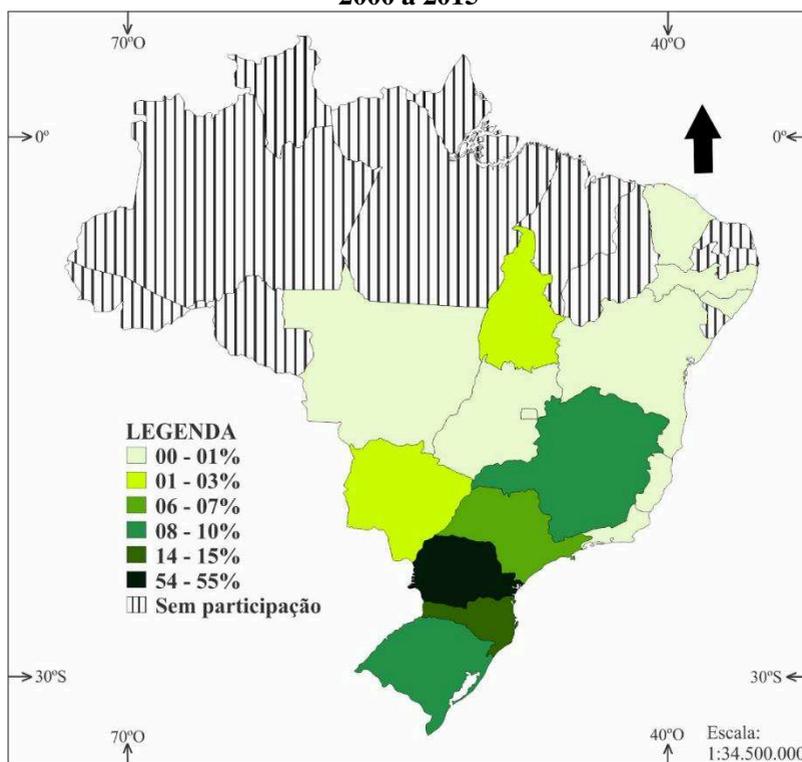
O Mato Grosso do Sul financiou R\$ 336 milhões pelo PRODECOOP (2,65% do total), o Tocantins R\$ 164,3 milhões (1,3%), Goiás R\$ 110,4 milhões (0,8%) e Mato Grosso R\$ 85,6 milhões (0,7%). Alguns estados tiveram contratações esporádicas, caso da Bahia com R\$ 30,6 milhões (0,2%), Espírito Santo com R\$ 29,6 milhões (0,2%), Alagoas com R\$ 13,8 milhões (0,1%), Ceará com R\$ 5,5 milhões

⁶¹ A maior cooperativa brasileira na produção de açúcar é a Copersucar (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), que é também a maior empresa brasileira de produção de açúcar e etanol e maior exportadora dos produtos. Trata-se de uma cooperativa central, que possui 37 unidades produtoras sócias. Na safra 2013/14, a Copersucar foi responsável pela comercialização de 22% da produção sucroenergética da Região Centro-Sul, com faturamento líquido de R\$ 23,2 bilhões. Em 2015, a empresa deteve cerca de 12% do mercado mundial de açúcar de livre comércio, estimado em 58 milhões de toneladas (COPERSUCAR, 2015).

(0,04%), Pernambuco com R\$ 4 milhões (0,03%), Distrito Federal com R\$ 2,37 milhões (0,02%) e Rio de Janeiro com R\$ 893 mil (0,01%). O Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Sergipe não realizaram contratação com o PRODECOOP.

O **Mapa 07** expõe a distribuição espacial dos recursos do PRODECOOP de 2000 a 2015. A partir do mapa, observa-se o elevado nível de concentração espacial da política.

Mapa 07. Distribuição dos recursos PRODECOOP por estado – 2000 a 2015



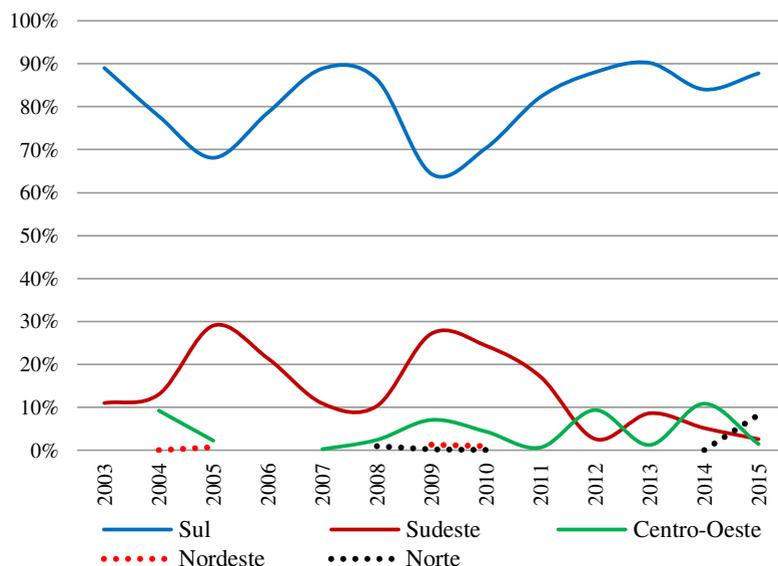
Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2000 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

A maior parte dos financiamentos do PRODECOOP ficaram concentrados no eixo Rio Grande do Sul-Minas Gerais. Dentre os estados da Região Norte, apenas o Tocantins realizou contratações e no Nordeste,

cinco dos nove estados não acessaram o programa. Analisando a distribuição regional, o Sul obteve 78,7% do total dos recursos (R\$ 9,9 bilhões), seguido pelo Sudeste com 15,4% (R\$ 1,9 bilhão), Centro-Oeste com 4,2% (R\$ 535 milhões), Norte com 1,3% (R\$ 164 milhões) e Nordeste com 0,43% (R\$ 54 milhões).

O **Gráfico 04** contempla a evolução da participação percentual de cada região do país no acesso ao programa.

Gráfico 04. Distribuição dos recursos do PRODECOOP por região – 2003 a 2015



Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2000 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

No gráfico é possível identificar a superioridade da Região Sul na tomada de recursos do PRODECOOP, oscilando entre 90% e 64%. Houve dois momentos de queda na participação sulista, 2005 e 2009. Nesses anos, verificou-se o aumento na participação da Região Sudeste e Centro-Oeste. No entanto, a partir de 2010, a parcela do Sul elevou-se, indo a 88% em 2015.

O Sudeste revelou grande amplitude na participação, de 27,1% em 2009 a 2,56% em 2015. Como descrito anteriormente, os investimentos das cooperativas agropecuárias da região diminuíram drasticamente nos

últimos anos, fazendo com que recorressem menos ao PRODECOOP. O Centro-Oeste abrangeu seus melhores desempenhos em 2012, com 9,3% e 2014, com 10,8%, superando o Sudeste. Em 2003 e 2006, não houve contratações da região com o PRODECOOP e, em 2015, o percentual foi de apenas 1,4% do total.

O Nordeste participou somente em 2005 (0,67%), 2009 (1,27%) e 2010 (0,98%) e o Norte teve participação em 2008 (0,96%), 2009 (0,20%), 2010 (0,01%) e 2015 (8,23%), sendo que nesse último ano, as contratações do Norte (no caso, do Tocantins) foram superiores as das Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Por fim, é importante mencionar que o PRODECOOP é um programa de investimento exclusivo das cooperativas, mas não é a única política de investimento que o setor acessou. As cooperativas contrataram crédito com outras políticas, como o PRONAF, Programa ABC, PCA, MODERINFRA, MODERFROTA, PSI e MODERAGRO.

Dentre esses programas, destacou-se o PCA (Programa de Construção e Ampliação de Armazéns), que aplicou R\$ 7,8 bilhões nas safras de 2013/14 e 2014/15. O objetivo de PCA é conceder financiamento para construção ou modernização de estruturas de armazenagem, com taxa de juros baixas, entre 3,5% e 4% ao ano. As cooperativas realizaram empréstimos por meio do PCA para expandir sua capacidade de armazenagem. A partir de 2017, quando houve queda na taxa de juros do mercado e manutenção das taxas no PRODECOOP, o PCA passou a ser uma alternativa interessante para os investimentos das cooperativas, dado que a taxa de juros deste programa ficou em 6,5% ao ano.

O PRONAF também foi utilizado para investimentos das cooperativas, somando R\$ 4,5 bilhões de 2003 a 2015. Para ter acesso ao PRONAF, as cooperativas precisavam ser formadas majoritariamente por pequenos produtores: mínimo 60% de agricultores familiares no quadro social e com pelo menos 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada oriunda de associados enquadrados no PRONAF. Nesse sentido, a política beneficiou as cooperativas menores, com condições de enquadrarem-se nas exigências do programa (MAPA, 2016).

2.3.3 PROCAP-AGRO: Capitalização e organização financeira

O PROCAP-AGRO (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias) surgiu em 2009 com o objetivo de promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas singulares e centrais exclusivamente de produção agropecuária,

agroindustrial, aquícola ou pesqueira. O programa, ainda em vigência, possui duas linhas de financiamento: integralização de cotas-partes do capital social de cooperativas e crédito para capital de giro (a maior parte dos recursos é para capital de giro, cujo valor é limitado em 80% do total do programa) (RESOLUÇÃO BACEN nº 3.739 de 22/06/2009).⁶²

A fonte financeira é o BNDES, que tem o controle do programa. Demais bancos, públicos e privados, também podem operar o PROCAP-AGRO, desde que cadastradas no BNDES. Os beneficiários do programa são as cooperativas e os produtores associados.

Diferente do PRODECOOP, cujo objetivo era financiar investimento, no PROCAP-AGRO os financiamentos são destinados à manutenção das operações comerciais (capital de giro) e pagamento ou antecipação de dívidas (saneamento financeiro). A partir dos anos 2000, as cooperativas brasileiras apresentaram elevado crescimento econômico, com investimentos na produção industrial e armazenagem. Esse fator, que em grande parte esteve relacionado aos financiamentos do PRODECOOP, acelerou a demanda por capital de giro no setor.

Alves (2003) sinaliza que as cooperativas agropecuárias assumem frequentemente o papel de repassadoras de capital aos associados, fazendo com que o endividamento dessas empresas seja elevado. As operações de antecipação de recursos aos associados (via capital ou insumos) demandam grande volume de capital de giro, já que esses valores serão ressarcidos apenas no término da safra. Deste modo, as cooperativas necessitam de capital de giro constantemente.

Em 2008, com a crise financeira internacional, ocorreu diminuição no fluxo de capital externo para o Brasil. Isso limitou os recursos de capital de giro disponibilizado por empresas de comercialização de insumos e cereais (*tradings*) ligadas ao capital financeiro internacional, afetando as cooperativas brasileiras. A criação do PROCAP-AGRO em 2009 foi, além de uma pressão do setor de muitos anos, uma resposta à crise global, em que os grupos internacionais ligados ao agronegócio diminuíram sua presença no financiamento privado no país (PADILHA, 2014).

Em 2008 e 2009, as cooperativas e suas entidades representativas cobraram do Governo Federal, dentre outras medidas, a criação de uma

⁶² Cotas-parte refere-se à propriedade individual de cada cooperado sobre a cooperativa. O conjunto das cotas-partes constitui o capital social da cooperativa que garante a responsabilidade empresarial dessa no mercado. Ao associar-se em uma cooperativa, o produtor rural precisa adquirir sua “cota” e o PROCAP-AGRO possui uma linha de financiamento para integralização da mesma.

linha de crédito que disponibilizasse ao setor capital de giro em condições favoráveis, com juros e prazos atrativos. Para além da criação do PROCAP-AGRO, o governo promoveu, como resposta à crise internacional, um aumento dos valores disponibilizados e redução de juros para outras políticas de crédito, fortalecendo ainda mais a presença do BNDES na agricultura e cooperativas entre 2009 e 2014.⁶³

A **Tabela 32** destaca os dados técnicos do PROCAP-AGRO – recursos programados (em anos safras), taxa de juros, limite de contratação e prazos e carências de pagamento – desde o surgimento da política.

Foram programados R\$ 15,29 bilhões ao PROCAP-AGRO entre 2009 e 2015. Nos três primeiros anos, o valor programado era R\$ 2 bilhões, aumentando para R\$ 3 bilhões e R\$ 3,2 bilhões nos anos seguintes. Referente aos juros, até junho de 2012, a taxa era fixa em 6,75% ao ano. A partir de 2012/13, o programa passou a contar com duas taxas, uma para os financiamentos de capital de giro e outra para integralização de cotas-partes. Enquanto que para integralização de cotas-partes a taxa de juros variou de 5,5% a 6,5% entre 2012 e 2015, para capital de giro os encargos evoluíram de 6,75% para 9% em 2012/13, 6,5% ao ano em 2013/14 e 7,5% ao ano em 2014/15. A partir de julho de

⁶³ Notícia de 16/01/2009: OCB pede agilidade nas medidas para contornar a crise: A urgência na liberação de crédito para capital de giro voltado às cooperativas agropecuárias foi um dos principais temas tratados nesta quinta-feira (15) em audiência entre o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, o presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, deputado Odacir Zonta, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes e o secretário executivo da Presidência, Renato Nobile. Freitas falou que é necessário urgência no cumprimento das medidas anteriormente anunciadas pelo governo para mitigar os efeitos da crise financeira internacional. A alocação de recursos de financiamento para capital de giro faz parte de uma agenda positiva considerada essencial pelo setor para contornar as dificuldades geradas pela crise. Além do capital de giro, considera-se fundamental a reavaliação e liberação das garantias excedentes para utilização em novas operações de crédito, especialmente garantias proporcionais ao montante já liquidado de dívidas antigas, como PESA, RECOOP, Securitização e a correção dos preços mínimos. Também estão entre as prioridades a formalização do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO), o direcionamento de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) às cooperativas agropecuárias e de crédito e a agilização na liberação dos créditos tributários junto ao governo, além de recursos para o carreamento dos estoques de carne, em especial aves e suínos, às cooperativas produtoras agroindustriais (MILKPOINT, 2009).

2015, a taxa de juros para capital de giro elevou-se novamente, indo para 10,5% ao ano e em 2016 foi de 12% ao ano (BNDES, 2016).

Tabela 32. Evolução dos dados técnicos do PROCAP-AGRO – 2009 a 2015

	Programação	Juros a.a.	Limite (R\$)	Prazo/Carência
2009/10	2.000	6,75%	50.000.000	6 anos - 2 anos
2010/11	2.000	6,75%	50.000.000	6 anos - 2 anos
2011/12	2.000	6,75%	25.000.000	2 anos - 6 meses
2012/13	3.000	5,5% e 9,0%	40.000.000	2 anos - 6 meses
2013/14	3.240	5,5% e 6,5%	50.000.000	2 anos - 6 meses
2014/15	3.050	6,5% e 7,5%	60.000.000	2 anos - 6 meses
Total	15.290	6,75%	-	-

Valores em Milhões de R\$ Correntes (não corrigidos). Fonte: Plano Agrícola e Pecuário, vários anos.

No caso dos prazos de pagamento, eram de seis anos com dois anos de carência até 2012. A partir de julho de 2012, os financiamentos para integralização de cotas-partes e saneamento financeiro mantiveram o prazo de 6 anos e 2 anos de carência e para capital de giro o prazo caiu para 2 anos, com 6 meses de carência.

O limite de financiamento oscilou entre R\$ 25 milhões e R\$ 60 milhões e atualmente o teto dos financiamentos do PROCAP-AGRO é R\$ 65 milhões. O limite apresentado na tabela refere-se apenas às contratações de capital de giro por cooperativas singulares, modalidade com maior aplicação de recursos. No caso do limite para operações de integralização de cotas-parte, o teto foi de R\$ 40 mil por associado, até o limite de R\$ 50 milhões por instituição.

A **Tabela 33** demonstra a evolução do crédito aplicados pelo PROCAP-AGRO de 2009 a 2015. Em 2009, ocorreu a primeira contratação do programa, foram apenas oito operações em dezembro, que somaram R\$ 122 milhões (o valor de 2009 não foi contabilizado nos cálculos de crescimento anual e acumulado na tabela).

Tabela 33. Evolução dos recursos aplicados pelo PROCAP-AGRO – 2010 a 2015

	PROCAP-AGRO	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2009	122.402	-	-
2010	2.854.009	-	-
2011	3.221.221	12,9	12,9
2012	1.313.601	-59,2	-54,0
2013	2.510.363	91,1	-12,0
2014	1.960.353	-21,9	-31,3
2015	2.083.444	6,3	-27,0
Total	14.065.394	5,8%	-

Valores em Mil Reais, corrigidos pelo IGP-DI (12/2015). Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2010 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

No total, foram aplicados R\$ 14 bilhões pelo PROCAP-AGRO, com ampliação média dos valores de 5,8% ao ano. Em 2010 e 2011, ocorreram os maiores desembolsos, de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 3,2 bilhões, com soma de R\$ 6 bilhões, equivalente a 43% do montante do programa.

Nos primeiros anos do programa houve grande interesse das cooperativas pelas linhas de financiamento, sobretudo no crédito para capital de giro, que tinha juros de 6,75% ao ano e seis anos de prazo para pagamento e dois de carência. Para Tiago Pesch, gerente de operações do BRDE, as cooperativas agropecuárias aproveitaram as condições favoráveis para contratar grandes quantidades de crédito, inclusive armazenando capital como reserva futura.⁶⁴

O menor valor aplicado pelo programa foi de R\$ 1,3 bilhão em 2012. Nesse ano, a partir de julho, ocorreram mudanças, como a redução no limite de contratação de R\$ 50 milhões para R\$ 25 milhões, o aumento da taxa de juros para os financiamentos de capital de giro (de 6,75% ao ano para 9% ao ano) e diminuição do prazo de reembolso de seis anos (com dois de carência) para dois anos (com seis meses de carência).

Em 2013, o valor aplicado pelo PROCAP-AGRO atingiu R\$ 2,5 bilhões, motivado por novas mudanças (após julho): aumento no valor programado para R\$ 3,24 bilhões (sendo R\$ 2,55 bilhões para capital de giro) e redução nos juros de 9% para 6,5% ao ano para capital de giro e de 6,75% para 5,5% ao ano para integralização de cotas partes. Entre julho

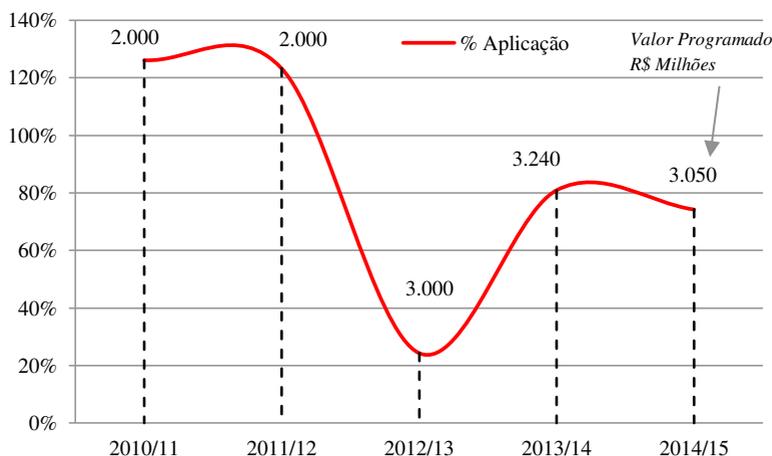
⁶⁴ Entrevista realizada em outubro de 2013 em Curitiba/PR, no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

e dezembro de 2013, sob as condições atrativas, foram contratados R\$ 2,2 bilhões, ou seja, 88% do total em 2013.

Em 2014, foi registrado crédito de R\$ 1,9 bilhão e R\$ 2 bilhões em 2015. Nesses últimos anos da tabela, ocorreram aumentos na taxa de juros do programa de 6,5% para 7,5% ao ano em 2014 e 10,5% ao ano em 2015. A elevação nos juros PROCAP-AGRO inviabilizou a tomada de capital de giro com o programa nos últimos anos.

O **Gráfico 05** explicita o percentual de aplicação do PROCAP-AGRO em cada ano safra. Somente em 2012/13 houve baixa utilização do programa, cerca de 20%.

Gráfico 05. Percentual de aplicação dos recursos programados para o PROCAP-AGRO – 2010 a 2015



Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, Abril de 2016.

Em 2010 e 2012, as contratações superaram os valores programados, em 126% e 123%. Em 2012/13 foram contratados R\$ 730 milhões, equivalente a 24% do total programado, R\$ 3 bilhões. Como mencionado anteriormente, a queda na contratação ocorreu devido a mudanças nos juros, limites e prazos. Em 2013/14/15, as contratações cresceram para 81% e 74%.

O percentual de utilização do PROCAP-AGRO superou o PRODECOOP. Mesmo sendo mais recente, o PROCAP-AGRO aplicou mais recursos: foram R\$ 14 bilhões contra R\$ 12,7 bilhões, 10% a mais

(cálculos até 2015). O dado denota a importância do crédito para capital de giro e a grande procura do setor.

A demanda de capital de giro das cooperativas é reflexo do seu agigantamento econômico nos últimos anos. Na medida em que houve novos investimentos das cooperativas após 2000, cresceu a necessidade de capital de giro. Por exemplo, com os investimentos em frigoríficos de aves e suínos, as empresas repassaram mais capital aos sócios através de insumos, como rações, leitões, pintainhos e medicamentos. Na expansão dos armazéns e silos, as cooperativas, para garantir o recebimento da produção, igualmente anteciparam insumos aos produtores.

Neves e Braga (2015) realizaram um estudo com quarenta cooperativas que acessaram os recursos do PROCAP-AGRO. Consoante aos autores, 40% das empresas utilizaram o programa para o financiamento de capital de giro. Os benefícios do crédito para o capital de giro foram: diminuição da dependência de financiamento oferecido pelos grandes fabricantes de insumos e aumento do poder de barganha devido à possibilidade de pagamento à vista ou antecipação de suas compras; complementação do capital de giro destinado a novos investimentos, que ainda não oferecem retornos esperados; aumento de liquidez que, em última instância, permite melhor relacionamento com as instituições financeiras.

Sobre a reestruturação financeira, outro objetivo do PROCAP-AGRO, cerca de 25% das cooperativas pesquisadas fizeram uso desse crédito. Houve a renegociação e a troca de dívidas de curto prazo com juros elevados por dívidas de longo prazo com juros menores. Em alguns casos, foi ampliado o prazo para pagamento de obrigações que os cooperados tinham com a cooperativa (NEVES e BRAGA, 2015).⁶⁵

No que tange as instituições financeiras que participaram da distribuição dos valores do PROCAP-AGRO, é interessante sublinhar a presença dos bancos privados no programa. Entre 2013 e 2016, dos R\$

⁶⁵ No caso das cooperativas agropecuárias que acionaram o PROCAP-AGRO para obter o financiamento de cotas-partes e saneamento financeiro é necessário apresentar, dentre outros documentos, termo de cooperação técnica assinado com entidade de assessoria pública ou privada em gestão cooperativa, para o acompanhamento do projeto e aumento do nível de capacitação técnica dos dirigentes, gerentes e funcionários da cooperativa, devendo ser direcionado para projetos de profissionalização da gestão cooperativa, da organização e profissionalização dos associados, monitoramento e controles por meio de indicadores de desempenho técnico, econômico e financeiro, além da qualidade dos padrões administrativos e do sistema de controles internos (MCR, 2016).

7,7 bilhões desembolsados pelo programa (valores não corrigidos), 85% foram aplicados por bancos privados, 8,6% por bancos públicos e 6,3% por bancos de desenvolvimento ou agências de fomento (Matriz de Dados do Crédito Rural, 2017).

Desta maneira, apesar da fonte do PROCAP-AGRO ser o BNDES, a maior parte dos valores foi desembolsada em operações indiretas, ou seja, com o intermédio de outra instituição financeira. Nesse processo, o banco que concedeu crédito à cooperativa recebeu a Remuneração da Instituição Financeira Credenciada, que era de 3% ao ano em 2016 e reduziu para 1,6% ao ano em 2017 (a taxa de remuneração está incluída nos juros do PROCAP-AGRO que será pago pela cooperativa) (BNDES, 2017).

Além da remuneração (*spread* bancário), as características do PROCAP-AGRO também contribuem para que os bancos privados sejam os maiores aplicadores de recursos: crédito de curto prazo (capital de giro), menor valor envolvido nos contratos e a facilidade ou agilidade das cooperativas na obtenção dos recursos via bancos credenciados, já que nos contratos diretos com o BNDES, as cooperativas agropecuárias precisam oferecer garantias reais (ativos) para obter os recursos e nas operação indiretas quem oferece a garantia é o agente intermediário, que negocia suas condições de garantia com o cliente final. Para o BNDES, o contrato torna-se vantajoso, pois os custos da operação são repassados à instituição financeira credenciada, que garante, em dinheiro, o financiamento (fiador).

A **Tabela 34** expressa a distribuição do PROCAP-AGRO entre os estados brasileiros de 2010 a 2015. Nesse período, dezoito estados acessaram o programa.

Tabela 34. Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por estado – 2010 a 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Soma
PR	1.087	1.126	421	876	657	726	4.893
RS	338	516	311	412	313	368	2.259
SP	579	438	130	342	332	362	2.183
MG	255	447	251	332	244	199	1.730
SC	388	452	84	332	177	254	1.687
GO	118	67	41	45	108	56	435
MS	48	65	17	74	46	58	309
MT	6	38	32	-	29	24	129
ES	24	4	5	18	32	2	86
BH	-	61	12	8	1,1	3	86
CE	-	0,6	2,3	48	11	0,6	63
TO	-	-	-	15	-	12	27
RJ	8	5	1,2	3,4	-	-	18
PA	-	-	-	-	3.000	10	13
PB	-	-	-	-	6.110	3	9,1
DF	1,2	-	-	2,3	-	3	6,5
PI	-	-	4,6	1,8	-	-	6,5
Total	2.854	3.221	1.313	2.510	1.960	2.083	13.943

Valores em Milhões de Reais, corrigidos pelo IGP-DI (12/2015). Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2010 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

O Paraná foi o principal destino do PROCAP-AGRO, com R\$ 4,89 bilhões entre 2010 e 2015, proporcional a 35% do valor total do programa. Em 2010 e 2011, ocorreram as maiores contratações paranaense, de R\$ 1 bilhão e R\$ 1,1 bilhão.

O Rio Grande do Sul foi o segundo com maior participação, somando R\$ 2,25 bilhões, 16,1% dos recursos totais. Em 2011 e 2013, ocorreram as maiores contratações das cooperativas gaúchas, com R\$ 516 milhões e R\$ 412,4 milhões. São Paulo participou com R\$ 2,18 bilhões, 15,6% do total no período, com a maior tomada de capital em 2010 e 2011, de R\$ 579 milhões e R\$ 438,5 milhões. Em Minas Gerais, o valor contratado no PROCAP-AGRO foi de R\$ 1,73 bilhão, equivalente a 12,4% do total e em Santa Catarina a soma foi de R\$ 1,68 bilhão, 12% do total.

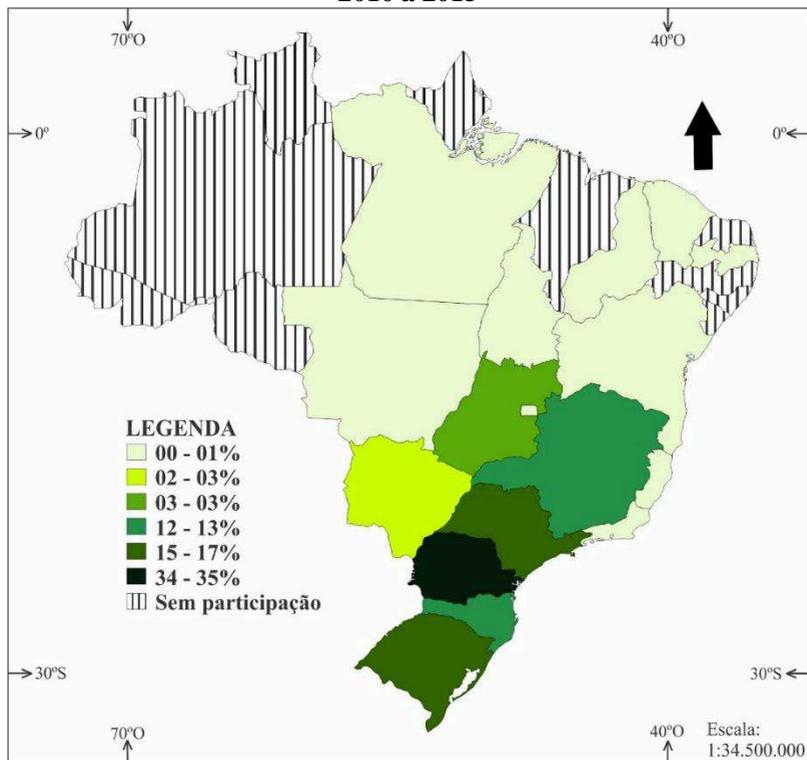
Os cinco estados, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, somaram R\$ 12,7 bilhões, 91,4% dos

financiamentos do PROCAP-AGRO. Os demais estados registraram participação inferior: Goiás com 3% (R\$ 435 milhões), Mato Grosso do Sul com 2,2% (R\$ 309 milhões), Mato Grosso com 0,9% (R\$ 128,7 milhões), Espírito Santo e Bahia com 0,6% (R\$ 86 milhões) e Ceará com 0,45% (R\$ 63 milhões).

O Tocantins, Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Distrito Federal e Piauí tiveram participação abaixo de 0,2% do total, somando R\$ 80 milhões, apenas 0,57% dos desembolsos do programa. O Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte e Sergipe não realizaram contratações com o PROCAP-AGRO.

O **Mapa 08** coloca a distribuição do PROCAP-AGRO pelos estados.

Mapa 08. Distribuição dos recursos PROCAP-AGRO por estado – 2010 a 2015

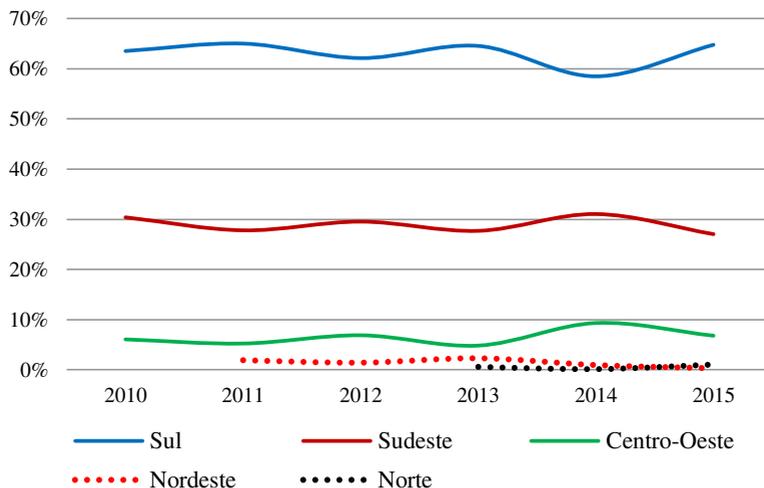


Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA, 2010 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

Tal como no PRODECOOP, os estados que acessaram o PROCAP-AGRO foram aqueles onde o cooperativismo manifestou-se mais desenvolvido. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, por deterem cooperativas agropecuárias altamente integradas ao mercado, apresentaram maior demanda de capital de giro. Os estados que não tiveram acesso ao programa localizaram-se no Norte e Nordeste, aonde o cooperativismo teve pouca importância econômica.

O **Gráfico 06** ilustra a distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO de acordo com as regiões do Brasil. Do crédito total do programa, o Sul acessou 63,4% (R\$ 8,8 bilhões), o Sudeste 26,4%, o Centro-Oeste 8,7%, o Nordeste 1,2% e o Norte 0,3%.

Gráfico 06. Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por região – 2003 a 2015



Fonte: Estatísticas de Dados Básicos da Economia – Crédito Rural, MAPA: 2010 a 2012. Matriz de Dados do Crédito Rural, BCB: 2013 a 2015.

Ao longo de todo o período observado, o Sul foi o principal destino dos financiamentos do PROCAP-AGRO, com variações entre 58,5% em 2014 e 65% em 2013. No Sudeste, a participação esteve próximo aos 30% em todos os anos. O Centro-Oeste expressou pequeno avanço em 2014 e 2015, chegando a 9,3% em 2014. O Nordeste instaurou as contratações em 2011, com presença máxima de 2,3% em 2013 e mínima de 0,3% em

2015. O Norte registrou financiamentos a partir de 2013, com sua maior participação de 1,06% em 2015.

2.4 BNDES e BRDE e o financiamento das cooperativas brasileiras

As principais instituições financeiras responsáveis pela implementação das políticas de crédito para o cooperativismo agropecuário no Brasil no início do século XXI foram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco do Brasil (BB). O BNDES e BRDE atuaram exclusivamente nas políticas de investimento e o Banco do Brasil, juntamente com outros bancos públicos e privados e cooperativas de crédito, participaram dos repasses do SNCR.⁶⁶ Este item analisa somente a participação do BNDES e BRDE no financiamento das cooperativas agropecuárias, pois foram as instituições financeiras que destacaram-se no aporte de investimentos no setor, entendendo que esta foi, dentre as finalidades do crédito, a mais importante para a expansão geoeconômica das cooperativas nos últimos anos.

Após o ano 2000, a política do Governo Federal de investir na indústria e agropecuária, fortaleceu a atuação do BNDES, alavancando os recursos banco de R\$ 7 bilhões em 1995, à R\$ 23 bilhões em 2000 e R\$ 190 bilhões em 2013. Na agropecuária, o BNDES foi a principal fonte de

⁶⁶ No caso dos recursos provenientes do SNCR: “3 - São órgãos básicos o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. 4 - São órgãos vinculados: a) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); b) auxiliares: agências de fomento, bancos estaduais, inclusive de desenvolvimento, bancos privados, Caixa Econômica Federal (CEF), cooperativas autorizadas a operar em crédito rural e sociedades de crédito, financiamento e investimento; c) incorporados: instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)” (MCR, 2018). No caso dos programas de crédito operados pelo BNDES, como PRODECOOP e PROCAP-AGRO, podem participar dos desembolsos instituições financeiras credenciadas. Em 2015, estavam cadastradas 65 instituições financeiras que poderia atuar no repasse de recursos do banco (em 2006, o número era de 86). Essas instituições, tanto públicas como privadas, captam recursos junto ao banco e repassam ao público, tendo uma margem de lucro permitida nesse processo. Em 2015, os bancos credenciados mais relevantes foram o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, Caixa e BRDE (BNDES, 2017).

crédito para investimento, com a maior parcela do capital oriundo do Tesouro Nacional.⁶⁷

A **Tabela 35** vislumbra a evolução dos valores investidos pelo BNDES na agropecuária nacional e o total investido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. No período observado, os investimentos na agropecuária brasileira foram de R\$ 432 bilhões e o BNDES desembolsou 190 bilhões, ou seja, 44% do total.

A maioria do crédito aplicado pelo BNDES concentrou-se nos últimos anos. Entre 2000 e 2009, os desembolsos para agropecuária mantiveram-se na média de R\$ 7,5 bilhões, somando R\$ 75 bilhões nesta década. Já entre 2010 e 2015, foram investidos pelo banco R\$ 116 bilhões, igual a 61% do total observado na tabela.

O menor desembolso do BNDES foi de R\$ 4,7 bilhões em 2000 e o maior foi de R\$ 31 bilhões em 2014. Em 2015, ocorreu uma queda investimentos do BNDES de R\$ 31,2 bilhões para R\$ 19,6 bilhões, - 37,2%. Nesse contexto, mudanças na política agrícola, sobretudo com a elevação da taxa de juros como medida de ajuste à crise econômica, afetaram os financiamentos do banco. O crescimento médio dos valores aplicados do banco na agropecuária foi de 15,6% ao ano, sendo de 12,5% ao ano entre 2000 e 2009 e 20% ao ano entre 2010 e 2015.

⁶⁷ As principais fontes dos recursos do BNDES, após 2000, foram os fundos Constitucionais – FAT e PIS/Pasep – e o Tesouro Nacional. No caso do Tesouro, sua participação mais expressiva é recente e, desde 2010, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES. Em 2001, os recursos do Tesouro representavam apenas 5,7% das fontes do BNDES, em 2008 era de 43%, em 2009 era de 46,1% e em 2014 foi para 57,7%. Outro ponto importante sobre as fontes de recursos do BNDES, é que nos anos oitenta e noventa, a participação de bancos estrangeiros na capitalização do BNDES era comum, chegando a representar 21% das fontes de recursos do BNDES em 2002. Em 2014, as fontes externas corresponderam a apenas 4,7% (BNDES, Relatórios de Atividades, vários anos).

Tabela 35. Investimentos agropecuários realizados pelo BNDES e SNCR – 2000 a 2015

	BNDES	Cresc.¹	SNCR	Cresc.¹	Part.²
2000	4.732.903	-	8.170.226	-	57,9
2001	6.039.274	27,6	11.527.742	41,1	52,4
2002	8.152.573	35,0	12.980.379	12,6	62,8
2003	8.137.558	- 0,1	15.535.381	19,7	52,3
2004	12.159.116	49,4	17.963.313	15,6	67,7
2005	7.566.211	-37,8	17.675.207	-1,6	42,8
2006	5.155.388	-31,8	19.007.134	7,5	27,1
2007	6.342.620	23,0	19.301.335	1,5	32,9
2008	7.242.831	14,2	21.954.958	13,7	33,0
2009	9.679.434	33,6	26.367.590	20,1	36,7
2010	14.994.044	55,0	30.188.270	14,5	49,7
2011	14.781.060	-1,4	32.567.958	7,9	45,4
2012	12.494.045	-15,5	43.553.905	33,7	28,7
2013	22.703.402	81,7	54.230.036	24,5	41,9
2014	31.290.227	37,8	59.334.564	9,4	52,7
2015	19.654.301	-37,2	42.097.699	-29,0	46,7
Total	191.124.987	-	432.455.699	-	-
Média	-	15,6%	-	12,7%	44,2%
Acum.³	-	315%	-	415%	-

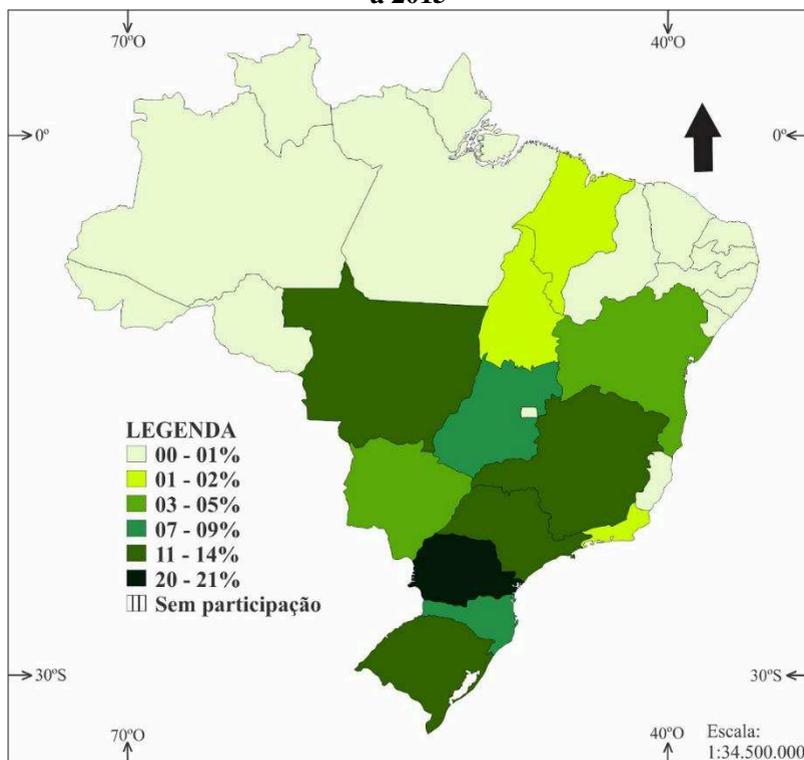
Valores em R\$ Mil Corrigidos, IGP-DI (12/2015). ¹ Crescimento percentual anual. ² Participação dos investimentos do BNDES com relação ao Total do SNCR. ³ Crescimento acumulado entre 2015 e 2000. Fonte: BNDES, 2016.

BCB, 2016.

Aludindo à participação do BNDES nos investimentos totais do SNCR, a média foi de 44,2% entre 2000 e 2015. No início dos anos 2000, o Banco possuía maior participação nos investimentos totais, chegando a 67,7% em 2004. Ao longo dos anos, a participação diminuiu, chegando a 28,7% em 2012, o menor percentual registrado. A diminuição da participação do BNDES nos investimentos agropecuários nos últimos anos deve-se ao ganho de importância de outras instituições financeiras nos investimentos SNCR.

O **Mapa 09** refere-se à distribuição espacial dos recursos aplicados pelo BNDES de 2000 a 2015, anunciando a participação percentual de cada estado no valor total aplicado pelo banco no período.

Mapa 09. Investimentos agropecuários do BNDES por estado – 2000 a 2015



Observando o mapa, é possível identificar que a maior parte do crédito para investimento agropecuário ficou retido nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os estados que mais se sobressaíram foram: Paraná com 20,9%, São Paulo com 13,5%, Rio Grande do Sul com 12,9%, Minas Gerais com 11,2% e Mato Grosso com 11%. Os cinco estados participaram com 69,5% dos desembolsos totais do BNDES para agropecuária.

Igualmente, participaram expressivamente Santa Catarina com 8,7% e Goiás com 7%. O Mato Grosso do Sul participou com 4,75% e Bahia com 3% e o Tocantins, Maranhão, Espírito Santo e Pará ficaram próxima a 1%. Nos demais estados, a parcela foi inferior a 1%.

Quanto à distribuição regional, o Sul logrou a maior participação com 42,5% (R\$ 81 bilhões), seguido do Sudeste com 26% (R\$ 49,7

bilhões), Centro-Oeste com 22,9% (R\$ 43,8 bilhões), Nordeste com 5,4% (R\$ 10,3 bilhões) e Norte com 3% (R\$ 5,8 bilhões).

No caso do crédito exclusivo às cooperativas agropecuárias, o BNDES foi a origem das duas políticas do setor, PRODECOOP e PROCAP-AGRO e, além dessas, realizou empréstimos através de outros programas, como PSI, PCA, FINAME e PRONAF.

A **Tabela 36** elenca os investimentos totais do BNDES em cooperativas agropecuárias desde 2003. Os dados demonstram o montante total repassado pelo banco ao setor.

Tabela 36. Valores aplicados pelo BNDES em cooperativas agropecuárias – 2003 a 2015

	Valor (Mil R\$)	Cresc. Anual	Cresc. Acum.
2003	189.860	-	-
2004	445.759	134,8	134,8
2005	607.725	36,3	220,1
2006	366.881	- 39,6	93,2
2007	870.801	137,4	358,7
2008	1.259.578	44,6	563,4
2009	2.808.054	122,9	1.379,0
2010	5.415.991	92,9	2.752,6
2011	4.564.298	- 15,7	2.304,0
2012	2.690.468	- 41,1	1.317,1
2013	3.956.911	47,1	1.984,1
2014	3.363.781	- 15,0	1.671,7
2015	3.791.838	12,7	1.897,2
Total	30.331.945	43,1%	-

Valores em Mil R\$ Corrigidos, IDP-DI (12/2015). Fonte: Dados coletados com Jaldir Lima, chefe do Departamento de Agroindústrias do BNDES, 2016.

Ao todo, foram financiados R\$ 30,3 bilhões às cooperativas, que representaram 17,6% do investido pelo banco na agropecuária nacional no mesmo período. Até 2003, a única política de crédito para cooperativas agropecuárias no BNDES era o RECOOP, com poucos valores. Com a criação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO, a relação do banco com o cooperativismo intensificou-se.

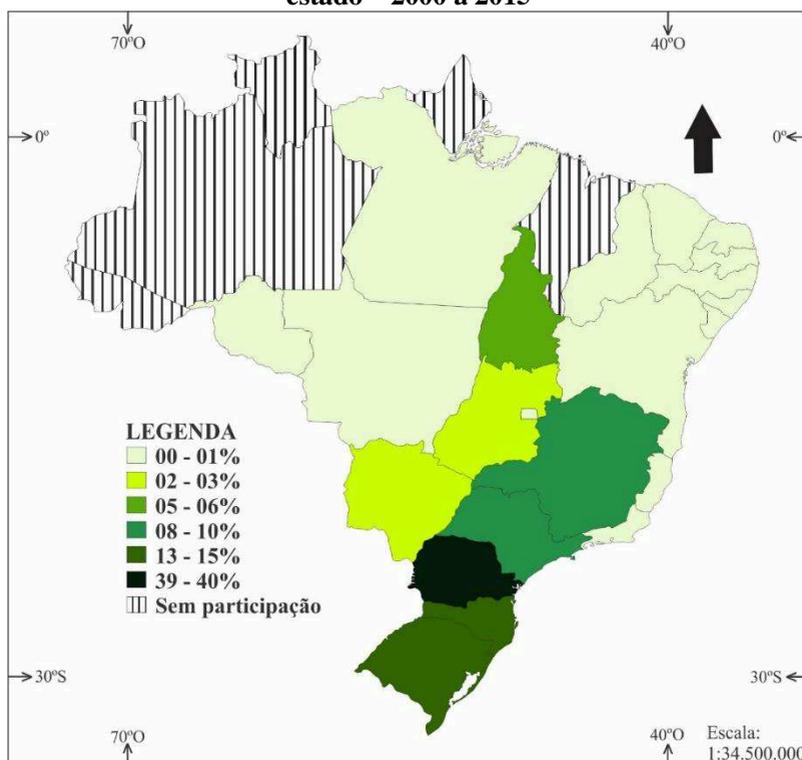
Os maiores desembolsos ocorreram em 2010 e 2011, de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões respectivamente, justamente nos momentos auge do PRODECOOP e PROCAP-AGRO. Logo após, os investimentos nas cooperativas diminuíram devido à retração nos financiamentos de ambos

os programas. A maioria dos financiamentos do banco às cooperativas ocorreu de 2009 a 2015, R\$ 26,5 bilhões, 87,5% do total.

Sobre a evolução percentual, o desembolso do BNDES para cooperativas cresceu 43,1% ao ano e 1.897% entre 2003 e 2015. Dessarte, o BNDES consolidou-se como maior financiador de investimentos nas cooperativas brasileiras nos anos 2000

O **Mapa 10** demonstra a distribuição dos recursos do BNDES repassados às cooperativas agropecuárias entre 2003 e 2015.

Mapa 10. Distribuição dos recursos BNDES para cooperativas por estado – 2000 a 2015



Os financiamentos do BNDES às cooperativas concentraram-se na Região Sul. O Paraná foi responsável por 40% dos empréstimos entre

2003 e 2015 (R\$ 12 bilhões), seguido pelo Rio Grande do Sul com 14,5% (4,4 bilhões) e Santa Catarina com 13,8% (R\$ 4,1 bilhões).

São Paulo e Minas Gerais acumularam, nesta ordem, 10% (R\$ 3,0 bilhões) e 8,8% (R\$ 2,6 bilhões) de participação. O Tocantins adquiriu 5,6% (R\$ 1,7 bilhão), Goiás 2,7% (R\$ 818 milhões) e Mato Grosso do Sul 2,5% (R\$ 750 milhões).

Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe tiveram índice inferior a 1% e o Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão e Roraima não registraram valores nos repasses do BNDES para cooperativas agropecuárias entre 2003 e 2015.

Na distribuição regional do crédito do BNDES ao cooperativismo rural, o Sul teve 68,3% (R\$ 20,5 bilhões), o Sudeste 19,55% (R\$ 5,9 bilhões), o Centro-Oeste 5,9% (R\$ 1,8 bilhão), o Norte 5,67% (R\$ 1,7 bilhão) e o Nordeste 0,6% (R\$ 180 milhões).

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), assim como o BNDES, é um banco público de investimento, que atua especificamente no Sul, fornecendo crédito aos diferentes setores da economia. Sua participação no desenvolvimento das cooperativas é antiga e a história do banco se confunde com a história do cooperativismo agropecuário sulista.

O BRDE surgiu no início dos anos 1960, a partir da ação dos governadores dos estados da Região Sul em reação à concentração de investimentos federais, especialmente por meio do BNDES, na Região Sudeste do país. Assim, em 15 de junho de 1961 foram criados, pelos então governadores Leonel Brizola (RS), Celso Ramos (SC) e Ney Braga (PR), o BRDE e CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul) (BRDE, 2016).

Desde então, a história do BRDE está ligada ao desenvolvimento econômico e social do sul do Brasil. No caso das cooperativas, o banco surgiu justamente no momento em que o ramo agropecuário estava expandindo-se vigorosamente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No princípio século XXI, a retomada das políticas federais de crédito fortaleceu a atuação do BRDE no Sul, tornando-o um importante agente do desenvolvimento regional.

A **Tabela 37** exhibe a evolução dos recursos financeiros totais aplicados pelo banco e os financiamentos destinados exclusivamente à agropecuária.

Tabela 37. Valores totais financiados pelo BRDE – 2000 a 2015

	Total BRDE	Cresc.¹	Agropecuária	Cresc.¹	Part.²
2000	627.011	-	145.758	-	23,2
2001	962.709	53,5	278.386	91,0	28,9
2002	991.442	3,0	384.230	38,0	38,8
2003	1.116.532	12,6	490.678	27,7	43,9
2004	1.259.944	12,8	481.459	- 1,9	38,2
2005	1.720.480	36,6	481.774	0,1	28,0
2006	1.784.560	3,7	457.015	- 5,1	25,6
2007	1.864.248	4,5	578.057	26,5	31,0
2008	2.378.094	27,6	576.557	- 0,3	24,2
2009	3.430.330	44,2	973.928	68,9	28,4
2010	2.528.321	- 26,3	543.431	- 44,2	21,5
2011	2.291.267	- 9,4	678.735	24,9	29,6
2012	3.583.822	56,4	1.251.845	84,4	34,9
2013	4.349.642	21,4	1.346.387	7,6	31,0
2014	3.075.712	- 29,3	1.058.349	- 21,4	34,4
2015	3.354.069	9,1	863.278	- 18,4	25,7
Total	35.318.183	-	10.589.865	-	-
Média	-	14,7	-	18,5	30,0

Valores em R\$ Mil Corrigidos, IGP-DI (12/2015). ¹ Crescimento percentual anual. ² Participação da agropecuária nos desembolsos totais do BRDE. Fonte: Relatório de Administração, BRDE, vários anos.

Entre 2000 e 2015, o BRDE executou R\$ 35 bilhões em financiamentos na agropecuária, indústria, infraestrutura, comércio e serviços. Desse valor, R\$ 10,5 bilhões (30%) foram destinados ao financiamento de investimentos agropecuários. Enquanto a taxa de crescimento dos financiamentos totais do banco foi 14% ao ano, no crédito para a agropecuária foi de 18,5% ao ano. A participação da agropecuária nos desembolsos totais do banco aumentou de 23% em 2000 para 34,4% em 2014, com média de 31% no período. Portanto, a agropecuária foi um dos setores mais beneficiados pelos financiamentos do BRDE.

Com relação aos financiamentos do BRDE para as cooperativas da Região Sul, a **Tabela 38** expõe os valores repassados às cooperativas agropecuárias de cada estado entre 2000 e 2015.

Tabela 38. Empréstimos do BRDE às cooperativas dos estados da Região Sul – 2000 a 2015

	PR	Cres. ¹	SC	Cres. ¹	RS	Cres. ¹	Total	Cres. ¹
2000	150	-	123	-	23	-	186	-
2001	90	-40,1	28	123	49	108	167	-10,4
2002	172	91,2	41	46,6	65	34,2	279	67,0
2003	163	-5,4	60	45,4	52	-20,3	276	-1,3
2004	173	5,9	54	-9,6	41	-22,0	268	-2,8
2005	235	36,2	78	42,8	47	16,9	361	34,6
2006	172	-27	82	5,2	208	337	462	28,0
2007	211	22,8	133	62,9	133	-36,3	477	3,2
2008	456	116	250	87,9	185	39,6	891	86,9
2009	848	86,1	339	35,5	143	-22,7	1.330	49,3
2010	556	-34,4	187	-44,9	160	11,9	903	-32,1
2011	375	-32,5	138	-26,2	144	-9,9	657	-27,2
2012	685	82,7	181	31,3	179	24,2	1.045	59,1
2013	519	-24,3	229	26,9	100	-44,2	849	-18,8
2014	324	-37,6	259	12,7	215	115	798	-6,0
2015	723	123	285	10,1	220	2,1	1.228	53,9
Soma	5.855	-	2.358	-	1.967	-	10.180	-
Média	-	24,2%	-	30%	-	35,6%	-	18,9%

Valores em R\$ Milhões Corrigidos, IGP-DI (12/2015). ¹ Crescimento percentual anual. Fonte: Dados coletados com Tiago Marquardt Pesch, gerente de operações do BRDE, 2016.

Entre 2000 e 2015, o BRDE desembolsou R\$ 10 bilhões às cooperativas agropecuárias, equivalente a 29% do total dos financiamentos do banco no período. Logo, pode-se afirmar que as cooperativas são um dos principais clientes do banco, com acesso aos recursos tanto para investimentos agropecuários, como industriais.

Os valores repassados pelo BRDE concentram-se nos últimos anos, com R\$ 6,8 bilhões entre 2009 e 2015, 67% do total. O crescimento médio dos recursos destinados às cooperativas foi de 19% ao ano, que foi o maior índice de expansão de crédito dentre os setores atendidos pelo banco.

Na distribuição dos financiamentos por estado, as cooperativas do Paraná expressaram a maior participação, R\$ 5,8 bilhões, proporcional a 57,4% do total. Os maiores valores captados pelas cooperativas paranaenses foram R\$ 848 milhões em 2009, R\$ 685,5 milhões em 2012 e R\$ 723 milhões em 2015. Em média, os valores cedidos ao Paraná

subiram 24% ao ano, com destaque para 2009 com 86% (R\$ 455,7 milhões para R\$ 848 milhões) e 2015 com 123% (R\$ 323,9 milhões para R\$ 723,3 milhões).

Santa Catarina somou R\$ 2,35 bilhões, análogo a 23% do total. Os anos com maiores contratações foram: 2009 com R\$ 339 milhões, 2014 com R\$ 259 milhões, 2008 com R\$ 250 milhões e 2015 com R\$ 285 milhões. No estado, o índice de expansão dos financiamentos com o BRDE foi de 30% ao ano.

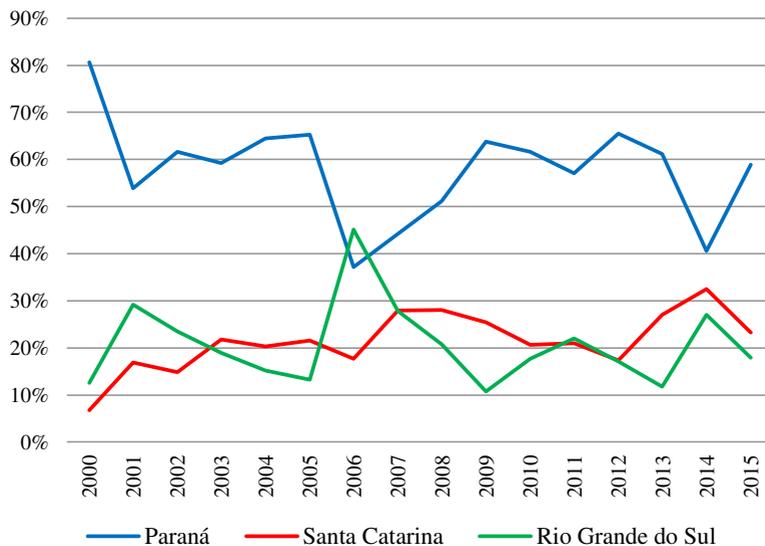
As cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul apresentaram a menor participação na tomada de crédito do BRDE, R\$ 1,9 bilhão, 19,3% do total. Os maiores valores ocorreram em 2006, com R\$ 208,5 milhões, 2014, com R\$ 215 milhões e 2015, com 219,8 milhões. Em 2006, o estado registrou contratação superior ao Paraná e Santa Catarina, o único ano em que o Paraná não foi o principal destino. A amplificação média dos financiamentos às cooperativas gaúchas foi de 35,6% ao ano.

As cooperativas gaúchas, que nas décadas de setenta e oitenta foram o principal destino do crédito, contrataram apenas R\$ 23 milhões em 2000 e, ao longo dos anos, perderam espaço para as cooperativas de Santa Catarina e do Paraná. Desde 2000, as cooperativas paranaenses já arrebataavam os maiores financiamentos no BRDE, cerca de R\$ 150 milhões.

O **Gráfico 07** apresenta a participação percentual de cada estado nos financiamentos do BRDE destinados às cooperativas agropecuárias entre 2000 e 2015.

O Paraná foi o principal destino dos recursos do BRDE para as cooperativas. Somente em 2006, o estado ficou em segundo lugar, com 37,2%, atrás do Rio Grande do Sul que reteve 45,1%. A maior presença paranaense foi 80,6% em 2000, com média de 57,5%. Santa Catarina teve participação média de 23%, variando entre 6,8% em 2000 e 32,4% em 2014 e o Rio Grande do Sul exprimiu média de 19,3%, com oscilações de 11,8% em 2013 e 45,1% em 2006.

Gráfico 07. Participação dos estados sulistas nos desembolsos do BRDE para cooperativas – 2000 e 2015



Fonte: Dados coletados com Tiago Marquardt Pesch, gerente de operações do BRDE, 2016.

As cooperativas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul disputaram a segunda colocação na tomada de recursos do BRDE. Entre 2000 e 2008, os valores destinados às cooperativas gaúchas foi de R\$ 805 milhões (24% do total), contra R\$ 740 milhões (22% do total) das cooperativas catarinenses. De 2009 até 2015, as contratações realizadas por Santa Catarina somaram R\$ 1,6 bilhão (23,7% do total) e do Rio Grande do Sul R\$ 1,1 bilhão (17% do total). Desta forma, as cooperativas gaúchas eram o segundo principal destino dos financiamentos do BRDE no Sul até 2008, posto que foi ocupado pelas cooperativas catarinenses após 2009.

A maior parte dos valores emprestados pelo BRDE às cooperativas originaram-se nos programas de financiamento do BNDES, ou seja, o banco atuou principalmente no repasse do crédito oficial.

A **Tabela 39** manifesta os desembolsos do BRDE nos programas de crédito destinados às cooperativas agropecuárias, o PRODECOOP, PROCAP-AGRO e RECOOP.

Tabela 39. Desembolsos do BRDE nos programas de financiamento às cooperativas – 2000 a 2015

	RECOOP	PRODECOOP	PROCAP-AGRO	Soma
2000	641.855	-	-	641.855
2001	360.894	-	-	360.894
2002	302.665	-	-	302.665
2003	23.965	485.331	-	509.296
2004	-	488.589	-	488.589
2005	-	596.140	-	596.140
2006	-	686.627	-	686.627
2007	-	566.964	-	566.964
2008	-	865.830	-	865.830
2009	-	1.187.382	-	1.187.382
2010	-	1.062.115	47.675	1.109.789
2011	-	535.916	2.893	538.808
2012	-	276.295	87.017	363.313
2013	-	371.483	43.090	414.573
2014	-	281.976	12.020	293.996
2015	-	498.471	42.774	541.245
Total	1.329.378	7.903.119	235.468	9.467.966

Valores em R\$ Mil, corrigidos pelo IGP-DI (12/2015). Fonte: Relatórios de Administração do BRDE, 2000 a 2015.

O BRDE foi responsável pelo repasse de R\$ 9,5 bilhões das políticas de crédito para o cooperativismo entre 2000 e 2015. No RECOOP, o banco aplicou R\$ 1,3 bilhão, sendo um dos principais difusores do programa. No PROCAP-AGRO, a participação do BRDE foi baixa, apenas R\$ 235,4 milhões. Nessa política, o objetivo é o financiamento de capital de giro e saneamento financeiro, que não são as áreas principais de atuação do banco.

O PRODECOOP foi a principal linha de financiamento para as cooperativas no BRDE, com R\$ 7,9 bilhões. Esse valor, representou 62% de todos o programa, isto é, o BRDE foi o principal agente financeiro de distribuição do PRODECOOP, o que explica a grande tomada de recursos das cooperativas sulistas no programa, 78,7% ao todo.

2.5 Conclusão

Nos anos 2000, o crédito foi a principal ferramenta de intervenção do Estado na agropecuária brasileira, promovendo aumento da produtividade e do volume produzido e gerando um segundo momento de modernização das forças produtivas no campo. Nos últimos anos, o crédito rural também caracterizou-se pela expansão espacial e social dos recursos, fazendo com que um número maior de produtores, destacadamente agricultores familiares, obtivessem financiamento para custeio, comercialização e investimento.

O engrandecimento do crédito beneficiou as cooperativas, que dispuseram de maior acesso aos financiamentos do SNCR para custeio industrial e comercialização, além das linhas de financiamento para repasse aos produtores cooperados. O setor ainda contou com recursos do RECOOP, PRODECOOP e PROCAP-AGRO, que atenderam o setor nas finalidades de saneamento financeiro, investimento e capital de giro.

O PRODECOOP e o PROCAP-AGRO foram as principais linhas de crédito para as cooperativas agropecuárias. Juntos, os programas aplicaram R\$ 27 bilhões de 2003 a 2015. O PRODECOOP foi a principal fonte para os investimentos produtivos e comerciais do setor, permitindo que as cooperativas crescessem sob o viés da integração com a indústria e não apenas pela expansão da produção *in natura*. O programa registrou volumosos recursos, com juros baixos e longos prazos, fomentando a expansão territorial e industrial das cooperativas e tornando-as um dos setores mais dinâmicos do agronegócio brasileiro. Já o PROCAP-AGRO atuou no crédito de capital de giro e foi fundamental para continuidade da ampliação econômica das cooperativas, mesmo sob o panorama de crise internacional após 2008.

A Região Sul do Brasil concentrou a maior parte do crédito rural para as cooperativas. Nos valores oriundos do SNCR, as cooperativas sulistas dominaram 57% entre 2000 e 2015, com R\$ 125 bilhões. Nos programas específicos, a participação da região foi ainda maior, 78% no PRODECOOP, com R\$ 9,9 bilhões, e 67% no PROCAP-AGRO, R\$ 9,3 bilhões.

O BNDES e BRDE foram os principais agentes difusores das políticas de crédito específicas do cooperativismo rural. O BNDES foi operador e fonte do capital empreendido nos programas de financiamento e o BRDE responsabilizou-se pela aplicação de 62% do valor PRODECOOP, facilitando o acesso das cooperativas do sul do país ao programa e contribuindo para a concentração dos valores na região.

CAPÍTULO III
**DINÂMICA GEOECONÔMICA DAS MAIORES
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO SUL NOS
ANOS 2000**

A partir dos anos 2000, as cooperativas agropecuárias brasileiras iniciaram um novo ciclo de expansão econômica, produtiva e socioespacial, registrado em associações de vários tamanhos e em todas as regiões do país. Contudo, esse crescimento geoeconômico foi mais expressivo no sul do Brasil, em especial, nas maiores cooperativas agropecuárias regionais, que expandiram-se territorialmente e verticalmente, atingindo o patamar de grandes empresas do agronegócio nacional.

Em 2015, as maiores cooperativas meridionais – Coamo, Aurora, C.Vale, Lar, Cocamar, Copacol, Integrada, Agrária, Frimesa, Frísia, Castrolanda, Coopavel e Cooperalfa – somaram 105,5 mil produtores cooperados, 83,4 mil empregados, produção de 21,7 milhões de toneladas de grãos (soja, milho e trigo), 8,1 milhões de suínos e 665 milhões de aves abatidas, 1,3 bilhão de litros de leite recebidos, ativos totais de R\$ 36 bilhões e faturamento de R\$ 49 bilhões.

O crescimento econômico foi acompanhado pela expansão territorial: entre 2000 e 2015, o número de municípios da Região Sul com unidades das treze maiores cooperativas aumentou de 125 para 282. Ao longo da década de 2000, essas cooperativas começaram a atuar em outros estados, principalmente Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, e também no Paraguai.

O objetivo do capítulo é evidenciar a dinâmica geoeconômica das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil no início do século XXI. O texto foi dividido em quatro itens, que abordam a gênese e evolução histórica das cooperativas, a dinâmica sócioespacial, a estrutura da produção agropecuária e agroindustrial e, por fim, o desempenho econômico e financeiro.

Em toda a pesquisa, mas neste capítulo em específico, houve um trabalho exaustivo com o levantamento e análise de dados estatísticos, coletados em diferentes fontes. A partir dos dados, foram confeccionados mapas, gráficos, tabelas e textos que expressam as informações sobre a evolução econômica, produtiva e espacial das cooperativas. Pretendeu-se, com isso, ressaltar a importância dos dados estatísticos para a Geografia,

como um recurso que permite aprofundar análises das dinâmicas econômico-espaciais e aproximar o trabalho da realidade.

3.1 Gênese e evolução das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil

O surgimento das cooperativas agropecuárias selecionadas para o estudo desta tese teve relação com a formação sócio-espacial da pequena produção mercantil, estabelecida na Região Sul pela ocupação dos imigrantes europeus e japoneses e seus descendentes. Ao mesmo tempo, o Estado e sua política de expansão do capitalismo no meio rural na segunda metade do século XX, foi fundamental para a estruturação e expansão das instituições. Apesar das diferenças nas datas de surgimento e localização, as cooperativas analisadas apresentaram semelhanças na suas gêneses e evolução.

A **Tabela 40** destaca as informações sobre o ano de origem, localização e grupo étnico predominante responsável pela criação das cooperativas.

A Batavo, atualmente Frísia, é a cooperativa mais antiga dentre as instituições analisadas e a Integrada é a mais recente. Em comum, todas contaram com o protagonismo de imigrantes ou descendentes para sua gênese. Os grupos étnicos que mais se sobressaíram foram os alemães e italianos, seguidos pelos holandeses e japoneses. No Paraná, a Frísia e Castrolanda tiveram origem direta da imigração holandesa e a Agrária, da imigração alemã. As demais cooperativas agropecuárias paranaenses possuíram participação dos descendentes de imigrantes: a Cocamar e Integrada com descendentes de japoneses e mista (alemães e italianos) e Coamo, C.Vale, Copacol, Coopavel, Lar e Frimesa dos descendentes de alemães e italianos, oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na segunda metade do século XX. As duas cooperativas de Santa Catarina, Cooperalfa e Aurora, surgiram no oeste do estado, mesorregião colonizada por descendentes de alemães e italianos.

Tabela 40. Características da origem das cooperativas agropecuárias selecionadas

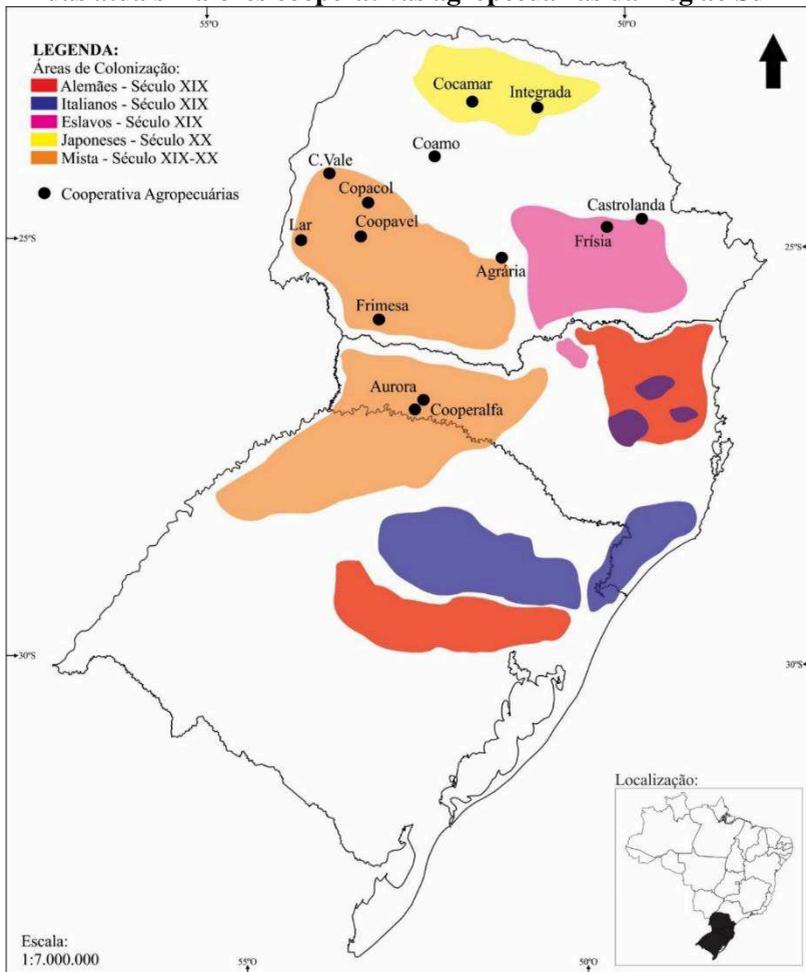
	Fundação	Cidade de fundação	Origem étnica predominante
Frísia/Batavo	1925	Carambeí – PR	Imigrantes Holandeses e descendentes
Castrolanda	1951	Castro – PR	Imigrantes Holandeses e descendentes
Agrária	1951	Guarapuava – PR	Imigrantes Alemães e descendentes
C.Vale	1963	Palotina – PR	Descendentes de Alemães e Italianos
Copacol	1963	Cafelândia – PR	Descendentes de Alemães e Italianos
Cocamar	1963	Maringá – PR	Descendentes de Japoneses e Mista
Lar	1964	Missal – PR	Descendentes de Alemães
Cooperalfa	1967	Chapecó – SC	Descendentes de Alemães e Italianos
Aurora	1969	Chapecó – SC	Descendentes de Alemães e Italianos
Coamo	1970	Campo Mourão – PR	Descendentes de Alemães e Italianos
Coopavel	1970	Cascavel – PR	Descendentes de Alemães e Italianos
Frimesa	1977	Francisco Beltrão – PR	Descendentes de Alemães e Italianos
Integrada	1995	Londrina – PR	Descendentes de Japoneses e Mista

Descendência “Mista” referem-se a alemães e italianos. Fonte: Relatórios Anuais e site das cooperativas agropecuárias, vários anos.

Outro ponto comum, exceto na Integrada, é que as cooperativas apareceram nas primeiras décadas da colonização de suas respectivas cidades, sendo esse um fator que impulsionou suas criações, uma vez que ocupavam locais carentes de insumos, armazéns, crédito, infraestrutura produtiva e comercial.

O **Mapa 11** demonstra as áreas de colonização dos imigrantes e seus descendentes e a localização dos municípios de origem de cada cooperativa.

Mapa 11. Áreas de colonização dos imigrantes e local de fundação das atuais maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul



Fonte: Relatórios Anuais e site das cooperativas agropecuárias, vários anos.
 Dados sobre áreas de colonização: ESPÍNDOLA, 2002. Organizado pelo autor.

A partir do mapa é possível identificar a relação das cooperativas agropecuárias estudadas com a FSE da pequena produção mercantil. Foi nesse meio que as cooperativas surgiram e se desenvolveram, atingindo o patamar de grandes empresas do agronegócio brasileiro no começo do século XXI. A seguir, será descrito brevemente a origem e a evolução das cooperativas agropecuárias, salientando os principais fatos históricos.

A Frísia surgiu em 1925 pela iniciativa de imigrantes holandeses instalados em Carambeí, mesorregião Centro-Oriental do Paraná, cujo objetivo era de comercializar a produção de queijo e manteiga dos associados. No princípio, a cooperativa chamava-se Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios, mas logo assumiu a denominação Cooperativa Agropecuária Batavo. A partir da década de 1940, com a chegada de novos imigrantes holandeses, a Batavo expandiu-se, diversificou a produção agropecuária e promoveu o melhoramento genético no rebanho de gado leiteiro (introdução de gado leiteiro da raça Holandesa). Nas décadas de 1970 e 1980, a cooperativa realizou vários investimentos na produção agroindustrial, ingressando também no ramo de carnes de suínos e aves, contudo, mantendo o leite e seus derivados como principal produto de atuação. Nos anos noventa, com entrada de grandes empresas internacionais ligadas à produção e distribuição de lácteos, a cooperativa firmou parceria com a Parmalat, criando a Batávia S/A, que passou a ser detentora da marca Batavo. A Batavo foi acionista da empresa até 2011. Nos anos 2000, a cooperativa ampliou os investimentos na verticalização, com fábricas de rações e sementes e estabeleceu intercooperação com a Castrolanda e Capal para produção industrial de derivados de carnes, lácteos e moinho de trigo. Em 2014, a cooperativa assumiu oficialmente a razão social Frísia Cooperativa Agroindustrial, com a intenção de desvincular-se da marca Batavo (FRÍSIA, 2017).

A Castrolanda surgiu em 1951 para auxiliar na implantação dos imigrantes holandeses que chegavam ao município de Castro, no Paraná. A cooperativa também tinha como finalidade impulsionar a comercialização dos produtos de origem animal e vegetal na Região dos Campos Gerais. Em 1954, devido ao contínuo aumento da produção de leite, a Castrolanda e a Batavo fundaram a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. (CCPL), para a industrialização e comercialização de leite e derivados. Atualmente, a Castrolanda atua numa das maiores bacias leiteiras do Paraná, desenvolvendo outras

atividades, como produção de grãos, suínos, bovinos e ovino de corte. Após 2000, a expansão industrial da Castrolanda deu-se pela intercooperação com a Frísia e Capal, cooperativas agropecuárias que igualmente originaram-se pela imigração holandesa (GALLAS e GALLAS, 2012; CASTROLANDA, 2017).

A cooperativa Agrária surgiu em 5 de maio de 1951, decorrente da instalação de famílias de imigrantes Suábios (grupo étnico de origem alemã) no distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava, no centro-sul paranaense. A cooperativa foi criada para dar suporte e garantir a instalação dos imigrantes que estavam refugiados nos Balcãs desde o final da Segunda Guerra Mundial. Além de prover os insumos domésticos básicos, a associação fomentou a produção agropecuária, sobretudo de grãos. Em 1953, a Agrária construiu um moinho de trigo, a primeira unidade industrial da cooperativa, que teve ampliações em 1968 e 1992. Em 1995, iniciou a produção de óleo e farelo de soja e em 2015 inaugurou a unidade industrial de milho. A cooperativa destaca-se na produção de cevada e malte, atuando na indústria de malte desde 1981, sendo atualmente a 11ª maior maltaria comercial do mundo e fornecendo cerca de 25% do malte consumido no Brasil (AGRÁRIA, 2017).

A Cocamar foi fundada em 27 de março de 1963 em Maringá, norte do Paraná, por um grupo de agricultores de origem mista, descendentes de japoneses, italianos e outros, que tinham o objetivo organizar a produção cafeeira regional e ter acesso a estrutura de armazenagem e beneficiamento de café. No final dos anos sessenta, a cooperativa começou a diversificar sua produção com a introdução do algodão. Na década seguinte, com a expansão da soja pelo norte do estado, a Cocamar passou a comercializar e industrializar o produto e, em 1979, deu início à integração industrial com o esmagamento e produção de óleo bruto e farelo de soja. Na década de oitenta, a cooperativa investiu em outras estruturas industriais: óleo vegetal de algodão, óleo de soja refinado, fiação de algodão e seda, torrefação de café e fábrica de embalagens. Nos anos noventa, mesmo sendo um período de crise e endividamento, a cooperativa entrou na produção alcooleira, citrícola e fecularia. Nos anos 2000, a Cocamar investiu nas indústrias de bebidas à base de soja, sucos, néctares e alimentos em geral e, após 2006, abandonou o setor alcooleiro e da seda, focando nos grãos (COCAMAR, 2017; PINAZZA e ZYLBERSZTAJN, 1997).

A Integrada Cooperativa Agroindustrial teve origem em Londrina, no norte do Paraná. A cooperativa foi fundada no dia 6 de dezembro de 1995, pela iniciativa de produtores rurais de ascendência italiana, alemã e nipônica, em parte, ex-associados da Cooperativa Central de Cotia (CAC), que havia se dissolvido no início da década de noventa. No princípio, a Integrada atuava na armazenagem e comércio de grãos e, no decorrer dos anos 2000, ampliou seu território de atuação e diversificou a produção industrial, com derivados de milho, fiação de algodão, sucos e rações (INTEGRADA, 2017).

A Coamo foi criada em 28 de novembro de 1970, por um grupo de produtores rurais de Campo Mourão, centro-oeste do Paraná, com o auxílio do engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, então funcionário da empresa de extensão rural do estado (Acarpa, atual Emater). A cooperativa surgiu pela necessidade de obter insumos e comercializar a produção agrícola da localidade, que estava ainda em processo de colonização. No início dos anos setenta, a Coamo expandiu sua capacidade de armazenagem e em 1975 implantou o moinho de trigo. A partir dos anos oitenta, ocorreram vários investimentos em industrialização: fábrica de óleo de soja em 1981 e fiação de algodão em 1985. Em 1989, foi criada a Credicoamo (Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda.), cooperativa de crédito associada à Coamo, cujo intuito era capitalizar os produtores cooperados. Na década de 1990, a cooperativa passou por um processo de expansão horizontal, com a construção e aquisição de armazéns nas mesorregiões Sul, Centro e Oeste do Paraná. Nos anos 2000, além da expansão geográfica da Coamo pelo noroeste, sudoeste, norte, centro-oeste e centro-sul paranaense e Mato Grosso do Sul, a cooperativa investiu na indústria de margarinas e hidrogenação de gorduras, óleo e farelo de soja, envase de óleo em pet, torrefação de café, produção de fios de algodão e moinho de trigo (COAMO, 2017).

Desde sua fundação, uma das estratégias de expansão do território de atuação da Coamo foi a aquisição de estruturas de recebimento e armazenagem de cooperativas em dificuldades: Copalma em 1978 (Sul do Paraná), Coopercentro em 1979 (Centro do Paraná), Cooperal em 1984 (Oeste de Santa Catarina), Copiva em 1986 e 1998 (Norte-Central do Paraná), Cocap em 1999 (Paranaguá/PR), Capeg em 1993 (Sudoeste do Paraná), Coopanagro em 1994 (Oeste do Paraná), Coamig em 1999 (Centro-Sul do Paraná) e Coagel em 2011 (Noroeste do Paraná). A mesma estratégia foi utilizada por outras grandes cooperativas que, entre os anos

1980 e início dos anos 2000, revelaram melhores condições de enfrentar a crise econômica (AZERÊDO, 2016).

A Cooperativa Central Frimesa surgiu em 1977, no município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. A cooperativa, inicialmente chamada de Sudcoop (Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste), foi criada pela união das cooperativas Coasul (São João), Comfrabel (Francisco Beltrão), Coopersabadi (Barracão), Coagro (Capanema) e Camdul (Dois Vizinhos), todas associações do sudoeste paranaense que buscavam, através da central, adquirir insumos, realizar venda em conjunto de grãos e industrializar a produção de suínos. Em 1979, algumas cooperativas do oeste do estado – Coopagril (Marechal Cândido Rondon), Copacol (Palotina), C.Vale (Cafelândia), Primato (Toledo) e Lar (Medianeira) – sugeriram a aquisição da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A (Frimesa) pela Sudcoop e uniram-se à central. Nos anos oitenta, a cooperativa continuou ampliando sua área de atuação, adquirindo laticínios no oeste paranaense, ampliando os frigoríficos de suínos e bovinos e construindo uma fábrica de rações. Contudo, devido ao aporte de capital necessário à expansão, as cooperativas fundadoras do Sudoeste desfilaram-se do grupo e a Sudcoop transformou-se em Central Frimesa, com a sede transferida para Medianeira. Na década de 1990, devido à crise econômica, a Frimesa passou por modernização produtiva e administrativa e exprimiu, no decorrer dos anos 2000, ampliação e diversificação industrial dentro dos complexos produtivos de leite e suínos (FRIMESA, 2017).

A Coopavel surgiu em 15 de dezembro de 1970, em Cascavel, no oeste do Paraná, através da associação de agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tendo como finalidade inicial concentrar a produção de grãos e adquirir os insumos para atividade agrícola. Na década de setenta, a cooperativa passou por ampliação geográfica das unidades de armazenagem de grãos, adentrando nos anos oitenta na industrialização de suínos, bovinos, lácteos, óleos vegetais e sementes. Na década de 1990, a Coopavel continuou o processo de verticalização, com a fábrica de fertilizantes e construção de frigoríficos de aves, suínos e bovinos. A partir dos anos 2000, a cooperativa teve novo processo de ampliação espacial e diversificação produtiva, com as indústrias de alimentos processados a partir de aves, suínos e bovinos (COOPAVEL, 2017).

A cooperativa Lar foi fundada em 19 de março de 1964, na atual cidade de Missal, oeste paranaense, por um grupo de agricultores de descendência alemã, que imigraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O objetivo da cooperativa era fornecer insumos básicos para a produção agrícola (milho, feijão, arroz, mandioca e suínos) e necessidades domésticas. Ainda na década de sessenta, a Lar iniciou o beneficiamento de alguns produtos, com a construção de uma prensa de soja, moinho de trigo e fubá e descascador de arroz, porém, sua atuação era limitada social e geograficamente. Na década de setenta, a Lar mudou sua sede para Medianeira e iniciou um processo de expansão das unidades de armazenagem e do corpo social e, em 1980, adquiriu a indústria de óleo de soja do falido grupo Frimesa (a mesma empresa envolvida na aquisição do frigorífico de suínos pela Sudcoop). Nos anos 1980, a cooperativa expandiu seus negócios para varejo, com a criação da rede de supermercados e, na década de 1990, passou por reestruturação administrativa e focou os investimentos na industrialização, com uma fecularia (mandioca) em 1994, indústria de vegetais em 1998 e frigorífico de aves em 1999. Nos anos 2000, a razão social Cooperativa Agroindustrial Lar foi adotada (até então chamada de Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras) e houve grande expansão e diversificação industrial de produtos (atualmente a cooperativa possui um rol de 300 produtos enlatados, congelados, derivados de milho e soja e cortes de frangos), expandindo-se pelo oeste do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Paraguai (LAR, 2017).

A Copacol (Cooperativa Agroindustrial Consolata) foi fundada em 23 de outubro de 1963, na atual cidade de Cafelândia, no oeste do Paraná, por um grupo de agricultores imigrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Copacol surgiu com a missão de realizar a distribuição de energia elétrica para os sócios, porém, em 1969, a cooperativa foi desmembrada desse ramo para atender especificadamente a agricultura, atuando na produção de feijão, arroz, milho e café. Nos anos oitenta, a cooperativa diversificou sua produção com a implantação do sistema integrado de avicultura, adentrando na produção agroindustrial de aves. Ainda nessa década, a cooperativa tornou-se sócia da Cooperativa Central Frimesa, estabelecendo a produção de suínos e leite entre seus cooperados. Os investimentos da Copacol retornaram nos anos 2000, com a estruturação da cadeia produtiva de peixes e industrialização de derivados de aves, rações e óleo de soja (COPACOL, 2017).

A Cooperalfa teve início em 29 de outubro de 1967, com a fundação da CooperChapecó (Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda.), em Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Contudo, a razão social Cooperalfa surgiu apenas em 1974, pela união da CooperChapecó e da CooperXaxiense de Xaxim/SC, com a matriz estabelecida em Chapecó. Nos anos seguintes, a cooperativa expandiu sua capacidade de armazenagem e as unidades de atendimento, atuando na coleta da produção de grãos, leite e suínos. Em 1976, iniciou suas atividades com a rede de supermercados e produção de sementes e, em 1979, começou a produção industrial de derivados de milho. Na década de oitenta, com a criação e incorporação de armazéns em vários municípios do oeste catarinense, a cooperativa cresceu horizontalmente. Nesse contexto, houve dilatação das atividades agroindustriais: derivados de soja em 1983, produção de álcool em 1984 e moinho de trigo em 1989. Em 1984, surgiu a Credialfa (Cooperativa de Crédito Rural de Chapecó), com o objetivo de fornecer crédito para custeio e financiamento geral aos sócios da singular agropecuária. Na década de 1990, a Cooperalfa ampliou a coleta e resfriamento de leite (repassados à Aurora) e a fabricação de ração para suínos. Nos anos 2000, a cooperativa aumentou a área de atuação para o noroeste e planalto norte de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, ampliado também a industrialização de rações, produção de leitões e beneficiamento de sementes (COOPERALFA, 2017).

Assim como a Coamo, a Cooperalfa, ao longo do seu desenvolvimento, incorporou várias cooperativas agropecuárias menores ou associações que estavam em dificuldade econômica e operacional: no oeste catarinense foram a Cooper Laticínios em 1972, a Cooperativa de Mate em 1972, a CooperXaxiense em 1974, Cooperativa de Madeira do Vale do Uruguai em 1975, a Cooperativa Lajeadense em 1981, CERChapecó em 1989, a Cooper Pindorama em 1999 e a Cooper São Miguel em 2000; no norte catarinense foi a Coopercanoinhas em 2013; no Mato Grosso do Sul a Coagri em 2014 e no Rio Grande do Sul a Cotel em 2016 (COOPERALFA, 2017).

A Cooperativa Central Aurora foi criada em 15 de abril de 1969, pela iniciativa de oito cooperativas agropecuárias singulares do oeste de Santa Catarina, cujo propósito era melhorar a condição econômica dos produtores de suínos da mesorregião e desenvolver industrialização da produção agropecuária. No início na década de 1970 e nos anos 1980, a

Aurora investiu na construção e aquisição de indústrias: fábrica de rações em 1974, frigorífico de suínos e fábrica de sucos em 1982 e abatedouro de aves em 1988. Nos anos noventa, a cooperativa continuou o processo de verticalização da produção, com frigorífico de suínos em 1992 e de aves em 1996 no oeste catarinenses e frigorífico de suínos em 1996 no Mato Grosso do Sul. Nos anos 2000, a Aurora intensificou a expansão industrial, com a construção de novos frigoríficos de suínos e aves, indústrias de leite e derivados e fábricas de rações. Atualmente, as cooperativas que fazem parte da Aurora são: Cooperalfa (Chapecó/SC), Coopervil (Videira/SC), Caslo (São Lourenço do Oeste/SC), Cooper Itaipú (Pinhalzinho/SC), Coolacer (Lacerdópolis/SC), Auriverde (Cunha Porã/SC), CooperA1 (Palmitos/SC), Copérdia (Concórdia/SC), Copercampos (Campos Novos /SC), Cocari (Mandaguari/PR), Camisc (Mariópolis/PR), Cotrel (Erechim/RS) e Cooasgo (São Gabriel do Oeste/MS) (AURORA, 2017).

A C.Vale surgiu em 7 de novembro de 1963, na cidade de Palotina, no Oeste do Paraná. A falta de local para armazenar a produção, a dificuldade para escoamento da safra e a ausência de crédito e assistência técnica, condicionaram um grupo de agricultores a fundar a cooperativa. Na década de setenta, a cooperativa iniciou o processo de expansão de armazéns pela região e, nos anos oitenta, expandiu-se para o Mato Grosso e Santa Catarina. A agroindustrialização teve início no final dos anos noventa, com a construção do complexo avícola em 1997 (abatedouro e fábrica de rações). Nos anos 2000, a C.Vale expandiu a industrialização, com a amidonaria, a indústria de termoprocessados de aves e a ampliação do abatedouro de aves. Além disso, nesse período houve expansão geográfica da cooperativa para o centro-oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul (C.VALE, 2017).

Por fim, alguns aspectos históricos comuns entre as cooperativas estudadas: 1) A maior parte das cooperativas, exceto Integrada e C.Vale, adentrou na produção agroindustrial nos anos setenta e oitenta, período auge da modernização agropecuária, contando com auxílio do Estado, principalmente através do crédito rural subsidiado. As cooperativas seguiram diferentes caminhos na industrialização (grãos, carnes e láteos), obedecendo as características produtivas das empresas e de seus sócios. 2) Foi observada a presença frequente de funcionário públicos, sobretudo técnicos e engenheiros agrônomos de empresas públicas de pesquisa e extensão, que ingressaram nos quadros administrativos das cooperativas,

auxiliando na criação e expansão das associações. Personalidades religiosas também contribuíram para incentivar o surgimento de algumas cooperativas. 3) Verificou-se que uma estratégia comum das grandes cooperativas na expansão horizontal e vertical foi a incorporação de cooperativas menores que estavam em dificuldade financeira ou operacional. Os grandes aumentos na área de atuação ocorreram principalmente pela anexação de cooperativas existentes. 4) Nos anos noventa, as cooperativas conviveram com recessão econômica e endividamento, forçando-as à reestruturação produtiva e gerencial. Em alguns casos, essa reestruturação envolveu o abandono de algumas atividades produtivas e vendas de ativos. Entretanto, como as cooperativas estudadas já eram grandes empresas nessa década, tiveram maior facilidade de enfrentar a crise econômica, por exemplo, contando com maior acesso ao crédito para renegociações de dívidas. Ainda, muitas cresceram através da incorporação de cooperativas menores. 5) Todas as cooperativas destacadas mostraram elevado crescimento econômico, produtivo e espacial no princípio do século XXI, com ampliação do território, armazenagem, receitas e diversificação industrial.

3.2 Crescimento socioespacial das maiores cooperativas regionais nos anos 2000

A dinâmica socioespacial das cooperativas estudadas será abordada nesse item referindo-se à evolução do número de produtores sócios, empregados e municípios de ação das empresas de 2000 até 2015. A expansão socioespacial foi uma das principais características das maiores cooperativas agropecuária da Região Sul no início do século XXI, permitindo o aumento da produção e do faturamento. As expansões espaciais e sociais possuíram relação, pois, na medida que as cooperativas aumentavam suas unidades de recebimento e armazenagem, atraíam novos produtores rurais.

A **Tabela 41** destaca a evolução do número de produtores associados às cooperativas de 2000 a 2015. Ao todo, as onze cooperativas exibidas na tabela somaram 105,5 mil sócios em 2015, equivalente a 19,2% dos agricultores cooperados da Região Sul do país ou 48% dos produtores cooperados de Santa Catarina e Paraná, que foram os estados com maior atuação das onze cooperativas (as centrais Frimesa e Aurora não são formadas por produtores rurais, mas por suas associações).

Tabela 41. Evolução do número de produtores associados às cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Cresc. ²
Coamo	17.019	16.855	16.986	17.946	18.976	19.544	19.764	20.261	21.172	22.158	22.689	24.372	25.367	26.276	27.398	28.095	-
<i>Cresc.¹ %</i>	-	- 1,0	0,8	5,7	5,7	3,0	1,1	2,5	4,5	4,7	2,4	7,4	4,1	3,6	4,3	2,5	165%
C.Vale	5.940	6.494	6.886	7.241	7.590	7.699	7.818	7.939	8.192	10.174	11.778	12.858	13.793	14.614	15.562	17.191	-
<i>Cresc. %</i>	-	9,3	6,0	5,2	4,8	1,4	1,5	1,5	3,2	24,2	15,8	9,2	7,3	6,0	6,5	10,5	289%
Cooperalfa	10.175	10.186	10.178	13.395	14.326	14.832	14.791	14.418	14.703	14.765	15.171	15.423	15.864	16.368	16.633	16.985	-
<i>Cresc. %</i>	-	0,1	- 0,1	31,6	7,0	3,5	- 0,3	- 2,5	2,0	0,4	2,7	1,7	2,9	3,2	1,6	2,1	167%
Cocamar	4.078	5.460	5.500	5.485	6.083	6.280	6.631	6.237	6.112	6.005	10.124	10.737	11.374	11.732	11.983	12.700	-
<i>Cresc. %</i>	-	33,9	0,7	- 0,3	10,9	3,2	5,6	- 5,9	- 2,0	- 1,8	68,6	6,1	5,9	3,1	2,1	6,0	311%
Lar	5.271	5.824	6.236	6.823	7.693	8.521	8.992	8.380	8.344	8.648	8.504	8.641	8.762	9.199	9.597	9.900	-
<i>Cresc. %</i>	-	10,5	7,1	9,4	12,8	10,8	5,5	- 6,8	- 0,4	3,6	- 1,7	1,6	1,4	5,0	4,3	3,2	188%
Integrada	-	2.655	3.290	4.024	4.604	5.064	5.306	5.452	5.741	6.065	6.269	6.566	6.997	7.429	7.840	8.389	-
<i>Cresc. %</i>	-	-	23,9	22,3	14,4	10,0	4,8	2,8	5,3	5,6	3,4	4,7	6,6	6,2	5,5	7,0	316%*
Copacol	4.332	4.184	4.247	4.208	4.263	4.255	4.258	4.362	4.446	4.572	4.688	4.672	4.809	5.015	5.184	5.410	-
<i>Cresc. %</i>	-	- 3,4	1,5	- 0,9	1,3	- 0,2	0,1	2,4	1,9	2,8	2,5	- 0,3	2,9	4,3	3,4	4,4	125%
Coopavel	3.233	3.332	3.215	3.171	3.049	3.001	2.911	2.877	2.896	2.855	3.005	3.314	3.427	3.453	4.215	4.648	-
<i>Cresc. %</i>	-	3,1	- 3,5	- 1,4	- 3,8	- 1,6	- 3,0	- 1,2	0,7	- 1,4	5,3	10,3	3,4	0,8	22,1	10,3	44%
Castrolanda	468	477	501	587	618	646	652	665	701	750	725	717	754	782	837	849	-
<i>Cresc. %</i>	-	1,9	5,0	17,2	5,3	4,5	0,9	2,0	5,4	7,0	- 3,3	- 1,1	5,2	3,7	7,0	1,4	181%
Frísia	505	493	476	484	513	510	507	505	520	522	541	580	675	742	777	795	-
<i>Cresc. %</i>	-	- 2,4	- 3,4	1,7	6,0	- 0,6	- 0,6	- 0,4	3,0	0,4	3,6	7,2	16,4	9,9	4,7	2,3	157%
Agrária	469	473	484	494	509	522	531	539	544	550	550	549	582	601	616	622	-
<i>Cresc. %</i>	-	0,9	2,3	2,1	3,0	2,6	1,7	1,5	0,9	1,1	-	- 0,2	6,0	3,3	2,5	1,0	133%
Total	48.257	53.101	54.784	60.687	65.175	67.873	72.161	71.635	73.371	77.064	84.044	88.429	92.404	96.211	100.642	105.584	-
<i>Cresc. %</i>	-	10,0	3,2	10,8	7,4	4,1	6,3	- 0,7	2,4	5,0	9,1	5,2	4,5	4,1	4,6	4,9	219%

*Comparação do crescimento entre 2015 e o primeiro ano com dados. Cresc.¹: Crescimento médio anual. Cresc.²: Crescimento acumulado entre 2000 e 2015.

Fonte: Relatório de Atividades das cooperativas, vários anos.

De 2006 (quando tem-se os dados de todas as cooperativas) até 2015, o número de sócios cresceu de 72,1 mil para 105,5 mil, uma evolução de 46,3%. O crescimento médio nesse período foi de 4,5% ao ano, sendo que apenas em 2007 houve retração dos associados de -0,7%. Entre as cooperativas, o número de produtores variou, com o maior quadro social de 28.095 mil da Coamo e o menor de 622 da Agrária. Em números absolutos, a C.Vale teve a maior ampliação de sócios entre 2000 e 2015, de 11.251 produtores, seguida pela Coamo com 11.076 produtores e Cocamar com 8.622 produtores rurais.

A Coamo evidenciou o maior número de sócios, com 28 mil produtores em 2015. Entre 2000 e 2015, os associados da cooperativa cresceram 3,4% ao ano, com evolução de 165% no período. A C.Vale deteve o segundo maior quadro social, com 17,1 mil produtores em 2015. A cooperativa apresentou rápido progresso social no pós-2009, com incremento de 7 mil sócios entre 2010 e 2015, fazendo com que assumisse a posição ocupada pela Cooperalfa, que até 2014 superava o número de sócios da C.Vale. No geral, a média de expansão dos sócios da C.Vale foi de 7,5% ao ano, com acumulado de 289%.

A Cooperalfa registrou 16,9 mil sócios em 2015, variação de 167% comparado com 2000. Em média, o número de associados da cooperativa expandiu 3,7% ao ano. A Cocamar somou 11,9 mil sócios em 2015, com avanço de 311% com relação ao número de produtores de 2000 e crescimento anual de 9,1%. A Integrada somou 9.389 sócios em 2015, 316% a mais que 2001, quando havia 2.655 sócios. A evolução média dos cooperados foi de 8,7% ao ano.

A Lar ampliou 188% o número de cooperados entre 2000 e 2015, de 5,2 mil para 9,9 mil, com média de evolução de 4,4% ao ano e a Copacol aumentou de 4,3 mil para 5,4 mil, tendo crescimento médio de 1,5% ao ano no quadro social.

Entre 2000 e 2009, a Coopavel registrou queda nos produtores associados, de 3,2 mi para 2,85 mil, com expansão no período posterior. Entre 2000 e 2015, a cooperativa cresceu de 3,2 mil para 4,6 mil, expansão de 43,7% no período e de 2,7% ao ano.

A Castrolanda, Frísia e Agrária exprimiram os menores quadros sociais, com 849, 795 e 622 sócios, respectivamente. As três cooperativas, que são as mais antigas dentre as estudadas, mantiveram-se territorialmente concentradas nas comunidades onde originaram-se, limitando a expansão dos quadros sociais. Outro fator que restringiu o

aumento dos associados foi a forma da relação estabelecida com os cooperados. Nessas cooperativas, a relação entre a empresa e sócio é de total fidelidade, ou seja, a aquisição de insumos, assistência e comércio da produção devem ocorrer somente com a cooperativa, o que desestimulou a entrada de muitos produtores.

Verificou-se que, no período pós-2009, as cooperativas aumentaram o número sócios, de 77 mil em 2009 para 105,5 mil em 2015, variação de 37%. Esse fato relacionou-se com o contexto econômico gerado pela crise de 2008, onde os produtores associaram-se às cooperativas como “segurança” na obtenção de insumos, crédito rural e comércio da produção. Ao mesmo tempo, o crescimento das cooperativas, principalmente pela agroindustrialização, incentivou a entrada de novos produtores, fornecedores de matérias-primas para os novos complexos produtivos das empresas, caso dos frigoríficos de aves, suínos e peixes.

Outro ponto importante é o tamanho médio das propriedades dos produtores associados. A Agrária, Frísia e Castrolanda tiveram uma estrutura fundiária baseada em médios e grandes proprietários (acima de 100 hectares), enquanto que as demais cooperativas caracterizaram-se por serem formadas por pequenos proprietários (propriedades abaixo de 50 hectares).

Além dos sócios, as cooperativas agropecuárias acresceram o número de “colaboradores”, que elevaram-se de 23 mil em 2005 para 81 mil em 2015, incremento de 57,7 mil trabalhadores. Esse aumento deve-se justamente à expansão produtiva e comercial das empresas, que geraram novos postos de trabalho para funções administrativas, comerciais e industriais.

A **Tabela 42** expressa a evolução do número de empregados das cooperativas estudadas entre 2000 e 2015.

Tabela 42. Evolução do número de empregados das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Cresc. ²
Aurora	6.100	6.173	7.509	7.699	8.335	9.273	9.305	11.483	13.379	13.003	13.762	15.645	17.781	21.249	23.312	26.485	-
<i>Cresc.¹ %</i>	-	1,2	21,6	2,5	8,3	11,3	0,3	23,4	16,5	-2,8	5,8	13,7	13,7	19,5	9,7	13,6	334%
Copacol	2.411	2.645	3.305	3.529	4.000	4.340	4.686	5.680	6.406	6.462	6.649	6.926	7.281	7.790	8.350	8.857	-
<i>Cresc. %</i>	-	9,7	25,0	6,8	13,3	8,5	8,0	21,2	12,8	0,9	2,9	4,2	5,1	7,0	7,2	6,1	267%
Lar	1.552	2.218	2.486	2.955	3.651	3.897	3.924	4.133	4.473	4.922	5.904	6.139	6.419	6.461	7.301	8.707	-
<i>Cresc. %</i>	-	42,9	12,1	18,9	23,6	6,7	0,7	5,3	8,2	10,0	20,0	4,0	4,6	0,7	13,0	19,3	461%
C.Vale	1.552	2.171	2.547	2.843	3.134	4.037	3.737	4.418	4.710	5.504	5.317	5.631	5.644	6.038	6.404	7.471	-
<i>Cresc. %</i>	-	39,9	17,3	11,6	10,2	28,8	-7,4	18,2	6,6	16,9	-3,4	5,9	0,2	7,0	6,1	16,7	381%
Coamo	3.631	3.151	3.265	3.702	4.136	4.097	3.940	4.172	4.423	4.974	5.234	5.540	5.898	6.452	6.727	6.917	-
<i>Cresc. %</i>	-	-13,2	3,6	13,4	11,7	-0,9	-3,8	5,9	6,0	12,5	5,2	5,8	6,5	9,4	4,3	2,8	90%
Frimesa	1.609	1.819	1.905	2.058	2.177	2.379	2.889	3.077	3.177	3.523	3.622	4.213	4.930	5.440	6.118	6.520	-
<i>Cresc. %</i>	-	13,1	4,7	8,0	5,8	9,3	21,4	6,5	3,2	10,9	2,8	16,3	17,0	10,3	12,5	6,6	305%
Coopavel	2.161	2.509	2.849	3.175	3.650	3.758	3.227	3.603	3.686	3.880	4.221	4.502	4.607	4.686	4.897	5.254	-
<i>Cresc. %</i>	-	16,1	13,6	11,4	15,0	3,0	-14,1	11,7	2,3	5,3	8,8	6,7	2,3	1,7	4,5	7,3	143%
Cooperalfa	801	911	981	1.144	1.264	1.393	1.412	1.589	1.750	1.968	2.117	2.227	2.371	2.646	2.731	2.835	-
<i>Cresc. %</i>	-	13,7	7,7	16,6	10,5	10,2	1,4	12,5	10,1	12,5	7,6	5,2	6,5	11,6	3,2	3,8	254%
Castrolanda	214	226	239	288	372	369	347	418	488	592	705	795	834	961	1.324	2.304	-
<i>Cresc. %</i>	-	5,6	5,8	20,5	29,2	-0,8	-6,0	20,5	16,7	21,3	19,1	12,8	4,9	15,2	37,8	74,0	977%
Cocamar	2.530	2.600	2.700	2.580	2.620	2.410	2.220	1.965	2.020	1.768	2.191	2.194	2.105	2.282	2.436	2.268	-
<i>Cresc. %</i>	-	2,8	3,8	-4,4	1,6	-8,0	-7,9	-11,5	2,8	-12,5	23,9	0,1	-4,1	8,4	6,7	-6,9	-10%
Integrada	-	997	1.150	1.478	1.538	1.476	1.482	1.495	1.554	1.572	1.518	1.628	1.768	1.850	1.677	1.650	-
<i>Cresc. %</i>	-	-	15,3	28,5	4,1	-4,0	0,4	0,9	3,9	1,2	-3,4	7,2	8,6	4,6	-9,4	-1,6	65%*
Agrária	790	793	874	858	949	934	1004	1072	969	989	984	984	963	1.002	1.169	1.227	-
<i>Cresc. %</i>	-	0,4	10,2	-1,8	10,6	-1,6	7,5	6,8	-9,6	2,1	-0,5	0,0	-2,1	4,0	16,7	5,0	55%
Frísia	311	312	382	353	358	371	348	354	380	378	375	534	651	764	806	898	-
<i>Cresc. %</i>	-	0,3	22,4	-7,6	1,4	3,6	-6,2	1,7	7,3	-0,5	-0,8	42,4	21,9	17,4	5,5	11,4	189%
Total	23.662	22.061	30.192	32.662	36.184	38.734	38.521	43.459	47.415	49.535	52.599	56.958	61.252	67.621	73.252	81.393	-
<i>Cresc. %</i>	-	-6,8	36,9	8,2	10,8	7,0	-0,5	12,8	9,1	4,5	6,2	8,3	7,5	10,4	8,3	11,1	244%

*Comparação do crescimento entre 2015 e o primeiro ano com dados. Cresc.¹: Crescimento médio anual. Cresc.²: Crescimento acumulado entre 2000 e 2015.

Fonte: Relatório de Atividades das cooperativas, vários anos.

A cooperativa com maior número de empregados foi a Aurora, com 26.485 trabalhadores em 2015. Entre 2000 e 2015, o crescimento dos postos de trabalho foi de 10,6% ao ano e 334% de crescimento acumulado. No período pós-2010, quando a cooperativa exibiu grande expansão industrial, a evolução foi de 12,7% ao ano, com incremento de 12,7 mil trabalhadores.

A Copacol, com 8.857 mil trabalhadores, foi a segunda maior empregadora. A evolução média dos empregados foi de 9,2% ao ano, com crescimento de 267% entre 2000 e 2015. A Lar e C.Vale somaram, nesta sequência, 8,7 mil e 7,4 mil trabalhadores, com crescimento médio de 12,7% ao ano e 11,6% ao ano. Ambas saíram de um patamar de 1,5 mil empregados em 2000. As quatro cooperativas que mais empregaram foram aquelas que investiram em abatedouros e frigoríficos de aves, atividades que demandaram muita mão de obra.

A Coamo, apesar do maior número de sócios, obteve apenas a quinta posição no número de empregados, com 6,9 mil trabalhadores em 2015, com avanço médio de 4,6% ao ano e de 90% no íterim de 2000 a 2015.

De 2000 a 2015, a Frimesa dilatou 305% o número de empregados, de 1.609 trabalhadores para 6.520 trabalhadores, com evolução de 9,9% ao ano, a Coopavel foi de 2.161 para 5.254, média de 6,4% ao ano e a Cooperalfa aumentou de 801 para 2.835 trabalhadores, crescimento acumulado 254% e médio de 8,9% ao ano.

A Castrolanda revelou o maior crescimento percentual no período, 977%, com média de 18,4% ao ano. Em 2000, a cooperativa tinha apenas 215 trabalhadores, aumentando para 2.304 em 2015. Somente de 2014 a 2015, a Castrolanda elevou 74% o número de empregados, com acréscimo de 980 colaboradores.

A Cocamar manifestou evolução negativa no número de empregados, com -0,3% ao ano e -10% entre 2000 e 2015, de 2.530 para 2.268 trabalhadores. A cooperativa teve consecutivos anos com demissão de trabalhadores, acentuados entre 2003 e 2009, quando houve o abandono da produção alcooleira e de seda. A Integrada somou 1.650 trabalhadores em 2015, aumento de 65% comparado a 2001, quando possuía 997 trabalhadores. A evolução média dos empregados da cooperativa foi de 4% ao ano, mas, com retração nos últimos anos.

A Agrária, com 1.227 empregados, e Frísia, com 898, foram as cooperativas com menor corpo funcional dentre as instituições estudadas.

Entre 2000 e 2015, o número de trabalhadores da Agrária evoluiu 55%, com crescimento anual de 3,2%. Já a Frísia, registrou diferença de 189% no período, com incremento anual de 8%.

Em 2005 e 2006, praticamente metade das cooperativas reduziu o quadro funcional. Ao todo, verificou-se queda de -0,5% no número de empregados, de 38,7 mil para 38,5 mil. Nesse contexto, a baixa no preço da soja afetou o desempenho econômico de algumas cooperativas, reduzindo o quadro de funcionários. Esse momento impactou mais no número de empregados do que a crise de 2008, quando os colaboradores das cooperativas aumentaram de 47,4 mil para 49,5 mil.

Com relação ao território de atuação, a expansão no pós-2000 deu-se de várias maneiras: construção de unidades de armazenagem, aluguel ou aquisição (de cooperativas ou empresas privadas). A sequência do **Mapa 12** até o **Mapa 24** retratam a evolução da área de atuação das cooperativas entre 2000 e 2015. No período abordado, muitas delas expandiram-se para outras regiões do país, porém, os mapas mostram apenas os municípios do Sul com presença de armazenagem, comércio ou industrialização das cooperativas.

A partir de 2000, a expansão territorial da Cooperalfa ocorreu, sobretudo, pela anexação de outras cooperativas, como a Cooper São Miguel em 2000 (extremo oeste catarinense), a Coopercanoinhas em 2013 (planalto norte catarinense) e Cotrel em 2015 (noroeste do Rio Grande do Sul). Em 2000, a cooperativa concentrava-se em vinte e quatro municípios do oeste catarinense, amplificando seu território de atuação para sessenta e nove municípios em 2015, sendo cinquenta em Santa Catarina, oito no Paraná e onze no Rio Grande do Sul. Além destes, a Cooperalfa possuía três unidades de armazenagem no Mato Grosso do Sul em 2015 (**Mapa 12** – página 208).

O território da Aurora limitou-se as unidades industriais, com poucas unidades de armazenagem, geralmente associadas às fábricas de rações. Em 2000, a cooperativa estava em seis municípios catarinenses, ampliando para dezesseis em 2015, abrangendo Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesse ano, a Aurora tinha 16 indústrias de aves e suínos, 6 fábricas de rações, 1 armazém e 8 granjas. Desde 1996, a cooperativa está no Mato Grosso do Sul com uma indústria de suínos em São Gabriel do Oeste (**Mapa 13** – página 209).

Assim como a central Aurora, a Frimesa externou pouca dispersão espacial. Em 2000, a cooperativa ocupava cinco municípios e, em 2015,

expandiu para doze municípios da Região Sul. Todas as unidades produtivas concentravam-se no oeste paranaense (exceto a unidade industrial de lácteos em Aurora/SC). Os demais municípios no Sul corresponderam a centros de distribuição e filiais de vendas. Em 2015, a cooperativa também possuía dez unidades de vendas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (**Mapa 14** – *página 210*).

A Castrolanda regia vinte e quatro unidades industriais e comerciais em 2015, envolvendo seis municípios do Paraná, quatro municípios de São Paulo e um no Rio de Janeiro. A cooperativa, juntamente com a Aurora, foi uma das poucas instituições analisadas que deteve unidades industriais fora da Região Sul, exibindo uma unidade de beneficiamento de leite e outra de grãos em São Paulo (Itaberá e Itapetininga) e uma unidade de beneficiamento de leite no Rio de Janeiro (Macuco). Em 2000, o território da cooperativa limitava-se a quatro municípios paranaenses (**Mapa 15** – *página 211*).

Em 2000, a Frísia estava presente em quinze municípios paranaenses, tendo sua área de atuação reduzida para doze municípios em 2015. Ao todo, a cooperativa deixou de atuar em seis localidades nesse período, sendo a única cooperativa com retração no território dentre as associações estudadas. No âmbito mais recente, a Frísia passou a operar em São Paulo junto com as cooperativas Castrolanda e Capal e inaugurou uma unidade de recebimento de grãos no Tocantins (**Mapa 16** – *página 212*).

A área de atuação da cooperativa Lar, na Região Sul, permaneceu inalterada entre 2000 e 2015, abrangendo doze municípios na mesorregião Oeste paranaense e um município no oeste catarinense (Xanxerê). Contudo, a Lar registrou forte crescimento espacial no Mato Grosso do Sul e, através da Lar SRL (empresa pertencente a cooperativa), expandiu sua atuação para o Paraguai, com treze unidades de armazenagem e comércio de insumos e grãos em 2017 (departamentos Alto Paraná, Caaguazú, Canindeyú, Itapúa e Caazapá). Em 2017, a cooperativa possuía mais unidades de recebimento no Mato Grosso do Sul do que no Paraná, 28 contra 18, e com maior capacidade de armazenagem, de 1,1 milhão contra 560 mil toneladas (**Mapa 17** – *página 213*).

Em 2000, a Coopavel contava com vinte e uma unidades de armazenagem em dezesseis municípios do oeste e sudoeste do Paraná. Em 2015, a cooperativa aumentou a área de atuação para vinte e seis unidades

em dezenove municípios, mas, com todas as indústrias concentradas em Cascavel (rações, frigoríficos de aves e suínos, moinho de trigo, fertilizantes, sementes e óleos) (**Mapa 18** – *página 214*).

Em 2000, a Integrada atuava em vinte e dois municípios do norte, oeste e centro-ocidental do Paraná. Em 2015, a cooperativa ampliou seu território para quarenta e dois municípios paranaenses e, seguindo o caminho inverso da Cooperativa Agrícola de Cotia (cooperativa que teve relação com formação inicial da Integrada), a Integrada iniciou o processo de expansão para São Paulo, contando, em 2017, com quatro unidades de recebimento e armazenagem de grãos no estado (**Mapa 19** – *página 215*).

A Agrária concentrou as unidades de armazenagem e industrialização no município de Guarapuava/PR, sede da cooperativa. Além desse, possuía, em 2015, uma unidade de armazenagem em Pinhão, município vizinho à matriz, e centros de distribuição de rações e malte em seis municípios do Sul e um em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Diferente das demais cooperativas, a Agrária não adotou a estratégia de expansão horizontal, busca por novos sócios ou territórios, tendo intensificado sua atuação na comunidade de origem (Distrito de Entre Rios, Guarapuava/PR) (**Mapa 20** – *página 216*).

A Cocamar dispunha de quarenta e oito unidades produtivas e comerciais em 2000, distribuídas em vinte e nove municípios do norte paranaense. Em 2015, o número de unidades aumentou para sessenta e três em quarenta e nove municípios do Paraná, três em São Paulo e dois no Mato Grosso do Sul. Entre esses anos, a Cocamar deixou de atuar diretamente em seis municípios (**Mapa 21** – *página 217*).

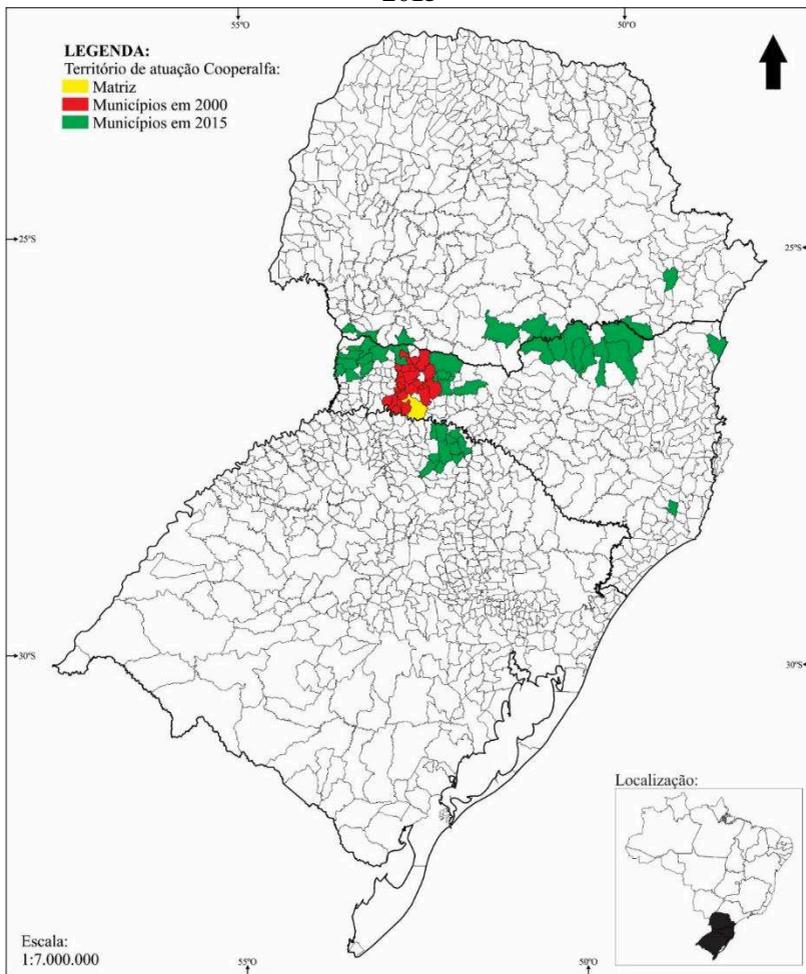
A Coamo é uma das cooperativas com o maior território de atuação. Em 2000, ela estava presente em cinquenta e um municípios do Paraná e Santa Catarina. Em 2015, o número de municípios no Sul com unidades da Coamo expandiu para sessenta e dois. A partir de 2003, a cooperativa iniciou suas atividades no Mato Grosso do Sul, com oito unidades no estado em 2015 (**Mapa 22** – *página 218*).

A C.Vale, dentre as cooperativas aqui estudadas, foi a que apresentou a maior expansão territorial, com acréscimo de quarenta e um municípios no Sul entre 2000 e 2015. Na região, em 2015, a cooperativa estava presente em cinquenta e uma cidades. Foi nesse ano que a C.Vale expandiu sua área de atuação para o Rio Grande do Sul, através da aquisição de uma empresa privada de armazenagem de grãos, com vinte e seis unidades de armazenagem distribuídas por dezoito municípios

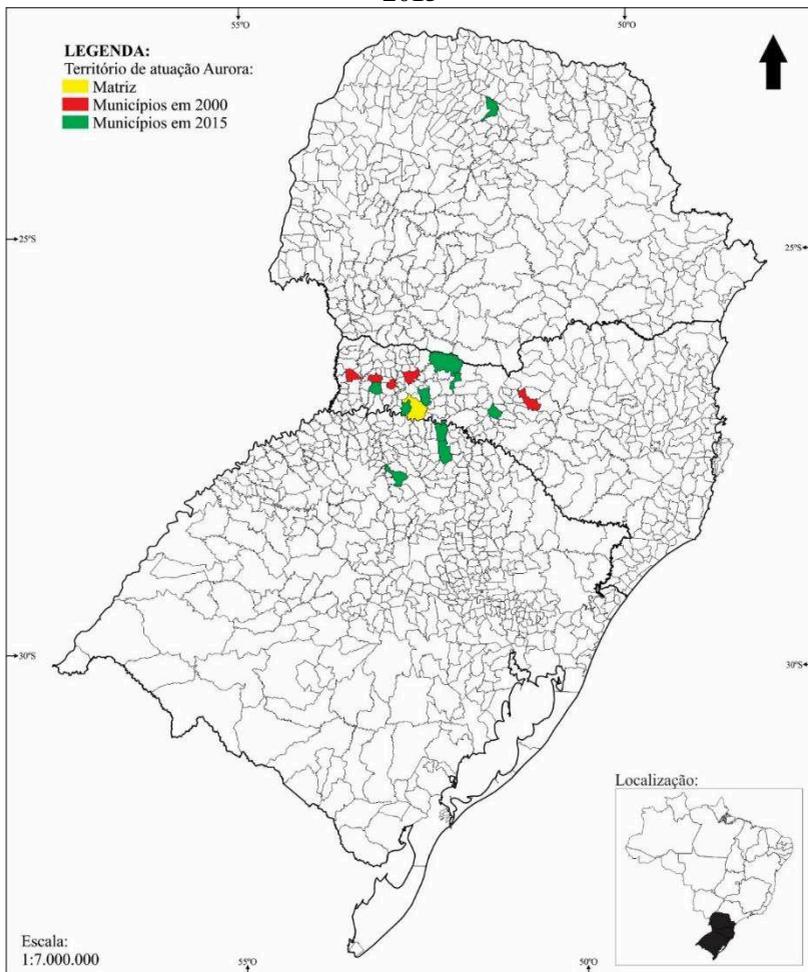
gaúchos. Ao todo, a cooperativa possui cento e quarente e seis unidades de armazenagem, comércio e produção, sendo cento e oito no Sul, dezessete no Mato Grosso do Sul, dezoito no Mato Grosso e três no Paraguai (**Mapa 23** – *página 219*).

A Copacol mostrou pequeno acréscimo territorial de 2000 a 2015, mantendo-se localizada no oeste do Paraná. Em 2000, a cooperativa atuava em cinco municípios, aumentando para oito em 2015, com dezessete unidades de armazenagem e industrialização. Além destes, a Copacol possuiu unidades em Campo Grande/MS e Brasília/DF (**Mapa 24** – *página 220*).

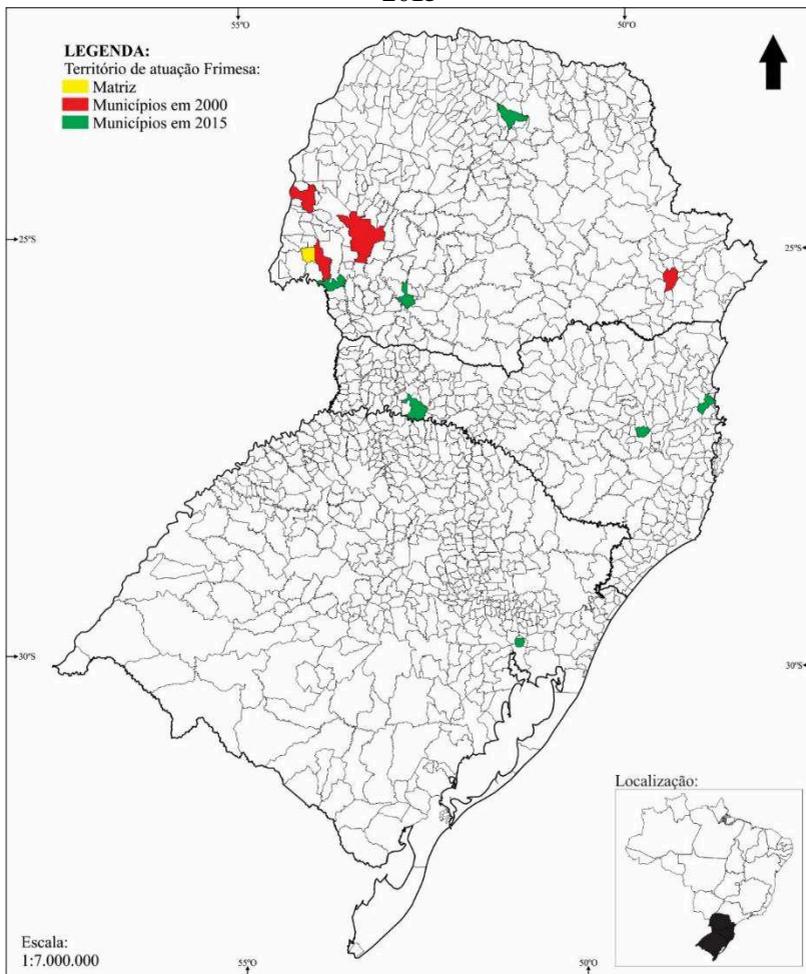
Mapa 12. Evolução do território de atuação da Cooperalfa – 2000 e 2015



Mapa 13. Evolução do território de atuação da Aurora – 2000 e 2015

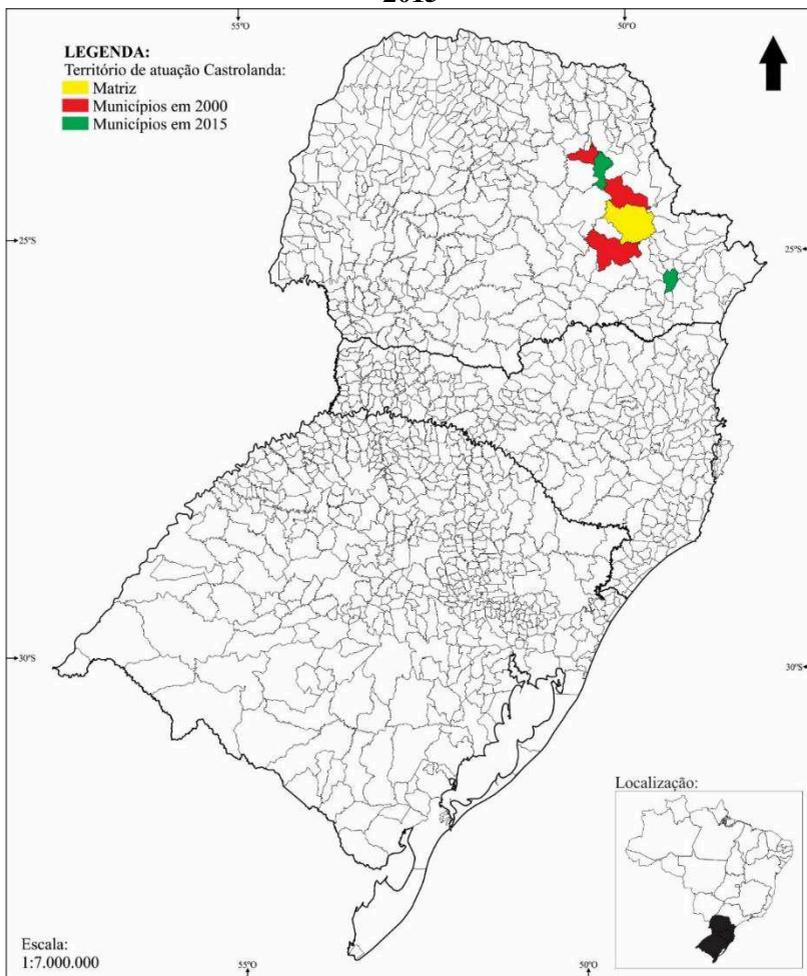


Mapa 14. Evolução do território de atuação da Frimesa – 2000 e 2015

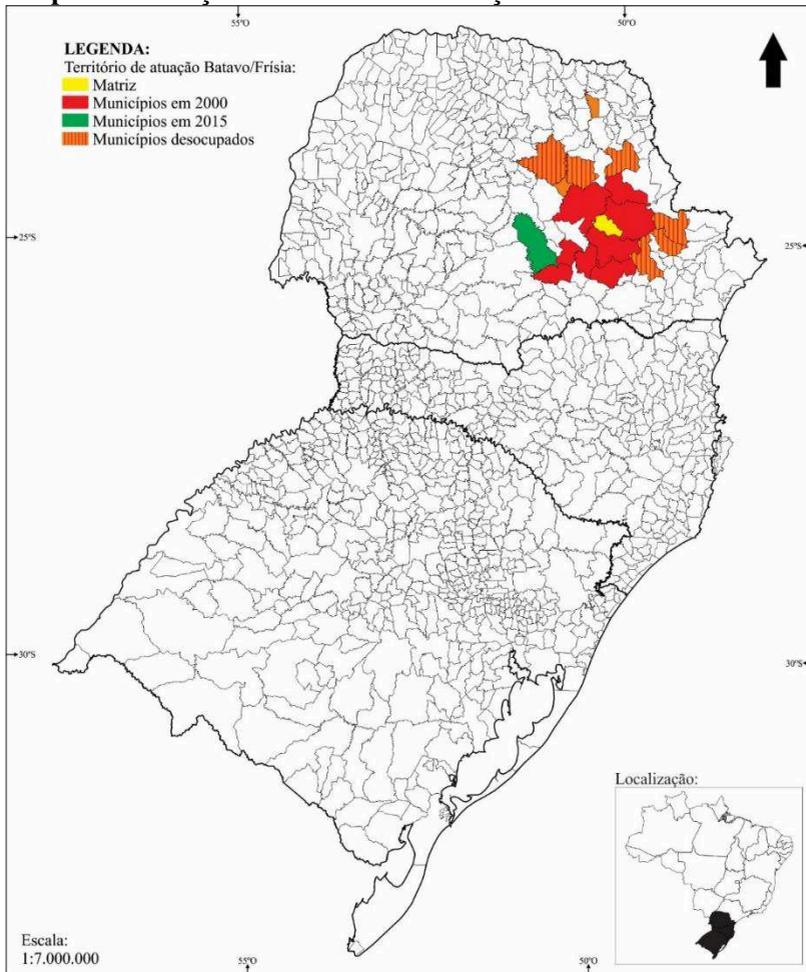


Fonte: Relatório de Atividades, Frimesa, 2000 e 2015.

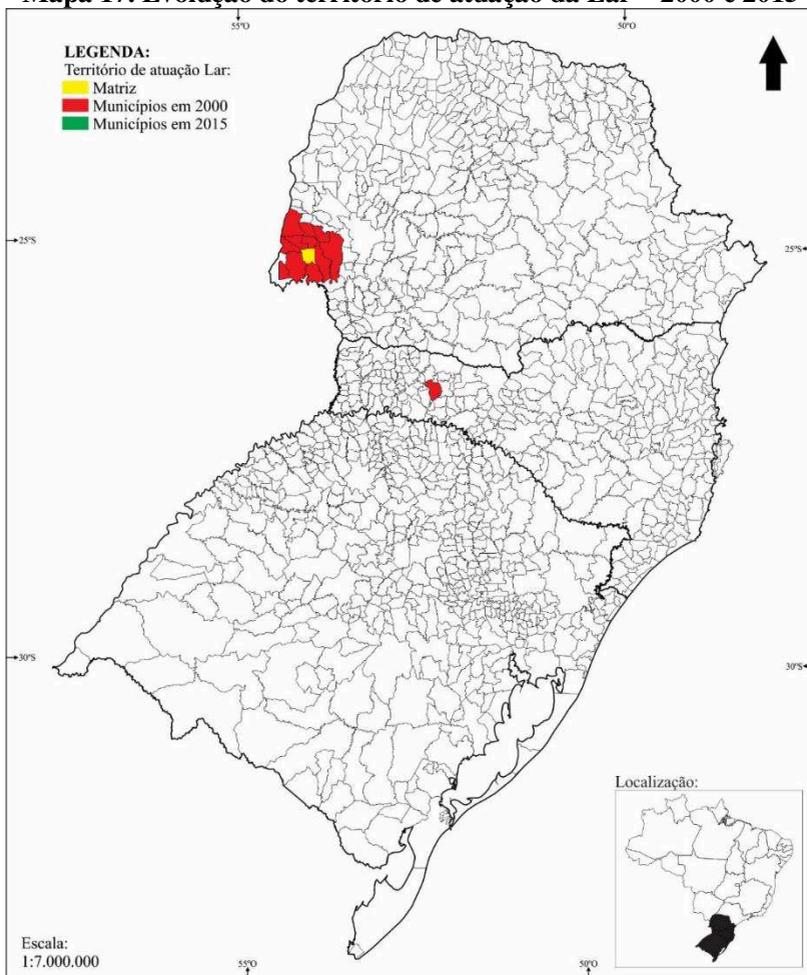
Mapa 15. Evolução do território de atuação da Castrolanda – 2000 e 2015



Fonte: Relatório de Atividades, Castrolanda, 2000 e 2015; e Assessoria de Comunicação.

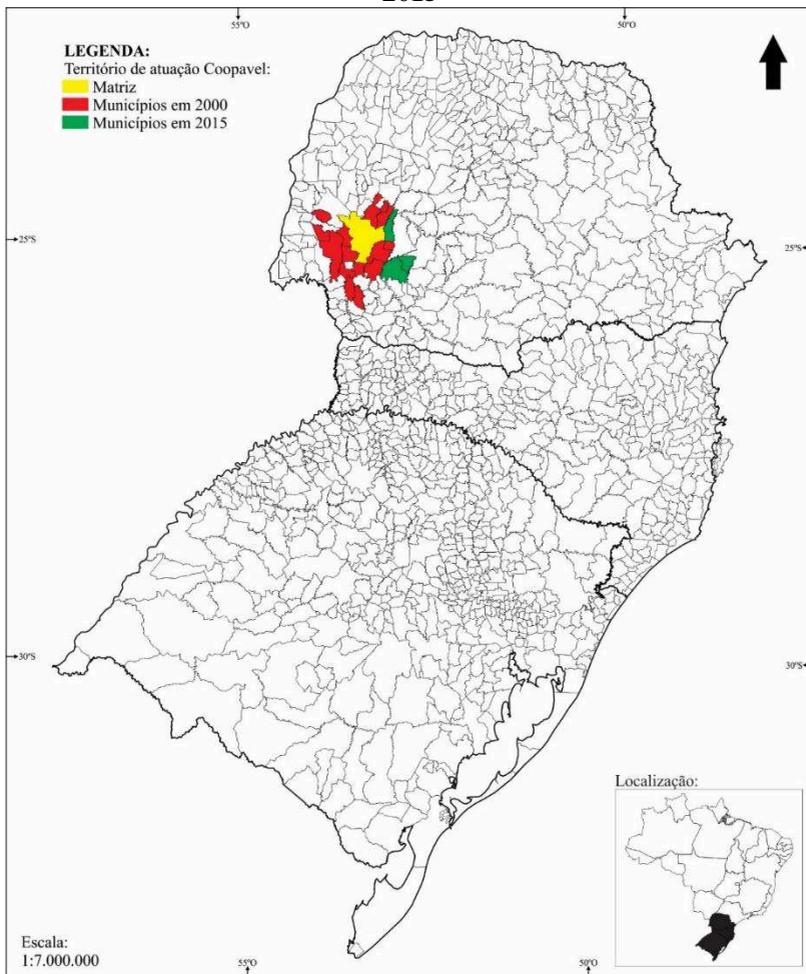
Mapa 16. Evolução do território de atuação da Frísia – 2000 e 2015

Fonte: Relatório de Atividades, Batavo/Frísia, 2000 e 2015.

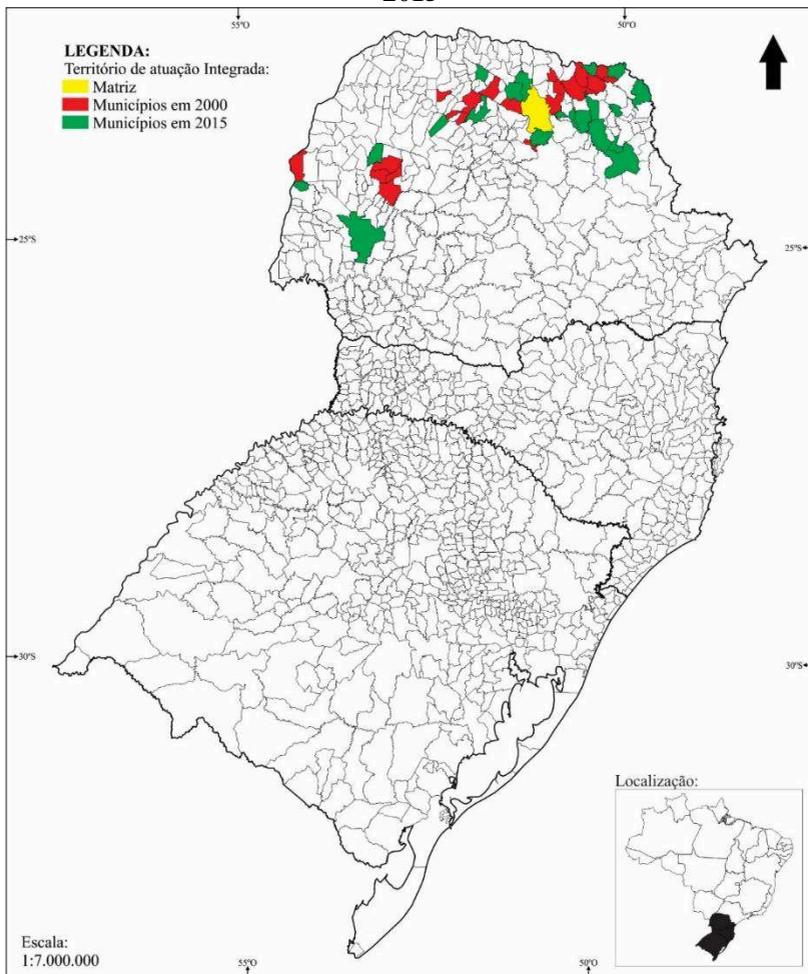
Mapa 17. Evolução do território de atuação da Lar – 2000 e 2015

Fonte: Relatório de Atividades, Lar, 2000 e 2015.

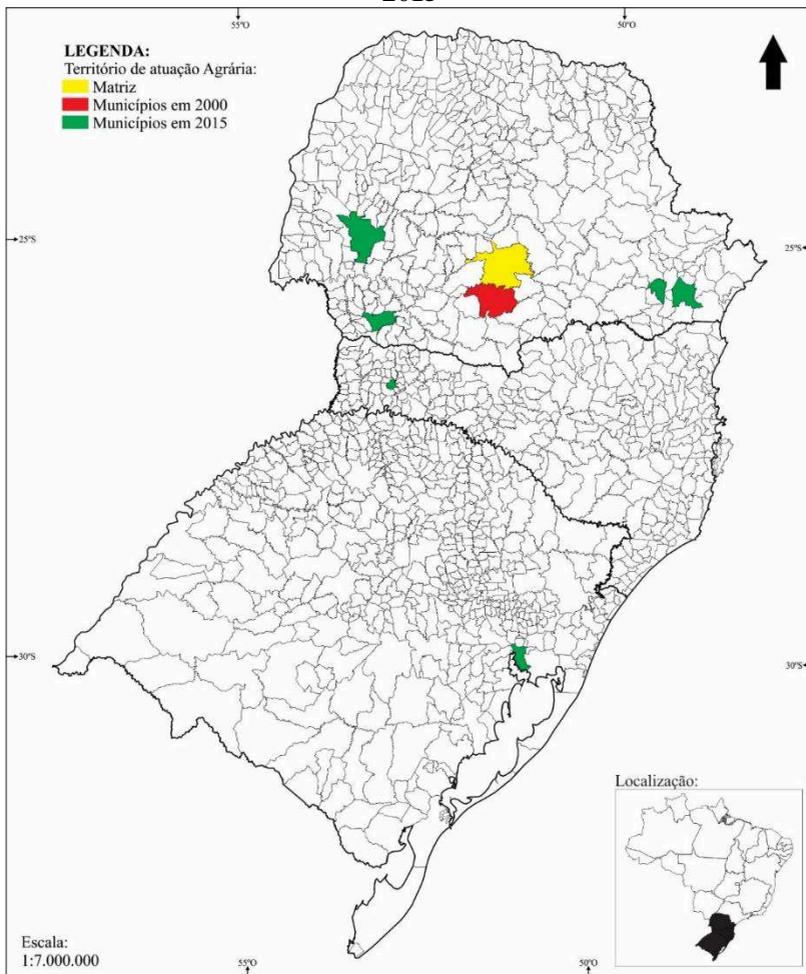
Mapa 18. Evolução do território de atuação da Coopavel – 2000 e 2015



Mapa 19. Evolução do território de atuação da Integrada – 2000 e 2015

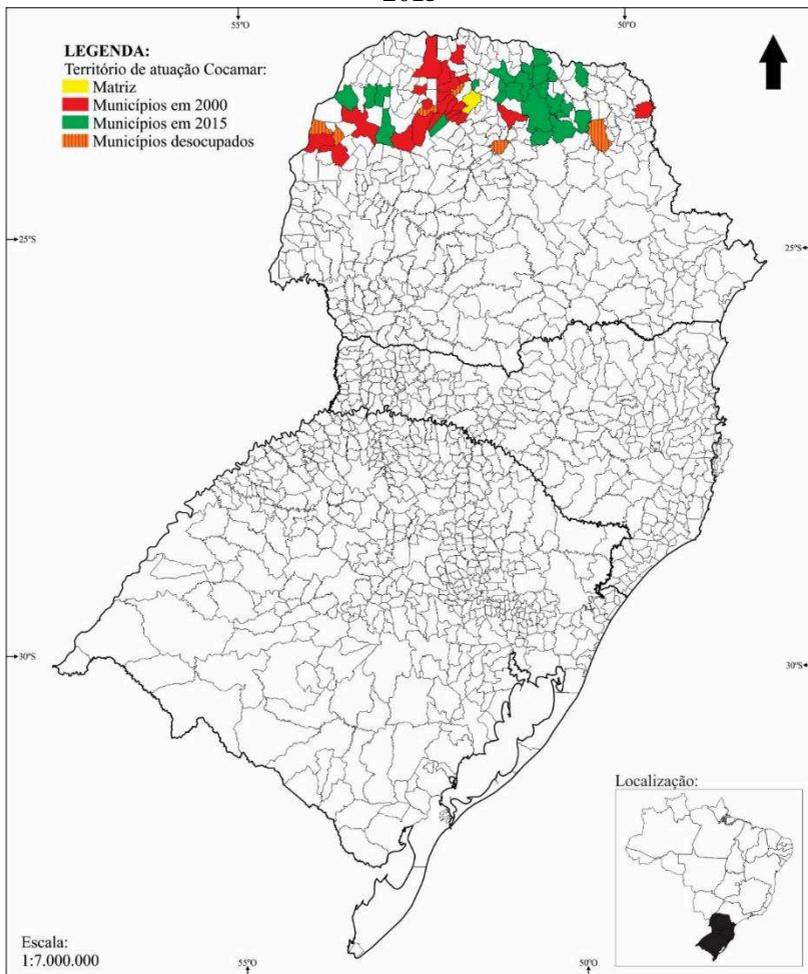


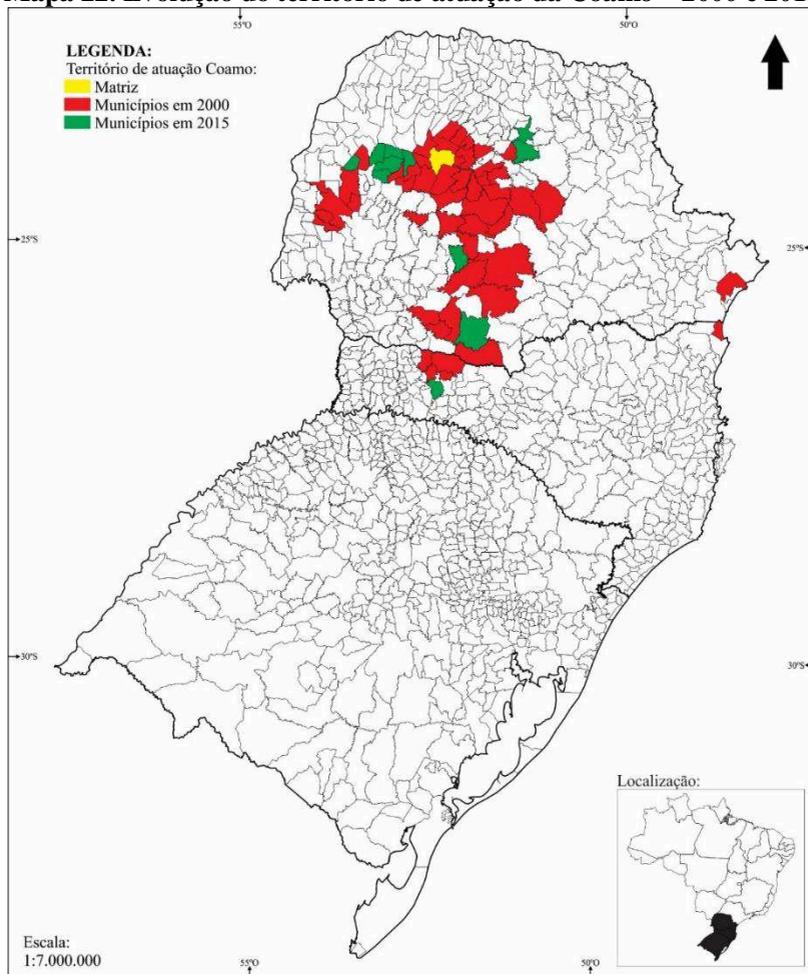
Mapa 20. Evolução do território de atuação da Agrária – 2000 e 2015

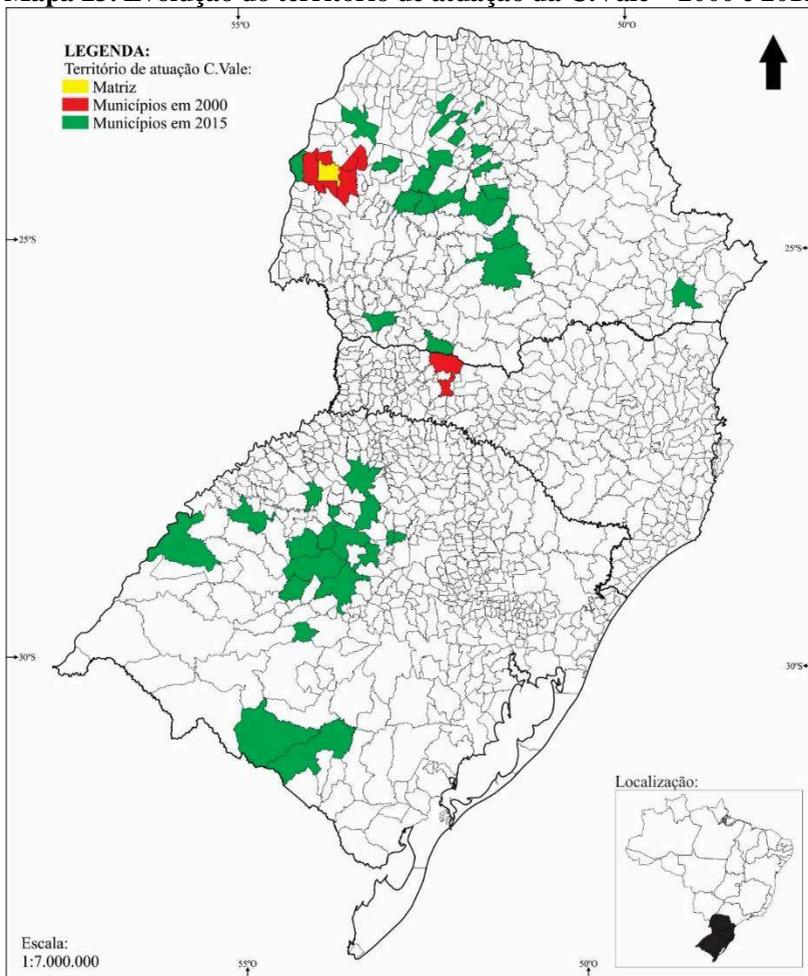


Fonte: Relatório de Atividades, Agrária, 2015; e Assessoria de Comunicação.

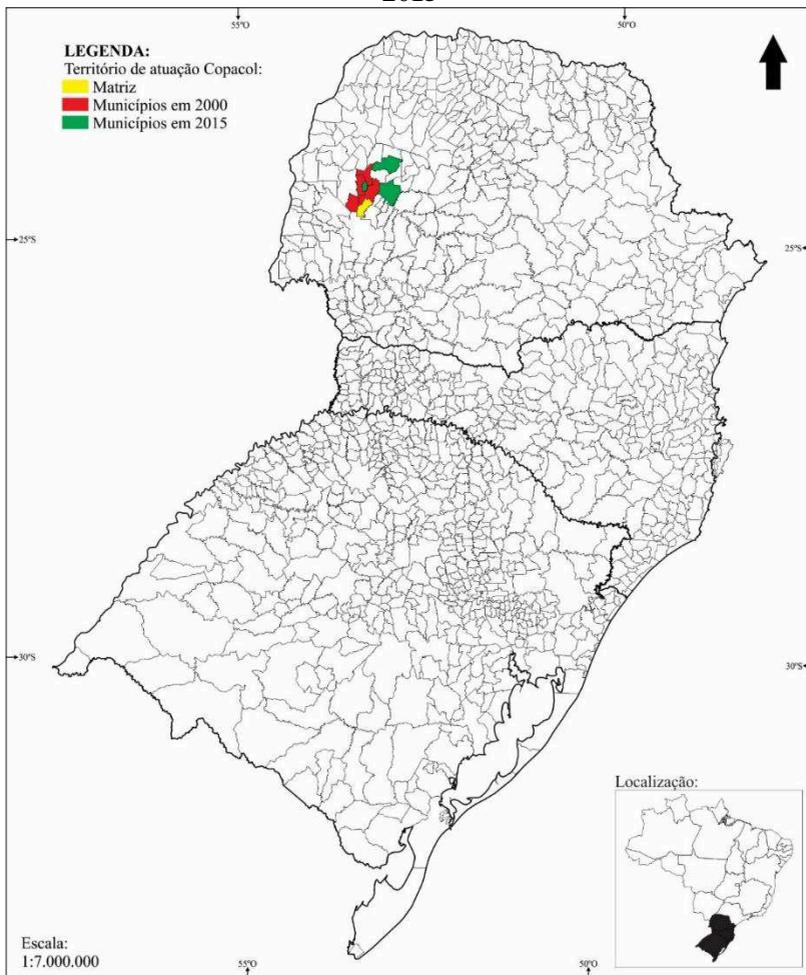
Mapa 21. Evolução do território de atuação da Cocamar – 2000 e 2015



Mapa 22. Evolução do território de atuação da Coamo – 2000 e 2015

Mapa 23. Evolução do território de atuação da C.Vale – 2000 e 2015

Mapa 24. Evolução do território de atuação da Copacol – 2000 e 2015

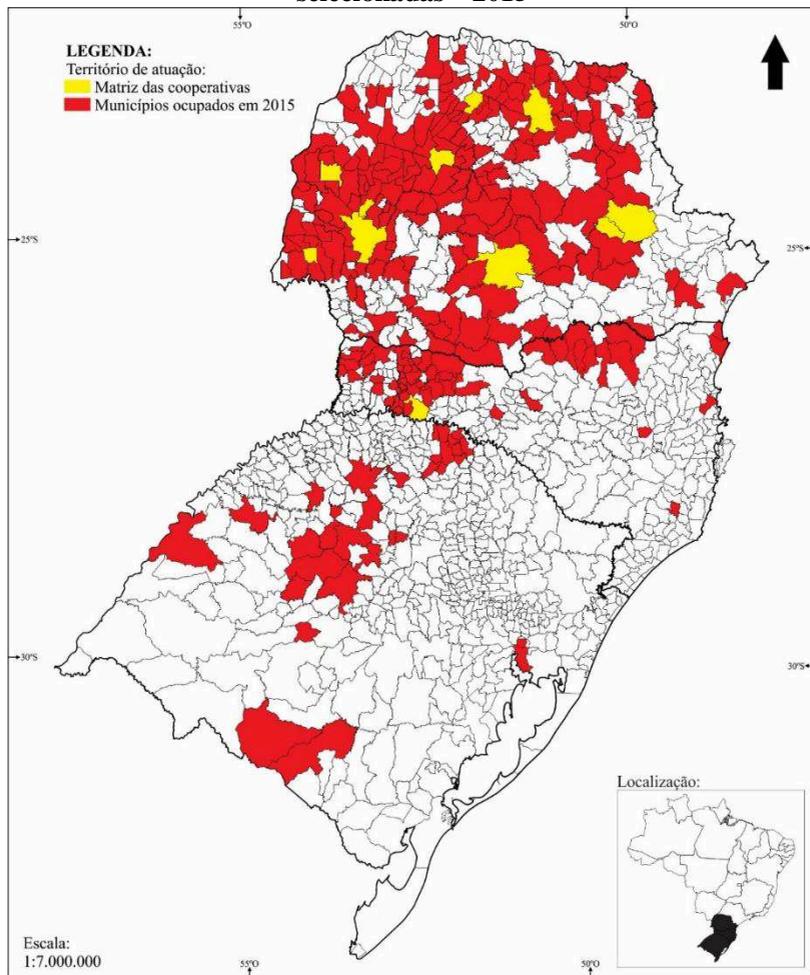


Fonte: Relatório de Atividades, Copacol, 2000 e 2015; e Assessoria de Comunicação.

O **Mapa 25** identifica os municípios com unidades comerciais ou industriais de todas as cooperativas selecionadas. Em 2015, as treze cooperativas estavam presentes em duzentos e oitenta e dois municípios da Região Sul, sendo cento e noventa e dois no Paraná, cinquenta e oito em Santa Catarina e trinta e dois no Rio Grande do Sul. É importante lembrar que algumas cooperativas também possuíram, naquele ano, unidades no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Paraguai.⁶⁸

⁶⁸ Conforme a OCEPAR (2015), a primeira onda de expansão das cooperativas agropecuárias do Paraná aconteceu entre os anos 1970 e 1980, quando algumas cooperativas do estado decidiram apostar na produção de sementes em Santa Catarina, onde o clima é considerado ideal para essa finalidade. No contexto mais recente, houve a aceleração da estratégia de ampliação geográfica, focada principalmente no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo. O Mato Grosso do Sul destacou-se na atenção das cooperativas paranaenses por três motivos: pela proximidade com o Paraná, por já contar com muitos produtores paranaenses estabelecidos e pelo potencial pouco explorado do conceito do cooperativismo. A Lar e C.Vale, aproveitando-se da presença de produtores brasileiros na região de fronteira, internacionalizaram suas operações para o Paraguai.

Mapa 25. Território de atuação das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2015



Municípios correspondentes a Coamo, Aurora, C.Vale, Lar, Agrária, Cocamar, Integrada, Copacol, Frimesa, Castrolanda, Frísia, Coopavel e Cooperalfa. Fonte: Relatório de Atividades das cooperativas, 2015.

3.3 Estrutura e evolução da produção das maiores cooperativas regionais nos anos 2000

As maiores cooperativas agropecuárias do Sul construíram grandes estruturas produtivas nos últimos anos, que geraram aumentos significativos na produção agropecuária e industrial. Todas as cooperativas, exceto as centrais Frimesa e Aurora, atuaram na produção de grãos (soja, milho e trigo) e, na industrialização, participaram de diferentes complexos produtivos: rações, sementes, grãos, carnes, lácteos, bebidas, moinhos, óleos vegetais, fibras e outros. Além disso, as cooperativas possuíram revenda de insumos, assistência técnica e algumas detiveram redes de supermercados e postos de combustíveis.

Nos últimos anos, as maiores cooperativas da Região Sul buscaram o domínio das cadeias produtivas, por exemplo, investindo em granjas e incubadoras de ovos e pintainhos, fábricas de ração, abatedouro de aves e indústria de carnes e derivados. Essa verticalização também ocorreu nas cadeias de suínos, leite e grãos, formando complexos agroindustriais de comércio interno e externo. As cooperativas possuíram marca comercial destinada ao consumo final no varejo.⁶⁹

A sequência das **Tabelas 43 a 55** exibem a ascensão da produção agropecuária e industrial das cooperativas estudadas, considerando os produtos que possuíram maiores destaques.

⁶⁹ Logo no início século XXI, muitas cooperativas mudaram seu nome ou razão social e um dos objetivos foi criar uma “marca” para o mercado consumidor. A entrada das grandes cooperativas no mercado alimentar brasileiro com marcas próprias tem sido uma das estratégias mais recentes do setor, com grandes investimentos em marketing, por exemplo, patrocinando programas de televisão (Coamo, Lar e C.Vale com patrocínio e propaganda no Programa Globo Rural, da TV Globo), patrocínio de clubes de futebol (Copacol patrocinando o clube de futebol Atlético Paranaense e a Aurora o clube Chapecoense), contratação de personalidades famosas para divulgação de produtos (Ana Maria Braga e Coamo e Gustavo Kuerten e Aurora), propaganda em meios de comunicação de visibilidade nacional (emissoras de televisão, sites, jornais e rádios) e etc.

Tabela 43. Evolução da produção da Coamo – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Soja (ton.)	1.324.441	4.221.397	219%
Milho (ton.)	766.820	2.235.700	192%
Trigo (ton.)	86.805	505.051	482%
Produção agrícola (ton.)	2.650.000	7.038.590	166%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Farelo e óleo de soja (ton.)	904.030	1.480.000	64%
Moinho de trigo (ton.)	23.250	108.070	365%
Torrefação de café (ton.)	-	3.130	-
Fiação de algodão (ton.)	6.210	7.670	24%

Fonte: Relatório de Atividades, Coamo, 2000 e 2015.

A Coamo, cooperativa com maior produção registrada no país, deteve grande capacidade produtiva no ramo de grãos, principalmente soja e derivados, como óleo e margarina. Em 2015, a cooperativa produziu 7 milhões de toneladas de grãos, equivalendo a 3,5% da safra brasileira, com expansão de 165% com relação à produção de 2000, que foi de 2,6 milhões de toneladas. A produção de soja da Coamo aumentou de 1,3 milhões de toneladas em 2000 para 4,2 milhões em 2015, evolução de 219%. Na produção de milho, o avanço foi de 191%, de 766 mil para 2,2 milhões toneladas, e no trigo de 482%, de 86,8 mil para 505 mil toneladas. Na indústria, o óleo e farelo de soja sobressaíram, com 1,48 milhão de toneladas em 2015, 64% a mais que em 2000.

A Copacol destacou-se na produção de aves e suínos e, mais recentemente, na produção de peixes. Entre 2000 e 2015, o volume de produção de suínos aumentou 311% e de aves 158%. Na produção agrícola, a cooperativa cresceu 179% na soja, 751% no milho e 269% no trigo e na industrialização, os maiores empreendimentos foram nas rações, que abasteceram as cadeias de aves, suínos e peixes. Em 2015, a produção de ração somou 847,2 mil toneladas, volume 280% maior que em 2000. Com a conclusão da ampliação do abatedouro de peixes em 2018, a Copacol tornou-se a maior empresa de abate de tilápias da América do Sul.

Tabela 44. Evolução da produção da Copacol – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (cab.)	50.500	207.399	311%
Leite (litros)	5.590.186	11.900.000	113%
Aves (cab.)	38.869.460	100.200.000	158%
Peixes (cab.)	-	19.900.000	-
Soja (ton.)	150.240	418.561	179%
Milho (ton.)	71.580	609.014	751%
Trigo (ton.)	11.436	42.152	269%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	222.817	847.200	280%
Derivados de frango (ton.)	-	50.300	-
Derivados de peixe (ton.)	-	6.250	-
Farelo e óleo de soja (ton.)	-	559.288	-

Fonte: Relatório de Atividades, Copacol, 2000 e 2015.

As principais atividades da Integrada foram grãos e laranja. De 2000 a 2015, a produção de soja elevou de 232 mil para 850 mil toneladas, milho de 85,7 mil para 750 mil toneladas, trigo de 38 mil para 250 mil toneladas e café de 2,4 mil a 50 mil toneladas. Quanto à laranja, o volume recebido foi de 49,3 mil toneladas em 2015 (1,3 milhões de caixas).

Tabela 45. Evolução da produção da Integrada – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Soja (ton.)	232.331	850.000	266%
Milho (ton.)	85.799	750.000	774%
Trigo (ton.)	37.904	250.000	560%
Café (ton.)	2.473	50.000	1.922%
Laranja (ton.)	-	49.368	-
Total grãos (ton.)	364.060	1.900.000	422%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Suco de laranja (ton.)	-	3.776	-
Rações (ton.)	22.308	19.557	- 12%
Indústria de milho (ton.)	196.143	146.904	- 25%

Fonte: Relatório de Atividades, Integrada, 2000 e 2015.

A estrutura industrial da Integrada é composta por três ramos: rações, milho e laranja. A unidade industrial de rações produziu rações e concentrados para bovinos de leite e corte, aves de postura e corte, ovinos, suínos, equinos, peixes, coelhos, cães e suplementos minerais para bovinos, somando 19,5 mil toneladas em 2015. A produção industrial de milho (farinha, amido, farelo, gérmen, creme, fubá, semolina, óleo, flakes, grits e canjica) mudou de 196 mil toneladas em 2000 para 146,9 mil toneladas em 2015. A produção industrial de suco de laranja iniciou em 2013 e somou 3,7 mil toneladas em 2015.⁷⁰

Tabela 46. Evolução da produção da C.Vale – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (cabeças)	36.320	292.606	706%
Leite (litros)	18.624.916	20.087.202	8%
Aves (cabeças)	27.627.146	104.375.697	278%
Soja (ton.)	449.139	1.644.086	266%
Milho (ton.)	171.108	1.571.767	819%
Trigo (ton.)	10.824	131.743	1.117%
Produção Agrícola (ton.)	690.983	3.491.545	405%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	320.058	559.205	75%
Derivados de frango (ton.)	49.887	264.680	431%
Amidonaria (ton.)	52.164	143.951	176%

Fonte: Relatório de Atividades, C.Vale, 2000 e 2015.

Entremeio 2000 e 2015, a produção agrícola da C.Vale progrediu de 691 mil toneladas para 3,5 milhões de toneladas, diferença de 405%. A recepção de soja, milho e trigo cresceu 266%, 818% e 1.117%, respectivamente. Na pecuária, a produção de suínos aumentou de 36 mil cabeças para 292 mil cabeças (705%), e a produção de aves foi de 27,6 milhões para 104,3 milhões de cabeças (277%).

No tocante a industrialização, de 2000 até 2015, a produção de rações saltou de 320 mil para 559 mil toneladas (75%), os derivados de

⁷⁰ A redução da produção industrial de rações e milho deve-se a utilização em 2015 das antigas instalações fabris. Em 2016, a cooperativa iniciou a nova fábrica de milho e rações, aumentando a produção.

aves (cortes, assados, grelhados, cozidos, empanados e alimentos prontos congelados) elevaram-se de 50 mil para 264 mil toneladas (430%) e a produção da amidonaria (amido de mandioca) subiu de 52 mil para 144 mil toneladas.

Tabela 47. Evolução da produção da Lar – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (cab.)	73.962	351.903	376%
Leite (litros)	27.734.651	47.151.166	70%
Aves (cab.)	23.453.970	84.392.930	260%
Soja (ton.)	166.945	1.017.107	509%
Milho (ton.)	64.222	1.532.915	2.287%
Trigo (ton.)	11.447	23.136	102%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	100.613	592.149	489%
Farelo e óleo de soja (ton.)	151.844	370.640	385%
Derivados de frango (ton.)	40.377	196.028	144%

Fonte: Relatório de Atividades, Lar, 2000 e 2015.

Na pecuária, a Lar desenvolveu a produção de suínos, aves e leite. O número de animais abatidos cresceu de 73,9 mil para 351,9 mil suínos e de 23,4 mil para 84,3 mil aves, evolução de 376% e 260%. O recebimento de leite, que é repassado à central Frimesa, aumentou de 23,4 mil litros para 84 mil litros, acréscimo de 70%. A produção de soja, milho e trigo da cooperativa variou de 242 mil toneladas em 2000 para R\$ 2,6 milhões de toneladas em 2015. Somente a produção de milho avançou 2.287%.

A Lar destacou-se pela grande diversificação agroindustrial, com um portfólio com mais de duzentos produtos de consumo, sendo sessenta e nove derivados de aves, o maior dentre as cooperativas estudadas. A produção de derivados de aves da cooperativa evoluiu 385,5% entre 2000 e 2015, chegando a 196 mil toneladas em 2015. Na fabricação de rações, a produção elevou-se de 100,6 mil toneladas para 592 mil toneladas (488%) e o farelo e óleo de soja cresceu de 152 mil toneladas para 370 mil toneladas (144%).

Tabela 48. Evolução da produção da Cooperalfa – 2000 e 2015

	2000/2002	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (cab.)	391.684	867.611	122%
Leite (litros)	46.700.000*	98.000.000	110%
Aves (cab.)	19.780.000	97.000.000	390%
Soja (ton.)	223.633*	420.000	88%
Milho (ton.)	160.200	438.000	173%
Trigo (ton.)	22.560	150.000	565%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	20.636*	310.737	1.406%
Farelo e óleo de soja (ton.)	235.234	222.222	- 5,5%
Moinho de trigo (ton.)	22.265	130.000	484%

* Dados de 2002. Fonte: Relatório de Atividades, Cooperalfa, 2000/02 e 2015.

A Cooperalfa repassou a produção de suínos, aves e leite à Aurora para industrialização. Entre 2000 e 2015, o número de suínos recebidos cresceu de 391 mil animais para 867 mil animais (121%), a produção de aves foi de 19 milhões para 97 milhões (390%) e o recebimento de leite aumentou de 46,7 milhões de litros em 2002 para 98 milhões de litros em 2015 (110%). No período, a produção de grãos evoluiu de 160 mil para 438 mil toneladas no milho (173%), de 22,5 mil para 150 mil toneladas no trigo (565%) e de 223,6 mil para 420 mil toneladas na soja (88%).

As maiores indústrias da Cooperalfa foram rações, farelo e óleo de soja e moinho de trigo, cuja produção cresceu, nesta ordem, 1.406%, - 5,5% e 484%. A redução na produção de farelo e óleo de soja deve-se a destinação do produto para rações e concentrados.

Tabela 49. Evolução da produção da Frimesa – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc. %
<i>Produção Agropecuária*</i>			
Suínos (cab.)	313.098	1.656.944	429%
Leite (litros)	178.744.398	237.991.316	33%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Derivados de suínos (ton.)	52.117	209.647	302%
Derivados de leite (ton.)	159.606	121.539	- 24%

* Refere-se ao número de animais e leite recebidos das cooperativas filiadas.

Fonte: Relatório de Atividades, Frimesa, 2000 e 2015.

A central Frimesa atuou especificamente na industrialização de suínos e leite. A produção agropecuária presente na tabela refere-se ao número de animais e litros recebidos pela Frimesa de suas cooperativas filiadas. Em 2000, a recepção de animais era de 313 mil suínos, passando para 1,6 milhão em 2015 (429%) e o volume de leite recebido subiu de 178,7 milhões de litros para 237,9 milhões de litros (33%). Tais produtos foram industrializados e geraram, em 2015, 209 mil toneladas carne suína e derivados (assados, presunto, banha, bacon, linguiças, salsicha, embutidos, defumados, mortadela, salame e etc.) e 121,5 mil toneladas de derivados lácteos (a queda no volume de produção na indústria de lácteos deve-se ao abandono da produção de leite “longa vida”, concentrando-se em produtos de maior valor agregado, como leite UHT, queijos, iogurtes, leite condensado, creme de leite, achocolatado, requeijão, manteiga, doce de leite e leite fermentado).

Tabela 50. Evolução da produção da Castrolanda – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (ton.)	17.482	37.378	114%
Leite (litros)	81.086.000	303.501.000	274%
Soja (ton.)	91.983	316.755	244%
Milho (ton.)	96.321	182.989	90%
Trigo (ton.)	17.439	118.303	578%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	136.410	561.263	311%

Fonte: Relatório de Atividades, Castrolanda, 2000 e 2015.

A Castrolanda tradicionalmente atua na produção de leite e derivados. Entre 2000 e 2015, o volume coletado de leite aumentou 274%, de 81 milhões de litros para 303,5 milhões de litros. No mesmo período, a produção de suínos da cooperativa progrediu de 17,4 mil animais para 37,3 mil (114%) e a produção de grãos foi de 92 mil toneladas para 316,7 mil toneladas de soja (244%), de 96 mil toneladas para 183 mil toneladas de milho (90%) e de 17,4 mil para 118 mil toneladas de trigo (578%).

Na indústria, a cooperativa possui intercooperação com a Frísia e Capal para a produção de lácteos, carnes e moinho de trigo.⁷¹ Além desses, a Castrolanda deteve fábrica de ração, com produção de 561 mil toneladas em 2015, 311,4% superior ao volume produzido em 2000.

Tabela 51. Evolução da produção da Frísia – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (ton.)	8.948	10.751	20%
Leite (litros)	81.700.000	166.200.000	103%
Soja (ton.)	146.612	419.206	186%
Milho (ton.)	133.069	182.432	37%
Trigo (ton.)	46.660	144.554	210%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Rações (ton.)	197.117	187.556	- 5%

Fonte: Relatório de Atividades, Frísia, 2000 e 2015.

A Frísia também destacou-se na produção de leite, com 166,2 milhões de litros em 2015, 103% a mais que em 2000. Quanto à produção de suínos, a cooperativa alterou de 8,9 mil em 2000 para 10,7 mil animais em 2015. Na soja, milho e trigo, a cooperativa revelou a seguinte promoção no período: 186%, 37% e 210%. Como descrito anteriormente, a Frísia possui um parque industrial em parceria com a Castrolanda e Capal e na produção de rações, que é própria, teve queda de -4,8% entre 2000 e 2015.

⁷¹ Na indústria de lácteos, com a marca Colônia Holandesa, a Castrolanda detém 54% do controle, seguido pela Frísia com 36% e Capal com 10%. Na produção de carne suína, com a marca Alegria Foods, a Castrolanda possui 55% do controle acionário, com 25% da Frísia e 20% da Capal. Na indústria de trigo, com a marca Herança Holandesa, a Castrolanda tem 50%, sendo 27% da Frísia e 23% da Capal. Em 2015, a industrialização de suínos das cooperativas associadas foi de 2,3 mil animais por dia (as operações iniciaram em 2014), a produção do moinho de trigo foi de 95 mil toneladas no ano e no complexo de lácteos, nas três unidades industriais, o volume de leite processado foi de 2,7 milhões de litros por dia (CASTROLANDA, 2015; FRÍSIA, 2015).

Tabela 52. Evolução da produção da Coopavel – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Suínos (cabeças)	84.000	267.600	218%
Aves (cabeças)	31.000.000	46.200.000	49%
Leite (litros)	14.000.000	-	-
Soja (ton.)	213.729	340.500	59%
Milho (ton.)	125.026	342.500	174%
Trigo (ton.)	17.672	106.600	503%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Aves e derivados (ton.)	-	97.700	-
Derivados de suínos (ton.)	1.203*	23.500	-
Ração (ton.)	161.000	380.500	136%
Óleo de Soja (ton.)	192.000	252.000	31%
Fertilizantes (ton.)	114.000	122.000	7%

* Produção de embutidos de aves e suínos em 2003. Fonte: Relatório de Atividades, Coopavel, 2000 e 2015.

A produção da Coopavel envolveu grãos e animais que foram transformados em rações, óleo e derivados de carnes. Entre 2000 e 2015, a produção de aves aumentou de 31 milhões de cabeças para 46,2 milhões cabeças (49%) e de suínos foi de 84 mil cabeças para 267 mil cabeças (218%). A cooperativa abandonou a indústria de leite em 2013, que chegou a processar 21 milhões de litros por ano em 2005 e 2006, mas continua atuando na coleta da produção, que é repassada à outra empresa para o processamento. Nos grãos, a recepção de soja passou de 213 mil toneladas para 340 mil toneladas, no milho de 125 mil toneladas para 342 mil toneladas e no trigo de 17,6 mil para 106,6 mil toneladas.

A Coopavel foi a única cooperativa com fábrica de fertilizantes (misturador de diversas formulações para adubos), contudo, a produção permaneceu estagnada, evoluindo de 114 mil toneladas para 122 mil toneladas (de 2011 a 2014, a produção industrial de fertilizantes chegou ao patamar de 195 mil toneladas/ano, reduzindo em 2015). Nas carnes, a produção ampliou de 1,2 mil toneladas em 2000 para 97,7 mil toneladas de aves e derivados e 23,5 mil toneladas de suínos e derivados em 2015. O processamento de ração alargou de 161 mil toneladas para 380 mil toneladas e a produção de óleo e farelo de soja foi de 192 mil para 252 mil toneladas.

Tabela 53. Evolução da produção da Cocamar – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Soja (ton.)	364.224	1.191.236	227%
Milho (ton.)	88.725	847.938	856%
Trigo (ton.)	9.330	102.253	996%
Café (ton.)	11.940	18.578	56%
Laranja (ton.)	66.790	210.503	215%
Cana-de-açúcar (ton.)	490.967	-	-
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Farelo e óleo de soja (ton.)	397.987	906.826	128%
Fiação de algodão (ton.)	12.943	7.310	- 44%
Torrefação de café (ton.)	1.207	1.695	40%
Produção de álcool (m³)	33.158	-	-

Fonte: Relatório de Atividades, Cocamar, 2000 e 2015.

A Cocamar iniciou suas atividades com o café e, ao longo das décadas, diversificou suas áreas de atuação. A produção de soja da cooperativa alçou de 364 mil toneladas em 2000 para 1,1 milhão de toneladas em 2015, evolução de 227%, e a produção de milho cresceu de 88,7 mil toneladas para 847,9 mil toneladas, 856%. Na indústria, os principais produtos foram farelo e óleo de soja, cujo total passou de 397,9 mil toneladas em 2000 para 906,8 mil toneladas em 2015. A fiação de algodão retraiu de 13 mil toneladas para 7 mil toneladas e as atividades canavieiras e alcooleiras foram abandonadas em 2006.

Além das atividades expostas na tabela, a Cocamar produziu, com marcas próprias, sucos e néctares de frutas, bebidas à base de soja, óleos, molhos, fios, rações e suplementos.

A Agrária envolveu-se na produção de grãos e cereais, destacando-se nacionalmente na cadeia produtiva de cevada e malte, que somaram, respectivamente, 82 toneladas e 217,6 mil toneladas em 2015. Naquele ano, a cooperativa foi responsável por 21% da produção nacional de cevada e forneceu 25% do malte consumido no Brasil (CONAB, 2015; AGRÁRIA, 2016).

Tabela 54. Evolução da produção da Agrária – 2000 e 2015

	2000	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária</i>			
Leite (litros)	-	2.500.000	-
Soja (ton.)	143.014	327.806	129%
Milho (ton.)	224.211	296.892	32%
Trigo (ton.)	37.419	81.839*	119%
Cevada (ton.)	38.777	82.244*	112%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Farelo e óleo de soja (ton.)	119.819	508.812	325%
Malte (ton.)	101.778	217.681	114%
Moinho de trigo (ton.)	49.671	125.049	152%
Rações (ton.)	72.755	196.451	170%

Ano com frustração de safra. A produção de trigo recebida pela Agrária somou 108.881 toneladas em 2014 e a de cevada somou 179.301 toneladas em 2013.

Fonte: Relatório de Atividades, Agrária, 2000 e 2015.

Recentemente, a cooperativa adentrou na produção de leite, com volume 2,5 milhões de litros em 2015. Na parte industrial, além do malte, a Agrária processa o óleo e farelo de soja, rações e farinha de trigo. O complexo industrial da soja, o maior em volume, cresceu 324,6%, de 119 mil toneladas para 508,8 mil toneladas.

A central Aurora destacou-se na produção de suínos, aves e leite. Em 2015, a cooperativa abateu 4,47 milhões de suínos, 233,1 milhões de aves e recebeu 482,3 milhões de litros de leite. Entre 2005 e 2015, o recebimento de leite cresceu 406,5%, 154,4% de aves e 95% de suínos. Na industrialização, os cortes de suínos aumentaram de 214,7 mil toneladas em 2000 para 373 mil toneladas em 2015 (74%) e os derivados de suínos foram de 195 mil toneladas para 305,4 mil toneladas (56%). Os cortes de frango ampliaram de 163 mil toneladas para 481 mil toneladas (194%) e seus derivados de 23,2 mil toneladas para 55,3 mil toneladas (138%) (nos derivados de suínos e aves encaixam-se linguças, hambúrguer, salsinha, presunto, mortadela, embutidos, empanados, etc.). Referindo-se aos lácteos, a Aurora processou 153,5 milhões de litros de leite UHT e 52,6 mil toneladas de derivados, como queijo, manteiga, requeijão, iogurte e creme. Em “massas” foram agrupados a produção de pizzas, lasanhas, sanduiches, pratos prontos, batatas e pães de queijo, que

somaram 719 toneladas em 2000 e 7,6 mil toneladas em 2015, variação de 960%.

Tabela 55. Evolução da produção da Aurora – 2005 e 2015

	2005	2015	Cresc.%
<i>Produção Agropecuária*</i>			
Suínos (cab.)	2.296.541	4.473.266	95%
Aves (cab.)	91.653.378	233.167.258	154%
Leite (litros)	95.230.096	482.382.633	407%
<i>Produção Agroindustrial</i>			
Cortes de suínos (ton.)	214.746	373.200	74%
Derivados de suínos (ton.)	195.207	305.468	56%
Cortes de aves (ton.)	163.305	481.482	195%
Derivados de aves (ton.)	23.236	55.358	138%
Leite UHT (litros)	34.965.000	153.507.239	339%
Derivados de leite (ton.)	4.127	52.696	1.177%
Rações (ton.)	548.803	1.614.789	194%
Massas (ton.)	719	7.624	960%

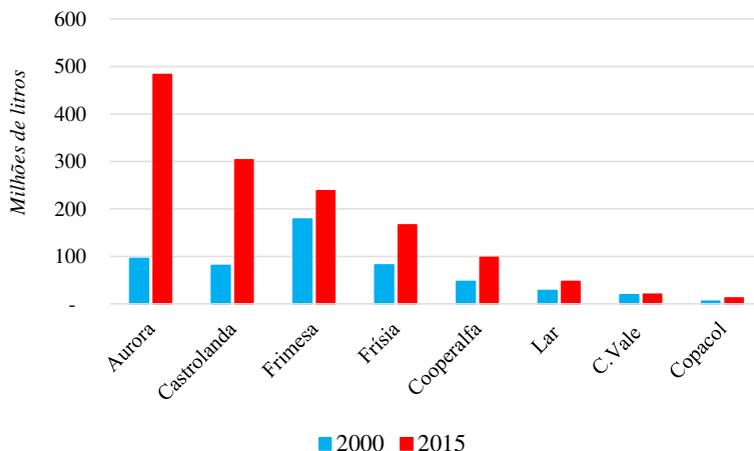
*Refere-se ao número de animais e leite recebidos das cooperativas filiadas.

Fonte: Relatório de Atividades, Aurora, 2005 e 2015.

Além desses produtos, destinados ao consumo doméstico e exportação, a Aurora produziu rações com objetivo de verticalizar as cadeias produtivas de proteína animal, cujo volume foi de 1,6 milhões de toneladas em 2015, 194% superior ao produzido em 2000.

Os **Gráficos 08, 09 e 10** expressam a evolução da produção das cooperativas que mais se evidenciaram no recebimento de leite, suínos e aves. Os gráficos permitem observar o crescimento registrado de 2000 a 2015 e comparar a produção entre as cooperativas

Gráfico 08. Produção de leite das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015



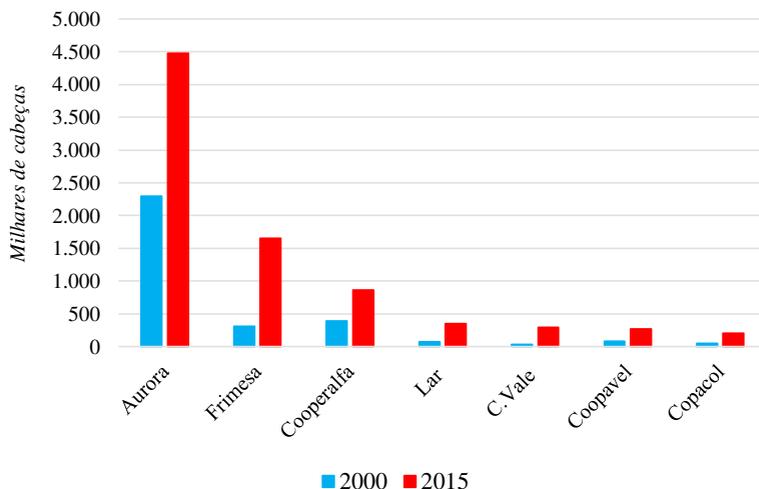
A produção da Aurora refere-se a 2005 e 2015. Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

Em 2015, a produção de leite das cooperativas foi de 1,36 bilhões de litros, cerca de 150% maior que a produção registrada em 2000, de 535,4 milhões litros. Comparada com a produção nacional de leite, as cooperativas representaram a 4,4% em 2000 e 5,7% em 2015. No caso da produção sulista, as cooperativas participaram com 17,9% em 2000 e 15,8 em 2015 (IBGE, 2017).⁷²

Aurora, Castrolanda, Frimesa e Frísia exibiram as maiores produções de leite, realizando também a industrialização do produto. A Cooperalfa, Lar, C.Vale e Copacol atuaram apenas na captação do leite, repassando às centrais Frimesa e Aurora para o processamento industrial.

⁷² A produção de leite recebida pela Frimesa envolveu parte da produção coletada pela Lar, C.Vale e Copacol (dentre outras) e a produção recebida pela Aurora incorporou a produção da Cooperalfa (e outras).

Gráfico 09. Produção de suínos das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015⁷³



A produção da Aurora refere-se a 2005 e 2015. Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

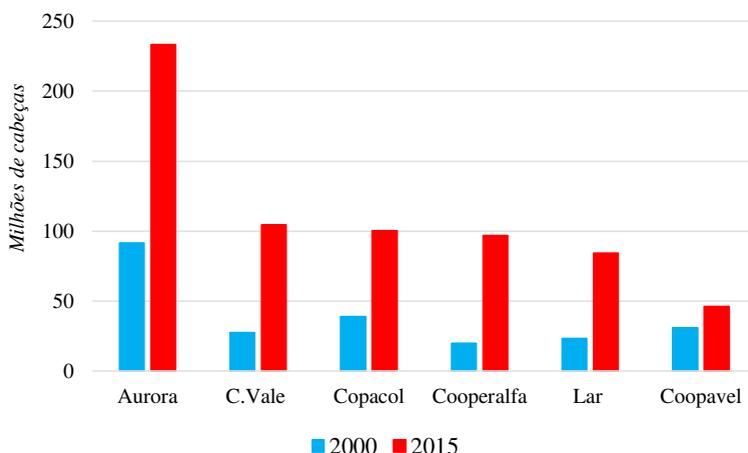
Em 2015, a produção de suínos das cooperativas foi de 8,16 milhões de cabeças (somando a produção da Castrolanda de 37,3 mil cabeças e da Frísia de 10,7 mil cabeças), 150% superior à produção registrada em 2000, que foi de 3,27 milhões de cabeças. Comparada com a produção nacional, as cooperativas equivaleram a 19,8% em 2000 e 20,8% em 2015. No caso da produção da Região Sul, as cooperativas participaram com 25,7% em 2000 e 31,5% em 2015. Somente a Aurora foi responsável por 44% da produção catarinense de suínos em 2015, estado com a maior produção de suínos no Brasil (IBGE, 2017).⁷⁴

⁷³ A produção de suínos da Castrolanda e Frísia não foram expostas no gráfico devido à sua baixa expressão comparada com às demais cooperativas (produção de 37,3 mil cabeças em 2015 na Castrolanda e 10,7 mil cabeças na Frísia).

⁷⁴ A produção de suínos recebida pela Frimesa envolveu parte da produção coletada pela Lar, C.Vale e Copacol (dentre outras) e a produção recebida pela Aurora incorporou a produção da Cooperalfa (e outras). Diferente da Frimesa, a Aurora possuiu granjas próprias para criação de leitões e suínos.

Das quinze empresas que mais exportaram carne de suínos no Brasil em 2015, sete eram cooperativas: Aurora (3º), Frimesa (6º), Cotrijuí (8º), Cosuel (9º), Castrolanda (11º), Languiru (12º) e Coopavel (13º). Em 2000, apenas a Aurora (5º), Cosuel (8º) e Frimesa (11º) estavam entre as maiores exportadoras (ABPA, 2015).

Gráfico 10. Produção de aves das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015



A produção da Aurora refere-se a 2005 e 2015. Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

Como observado nas tabelas sobre a produção de cada cooperativa, a produção de frangos de corte foi uma das atividades que mais cresceu nos últimos anos. Dentre as treze cooperativas selecionadas para o estudo, seis envolveram-se na produção e cinco na industrialização de aves. Em 2000, a produção de aves das cooperativas foi de 232 milhões de cabeças, indo para 665 milhões de cabeças em 2015, adição de 186%. Comparada à produção nacional, as cooperativas selecionadas participaram com 8,8% em 2000 e 11,5% em 2015, e na produção do Sul, a parcela das cooperativas foi de 13,7% em 2000 e 19,3% em 2015 (IBGE, 2017).

Segundo a ABPA (2015), das quinze empresas que mais exportaram carne de frango no país em 2015, sete eram cooperativas, sendo: Aurora (3º), Copacol (4º), C.Vale (5º), Lar (6º), Coopavel (11º),

Coasul (13°), Copagril (15°). Em 2000, somente a Aurora (7°) e Copacol (9°) apareciam entre as maiores exportadoras de aves.

O investimento na cadeia produtiva de aves foi a porta de entrada de muitas cooperativas agropecuárias na produção industrial, impulsionando a expansão econômica e conectando as empresas ao mercado global. Devido à sua importância na recente escalada econômica do setor, serão descritas algumas informações pertinentes à temática, coletadas nas entrevistas com as maiores cooperativas avícolas da Região Sul e do Brasil.⁷⁵

Em entrevista com a Lar, foi descrito o aspecto social na gênese da cadeia produtiva de aves: o frango surgiu como possibilidade para as cooperativas entrarem na produção industrial ao mesmo tempo em que oportunizavam diversificar atividades aos sócios, aumentando-lhes a renda e atenuando o movimento de êxodo rural que estava em expansão na década de 1990. Outro ponto é que, diferente da produção de grãos que depende de fatores externos, sobretudo os climáticos, a produção e industrialização de aves é menos dependente de condições externas, contribuindo na estabilização do faturamento. Enquanto as margens de lucro no grãos e insumos são menores, na produção de aves a agregação de valor é ampliada.

A C.Vale, por sua vez, destacou a facilidade que as cooperativas tiveram para adentrar na produção e abate de aves, pois já desenvolviam a cadeia produtiva de grãos, fundamental para a produção de ração. Outro fator para compreender a expansão da avicultura entre o setor foi a importância de empresas precursoras. Na mesorregião Oeste do Paraná, onde localizam-se as maiores cooperativas avícolas do estado (Lar, C.Vale, Coopavel, Copacol, Copagril e Unitá), antes de ingressarem nesta atividade, a produção de aves para o mercado já era praticada pela Sadia S.A., em Toledo/PR. As cooperativas aproveitaram-se da experiência sobre integração, estrutura produtiva, conhecimento dos produtores e logística, para entrar na cadeia produtiva de aves com sucesso, oferecendo, inclusive, alternativa aos produtores de empresas privadas descontentes migrarem para o cooperativismo.

⁷⁵ As informações foram adquiridas em entrevistas realizadas na Lar (Marcelo Afonso Riedi, gerente da Divisão Financeira), C.Vale (Nestor Waskiewicz, gerente da Divisão Administrativa e Financeira), Aurora (Ricardo Fritz, gerente do frigorífico de aves da Aurora de Abelardo Luz/SC e Fernando Miorelli, gerente financeiro da Aurora) e Coopavel (Enio Darci Jung, gerente financeiro).

Em entrevista com a Coopavel, foi elencado também a facilidade de inserção da atividade entre os sócios das cooperativas, majoritariamente, agricultores familiares. A produção de aves permitiu geração de renda mesmo nas pequenas propriedades, garantindo a continuidade do agricultor no campo e sua sucessão. Essa estrutura fundiária, da pequena propriedade familiar, igualmente contribuiu para expansão da atividade leiteira e suinocultura.

Por fim, de acordo com informações coletadas em entrevista na Aurora, um fator decisivo para o investimento das cooperativas na produção, abate e industrialização de aves é a facilidade de inserir a mercadoria tanto no mercado interno como externo, pois o frango é a única proteína animal que não tem restrição de consumo em nenhuma parte do mundo.⁷⁶

⁷⁶ Desde 2016, o setor de proteína animal no Brasil enfrenta dificuldades, primeiro com o aumento no custo do milho na safra 2016, seguido pela operação “Carne Fraca” no início de 2017 e restrição dos mercados externos em 2017 e 2018. Após a operação “Carne Fraca” da Polícia Federal, as empresas brasileiras de proteína animal, envolvidas ou não na investigação, foram afetadas pelos desdobramentos da operação e pela exposição mundial dos processos industriais e da corrupção em algumas empresas. Mesmo nenhuma cooperativa estando envolvida na investigação, elas foram prejudicadas pelo rebaixamento de preços, perda de mercados e aumento de custos decorrentes de desdobramentos políticos em nível internacional. Para Marcelo Afonso Riedi, gerente da Divisão Financeira da Lar, a Carne Fraca foi um erro de comunicação do Governo, aliás dos agentes públicos do Governo. A forma como ela foi colocada no mercado, as notícias como elas foram publicadas foram nocivas para a cadeia de proteína: “É fato que o Brasil nunca foi livre de salmonela, mas isso nunca foi um problema, sempre foi contornável e não há riscos. A qualidade das indústrias brasileiras é inquestionável. Em termos de controle fitossanitário, nós somos referência em nível mundial. Mas, a Carne Fraca trouxe desconforto quanto aos processos industriais, a presença de corrupção neste meio e com isso, ocorreram algumas suspensões no âmbito governamental. As ações tomadas no Brasil foram o aumento no número de teste e exames contra a presença de salmonela, que antes eles eram por lotes e passaram a ser vistorias por contêineres, ou seja, houve acréscimo de custos com esse tipo de análise. Depois, teve a suspensões em alguns países por parte dos envolvidos na operação Carne Franca, gerando excesso de oferta de produtos que antes eram destinados no mercado externo, que prejudicou diretamente os participantes no mercado de proteína animal. No segundo momento ocorreu grande redução dos preços devido a super oferta de produtos que antes eram encaminhadas para Europa e outros países e que agora

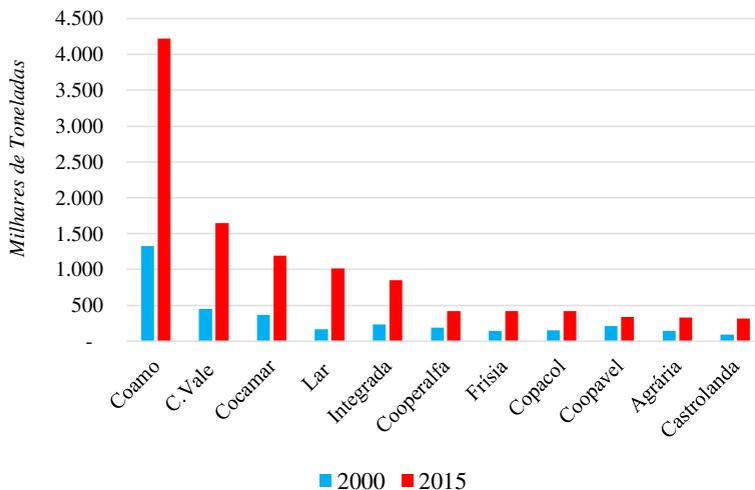
A seguir, os **Gráficos 11, 12 e 13** exprimem a evolução da produção de soja, milho e trigo das cooperativas estudadas. Ao todo, onze das treze cooperativas atuaram na coleta e comércio dos grãos, tendo revelado importantes participações na produção nacional e regional.

A produção de soja recebida pelas cooperativas foi de 11,1 milhões de toneladas em 2015, crescimento de 222% com relação à produção em 2000, que foi de 3,46 milhões de toneladas. As cooperativas simbolizaram cerca de 12% da produção nacional de soja e 32% da produção da Região

passaram a ser direcionadas para outros mercados. É importante lembrar que, um ano antes da Carne Fraca, o setor de proteína teve outro impacto, que foi escassez de milho que elevou o preço do produto. Isso castigou as empresas de proteína que não possuíam originação (produção de milho), inclusive muitas faliram ou estão em processo de falência. As cooperativas pelo diferencial, ou seja, a originação própria de grãos por parte do associado, sofreram menos esse impacto. Mas a Carne Fraca mudou o cenário de custos que as cooperativas tinham para colocar seus produtos no mercado internacional e isso tornou-se uma nova regra que se manterá”. Para Nestor Waskiewicz, gerente da Divisão Administrativa e Financeira da C.Vale, não houve o impacto de cliente, pois os clientes conhecem o produto e as práticas adotadas pela cooperativa e não tem dúvida com relação a qualidade do produto. O impacto foi a nível governamental, pois a reputação do Brasil na Europa ficou prejudica: “Como as regras que definem a entrada de carne na Europa são definidas entre os governos, os nossos clientes europeus querem importar a nossa carne, mas não conseguem internalizar em razão de regras do governo brasileiro com as autoridades da Europa. O que que aconteceu? Com restrição para exportar, a cooperativa ofertou em outros mercados e as outras empresas fizeram a mesma coisa e a super oferta fez com que o preço do produto caísse”. Outro ponto fundamental para entender essa crise foi a questão sanitária: “a questão da salmonela é um exagero tanto do governo brasileiro como europeu, pois no Brasil existem dois mil espécies de salmonela e apenas três afetam a saúde humana. O governo brasileiro fez um pacto com a Europa dizendo que ia entregar a carne com zero salmonela, inclusive as espécies da natureza. Se bater uma carne brasileira lá com qualquer espécie de salmonela eles mandam voltar. Ou seja, isso inviabilizou a exportação de carne *in natura* para a Europa. Foi um equívoco das autoridades brasileiras ir na Europa e dizer que ia entregar carne de frango livre de salmonela. Hoje para a Europa só conseguimos exportar carne cozida (termoprocessada). Exportamos a mesma carne de frango para Europa desde 1998 e nunca tivemos problemas com saúde pública. Eventualmente, se alguma empresa tiver as espécies que são prejudiciais, essa sim deve ser banida, inclusive do mercado interno”.

Sul em 2015. Somente a Coamo, com 4,2 milhões de toneladas, equivaleu a 4,4% de toda produção nacional e 12,5% da produção sulista em 2015.

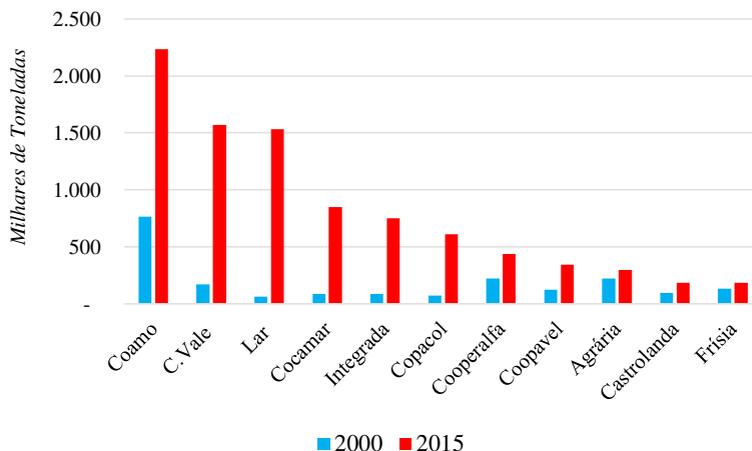
Gráfico 11. Produção de soja das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015



Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

A soma da produção de milho das cooperativas foi de 8,9 milhões de toneladas em 2015, 338% a mais do que a registrada em 2000, que foi de 2 milhões de toneladas. Em 2015, a parcela das cooperativas na produção nacional de milho foi de 13,5% e de 39% da produção da Região Sul. Em 2000, as associações participaram com 6,5% da produção nacional e 14,5% da regional. Coamo, Lar e C.Vale tiveram os maiores aumentos da recepção de milho de 2000 a 2015, com acréscimo de 1.468.880 toneladas na Coamo, 1.468.693 toneladas na Lar e 1.400.659 toneladas na C.Vale.

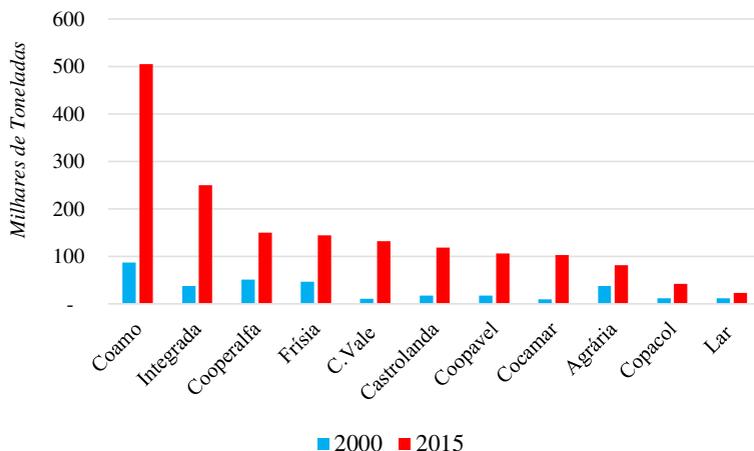
Gráfico 12. Produção de milho das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015



Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

Referindo-se à produção de trigo, as cooperativas produziram 1,65 milhões de toneladas em 2015, crescimento de 390% com relação à produção de 2000, que foi de 337,5 mil toneladas. Do montante total em 2015, somente a Coamo respondeu por 30%, com 505 mil toneladas. A produção recebida pelas cooperativas representou 29,9% da produção nacional de trigo e 33,5% da produção sulista em 2015. Em 2000, a participação foi de 20,3% da produção nacional e 22,1% da produção do Sul. Apesar de ser o menor volume dentre os grãos, foi no trigo que as cooperativas registraram a maior participação na produção nacional, provando a importância do setor na cultura.

Gráfico 13. Produção de trigo das cooperativas agropecuárias – 2000 e 2015



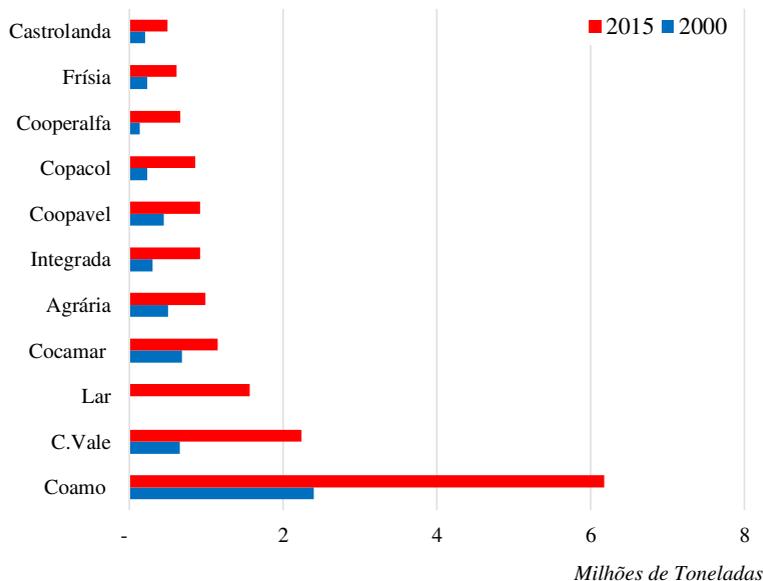
Fonte: Relatórios de Atividades das cooperativas, 2000 e 2015.

O aumento na produção de soja, milho e trigo decorreu da expansão da capacidade de armazenagem das cooperativas, que somou 16,5 milhões de toneladas em 2015, equivalente à 70% da capacidade de armazenagem de grãos do cooperativismo no sul do Brasil (de acordo com os dados de armazenagem cadastrados na CONAB no mesmo ano) e 52,8% da capacidade total do cooperativismo no Brasil (CONAB, 2015).

O **Gráfico 14** expõe a evolução da capacidade total de armazenagem das cooperativas agropecuárias selecionadas. Não foram incluídos os dados da Frimesa e Aurora por não atuarem na armazenagem de grãos.

No intervalo de 2000 a 2015, o volume de armazenagem das cooperativas selecionadas progrediu 184%, de 5,8 milhões de toneladas para 16,5 milhões de toneladas. A Coamo ostentou a maior capacidade de armazenagem, 6,1 milhões de toneladas em 2015, seguida pela C.Vale com 2,2 milhões e Lar com 1,5 milhões de toneladas. As menores capacidades foram da Cooperalfa com 663 mil toneladas, Frísia com 610 mil toneladas e Castrolanda com 495 mil toneladas.

Gráfico 14. Capacidade de armazenagem das cooperativas selecionadas – 2000 e 2015



Fonte: Relatório Atividades das cooperativas agropecuárias, 2000 e 2015.

3.4 Dinâmica econômica e financeira das maiores cooperativas regionais nos anos 2000

Foi no aspecto econômico que as cooperativas agropecuárias estudadas tiveram sua maior expansão. Desde a década de setenta, as cooperativas não apresentavam crescimento econômico tão expressivo, tornando-se, em pouco mais de uma década, sociedades multibilionárias. Esse notável desempenho nos anos 2000 fez com que as cooperativas ganhassem posições entre as maiores empresas do agronegócio nacional, despertando atenção da mídia e de pesquisadores.

Para analisar a dinâmica econômico-financeira das maiores cooperativas da Região Sul do Brasil, foram selecionados cinco indicadores: Faturamento, Ativo Total, Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Investimentos. Com base nesses dados é possível identificar e caracterizar a expansão econômica das cooperativas no princípio do século XXI.

O *faturamento bruto* ou *receita operacional bruta* retrata o valor das vendas totais das cooperativas no período de um ano, sem descontar as deduções com impostos e com outras despesas.

A **Tabela 56** revela a evolução do faturamento bruto das cooperativas selecionadas entre 2000 e 2015. A ordem das cooperativas na tabela foi definida segundo o faturamento bruto em 2015. No período, as cooperativas somaram receitas de R\$ 332 bilhões, sendo R\$ 58 bilhões de 2000 a 2005 (17,7%), R\$ 88 bilhões de 2006 a 2010 (26,4%) e R\$ 185,7 bilhões de 2011 a 2015 (55,9%). Assim, foram nos anos mais recentes que as cooperativas alcançaram as maiores receitas. Somente de 2010 até 2015, o faturamento das treze cooperativas mudou de R\$ 21 bilhões para R\$ 48,9 bilhões, crescimento de 132%.

A receita total foi um critério utilizado para a escolha das cooperativas agropecuárias que participariam da pesquisa. Foram selecionadas as treze maiores cooperativas do sul do país com base no faturamento realizado em 2015.

A Coamo exprimiu o maior faturamento dentre as cooperativas selecionadas (e também o maior faturamento do cooperativismo no Brasil), com R\$ 73 bilhões no período. As receitas elevaram-se de R\$ 1,1 bilhão em 2000 a R\$ 10 bilhões em 2015, evolução de 785%, com média de crescimento de 17,7% ao ano.

A Aurora obteve o segundo melhor desempenho, com R\$ 47 bilhões entre 2000 e 2015. Suas receitas passaram de R\$ 647 milhões em 2000 para R\$ 7,2 bilhões em 2015, aumento de 1.024%, com expansão média de 17,7% ao ano. Aurora e Frimesa foram as únicas cooperativas com desempenho positivo em todos os anos, isso, devido à concentração de ambas na atividade industrial, que permitiu maior regularidade no faturamento e menor dependência das flutuações de preços dos produtos agropecuárias.

A C.Vale faturou R\$ 35 bilhões no período, com variação de 1.332% entre 2000 e 2015, de R\$ 395 milhões para R\$ 5,6 bilhões, e expansão média de 21% ao ano. A Lar somou R\$ 24 bilhões, com média de 21% ao ano. No período, as vendas da cooperativa subiram de R\$ 256 milhões para R\$ 4 bilhões, diferença de 1.484%, o maior percentual dentre as cooperativas.

Tabela 56. Evolução do faturamento bruto das cooperativas agropecuárias selecionadas – 2000 a 2015 (em Milhões de R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Soma
Coamo	1.156	1.544	2.194	3.185	3.968	2.714	2.418	3.324	4.521	4.395	4.584	5.727	6.831	7.887	8.332	10.235	73.015
<i>Cresc. %</i>	-	33,6	42,1	45,2	24,6	-31,6	-10,9	37,5	36,0	-2,8	4,3	24,9	19,3	15,5	5,6	22,9	785%
Aurora	647	775	1.010	1.271	1.502	1.754	1.904	2.233	2.672	2.781	3.139	3.890	4.607	5.719	6.780	7.267	47.950
<i>Cresc. %</i>	-	19,8	30,3	25,9	18,1	16,8	8,6	17,2	19,7	4,1	12,9	23,9	18,4	24,2	18,5	7,2	1.024%
C. Vale	395	573	845	1.167	1.280	1.130	961	1.407	1.947	2.062	2.403	2.786	3.226	4.256	4.745	5.652	34.835
<i>Cresc. %</i>	-	45,0	47,5	38,2	9,7	-11,7	-15,0	46,5	38,4	5,9	16,5	15,9	15,8	31,9	11,5	19,1	1.332%
Lar	256	339	481	690	868	929	973	1.144	1.472	1.428	1.566	1.870	2.286	2.729	3.091	4.054	24.173
<i>Cresc. %</i>	-	32,4	41,9	43,5	25,8	7,0	4,7	17,7	28,7	-3,0	9,6	19,4	22,2	19,4	13,3	31,2	1.483%
Cocamar	437	548	783	1.007	1.159	971	884	1.110	1.397	1.370	1.600	2.010	2.360	2.650	2.865	3.316	24.467
<i>Cresc. %</i>	-	25,4	42,9	28,6	15,1	-16,2	-9,0	25,6	25,9	-1,9	16,8	25,6	17,4	12,3	8,1	15,7	659%
Copacol	353	303	409	552	642	635	580	691	979	998	1.117	1.388	1.634	2.081	2.522	2.999	17.881
<i>Cresc. %</i>	-	-14,3	35,1	35,0	16,4	-1,2	-8,7	19,2	41,7	2,0	11,9	24,2	17,7	27,4	21,2	18,9	749%
Agrária	249	335	444	638	758	685	731	1.056	1.513	1.131	1.091	1.273	2.101	2.332	2.224	2.513	19.075
<i>Cresc. %</i>	-	34,5	32,5	43,7	18,8	-9,6	6,7	44,5	43,3	-25,2	-3,5	16,7	65,0	11,0	-4,6	13,0	909%
Integrada	208	312	505	752	989	802	674	871	1.110	1.124	1.052	1.364	1.522	1.765	1.936	2.370	17.355
<i>Cresc. %</i>	-	49,5	62,1	48,7	31,6	-19,0	-15,9	29,2	27,4	1,3	-6,4	29,7	11,6	16,0	9,7	22,4	1.037%
Castrolanda	190	229	305	442	552	524	494	621	901	973	1.019	1.298	1.543	1.715	1.946	2.262	15.014
<i>Cresc. %</i>	-	20,5	33,1	45,0	25,1	-5,1	-5,8	25,7	45,1	8,0	4,7	27,4	18,9	11,1	13,5	16,2	1.092%
Frimesa	266	278	339	408	470	489	497	583	694	778	868	1.048	1.344	1.667	2.005	2.233	13.423
<i>Cresc. %</i>	-	4,5	21,9	20,4	15,1	4,0	1,7	17,3	19,0	12,0	11,6	20,7	28,3	24,0	20,3	11,4	739%
Cooperalfa	270	378	473	615	753	691	613	799	1.054	991	1.066	1.248	1.450	1.761	1.978	2.218	16.359
<i>Cresc. %</i>	-	39,8	25,1	30,1	22,3	-8,2	-11,2	30,3	31,8	-5,9	7,5	17,1	16,2	21,5	12,3	12,1	721%
Coopavel	327	388	550	653	773	680	548	706	981	955	954	1.246	1.407	1.566	1.648	1.950	15.332
<i>Cresc. %</i>	-	18,7	41,8	18,7	18,4	-12,0	-19,4	28,8	39,0	-2,7	-0,1	30,6	12,9	11,3	5,2	18,3	496%
Frísia	224	255	338	502	573	519	427	590	730	771	680	873	1.200	1.420	1.569	1.911	12.583
<i>Cresc. %</i>	-	13,8	32,5	48,5	14,1	-9,4	-17,7	38,2	23,7	5,6	-11,8	28,5	37,4	18,4	10,5	21,8	753%
Total	4.978	6.257	8.676	11.882	14.287	12.523	11.704	15.135	19.971	19.757	21.139	26.021	31.511	37.548	41.641	48.980	331.465
<i>Cresc. %</i>	-	25,7	38,7	37,0	20,2	-12,3	-6,5	29,3	32,0	-1,1	7,0	23,1	21,1	19,2	10,9	17,6	884%

Valores Correntes. Fonte: Relatórios Anuais das cooperativas agropecuárias selecionadas, vários anos.

A Cocamar acumulou faturamento de R\$ 24,4 bilhões, com avanço médio de 15,5% ao ano. Em 2015, essa cooperativa vendeu R\$ 3,3 bilhões, receita 659% maior que a de 2000. Das cooperativas, a Cocamar mostrou uma das menores taxas de evolução do faturamento. Somente a Coopavel obteve desempenho inferior, com 496% entre 2000 e 2015 e média de 14% ao ano.

A Copacol, Agrária, Integrada, Castrolanda, Cooperalfa e Coopavel somaram receitas de R\$ 15 bilhões a R\$ 19 bilhões. Em 2015, essas cooperativas registraram vendas de R\$ 1,9 bilhão a R\$ 2,9 bilhões. Na evolução anual, exibiram as seguintes expansões: 20% na Integrada, 19% na Agrária, 18,9% na Castrolanda, 16,4% na Copacol, 16% na Cooperalfa e 14% na Coopavel.

A Frimesa totalizou faturamento de R\$ 13,4 bilhões, com crescimento médio de 15,5% ao ano e acumulado de 739% entre 2000 e 2015. Por fim, a Frísia atingiu o menor faturamento dentre as cooperativas estudadas, R\$ 12,5 bilhões, com variação de 753% nas receitas de 2000 a 2015 e média de 16,9% ao ano.

Em dois momentos, 2005/06 e 2009/10, as cooperativas reduziram o faturamento ou suas taxas de crescimento. Na safra 2004/2005 e 2005/2006, a produção de grãos no sul do Brasil foi prejudicada por problemas climáticos (estiagem), ocasionando diminuição no volume produzido. Ao mesmo tempo, a retração dos preços agrícolas internacionais e mudanças no câmbio (valorização do real), desencadearam uma queda acentuada no preço da soja, ou seja, somou-se a redução do volume do produto com queda no preço.⁷⁷ As cooperativas que possuíam maior dependência da venda de grãos, sobretudo soja, registraram maior retração nas receitas. Comparado com 2004, as receitas da Coamo em 2006 tiveram redução de 40%, 32% na Integrada, 29% na Coopavel, 25% na C.Vale e Frísia, 24% na Cocamar e 18% na Cooperalfa.

Nesse mesmo contexto, o aparecimento da gripe aviária em nível global e os casos de aftosa no país, limitaram os mercados externos para a carne de frango e suínos, prejudicando o desempenho das cooperativas

⁷⁷ O preço da soja apresentou queda no Brasil de 56% entre abril de 2004 a abril de 2005, de R\$ 50 por saca para R\$ 22 por saca. Como os insumos foram comprados com o dólar valorizado e a safra foi comercializada quando em situação inversa (real valorizado), houve grande problema de rentabilidade.

que atuavam também na produção pecuária. Entre 2005 e 2006, a Frimesa contabilizou queda de 67% das exportações e a Aurora de 25%.

Em 2009 e 2010, a retração no faturamento das cooperativas decorreu da crise financeira internacional de 2008, que ocasionou a redução nas importações de alguns mercados externos, como o europeu e norte-americano, e queda nos preços agropecuários. Assim, a menor demanda externa, somada aos baixos preços, repercutiu sobre as exportações das cooperativas, fazendo com que houvesse impactos no faturamento.

Das treze cooperativas, seis sofreram redução de receita entre 2008 e 2009 (Coamo, Lar, Cocamar, Agrária, Cooperalfa e Coopavel) e as demais lograram crescimento baixo. A Agrária diminuiu 25% da sua receita em 2009 e 3,5% em 2010, sendo a associação com maior retração nesse momento.⁷⁸ Ao todo, o faturamento das cooperativas encolheu de R\$ 19,9 bilhões em 2008 para R\$ 19,7 bilhões em 2009.

Um cálculo interessante é o faturamento médio por associado: a Agrária obteve a melhor média em 2015, com faturamento de R\$ 4 milhões por sócio, seguida pela Castrolanda com R\$ 2,6 milhões por sócio e Frísia com R\$ 2,4 milhões por sócio. A Copacol, Coopavel e Lar tiveram faturamento médio entre R\$ 409 mil a R\$ 559 mil por sócio. Já a Coamo e a C.Vale, as maiores em número de produtores, apresentaram média de R\$ 364 mil e R\$ 329 mil por sócio. A média da Cooperalfa, Cocamar e Integrada variou entre R\$ 131 mil e R\$ 283 mil por sócio. Esse dado revela aspectos particulares das cooperativas no que refere-se ao tamanho médio e número total de sócios, nível de industrialização, agregação de valor e grau de fidelização entre cooperativa e produtor (maior ou menor participação econômica e comercial dos sócios com a cooperativa). Na Agrária, por exemplo, há fidelização total entre os sócios e a empresa, com um corpo social reduzido, mas formado por médios e grandes produtores e alto grau de industrialização. Já a Cooperalfa, que teve a menor relação entre receitas e sócios, de R\$ 131 mil, apresentou um alto número de associados, majoritariamente pequenos produtores,

⁷⁸ Em 2008, a Agrária beneficiou-se com a desvalorização cambial, uma vez que a venda de seus produtos (malte, sobretudo) estava negociada em dólar. Com isso, em 2008 a cooperativa registrou expansão de 43%, chegando a R\$ 1,5 bilhão de faturamento. Em 2009 e 2010, os valores das receitas retornaram ao patamar de um bilhão de reais, ocasionando os resultados percentuais negativos.

com a maior parcela do processo de industrialização ocorrendo na central Aurora.⁷⁹

Em conformidade com os dados do Valor1000 (2015), que classifica as maiores empresas do Brasil de acordo com as receitas anuais, as cooperativas expressaram o seguinte desempenho em 2015: Coamo 57ª maior receita do Brasil, Aurora 78ª, C.Vale 104ª, Lar 132ª, Cocamar 166ª, Copacol 193ª, Agrária 228ª, Integrada 233ª, Castrolanda 248ª, Cooperalfa 251ª, Coopavel 277ª, Frimesa 279ª e Frísia 289ª. Todas as cooperativas estiveram na lista das cinquenta maiores empresas da Região Sul, com a Coamo ocupando o quinto lugar, a melhor colocação dentre as associações.

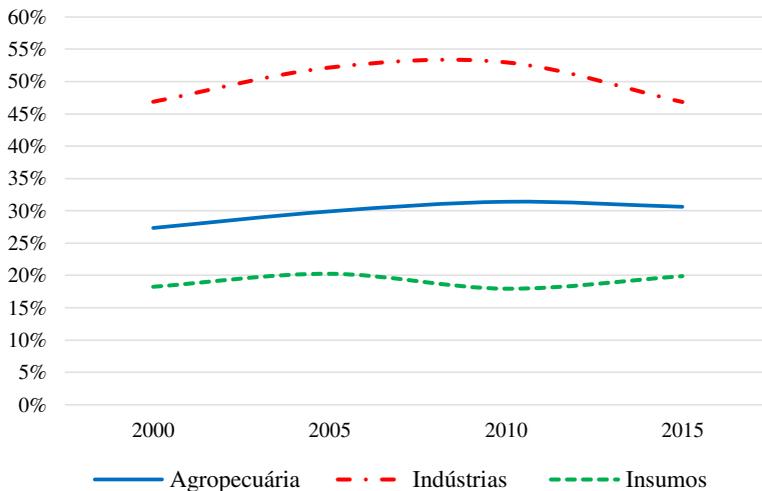
A classificação das cooperativas dentro da atividade agropecuária pode ser observada na publicação Maiores e Melhores (Exame, 2016), onde a Coamo foi a terceira maior empresa do país na produção agropecuária em 2016, a Aurora 5ª, C.Vale 8ª, Lar 9ª, Cocamar 12ª, Copacol 14ª, Agrária 17ª, Integrada 18ª, Castrolanda 19ª, Cooperalfa 20ª, Coopavel 22ª, Frimesa 23ª e Frísia 24ª. Dessa forma, utilizando-se as receitas das empresas como parâmetro (metodologia usada pelo Valor1000 e Exame), as cooperativas pesquisadas classificaram-se entre as maiores empresas brasileiras do ramo agropecuário e assumiram posições destacadas entre as maiores empresas do país e da Região Sul.

Referindo-se à composição do faturamento ou à origem das receitas, as cooperativas expuseram diferentes estruturas. Em algumas prevaleceu a venda de produtos agropecuários, enquanto em outras sobressaiu os produtos industrializados.

O **Gráfico 15** ressalta a participação das vendas agropecuárias, industriais e de insumos no faturamento total das cooperativas em 2000, 2005, 2010 e 2015. O comércio desses produtos foi a principal origem das receitas das cooperativas estudadas.

⁷⁹ Entre 2000 e 2015, o faturamento médio por sócios das cooperativas saltou: R\$ 531 mil para R\$ 4 milhões na Agrária, R\$ 406 mil para R\$ 2,6 milhões na Castrolanda, R\$ 444 mil para R\$ 2,4 milhões na Frísia, R\$ 81 mil para R\$ 555 mil na Copacol, R\$ 101 mil para R\$ 420 mil na Coopavel, R\$ 49 mil para R\$ 409 mil na Lar, R\$ 68 mil para R\$ 364 mil na Coamo, R\$ 66 mil para R\$ 329 mil na C.Vale, R\$ 117 mil para R\$ 283 mil na Integrada, R\$ 107 mil para R\$ 261 mil na Cocamar e R\$ 27 mil para R\$ 131 mil na Cooperalfa (Demonstrativos Contábeis da Cooperativas, 2000 e 2015).

Gráfico 15. Composição do faturamento das cooperativas agropecuárias



Fonte: Demonstração de Sobras e Perdas das cooperativas, vários anos.

A maior parcela do faturamento das cooperativas derivou da produção industrial, seguida da venda de produtos agropecuários e da venda de insumos. A participação da indústria era de 46,9% em 2000, evoluindo para 53% em 2010 e 46,8% em 2015.

O gráfico pode levar à falsa conclusão de que houve redução na atividade industrial das cooperativas nesse período, contudo, o faturamento das empresas nesse quesito aumentou de R\$ 2,2 bilhões em 2000 para R\$ 23 bilhões em 2015, expansão de 950%. A venda de produtos agropecuários no mesmo período desenvolveu de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 15,1 bilhões, evolução de 1.061%, e a venda de insumos foi de R\$ 863 milhões para R\$ 9,8 bilhões, 1.035% (esses dados excluem informações da Agrária e Coopavel no ano 2000). Nesse sentido, a retração na participação da indústria no pós-2010 decorreu da maior expansão das vendas agropecuárias e de insumos. Esse aumento das receitas com produtos agropecuários e insumos relacionou-se com a expansão da capacidade de produção, armazenagem e comércio das cooperativas, somados à valorização das *commodities*, com destaque para soja, e ao aumento no preço dos insumos.

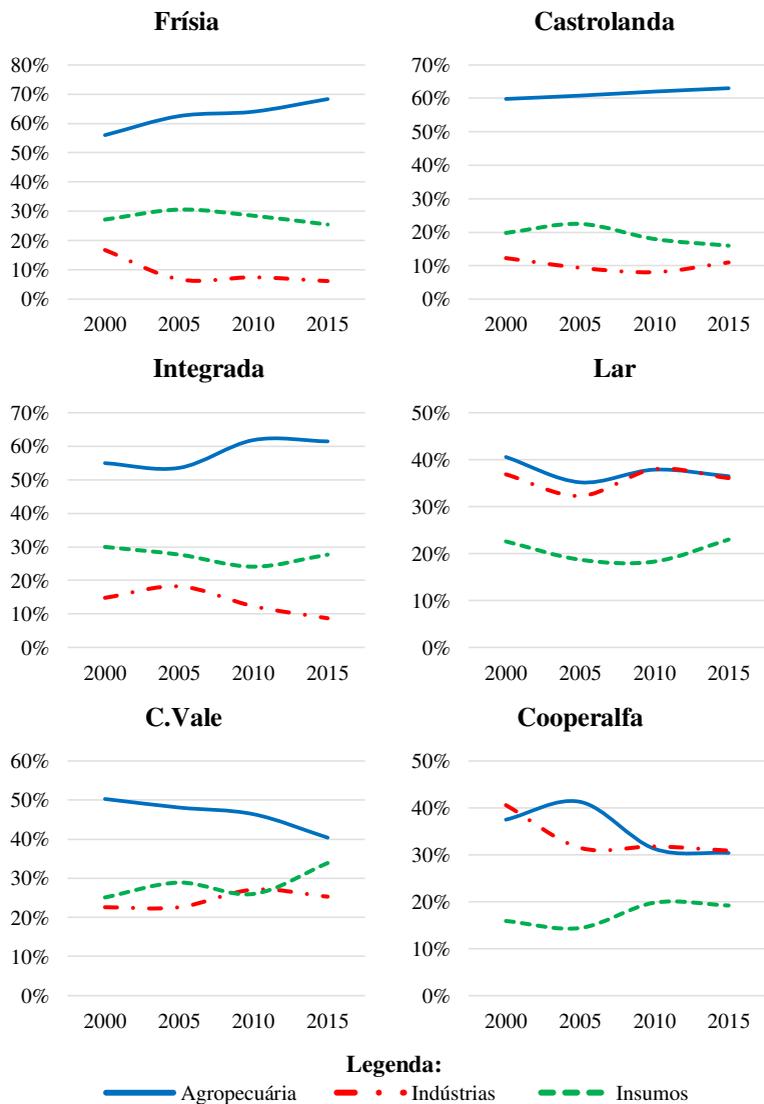
O grupo de gráficos a seguir refletem a composição do faturamento de cada uma das cooperativas. Os gráficos ajudam a entender o panorama produtivo e comercial de cada instituição desde o início do século XXI. Não foram confeccionados gráficos das cooperativas Aurora e Frimesa, pois possuem apenas receitas decorrentes da indústria.

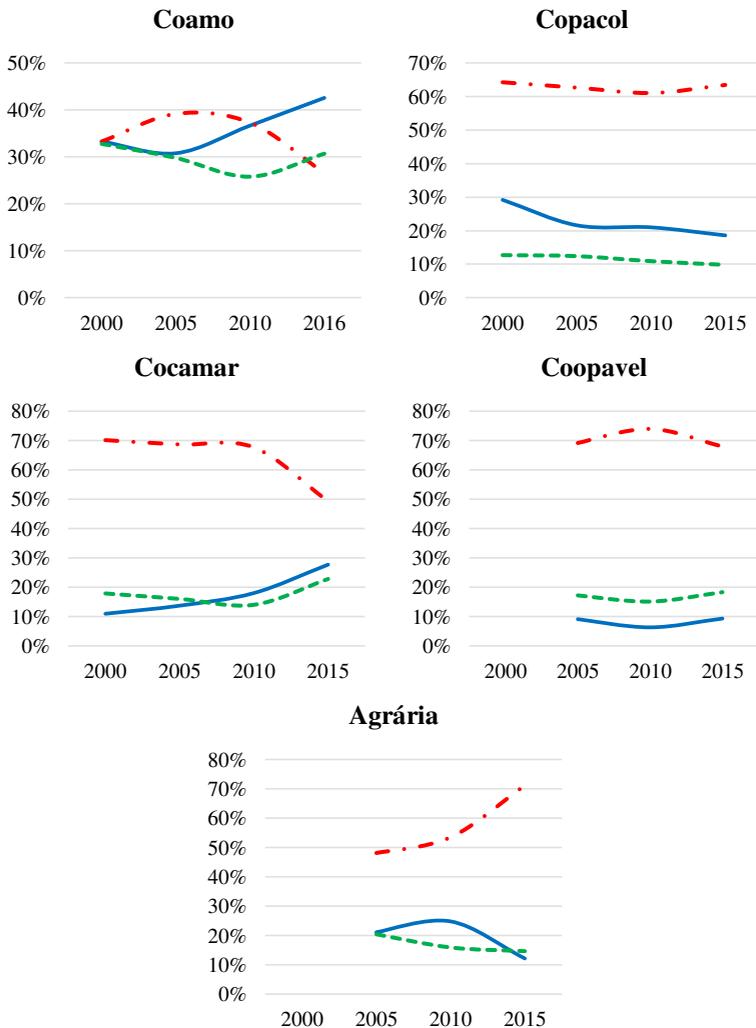
As cooperativas Frísia, Castrolanda e Integrada tiveram a maior participação dos produtos agropecuários nas receitas. Na Frísia e Castrolanda, a participação baixa das indústrias, próximo a 10%, deveu-se ao fato de ambas atuarem, ao longo dos anos, na produção industrial através de outras empresas (por exemplo, de 2000 até 2007, a produção industrial ocorria na Batávia S.A., cujas cooperativas detinham 49% das ações e, a partir de 2012, a industrialização das empresas passou a ocorrer através da “intercooperação” em lácteos, trigo e suínos). Por outro lado, na Integrada, a produção industrial, apesar de diversificada (fios de algodão, rações, sucos e moinhos), teve pouca representatividade perante ao comércio agrícola da cooperativa.

A Coamo, Copacol, Cocamar, Coopavel e Agrária assinalaram maior representatividade das indústrias. Em 2015, a Agrária obteve 71% do faturamento decorrente da venda de produtos industriais, a Coopavel 68% e a Copacol 63,5%.

A maioria das cooperativas perdeu participação industrial entre 2010 e 2015, fato, como já mencionado, decorrente da valorização dos produtos agrícolas nos últimos anos, que ganharam mais espaço nas receitas. Todas as instituições apresentaram crescimento constante das vendas industriais, agropecuárias e de insumos.

Figura 01. Evolução da composição do faturamento em cada cooperativa agropecuária





Legenda:

— Agropecuária - . - Indústrias - - - Insumos

Fonte: Relatório de Atividades da Frísia, Castrolanda, Integrada, Lar, C.Vale, Cooperalfa, Coamo, Copacol, Cocamar, Agrária e Coopavel, 2000, 2005, 2010 e 2015. Organizado pelo autor.

Relativo às exportações, desde 2000, as vendas externas das cooperativas aumentaram consideravelmente, somando cerca de US\$ 3,7 bilhões em 2015, o que representou 30% das receitas totais das treze cooperativas. A maior exportação foi registrada pela Coamo, com US\$ 1,85 bilhões (cerca de R\$ 6,1 bilhões), equivalente a 59% do faturamento total da cooperativa (Cooperalfa e Frísia não realizaram exportações em 2015) (RELATÓRIO ANUAL DAS COOPERATIVAS, 2015; MAIORES e MELHORES, 2015).

O Ativo, outro indicador econômico utilizado para determinar a expansão das empresas, representa o patrimônio total das cooperativas, envolvendo bens, créditos e direitos. Conforme Iudícibus (2017), o ativo corresponde aos bens e direitos de propriedade e controle da empresa que são avaliáveis em dinheiro e representam benefícios presentes ou futuros. O Ativo Total é composto pelo Ativo Circulante (valor a receber no prazo de um ano), Ativo de Longo Prazo (valor a receber no período superior a um ano) e Ativo Imobilizado (bens de capital, máquinas, prédios, indústrias...). Nesse sentido, o Ativo corresponde ao valor total da empresa.

A **Tabela 57** expressa o ativo das cooperativas em 2000, 2005, 2010 e 2015, destacando também a expansão média anual dos ativos e o crescimento acumulado no período.

Tabela 57. Evolução do ativo total das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015

	2000	2005	2010	2015	Média¹	Média²
Coamo	759	2.118	3.803	8.188	17,8%	978%
Aurora	272	593	1.878	4.723	21,7%	1.637%
C.Vale	242	815	1.835	4.619	22,9%	1.808%
Lar	198	587	1.456	3.318	21,4%	1.577%
Copacol	128	345	1.044	2.672	22,8%	1.980%
Agrária	281	-	816	2.581	-	818%
Cocamar	418	733	1.175	2.211	12,0%	429%
Castrolanda	126	366	840	1.977	20,6%	1.473%
Cooperalfa	96	336	665	1.902	24,3%	1.883%
Frísia	151	308	688	1.860	18,9%	1.129%
Integrada	80	381	723	1.696	24,5%	2.018%
Coopavel	-	346	631	1.562	17,6%*	351%*
Frimesa	100	190	512	1.213	18,6%	1.115%
Total	2.570	7.117	15.249	35.940	19,6%	1.298%

Valores em Milhões de R\$ Correntes. ¹ Crescimento médio anual. ² Crescimento acumulado de 2000 a 2015. *Cálculos referentes aos anos de 2005 e 2015.

Fonte: Demonstrações Contábeis das cooperativas agropecuárias, vários anos.

Dados da Agrária coletados na Agroanálisis (2000), Maiores&Melhores (2010); Valor 1000 (2015).

Com base na evolução do ativo, pode-se constatar o crescimento elevado das cooperativas no período de 2000 a 2015, quando acumularam expansão de 1.298% e média de 19,6% ao ano.⁸⁰

O maior ativo foi de R\$ 8,1 bilhões, pertencente à Coamo. Entre 2000 e 2015, o ativo da cooperativa evoluiu 978% e cresceu em média 17,8% ao ano. A Aurora apresentou um ativo de R\$ 4,7 bilhões, aumento de 1.637% com relação ao valor de 2000, de R\$ 272 milhões. A C.Vale, com R\$ 4,6 bilhões, teve o terceiro maior ativo, com ampliação de 1.808% no período.

Lar, Copacol, Agrária e Cocamar somaram, nesta ordem, ativos de R\$ 3,3 bilhões, R\$ 2,6 bilhões, R\$ 2,5 bilhões e R\$ 2,2 bilhões. A

⁸⁰ O Ativo Total das grandes empresas do agronegócio brasileiro em 2015 foi de: JBS R\$ 102,8 bilhões, BRF R\$ 42,9 bilhões, Marfrig R\$ 20,2 bilhões, Bunge R\$ 17,4 bilhões e Cargill R\$ 12,7 bilhões (VALOR 1000, 2015).

Cocamar exibiu o menor crescimento no ativo total, de 429% no período e média de 12% ao ano. A Castrolanda, Cooperalfa e Frísia acumularam ativos entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 1,9 bilhão e a Integrada, Coopavel e Frimesa somaram ativos de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 1,5 bilhão e 1,2 bilhão em 2015.

No crescimento acumulado, o melhor desempenho foi obtido pela Integrada com 2.018% e Copacol com 1.980%. Quanto ao crescimento anual, a Integrada com 24,5% ao ano e Cooperalfa com 24,3% ao ano, demonstraram as melhores médias. No crescimento real do ativo de 2000 a 2015, a Coamo incrementou em R\$ 7,4 bilhões, Aurora R\$ 4,4 bilhões, C.Vale R\$ 4,3 bilhões, Lar R\$ 3,1 bilhões e a Copacol R\$ 2,5 bilhões.

A **Tabela 58** aborda a evolução do Ativo Imobilizado das cooperativas entre 2000 e 2015. De acordo com Iudícibus (2017), o Imobilizado compreende os bens destinados à manutenção da atividade operacional de uma empresa, tais como: imóvel, instalações, móveis e utensílios, veículos, máquinas e equipamentos. Ou seja, entende-se por Imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, utilizado na operação dos negócios e que não se destinam à venda.

Tabela 58. Evolução do ativo imobilizado das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015

	2000	2005	2010	2015	Médias ¹	Médias ²
Coamo	172	351	730	1.728	17,3%	904%
Aurora	122	150	622	1.636	20,9%	1.242%
C.Vale	62	279	602	1.219	24,0%	1.853%
Lar	87	193	654	1.015	19,3%	1.063%
Copacol	72	123	409	945	20,0%	1.204%
Castrolanda	23	80	205	809	28,3%	3.486%
Cocamar	247	426	382	631	7,2%	156%
Cooperalfa	15	85	176	582	30,3%	3.864%
Integrada	14	61	258	526	32,9%	3.797%
Frimesa	38	60	229	522	20,3%	1.281%
Coopavel	-	162	347	497	12,3%*	206%*
Frísia	38	77	124	471	18,8%	1.129%
Total	890	2.047	4.738	10.582	18,6%	1.089%

*Em Milhões de R\$ Correntes. Média¹: Crescimento médio anual. Média²: Crescimento acumulado entre 2000 e 2015. * Cálculos referentes aos anos de 2005 e 2015. Fonte: Demonstrações Contábeis das cooperativas, vários anos.*

A soma do ativo imobilizado das cooperativas (exceto a Agrária) foi de R\$ 10,5 bilhões em 2015, crescimento de 1.000% sobre o valor de 2000, que foi de R\$ 890 milhões. Em média, o imobilizado das cooperativas dilatou 18,6% ao ano entre 2000 e 2015. Comparando com o ativo total, o imobilizado correspondeu a 29,2%, revelando a participação expressiva dos bens reais (bens de capital) no valor total das cooperativas.

A Coamo com R\$ 1,7 bilhão e Aurora com R\$ 1,6 bilhão manifestaram os maiores ativos imobilizados. A expansão média foi de 17,3% ao ano na Coamo e 21% ao ano na Aurora entre 2000 e 2015. A C.Vale somou R\$ 1,2 bilhão em imobilizado em 2015, com crescimento médio de 24% ao ano, seguida pela Lar com R\$ 1 bilhão e média de 19% ao ano. A Copacol e Castrolanda tiveram, respectivamente, R\$ 945 milhões e R\$ 809 milhões em imobilizados, seguidos por um grupo de cooperativas com valores entre 631 milhões e R\$ 471 milhões, sendo o menor valor pertencente à Frísia.

Um dos elementos mais importantes do Imobilizado são as “Máquinas e Equipamentos”, que representam os bens de capital utilizadas para manutenção das atividades operacionais das empresas. Em 2015, a participação das Máquinas e Equipamentos no Ativo Imobilizado foi de: 35,2% na Coamo (R\$ 912 milhões), 31,8% na Aurora (R\$ 521 milhões), 31,3% na Castrolanda (R\$ 253 milhões), 23% na Lar (R\$ 233 milhões), 35,6% na Frísia (R\$ 207,5 milhões), 20,2% na C.Vale (R\$ 197,5 milhões), 29,2% na Cocamar (R\$ 184,4 milhões), 19,2% na Copacol (R\$ 182 milhões), 32,8% na Frimesa (R\$ 171,2 milhões), 22,9% na Integrada (R\$ 120,5 milhões), 24% na Coopavel (R\$ 119,2 milhões) e 18,7% na Cooperalfa (R\$ 109,2 milhões) (informação não disponível para a Agrária). Na maioria das cooperativas, as “Máquinas e Equipamentos” representaram a maior parcela no Ativo Imobilizado, seguido pelos “Edifícios e Construções”.

Com base nos dados sobre a evolução do ativo total e imobilizado, é possível identificar que o crescimento econômico das cooperativas deuse em virtude da expansão produtiva, dos investimentos em indústrias e armazéns que agigantaram o faturamento total.

A **Tabela 59** evidencia a evolução dos investimentos das cooperativas entre 2000 e 2015. Esses investimentos compreendem apenas as aplicações de valores em Ativos Imobilizados, ou seja, bens que destinaram-se à manutenção das atividades operacionais das

cooperativas, como construções, máquinas, equipamentos, armazéns e agroindústrias. As cooperativas investiram R\$ 12,5 bilhões entre 2000 a 2015, estando 70% do valor concentrado entre 2010 e 2015.

A cooperativa com maiores investimentos foi a Coamo, com R\$ 2,4 bilhões entre 2000 e 2015. O ano com maior desembolso da cooperativa foi em 2014, com R\$ 432 milhões e a média de crescimento dos recursos investidos foi de 36,7% ao ano. A Aurora investiu R\$ 1,9 bilhão no período, sendo R\$ 750 milhões somente em 2015. A Copacol, C.Vale, Lar e Castrolanda aplicaram entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,3 bilhões no período. As demais cooperativas, Coopavel, Cooperalfa, Cocamar, Frísia, Frimesa e Integrada investiram entre R\$ 442 milhões e R\$ 669 milhões. A Agrária não disponibilizou as informações sobre seus investimentos.

Tabela 59. Evolução dos investimentos das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015

	2000/05	2006/10	2011/15	Total	Média ¹	Média ²
Coamo	337	608	1.507	2.452	36,7%	1.238%
Aurora	137	433	1.341	1.911	73,8%	3.650%
Copacol	133	313	932	1.378	42,0%	5.030%
C.Vale	230*	230	883	1.343	40,5%	372%*
Lar	178	438	651	1.267	46,1%	1.756%
Castrolanda	80	192	746	1.018	62,8%	3.858%
Coopavel	147	211	312	670	35,2%	614%
Cooperalfa	98	153	387	638	102%	5.700%
Cocamar	262	192	180	634	13,8%	-30%
Frísia	42	107	415	564	163%	35.150%
Frimesa	43	141	378	562	48,2%	3.771%
Integrada	-	96*	346	442	38%	464%*
Total	1685	3114	8075	12874	25,7%	1.976%

Valores em Milhões de R\$ Correntes. * C.Vale: Soma de 2003 a 2005/Integrada: Soma de 2007 a 2010. Fonte: Demonstrações Contábeis das cooperativas agropecuárias, vários anos.

O período com maior investimento das cooperativas foi 2011-2015. Algumas instituições concentraram 70% dos investimentos nesse quinquênio, como a Aurora, Castrolanda, Frísia e Integrada. Somente na Cocamar os valores de 2000 a 2010 superaram os de 2011 a 2015.

Os maiores investimentos no âmbito recente relacionaram-se com a disponibilidade de recursos públicos. O volume de crédito, com juros e prazos atrativos, incentivou a tomada de empréstimos nas cooperativas. Por outro lado, a melhora nas condições de mercado e preços também motivou investimentos, sobretudo na industrialização de aves, suínos, leite e grãos.

Por fim, o crescimento no faturamento e ativos fez com que as cooperativas ampliassem seu Patrimônio Líquido. O Patrimônio Líquido (PL) diz respeito ao capital próprio da empresa decorrente da diferença entre Ativo e Passivo. O PL é formado pelos recursos dos acionistas ou sócios (Capital Social), pelas reservas para manutenção de capital e as reservas resultantes da apropriação de lucros (IUDÍCIBUS, 2017).

A **Tabela 60** demonstra a evolução do PL das cooperativas nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015. Ao todo, as cooperativas somaram R\$ 12,7 bilhões de PL em 2015, 1.492% a mais que em 2000. O crescimento econômico foi fundamental para que as cooperativas expandissem o capital próprio, tanto pelo aumento dos lucros, como pela adoção de estratégias de retenção das sobras em fundos de reserva.⁸¹

⁸¹ Baseando-se no estudo sobre evolução do PL e participação do capital social, constatou-se que as cooperativas possuem a maior parte dos recursos do patrimônio líquido em fundos e reservas. Na Coamo, por exemplo, apenas 6,2% do PL em 2015 pertenciam ao capital social, o restante do valor encontrava-se em fundos, com destaque para “reserva de desenvolvimento” com 42% do PL. A Aurora apresentou a maior participação do capital social no PL, de 43,7% (lembrando que por ser uma central, o capital social correspondeu às cooperativas singulares e não aos produtores destas). Isso significa que na medida que as cooperativas cresceram houve maior retenção dos lucros em fundos (capital da cooperativa) e menor destinação de sobras aos produtores e ao capital social (capital dos sócios). Entre 2000 e 2015, a participação capital social do PL teve redução de: 11% para 6,3% na Coamo, 71% para 47,3% na Aurora, 24,5% para 10,2% na C.Vale, 42,2% para 8% na Copacol, 21,6% para 14,8% na Lar, 41,8% para 14,8% na Cooperalfa, 71,6% para 40,7% na Castrolanda, -18,7% para 12,5% na Cocamar, 32% para 27% na Frísia, 71,7% para 32,3% na Frimesa, 20,4 % para 18,7% na Integrada e de 31% para 15,1% na Coopavel (Demonstrativos Contábeis das Cooperativas, 2000 e 2015).

Tabela 60. Patrimônio líquido das cooperativas agropecuárias – 2000 a 2015

	2000	2005	2010	2015	Média ¹	Média ²	%PL ³
Coamo	386	1.117	1.968	3.656	16,3%	847%	45%
Aurora	126	196	672	1.540	21,8%	1.122%	33%
C.Vale	78	249	683	1.290	21,8%	1.554%	28%
Copacol	51	158	453	1.038	22,8%	1.935%	39%
Lar	87	185	502	900	17,5%	934%	27%
Cooperalfa	49	145	309	895	21,8%	1.727%	47%
Castrolanda	44	116	326	867	22,1%	1.870%	44%
Cocamar	-111	253	434	818	12,9%	837%	37%
Frísia	50	110	264	640	18,9%	1.180%	34%
Frimesa	35	45	188	444	20,1%	1.169%	37%
Integrada	23	114	263	443	25,1%	1.826%	26%
Coopavel	-	119	191	261	9,6%	119%*	17%
Total	819	2.809	6.255	12.795	20,3%	1.462%	-

*Em Milhões de R\$ Correntes. Média¹: Crescimento médio anual. Média²: Crescimento acumulado entre 2000 e 2015. %PL³: Participação do PL no Ativo Total em 2015. * Cálculos referentes aos anos de 2005 e 2015. Fonte: Demonstrações Contábeis das cooperativas agropecuárias, vários anos.*

A Coamo somou R\$ 3,6 bilhões em patrimônio líquido em 2015, com expansão média de 16% ao ano e de 847% no período. A Aurora totalizou R\$ 1,54 bilhão, com média de 22% ao ano e acumulado de 1.122%. A C.Vale e Copacol revelaram, nesta ordem, PL de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1 bilhão, tendo a Copacol o maior crescimento percentual do período, 1.935%.

O patrimônio líquido da Lar, Cooperalfa, Castrolanda e Cocamar variou de R\$ 818 a R\$ 900 milhões. Em 2000, o PL da Cocamar era negativo, expondo o elevado endividamento que superava o valor total da empresa. A Frimesa e Integrada tiveram PL semelhantes, de R\$ 444 milhões e R\$ 443 milhões, e a Coopavel registrou o menor PL, R\$ 261 milhões.

A última coluna da tabela expressa a participação do PL no Ativo Total das cooperativas em 2015. Em algumas instituições, o PL chegou a representar mais de 40% dos ativos, ou seja, quase metade de todo ativo das cooperativas era de capital próprio. Isso indica que, apesar das cooperativas aumentarem os passivos (dívidas) ao longo da expansão

econômica nos anos 2000, o crescimento deu origem a um grande volume de capital que foi apropriado pelas empresas.

3.5 Conclusão

As maiores cooperativas agropecuárias do sul do Brasil tiveram em comum, do ponto de vista histórico, a participação dos imigrantes e descendentes na sua constituição. As associações foram concebidas com intuito de prover bens básicos e, principalmente, fomentar o comércio de insumos e produtos agropecuárias. Nesse sentido, a relação com o mercado e com a pequena produção mercantil esteve na gênese de cada uma das cooperativas selecionadas.

No aspecto socioespacial, as cooperativas exibiram aumento no número de produtores e no território de atuação. O crescimento social e espacial permitiu que as empresas ampliassem a venda de insumos, assistência técnica e produção recebida, garantindo matéria-prima para as indústrias e o comércio. Além da Região Sul, as cooperativas expandiram-se para outros estados do país, principalmente Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, e também ao Paraguai.

Na produção, as principais cadeias produtivas desenvolvidas foram grãos, aves, leite e suínos. As cooperativas estudadas registraram importantes participações na produção regional de leite, aves, suínos, soja, milho, trigo e cevada. Com maior produção, as cooperativas investiram na agregação de valor, o que impulsionou o comércio interno e externo do setor.

Na dinâmica econômica e financeira, as maiores cooperativas do Sul tiveram, entre 2000 e 2015, grande expansão de receitas, ativos, imobilizados, investimentos e patrimônio líquido. Esse desempenho econômico, somado à ampliação produtiva e socioespacial, fez com que as cooperativas lograssem posições destacadas no agronegócio nacional, com número nunca antes observados, contrapondo o período de decadência da década de noventa.

A expansão social, espacial, produtiva e econômica das maiores cooperativas regionais esteve em consonância com o movimento de expansão do cooperativismo agropecuário no país nos anos 2000. Nos próximos capítulos, serão detalhadas as relações entre as maiores empresas cooperativas da Região Sul e o capital financeiro, público e privado. A partir disso, será possível identificar com maior precisão o

papel das políticas públicas e das estratégias de financeirização no recente crescimento geoeconômico das cooperativas.

CAPÍTULO IV
**O CAPITAL FINANCEIRO PÚBLICO E AS ESTRATÉGIAS DE
EXPANSÃO DAS MAIORES COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS⁸²**

A expansão econômica e geográfica das maiores cooperativas agropecuárias do sul do país, no início do século XXI, teve relação com uma série de fatores econômicos, produtivos e políticos. A presente tese sustenta a hipótese de que o aspecto financeiro foi central no recente crescimento do setor, o que leva à indagação: de que maneira conseguiram as organizações, no decorrer dos anos 2000, suprimir-se dos capitais necessários ao desempenho das atividades que possibilitaram que atingissem os aspectos de gigantismo que atualmente caracterizam algumas delas?⁸³

O dinamismo geoeconômico do setor, e não apenas das cooperativas estudadas, decorreu da relação estabelecida com o capital financeiro, público e privado, permitindo investimentos produtivos e comerciais e formação de capital de giro, que sustentaram a expansão econômica das cooperativas a partir dos anos 2000. Nesse sentido, o processo de alavancagem de capital, ou seja, a captação de recursos externos, precedeu o crescimento econômico das cooperativas.

⁸² A noção de capital financeiro público refere-se ao papel do Estado, através de mecanismos e ferramentas financeiras, especialmente o crédito, como promotor do desenvolvimento de setores produtivos da economia nacional. Inclui ainda, o fomento estatal, por meio de estratégias financeiras, da aproximação dos setores produtivos e financeiros, viabilizando e coordenando a integração entre ambos. Dito de outra forma, o capital financeiro público representa a atuação do Estado como agente financeiro para promoção do capital produtivo e financeiro nacional.

⁸³ Esta pergunta foi proposta pelos autores Seabra (1977) e Benetti (1985) em suas respectivas pesquisas sobre o desenvolvimento do cooperativismo durante o período de modernização da agricultura brasileira. Seabra analisou a expansão das cooperativas agrícolas de origem nipo-brasileira em São Paulo e Benetti estudou a evolução das cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul. Os trabalhos contemplaram o momento histórico mais importante do cooperativismo agropecuário no Brasil no século XX e os estados onde o setor apresentava-se mais desenvolvido na época, São Paulo e Rio Grande do Sul. Diante da importância histórica e geográfica dos trabalhos, a pergunta, que foi central na construção de ambas as teses, repete-se para outro contexto histórico, mas, com a mesma preocupação: determinar o papel do capital na evolução do cooperativismo agropecuário.

Os financiamentos externos das treze maiores cooperativas agropecuárias aumentaram de R\$ 1,2 bilhão em 2000 para R\$ 15,5 bilhões em 2015, com a maior parte dos recursos oriundos do crédito oficial, nas políticas gerais do agronegócio e naquelas exclusivas do cooperativismo. Os financiamentos do SNCR para custeio, comercialização e capital de giro e os programas de investimento do BNDES foram as principais fontes de capital utilizados pelas cooperativas após 2003. Houve também, do final dos anos noventa ao início dos anos 2000, utilização importante dos programas de crédito para renegociação de dívidas.

Nas cooperativas agropecuárias estudadas, os recursos públicos participaram ativamente da trajetória recente de expansão, proporcionando a recuperação financeira e a retomada dos projetos de investimentos produtivos e comerciais.

O Capítulo IV tem o objetivo de determinar a importância das políticas crédito na recente evolução geoeconômica das cooperativas agropecuárias Coamo, Aurora, C.Vale, Lar, Cocamar, Copacol, Frimesa, Agrária, Integrada, Frísia, Castrolanda, Coopavel e Cooperalfa. O capítulo divide-se em duas partes: a primeira retrata os financiamentos realizados pelas cooperativas agropecuárias de 2000 a 2016, tendo como referência as contratações de crédito em operações diretas e indiretas com o BNDES; a segunda, mais abrangente, aponta os desdobramentos dos financiamentos na expansão produtiva e geográfica em cada uma das cooperativas.

4.1 O BNDES e as maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul

As cooperativas agropecuárias, devido às condições jurídica, produtiva e social, possuem dependência de recursos financeiros externos para manutenção das atividades (custeio e capital de giro) e expansão (investimentos). O crescimento econômico das cooperativas da Região Sul no começo do século XXI foi acompanhado de expansão do endividamento. De 2000 a 2015, as empresas analisadas aumentaram seus passivos de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 25 bilhões, evolução de 1.335% no período e de 19,3% ao ano, ou seja, à medida que as cooperativas cresceram nos anos 2000, o montante de dívidas (contas a pagar, fornecedores, aquisição de matérias primas, impostos a pagar, financiamentos bancários, salários, obrigações com sócios e etc.) também aumentou.

Esses financiamentos, majoritariamente com crédito público, garantiram a expansão das atividades econômicas das cooperativas. As

políticas de crédito mais acessadas pelas empresas tiveram origem no BNDES, como o PRODECOOP e PROCAP-AGRO.

Para dimensionar o volume de recursos públicos financiados pelas maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul, este item examina os empréstimos realizados entre 2000 a 2016, tomando como base as contratações de crédito em operações diretas e indiretas com o BNDES. A fonte dos dados exibidos foi a plataforma *on-line* “BNDES Transparência”, que revela todos os financiamentos realizados pelas cooperativas com origem nos recursos do banco, o que representa praticamente a totalidade das contratações com recursos públicos para investimento. Foram considerados os dados de treze cooperativas: Coamo, Aurora, Cocamar, C.Vale, Lar, Integrada, Copacol, Frísia, Agrária, Coopavel, Cooperalfa, Castrolanda e Frimesa.

A **Tabela 61** explicita os financiamentos das cooperativas agropecuárias com o BNDES de 2000 a 2016, destacando as três modalidades de empréstimos: Direto, Indireto Automático e Indireto Não-automático.

As treze cooperativas averiguadas realizaram contratações de recursos públicos oriundos do BNDES na ordem de R\$ 12 bilhões entre 2000 e 2016, sendo 58,4% em operações indiretas automáticas, 24,4% em operações indiretas não-automáticas e 17,2% em operações diretas. O número de operações foi de 3.739 no período, sendo 3.528 indiretas automáticas (94,3%), 125 indiretas não automáticas (3,3%) e 86 diretas (2,3%).

A maior parte dos recursos públicos financiados pelas cooperativas foram indiretos, ou seja, com a participação de bancos parceiros do BNDES. Porém, enquanto as operações diretas tiveram média de R\$ 24,7 milhões por contrato e as indiretas não-automáticas registraram R\$ 24,1 milhões por contrato, nas operações indiretas automáticas a média foi de apenas R\$ 1 milhão por contrato. Apesar de movimentar menos recursos, a média por contrato nas operações diretas com o BNDES ou aquelas que necessitavam do aval do banco foram muito superiores à média das operações indiretas.

Tabela 61. Recursos contratados pelas cooperativas em operações diretas e indiretas com o BNDES – 2000 a 2016

	Operações Diretas			Operações Indiretas Não-Automáticas			Operações Indiretas Automáticas			Total
	Número de Operações	Valor em RS Correntes	Juros Médios	Número de Operações	Valor em RS Correntes	Juros Médios	Número de Operações	Valor em RS Correntes	Juros Médios	Valor em RS Correntes
Coamo	-	-	-	17	602.226.408	7,16	828	897.053.407	4,71	1.499.279.815
Aurora	7	445.869.224	6,28	15	450.383.845	5,40	86	525.791.034	4,75	1.422.044.103
Lar	31	511.097.829	8,53	9	183.092.000	7,36	346	660.470.183	6,36	1.354.660.012
Agrária	4	93.453.350	5,13	18	555.410.336	6,40	112	566.857.774	5,52	1.215.721.460
Copacol	10	359.825.000	6,47	16	335.843.481	7,98	422	505.345.793	6,04	1.201.014.274
C.Vale	7	109.919.646	8,60	13	210.379.860	7,86	477	841.073.133	5,84	1.161.372.639
Cocamar	16	344.609.922	5,40	3	34.566.586	8,08	277	582.016.379	6,26	961.192.887
Castrolanda	3	99.839.000	7,00	7	206.070.000	6,32	135	544.209.940	5,65	850.118.940
Cooperalfa	1	15.764.000	3,50	15	188.485.263	5,26	99	451.809.635	6,52	656.058.898
Frimesa	-	-	-	4	136.583.956	5,81	234	501.132.780	6,54	637.716.736
Integrada	-	-	-	3	58.378.079	6,25	145	422.816.236	5,73	481.194.315
Coopavel	7	144.310.700	6,60	4	30.000.000	9,75	262	306.852.682	5,06	481.163.382
Frísia	-	-	-	1	27.500.000	6,75	105	385.210.877	5,45	412.710.877
Total	86	2.124.688.671	6,39	125	3.018.919.814	6,95	3.528	7.190.639.853	5,72	12.334.248.338

Operações *Diretas*: quando o financiamento é realizado diretamente entre a cooperativa e o BNDES, onde o banco assume o risco do crédito, com contratos acima de R\$ 20 milhões. Empréstimos *Indireto Automático* e *Não-automático*: os financiamentos indiretos ocorrem quando a operação de crédito é realizada pela cooperativa e uma instituição financeira credenciada no BNDES, em que a análise do financiamento é feita pelo banco parceiro, que também assume o risco pelo pagamento da operação. Nesse caso, o agente financeiro negocia com a cooperativa as condições do financiamento (prazos de pagamento e garantias exigidas), respeitando as regras e limites definidos pelo BNDES. Nas operações indiretas *Automáticas* não precisa passar pela avaliação prévia do BNDES. O pedido é recebido e analisado pela instituição credenciada, que aprova o crédito e em seguida solicita ao BNDES a homologação e liberação dos recursos. As operações automáticas têm limite de crédito até R\$ 20 milhões. Nas operações *Não-Automáticas* é necessário realizar uma consulta prévia, que será encaminhada ao BNDES pela instituição financeira credenciada para análise, onde as operações de financiamento são individualmente avaliadas e aprovadas pelo BNDES (BNDES, 2017).

Fonte: BNDES Transparência, 2017.

As taxas de juros indicadas na tabela foram estabelecidas pela média dos juros pagos pelas cooperativas em todos os contratos. As variações dependeram, principalmente, do ano em que os financiamentos foram realizados, pois, nos contratos entre 2000 e 2005, por exemplo, a taxa de juros dos programas de crédito eram mais elevados do que nos mais recentes. Mesmo assim, os dados sobre juros médios ajudam a compreender o principal motivo das cooperativas optarem pelas políticas de financiamento. Nas operações diretas, a média foi de 6,39%, nas indiretas não-automáticas foi de 6,95% e nas indiretas automáticas foi de 5,72%.⁸⁴ Essas taxas mantiveram-se abaixo dos juros praticados pelo mercado e abaixo das variações da SELIC.

Em número de operações, destacaram-se a Coamo com 845 (22,6% do total somado pelas cooperativas), C.Vale com 497 (13,3%), Copacol com 448 (12%) e Lar com 386 (10,3%). Essas foram as cooperativas que mais recorreram aos financiamentos diretos e indiretos do banco. Já a melhor média (valor total dividido pelo número de operações) pertenceu à Aurora com R\$ 13,1 milhões por contrato, seguida pela Agrária com R\$ 9 milhões, Castrolanda com R\$ 5,8 milhões e Cooperalfa com R\$ 5,7 milhões por contrato.

A **Tabela 62** manifesta a evolução detalhada das contratações de crédito das cooperativas estudadas entre 2003 e 2016. A soma das contratações das cooperativas variou de R\$ 1,5 bilhões à R\$ 412,7 milhões.

⁸⁴ A diferença de juros entre as operações diretas e indiretas decorre do fato de que, com o BNDES, as cooperativas realizaram contratações desde 2000, quando os juros eram elevados, fazendo com que a média fosse maior. Já as operações indiretas automáticas concentraram-se no período pós-2008, quando os juros foram menores. Na prática, as cooperativas pagam a mesma taxa de juros, independente da operação ser direta ou indireta. Conforme expresso no Capítulo II, a taxa de remuneração das instituições parceiras do BNDES já está incluída nos juros dos programas de crédito que serão pagos pelas cooperativas.

Tabela 62. Evolução dos financiamentos das cooperativas com políticas públicas – 2003 a 2016

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Coamo	49,5	46,7	80,7	23,3	23,1	42,9	137,3	99,7	132,9	140,8	184,5	145,7	285,7	90,5	1.483
Aurora	0,8	1,3	6,4	1,3	61,5	19,8	200,0	80,0	49,2	40,7	258,6	193,4	458,0	19,5	1.391
Lar	19,5	20,2	13,4	18,0	10,3	61,1	164,6	177,9	40,9	51,0	127,5	140,2	175,7	333,0	1.353
Agrária	-	9,9	-	14,5	-	118,0	41,6	87,7	94,0	51,4	440,3	172,7	114,0	71,8	1.216
Copacol	0,7	21,7	24,2	1,0	44,3	33,8	106,9	186,4	52,2	58,7	132,2	293,3	174,2	70,5	1.200
C.Vale	34,9	1,3	51,6	10,6	18,0	30,0	102,0	175,8	50,5	122,4	99,6	156,9	161,8	145,9	1.161
Cocamar	8,1	0,2	15,6	-	9,4	45,1	74,3	163,4	30,9	77,3	80,3	133,4	154,8	162,0	955
Castrolanda	7,0	7,0	14,6	7,6	16,9	23,6	97,0	105,9	39,2	98,2	176,4	72,3	89,3	95,0	850
Cooperalfa	10,0	2,5	12,0	7,1	16,2	28,9	62,2	93,5	68,6	20,0	124,9	87,9	111,6	10,8	656
Frimesa	0,3	3,4	5,9	42,4	10,7	0,2	43,6	89,0	57,6	123,5	31,8	78,3	100,9	49,8	637
Coopavel	3,3	19,2	2,6	55,2	21,1	7,2	55,1	45,2	27,2	11,2	60,4	54,2	78,3	40,7	481
Integrada	-	6,4	0,1	18,9	7,2	1,4	37,5	102,8	44,7	48,6	71,9	38,1	62,1	39,3	479
Frísia	7,9	-	-	-	7,0	-	50,0	118,4	61,3	9,2	63,7	28,9	49,7	16,6	412
Total	142	140	227	200	246	412	1.172	1.526	749	853	1.852	1.595	2.016	1.145	12.275

Valores Correntes em Milhões de R\$. Fonte: BNDES Transparência, vários anos.

Os financiamentos públicos das cooperativas concentraram-se entre 2009 e 2010 e de 2013 a 2015. Nesses anos, as cooperativas contrataram R\$ 8 bilhões, cerca de 65% do montante total financiado. Os anos com aumento na contratação coincidiram com os momentos em que houve maior disponibilidade de crédito e redução de juros. Já os momentos de diminuição dos empréstimos, como em 2011, 2012 e 2016, tiveram relação com as crises econômicas no plano externo e interno (em 2011 e 2012, associado aos desdobramentos da crise internacional de 2008; já em 2016, em razão da crise político-econômica interna). Neste sentido, a tomada de crédito pelas cooperativas não dependeu apenas da disponibilidade de recursos e das taxas de juros, mas obedeceram também ao contexto econômico interno e externo. Mesmo com recursos fartos e baratos no pós-2008, houve momentos em que as cooperativas retardaram suas contratações devido às incertezas sobre exportações, mercados, preços e etc.

É importante ressaltar que os valores baixos entre 2003 e 2008 devem-se à disponibilidade menor de crédito oficial. No início da década de 2000, os programas de crédito, tanto gerais à agricultura como específicos para o cooperativismo agropecuário, tinham poucos recursos para investimento, crescendo principalmente no pós-2008 (informações detalhadas no Capítulo II).

A Coamo obteve a maior contratação dentre as cooperativas, R\$ 1,48 bilhão. Desde 2003, a instituição já se sobressaía na tomada do crédito público, com seu maior empréstimo em 2015, R\$ 286 milhões. A Aurora, com R\$ 1,39 bilhão, somou a segunda maior contratação. Até 2009, a central financiou apenas R\$ 91 milhões e, de 2013 a 2015, contratou R\$ 910 milhões, 61,5% do total do período. Somente em 2015, a cooperativa registrou R\$ 458 milhões em empréstimos.

A Lar financiou valores próximos aos da Aurora e Coamo. Ao todo, a cooperativa captou R\$ 1,35 bilhão, concentrados em 2009, 2010, 2015 e 2016. A Agrária somou R\$ 1,21 bilhões de financiamentos públicos no período, com a maior contratação de R\$ 440,3 milhões em 2013. A Copacol, com R\$ 1,2 bilhão e C.Vale, com R\$ 1,1 bilhão, encerraram o grupo de cooperativas com empréstimos acima de um bilhão de reais entre 2003 e 2016.

A Cocamar logrou R\$ 955 milhões, com as maiores contratações em 2010 e 2016, de R\$ 163 milhões e R\$ 162 milhões. A Castrolanda totalizou R\$ 850 milhões, com o maior empréstimo de R\$ 176 milhões em 2013 e, após isso, reduziu os financiamentos, mantendo-se entre R\$ 72 milhões e R\$ 95 milhões.

A Cooperalfa e Frimesa registraram contratações semelhantes: R\$ 656 milhões e R\$ 637 milhões, respectivamente. O maior empréstimo da Cooperalfa ocorreu em 2013, com R\$ 124,9 milhões, e o da Frimesa foi em 2012, com R\$ 123,5 milhões.

A Coopavel, Integrada e Frísia contrataram no período valores de R\$ 412 milhões a R\$ 481 milhões. A Frísia teve o maior número de anos sem operações de crédito: 2004, 2005, 2006 e 2008 e a Coopavel foi a única instituição que não registrou financiamento anual acima de R\$ 100 milhões.

O crédito público esteve na base dos investimentos e crescimento econômico e geográfico das cooperativas. O crédito, aliado às boas condições de preço e mercado, fizeram com que as cooperativas investissem em sistemas produtivos e comerciais. O auge das contratações ocorreu entre 2013 e 2015, momento em que as cooperativas, incentivadas pela expansão do consumo interno e ampliação do mercado externo, investiram nas cadeias produtivas de grãos (farelo e óleo, ração, farinha, sementes e malte), carnes (aves, suínos e peixes) e leite (derivados lácteos). Entre 2010 e 2015, o faturamento das cooperativas saltou de R\$ 21 bilhões para R\$ 49 bilhões, aumento de 133%.

Para dimensionar a importância dos recursos providentes das operações diretas e indiretas com o BNDES, pode-se comparar com o total pago pelas cooperativas em financiamentos no período de 2003 e 2015 (que engloba os financiamentos adquiridos no mercado e com políticas de crédito exceto BNDES): 61,5% na Cooperalfa, 31% na Castrolanda, 30,2% na Frimesa, 29% na Copacol, 27,8% na Cocamar, 23,4% na Aurora, 22% na Lar, 16,2% na Coopavel, 15,6% na C.Vale, 15,4% na Coamo, 14,6% na Frísia e 13,3% na Integrada.⁸⁵

Vale mencionar que as cooperativas agropecuárias estiveram entre os maiores tomadores de crédito do BNDES dentro do agronegócio nacional. Grandes empresas privadas do setor contrataram, no mesmo período, em operações diretas e indiretas com o banco, as seguintes somas: BRF R\$ 3,2 bilhões, JBS R\$ 1,5 bilhão, Copersucar R\$ 1,3 bilhão, Granol R\$ 768 milhões, Cargill R\$ 714 milhões, Louis Dreyfus R\$ 689 milhões, Perdigão R\$ 570 milhões, Caramuru Alimentos R\$ 464 milhões,

⁸⁵ O cálculo leva em consideração a participação dos financiamentos diretos e indiretos com BNDES no total de financiamento pago pelas cooperativas no período de 2003 a 2015. Ele não demonstra a participação total dos recursos públicos nos financiamentos externos das cooperativas, mas apenas aqueles contratados com o BNDES.

Maggi R\$ 313 milhões, Nestlé R\$ 253 milhões, Seara R\$ 241 milhões, Marfrig R\$ 233 milhões, Nidera R\$ 208 milhões, Minerva Foods R\$ 184 milhões, Belagrícola R\$ 142,5 milhões e Bunge R\$ 110 milhões. Algumas dessas empresas possuíram receitas e ativos maiores do que as cooperativas analisadas, porém, com empréstimos inferiores. Em parte, a participação menor das empresas privadas nos financiamentos junto ao BNDES deve-se à capacidade que elas possuem de levantar recursos a partir de operações com o mercado, com a venda de ações e títulos de dívida. Esse tipo de capitalização é impossível às cooperativas.

Em algumas operações de capitalização via mercado, o BNDES alocou recursos públicos em troca de participação acionária ou debêntures (BNDES Participações S.A.). Por exemplo, a JBS adquiriu, entre 2007 e 2010, cerca de R\$ 5,6 bilhões em operações de renda variável com BNDES, ou seja, quando o banco adquiriu ações ou debêntures em troca dos valores aplicados na empresa. Esse dinheiro foi usado pela JBS para internacionalização, aquisição de empresas e ativos em outros países. Em 2009, no âmbito da criação da BRF com a união da Perdigão e Sadia, o banco desembolsou R\$ 400 milhões em troca de participação acionária, tornando-se fundamental para consolidação da nova empresa. Entre 2007 e 2012, o BNDES aplicou R\$ 3,6 bilhões, recebíveis em ações e debêntures, para internacionalização e investimentos da Marfrig, incluindo a aquisição da Seara Alimentos Ltda. e suas filiais na Europa e Ásia, que estavam no controle da Cargill, pelo valor de R\$ 2,5 bilhões pagos em debêntures (BNDES, 2017).

A **Tabela 63** distingue os financiamentos realizados pelas cooperativas segundo as suas finalidades. Os valores presentes na tabela correspondem apenas aos financiamentos diretos com o BNDES e os indiretos não-automáticos, equivalendo a R\$ 5,1 bilhões, ou seja, 41,4% do montante total financiado pelas cooperativas estudadas (os recursos das operações indiretas automáticas não possuem detalhes de sua finalidade). A ordem da tabela foi definida de acordo com a soma dos financiamentos totais de cada cooperativa.

Na *Armazenagem* foram consideradas as operações que contemplassem investimentos em sistemas de armazenagem e comercialização (armazéns, silos, prédios comerciais, estruturas de recebimento e de secagem de grãos). Na *Industrialização* foram apreciados os financiamentos relacionados à aquisição ou construção de estruturas produtivas (unidades industriais, máquinas e equipamentos relacionados à indústria). No *Capital de Giro* aparecem os financiamentos de capital de giro e de integralização de cotas-partes (financiamento dos

débitos de sócios relativos a subscrições efetuadas de cotas-partes do capital social).

Os valores de cada finalidade não são precisos, pois alguns empréstimos contemplavam, no mesmo contrato, investimento industrial e em armazenagem ou industrial e capital de giro. Nesses casos, foi considerado o empreendimento principal, que em geral foi a industrialização.

Tabela 63. Financiamentos públicos das cooperativas por finalidade – 2003 a 2016

	Armazenagem	Industrialização	Capital de Giro	Total
Aurora	23.729	796.683	75.841	896.253
Copacol	94.194	601.474	-	695.668
Lar	353.124	334.066	7.000	694.190
Agrária	221.445	427.418	-	648.863
Coamo	448.447	153.779	-	602.226
Cocamar	311.099	65.077	-	376.176
C.Vale	73.104	168.490	78.705	320.299
Castrolanda	41.750	264.159	-	305.909
Cooperalfa	71.784	84.154	48.311	204.249
Coopavel	-	174.311	-	174.311
Frimesa	-	136.584	-	136.584
Integrada	18.896	39.482	-	58.378
Frísia	-	27.500	-	27.500
Total	1.657.573	3.273.178	209.857	5.140.609

Valores em Mil R\$ Correntes. Fonte: BNDES Transparência, vários anos.

A industrialização foi a finalidade com maior volume de crédito, R\$ 3,27 bilhões, cerca de 63,7% do total da tabela. Os financiamentos para armazenagem das cooperativas somaram R\$ 1,65 bilhão, 32% do total e o crédito para capital de giro somou apenas R\$ 209,8 milhões. Como os dados expressam as somas de operações diretas e indiretas não-automáticas, é natural que a maior parte dos recursos fosse para investimentos produtivos ou comerciais, pois essa é a área central de atuação do BNDES. Outro ponto que contribuiu para minimizar a participação do financiamento de capital de giro é que, muitas vezes, essa finalidade já estava incluída nos contratos de industrialização, sendo contabilizados nesta finalidade.

A cooperativa mais relevante na tabela foi a Aurora, cujos recursos predominaram na industrialização, totalizando R\$ 796 milhões. Por ser uma cooperativa que atua especificamente na industrialização, os financiamentos de armazenagem foram baixos, apenas R\$ 23,7 milhões, inferiores aos de capital de giro, com R\$ 75,8 milhões. A Copacol também registrou grandes contratações para indústria, somando R\$ 601 milhões, com outros R\$ 94 milhões destinados à armazenagem.

A Lar somou R\$ 353 milhões para armazenagem e R\$ 334 milhões para industrialização, com R\$ 7 milhões para capital de giro. A Agrária teve R\$ 221 milhões para armazenagem e R\$ 427 milhões para industrialização, sendo a terceira cooperativa com maior captação de recursos para investimentos na indústria.

A Coamo apresentou a maior contratação para armazenagem, com R\$ 448 milhões, com R\$ 154 milhões para industrialização. Na Cocamar também predominaram os financiamentos à armazenagem, com R\$ 311 milhões contra R\$ 65 milhões para a industrialização.

A cooperativa C.Vale exibiu a maior contratação de capital de giro, com R\$ 78,8 milhões. O valor destinado à indústria foi de R\$ 168 milhões, com R\$ 73 milhões para armazenagem. A Castrolanda, com R\$ 264 milhões para a indústria, revelou a quinta melhor posição na finalidade, além de R\$ 41,7 milhões para armazenagem. A Cooperalfa financiou a maior parcela dos recursos para industrialização, R\$ 84 milhões, seguida pela armazenagem, R\$ 71,7 milhões, e capital de giro, R\$ 48 milhões.

A Coopavel com R\$ 174 milhões, Frimesa com R\$ 136,5 milhões e Frísia com R\$ 27,5 milhões realizaram financiamentos somente com objetivo industrial. A Integrada somou R\$ 18 milhões para armazenagem e R\$ 39 milhões para industrialização. É importante lembrar que os dados presentes na tabela referem-se apenas às operações diretas e indiretas não-automáticas, refletindo uma parte dos financiamentos públicos realizados por cada cooperativa.

Mesmo com o limite da amostragem, a tabela permite inferir que as maiores parcelas dos financiamentos públicos realizados pelas cooperativas estudadas destinaram-se aos investimentos, primeiro em empreendimentos industriais e depois em ampliação dos sistemas de armazenagem. Foi justamente nesta finalidade que as empresas tiveram maior dependência dos recursos públicos, devido à carência de linhas para investimentos nos bancos privados e à impossibilidade de captar esse tipo de crédito no mercado financeiro.

A **Tabela 64** exprime os financiamentos das cooperativas com recursos do PRODECOOP e PROCAP-AGRO e a participação dos

programas no valor total captado pelas mesmas com o BNDES (direta e indiretamente).

Tabela 64. Participação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO nos financiamentos das cooperativas com o BNDES – 2003 a 2016

	Prodecoop	Procap-Agro	Soma	Participação¹
Aurora	885.782	258.000	1.143.782	80,4%
Lar	659.689	345.495	1.005.184	74,2%
C.Vale	619.177	275.192	894.369	77,0%
Coamo	654.414	206.500	860.914	57,4%
Agrária	532.206	286.694	818.900	67,4%
Castrolanda	516.613	258.000	774.613	91,1%
Copacol	675.607	34.079	709.686	59,1%
Cocamar	444.787	261.500	706.287	73,5%
Frimesa	344.350	215.300	559.650	87,8%
Cooperalfa	194.738	241.800	436.538	66,5%
Integrada	132.177	261.700	393.877	81,9%
Coopavel	214.459	173.050	387.509	80,5%
Frísia	122.184	247.861	370.045	89,7%
Total	5.996.183	3.065.171	9.061.354	73,5%

Participação¹: *Corresponde a participação perceptual do PRODECOOP e PROCAP-AGRO nos financiamentos totais realizados pelas cooperativas em operações diretas e indiretas com o BNDES. Valores Correntes em Mil R\$.*

Fonte: BNDES Transparência, 2003 a 2016.

O valor financiado do PRODECOOP e PROCAP-AGRO foi de R\$ 9 bilhões, equivalente a 83% do crédito captado pelas treze cooperativas em operações com o BNDES. As empresas com maior contratação foram a Aurora com R\$ 1,14 bilhão e a Lar com R\$ 1 bilhão. A Frísia, com R\$ 370 milhões, registrou a menor contratação com os programas.

Os dados de participação revelam a importância das políticas para o cooperativismo, uma vez que foram as principais linhas acionadas pelas cooperativas dentro do banco. Em algumas instituições, praticamente todo o financiamento ocorreu pelas políticas, como na Castrolanda, cuja participação foi de 91%. As cooperativas com menor participação foram Coamo e Copacol, com 57% e 59% respectivamente, ainda assim, representaram taxa de participação elevada dos programas.

Além do PRODECOOP e PROCAP-AGRO, outras políticas de crédito participaram dos financiamentos das cooperativas, como o PCA,

BNDES Finame e PRONAF Investimento. No caso do PCA, as cooperativas estudadas contrataram, até 2016, cerca de R\$ 1,2 bilhão para a construção de sistemas de armazenagem. Neste programa, destacaram-se a Copacol e Coamo, com R\$ 255 milhões e 235 milhões financiados.

O PRODECOOP e PROCAP-AGRO aplicaram, em valores correntes, R\$ 22,6 bilhões de 2003 a 2016. Como apontado no terceiro capítulo, a maior parte desse crédito concentrou-se nos estados da Região Sul, com ênfase no Paraná. Somente as treze cooperativas presentes na tabela, que são as maiores do Sul, foram responsáveis por R\$ 9,0 bilhões, equivalendo a 40% do total dos programas. Isso indica que as políticas de crédito específicas para o cooperativismo agropecuário ficaram concentradas nas grandes instituições do setor. As duas cooperativas de Santa Catarina – Cooperalfa e Aurora – foram responsáveis por captar 40,4% do montante total aplicado pelo PRODECOOP e PROCAP-AGRO no estado, enquanto as onze cooperativas do Paraná captaram 58% dos valores dos programas no estado.

Para finalizar esse item, foram detalhados os valores financiados pelas cooperativas no BNDES de acordo com a instituição financeira. Apesar do crédito ser gerenciado pelo BNDES, algumas políticas permitiram a participação de instituições financeiras privadas na distribuição do crédito, desde que credenciadas no BNDES.⁸⁶ O PRODECOOP e PROCAP-AGRO, principais programas de crédito ao cooperativismo, devido a mudanças na legislação original, puderam ser operados por bancos privados credenciados no BNDES.

A **Tabela 65** expressa a participação dos principais bancos no financiamento de cada uma das cooperativas estudadas. Foram considerados os bancos com empréstimos superiores a R\$ 100 milhões, totalizando doze instituições.

⁸⁶ A rede de instituições financeiras cadastradas no BNDES tem a finalidade de ampliar o território de atuação do banco e facilitar a disponibilização dos recursos. A lista de instituições financeiras é atualizada periodicamente e pode ser consultada no site do BNDES:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas>.

Tabela 65. Financiamento das cooperativas com recursos do BNDES por instituição financeira – 2003 a 2016

	BRDE	BNDES	Banco ABC	Banco do Brasil	Itaú	Banco Safra	Bradesco	Santander	Banco Votorantim	Banco Pine	Kirkon Bank - HSBC	Rabobank
Coamo	518,0	-	-	238,7	312,2	127,3	163,2	62,4	21,0	-	12,2	26,3
Aurora	387,6	445,9	188,6	135,5	167,1	13,5	-	-	14,0	8,0	45,8	-
Lar	353,9	511,1	47,1	67,0	41,5	37,4	60,4	38,4	48,9	32,0	14,7	2,8
Agrária	365,5	93,5	172,4	253,5	91,7	109,4	0,5	98,8	-	2,8	25,2	-
Copacol	384,1	359,8	83,5	104,3	45,0	35,1	55,7	37,1	39,7	13,7	27,8	-
C.Vale	449,3	109,9	117,6	73,9	8,3	76,8	117,9	30,0	76,5	11,6	11,0	10,0
Cocamar	204,1	344,6	91,3	-	30,0	30,1	24,3	15,0	112,0	65,8	3,0	8,0
Castrolanda	358,7	99,8	239,0	26,0	11,6	25,5	11,1	37,7	27,0	-	10,0	3,0
Cooperalfa	417,5	15,8	56,0	51,0	50,0	65,8	-	-	-	-	-	-
Frimesa	330,8	-	67,3	13,1	-	10,0	25,9	96,0	14,0	34,0	-	10,0
Integrada	142,3	-	72,6	95,4	10,0	20,5	4,5	45,0	25,0	5,0	11,9	35,0
Coopavel	89,4	144,3	11,0	81,6	2,0	39,0	26,2	-	-	24,5	-	10,0
Frísia	57,5	-	124,1	74,0	39,7	55,8	10,3	5,0	17,0	5,0	24,4	-
Total do Banco	4.058	2.125	1.270	1.214	809	646	500	465	395	202	186	105

Valores Correntes em Milhões de R\$. Fonte: BNDES Transparência, vários anos.

A maior parte dos recursos oriundos do BNDES às cooperativas foi operacionalizado pelo BRDE, R\$ 4 bilhões, com 33% do montante total financiado pelas cooperativas. O BRDE, por atuar exclusivamente no Sul, local de maior desenvolvimento do cooperativismo no meio rural, e por ter tradição em financiar este setor, acabou sendo o principal agente de capitalização das cooperativas estudadas. Muitas cooperativas tiveram o apoio do banco desde o surgimento.

O BNDES foi o segundo em desembolsos, com R\$ 2,1 bilhões, 17,2% do total. De acordo com informações coletadas em trabalhos de campo, nas negociações diretas com o BNDES há maior burocracia, pois as empresas precisam dar garantias para efetuar o financiamento, o que pode encarecer ou atrasar as operações de crédito. Em geral, a presença do banco intermediário, público e privado, no financiamento às cooperativas deve-se à agilidade das contratações, uma vez que as condições de pagamento, prazos e garantias são tratadas com a instituição financeira parceira do BNDES, tornando a negociação menos burocrática e mais rápida.

O Banco ABC, instituição privada, apareceu com R\$ 1,27 bilhão, cerca de 10% do total, ficando à frente do Banco do Brasil, que teve R\$ 1,21 bilhão, 9,8% do total. Outros bancos com participação expressiva foram: Itaú R\$ 809 milhões, Banco Safra R\$ 646 milhões, Bradesco R\$ 499 milhões, Santander R\$ 465 milhões e Banco Votorantim R\$ 395 milhões. Houve ainda a presença de algumas instituições financeiras estrangeiras, caso do Rabobank (Holanda), China Construction Bank (China), Citibank (EUA) e Banco De Lage Landen (Holanda), contudo, com pouca importância em valores. Ao todo, cerca de trinta bancos participaram dos financiamentos das treze cooperativas com o BNDES.

Apesar de em maior quantidade, os bancos privados retrataram o menor valor aplicado, R\$ 4,86 bilhões (39,4%), contra R\$ 7,47 bilhões (60,6%) dos bancos públicos (BRDE, BNDES, Banco do Brasil, Banrisul e Caixa Econômica). No caso dos bancos privados, geralmente são utilizados pelas cooperativas em contratos de menor valor, de crédito para giro e de curto prazo. Nas negociações que envolveram empreendimentos de grande valor, as cooperativas optaram por contratar direto com o BNDES ou BRDE.

Os bancos privados, embora com condições de financiarem as cooperativas com recursos próprios, atuaram como intermediários entre o Estado e as cooperativas, repassando crédito de origem pública ao setor. Os maiores juros e menores prazos prejudicaram a tomada de recursos das cooperativas agropecuárias em linhas de crédito do mercado. Em contraposição, a atuação dos bancos privados foi fundamental para

pulverizar os programas oficiais, garantindo que as cooperativas ampliassem o acesso aos recursos públicos quando atingiam os limites de crédito nos bancos públicos ou quando não possuíam ativo imobilizado disponível para garantias aos novos empréstimos.

Ainda, os bancos privados foram utilizados pelas cooperativas selecionadas em operações de antecipação de recebíveis e de exportações, em operações de contratos de câmbio e como alternativa aos investimentos e aplicações financeiras, oferecendo maior retorno ao capital das empresas (em algumas cooperativas foi constatado que na utilização dos bancos privados como repassadores de recursos públicos foi negociado uma contrapartida, por exemplo, com a escolha do banco que ofereceu melhores condições para rendimentos do capital das cooperativas).⁸⁷

O BRDE e Banco Safra foram as únicas instituições financeiras acessadas por todas as cooperativas estudadas. A Coamo, que registrou a maior contratação de recursos, não teve nenhuma operação direta com o BNDES. A cooperativa acionou, sobretudo, o BRDE (R\$ 518 milhões), Banco do Brasil (239 milhões) e Itaú (R\$ 312 milhões).

A Aurora teve como principais agentes financeiros o BNDES (R\$ 446 milhões) e BRDE (R\$ 387,6 milhões). Conforme Fernando Miorelli, gerente financeiro da Aurora, até meados de 2009, a cooperativa não tinha nenhuma operação de crédito direta com o BNDES, contudo, nos últimos anos, o banco foi o principal financiador dos investimentos da empresa, principalmente nas aquisições de frigoríficos de suínos e aves no oeste catarinense.

A Lar efetivou o terceiro maior financiamento das cooperativas analisadas e acessou os recursos principalmente pelo BNDES (R\$ 511 milhões) e BRDE (353,9 milhões). Já a Agrária recorreu ao BRDE (R\$ 365,5 milhões) e Banco do Brasil (253,5 milhões), com contratações relevantes também no Banco ABC (R\$ 172 milhões), Banco Safra (R\$ 109 milhões), Itaú (R\$ 92 milhões) e Santander (R\$ 99 milhões).

A Copacol utilizou o BRDE (R\$ 384 milhões) e BNDES (R\$ 360 milhões) para os financiamentos, sendo o Banco do Brasil o terceiro agente com maior contratação de recursos (R\$ 104 milhões). A C.Vale contratou os valores, em sua maioria, através do BRDE (R\$ 449 milhões), Bradesco (R\$ 118 milhões) e Banco ABC (R\$ 117 milhões).

Os principais agentes financeiros na Cocamar foram BNDES (R\$ 344,6 milhões) e BRDE (R\$ 204 milhões). Na Castrolanda, destacaram-

⁸⁷ As operações de antecipação de recebíveis com exportações e contratos de câmbio serão detalhados nos itens 5.2 e 5.3 do Capítulo V.

se o BRDE (R\$ 359 milhões) e Banco ABC (R\$ 239 milhões). Os financiamentos da Cooperalfa ocorreram majoritariamente com o BRDE (R\$ 417,5 milhões), assim como na Frimesa (R\$ 330,8 milhões). A Integrada registrou contratações com o BRDE (R\$ 142 milhões), Banco do Brasil (95 milhões) e Banco ABC (R\$ 72,6 milhões).

A Coopavel acionou o BNDES (R\$ 144 milhões), seguido pelo BRDE (89,4 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 81,6 milhões). A Frísia foi a única cooperativa cujo principal financiador foi um banco privado, no caso, o Banco ABC (R\$ 124 milhões), seguido pelo Banco do Brasil (R\$ 74 milhões).

4.2 O crédito público e a expansão geoeconômica das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul

O crédito rural público é a expressão do capital financeiro estatal. Foi a partir do capital e da ação do Estado que as cooperativas agropecuárias cresceram produtivamente e expandiram-se territorialmente desde a segunda metade do século XX. Após 2003, devido às mudanças no panorama político e econômico, ocorreu o revigoramento do capital financeiro público, com o aumento de recursos para políticas de crédito e fortalecimento dos agentes financeiros estatais.

As cooperativas agropecuárias foram amplamente beneficiadas pela reestruturação das políticas de crédito, contratando volumosos recursos públicos, empregados principalmente para investimentos produtivos e comerciais. A maior parte dos valores do crédito ao cooperativismo foi aplicado nos estados do Sul, com destaque para as grandes cooperativas agropecuárias, com maior capacidade de investimento e endividamento.

Em resumo, o crédito público atuou das seguintes formas nas cooperativas agropecuárias estudadas: custeio aos associados (cuja produção foi repassada à cooperativa para comércio ou industrialização), custeio industrial (crédito para custear as despesas com a produção industrial realizada na cooperativa), capital de giro (manutenção das operações econômicas da instituição com sócios, trabalhadores, compradores e fornecedores), saneamento financeiro (renegociação de dívidas da cooperativa ou de sócios) e investimentos (construção, modernização ou aquisição de ativos imobilizados, com ênfase na indústria e armazenagem).

Relativo aos agentes financeiros, evidenciaram-se o BNDES (investimentos), o BRDE (repasso de programas do BNDES para investimento), Banco do Brasil (repasso de recursos do BNDES e do

SNCR) e outros bancos públicos e privados que também desembolsaram recursos obrigatórios (SNCR).

Esse item aborda a participação das diferentes políticas de crédito na evolução econômica e geográfica das maiores cooperativas do Sul, ou seja, detalha qual o emprego que os recursos oficiais tiveram em cada cooperativa e como isso relaciona-se com o crescimento das mesmas. Neste momento, serão pormenorizadas as informações da Cooperalfa, Aurora, C.Vale, Agrária, Lar, Coopavel, Frísia, Castrolanda, Coamo e Cocamar.

O presente item, diferente do anterior que verificou apenas os financiamentos com origem no BNDES, ressalta a participação de todas as políticas de crédito utilizadas pelas cooperativas estudadas. As informações permitirão identificar, com maior exatidão, o papel das políticas de crédito no processo de capitalização e crescimento geoeconômico das cooperativas após 2000. Os dados foram coletados nos relatórios anuais, demonstrativos contábeis, BNDES Transparência e em entrevistas realizadas com as gerências financeiras das cooperativas.

Ao final dos subitens é retratado no **Mapa 26** (página 337) a distribuição espacial de alguns investimentos das cooperativas com a participação dos financiamentos públicos. Além das informações das dez cooperativas examinadas – Cooperalfa, Aurora, C.Vale, Agrária, Coopavel, Lar, Frísia, Castrolanda, Coamo e Cocamar – serão demonstrados os investimentos da Copacol, Integrada e Frimesa.

4.2.1 Cooperalfa

Nos anos 2000, a expansão econômica e espacial da Cooperalfa baseou-se nos programas de financiamento público e em recursos próprios. A cooperativa atuou, sobretudo, nas cadeias produtivas de grãos (sementes, óleo, farelo, ração, farinha) e na produção de suínos, aves e leite que foram destinados à central Aurora para agregação de valor industrial.

De acordo com o gerente financeiro da cooperativa, Nelson José Guarezi, que ocupa o cargo desde 1990, no crescimento econômico nos anos 2000, que elevou as receitas da empresa de R\$ 270 milhões em 2000 para R\$ 2,6 bilhões em 2016, foram decisivos a questão gerencial, os investimentos em industrialização e, principalmente, a ampliação territorial com a anexação de outras cooperativas, que permitiram aumentar a coleta da produção de grãos. Em todos esses fatores, a presença do crédito público foi central.

A **Tabela 66** identifica a participação do crédito oficial nos financiamentos da Cooperalfa entre 2003 e 2015. Foram considerados todas as linhas de financiamento público acionadas pela cooperativa: RECOOP, PESA, Securitização, PRODECOOP, FINAME, PRONAF (custeio e investimento), PROCAP-AGRO, PCA e recursos do SNCR (repasso aos cooperados).

Tabela 66. Composição dos financiamentos públicos da Cooperalfa – 2003 a 2015

	Recoop PESA Securit.	SNCR	Prodecoop PCA Finame	Procap- Agro	Pronaf	Total	%¹
2003	46,4	16,4	1,6	-	-	64,4	100%
2004	40,4	14,5	7,8	-	-	62,8	98,6%
2005	39,6	21,2	12,9	-	-	73,8	98,3%
2006	33,4	22,4	27,0	-	-	82,9	99,1%
2007	31,2	41,7	34,9	-	-	107,9	100%
2008	27,9	33,3	50,3	-	-	111,6	91,9%
2009	27,5	38,2	110,4	-	-	176,1	99,8%
2010	8,2	12,9	80,8	87,9	-	189,9	100%
2011	7,7	22,5	70,4	128,5	10,0	239,2	100%
2012	7,2	35,8	71,9	112,1	34,1	261,3	100%
2013	6,7	71,7	76,6	128,0	38,3	321,4	100%
2014	6,2	114,9	97,5	110,4	65,4	394,5	100%
2015	5,6	159,6	147,5	73,6	87,9	474,4	95,8%
2016	5,0	152,5	147,6	33,8	69,5	440,8	100%
2017	3,7	130,7	177,9	-	69,2	381,6	100%

¹Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Cooperalfa, vários anos.

Nos anos observados houve aumento dos contratos e diversificação de políticas utilizadas pela Cooperalfa. As linhas acessadas pela cooperativa tiveram diferentes finalidades: repasse de custeio aos associados, custeio industrial, comercialização, alongamento ou renegociação de dívidas, capital de giro e investimento. Entre 2003 e 2017, o valor em débito com as políticas de crédito ampliou de R\$ 64 milhões para R\$ 474 milhões em 2015. Na maioria dos anos, os valores presentes na tabela corresponderam a 100% dos financiamentos da cooperativa, ou seja, quase todo o recurso externo acessado pela Cooperalfa originou-se das linhas oficiais de crédito.

A Cooperalfa acessou os três programas de saneamento financeiro. O primeiro a ser contratado, ainda na década de 1990, foi o RECOOP para renegociação de cotas-partes, capital de giro e investimentos. Em 2002, a cooperativa já havia contratado mais R\$ 20 milhões com o RECOOP, com destaque para os novos investimentos. O crédito do PESA começou em 2001, com R\$ 5 milhões para cotas-partes e, a partir de 2003, a cooperativa acionou a Securitização, negociando R\$ 24 milhões para alongar dívidas que tinha com vários bancos.

Entretanto, o maior crescimento da cooperativa deu-se pelo uso dos programas de crédito para investimento, notadamente o PRODECOOP, acionado desde 2003. O programa foi a principal política usada pela cooperativa devido às condições atrativas de juros, prazos de pagamento e volume de recursos disponíveis. Consoante Nelson Guarezi, na área de ação da Cooperalfa, a armazenagem de grãos, os custos operacionais e de investimentos são elevados e as margens de lucro baixas. O PRODECOOP e, mais recentemente o PCA, favoreceram os investimentos em armazenagem, impulsionando a expansão geográfica da cooperativa.

Os financiamentos do PRODECOOP, PCA e FINAME, cuja finalidade foi investimento, foram agrupados em uma coluna na tabela. O maior débito da cooperativa com o PRODECOOP foi em 2009, com R\$ 72,9 milhões, responsável 41% de todo o valor financiado pela Cooperalfa no ano. No caso do PCA, as contrações iniciaram em 2013 e somaram R\$ 82 milhões em 2017. O crédito pelo FINAME teve volume inferior, com o máximo de R\$ 17 milhões em 2014.

Ao todo, os investimentos da Cooperalfa somaram R\$ 178 milhões em 2017, 11.000% a mais que em 2003.⁸⁸

Os recursos do PROCAP-AGRO também foram usados pela Cooperalfa, com a finalidade de capital de giro, principalmente pelos juros reduzidos e pelo maior prazo de pagamento. Em 2010, a cooperativa chegou a usar o programa para saldar dívidas com outras linhas de crédito, como PRODECOOP, RECOOP e FINEM. Contudo, como frisou Nelson

⁸⁸ No grupo “investimentos”, entre 2009 e 2017, foram acrescidos os financiamentos de cotas-partes realizadas pela Cooperalfa e repassados à Aurora. Esses recursos, que equivaleram a R\$ 70 milhões, foram utilizados pela central para várias obras: em 2008/09, a Cooperalfa repassou à Aurora R\$ 14 milhões para a fábrica de rações em Cunha Porã/SC; em 2009/10 foram R\$ 25 milhões para indústria de leite em Pinhalzinho/SC e, em 2015, R\$ 20 milhões para o frigorífico de aves de Mandaguari/PR (Informação do Departamento Financeiro da Cooperalfa).

Guarezi, ultimamente essa linha de financiamento ficou inviável devido ao aumento dos custos (os juros elevaram-se de 5,5% para 9% ao ano e para 3,7% ao ano mais TJLP de 7% em 2017). Os maiores débitos da cooperativa com o PROCAP-AGRO foram R\$ 128 milhões em 2011 e 2013.

Devido às especificidades produtiva e social da cooperativa (elevada participação, acima de 70%, da produção e sócios oriundos da agricultura familiares), o PRONAF Investimento foi uma possibilidade de contratação de recursos públicos. Apesar das taxas mais baixas nos juros, o teto financiável (R\$ 35 milhões) limitou a utilização do programa. Na **Tabela 66**, os contratos com o PRONAF totalizaram R\$ 88 milhões em 2015. A Cooperalfa e Aurora foram as únicas, dentre as cooperativas estudadas, a utilizar o PRONAF para a expansão industrial.

Na mesma tabela, estão presentes os valores decorrentes de financiamento com linhas de crédito do SNCR, com destaque para custeio repasse e industrial, fornecimento de insumos aos sócios, EGF e AGF, adiantamento a cooperados e desconto de NPR (Nota do Produtor Rural), os dois últimos para comercialização. Essas linhas aumentaram de R\$ 7 milhões em 2000 para R\$ 159 milhões contratados em 2015. Como os recursos foram majoritariamente de curto prazo, é possível estipular quanto a cooperativa contratou: R\$ 889 milhões de 2003 a 2015.

No âmbito estadual, também foram verificados incentivos ao cooperativismo catarinense. Devido à deficiência estadual na produção e armazenagem de grãos, especialmente milho, o governo de Santa Catarina criou um programa de apoio aos investimentos em armazenagem, o programa Armazenar, que reembolsava 50% dos juros pagos pelas empresas em financiamento para construção de silos e armazéns. A partir do convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, à medida que a empresa saldava os compromissos financeiros, era reembolsada pelo governo estadual. A Cooperalfa beneficiou-se de tal política.⁸⁹

⁸⁹ Em 2014, o Programa Armazenar assinou convênio com seis cooperativas agropecuárias do estado – Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil), Cooperativa Agropecuária Campos Novos (Coopercampos), Cooperativa Agroindustrial Alfa (Cooperalfa), Cooperativa Agropecuária Camponovense (Coocam), Cooperativa Aurora Alimentos e Cooperativa Agropecuária São Lourenço (Caslo). Os investimentos das seis cooperativas e mais um produtor individual chegaram a R\$ 100 milhões, sendo R\$ 26,2 milhões de subvenções do Governo do Estado aos juros em 15 anos (CANAL RURAL, 2014).

O **Quadro 01** descreve os principais investimentos realizados pela Cooperalfa a partir de 2000, revelando o tipo e local do empreendimento, valor total e financiado, banco de origem e programa de crédito envolvido. A soma dos investimentos demonstrados no quadro foi de R\$ 231 milhões, dos quais, R\$ 157 milhões com recursos públicos. Dentre as políticas, destacou-se o PRODECOOP, PCA e PRONAF e o BRDE e BNDES foram os principais bancos.

O maior empreendimento da cooperativa foi a construção da unidade de armazenagem e Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) de Xanxerê/SC em 2013, com R\$ 44,5 milhões do PCA e desembolso do BRDE. Em 2017, a cooperativa adquiriu sete unidades de recepção e armazenagem da Sementes Estrela, uma empresa do Rio Grande do Sul, com aplicação de R\$ 44 milhões em capital próprio. Essa aquisição, o segundo maior investimento, fez com que a cooperativa aumentasse sua capacidade de armazenagem de 11 milhões de sacas em 2015 para 13,8 milhões em 2017, ampliando o território de atuação para o noroeste do Rio Grande do Sul.

Em 2014, a Cooperalfa concluiu a fábrica de rações em Bom Jesus/SC, com investimento de R\$ 35 milhões do Pronaf Investimento e Finame PSI (para equipamentos). A UBS de Canoinhas/SC, ainda em construção, tem previsão orçamentária de 28 milhões, quase integralmente financiada pelo PCA, diretamente com o BNDES.

Quadro 01. Principais investimentos da Cooperalfa entre 2000 e 2017

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Xanxerê/SC	Silo e Unidade de Beneficiamento de Sementes	PCA (3,5% a.a.)	BRDE	44.508.900	45.689.526	2013/15
Erechim, Paulo Bento, Três Arroios, Viadutos, Erebangó, Quatro Irmãos e Áurea/RS	Aquisição de sete silos da empresa Sementes Estrela no Rio Grande do Sul	Recursos Próprios	-	-	44.000.000	2017
Bom Jesus/SC	Fábrica Ração	Pronaf Investimento e Finame Automático – PSI (2 % a.a.)	BRDE	35.206.495	35.210.537	2013/14
Canoinhas/SC	Unidade de Beneficiamento de Sementes	PCA (8,5% a.a.)	BNDES	28.000.000	28.140.350	2017/18
Xaxim/SC	Supermercado	Recursos Próprios	-	-	27.689.496	2016/17
Paula Freitas/SC	Silos	PCA (3,5% a.a.)	BNDES	17.661.477	18.716.969	2015/16
São Pascoal/SC	Silos	Pronaf Investimento e Finame Automático – PSI (2 % a.a.)	BRDE	15.749.020	17.368.056	2010/11
Chapecó/SC	Ampliação Capacidade de moagem Indústria de Trigo	Pronaf Investimento e PRODECOOP (5,5% a.a.)	BRDE	15.895.397	14.351.794	2012/13
Total	-	-	-	157.021.289	231.166.728	-

Valores em R\$ Correntes. Elaborado pelo Departamento Financeiro da Cooperalfa e encaminhado por Nelson Guarezi, gerente financeiro.

4.2.2 Aurora

A cooperativa central Aurora é formada atualmente por treze cooperativas agropecuárias singulares e atua especificamente na industrialização.⁹⁰ A integração entre a central e singulares ocorre nas cadeias produtivas de suínos, aves e leite, onde as filiadas direcionam à cooperativa central as matérias-primas para industrialização. Nos anos 2000, os investimentos e a expansão da Aurora estiveram em consonância com os investimentos das singulares, tornando o “Sistema Aurora” uma das organizações mais complexas do cooperativismo no Brasil.

A estratégia de crescimento da Aurora variou entre 2000 e 2015. No início da década, a cooperativa empenhou-se na construção de ativos operacionais, diversificando sua estrutura produtiva para as cadeias de aves e leite (até então concentrada na cadeia produtiva de suínos). Nesse momento, a cooperativa construiu um laticínio em Pinhalzinho/SC (com a adequação da antiga fábrica de sucos em 2000 e depois construção de nova unidade em 2007), frigorífico de suínos em Joaçaba/SC (2002), fábrica de rações em Cunha Porã/SC (2007) e frigorífico de aves em Canoinhas/SC e Carazinho/RS (2007) e modernização do frigorífico de suínos São Gabriel do Oeste/MT (2008). Esses investimentos movimentaram grandes quantias de capital público.⁹¹

⁹⁰ Em 2015, as cooperativas sócias possuíam o seguinte valor de capital social: Cooperativa Agroindustrial Alfa (R\$ 172,3 milhões – 25,6%), Cooperativa Produção e Consumo Concórdia (R\$ 129,9 milhões – 19,3%), Cooperativa A1 (R\$ 120,8 milhões – 17,9%), Cooperativa Agropecuária São Gabriel Oeste (R\$ 58,7 milhões – 8,7%), Cooperativa Regional Itaipu (R\$ 51,8 milhões – 7,7%), Cooperativa Regional Auriverde (R\$ 50 milhões – 7,4%), Cocari Cooperativa Agropecuária e Industrial (R\$ 35 milhões – 5,2%), Cooperativa Agropecuária Videirense (R\$ 21,2 milhões – 3,1%), Cooperativa Suinocultores Lacerdópolis (R\$ 11,5 milhões – 1,7%), Cooperativa Agropecuária Mista São Cristóvão (R\$ 9,6 milhões – 1,4%), Cooperativa Regional Agropecuária Campos Novos (R\$ 7,5 milhões – 1,1%), Cooperativa Agropecuária São Lourenço (R\$ 3,4 milhões – 0,5%) e Cooperativa Triticola Erechim (R\$ 535 mil – 0,07%). Ao todo, o capital social da Aurora somou R\$ 672,7 milhões em 2015.

⁹¹ Devido à crise internacional, que afetou o mercado consumidor externo e a disponibilidade de crédito interno, algumas obras foram paralisadas ou o ritmo foi diminuído de 2009 a 2011. Os frigoríficos de aves de Carazinho/RS e Canoinhas/SC foram projetados em 2007, com orçamento previsto de R\$ 800 milhões, contudo, em 2008, a Aurora adiou os investimentos, posteriormente abandonando-os.

A partir da crise global de 2008, a Aurora mudou a estratégia de expansão, privilegiando a locação, com possibilidade de aquisição, de unidades operacionais, sobretudo de frigoríficos já existentes. Nesse momento, devido aos desdobramentos da crise no mercado externo, muitas empresas de proteína animal do oeste catarinense estavam em dificuldade, tendo sido alugadas ou adquiridas pela Aurora. Essa forma de expansão garantiu que, num curto espaço de tempo, a central aumentasse bruscamente sua produção, pois não necessitava aguardar a construção da indústria e já contava com suprimento de matéria-prima.⁹² Em 2015, a Aurora possuía cinco frigoríficos alugados, três fábricas de rações e quatro granjas incubadoras, desembolsando ao todo R\$ 15,8 milhões em aluguel.

A base de todo o processo de expansão da cooperativa Aurora, após 2000, foram recursos do crédito oficial, oriundos sobretudo do PRODECOOP. Conforme Fernando Miorelli, gerente financeiro da Aurora desde 1984, “o crédito rural sempre foi nosso filé-mignon”, descrevendo o papel dos recursos públicos para o recente processo de expansão da cooperativa. Enquanto o BNDES e BRDE atuaram na capitalização para investimentos, os bancos privados, além de repassar o crédito rural (recursos obrigatórios), complementaram com o crédito para capital de giro e em operações de câmbio.

Em 2016, dos R\$ 2,8 bilhões contratados pela Aurora em instituições financeiras, R\$ 525 milhões eram com o BRDE (18,7%), R\$ 444 milhões com o Banco do Brasil (15,8%) e R\$ 406 milhões com o BNDES (R\$ 14,5%). A Caixa Econômica, Santander e Bradesco foram outros bancos com relevância nos financiamentos da cooperativa (AURORA, 2016).

No final dos anos noventa e início dos anos 2000, o RECOOP foi utilizado pela Aurora com objetivo de alongar e sanear dívidas financeiras, permitindo transformar débitos de curto prazo em longo prazo. Com o surgimento do PRODECOOP em 2003, o programa tornou-se a principal política para investimentos da instituição, destacando-se ainda mais no pós-2009, quando a central financiou a aquisição de várias unidades produtivas.

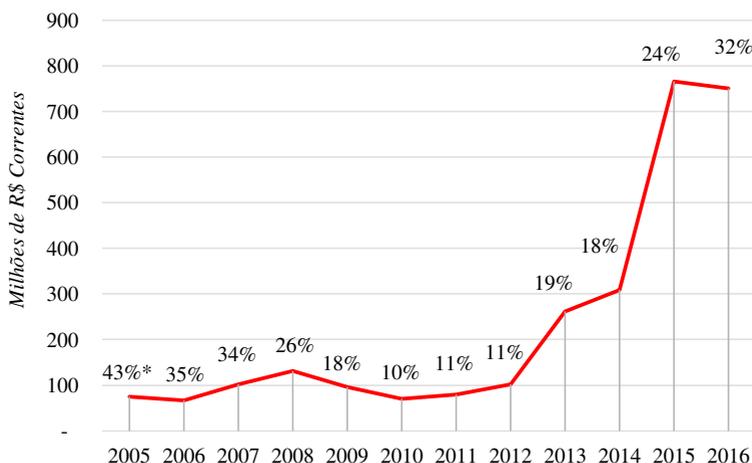
Atualmente, a cooperativa capta o máximo de recursos possíveis com o PRODECOOP, acionado diretamente com o BNDES ou BRDE. É interessante mencionar que, a partir da crise de 2008, a Aurora fez pressão

⁹² Entre 2009 e 2015, o número de aves abatidas pela Aurora dilatou de 104 milhões para 233 milhões e o número de suínos abatidos cresceu de 3,28 milhões para 4,47 milhões.

no Governo Federal e Ministério da Agricultura (MAPA) para que o PRODECOOP contemplasse também financiamento para aquisição de ativos existentes, exigindo uma mudança na base legal do programa. O objetivo da cooperativa era obter crédito para adquirir unidades industriais que estavam alugadas, possibilitando ampliar seus ativos. Em 2011, pela Resolução nº 3.979 do BCB, o programa passou a contemplar também a aquisição de ativos operacionais de empreendimentos existentes, inclusive o terreno no qual está instalado o empreendimento, relacionados às ações enquadradas.

O **Gráfico 16** expõe a evolução das contratações de financiamento para investimento em ativo fixo da Aurora entre 2005 e 2016. Os valores referem-se ao crédito público, sobretudo do PRODECOOP, acessados no BRDE ou BNDES.

Gráfico 16. Financiamentos de ativos fixos realizados pela Aurora – 2005 a 2016



* Participação nos financiamentos totais realizados pela Aurora. Fonte: Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis da Aurora, 2005 a 2016.

As contratações para investimento da Aurora elevaram-se de R\$ 74 milhões em 2005 para R\$ 750,7 milhões em 2017. Entre 2009 e 2012, como comentado anteriormente, a estratégia foi locar unidades industriais e, a partir de 2013, a cooperativa começou a financiar a aquisição de estruturas produtivas, geralmente frigoríficos. Foi nesse período que ocorreram as maiores contratações de crédito.

O gráfico aborda ainda a participação do crédito para investimento no total financiado pela Aurora. Em 2000, os empréstimos com essa finalidade representavam 43%, reduzindo para 10% em 2010 e 2011. Conforme os valores cresceram após 2013, a participação na composição total do financiamento dilatou, chegando a 24% em 2015 e 32,5% em 2016.

Além do PRODECOOP, a cooperativa contratou recursos do PCA para investimentos em armazenagem e FINAME para máquinas e equipamentos. A Aurora também obteve recursos do SNCR para custeio industrial e comercialização e do PROCAP-AGRO para capital de giro. Por ser uma central, a Aurora acessou recursos públicos via financiamento de cotas partes pelas cooperativas filiadas. O financiamento foi contratado pelas cooperativas singulares e repassado à Aurora para investimentos ou capital de giro. Esse tipo de operação ocorreu, com maior frequência, após a crise internacional de 2008, quando as filiadas chegaram a fazer aportes, via cotas capital, de R\$ 206 milhões do PROCAP-AGRO em 2013 e R\$ 156 milhões do PRODECOOP em 2015.

O **Quadro 02** anuncia os principais investimentos da Aurora desde 2000, enfatizando o tipo e local do empreendimento, valor total e financiado, banco de origem e programa de crédito envolvido. As obras citadas somaram empréstimos de R\$ 931,4 milhões, equivalente a 48,7% dos investimentos totais da cooperativa entre 2000 e 2015.

Os maiores investimentos da Aurora foram na aquisição de unidades industriais: R\$ 65,3 milhões pelo frigorífico de aves da empresa Avepar em Abelardo Luz/SC em 2014; R\$ 84,1 milhões pelo frigorífico de aves da empresa Bondio Alimentos S/A em Guatambú/SC em 2013; R\$ 109 milhões por um frigorífico de aves e um de suínos da cooperativa Cotrel em Erechim/RS em 2017; R\$ 235 milhões pela unidade industrial de abate e processamento de suínos da antiga Chapecó Companhia Industrial de Alimentos em 2015; R\$ 300 milhões no frigorífico de aves e fábrica de ração da Cocari de Mandaguari/PR em 2015. A maior parte das aquisições estavam previamente alugadas pela cooperativa e contaram com financiamento do PRODECOOP. Com as aquisições, a Aurora tornou-se o terceiro maior grupo agroindustrial de carnes do país.

Pelo PRODECOOP também foram construídas unidades industriais, como a fábrica de rações em Cunha Porã/SC em 2008/09, com valor de R\$ 57,8 milhões. Além do programa, estão expressos no quadro os financiamentos do PRONAF Investimento na construção da fábrica de lácteos em Pinhalzinho/SC (R\$ 71 milhões) e do PCA para construção de

silos de grãos em São Gabriel do Oeste/MS e Cunha Porã/SC (R\$ 48,5 milhões).

O principal agente financeiro acionado pela cooperativa foi BRDE, seguido pelo BNDES. Segundo Fernando Miorelli, a vantagem de contratar os financiamentos via BRDE é a facilidade de negociação das garantias do contrato (mais ágil do que diretamente com BNDES) e a equipe técnica do banco, tornando a instituição a preferida da Aurora para contratar recursos públicos. No BNDES, somente após 2009 que a Aurora passou a realizar contratos diretos com o banco.

É importante frisar a sincronia entre os investimentos da Aurora e Cooperalfa, a maior singular filiada à central. Em 1994, a Aurora iniciou a construção do frigorífico de aves em Quilombo/SC e em 1998 a Cooperalfa construiu uma fábrica de rações na cidade. Em 1996, a Aurora construiu um frigorífico de suínos em São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul, e, a partir de 2014, a Cooperalfa adquiriu unidades da Coagri no estado. Em 2000, a Aurora iniciou a indústria de lácteos em Pinhalzinho/SC e foi acompanhada pela Cooperalfa, que expandiu sua área de atuação para o planalto norte catarinense em 2003, iniciando na coleta de leite em 2005. Em 2017, a Aurora adquiriu os abatedouros de aves e de suínos da Cotrel em Erechim/RS e a Cooperalfa locou sete unidades de armazenagem da cooperativa e adquiriu mais oito unidades de uma empresa privada, expandindo-se também para o Rio Grande do Sul. Esses foram alguns exemplos da estratégia de ação conjunta da Aurora e Cooperalfa. Enquanto a central expandiu-se com foco na industrialização, coube à singular fidelizar os produtores e garantir domínio da produção de grãos e animais para abastecer as granjas, fábricas de rações e frigoríficos.

Quadro 02. Principais investimentos da Aurora entre 2000 e 2017

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Pinhalzinho/SC	Fábrica de lácteos	Pronaf Investimento	BRDE	70.982.000	90.294.469	2008/2011
Cunha Porã/SC	Fábrica de rações	PRODECOOP	BRDE	56.305.000	57.825.150	2008/2009
Guatambu/SC	Aquisição frigorífico Bondio – Aves	PRODECOOP	BRDE BNDES	83.860.000	84.163.070	2013
Abelardo Luz/SC	Aquisição frigorífico Avepar – Aves	PRODECOOP	BRDE	55.447.000	65.399.193	2014
Chapecó/SC	Aquisição frigorífico Chapecó – Suínos	PRODECOOP	BRDE BNDES	200.000.000	235.000.000	2015
Mandaguari/PR	Aquisição frigorífico e fábrica de ração da Cocari - Aves	PRODECOOP	BRDE, BNDES, ABC e BB	300.000.000	300.000.000	2015
São Gabriel do Oeste/MS	Ampliação frigorífico e presuntaria	PRODECOOP	BB	66.715.000	121.000.000	2014/15
Cunha Porã/SC	Ampliação capacidade de armazenagem	Programa para Construção e Ampliação de Armazenamento – PCA	BRDE	27.000.000	27.000.000	2014/15
Erechim/RS	Aquisição Frigoríficos da Cotel	PRODECOOP	BRDE	49.593.000	108.437.000	2017
São Gabriel do Oeste/MS	Ampliação capacidade de armazenagem	Programa para Construção e Ampliação de Armazenamento – PCA	BRDE	21.500.000	21.500.000	2017
Total	-	-	-	931.402.000	1.075.618.882	-

Valores em R\$ Correntes. Elaborado pelo Departamento Financeiro da Aurora e encaminhado por Fernando Miorelli, gerente financeiro.

4.2.3 C.Vale

A C.Vale é a segunda maior cooperativa singular dentre as instituições selecionadas, com faturamento de R\$ 6,9 bilhões em 2017 e 19,7 mil produtores associados. Nos anos 2000, a cooperativa revelou grande crescimento econômico e social, baseado na ampliação de suas unidades de armazenagem e industrialização.

De acordo com Nestor Waskiewicz, que ingressou na C.Vale em 1986 e desde 2006 é o gerente da Divisão Administrativa e Financeira, nos anos noventa a cooperativa encontrava-se em situação econômica e financeira extremamente precária, decorrente do endividamento dos associados, obsolescência da infraestrutura e das práticas de gestão. Isso pressionou por uma reestruturação administrativa e produtiva em 1995, com mudanças na estrutura administrativa e priorização de investimentos industriais. Em 1997, a C.Vale inaugurou sua primeira indústria (sendo a última dentre as cooperativas a adentrar na produção industrial), o abatedouro de aves, que foi um marco para a retomada do crescimento da instituição.

A partir dos anos 2000, a C.Vale acelerou a industrialização, com investimentos na cadeia produtiva de aves, suínos, amido de mandioca, grãos e, mais recentemente, peixes. Outro ponto fundamental para entender o crescimento da cooperativa foi a ampliação geográfica, permitindo maior área de atuação e grandes ganhos de escala. Atualmente, a C.Vale é uma das cooperativas com maior território de atuação no país, presente em cinco estados brasileiros e no Paraguai.⁹³ Além dos ganhos em escala, com a maior área de coleta de produção de grãos, a cooperativa adquiriu segurança para obter matéria-prima, reduzindo os riscos de problemas climáticos, pois atua em diferentes regiões do país.

Entre 2003 e 2017, a C.Vale investiu cerca de R\$ 1,6 bilhão na construção e aquisição de ativos imobilizados, recursos oriundos do capital próprio e de terceiros, sobretudo de políticas de financiamento.

A **Tabela 67** demonstra os financiamentos públicos contratados pela C.Vale entre 2003 e 2017. Os dados correspondem ao valor de débito que a cooperativa possuía a cada ano com os programas de crédito. Na tabela, estão presentes as linhas de financiamento acessadas pela C.Vale:

⁹³ A distribuição geográfica das unidades de recepção e armazenagem de grãos da C.Vale no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul seguem o entorno da BR 163, uma estratégia de logística de canalizar a produção para o Paraná, em Palotina, onde ocorre a industrialização das matérias-primas.

SNCR (repass e fornecimento a cooperados), ativos fixos (BNDES), EGF e PROCAP-AGRO e Securitização. Essas políticas representam a quase que totalidade de recursos públicos acessados pela cooperativa.

Tabela 67. Composição dos financiamentos públicos da C.Vale – 2000 a 2017

	SNCR	Ativo Fixo BNDES	EGF	Securitização	Procap-Agro	Soma	% ¹
2000	29,6	18,9	2,2	7,7	-	58,5	66,8%
2001	42,6	29,9	5,5	7,5	-	85,6	84,9%
2002	49,4	47,6	1,6	7,2	-	105,9	77,0%
2003	60,0	70,1	3,4	6,9	-	140,6	60,2%
2004	90,0	85,0	3,2	6,6	-	185,0	65,8%
2005	49,1	117,3	10,6	6,4	-	183,4	50,2%
2006	96,3	107,2	7,7	6,1	-	217,4	60,2%
2007	158,6	100,8	20,5	5,8	-	285,8	72,0%
2008	231,6	110,0	20,1	5,6	-	367,5	63,1%
2009	177,8	131,5	18,4	5,3	61,4	333,3	68,9%
2010	254,6	153,1	11,5	5,0	123,4	424,3	75,8%
2011	291,7	170,3	61,2	4,8	138,9	528,2	85,4%
2012	401,7	191,0	57,0	4,5	112,9	647,5	80,3%
2013	675,1	223,9	-	4,2	110,7	903,3	88,9%
2014	715,1	369,6	-	-	-	1.084,7	81,1%
2015	825,6	432,5	-	-	-	1.258,1	57,2%
2016	1.028,4	567,9	-	-	-	1.596,3	66,2%
2017	638,4	604,2	-	-	-	1.242,6	52,1%

%¹: Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, C.Vale, vários anos.

O volume de financiamento público contratado pela C.Vale aumentou de R\$ 58,5 milhões em 2000 para R\$ 1,6 bilhão em 2017. Apenas em três momentos ocorreram redução dos valores devidos, em 2005, 2009 e 2016. Ao longo dos anos, a participação do crédito oficial nos financiamentos totais da cooperativa foi cerca de 69%, com a maior participação de 88% em 2013 e a menor participação de 50% em 2005.

O RECOOP foi uma das políticas de apoio ao cooperativismo que antecedeu o momento de expansão da C.Vale. Nestor Waskiewicz, que elaborou os projetos de financiamento com o programa, relatou a

importância que tiveram as contrapartidas exigidas para acessar o crédito, como a participação do cooperado com a capitalização, modernizar os processos produtivos e profissionalizar a gestão com capacitação dos diretores e conselheiros. Para o entrevistado, a C.Vale se beneficiou do programa e tornou-se uma cooperativa mais eficiente, utilizando recursos para alongamento de dívidas e, principalmente, novos investimentos. Alguns financiamentos da indústria nos anos noventa foram contratados com TJPL de 25% ao ano e o RECOOP proporcionou transformar essa dívida em uma taxa fixa, menor e com maior prazo para pagamento.

Os itens presentes na coluna “SNCR” referem-se às linhas de financiamento de repasse e fornecimento a cooperados, ou seja, são crédito de custeio repassados aos produtores de grãos e integrados (aves e suínos). A coluna soma também o custeio industrial, que foi o crédito para custear os processos produtivos nas indústrias. Esses créditos foram majoritariamente de curto prazo, sendo responsáveis pela maior parte dos financiamentos externos da C.Vale: somou R\$ 1 bilhão em 2016, 43% do total financiado no ano. Dentre as linhas do SNCR, destacou-se o fornecimento a cooperados, responsável pelos maiores débitos. A cooperativa acionou o EGF para comercialização, com maior valor de R\$ 61 milhões em 2011.

O PROCAP-AGRO foi utilizado para financiar capital de giro entre 2009 e 2013, quando tinha taxas de juros baixas (6,5% a.a.) e seis anos para pagamento. A cooperativa obteve cerca de R\$ 300 milhões do programa. Nos últimos anos, com a redução no prazo de pagamento para dois anos e aumento dos juros, o PROCAP-AGRO parou de ser empregado pela C.Vale.

Nos investimentos produtivos, a origem dos recursos foi o BNDES, descrito como “Ativo Fixo” na tabela. Em 2000, o volume de financiamentos no banco (direta e indiretamente) somou R\$ 18,9 milhões, avançando para R\$ 604 milhões em 2017. Os principais programas de crédito acessados foram o PRODECOOP para indústria e armazenagem e PCA para armazenagem. A cooperativa também desembolsou recursos próprios para industrialização, aplicados na compra de equipamentos importados, pois os recursos oficiais não financiavam maquinário importado.

Para Nestor Waskiewicz, gerente financeiro da C.Vale, “se não tivesse linhas crédito no BNDES, a indústria da C.Vale não existiria. Ela nasceu com a linha do BNDES lá em 1998 e todas as ampliações contaram com apoio relevante do Banco”. Outro fator frisado na entrevista foi a importância do apoio estatal nos investimentos em armazenagem: “a armazenagem é um dos piores investimentos possíveis em termos de

viabilidade, porque leva cerca de vinte anos para ocorrer retorno, isso, com taxas de juros subsidiadas. Se for investir com base em recursos livres seria totalmente inviável. Mas, precisa-se de investimento em armazenagem pois ele é estrutural. Nos últimos cinco anos, a C.Vale investiu entre R\$ 250 milhões e R\$ 300 milhões em armazenagem, com participação de 60% de recursos oficiais e 30% de capital próprio”.

Além do BNDES, a cooperativa usou bancos intermediários para captar recursos oficiais, com ênfase no BRDE. O BRDE é uma instituição parceira da C.Vale de longa data e com grande experiência técnica, fazendo com que os contratos de financiamento ocorressem em menor tempo. O Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra e ABC foram outras instituições financeiras utilizadas no repasse de recursos oficiais.⁹⁴

Na crise internacional de 2008, mesmo a C.Vale não tendo registrado grandes impactos econômicos, pois já possuía mecanismos de proteção para as operações com moeda estrangeira (*hedge*), houve impactos no custo do dinheiro, onde os bancos retraíram operações e os limites de crédito. Nesse contexto, os bancos públicos mantiveram as operações financeiras crescentes, com a participação das políticas de crédito na composição dos financiamentos da cooperativa ampliando de 63% em 2008 para 89% em 2013.

Por fim, o **Quadro 03** destaca os principais investimentos da C.Vale desde 2000. Com as informações presentes na tabela e no quadro, pode-se identificar o papel do Estado, sobretudo das políticas de crédito para o cooperativismo, no processo de expansão produtiva, geográfica, saneamento financeiro e alongamento de dívidas da C.Vale.

Como já especificado, o RECOOP teve papel fundamental na retomada dos investimentos da C.Vale, sendo utilizado para construção de uma amidonaria e indústria de ração entre 2000 e 2002, imobilizando cerca de R\$ 40 milhões na cooperativa.

Todo o complexo avícola da C.Vale (abatedouro de aves em 1997, fábrica de ração em 2002, indústria desativadora de soja 2003 e unidade de industrialização de aves em 2005) foi concebido com recursos provenientes de diferentes políticas de crédito (FINAME, RECOOP,

⁹⁴ Atualmente, a C.Vale está no limite máximo que o BRDE pode se expor com um cliente. Assim, para aproveitar a *expertise* do banco, ela busca realizar parcerias entre o BRDE e outras instituições financeiras, onde o BRDE assume a parte burocrática do contrato e estrutura a operação e o outro banco atua na liberação da maior parte dos recursos. Um exemplo foi o investimento no frigorífico de peixes, em que o BRDE estruturou a operação e coube ao Bradesco liberar cerca de 90% dos recursos (Entrevista com Nestor Waskiewicz, 2018).

PRODECOOP e FINEM), consumindo cerca de R\$ 240 milhões de 1997 a 2005. As posteriores ampliações no abatedouro e indústria de aves também aplicaram recursos oficiais, majoritariamente do PRODECOOP.

O mais recente investimento da cooperativa foi na cadeia produtiva de peixes, que somou R\$ 110 milhões, sendo R\$ 78 milhões no frigorífico de peixes, R\$ 28 na fábrica de ração e R\$ 4 milhões na unidade de produção alevinos. Os investimentos acumularam R\$ 45 milhões do PRODECOOP.

A expansão geográfica ocorreu pela aquisição de empresas ou cooperativas que estavam em dificuldade operacional e financeira:

A ampliação para a mesorregião centro-oeste, norte, centro-sul e noroeste do Paraná deu-se pela locação em 2009 e aquisição em 2014 de dezenove unidades operacionais da cooperativa Coopermibra, sediada em Campo Mourão. A incorporação envolveu aproximadamente de R\$ 200 milhões, com a C.Vale saneando dívidas da Coopermibra e incorporando seus ativos. A negociação incluiu recursos do PROCAP-AGRO na ordem de R\$ 100 milhões, utilizados para viabilizar e reestruturar as operações comerciais nas unidades recém adquiridas.

O crescimento horizontal para o Rio Grande do Sul ocorreu com a aquisição da empresa Marasca Comércio de Cereais em 2015, uma das maiores cerealistas do Rio Grande do Sul, com sede em Cruz Alta. Na operação, a C.Vale adquiriu vinte e seis unidades de recebimento e armazenagem de grãos em dezoito municípios gaúchos e uma frota de cento e dezessete carretas, com valor total sob sigilo de contrato de confidencialidade. No quadro está descrito o valor da aquisição de nove unidades da empresa Marasca, que somaram R\$ 132 milhões, R\$ 100 milhões oriundos do PRODECOOP. A aquisição da Coopermibra e do cerealista Marasca foram os maiores investimentos da C.Vale nos anos 2000.

Por fim, na expansão para a Região Centro-Oeste do Brasil, onde a C.Vale detém trinta e cinco unidades de comércio e armazenagem no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, ocorreu via construção ou aquisição de estruturas. Somente em investimentos e melhorias nas unidades da região, a C.Vale desembolsou R\$ 66 milhões entre 2008 e 2017, com R\$ 55 milhões do PRODECOOP, FINAME, PSI e PCA e o restante com recursos próprios.

Quadro 03. Principais investimentos da C.Vale entre 1997 e 2018

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Palotina/PR	Implantação Abatedouro de Aves	FINAME	Banestado, Unibanco, Bradesco, BRDE e BB	35.000.000	40.000.000*	1997
Assis Chateaubriand/PR	Implantação Indústria de Produção de Amido de Mandioca	RECOOP	BRDE	4.928.813	5.476.459	2000/2001
Palotina/PR	Implantação de Fábrica de Ração	RECOOP	BRDE	18.450.000	33.680.041	2002
Palotina/PR	Ampliação Abatedouro de Aves	PRODECOOP e FINEM	BNDES	20.000.000	70.918.024	2003
Palotina/PR	Implantação Unidade de Industrializados de Aves	PRODECOOP e FINEM	BRDE e BB	20.000.000	64.907.069	2003/2005
Unidades do Paraná	Aquisição de Unidades Coopermibra/PR	PROCAP-AGRO	ABC BRASIL	100.000.000	140.000.000	2009
Palotina/PR	Implantação da 3ª Linha de Abate - Abatedouro de Aves	PRODECOOP e FINAME	BRDE	26.039.468	39.660.026	2013/2014
Palotina/PR	Implantação de Software de Gestão Empresarial - ERP	PRODECOOP e FINEM	BNDES	38.585.000	75.216.342	2014
Terra Roxa/PR	Implantação Unidade de Grãos	PRODECOOP, PCA e FINAME	Banco Safra e Banco ABC	31.304.099	31.304.099	2014/2015
Unidades Rio Grande do Sul	Aquisição de 09 Unidades Marasca/RS	PRODECOOP e FINEM	BRDE	99.999.000	131.809.053	2015/2016
Palotina/PR	Implantação Frigorífico de Peixes	PRODECOOP e FINEM	BRDE e Bradesco	43.709.200	77.709.200	2016/2017
Palotina/PR	Implantação Fábrica de Ração Extrusada	PRODECOOP e FINEM	BRDE e Bradesco	25.770.800	28.000.000	2016/2017
Palotina/PR	Unidade de Produção de Peixes - Juvenil	PRODECOOP AUTOMÁTICO	Banco Safra	3.510.000	4.000.000	2017/2018
Palotina/PR	Ampliação da Capacidade de Abate para 520 mil aves/dia	PRODECOOP AUTOMÁTICO	Bradesco	15.502.434	31.640.000	2017/2018
Alto Piquiri/PR	Unidade de Grãos	PCA	Banco ABC Brasil	30.940.000	30.940.000	2017/2018
Total	-	-	-	513.738.814	805.260.313	-

*Valor estimado. Valores em R\$ Correntes. Elaborado pelo Departamento Financeiro da C.Vale e encaminhado por Nestor Waskiewicz, gerente financeiro.

4.2.4 Coopavel

A Coopavel tem sua sede em Cascavel, “capital” da mesorregião Oeste do Paraná, onde o agronegócio avançou consideravelmente a partir dos anos 2000, com participação importante do cooperativismo rural. Nesta mesorregião, estão presentes as sedes de cinco das treze maiores cooperativas agropecuárias do sul do país (Frimesa, Lar, C.Vale, Copacol e Coopavel) e outras cooperativas importantes, como a Primato (Toledo), Copagrill (Marechal Cândido Rondon) e Cotriguaçu (Cascavel). A Coopavel é conhecida por promover o Show Rural Coopavel desde 1989 e que tornou-se um dos maiores eventos do agronegócio nacional.

Após um período marcado pelo endividamento e dificuldades financeiras nos anos oitenta e noventa, decorrentes de altos índices de inadimplência dos produtores, instabilidade de preços e crédito e fim de algumas políticas de apoio ao cooperativismo, a Coopavel exibiu uma trajetória de crescimento no princípio do século XXI, com diversificação produtiva e industrial baseadas no domínio das cadeias produtivas de grãos, aves e suínos. Precedeu o crescimento da cooperativa uma reestruturação administrativa com profissionalização da gestão, algo que foi observado em todas as cooperativas estudadas durante o contexto de crise dos anos noventa e início de 2000.

O crescimento da cooperativa foi alavancado pelos investimentos realizados: entre 2000 e 2017, a Coopavel investiu cerca de R\$ 830 milhões, com importância significativa dos novos programas de crédito ao cooperativismo.

A **Tabela 68** ilustra a evolução dos financiamentos públicos realizados pela Coopavel entre 2005 e 2017, mais especificamente, as contratações com recursos do SNCR, PROCAP-AGRO, EGF e Investimentos.

Tabela 68. Composição dos financiamentos públicos da Coopavel – 2005 a 2017

	SNCR	EGF	Investimento	Procap-Agro	Total	%¹
2005	9,6	16,9	25,7	-	52,2	28,6%
2006	17,3	31,4	34,7	-	83,5	46,0%
2007	15,0	66,1	67,9	-	149,1	53,8%
2008	22,3	64,6	84,2	-	171,2	48,7%
2009	13,3	37,8	71,2	30,0	152,4	51,4%
2010	20,8	35,1	78,3	53,1	187,4	56,3%
2011	21,6	19,6	64,8	77,9	184,1	42,1%
2012	32,1	17,2	62,3	80,6	192,3	38,6%
2013	83,0	9,1	48,1	75,0	215,3	43,8%
2014	112,3	12,6	82,7	91,2	298,9	53,2%
2015	128,0	11,7	128,9	45,9	314,8	38,8%
2016	146,6	-	182,5	27,8	357,0	52,9%
2017	291,9	-	199,7	7,5	499,1	62,3%

¹ Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Coopavel, vários anos.

As contratações com o SNCR referem-se ao crédito para custeio pecuário, repassado aos cooperados para manutenção das cadeias produtivas de suínos e aves, e crédito para o custeio industrial e beneficiamento utilizado pela cooperativa. O volume do crédito rural contratado com recursos obrigatórios subiu de R\$ 9,6 milhões em 2005 para R\$ 291 milhões em 2017. Como o crédito foi de curto prazo, é possível somar os valores contratados no período, R\$ 915 milhões, sendo R\$ 560 milhões para repasse e R\$ 355 milhões para beneficiamento.

O EGF, igualmente de curto prazo, somou R\$ 322 milhões de 2005 a 2015, com as maiores contratações em 2007 e 2008, de R\$ 66 milhões e R\$ 64 milhões. O programa foi acionado para financiar armazenagem de produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Em 2016 e 2017, não ocorreram contratações pelo EGF em decorrência da indisponibilidade de recursos.

Os Investimentos englobam recursos provenientes do BNDES, mais especificamente das linhas PRODECOOP, PCA e FINAME. O volume de financiamento cresceu de R\$ 25 milhões em 2005 para R\$ 199,7 milhões em 2017, com os maiores empréstimos de 2015 a 2017. Outra política utilizada na capitalização da Coopavel foi o PROCAP-

AGRO, na finalidade de capital de giro. Os débitos evoluíram de R\$ 30 milhões em 2009, para R\$ 91 milhões em 2014 e R\$ 7 milhões em 2017. O aumento na taxa de juros e redução dos prazos de pagamento motivaram a queda das contratações com o programa nos últimos anos.

Segundo Enio Darci Jung, gerente financeiro da Coopavel desde 2002, as políticas de financiamento foram muito importantes para o crescimento da Coopavel, pois caso fosse captar recursos nos bancos comerciais não conseguiria investir: “é necessário captar recursos para investimento no BNDES, BRDE e Banco do Brasil”. Sobre a importância do BNDES, o entrevistado comenta que a maior parte dos investimentos é com o BNDES: “com BNDES é fácil de negociar, dá para ligar direto e eles atendem”. A Coopavel tem negociação direta com o banco desde a construção do frigorífico de aves em 1995 e foi, após essa negociação, que a cooperativa cresceu de forma mais acentuada. Sobre o PROCAP-AGRO, o entrevistado apontou que, devido a Coopavel estar no limite de contratações com o BNDES, utilizou-se de outros bancos para acessar os recursos – o BRDE, Bradesco e Banco Safra.

Um dos programas de crédito bem-conceituados pelo encarregado dos financiamentos da Coopavel, Ivo Sloboda, foi o PCA: “o surgimento do PCA foi algo ótimo, pois trouxe crédito com juros menores, que nós captamos a 3,5% e 4,5% ao ano e hoje está 6,5% ao ano, que ainda são os mais baixos”. O entrevistado ressalta que quando perceberam que os juros do programa iriam mudar, captaram tudo que conseguiram para fazer os investimentos: “os juros estavam baixos e o próprio banco motivava os investimentos”.

Dentre as cooperativas analisadas, a Coopavel teve menor participação do crédito oficial no total dos financiamentos externos. A maior participação dos recursos públicos ocorreu em 2017 com 63% e a menor de 28% em 2000. A cooperativa realizou, em alguns anos, volumosas contratações de capital com fornecedores de insumos, contratos de câmbio e contratos de venda futura, o que fez com que a importância dos programas oficiais fosse menor. Mesmo assim, os financiamentos públicos participaram, em média, com 47,4% entre 2005 e 2017, representando uma parcela expressiva na capitalização da cooperativa, sendo hegemônico quando se tratou dos investimentos produtivos.⁹⁵

⁹⁵ As informações presentes na *Tabela 68* foram coletadas nas Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis da Coopavel. Houve dificuldade em determinar se alguns valores financiados eram ou não oriundos de programas oficiais. Nesses

É importante lembrar que a Coopavel, assim como outras cooperativas estudadas, possuiu vínculo com uma cooperativa de crédito, a CrediCoopavel. Essa cooperativa de crédito surgiu da necessidade de capitalizar os produtores associados no momento em que os recursos públicos haviam sido reduzidos. Atualmente, toda a parte de financiamento do sócio da Coopavel é feita com a CrediCoopavel, assim, a Coopavel não trata de financiamento do associado, apenas em alguns casos para repasse de recursos para custeio pecuário para produção de aves e suínos.

Os principais investimentos realizados pela Coopavel de 2000 até 2018 foram na cadeia produtiva de aves e suínos, como frigoríficos de aves e suínos, matrizeiros, granjas e fábricas de ração. A cooperativa construiu ainda um moinho de trigo e várias unidades de recebimento e armazenagem de grãos.

O **Quadro 04** mostra os principais investimentos da Coopavel desde 2004, juntamente com as características dos empreendimentos, valores totais e financiados, políticas de crédito e bancos acionados.

Em 2003 e 2004, a Coopavel duplicou a capacidade do abatedouro de aves, de 8 mil para 16 mil aves por dia e concluiu a construção dos frigoríficos de suínos e bovinos. Ao todo, esses investimentos consumiram cerca de R\$ 56 milhões, sendo R\$ 36 milhões destinados à indústria de aves e R\$ 20 milhões às indústrias de suínos e bovinos. Do valor total, R\$ 30,5 milhões teve origem no PRODECOOP, acessado diretamente com o BNDES, que aplicou R\$ 20,5 milhões, e Banco do Brasil e BRDE com R\$ 5 milhões cada.

Em 2005 e 2006, a cooperativa construiu uma fábrica de rações para aves e suínos com a capacidade de produção de 60 toneladas por hora, cujo custo total foi de R\$ 15 milhões. Neste ano, foi construído também uma UPL, com valor de R\$ 5 milhões. Os dois empreendimentos foram financiados pelo PRODECOOP, com atuação do BNDES e Banco do Brasil. Em 2006 e 2007, a Coopavel realizou a construção de uma segunda linha de abate de aves no frigorífico, ampliando a capacidade para 280 mil aves por dia, com investimento total de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 30,3 milhões do PRODECOOP.

Em 2010 e 2011, a cooperativa investiu num moinho de trigo para receber e industrializar a produção dos sócios, com capacidade de produção de 400 toneladas por dia. Ao todo, foram investidos R\$ 43 milhões, dos quais, R\$ 21,5 milhões financiados pelo PRODECOOP.

casos, optou-se por não contabilizar como crédito oficial. Esse procedimento foi utilizado em todas as cooperativas analisadas.

Quadro 04. Principais investimentos da Coopavel entre 2000 e 2018

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Cascavel/PR	Ampliação da capacidade de abate de aves de 8.000 para 16.000 aves/dia e conclusão dos frigoríficos de suínos e bovinos.	PRODECOOP 10,75% a.a.	BNDES, BRDE e Banco do Brasil	30.522.310	56.000.000	2003-04
Cascavel/PR	Construção de uma Fábrica de Rações e uma Unidade de Produção de Leitões	PRODECOOP 10,75% e 8,75% a.a.	BNDES	20.000.000	25.000.000	2005-06
Cascavel/PR	Ampliação do Frigorífico de Aves de 140 mil para 280 mil aves/dia.	PRODECOOP 8,75% a.a.	BNDES	30.392.700	40.000.000	2006-07
Cascavel/PR	Implantação de um Moinho de Trigo com capacidade de 400 toneladas/dia.	PRODECOOP 6,75% a.a.	BNDES e BRDE	21.550.000	43.000.000	2010-11
Santa Tereza do Oeste e Lindoeste/PR	Matrizeiro de Aves com produção de 45 milhões de avos férteis/ano (410,4 mil matrizes/ano e 180 mil ovos/dia)	PRODECOOP e PSI-BK 3,5% e 5,5% a.a.	BNDES	33.403.000	50.000.000	2013-14
Braganey/PR	Unidade de armazenagem de grãos	PCA – 3,5% a.a.	BRDE	20.000.000	-	2014
Vários	Implantação da uma UPL com capacidade de 6.300 matrizes e 380 mil leitões por ano e ampliação do Matrizeiro em Santa Tereza do Oeste.	PRODECOOP 6,5% a.a.	BNDES	58.900.000	69.500.000	2015-17
Cascavel/PR	Ampliação Frigorífico de Suínos de 900 para 1.500 suínos/dia.	PRODECOOP 8,5% a.a.	BNDES	54.000.000	-	2018
Santa Izabel do Oeste/PR	Ampliação da capacidade de armazenagem de grãos	PCA – 6,5% a.a.	BNDES	20.000.000	-	2018
Total	-	-	-	288.768.010	159.500.000	-

Fonte: BNDES Transparência, vários anos; Coopavel, vários anos.

A partir de 2013, a Coopavel concretizou vários investimentos na cadeia produtiva de carnes, com destaque para a edificação de seu segundo matrizeiro, com investimento de R\$ 50 milhões: R\$ 20 milhões financiados pelo PRODECOOP e R\$ 13 milhões pelo PSI-BK. Outra obra importante foi a UPL com produção de 380 mil leitões por ano, tendo empréstimos de 58,9 milhões pelo PRODECOOP via BNDES. Em 2018, a cooperativa ampliou o frigorífico de suínos, com financiamento de R\$ 54 milhões pelo PRODECOOP.

Também foram realizados dois financiamentos junto ao PCA para construção e ampliação das unidades de armazenagem, que somaram R\$ 40 milhões em empréstimos com o programa.

Com base nas informações do quadro pode-se identificar a participação das políticas de crédito, especialmente o PRODECOOP, nos investimentos produtivos da Coopavel desde 2004. Somente os investimentos da tabela somaram crédito de R\$ 289 milhões e os bancos com maior presença nos empréstimos foram BNDES e BRDE. Além dos valores considerados acima, a Coopavel contratou, para capital de giro, R\$ 173 milhões do PROCAP-AGRO entre 2009 e 2016 (BNDES, 2018).

4.2.5 Lar

Em 2017, com faturamento total de R\$ 5 bilhões, a Lar consolidou-se como terceira maior cooperativa agropecuária do Paraná e quarta maior da Região Sul, superada pela Coamo, C.Vale e Aurora. Em 2000, a Lar era apenas a nona maior cooperativa do Sul, com faturamento de R\$ 256 milhões. A expansão econômica da Lar no início do século XXI ocorreu sob o viés da verticalização e horizontalização, com amplo apoio das políticas de crédito para agropecuária e agroindústria.

A **Tabela 69** apresenta a evolução dos débitos da Lar com as políticas de financiamento público de várias finalidades: saneamento e alongamento de dívidas (Securitização/RECOOP); investimentos, capital de giro e exportações (BNDES) e linhas do SNCR. Ao todo, a Lar detinha R\$ 59 milhões em financiamento público em 2000, crescendo para R\$ 1,6 bilhão em 2017. No período, o crédito oficial representou a maior parte dos financiamentos externos realizados pela Lar, com menor participação de 53% em 2008 e maior de 83% em 2010.

Tabela 69. Composição dos financiamentos públicos da Lar – 2000 a 2017

	Recoop Securitiz.	SNCR	Investimento e Capital de Giro	BNDES Exim	Soma	%¹
2000	13,1	14,5	31,4	-	59,2	70,7%
2001	14,7	22,4	33,7	-	70,8	77,0%
2002	13,4	21,0	32,2	19,0	85,7	78,3%
2003	12,2	34,6	48,1	26,2	121,3	77,9%
2004	12,5	67,8	59,7	31,7	171,8	74,7%
2005	9,8	61,7	67,2	35,2	173,9	64,7%
2006	9,5	79,9	73,2	20,2	182,9	66,5%
2007	0,3	120,6	78,5	7,3	206,8	65,0%
2008	0,3	134,0	109,4	-	243,7	52,9%
2009	0,3	124,2	211,4	-	335,9	73,8%
2010	0,3	160,6	383,0	20,0	564,1	83,2%
2011	0,3	187,5	353,3	-	541,1	71,4%
2012	0,2	276,2	347,0	-	623,5	72,3%
2013	0,8	405,5	406,6	-	812,9	76,0%
2014	0,5	394,1	496,2	-	890,9	76,6%
2015	0,2	449,4	657,5	-	1.107,1	68,1%
2016	0,2	818,7	531,7	-	1.350,6	77,7%
2017	0,1	985,5	680,2	-	1.665,9	76,8%

¹ Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Lar, vários anos.

Assim como observado em outras cooperativas, um dos primeiros programas oficiais de crédito acessado pela Lar, nos anos 2000, foi o RECOOP, cujas contratações iniciaram ainda em 1999. A Lar financiou cerca de R\$ 14 milhões com o programa que proporcionou alongamento de dívidas, com redução dos custos financeiros e recomposição do capital de giro. Além deste, a cooperativa usou outras políticas de refinanciamento e alongamento de dívidas, como o PESA e Securitização. Apesar dos volumes menores de crédito, as políticas auxiliaram a cooperativa em um momento de dificuldade, onde o alto nível de endividamento limitava a contratações de financiamento e comprometia o capital de giro. Nesse sentido, as políticas de saneamento foram o “primeiro passo” para as cooperativas recuperar a trajetória de

crescimento. Na tabela, foram demonstradas as contratações com a Securitização e o RECOOP, este, de 2000 até 2007.

A maior parte dos recursos públicos acessados pela Lar foram provenientes das linhas de financiamento do SNCR, de fornecimento de insumos e custeio para cooperados. Os valores atenderam a cooperativa nas necessidades de capital de giro e custeio para produtores (repasse). Em 2000, o total contratado foi de R\$ 14 milhões, aumentando para R\$ 985 milhões em 2017, 45% de todos os empréstimos no ano. Como os recursos foram de curto prazo, é possível somar os valores, R\$ 4,3 bilhões de 2000 a 2017, com 70% desse montante acessado de 2013 a 2017.

O programa “Exim” corresponde a uma linha de financiamento com recursos do BNDES para concessão de crédito a empresas brasileiras exportadoras. O BNDES-Exim possibilitava o financiamento para produção de bens e serviços destinados à exportação, nas modalidades de pré-embarque (antes da exportação, financiando o processo produtivo) e pós-embarque (após o embarque, com desconto de carta de crédito ou título de crédito de exportação). Os recursos poderiam ser acessados direta e indiretamente, com participação de bancos parceiros do BNDES, inclusive os internacionais. A Lar acessou, de acordo com os dados do BNDES Transparência, R\$ 120 milhões pelo Exim de 2002 a 2006 e 2010 (BNDES, 2018).

Na coluna “Investimento e Capital de Giro” estão descritos os empréstimos no BNDES, com os programas para investimento, sobretudo o PRODECOOP, e capital de giro, PROCAP-AGRO. Os empréstimos para capital de giro iniciaram em 2009 e chegaram a somar R\$ 160 milhões em 2010 e R\$ 170 milhões em 2015, momento em que as taxas de juros eram atrativas.

O PROCAP-AGRO contribuiu ainda no financiamento da integralização de cotas-parte na central Frimesa. De 2007 a 2017, a Lar e demais cooperativas sócias da Frimesa financiaram, através do programa PROCAP-AGRO Cotas-parte, valores destinados à central para capital de giro. Os maiores débitos da Lar nesse tipo de operações foram R\$ 36 milhões em 2017 e R\$ 23 milhões em 2013 e 2014.

Exclusivamente nos investimentos, as contratações da Lar aumentaram de R\$ 31 milhões em 2000 para R\$ 584 milhões em 2017, ou seja, correspondem a maior parcela dos números da coluna. Conforme Marcelo Afonso Riedi, gerente da Divisão Financeira da Lar desde 2017, nos investimentos foi utilizado recurso subsidiado, oriundo de operações diretas e indiretas com o BNDES. As linhas mais representativas foram o PRODECOOP, FINAME, PCA e MODERFROTA. Nas operações indiretas, o principal agente financeiro de repasse foi o BRDE. Conforme

o entrevistado o BRDE é um grande parceiro da cooperativa e entendeu a cadeia produtiva e os objetivos estratégicos das cooperativas, a finalidade e impacto social. “A sinergia entre o BRDE que fomenta e as cooperativas que investem gerou uma grande parceria”, afirmou Marcelo. Com relação aos financiamentos de capital de giro, a principal origem dos recursos foi o crédito rural, com destaque para as linhas de fornecimento e beneficiamento. O PROCAP-AGRO também foi acionado para obtenção de capital de giro, contudo, num período específico, quando as taxas de juros eram viáveis. Além destes, a Lar usou de *tradings*, linhas de comércio exterior (ACC, PPE e NCE) e outros produtos de capital de giro em banco privados, alguns em moeda estrangeira.

Na análise dos financiamentos públicos realizados pela Lar, é possível identificar o papel do Estado não apenas no fomento de investimento, mas também, nos financiamentos de capital de giro e comercialização, que contribuíram igualmente na expansão econômica da cooperativa. Apesar de existirem linhas em bancos comerciais para capital de giro e custeio, as cooperativas estudadas utilizaram amplamente recursos públicos para essa finalidade, atraídas pelos menores juros.

O **Quadro 05** retrata os maiores investimentos da Lar entre 2000 e 2017, com a obra realizada, valor total e valor financiado, instituições financeiras e políticas acionadas. Entre 2000 e 2017, a cooperativa investiu R\$ 1,8 bilhão em unidades de armazenagem, indústria, varejo (mercados, lojas de insumos e postos de combustíveis) e logística (caminhões e carretas).

A Unidade Industrial de Carnes (UIC) da Lar, localizada em Matelândia, que contou com os maiores aportes de capital, foi construída em 1999 e, desde então, teve sucessivas ampliações e modernizações. De 2009 a 2011, a Lar investiu na duplicação da capacidade de abate de 140 mil para 286 mil aves por dia, com investimentos totais próximos de R\$ 150 milhões, sendo R\$ 87,9 milhões oriundos do PRODECOOP. Entre 2014 e 2016, foi aplicado R\$ 144 milhões na modernização, ampliação e construção da linha de empanados e linguiça, com empréstimos de R\$ 125 milhões do PRODECOOP.

Quadro 05. Principais investimentos da Lar entre 2000 e 2018

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Paraguai	Construção de duas unidades de grãos	BNDES FINEM 5,5% a.a. + TJLP	BNDES	6.018.000	-	2005
Medianeira/PR	Ampliação Fábrica de Rações e implantação de granjas para matrizeiros de aves	PRODECOOP 10,75% a.a.	BNDES	15.653.000	-	2006
Serranópolis do Iguaçu e outros	Construção de uma UPL e expansão da capacidade de armazenagem de grãos	PRODECOOP 6,75% a.a.	BRDE	45.221.000	-	2008-2010
Matelândia /PR	Duplicação da unidade industrial de aves de 140 mil para 286 mil aves/dia.	PRODECOOP 6,5% a.a.	BNDES e BRDE	87.895.000	150.000.000	2009-2011
Santa Helena/PR	Unidade Produtora de Pintainhos	PRODECOOP e PSI-BK- 4,5\$ a 6,75% a.a.	BNDES	26.323.000	70.000.000	2010-2011
Medianeira e outros	Construção da sede Administrativa e mais três unidades de grãos	PRODECOOP e PSI-BK- 3% a 5,5% a.a.	BNDES	82.809.000	-	2013-2015
Matelândia/PR	Ampliação Unidade Industrial de Aves para produção de linguiça, empanados e outros.	PRODECOOP e PSI-BK- 6% a 6,5% a.a.	BNDES	125.356.000	144.000.000	2014-2015
Mato Grosso do Sul	Implantação de duas unidades e ampliação e modernização de outras nove unidades.	PCA - 4% a 7,5% a.a. PRODECOOP - 8,75% a.a.	BNDES e BRDE	153.097.000	-	2015-2016
Santa Helena/PR	Unidade de Produção de Leitões Desmamados (UPLD) e Matriseiro de Aves.	PRODECOOP 8,5% a.a.	BNDES e BRDE	100.000.000	135.000.000	2016
Vários	Modernização UIC, Indústria de Soja e Unidade no MS - Ponta Porã.	PRODECOOP 9,5% a.a.	BNDES	41.400.000	46.000.000	2017
Cascavel/PR	Aquisição Frigorífico de Aves da empresa Chapecó	-	BNDES	?	217.000.000	2018
Total	-	-	-	753.772.000	-	-

Fonte: Valores totais e financiados estimados com base no BNDES Transparência, vários anos e Relatório Anual Lar, vários anos.

Outros investimentos foram realizados na cadeia de carne, como os matrizeiros de aves, incubatórios, UPLs e fábrica de rações. Uma obra importante foi Unidade de Produção de Leitões Desmamados em Santa Helena, no oeste do Paraná, com capacidade de alojar 10 mil matrizes. Esse projeto tem relação com a construção do frigorífico de suínos da central Frimesa, o maior da América Latina e teve investimento de R\$ 70 milhões. Já o Matrizeiro para produção de aves, também em Santa Helena, pretendeu suprir a demanda crescente da cooperativa por pintainhos e conta com capacidade de alojar, em seus oito núcleos de produção, cerca de 560 mil aves matrizes. Esse investimento somou R\$ 65 milhões. Dos R\$ 135 milhões investidos nos dois projetos, R\$ 100 milhões foram obtidos pelo PRODECOOP.

No que tange aos investimentos em expansão geográfica, o quadro indica algumas obras, como a construção de unidades no Paraguai e Mato Grosso do Sul. Em 2005, foram financiados pela Lar R\$ 6 milhões para a construção de duas unidades de recebimento e armazenagem de grãos no Paraguai. Esse projeto de expansão da Lar foi o primeiro empréstimo concedido a uma empresa localizada num país estrangeiro pelo BNDES. A Lar foi a precursora das cooperativas no país vizinho, instalando sua primeira unidade no Paraguai em 1996 através de uma empresa privada, a Lar SLR, que, em 2017, possuía treze unidades de comércio de grãos e insumos e faturamento próximo a R\$ 600 milhões.

No Mato Grosso do Sul, a Lar iniciou suas operações em 2003 e, portanto, após a entrada de outras cooperativas na Região Centro-Oeste. Com auxílio do crédito público, a Lar investiu intensivamente no estado, que detém atualmente a maior parte da sua estrutura de armazenagem, 67% das 1,7 milhões de toneladas. Entre 2005 e 2017, a Lar investiu cerca de R\$ 320 milhões no Mato Grosso do Sul, com R\$ 94 milhões somente em 2017.⁹⁶ Para ilustrar a importância das políticas de crédito na expansão geográfica da cooperativa no Mato Grosso do Sul, no quadro foi descrito o investimento no estado que contemplou a construção, ampliação e modernização de diversas unidades de grãos, cuja origem dos recursos foi o PCA e PRODECOOP. Ao todo, foram financiados R\$ 153 milhões, R\$ 24 milhões do PRODECOOP e R\$ 112 milhões do PCA.

⁹⁶ A expansão da cooperativa para o Centro-Oeste decorreu das limitações do crescimento espacial no Paraná, onde existe um “acordo” entre as cooperativas agropecuárias para não invasão de território. Com a necessidade de expansão, para aumentar a escala e suprir a industrialização, a Lar optou por ingressar no Mato Grosso do Sul, onde a atuação das cooperativas paranaenses e das *tradings* era menor, em comparação com o Mato Grosso.

Os recursos públicos também foram aplicados na construção da nova sede administrativa da Lar de 2013 a 2015, que consumiu R\$ 32 milhões. Esse investimento, somado à construção de três unidades de armazenagem, estão ligadas a um financiamento de R\$ 82,8 milhões pelo PSI-BK e PRODECOOP.

Marcelo Afonso Riedi aponta que a expansão geográfica e a geração de renda na indústria foram os fatores determinantes do crescimento da cooperativa. Como mostrado no **Quadro 05**, ambos os casos estiveram associados às contratações de crédito oficial de longo prazo e juros acessíveis. Ademais, foram financiados pela Lar R\$ 386 milhões com o PROCAP-AGRO de 2010 a 2017, recursos aplicados no capital de giro da cooperativa.

Em 2017, devido ao aumento na taxa de juros da política de financiamento, a Lar cancelou os investimentos na terceira linha de abate de aves na UIC em Matelândia, apenas concluindo as obras em andamento na unidade. Em 2018, a cooperativa adquiriu o abatedouro de aves em Cascavel que já vinha sendo usado pela Lar desde janeiro de 2017, por R\$ 217 milhões, sendo que a compra está condicionada a financiamento do BNDES. A indústria detém uma capacidade de abate de 170 mil aves por dia. Com o negócio, a Lar passou a ter três linhas de abate, duas em Matelândia e uma em Cascavel, totalizando 510 mil aves abatidas por dia (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2018).

4.2.6 Castrolanda e Frísia

A Castrolanda e a Frísia surgiram em decorrência do processo da imigração holandesa ao Paraná, viabilizando a instalação e desenvolvimento econômico dos primeiros cooperados. Nos anos 2000, enquanto a maior parte das cooperativas observadas aumentou o território de atuação e o número de associados, as cooperativas dos descendentes holandeses dos Campos Gerais tiveram pouca expansão social e espacial, porém, com grandes avanços na verticalização da produção, especialmente após 2010. Devido às suas histórias, trajetórias recentes e estratégias de expansão semelhantes, e até interligadas, esse subitem disserta um estudo conjunto da importância das políticas de crédito no crescimento da Frísia e Castrolanda.

Ao iniciar o século XXI, a Frísia, antiga cooperativa Batavo, já possuía setenta e cinco anos de existência, com uma estrutura produtiva e comercial baseada no leite e derivados, grãos, rações, sementes e suínos. A Castrolanda, que surgiu posteriormente, destacava-se na produção de leite, grãos e suínos. A parte da industrialização de lácteos e carnes da

Frísia, Castrolanda e Capal era realizada na Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLPL), que desde 1954 detinha a marca comercial “Batavo” de derivados de lácteos e carnes. A CCLPL centralizava um grande complexo produtivo com participação das cooperativas de imigrantes e descendentes de holandeses no Paraná.⁹⁷

Nos anos noventa e início dos anos 2000, a Frísia e Castrolanda estavam em dificuldades econômicas e financeiras, decorrentes do endividamento dos produtores e das cooperativas. De acordo com Paulo Alberto Machinski, que trabalha na Castrolanda desde 2000 e ocupa o cargo de gerente financeiro desde 2007, as dívidas dos produtores e cooperativas nesse contexto eram indexadas e com os repentinos aumentos nas taxas de juros elas elevaram-se gerando uma crise generalizada de endividamento.

O endividamento fez com que as cooperativas agropecuárias recorressem às políticas de saneamento financeiro, RECOOP, PESA e Securitização. Em 2000, a Frísia contratou recursos do RECOOP para financiamento de cotas partes com o Banco do Brasil, renegociando dívidas com melhores condições de juros e prazos, e buscou novos investimentos com o BRDE. Além deste, a cooperativa obteve recursos da Securitização. A Castrolanda, contratou cerca de R\$ 13 milhões do RECOOP (R\$ 10 milhões para investimentos em uma fábrica de ração, R\$ 2 milhões para cotas-parte e R\$ 1 milhão para saneamento e alongamento de dívidas) e R\$ 16 milhões do PESA (BATAVO, 2000; CASTROLANDA, 2004).

Para Paulo Machinski, o RECOOP teve importância para além do saneamento financeiro, ele foi a causa principal da profissionalização das cooperativas, pois, para ter acesso ao crédito do programa as empresas deveriam apresentar condições de autogestão. A mudança na estrutura de gestão garantiu que a cooperativas mantivessem o crescimento e preparando-as para futuros desafios, como a crise em 2005/06, crise de 2008/09 e a atual crise brasileira, pós-2015.

O período de crise também desencadeou mudanças produtivas na Frísia e Castrolanda. Um dos principais acontecimentos foi a transformação da CCLPL em uma empresa de capital aberto (Batávia S.A.) e a venda de 51% de participação acionária para a Parmalat em 1997 (a Frísia, Castrolanda e Capal ficaram com 49% das ações da antiga

⁹⁷ A Capal Cooperativa Agroindustrial surgiu em 1960 em Arapoti no Paraná, sendo a terceira cooperativa no estado fundada por imigrantes holandeses. Assim como Frísia e Castrolanda, a Capal atua na cadeia produtiva de leite e grãos e, em 2017, registrou faturamento de R\$ 1,2 bilhões (CAPAL, 2018).

central). A marca “Batavo” foi envolvida nas negociações e passou a pertencer à nova empresa.

Em 2007, a Batávia S.A. foi totalmente incorporada pela Perdigão S.A. Com a venda da participação acionária e consequente saída do complexo industrial de lácteos e carnes, a Frísia, Castrolanda e Capal passaram a comercializar leite e suínos no “mercado spot”. Após a saída, as cooperativas dos holandeses seguiram, por um curto espaço de tempo, trajetórias particulares na agroindustrialização. A primeira a investir na produção industrial de lácteos foi a Castrolanda em 2008, com a construção de uma Usina de Beneficiamento de Leite (UBL) em Castro e, em 2011, a Frísia iniciou a construção de sua UBL em Ponta Grossa.

Em 2012, quinze anos após o fim da central CCLPL, a Frísia e Castrolanda convergiram novamente suas estruturas produtivas com a “intercooperação” na cadeia produtiva de leite. A estratégia da intercooperação consistiu em investimentos conjuntos e coordenados na produção agroindustrial de leite e derivados, com a criação da marca de varejo “Colônia Holandesa”. Tal estratégia foi adotada para evitar a concorrência por produtores, bacia leiteira e mercado e logo contou com a participação da Capal. A intercooperação das cooperativas ABC (Capal, Frísia e Castrolanda) expandiu-se para a cadeia de grãos, com a construção de moinho de trigo em conjunto em 2011, e para a cadeia de suínos, com a construção de um frigorífico de suínos em 2014 (Paulo Alberto Machinski, 2018).

Antes de demonstrar os principais investimentos realizados pela Frísia e Castrolanda após 2000 e detalhar a estratégia de intercooperação, as **Tabelas 70 e 71** revelam a participação dos recursos públicos na composição dos financiamentos externos de ambas as cooperativas entre 2000 e 2017. Além do financiamento para investimentos, as tabelas abordam o crédito público para comercialização, custeio e renegociação de dívidas das cooperativas.

Na **tabela 70** está presente as modalidades de financiamento público realizados pela Frísia entre 2000 e 2017. Essas linhas de crédito público foram responsáveis por praticamente todo o financiamento externo realizado pela Frísia de 2000 a 2010 e representaram a totalidade a partir de 2011. O “Repasso” demonstra os recursos do SNCR que a cooperativa contratou para custeio dos associados. Os valores dessa modalidade cresceram até 2012, chegando a R\$ 99 milhões e depois decaíram para valores próximos a meio milhão de reais. Após de 2012, o financiamento para repasse não foi mais realizado pela Frísia e seus produtores passaram a negociar o custeio agrícola direto com as

instituições financeiras. Os valores restantes correspondem aos contratos de Securitização realizados junto BRDE ainda nos anos noventa.

Tabela 70. Composição dos financiamentos públicos da Frísia – 2000 a 2017

	Repassse	Insumos	Capital de Giro	Investimento	Soma	% ¹
2000	38,7	12,1	2,6	3,6	57,0	90,8%
2001	49,9	12,7	2,9	3,9	69,6	93,1%
2002	42,8	11,1	2,9	6,8	63,7	91,4%
2003	65,3	35,8	4,7	6,2	112,1	97,0%
2004	52,7	59,1	8,7	13,3	133,9	92,0%
2005	59,3	37,1	22,3	13,2	132,0	95,4%
2006	66,8	21,2	35,3	12,3	135,7	95,9%
2007	70,4	15,4	34,1	11,4	131,4	95,6%
2008	93,4	73,1	29,7	10,0	206,3	98,2%
2009	88,6	67,4	58,7	9,8	224,6	96,9%
2010	85,4	53,5	136,0	22,7	297,6	98,4%
2011	91,7	65,2	152,1	51,3	360,4	100%
2012	99,4	160,1	161,1	44,0	464,7	100%
2013	0,58	120,2	164,5	74,0	359,4	100%
2014	0,54	184,6	232,0	131,9	549,0	100%
2015	0,49	238,6	232,7	169,3	641,2	100%
2016	0,45	316,6	190,5	199,5	707,1	100%
2017	0,40	161,7	162,9	194,0	519,2	100%

%¹: Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Frísia, vários anos.

A coluna “Insumos” representa os empréstimos de fornecimento à cooperados no SNCR. A cooperativa realizou financiamentos nas instituições bancárias para aquisição de insumos que foram fornecidos aos cooperados. Como são recursos de curto prazo, é possível somar o volume contratado pela cooperativa entre 2000 e 2017, que foi de R\$ 1,6 bilhão. Os anos com maiores empréstimos foram em 2015 com R\$ 238,6 milhões e 2016 com R\$ 316 milhões.

O “Capital de Giro” corresponde aos financiamentos para beneficiamento nas indústrias da Frísia (UBL, moinho, fábrica de ração e armazéns). Os recursos também foram oriundos do SNCR, utilizados para financiar as despesas operacionais. Nessa modalidade, foram agrupados

alguns valores correspondentes ao PROCAP-AGRO. A Frísia chegou a ter contratado R\$ 232 milhões em capital de giro em 2014 e 2015.

O “Investimento” refere-se aos empréstimos realizados para imobilizações, incluindo os de capital de giro associados aos empreendimentos. A origem desses valores foram o BNDES e os principais programas de crédito utilizados foram o PRODECOOP, PCA, PROCAP-AGRO, FINAME e Programa ABC. Nessa modalidade, as contratações da Frísia elevaram-se de R\$ 3,6 milhões em 2000 para R\$ 199 milhões em 2016 e R\$ 194 milhões em 2017. Os empréstimos para investimentos tiveram expansão acelerada após 2010, quando a Frísia retomou os projetos para agroindustrialização, recorrendo as linhas de crédito do BNDES.

De acordo com Claudio Cesar Verschoor, coordenador financeiro da Frísia, e Maurício Francisco Wacelechen, supervisor de financiamentos, os investimentos realizados pela Frísia, principalmente de 2010 em diante, contaram com recursos do PRODECOOP, PCA, FINAME e PROCAP-AGRO. Esses programas, formaram a base da expansão produtiva e comercial da cooperativa. O principal agente financeiro foi o BNDES, mas a cooperativa acessou os recursos através de bancos intermediários, com destaque para o Banco do Brasil, seu principal parceiro, BRDE e Itaú. De acordo com os entrevistados, sem esses recursos para investimento não seria possível alavancar os negócios da cooperativa, pois alguns dos investimentos tem baixo retorno financeiro, como armazenagem e recepção, mas que são fundamentais para garantir a expansão produtiva e comercial da instituição. Assim, como a maioria dos empreendimentos são de longo prazo e com grande volume de capital, eles só viabilizaram-se com participação das instituições bancárias.

A **Tabela 71** revela a evolução das contratações de crédito oficial da Castrolanda.

Os financiamentos do “SNCR” representam os empréstimos realizados pela Castrolanda com origem nas linhas de crédito rural do SNCR, como adiantamento aos cooperados por conta da produção entregue à cooperativa, financiamento de insumos para fornecimento aos sócios e financiamento para industrialização e beneficiamento de produtos, AGF e EGF. Esses recursos, na maioria de curto prazo, foram utilizados como custeio e para capital de giro na cooperativa, representando, ao longo dos anos, o maior volume de financiamentos. Em 2000, a Castrolanda possuía R\$ 46,5 milhões contratados, chegando a R\$ 536 milhões em 2016.

**Tabela 71. Composição dos financiamentos públicos da Castrolanda
– 2000 a 2017**

	SNCR	Investimento	Capital de Giro	Soma	%¹
2000	46,5	4,9	-	51,3	84,5%
2001	68,6	9,9	-	78,6	94,1%
2002	72,5	23,8	-	96,3	90,1%
2003	64,4	30,7	-	95,2	85,8%
2004	91,3	37,0	-	128,3	70,8%
2005	128,6	48,6	-	177,2	87,4%
2006	113,9	49,8	-	163,7	97,8%
2007	115,2	61,5	-	176,7	93,7%
2008	160,6	60,1	-	220,7	93,8%
2009	204,9	75,6	-	280,4	99,2%
2010	182,9	73,4	116,7	373,0	95,7%
2011	183,0	60,4	129,1	372,5	95,6%
2012	123,4	66,2	88,9	278,6	90,7%
2013	148,2	117,3	105,9	371,4	96,0%
2014	223,7	265,9	84,8	574,5	97,3%
2015	315,1	334,8	64,4	714,4	96,3%
2016	536,4	344,5	57,2	938,2	98,7%
2017	435,7	304,9	-	740,7	98,6%

%¹: Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Castrolanda, vários anos.

O “Capital de Giro” corresponde aos empréstimos do PROCAP-AGRO e PRODECOOP-Giro realizados para melhorar o fluxo de caixa da cooperativa. As contratações na modalidade chegaram a somar R\$ 117 milhões em 2010 e 129 milhões em 2011. Segundo Paulo Machinski, como os juros e prazos do PROCAP-AGRO aumentaram nos últimos anos, a Castrolanda não contratou mais o programa, fazendo com que os valores devidos diminuíssem após 2013 e em 2017 os financiamentos com o PROCAP-AGRO foram encerrados.

A rubrica “Investimento” manifesta os valores financiados para construção das unidades produtivas da Castrolanda, com a maior parcela dos recursos provenientes do PRODECOOP e FINAME e, no âmbito mais recente, o PCA. Nessa categoria, o montante devido aumentou de R\$ 5 milhões em 2000 para R\$ 344 milhões em 2016.

Conforme Paulo Machinski, nos últimos anos, os bancos tiveram mais recursos, inclusive subsidiados, para empréstimos. A Castrolanda utilizou-se principalmente de quatro linhas do crédito rural: o PRODECOOP, PROCAP-AGRO, FINAME e PCA. A cooperativa também usou recursos próprios nos investimentos, com aporte dos cooperados, mas, a maior parte do capital foi contratado com os bancos.⁹⁸ Para o entrevistado, as políticas de crédito foram fundamentais no crescimento da cooperativa e dos cooperados, pois a atividade agropecuária demanda capital e muitos sócios da Castrolanda realizam sua safra com 100% de recursos financiados: “a melhora nas condições de crédito auxiliou o produtor e isso repercutiu no bom desempenho da cooperativa”. Ainda segundo o entrevistado, o BNDES e BRDE foram os bancos acessados para concretizar os investimentos individuais e da intercooperação. No Paraná, as cooperativas têm uma relação antiga com o BRDE e sua presença foi fundamental no crescimento do agronegócio cooperativo no estado. Em todos os projetos de investimento, o primeiro banco a ser acionado é o BRDE: “tem um nível de maturidade, expertise, amadurecimento com o setor e de confiança”.

Analisando a evolução dos financiamentos públicos realizados pelas duas cooperativas é possível identificar que a década de 2000, devido aos processos de reestruturação produtiva e financeira, foi um período com poucos investimentos para as cooperativas agropecuárias dos Campos Gerais. Entre 2000 e 2009, a Frísia investiu apenas R\$ 111 milhões e a Castrolanda, R\$ 250 milhões. No início da segunda década do século, entre 2010 e 2017, com o surgimento dos novos projetos agroindustriais, os investimentos aumentaram para R\$ 516 milhões na Frísia e R\$ 941 milhões na Castrolanda. Nesse segundo momento, as contratações do crédito oficial cresceram de R\$ 280 milhões em 2009 para R\$ 938 milhões em 2016 na Castrolanda e de R\$ 224 milhões em 2009 para R\$ 707 milhões em 2016 na Frísia.

Em 2017, ocorreu algo inédito no Brasil, uma taxa de crédito rural mais cara que a SELIC e isso influenciou as estratégias de capitalização

⁹⁸ Na Castrolanda, além do sócio entregar a matéria-prima à indústria, atua na capitalização do empreendimento. Esse processo ocorre pela retenção de sobras da produção entregue ou pelo aporte direto de capital em cotas partes. Isso é possível pois a cooperativa apresenta no corpo social grandes produtores, com maior capacidade econômica e de transferir capital para a instituição. Conforme Paulo Machinski, na Castrolanda o produtor cooperado também é investidor. A Frísia e Agrária, similarmente com grandes produtores, utilizaram dessa condição para capitalizar-se.

das cooperativas. Na Castrolanda, os débitos com o PROCAP-AGRO foram encerrados e as contratações de investimentos, comercialização e custeio foram reduzidas. A Frísia, que utilizava recursos públicos para composição de capital de giro, decidiu usar recursos próprios nas operações de giro e os empréstimos com o PROCAP-AGRO, com juros anuais entre 9,5% e 10,5%, foram liquidados com recursos próprios.

A retomada dos investimentos das cooperativas nos pós-2009 foi seguida da estratégia de “intercooperação” nas indústrias de leite, trigo e suínos. Nessa estratégia, a Castrolanda, Frísia e Capal (Cooperativas ABC) realizaram investimentos coordenados, compartilhando custos das imobilizações, ganhando escala na produção e maior presença no mercado regional, nacional e internacional. A indústria de lácteos foi a primeira da intercooperação e reuniu três unidades produtivas, a UBL em Ponta Grossa e Castro com capacidades de processar 1 milhão de litros de leite por dia cada e a UBL Itapetininga com capacidade de 1,3 milhão de litros de leite/dia. As fábricas produzem leite UHT, semidesnatado, desnatado, zero lactose, condensado, bebidas lácteas e achocolatado com a marca “Colônia Holandesa”. Enquanto as unidades de Castro e Ponta Grossa foram construídas pelas cooperativas e depois adentraram na intercooperação, a unidade de Itapetininga foi construída já sob o modelo de investimentos partilhados (60% da Castrolanda e 40% da Frísia). Nos “negócios do leite”, que se referem à intercooperação na cadeia de leite, a Castrolanda possui 54% das operações, Frísia 36% e Capal 10%.

Na intercooperação na área de grãos, as cooperativas possuem uma planta industrial de trigo para produção de farinhas industriais para pães, biscoitos e massas com a marca “Herança Holandesa”. A fábrica foi concluída em 2014 com investimentos conjuntos de R\$ 85 milhões, liderados pela Frísia, com 50% das operações, Castrolanda com 27% e Capal com 23%.

A Unidade Industrial de Carnes (UIC) foi o maior investimento das cooperativas ABC, R\$ 250 milhões imobilizados entre 2013 e 2015. A UIC atua no abate e processamento de carne suína, produzindo cortes, embutidos e industrializados vendidos no mercado interno e externo com a marca “Alegra Foods”. Os “negócios de carnes” são comandados pela Castrolanda, que detém 55% das operações, seguida pela Frísia com 25% e Capal com 20%.

As indústrias da intercooperação, além de produzir as marcas próprios, prestam serviços para outras marcas, como Nestlé, Danone, Italac, Ovolmaltine, Tirol, Laticínio Aviação e Três Corações nas indústrias de lácteos e Ceratti, Madero e Eco Axial na indústria de carne

suína. A prestação de serviços é responsável por cerca de 95% do faturamento nas indústrias de lácteos.

Em 2017, todas as indústrias da intercooperação foram agrupadas na marca Unium, que incluiu também algumas marcas de indústrias particulares de cada cooperativa. Essa estratégia visou a cooperação das instituições no mercado, unificando toda a produção das cooperativas de holandeses do Campos Gerais em torno de uma só marca. A Unium unificou 5 unidades de produção industrial, produção de 3 milhões de litros de leite por dia, 115 mil toneladas de grãos moídos por ano, 120 mil toneladas de carne suína processada por ano, cerca de 5 mil famílias cooperadas e mais de R\$ 7 bilhões de faturamento anual.

O **Quadro 06** especifica os principais investimentos da Castrolanda e Frísia desde 2000.

O principal investimento da Castrolanda foi na Unidade Industrial de Carnes, com valor de R\$ 250 milhões, sendo R\$ 142,5 milhões financiado pelo PRODECOOP e R\$ 47,4 milhões do FINAME. Outros empreendimentos que se sobressaíram foram: UBL em Itapetininga/SP, de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 65 milhões financiados pelo PRODECOOP; a UPL em Piraí do Sul/PR com crédito de R\$ 58 milhões pelo PRODECOOP; a ampliação da UBL em Castro/PR com crédito de R\$ 32 milhões do PRODECOOP e a construção da UBS e unidade de grãos em Itaberá/SP pelo valor de R\$ 32 milhões, R\$ 23,5 milhões do PCA e FINAME.

Os investimentos na cadeia produtiva de carnes surgiram como possibilidades de ganhos econômicos sem expansão geográfica, envolvendo, além do abatedouro e indústria de carnes, a construção de Unidades Produtoras de Leitões e granjas por parte dos associados. Diferente de outras cooperativas, a relação entre os produtores e a cooperativa não é “integração”, o produtor de suíno recebe o custo de produção mais 10%, garantindo a rentabilidade e estímulo aos sócios.

Na Frísia, os principais investimentos foram a UBS e unidades de grãos em Tibagi/PR, com recursos financiados pelo PCA de R\$ 46 milhões; a UBL em Ponta Grossa, com valor total de R\$ 60 milhões, sendo R\$ 41,4 milhões oriundos do PRODECOOP; o Moinho de Trigo em Ponta Grossa/PR, com custo de R\$ 85 milhões e R\$ 37,8 milhões do PCA; e UBS e unidade de grãos em Ponta Grossa, com R\$ 27 milhões do PCA e R\$ 3 milhões do PRODECOOP.

Quadro 06. Principais investimentos da Castrolanda e Frísia entre 2000 e 2017

	Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
CASTROLANDA	Castro/PR	UBL – Lácteos	PRODECOOP	BRDE	16.400.000	95.000.000	2009
	Castro/PR	UPL Leitões	PRODECOOP	BRDE	9.920.000		2008
	Ventania/PR	Unidade de Grãos	PRODECOOP	BRDE	8.849.772		2008
	Castro/PR	Unidade de Beneficiamento de Feijão	PRODECOOP	BRDE	11.417.680	15.000.000	2012-13
	Castro/PR	Equipamentos – UBS	FINAME	Banco ABC	5.337.000	15.000.000	2013
	Itaberá/SP	Unidade de Beneficiamento de Sementes – UBS	PCA e FINAME	Santander	23.571.406	32.000.000	2014-16
	Castro/PR	Unidade Industrial de Carnes – UIC	PRODECOOP	BNDES e BRDE	142.500.000	250.000.000	2013-15
	Castro/PR	Equipamentos Unidade Industrial de Carnes – UIC	FINAME	Banco ABC, Santander e Bradesco	47.448.754	-	2013-14
	Itapetininga/SP	UBL – Lácteos	PRODECOOP e FINAME	BRDE	65.000.000 4.538.547	120.000.000	2013-14
	Piraí do Sul/PR	Unidade de Grãos	PRODECOOP	BRDE	8.820.000	-	2014
	Castro/PR	Lavador de Batatas	PRODECOOP	BRDE	8.200.000	-	2014
	Castro/PR	Ampliação UBL	PRODECOOP	BRDE	32.500.000	34.100.000	2015
	Piraí do Sul/PR	UPL Leitões	PRODECOOP	BNDES	58.089.000	-	2016
FRÍSIA	Teixeira Soares/PR	Construção Unidade de Grãos	FINAME	BB	2.539.682	-	2010
	Ponta Grossa/PR	UBL – Lácteos	PRODECOOP	BRDE	41.467.224	60.000.000	2011-13
	Ponta Grossa/PR	Moinho de Trigo	PRODECOOP e FINAME	BB	37.825.538	85.000.000	2012-14
	Ponta Grossa/PR	UBS – Sementes	PRODECOOP	BRDE	3.025.000	-	2014
	Carambeí/PR	UPL – Leitões	PRODECOOP	BB	27.419.005	40.000.000	2013-15
	Ponta Grossa/PR	UBS e Unidade de Grãos	PCA	BB e Itaú	27.093.000	-	2014-15
	Tibagi/PR	UBS e Unidade de Grãos	PCA	BB	46.062.200	-	2014-15
	Paraíso/TO	Unidade de Grãos	PCA	BB	19.659.446	-	2015-16
	Carambeí/PR	Fábrica de Ração e Depósito de Insumo	PRODECOOP	BRDE	7.177.623	-	2017
	Total	-	-	-	654.861.210	-	-

*Valor estimado. Valores em R\$ Correntes. Elaborado com auxílio das gerencias financeiras da Castrolanda e Frísia.

O PRODECOOP foi a principal linha de crédito utilizada pela Castrolanda para realizar os investimentos, sendo contratado principalmente junto ao BRDE e BNDES. O FINAME foi utilizado para a aquisição de equipamentos para as indústrias de lácteos, carnes e sementes. O PRODECOOP foi a origem do capital usado nos investimentos produtivos da Frísia, seguido pelo PCA para construção de unidades de recepção e armazenagem de grãos e unidades de sementes. O Banco do Brasil foi o principal agente financeiro acionado pela cooperativa.

Os empreendimentos da Frísia e Castrolanda apresentados no quadro somaram R\$ 654,8 milhões em crédito público, todos ocorrendo após 2008, quando as instituições, aproveitando-se das condições políticas e de mercado, investiram na verticalização da produção de leite, trigo e suínos, onde já dominavam as primeiras etapas da cadeia produtiva (produção de leite, suínos, leitões, grãos, rações, etc.). Os maiores investimentos de ambas as cooperativas tiveram relação com a intercooperação, estratégia semelhante àquela desenvolvida na antiga CCLPL (Batavo), onde as cooperativas ABC direcionaram a produção primária para agregação de valor na central e posterior comércio. Essa retomada da união das cooperativas dos imigrantes holandeses e seus descendentes, que em 2017 foram solidificadas com a marca “Unium”, só foi viável devido às políticas de financiamento que fomentaram os diferentes projetos agroindustriais do setor.

Além da ampliação produtiva, as cooperativas dos Campos Gerais do Paraná tiveram, no âmbito recente, expansão geográfica. Mas, o processo de expansão geográfica das cooperativas de descendentes de holandeses diferiu das demais cooperativas estudadas. Enquanto a maioria das cooperativas expandiu-se em busca de novos associados, a Frísia e Castrolanda manifestaram o crescimento espacial para dar suporte aos sócios que adquiriram terras em outros locais.

A partir de 2010, a Castrolanda ampliou sua área de atuação direta para São Paulo, com a construção e aquisição de unidades de armazenagem de grãos, viabilizando a instalação dos sócios no estado. Em 2012, a Frísia iniciou o “Projeto Novas Fronteiras Agropecuárias”, que analisou diversas regiões do Brasil em busca de oportunidades de investimento para a empresa e seus associados. Em 2016, a Frísia instalou sua primeira unidade fora do Paraná, em Paraíso no Tocantins, com a participação, inicialmente, de produtores já cooperados que migraram

para essa região de fronteira agrícola.⁹⁹ A expansão geográfica teve base nos financiamentos oficiais, do PCA na unidade da Frísia em Paraíso/TO e na unidade da Castrolanda em Itabera/SP e do PRODECOOP para a UBL em Itapetininga/SP.

As cooperativas ABC também aliaram a estratégia de “intercooperação” com a expansão geográfica: em 2014, quando concluíram a UBL em São Paulo, as cooperativas passaram a administrar a COLASO (Cooperativa de Laticínios de Sorocaba/SP) e firmaram parcerias com a CLA (Cooperativa de Laticínios de Avaré/SP), COOPAN (Cooperativa Agroindustrial Mista de Angatuba) e tratativas com a HOLAMBRA (Cooperativas Agroindustrial de Paranapanema /SP). A estratégia de ampliação da atuação para São Paulo, com investimentos agroindustriais, de armazenagem e parcerias com cooperativas de lácteos locais, objetivaram acessar o maior mercado consumidor de lácteos do país.

4.2.7 Agrária

A cooperativa Agrária, tal como Castrolanda e Frísia, ao longo de sua evolução manteve-se vinculada à sua colônia de origem, no caso, a colônia de imigrantes e descendentes de Suábios em Entre Rios, Guarapuava/PR. Apesar da pouca na expansão geográfica, a Agrária registrou ampliação da industrialização, com destaque para o processamento de grãos e malte.

A década de noventa foi um período de dificuldade na Agrária. Em 1999, a cooperativa apresentava endividamento de 103% do seu capital, ou seja, o grau de endividamento superava o capital total da empresa. Conforme Thiago Fernando Chiumento, coordenado financeiro da Agrária desde 2016, os anos noventa foram um momento crítico para a cooperativa, tendo como desdobramento a reestruturação na gestão e

⁹⁹ Notícia: “Em maio 2016, a Frísia decidiu abrir sua primeira unidade fora do Paraná, em Paraíso de Tocantins. A expansão era necessária, diz Emerson Moura, superintendente da Frísia, porque não havia mais terrenos suficientes para absorver as novas gerações de cooperados. Três fatores embasaram a escolha por Tocantins: a logística (a presença da ferrovia e a posição central no país), o valor da terra (mais baixo que em outras regiões produtoras) e a fraca tradição cooperativista (que garantia boa oportunidade de negócios). Desde então, mais de 30 cooperados se instalaram na região, ocupando 18 mil hectares e produzindo 54 mil toneladas de grãos. O plano era chegar a 50 mil hectares em cinco anos, mas as expectativas foram superadas e a Frísia já decidiu duplicar sua unidade de armazenamento” (FOLHA de SÃO PAULO, 01/10/2017).

profissionalização dos dirigentes. A cooperativa fez uso dos programas PESA e Securitização, que permitiram alongar as dívidas com juros menores e recompor o capital de giro.

A trajetória da Agrária nos anos 2000 pode ser resumida da seguinte maneira: entre 2000 e 2008, foi um período de reestruturação e recuperação da cooperativa devido às dificuldades econômicas dos anos noventa; entre 2009 e 2015, após estar novamente capitalizada, a empresa investiu na verticalização das cadeias produtivas de grãos, novamente endividando-se, porém, ampliando consideravelmente seu parque produtivo e pós-2015, momento de recomposição do caixa e retorno dos novos investimentos.

Roger Biffi Vale, especialista responsável pelo fluxo de caixa da cooperativa, atribuiu a expansão da Agrária ao processo de verticalização. Até o início do século XXI, as indústrias da cooperativa eram formadas por uma maltaria e moinho de trigo e, a partir dos anos 2000, novos projetos foram analisados, como a expansão da indústria de malte e trigo, ampliação da indústria de óleo de soja e rações, criação da indústria de milho e derivados e investimentos na ampliação da capacidade de armazenagem. Conforme o entrevistado, foram aplicados nessas obras cerca de R\$ 1,5 bilhão, sendo a maior parte desse montante com recursos externos.

A **Tabela 72** explicita o valor contratado pela Agrária com financiamentos públicos entre 2016 e 2017 e sua participação nos financiamentos totais realizados pela cooperativa (não foram disponibilizados os demonstrativos contábeis da cooperativa em anos anteriores). Os dados do crédito público acionado pela cooperativa, apesar de limitado em período, permitem observar a importância do financiamento oficial na composição dos financiamentos totais da Agrária.

Tabela 72. Composição dos financiamentos públicos da Agrária – 2016 e 2017

	SNCR	Prodecoop e FINAME	Procap-Agro	PCA	Soma	% ¹
2016	291,1	523,5	85,0	177,5	1.165,3	92,4%
2017	327,8	505,3	-	181,0	1.357,6	74,7%

%¹: Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas dos Demonstrativos Financeiros, Agrária, 2016 e 2017.

O “SNCR” refere-se aos contratos com linhas de adiantamento e fornecimento aos sócios e custeio de beneficiamento industrial. Esses valores, provenientes dos Recursos Obrigatórios, foram destinados às atividades de custeio dos sócios e da cooperativa, somando R\$ 291 milhões em 2016 e R\$ 327 milhões em 2017.

Os demais itens corresponderam aos programas do BNDES de investimento e capital de giro. O PRODECOOP e FINAME foram as políticas mais acionadas, somando R\$ 523 milhões em 2016 e R\$ 505 milhões em 2017. Os programas foram utilizados para alavancar os projetos industriais da cooperativa, na construção ou aquisição de indústrias, máquinas e equipamentos. Já o PCA, cujas contratações foram de R\$ 177,4 milhões e R\$ 181 milhões nos anos observados, destinou-se à ampliação da capacidade de armazenagem. O PROCAP-AGRO teve contratação somente em 2016, de R\$ 85 milhões.

Os recursos públicos mencionados somaram R\$ 1,1 bilhão em 2016, equivalendo a 92% de todos os financiamentos externos da cooperativa, e R\$ 1,3 bilhão em 2017, 74,7% do total financiado. É importante salientar que os valores correspondem ao total devido no ano com as políticas e não a soma das contratações anuais. Segundo Roger Biffi Vale, as principais linhas de investimento acionadas pela Agrária originaram-se do BNDES, nos programas que possuíam as melhores taxas de juros do mercado, como o PRODECOOP, FINAME, PCA e PROCAP-AGRO. Desde 2017, com a redução na SELIC, o crédito oficial perdeu atratividade, em especial o PROCAP-AGRO, e a cooperativa pegou capital no mercado para amortizar os empréstimos com o programa.

O **Quadro 07** expressa alguns dos principais investimentos da Agrária desde o início dos anos 2000 e que contaram com a participação de financiamento público. O quadro permite identificar a importância do crédito oficial na guinada produtiva da cooperativa nos últimos anos.

A principal atividade industrial da Agrária é o malte, cuja capacidade de produção é 350 mil toneladas por ano, o que representa 30% do malte consumido no Brasil, fazendo da Agrária Malte a 11ª maior maltaria comercial do mundo e a maior do país. A região geográfica de ação da cooperativa é propícia para o cultivo de cereais de inverno, cevada e trigo, onde a cooperativa destaca-se na produção e produtividade. Ao longo de sua história, mas principalmente nos anos 2000, a Agrária usou da vocação para produção de cereais para ingressar na produção industrial.

Quadro 07. Principais investimentos da Agrária entre 2000 e 2017

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Guarapuava/PR	Segunda Torre Maltaria – Ampliação de 140 mil para 220 mil toneladas por ano.	PRODECOOP e outros 6,75% a.a.	BNDES, BRDE e Banco do Brasil	131.996.000	153.000.000	2006-09
Guarapuava/PR	Ampliação Unidade de Grãos em 100 mil toneladas.	PRODECOOP e PSI-BK 8% a 6,75% a.a.	BRDE	19.222.370	-	2011
Guarapuava/PR	Terceira Torre Maltaria – Ampliação de 220 mil para 350 mil toneladas por ano.	PRODECOOP e PSI-BK – 3,5% a 5,5% a.a.	BNDES, BRDE e Banco do Brasil	297.587.969	340.000.000	2013-15
Guarapuava/PR	Unidade Industrial de Milho com capacidade de processar 180 mil toneladas por ano.	PRODECOOP 6,75% a.a.	BRDE	51.377.000	69.100.000	2012-15
Guarapuava/PR	Graneleiro com capacidade de armazenagem de 277 mil ton. e 18 silos com capacidade de 54 mil ton.	PCA e PRODECOOP 3,5% a 6,5% a.a.	Santander e Itaú	148.227.000	200.000.000	2014-16
Pinhão/PR	Unidade de Grãos	PRODECOOP 9,5% a.a.	Bradesco	15.214.846	-	2017
Guarapuava/PR	Ampliação unidade de grãos em 60 mil toneladas.	PRODECOOP 5,5% a.a.	BRDE	16.800.000	-	2014-15
Total	-	-	-	680.425.185	-	-

Fonte: BNDES, Transparência, vários anos; Relatório Anual Agrária, 2010 a 2017.

No caso do malte, a atuação da cooperativa começou em 1981, com uma parceria entre a cooperativa com o Grupo Antarctica. Posteriormente, a Agrária comprou a cota-parte do grupo cervejeiro e ficou como única proprietária do negócio. Nos anos 2000, a produção industrial de malte foi ampliada com investimentos em uma segunda torre de maltaria em 2008 e da terceira torre em 2015. No quadro é possível observar os investimentos da Agrária na indústria de malte, com imobilizações de R\$ 153 milhões entre 2008 e 2010 para a construção da segunda torre de maltaria e de R\$ 340 milhões na terceira torre de maltaria de 2013 a 2015. Em ambos os casos, houve a contratação de crédito oficial, de R\$ 131,9 milhões e de R\$ 297 milhões, somando R\$ 429,5 milhões em financiamento somente nas duas ampliações da indústria. Na II torre, a maior parte dos recursos foram do PRODECOOP (R\$ 84 milhões), com empréstimo do BRDE, Banco do Brasil e BNDES e na III torre, o crédito foi do PSI-BK (R\$ 157 milhões) e PRODECOOP (R\$ 100 milhões), igualmente com participação do BRDE, BNDES e Banco do Brasil.¹⁰⁰

A Agrária também investiu maciçamente na ampliação da capacidade de armazenagem, com evolução de 593 mil toneladas em 2008 para 1,26 milhão de toneladas em 2016. Em 2016, a cooperativa inaugurou sua maior obra nesse aspecto, um armazém graneleiro com capacidade estática de 277 mil toneladas e mais dezoito silos com adição de 54 mil toneladas. Com esses investimentos, a cooperativa aumentou 30% sua capacidade de armazenagem. A obra somou ao todo R\$ 200 milhões, com recursos do PCA (R\$ 125 milhões) e PRODECOOP (R\$ 23 milhões) e desembolsos dos bancos Itaú e Santander.

O mais recente negócio da cooperativa foi o moinho de milho, inaugurado em 2015 e que produz grits, flakes, creme, fubá e gérmen de milho para o mercado cervejeiro e alimentício. A capacidade de produção anual da indústria é de 180.000 toneladas, com investimento total de R\$ 70 milhões, sendo R\$ 51 milhões oriundos do PRODECOOP via BRDE. Além dos valores apresentados, a Agrária contratou 311 milhões com o PROCAP-AGRO entre 2010 e 2017.

¹⁰⁰ De acordo com Thiago Chiumento, os investimentos na produção de malte decorreram do aumento da demanda no mercado interno e dos clientes AMBEV e Heineken. A Agrária é conhecida pela qualidade e diversidade dos maltes, inclusive, com produção de maltes especiais. A cooperativa possui a exclusividade no fornecimento do “malte bud”, que é o malte utilizado na produção da cerveja Budweiser, sendo única maltaria fora dos EUA homologada para produzir malte para a marca.

4.2.8 Coamo

A Coamo é a maior cooperativa agropecuária do Brasil, somando, em 2017, cerca de 28 mil produtores sócios, R\$ 11 bilhões de faturamento, US\$ 1,3 bilhão em exportações e produção agrícola de 7,66 milhões de toneladas, 3,4% da safra anual brasileira. A maior cooperativa do país foi também a que mais investiu no início do século XXI, com R\$ 3,23 bilhões entre 2000 e 2017, focando sua atenção na horizontalização e verticalização das cadeias produtivas de grãos.

Na década de 1990, quando muitas cooperativas agropecuárias passavam por dificuldades econômicas e financeiras, a Coamo enfrentou período com maior tranquilidade, inclusive, tendo ampliado sua área de atuação neste contexto devido à anexação de cooperativas menores que estavam em dificuldade. Conforme Joel Makohin, gerente financeiro da Coamo, a cooperativa exibiu, desde seu princípio, uma política de capitalização de sobras, ou seja, retenção das sobras com a finalidade de capitalizar a instituição. No estatuto da cooperativa, metade das sobras são destinadas aos associados e o restante é retido em fundos da cooperativa.¹⁰¹ Essa política tornou-se central para o saneamento financeiro da Coamo, pois reduziu a necessidade de capital externo num

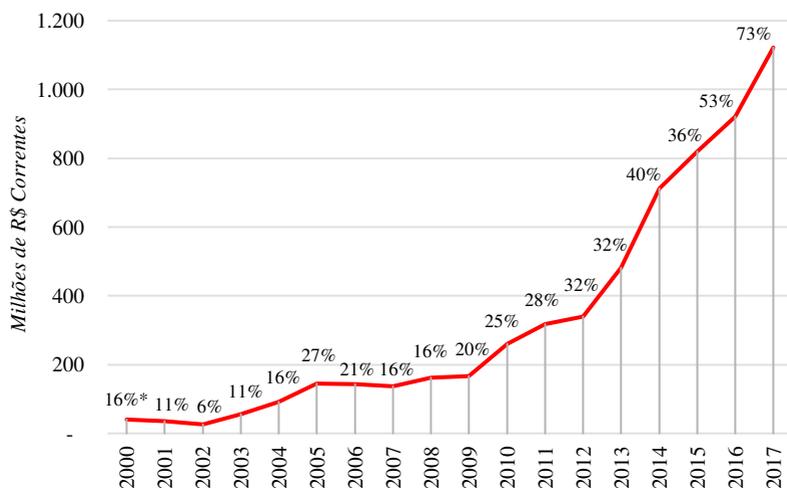
¹⁰¹ Observando as maiores cooperativas da Região Sul é possível notar que, durante as duas últimas décadas, cada vez mais recursos próprios têm sido destinados aos fundos, com destaque para os fundos de reserva, emergência e investimento. Esses recursos, apesar de não terem a capacidade de alavancar o crescimento produtivo das cooperativas, tornaram-se importantes para compor capital de reserva para eventuais dificuldades na captação de recursos externos. Na Coamo, por exemplo, os fundos de assistência, investimento e reserva somaram R\$ 3,4 bilhões em 2015. Nas demais cooperativas, os fundos somaram: R\$ 1,1 bilhão na C.Vale, R\$ 944 milhões na Agrária (dados de 2016), R\$ 793 milhões na Copacol, R\$ 743 milhões na Aurora, R\$ 698 milhões na Cocamar, R\$ 629,2 milhões na Lar, R\$ 617,8 milhões na Cooperalfa, R\$ 473,8 milhões na Castrolanda, R\$ 414 milhões na Frísia, R\$ 267 milhões na Frimesa, R\$ 258 milhões na Integrada e R\$ 133,8 milhões na Coopavel. Ao todo, a reserva das treze cooperativas foi de R\$ 10,5 bilhões em 2015. Assim como o Capital Social, os fundos fazem parte do Patrimônio Líquido, mas, na medida em que o capital social perdeu espaço no capital das cooperativas agropecuárias nos últimos anos, os fundos aumentaram sua participação. Em 2015, a maior parcela do patrimônio líquido das cooperativas correspondeu aos fundos, que representou 93,1% do PL na Coamo, 87% na C.Vale, 85% na Cocamar, 76% na Copacol, 70% na Lar, 69% na Cooperalfa, 65% na Frísia, 60% na Frimesa, 58% na Integrada, 54,6% na Castrolanda, 51% na Coopavel e 48% na Aurora (Demonstrações Contábeis das cooperativas, 2015).

momento em que o crédito rural escasseou e elevou-se as taxas de juros. Por isso, a Coamo não realizou contrato com RECOOP: “não tínhamos números para nos encaixar no RECOOP”, explicou Joel Makohin.

O capital próprio é um dos aspectos fundamentais para compreender a grande expansão da Coamo e um dos motivos de ser a maior cooperativa agropecuária do Brasil. Porém, mesmo com um capital em caixa, a cooperativa realizou grandes contratações de crédito, sobretudo, para a sua expansão geográfica e produtiva.¹⁰²

O **Gráfico 17** exprime a evolução dos financiamentos da cooperativa para investimentos em ativos fixos – armazenagem, indústrias, máquinas, equipamentos e prédios – oriundos dos programas oficiais de crédito. Em 2000, o volume contratado pela Coamo para a finalidade era de R\$ 40,6 milhões, aumentando para R\$ 1,1 bilhão em 2017.

Gráfico 17. Financiamentos de ativos fixos realizados pela Coamo – 2000 a 2017



* Participação nos financiamentos totais realizados pela Coamo. Fonte: Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis da Coamo, 2000 a 2017.

¹⁰² Durante a crise em 2008 e 2009, quando o mercado registrou redução nos recursos para o financiamento do agronegócio, a Coamo não teve grandes problemas devido à sua maior capacidade de autofinanciar e por possuir a preferência dos bancos em empréstimos, pois era considerada um “bom pagador”.

O volume de contratação de crédito de longo prazo para investimento da Coamo cresceu em média 25,7% ao ano, com expansão de mais de 2.600% entre 2000 e 2017. Diante disso, a participação dos financiamentos para ativos fixos no total financiado pela Coamo aumentou ao longo dos anos: entre 2000 e 2011, a participação ficou abaixo de 28%, elevando-se a partir de 2012 para 40% em 2014, 53% em 2016 e 73% em 2017.

Os recursos mostrados no gráfico correspondem, na sua maioria, a linhas de investimento do BNDES, com destaque para o PRODECOOP, PCA e FINAME, que formaram a maior parte dos empréstimos para investimento da Coamo. Além destes, a empresa acessou crédito com Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), para investimentos no Mato Grosso do Sul.

Segundo Joel Makohin, a cooperativa priorizou a utilização do capital próprio para capital de giro e buscou em linhas de crédito oficial o capital necessário para suportar os investimentos, pois, “se você for no mercado pegar recurso não direcionado para os investimentos o negócio não se viabilizará, portanto, para os investimentos são basicamente as linhas oficiais”. Ainda, Joel destaca que “se acessar recursos no mercado para fazer frente aos investimentos, a experiência diz que provavelmente terá problemas” e que “tem muita cooperativa que tomou esses recursos e não está mais aí para contar a história”. Nas últimas décadas, a Coamo já incorporou oito cooperativas e problemas com o crédito foram comuns em todas elas.

A respeito dos programas de crédito do BNDES:

Eles são imprescindíveis! Se você olhar para a expansão da Coamo e de todos que investiram nos últimos anos, sem medo nenhum de errar, afirmo que não teria saído metade dos investimentos sem o apoio do governo. O suporte de ter uma linha de longo prazo e taxas de juros é essencial. Hoje, se emprestar dinheiro com as taxas de mercado para uma linha de cinco anos, estaríamos pagando, com a qualidade de crédito da Coamo, algo em torno de 10,5% ao ano, isso é 3,5% ao ano mais caro que um PRODECOOP e 3,5% você derruba qualquer projeto. A hora que você faz um *business plan* e coloca um custo de 10,5% ao ano, tem que ser um negócio muito bom e *commodity* é margem apertada. Então, se o custo de captação de crédito é muito grande, o negócio fica inviável. O

agronegócio cresce no Brasil, tem que admitir isso, porque tem incentivo de crédito. O agronegócio se desenvolveu muito em cima disso, de uma estrutura de crédito oficial. Mas, o governo não tem a capacidade de sustentar toda a necessidade de capital para investimento e isso, aos poucos, o governo tem que pensar em mecanismos que permitam ao mercado alongar o perfil do crédito. Temos que imaginar alternativas para que o mercado complemente as linhas do governo (MAKOHIN, 2018).

Sobre a redução dos recursos para o crédito rural e o aumento nas taxas de juros dos últimos anos:

É preocupante ver o governo querendo reduzir as linhas de crédito rural e BNDES, pois, se não tivermos esse apoio o nível de investimento vai cair sensivelmente nos próximos anos. Não vejo um nível de manutenção dos investimentos sem o apoio do BNDES. Se não dá para incrementar, pelo menos que mantenha os níveis de crédito [...]. O governo deixou claro que, com o déficit público na ordem que está hoje, é difícil ajudar mais. Mas se ele tirar o crédito, o mercado não está preparado para assumir essa responsabilidade [...]. É necessário mencionar que o BNDES é um banco muito competente e as linhas de crédito para o agronegócio são linhas de crédito dadas com muita responsabilidade (MAKOHIN, 2018).

A Coamo não acessou o BNDES diretamente, tendo utilizado de instituições financeiras parceiras para captar crédito no banco, com destaque para o BRDE, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Como as taxas de juros pagas são as mesmas, sendo operações diretas ou indiretas, a cooperativa optou contratar os financiamentos com outros bancos, devido a agilidade e facilidade, uma vez que transfere-se à instituição parceira todo o trâmite burocrático para realizar o empréstimo.

O **Quadro 08** apresenta os principais investimentos da Coamo desde 2000 e a origem e valor dos recursos empregados nas obras. Devido a indisponibilidade das informações, exemplificam-se somente alguns investimentos, mas, que ajudam a entender a importância das políticas de crédito no recente processo de crescimento da Coamo.

Quadro 08. Principais investimentos da Coamo entre 2000 e 2018

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Campo Mourão/PR	Ampliação da indústria de margarina – gordura hidrogenada – e outros investimentos	PRODECOOP	BRDE	14.435.000	-	2003
Campo Mourão/PR	Ampliações da indústria de óleo de soja	PRODECOOP	BRDE, Banco Safra e Rabobank	20.020.570	-	2002-16
Campo Mourão/PR	Ampliação e modernização da indústria de óleo de soja	PRODECOOP	BRDE	69.344.000	-	2009
Vários	Incorporação da cooperativa COAGEL	Recursos Próprios	-	-	44.000.000	2012
Campo Mourão/PR	Construção do Moinho de Trigo com capacidade de produção de 500 toneladas/dia	PRODECOOP	BRDE	70.000.000	100.000.000	2013-15
Dourados/MS	Indústria de óleo e farelo de soja com capacidade de processar 3 mil toneladas/dia de soja e 720 toneladas/dia de óleo.	PRODECOOP PCA e FCO	Itaú, Banco do Brasil e Rabobank	410.000.000	750.000.000	2017-18
Sidrolândia e Itaporã – MS	Construção de unidades de recebimento e armazenagem de grãos	PCA	Santander	52.350.000	92.000.000	2017-18
Vários	Construção e modernização de diversas unidades de recebimento e armazenagem de grãos no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul	PRODECOOP e PCA	BRDE, Itaú, Banco do Brasil	835.229.287	-	2003-18
Total	-	-	-	1.471.378.857	-	-

Fonte: BNDES, Transparência, vários anos; Demonstrações Financeira Coamo, vários anos; Informações coletadas em entrevista.

A Coamo destacou-se pela grande dispersão geográfica, com presença em municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, conferindo-lhe a maior capacidade de receber e armazenar grãos dentre as cooperativas, 6,4 milhões de toneladas em 2017. Essa infraestrutura de armazéns apoiou-se no crédito público, sobretudo do BNDES. Entre 2003 e 2018, a Coamo financiou cerca de R\$ 887 milhões, principalmente do PRODECOOP e PCA, para ampliação e modernização de unidades de armazenagem de grãos em vários municípios.

No Mato Grosso do Sul, a Coamo atua desde 2003 detendo, em 2018, quinze unidades em dez municípios do estado. A instalação da cooperativa no Centro-Oeste ocorreu para atender a necessidade de associados que estavam migrando para produzir grãos. A cooperativa fornecia insumos e assistência e logo iniciou a construção ou aquisição de entrepostos para recebimento e armazenagem de grãos. A partir de 2016, ocorreu o primeiro investimento em industrialização no estado, que é o maior da história da cooperativa: uma unidade de processamento de soja para produção óleo e farelo em Dourados, com capacidade de processar 3 mil toneladas de soja por dia e de 720 toneladas de óleo de soja por dia. O empreendimento, ainda em construção, somará R\$ 750 milhões ao todo, com financiamentos de vários programas de crédito a fim reunir os recursos necessários para a obra de tal magnitude. Até o momento, foram financiados R\$ 144 milhões do FCO, R\$ 170 milhões do PRODECOOP e R\$ 95 milhões do PCA.

Outros investimentos importantes da cooperativa foram a ampliação e modernização da indústria de óleo de soja em Campo Mourão em 2009, com recursos públicos na ordem de R\$ 69 milhões, construção de um moinho de trigo em 2013 com financiamento de R\$ 70 milhões e a ampliação da indústria de margarina em 2003 com crédito público de R\$ 15 milhões. Todos esses empreendimentos acessaram recursos do PRODECOOP, com desembolso do BRDE.

No quadro ainda está descrito a aquisição da Cooperativa Agroindustrial de Goioerê – Coagel. Em 2009, as instalações da Coagel foram arrendadas, sendo incorporada totalmente em 2012 pelo valor de R\$ 44 milhões, sem que houvesse aplicação de novos recursos, pois a Coamo assumiu o passivo da cooperativa e contabilizou os investimentos já realizados nas estruturas alugadas. Com a operação, a Coamo adquiriu dezessete entrepostos em quatorze municípios, uma indústria de fiação de algodão e 1,7 mil produtores sócios (OLIVEIRA, 2016).

4.2.9 Cocamar

Dentre as cooperativas selecionadas para pesquisa, a Cocamar foi a que apresentou maior utilização das políticas de saneamento financeiro e alongamento de dívidas. Em 2000, o passivo da cooperativa era R\$ 528 milhões, R\$ 110 milhões maior que o ativo total, ou seja, detinha um elevado grau de endividamento. Somente as dívidas com bancos e fornecedores superavam o seu capital total.¹⁰³

O endividamento da Cocamar originou-se a partir da instabilidade econômica do Brasil, dos sucessivos pacotes de políticas econômicas de 1986 a 1994 e a falhas na administração da empresa. A cooperativa adentrou na década de noventa com uma séria crise de endividamento, resultante da inadimplência dos cooperados, gestão equivocada de

¹⁰³ Notícia de 08/07//2013: “Uma crise sem precedentes que se abateu na segunda metade de década de 90 quase abreviou a existência da cooperativa a pouco mais de 30 anos. Foi quando a saúde financeira da Cocamar, depois de sucessivos planos econômicos, ficou fortemente abalada a ponto de mobilizar não apenas cooperados, clientes e fornecedores, mas o público e o privado, o governo e a sociedade, a considerar o tamanho que seria o impacto socioeconômico de um possível encerramento das atividades. Foi quando a cooperativa, mais uma vez, precisou se reinventar, como em tantas outras ocasiões e imposições alheias à sua vontade. Da monocultura do café ao ciclo do algodão, da seda, dos grãos e da citricultura, a inovação e a diversificação sempre foram marcas registradas de agregação e transformação do negócio. Ocorre que a ameaça na ocasião era outra, de natureza financeira e que comprometia a capacidade de recuperação da cooperativa, que acumulava um alto índice de endividamento, cenário que também tinha a ver com gestão, mas principalmente com um ambiente macroeconômico hostil, de incertezas e instabilidades que colocavam em risco até mesmo modelos sustentáveis como o cooperativismo. Mas como que renascida das cinzas, a exemplo da Fênix, o pássaro imortal e lendário da mitologia grega, no início dos anos 2000 a cooperativa começa a dar a volta por cima, amplia seu parque agroindustrial, investe forte na diversificação e na estratégia do varejo. Manteve-se fiel às origens, continuou a produzir e industrializar café, mas tinha também soja, milho, trigo e laranja e derivados que começavam cada vez mais ir direto à gôndola do supermercado e de lá para a casa dos brasileiros. A Cocamar transcende então a relação com o cooperado e estabelece contato direto com o consumidor final, com a sociedade organizada. A reviravolta tem muito a ver com política, economia e finanças. Envolveu governo, fornecedores e agentes financeiros. Como consequência, modernizou a gestão, definiu estratégia e restabeleceu o poder de compra e venda e devolveu a capacidade de negócios da Cocamar” (GAZETA DO POVO, 2013).

investimentos e a elevação dos custos financeiros, tendo sido cogitada, inclusive, a sua dissolução (CHIARIELLO, 2006; TEIXEIRA, 2002).

De acordo com o Relatório Anual de 2001, a Cocamar iniciou processo de renegociação de suas dívidas com os credores ainda em 1995 e, até 2001, já havia negociado empréstimos e financiamentos no valor de R\$158,5 milhões, sendo R\$ 107,5 milhões através da modalidade PESA e R\$ 54 milhões via RECOOP. Com base nessas operações, a cooperativa definiu novos valores, taxas de juros e prazos para o pagamento das dívidas. Para Teixeira (2002), graças ao RECOOP a Cocamar renegociou dívidas junto a um grupo de bancos avaliadas em R\$ 200 milhões.

Em 2006, ainda em processo de reestruturação produtiva, a Cocamar vendeu sua usina de açúcar e álcool e afastou-se da produção de seda, focando-se em grãos e produtos industrializados para o mercado interno. A usina de açúcar da cooperativa foi vendida por R\$ 143 milhões, com R\$ 43 milhões destinados a saldar dívidas no Banco do Brasil e R\$ 100 milhões injetados em capital de giro (CHIARIELLO, 2006).

A partir de 2008, já com uma condição financeira estável, a Cocamar retomou sua política de investimentos, ampliando as indústrias e expandindo a área de atuação, entretanto, somente no contexto recente, após 2015, que a cooperativa realizou grandes investimentos na construção e aquisição de armazéns e indústrias no norte do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Entre os anos de 2000 a 2015, a Cocamar investiu R\$ 634 milhões e de 2014 a 2017 foram R\$ 580 milhões.

O processo de redução das dívidas, saneamento financeiro, retomada de investimentos e do capital de giro da Cocamar foram auxiliados pelas políticas de crédito. A **Tabela 73** estampa a evolução das contratações da cooperativa de crédito público de 2000 a 2017, abordando os empréstimos com o PESA, RECOOP, Securitização, BNDES e SNCR.

Os empréstimos públicos da Cocamar elevaram de R\$ 151 milhões em 2000 para R\$ 1,2 bilhão em 2017, evolução de 700%. Ao longo dos anos, a participação dos recursos públicos no total financiado também aumentou, de 36,6% em 2000 para 98,9% em 2016. Com base nisso, é possível verificar que a retomada do crescimento da Cocamar foi acompanhada por sua maior integração com as políticas de financiamento público, em especial, de refinanciamento de dívidas e investimentos.

Até meados de 2008, os maiores débitos da Cocamar com crédito público eram nas linhas de saneamento financeiro. Os débitos com o RECOOP chegaram a somar R\$ 70,8 milhões em 2006 e R\$ 88,8 milhões com o PESA em 2005. Na Securitização, o maior valor contratado foi de R\$ 22 milhões em 2001. É importante frisar que, entre 2000 e 2003, a cooperativa contratou empréstimos em moeda estrangeira, de R\$ 243

milhões em 2000 e R\$ 210 milhões em 2001. Já as contratações de investimento com o BNDES mantiveram-se baixas até 2008, quando evoluíram de R\$ 73 milhões para R\$ 68 milhões. Após 2009, os empréstimos no banco subiram de R\$ 120 milhões para R\$ 344 milhões em 2016, o maior valor devido. As principais políticas acessadas no banco foram o PRODECOOP, PCA e PROCAP-AGRO.

Tabela 73. Composição dos financiamentos públicos da Cocamar – 2000 a 2017

	PESA	Recoop	Securit.	BNDES	SNCR	Total	%¹
2000	45,3	10,1	21,7	73,1	1,0	151,3	36,6%
2001	67,7	22,5	22,0	56,7	3,6	172,7	43,3%
2002	65,8	62,0	13,5	43,3	6,8	191,5	69,9%
2003	73,2	61,9	10,3	49,8	9,2	204,4	72,5%
2004	85,3	69,9	11,0	27,1	10,6	204,0	72,2%
2005	88,8	65,4	10,7	37,9	14,8	217,6	78,5%
2006	28,0	70,8	1,4	38,5	39,2	178,1	76,8%
2007	31,0	68,7	1,4	37,1	62,2	200,5	77,4%
2008	33,9	63,6	1,0	68,6	69,9	237,1	82,4%
2009	34,4	56,2	1,0	121,5	80,6	293,7	87,2%
2010	38,9	40,8	0,94	223,5	123,5	427,8	89,1%
2011	42,6	35,8	0,89	222,6	167,3	469,3	90,9%
2012	47,4	30,4	0,83	238,8	271,7	589,4	89,7%
2013	52,5	24,4	0,78	237,5	294,6	610,0	94,2%
2014	57,0	17,2	0,74	255,6	490,5	821,2	98,8%
2015	65,5	9,3	0,68	330,3	472,0	877,9	98,4%
2016	73,9	2,0	0,63	344,4	857,6	1.278,6	98,9%
2017	78,8	-	0,38	288,9	848,9	1.217,0	94,5%

¹ Participação das linhas oficiais no total financiado pela cooperativa. Em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Notas Explicativas do Demonstrativos Financeiros, Cocamar, vários anos.

A Cocamar realizou empréstimos com recursos do SNCR, com destaque para o financiamento do repasse de insumos aos sócios. Os valores contratados nas linhas do SNCR evoluíram de R\$ 1 milhão em 2000 para R\$ 848 milhões em 2017, tendo dobrado nos últimos três anos.

O **Quadro 09** ilustra alguns dos principais investimentos da Cocamar após 2000 e que contaram com financiamento público. Os investimentos detalhados somaram R\$ 828 milhões em recursos públicos, desembolsados principalmente pelo BNDES e BRDE.

Quadro 09. Principais investimentos da Cocamar entre 1998 e 2017

Localidade	Obra Edificada	Modalidades de Financiamentos	Agente Financeiro	Valor Financiado	Valor Imobilizado	Período Obras
Maringá/PR	Refinanciamento de dívidas e saneamento financeiro	RECOOP e PESA	Vários	160.000.000	-	1998-2003
Maringá/PR	Usina termoelétrica a partir da queima de biomassa com capacidade de 13 MW	Outro	BNDES	35.507.000	35.507.000	2008
Maringá/PR	Modernização da indústria de fios de algodão e sintético	PRODECOOP e outro	BNDES	29.570.000	-	2011-12
Marialva/PR	Aquisição de 51% de participação em um Moinho de Trigo com capacidade de produção de 9 mil toneladas por mês	PRODECOOP e PCA	BRDE	16.778.000	-	2017
Vários	Construção, aquisição e modernização de várias unidades de recebimento e armazenagens de grãos no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul	PRODECOOP, PCA e PSI-BK	BNDES, BRDE e Banco Safra	385.485.000	-	2005-15
São Sebastião da Amoreira, Santa Mariana e Sertaneja/PR	Aquisição de três unidades de grãos com capacidade de armazenagem 320 mil toneladas e uma UBS da empresa Vilela, Vilela e Cia Ltda.	PRODECOOP	BNDES	183.639.000	-	2017
Nova Andradina/MS	Unidade de grãos	PCA	BRDE	17.874.000	30.000.000	2013-15
Total	-	-	-	828.853.000	-	-

Fonte: BNDES, Transparência, vários anos; Relatório Anual Cocamar, 2010 a 2017.

As primeiras grandes contratações de crédito público da Cocamar no pós-2000 foram com as políticas de saneamento financeiro, R\$ 160 milhões, envolvendo vários bancos que eram credores da cooperativa. No final dos anos 2000, as contratações para investimento cresceram, com destaque para a construção e aquisição de unidades de armazenagem.

De 2008 a 2017, quando aumentaram os financiamentos para investimento, a capacidade de armazenagem da Cocamar subiu de 850 mil toneladas para 1.323 mil toneladas e o número de sócios foi de 6 mil para 14 mil. A construção ou aquisição de armazéns permitiu a expansão do território de atuação da cooperativa pelo noroeste e norte do Paraná e, a partir de 2013, para São Paulo e Mato Grosso do Sul em 2014.

Estima-se, com base nos dados no BNDES Transparência, que a Cocamar financiou cerca de R\$ 385 milhões para ampliar e modernizar sua rede de armazenagem entre 2005 e 2015. A maior parte dos recursos vieram do PRODECOOP, com participação de vários bancos. Em 2017, a cooperativa adquiriu as unidades operacionais da empresa Vilela, Vilela e Cia. Ltda., com crédito do PRODECOOP na ordem de R\$ 183 milhões.

Além da construção e aquisição, a Cocamar alugou unidades de grãos como estratégia de crescimento geográfico, acelerando esse processo. De acordo com o presidente da cooperativa, Divanir Higino, a velocidade proposta para a expansão da Cocamar não poderia depender da aquisição ou construção de instalações, por isso, a opção foi por alugar estruturas em algumas regiões, como aconteceu no oeste paulista. Em 2017, das sessenta e oito unidades de grãos da cooperativa, trinta e seis eram arrendadas (COCAMAR, 2018).

Uma das operações da Cocamar nesse sentido foi a locação de vinte e seis unidades da cooperativa Corol em 2010, na qual, a Cocamar conseguiu expandir a área de atuação no norte do Paraná, acessando cerca de sete mil novos sócios.¹⁰⁴

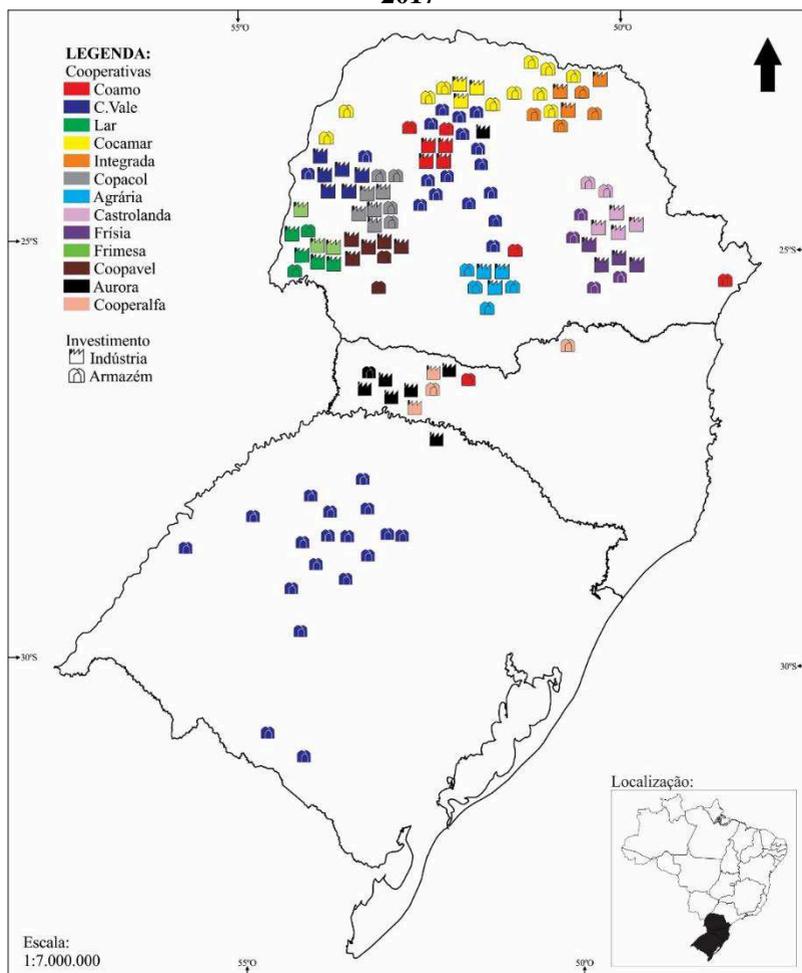
¹⁰⁴ Em 2010, havia um projeto de fusão entre Cocamar, Corol e Copercatu, criando a terceira maior cooperativa do Paraná. A Corol, com sede em Rolândia, no norte do Paraná, apresentava-se altamente endividada no final dos anos 2000, com débitos de R\$ 320 milhões na época. As negociações para fusão das cooperativas iniciaram com o arrendamento das vinte e cinco unidades da Corol por parte da Cocamar em 2010 e aos poucos haveria a anexação dos ativos. Em contrapartida, a Cocamar assumiria as dívidas da Corol com seus credores e garantiria o capital social dos sócios de Rolândia. Contudo, em 2013 a Corol notificou a cooperativa de Maringá, que deixou de cumprir os compromissos com os credores, solicitando a devolução das unidades alugadas. Neste ano, as dívidas da Corol com fornecedores e ex-funcionários somavam R\$ 600 milhões. Em 2014, a Cocamar arrematou em um leilão da Justiça do Trabalho um conjunto de

A Cocamar também investiu na modernização das indústrias existentes, caso da fábrica de fios em 2011 e 2012, com crédito de R\$ 29,5 milhões oriundos sobretudo do PRODECOOP; na aquisição de indústria, como a compra de 51% do capital de um moinho de trigo, financiando R\$ 16,7 milhões pelo PRODECOOP e PCA; e a construção de uma usina termoeétrica movida pela queima de biomassa com financiamento de R\$ 35,5 milhões do BNDES.

Por fim, o **Mapa 26** exibe a localização espacial dos investimentos das cooperativas na Região Sul que tiveram financiamento oficial entre 2003 e 2017. Destacou-se apenas alguns investimentos das treze maiores cooperativas regionais, divididos em “indústria” – se referindo a construção ou aquisição de agroindústrias – e “armazém” – construção e aquisição de sistemas de recepção e armazenagem de grãos. O mapa aborda ainda os dados da Frimesa, Integrada e Copacol, que não foram analisadas nos subitens anteriores, e permite visualizar a participação do capital público na ampliação produtiva e territorial das cooperativas nos últimos anos.

complexos industriais da Corol por R\$ 13 milhões, valor abaixo dos R\$ 40 milhões esperados pela Corol (FOLHA de LONDRINA, 2010; ODIÁRIO, 2013).

Mapa 26. Distribuição espacial dos investimentos das treze maiores cooperativas da Região Sul com financiamento público entre 2003 e 2017



Fonte: Relatórios de Atividades das Cooperativas, vários anos; BNDES Transparência, vários anos.

4.3 Conclusão

As cooperativas agropecuárias selecionadas no estudo seguiram trajetórias diferentes de crescimento, com estratégias particulares de expansão espacial e produtiva. Algumas empresas investiram na cadeia

de grãos, enquanto outras privilegiaram as cadeias de proteína animal ou lácteos. No aspecto territorial, houve aquelas que decidiram ampliar suas fronteiras de atuação para outros estados e países, e existiram aquelas que mantiveram-se espacialmente limitadas às regiões de origem. Entretanto, todas as cooperativas revelaram um ponto em comum: a expressiva participação das políticas de crédito nas suas respectivas trajetórias de crescimento.

Após a crise global de 2008, quando houve o estreitamento dos mercados consumidores externos e a retração do fluxo de capital nacional e internacional para o financiamento privado, o crédito público foi decisivo para que as cooperativas continuassem crescendo, amparadas pela maior oferta de crédito público, de longo prazo e juros baixos. Os maiores projetos de expansão das cooperativas estudadas ocorreram justamente nesse contexto e contaram com apoio estatal no financiamento. No âmbito recente, após 2016, a aumento na taxa dos juros oficiais fez com que as cooperativas buscassem novas alternativas para o financiamento de curto prazo, porém, para os investimentos, o setor manteve-se dependente do crédito oficial e do BNDES.

As principais políticas de crédito acionadas pelas maiores cooperativas agropecuárias do sul do Brasil no início do século XXI foram o RECOOP para negociação e alongamento de dívidas e investimos, PRODECOOP, PCA e FINAME para investimento, PROCAP-AGRO para capital de giro e as linhas de crédito do SNCR de repasse de custeio, comercialização e beneficiamento industrial. Portanto, o crédito público atendeu as cooperativas em todas as modalidades e foi hegemônico nos financiamentos dos investimentos produtivos e comerciais.

Os recursos do SNCR para custeio e comercialização dos sócios foi tão importante às cooperativas quanto os recursos para investimento. O crédito repassado aos sócios permitiu que a expansão produtiva e de armazenagem fosse acompanhada da expansão da produção primária pelos associados. O repasse de crédito oficial aos produtores, somado às outras estratégias de capitalização do corpo social, garantiram às cooperativas acesso a matérias-primas necessárias para industrialização e comércio, que resultaram em aumento das receitas.

As principais instituições financeiras utilizadas pelas cooperativas para acessar o crédito oficial foram o BNDES e BRDE, que financiaram a maior parte dos projetos de investimentos. Além desses, outros bancos, públicos e privados, foram acionados para financiar investimentos, custeio, capital de giro e comercialização com capital público.

CAPÍTULO V

AS ESTRATÉGIAS DE FINANCEIRIZAÇÃO DAS MAIORES COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO SUL

Além do crédito, conduzido majoritariamente pelo Estado, a expansão geoeconômica das maiores cooperativas agropecuárias foi determinada por outros elementos do capital financeiro. A utilização do mercado de capitais, bolsas de valores e mercados futuros, títulos financeiros, compra de ações, ativos financeiros e a utilização de ferramentas financeiras como *hedge*, foram exemplos da crescente integração das cooperativas com a dinâmica financeira. As estratégias financeiras, além de financiar atividades produtivas das cooperativas, garantir a compra e venda de produtos e fixar preços futuros, tornaram-se, em alguns casos, oportunidades de ampliar os lucros das empresas.

À essa maior integração do cooperativismo com a dinâmica financeira, seus mecanismos, ferramentas e agentes, será aqui denominado de “financeirização”, que foi uma realidade, com menor ou maior grau, em todas as cooperativas estudadas, com emprego crescente nos últimos anos e com tendência de expansão. É importante mencionar que as cooperativas agropecuárias, devido suas condições jurídicas, possuem limites no acesso ao mercado de capitais, porém, isso não impediu que o setor ampliasse a utilização dos mecanismos financeiros após os anos 2000. Em 2017, as treze cooperativas analisadas somaram R\$ 5,7 bilhões em ativos financeiros, R\$ 1,1 bilhão em participação em outras sociedades e R\$ 1,7 bilhão em lucro financeiro.

Outro aspecto da crescente integração do setor com a dinâmica financeira foi o processo de concentração de capitais e monopolização da produção em grandes cooperativas, decorrente dos investimentos operacionais e das aquisições de cooperativas e empresas menores. Em 2015, as treze maiores cooperativas agropecuárias do Sul concentraram 46% das receitas e 69% das exportações do setor no Brasil. Na produção, elas foram responsáveis por 11,7% da soja, 13,5% do milho e 29,9% do trigo produzido no país.

O objetivo do último capítulo é analisar a relação das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul com a dinâmica financeira e os mecanismos de financeirização, expondo qual a relevância destes no processo de capitalização e nas estratégias de expansão do setor. O item inicial aborda o estudo sobre os investimentos das cooperativas em outras sociedades, empresas ou cooperativas, e em ativos financeiros, destacando também as receitas financeiras resultantes; o texto seguinte apresenta uma pesquisa sobre a atuação das cooperativas no mercado

futuro de *commodities* e títulos do agronegócio; e, por fim, propõe-se uma discussão sobre monopólio e centralização de capitais dentro do cooperativismo agropecuário brasileiro nos anos 2000.¹⁰⁵

5.1 Investimentos em outras sociedades, ativos financeiros e lucros financeiros

As cooperativas agropecuárias, devido suas condições jurídicas e doutrinárias, possuem especificidades na relação com o capital financeiro e com os mecanismos de financeirização. Historicamente, o crédito tem sido uma das principais ferramentas financeiras utilizadas pelas cooperativas, sendo importante na gênese e evolução do moderno cooperativismo. Desde 2003, o crédito público retomou sua centralidade no processo de desenvolvimento do cooperativismo rural brasileiro, e, como observado no capítulo anterior, foi um dos eminentes responsáveis pela expansão geoeconômica do setor nos últimos anos.

Apesar das cooperativas agropecuárias possuírem limites jurídicos para atuar no mercado de capitais, por exemplo, que proíbem a comercialização de ações e emissão de *debêntures*,¹⁰⁶ o setor pode obter

¹⁰⁵ A temática da financeirização das cooperativas também foi abordada por outros pesquisadores. No final dos anos noventa e início dos anos 2000, sob o contexto de mudanças políticas e econômicas no Brasil, que resultaram em dificuldades na obtenção de financiamentos públicos, a problemática da capitalização das cooperativas brasileiras estava em discussão. Duas teses merecem destaque sobre a possibilidade de aproximação entre cooperativas e o mercado financeiro: Bialoskorski Neto (1998), que analisou a abertura de capital das cooperativas como alternativa à capitalização, tendo como exemplo a experiência do cooperativismo no Canadá e Gimenes (2004), advogando a possibilidade de as cooperativas emitirem títulos de dívida (*debêntures*) para obtenção de capital barato junto ao mercado financeiro. Ambos os trabalhos defendiam mudanças profundas no cooperativismo agropecuário, porém, que não concretizaram-se. Mesmo assim, a aproximação das cooperativas com o mercado financeiro desenvolveu-se ao longo dos anos 2000, sem a necessidade de alterar a legislação, como argumentavam alguns pesquisadores e políticos. Um ponto fundamental para compreender a integração crescente entre cooperativas e capital financeiro foi a retomada das políticas de crédito e do protagonismo do Estado, que, mais do que aproximar o setor dos bancos e novos instrumentos financeiros, exigiram mudanças na estrutura de gestão de capital dentro das cooperativas.

¹⁰⁶ *Debênture* é um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, o mesmo terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou no vencimento do título, receberá de volta o valor investido (principal). No Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais

recursos financeiros pela compra e venda de títulos do agronegócio, aplicações financeiras, compra de ações de empresas privadas, participação de fundos de pensão, formação de *joint venture* em parceria com empresas e outras cooperativas e etc. As cooperativas também desenvolveram formas particulares de centralização de capitais, típicos da dinâmica financeira, como a formação de cooperativas centrais, intercooperação com vistas à produção e integração com cooperativas de crédito.

Essas formas de integração do setor com a dinâmica financeira, para além do crédito, foi ascendente nos últimos anos e denotam diferentes estratégias na expansão produtiva, comercial e financeira. Com base nisso, foram selecionados quatro indicadores para análise da relação das maiores cooperativas agropecuárias do sul do país com a dinâmica financeira no século XXI: investimentos financeiros, ativos financeiros, lucros financeiros e mercado futuro. O estudo da relação das cooperativas com o mercado futuro, que envolve o emprego de títulos de compra e venda de *commodities*, bolsas de valores, negociação com moedas e utilização de instrumentos financeiros derivativos, devido à importância e especificidade, será detalhado nos itens a seguir.

A **Tabela 74** exhibe os “investimentos” das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do país entre 2005 e 2017. De acordo com Matarazzo (2010), no balanço patrimonial das empresas, é classificado como “investimento” a participação permanente em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade operacional da empresa e não se classifiquem como ativo circulante ou de longo prazo. A participação em outras sociedades engloba as participações de capital em outras empresas na forma de ações ou de quotas com características de investimento permanente. As aplicações de capital em outras empresas normalmente são de forma voluntária e representam uma extensão ou diversificação da atividade econômica da própria empresa. Quando a participação é acima de 10% e sem deter o controle do capital, a outra empresa é considerada “coligada” da investidora e, caso houver o controle, definido como preponderância

antigas de captação de recursos por meio de títulos (BM&FBOVESPA, 2017). Conforme SANDRONI (1999), *debêntures* é um título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma *debênture* é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela. As *debêntures* têm como garantia todo o patrimônio da empresa.

nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores, a outra empresa será “controlada” da investidora.

Assim, os investimentos financeiros correspondem às participações das cooperativas no capital de outras sociedades, cooperativas ou não. No caso dos investimentos em cooperativas, estes correspondem às quotas de participação no capital social e, no caso das empresas privadas, referem-se à participação acionária.

É importante mencionar que os valores anunciados correspondem ao capital do custo de aquisição, ou seja, não representam o valor total das sociedades e tampouco o lucro ou sobras provenientes do investimento (esses são contabilizados nos Demonstrativos de Sobras e Perdas como Lucros Financeiros, que serão detalhados adiante). Entretanto, as informações da tabela contribuem para identificar o aumento dos investimentos das cooperativas em outras empresas, a diversificação dos investimentos e suas finalidades. A ordem das cooperativas na tabela foi definida pelo total em “investimentos financeiros” em 2017.

Entre 2005 e 2017, o valor total investido pelas treze maiores cooperativas da Região Sul em outras sociedades aumentou de R\$ 97,4 milhões para R\$ 1,1 bilhão, expansão de mais de 1.000% e crescimento médio de 23% ao ano. Nos anos observados, somente em 2017 ocorreu redução no volume de capital investindo, de -3,5%. Dentre as cooperativas, as que tiveram os maiores valores em investimentos financeiros foram a Frísia, Cooperalfa, Lar, C.Vale, Copacol, Castrolanda e Cocamar, somando R\$ 997,4 milhões em 2017.

Tabela 74. Investimentos das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul em outras sociedades – 2005 a 2017 (em Mil R\$ Correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Cresc. ²
Frísia	1.861	1.861	1.636	1.599	1.614	1.788	2.101	2.224	37.046	122.262	175.616	191.129	208.221	-
<i>Cresc. Anual¹</i>	-	122%	35,6%	18,1%	16,8%	9,2%	9,9%	- 77,1%	1.565%	230%	43,6%	8,8%	8,9%	10.600%
Cooperalfa	40.807	43.673	49.276	59.809	97.848	102.445	130.918	131.686	163.514	168.798	189.904	192.632	191.443	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	7,0%	12,8%	21,4%	63,6%	4,7%	27,8%	0,6%	24,2%	3,2%	12,5%	1,4%	- 0,6%	369%
Lar	12.802	13.377	17.176	18.186	20.175	30.960	31.566	33.215	46.041	99.400	126.412	166.613	181.002	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	4,5%	28,4%	5,9%	10,9%	53,5%	2,0%	5,2%	38,6%	116%	27,2%	31,8%	8,6%	1.314%
C.Vale	9.993	10.322	12.955	18.631	19.648	33.033	35.411	43.019	54.039	63.177	106.322	123.023	132.011	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	3,3%	25,5%	43,8%	5,5%	68,1%	7,2%	21,5%	25,6%	16,9%	68,3%	15,7%	7,3%	1.221%
Copacol	9.294	10.010	13.143	13.955	15.591	22.651	32.095	45.002	51.474	55.119	66.815	103.188	104.195	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	7,7%	31,3%	6,2%	11,7%	45,3%	41,7%	40,2%	14,4%	7,1%	21,2%	54,4%	1,0%	1.021%
Castrolanda	1.484	1.379	1.221	1.421	1.962	2.373	2.951	7.413	47.415	65.342	86.495	92.500	92.285	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	- 7,1%	- 11,5%	16,4%	38,1%	20,9%	24,4%	151%	539%	37,8%	32,4%	6,9%	- 0,2%	6.119%
Cocamar	15.294	22.844	26.753	19.015	16.489	28.139	35.276	91.914	76.441	82.139	92.603	112.151	88.481	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	49,4%	17,1%	- 28,9%	- 13,3%	70,7%	25,4%	160,6%	- 16,8%	7,4%	12,7%	21,0%	- 21,1%	479%
Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.943	46.870	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 52,6%	52,6%*
Coopavel	3.831	4.473	4.738	5.223	5.685	6.270	6.539	11.038	14.835	17.403	19.616	31.883	33.251	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	16,8%	5,9%	10,2%	8,8%	10,3%	4,3%	68,8%	34,4%	17,3%	12,7%	62,5%	4,3%	768%
Coamo	587,5	1.215	610,4	1.029	2.064	2.102	2.997	6.682	17.931	17.983	21.016	15.261	12.399	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	107%	- 49,8%	68,5%	101%	1,8%	42,6%	123%	168%	0,3%	16,9%	- 27,4%	- 18,8%	2.011%
Integrada	477,4	503,6	507,9	706,6	248,1	259,1	312,6	409,0	4.684	5.241	6.565	11.880	12.004	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	5,5%	0,8%	39,1%	- 64,9%	4,5%	20,7%	30,8%	1.045%	11,9%	25,3%	80,9%	1,0%	2.414%
Frimesa	170,9	171,1	171,2	161,2	235,4	232,8	232,9	473,7	449,4	545,7	1.829	1.861	2.425	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	0,1%	0,1%	- 5,9%	46,0%	- 1,1%	0,0%	103%	- 5,1%	21,4%	235%	1,8%	30,3%	1.320%
Aurora	745,3	1.825	1.830	1.879	1.879	1.904	1.904	1.904	2.581	2.641	2.858	3.331	-	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	145%	0,2%	2,7%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	35,6%	2,3%	8,2%	16,6%	-	347%*
Total	97.433	114.123	134.257	146.954	189.932	239.219	289.925	374.978	516.450	700.051	896.051	1.144.395	1.104.587	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	17,1%	17,6%	9,5%	29,2%	26,0%	21,2%	29,3%	37,7%	35,6%	28,0%	27,7%	-3,5%	1.035%

¹Refere-se a taxa percentual de crescimento anual. ²Refere-se a taxa percentual de crescimento acumulado entre 2008 e 2017. *Taxa de crescimento acumulado entre o primeiro e último ano apresentados na tabela. Fonte: Balanço Patrimonial das cooperativas agropecuárias, vários anos.

A Frísia, com R\$ 208 milhões, teve o maior investimento das cooperativas analisadas em 2017. Entre 2005 e 2012, os investimentos da cooperativa eram baixos, inferiores a 2,2 milhões de reais. Até aquele momento, o maior capital da Frísia estava investido na Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. (CCLPL), com participação de 44,95% do capital da central que, por sua vez, era uma acionista da empresa Batávia S.A. Em 2007, a participação acionária de 49% da CCLPL na Batávia S.A. foi vendida para a Perdigão S.A., porém, antes da venda, a participação da central na Batávia S.A. foi transferida às suas filiais, cabendo à Frísia 20,6% das ações da Batávia, pelo valor de R\$ 29,9 milhões. Desde então, a CCLPL está desativada.¹⁰⁷

A partir de 2013, os valores dos investimentos da Frísia aumentaram significativamente, chegando ao montante de R\$ 208,2 milhões em 2017. A expansão nos investimentos decorreu da aplicação de capital na Castrolanda, correspondendo aos projetos de intercooperação entre as cooperativas e que somou R\$ 184 milhões em 2017. O investimento da Frísia na Castrolanda corresponde a R\$ 99,8 milhões nas indústrias de laticínios (participação de 36% no negócio) e R\$ 73,6 milhões na indústria de carnes (participação de 25% no negócio). Com menor valor, desde 2013, a Frísia teve investimentos em outras cooperativas, como Coonagro, Sicredi e Coocentral (Coodetec).

A Cooperalfa registrou um crescimento dos investimentos financeiros de R\$ 40,8 milhões em 2005 para R\$ 191 milhões em 2017, diferença de 369%. A maior parcela dos investimentos da Cooperalfa deve-se à participação na central Aurora e o aumento dos valores investidos pela Cooperalfa corresponderam justamente às crescentes aplicações de capital na central: em 2005 a cooperativa tinha R\$ 38,2 milhões investidos na Aurora e em 2017 eram R\$ 172,4 milhões. Entre esses anos, a participação da Cooperalfa alterou de 31,4% do capital da Aurora para 25%, tendo obtido resultado/retorno de R\$ 30 milhões em 2017.

Além da Aurora, a Cooperalfa possui investimento em outras cooperativas, como Sicoob, Coodetec e Fecoagro. Os investimentos na federação Fecoagro elevaram-se de R\$ 725 mil em 2005 para R\$ 9 milhões em 2017, com resultado de R\$ 547,6 mil em 2017. De acordo com as demonstrações contábeis da cooperativa, os investimentos em outras sociedades contribuem no desenvolvimento das atividades complementares da cooperativa e dos sócios. A exceção foi o

¹⁰⁷ EXAME (2010) aponta que a participação da CCLPL na Batávia foi vendida por R\$ 155 milhões.

investimento na Mauê S.A., que, segundo a cooperativa, foi uma oportunidade de investimento em uma empresa de energia dentro do território de atuação da Cooperalfa. O investimento foi de R\$ 2,3 milhões (equivalendo a 15% do capital da Mauê), com retorno anual de R\$ 421 mil.¹⁰⁸

A Lar apresentou um diversificado portfólio de investimentos, com destaque para suas participações nas cooperativas centrais Frimesa, Cotriguaçu e Coodetec e nas controladas Lar Transportes Ltda. e Lar Trading Corporation. Além desses, em 2017 a Lar tinha investimentos em outras cooperativas, como Coamo, Cerme, Cergrand e Sicredi. Em 2005, os investimentos da Lar somavam R\$ 12,8 milhões, crescendo para R\$ 181 milhões em 2017. Entre 2013 e 2017, a cooperativa registrou grande expansão dos investimentos decorrentes dos aportes de capital à Lar Transportes, cujo valor aplicado evoluiu de R\$ 2 milhões à R\$ 94 milhões, e nas centrais Frimesa, Cotriguaçu e Coodetec.

A finalidade da Lar Transportes Ltda. é dar suporte logístico à Lar, possuindo uma frota de 681 veículos, com carretas bitrens, graneleiros, câmara fria, porta contêineres, caminhões de transporte de animais, silos para transportes de ração e veículos utilitários. A transportadora também é detentora da Lar SLR, empresa privada responsável pela atuação no Paraguai, com recepção e armazenagem de grãos e venda de insumos. A Lar SRL atua no país desde 1996, possuindo treze unidades de comércio de grãos e insumos e faturamento próximo a R\$ 600 milhões. A Lar Paraguai, apesar do vínculo com a cooperativa Lar, é uma empresa privada e tem liberdade para atuar, não possuindo cooperados, mas clientes (as informações sobre a Lar SLR não constam nos demonstrativos contábeis da Lar, pois ela é uma empresa pertencente à Lar Transportes Ltda.).

Já a Lar Trading, cujo investimento da cooperativa em 2017 era de apenas R\$ 5,5 mil, foi concebida para ser uma ponte para as exportações da Lar e, no passado, tinha também um papel estratégico na captação de recursos financeiros internacionais. Atualmente, a *trading* não tem relevância comercial (sem movimentação) e não é fundamental para a

¹⁰⁸ A Mauê S.A. Geradora e Fornecedora de Insumos é uma empresa privada criada por oito cooperativas de Santa Catarina para geração de energia elétrica. A empresa tem duas PCH (Pequena Central Hidrelétrica), uma em Flor do Sertão, com potência instalada de 16,5 MW, suficientes para atender 40 mil pessoas (inaugurada em 2007), e outra em Romelândia com potência instalada de 8,7 MW (inaugurada em 2014) (MAUÊ, 2018).

geração de resultados da Lar, mas possui um objetivo para o futuro, que é ampliação na área comercial de grãos da Lar via exportações.

A C.Vale ampliou seus investimentos de R\$ 9,9 milhões em 2005 para R\$ 132 milhões em 2017, com expansão acentuada após 2014: R\$ 63 milhões para R\$ 106 milhões em 2015 e R\$ 132 milhões em 2017. A maior parcela dos investimentos da C.Vale foram em cooperativas centrais, com destaque para Frimesa, Cotriguaçu e Coodetec, que somaram R\$ 70 milhões em 2017, 53% do total investido pela cooperativa. Entre 2005 e 2017, os investimentos da C.Vale na Frimesa aumentaram de R\$ 5 milhões para R\$ 27 milhões, na Cotriguaçu de R\$ 2,9 milhões para R\$ 32 milhões e na Coodetec de R\$ 13,8 mil para R\$ 11 milhões.

A C.Vale é controladora da C.Vale Comércio e Transportes Ltda., uma empresa que atua no ramo de logística, organizando o transporte da produção agropecuária, industrial, insumos e matérias-primas para a cooperativa. A C.Vale Comércio e Transportes é controladora da C.Vale S.A., responsável pela atuação comercial no Paraguai e desempenhando também atividades de comércio externo, ou seja, como uma *trading*. Os investimentos da C.Vale na C.Vale Comércio e Transportes cresceram de R\$ 480 mil em 2005 para R\$ 43,5 milhões em 2017 e o faturamento da empresa em 2017 foi de R\$ 4,5 milhões.

A C.Vale, assim como a Lar, também atua no Paraguai e utiliza a C.Vale S.A. A opção em atuar no país com uma empresa S.A. e não SLR – sinônimo de Ltda. – como a Lar, deve-se à estratégia de conquista de mercado através da transparência de informações, o que agrada os produtores, órgãos governamentais, fornecedores e bancos. A C.Vale S.A. possui três unidades de recebimento e armazenagem de grãos e de venda de insumos, com faturamento médio entre US\$ 70 milhões a US\$ 90 milhões anuais. Atualmente, a C.Vale não tem pretensões de ampliar a área de atuação no Paraguai (as informações sobre a C.Vale S.A. foram coletadas em trabalhos de campo).

Desde 2015, a C.Vale é controladora da empresa Marasca Comércio de Cerais Ltda., com investimento descrito de R\$ 10 milhões. A empresa gaúcha foi adquirida pela cooperativa, com valores totais sob sigilo, mas, para se ter noção da importância do negócio, o faturamento da empresa Marasca em 2014 foi de R\$ 1,24 bilhão. A C.Vale também apresentou investimentos em cooperativas de crédito, que somaram R\$ 4,8 milhões em 2017. Além destes, a cooperativa teve participação no capital de outras sociedades, como Coonagro, Copermutum e Unisoja S.A.

A Copacol apresentou o quinto maior investimento dentre as cooperativas estudadas, com R\$ 104,2 milhões em 2017, cerca de 1.200% a mais que o valor investido em 2005, de R\$ 9,3 milhões. Assim como nas demais cooperativas, a maior parte dos investimentos financeiros da Copacol foram focados em centrais, neste caso, a Unitá, Cotriguaçu, Frimesa e Coodetec, que somaram aplicações de R\$ 97,7 milhões. O aumento nos investimentos da cooperativa decorreu da crescente aplicação de capital nas centrais: entre 2005 e 2017, o valor investido na Frimesa aumentou de R\$ 5,6 milhões para R\$ 28 milhões, na Cotriguaçu de R\$ 2 milhões para R\$ 22,7 milhões e na Coodetec de R\$ 10,4 mil para R\$ 7,7 milhões. Na Unitá, central criada em 2011 pela Copacol, Coagru e Cooperflora, os investimentos em 2017 foram de R\$ 39 milhões.

A cooperativa detém o controle acionário da Constel Tecnologia Ltda., empresa sediada em Cascavel que surgiu em 1999 e atua na área de tecnologia da informação. O capital investido na Constel foi de R\$ 499 mil em 2017, correspondendo a 99,8% do controle acionário. É mister relatar que, até 2005, a Copacol tinha investimento em várias empresas, como Banco Nacional, Embraer, Telebrás e Telepar, porém, com valores baixos.

A Castrolanda somou R\$ 92,2 milhões em investimentos em 2017, expansão de 6.119% com relação ao valor de 2005, de R\$ 1,4 milhão. Assim como a Frísia, a Castrolanda participava da CCLPL (com 36,53% do capital da central), que até 2007 possuía 49% das ações da Batávia S.A.. Com a venda da Batávia para a Perdigão, a Castrolanda recebeu R\$ 53,1 milhões em 2007.

Entre 2005 e 2012, a aplicação de capital da Castrolanda em outras sociedades era baixa, porém, a partir de 2013 o volume de investimento cresceu consideravelmente. Esse crescimento decorreu dos investimentos na Frísia nos projetos de intercooperação nas indústrias de lácteos, onde a Castrolanda detém 54% de participação e de trigo, com participação de 27%. De 2012 a 2017, o volume de capital aplicado pela Castrolanda na Frísia elevou-se de R\$ 31 mil para R\$ 65,7 milhões.

Outros investimentos da Castrolanda foram na Coonagro, com capital de R\$ 15,5 milhões em 2017 e participação de 21,26%, na Sicredi, capital de R\$ 5 milhões e na Eletrogeração S.A., cuja participação no empreendimento é de 14,96% e investimento de R\$ 4,6 milhões. Em 2017, a cooperativa adquiriu ações da Cervejaria Bier Hoff, uma das maiores cervejarias artesanais do Paraná, todavia, o valor da transação não foi divulgado.

A Cocamar foi a cooperativa que apresentou maior quantidade de empresas controladas, ou seja, sociedades sob seu controle acionário. Em

2017, a cooperativa possuía investimentos na ordem de R\$ 88 milhões, correspondendo a nove empresas de diversos ramos de atuação: têxtil, comércio, transportes, venda de máquinas e combustíveis e outros (em 2004 eram apenas duas). A Cocamar também apresentou, nos anos observados, oscilações dos valores aplicados em outras sociedades, com o maior investimento de R\$ 112 milhões em 2016.

Em 2010 e 2012 ocorreram aumentos significativos nos investimentos: em 2010, houve incremento de R\$ 17 milhões devido à criação da Cocamar Trading Ltda., fundada para dar suporte ao comércio internacional da cooperativa; em 2012, houve acréscimo dos investimentos de R\$ 35 milhões para R\$ 92 milhões devido à constituição da Cocamar Administradora de Bens Próprios Ltda., cujo objetivo era administrar os bens que não estavam relacionados com as atividades operacionais. Essa nova empresa também foi concebida para participar em outras sociedades nacionais ou estrangeiras na condição de sócia, acionista ou quotista. O capital da Cocamar investido na Administradora de Bens era de R\$ 63 milhões em 2012, com participação de 99,99% do capital.

Em 2016, ano com maior capital investido, a Cocamar era controladora das empresas: Cocamar Trading Inc. (100% de participação e capital investido de R\$ 37 milhões), Cocamar Máquinas Agrícolas Ltda. (100% de participação e capital investido de R\$ 24 milhões), Cocamar Administradora de Bens Próprios Ltda. (99,99% de participação e capital investido de R\$ 18,2 milhões), Transcocamar Transportes e Comércio Ltda. (99,99% de participação e R\$ 16 milhões investidos), Cocamar Transportadora Revendedora Retalhista de Combustíveis Ltda. (97% de participação e capital investido de R\$ 5,6 milhões), Textilpar Comercialização Transporte e Armazenagem Paranavaí Ltda. (99,86% de participação e capital investido de R\$ 4 milhões), Cocamar Participações Eireli (100% de participação e investimento de R\$ 81 mil) e Paraná Citrus International Import and Export Corp. (100% de participação com passivo a descoberto em 16,1 milhões). A Cocamar Trading Inc. e Paraná Citrus International Import and Export são controladas no exterior, atuando no comércio de grãos e suco de laranja.

Alguns dos investimentos da Cocamar tiveram como finalidade atender às necessidades operacionais ou comerciais da cooperativa, como as empresas de transportes, comércio de fios e as *tradings* de grãos e citros. Contudo, outras sociedades foram adquiridas ou criadas com o objetivo de diversificar o portfólio de negócios da cooperativa, como o posto de combustíveis e revenda de máquinas agrícolas. A cooperativa

detém ainda duas empresas para administração de sociedades controladas.¹⁰⁹

Os investimentos financeiros descritos da Agrária corresponderam aos anos 2016 e 2017, que foram, nesta ordem, R\$ 99 milhões e R\$ 46,8 milhões. As principais aplicações foram nas empresas Ireks do Brasil S.A., Coonagro, Curucaca Geradora S.A. e Rewir S.A.

A Ireks do Brasil S.A. é uma *joint venture* entre a Agrária e a Ireks HmbH (fabricante mundial de misturas para panificação e confeitaria), onde a cooperativa possui investimento de R\$ 19,1 milhões, com participação acionária de 40%. A Ireks do Brasil foi constituída em 2004 e atua na produção e comercialização de produtos alimentícios para a indústria da panificação. Na Coonagro, a participação da Agrária é de 9,55% do capital da central e valor investido de R\$ 14,5 milhões em 2017.

Em 2016, a Agrária tinha R\$ 63 milhões investidos na empresa Curucaca Geradora S.A., uma *joint operation* (operação em conjunto ou consórcio) entre a cooperativa e a empresa Santa Maria Companhia de Papel e Celulose. Essa sociedade foi constituída em 2015 para explorar a atividade de geração de energia elétrica na UHE Salto Curucaca, localizada entre os municípios de Candói e Guarapuava, cuja capacidade de produção instalada é de 37,042 MW.

Em 2017, a cooperativa Agrária adquiriu 80% do controle acionário da Rewir S.A. (BMS – Brewing and Malting Services), uma empresa do Uruguai que atua como *trading e brokering* (corretora) de produtos agroindustriais em diversos mercados da América Latina, com destaque no comércio de malte. O empreendimento, denominado BMS Agrária Internacional, continuou tendo sua sede em Montevidéu. O objetivo da aquisição por parte da Agrária foi de ampliar sua participação no comércio internacional de grãos, tanto na compra como na venda de produtos. O valor da transação não foi divulgado, constando nos demonstrativos contábeis o capital investido de R\$ 3,57 milhões.

A Coopavel ampliou seus investimentos financeiros de R\$ 3,8 milhões em 2005 para R\$ 33,2 milhões em 2017. A maior parte dos valores foi aplicado em cooperativas centrais, sendo R\$ 27,9 milhões na Cotriguaçu e R\$ 3,5 milhões na Coodetec. A Coopavel também registrou

¹⁰⁹ A Cocamar Participações Eireli é sócia de três outras empresas: a Cocamar Maquinas, Cocamar Administradora de Bens Próprios e Cocamar Transportadora Revendedora Retalista de Combustíveis, somando capital social nas empresas de R\$ 36,1 milhões (www.consultasocio.com/q/sa/cocamar-participacoes-eireli).

investimentos de menor valor nas cooperativas de crédito Credicoopavel, Sicredi e Sicoob.

A Coamo apresentou investimentos de R\$ 12,39 milhões em 2017, ampliação de 2.000% em relação aos valores de 2005, R\$ 587,5 mil. A cooperativa possui capital nas cooperativas Credicoamo, de R\$ 805 mil, e na Coodetec, de R\$ 9,3 milhões (13,6% do capital da central), e em duas empresas controladas pela cooperativa, a Coamo International A.V.V. e a Via Sollus Corretora de Seguros Ltda., cuja a partição da Coamo é de 100% e 99,996% respectivamente.

Tais empresas, apesar do baixo capital investido, de R\$ 590 mil na Coamo International e R\$ 1,5 milhão na Corretora, possuem grande importância econômica para a cooperativa. A Coamo International A.V.V. é uma *trading* da Coamo, sediada em Aruba, na América Central. Ela tem a objetivo de operacionalizar as negociações de exportação, com respeito a: *hedge* de preços, bolsa de futuros de Chicago, contratação de fretes marítimos e de terminais portuários em outros países e negociação de serviços pagos em moeda estrangeira. Toda a exportação da Coamo é realizada através da *trading*, que em 2017 comercializou 3,8 milhões de toneladas de produtos e receitas de US\$ 1,29 bilhão. Já a Via Sollus Corretora de Seguros, fundada em 2008, tem finalidade intermediar contratações de seguros entre segurado e seguradora, realizando a angariação de seguros de todos os ramos, visando atender à Coamo, associados, funcionários e parceiros. Em 2017, a seguradora teve contratação de mais de 17.000 apólices de seguros com veículos, máquinas e residências, em mais de 4.000 apólices de seguro agrícola, atendendo uma área de cerca de 400 mil hectares (COAMO, 2017).

A Integrada ampliou os investimentos em outras sociedades de R\$ 477 mil em 2005 para R\$ 12 milhões em 2017, com destaque para os investimentos de R\$ 10,9 milhões na Coodetec e nas cooperativas Sicredi e Sicoob. A cooperativa teve investimentos em outras cooperativas de produção, como a Coamo, Cocamar, Capal, Copasul, Agrária e Castrolanda, com valor total de R\$ 15 mil. A Integrada também é controladora da Integrada Combustíveis e Logística Ltda., empresa criada em 2015 que atua no comércio atacadista de combustíveis como transportadora retalhista, com participação da Integrada de 99,7% no capital sob valor de R\$ 922 mil.¹¹⁰

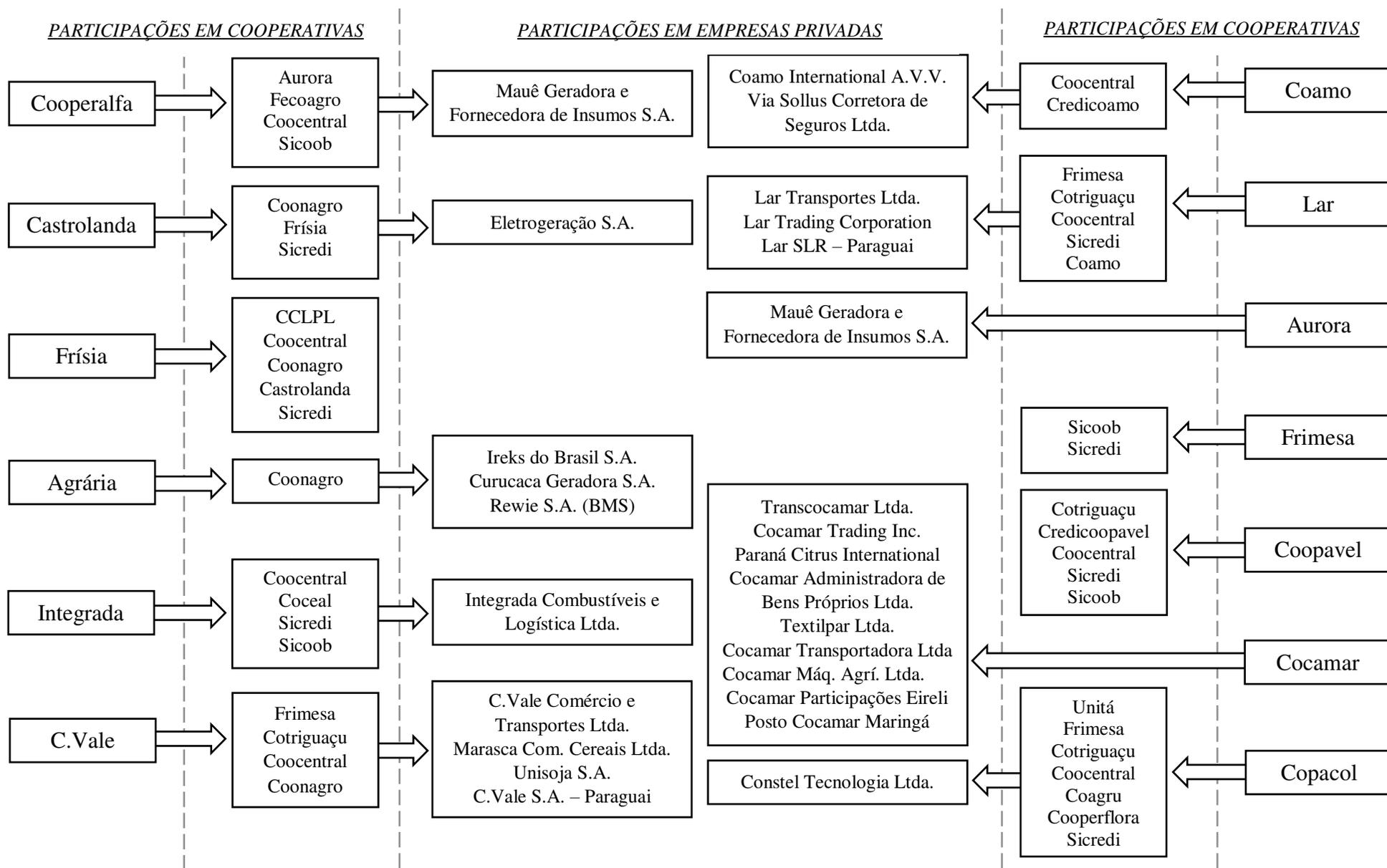
¹¹⁰ O Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) é a empresa autorizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a adquirir em grande quantidade combustível, óleo lubrificante acabado e graxa envasados para depois vender a retalhos. O TRR também é responsável pela armazenagem, transporte, controle

Entre 2005 e 2012, a Integrada possuía pouco valor em aplicados em outras sociedades, com máximo de R\$ 706 mil em 2008. A ampliação dos investimentos decorreu da aplicação de capital na Coodetec, que subiu de R\$ 200 mil em 2012 para R\$ 10 milhões em 2017.

As centrais Frimesa e Aurora foram aquelas que tiveram menores valores investidos em outras sociedades. Em 2016, os investimentos da Aurora somaram apenas R\$ 3,3 milhões e da Frimesa foram R\$ 2,4 milhões em 2017. No caso da Frimesa, a maior parcela dos investimentos esteve nas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, ações da Eletrobrás, cotas da Yverá e em obras de arte. Na Aurora, os investimentos referem-se à participação na Mauê S.A., empresa de geração de energia elétrica, e em outras cooperativas.

A **Figura 02** retrata o organograma sobre os investimentos e participações das maiores cooperativas agropecuárias sulistas no capital de outras sociedades em 2017. Os esquemas detalham sobre as participações no capital de cooperativas centrais, agropecuárias e de crédito e sobre os investimentos em empresas privadas. Em 2017, o volume de capital investido pelas treze cooperativas estudadas em outras sociedades foi de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 809 milhões em cooperativas e R\$ 344 milhões em empresas privadas.

Figura 02. Organograma dos investimentos e participações das maiores cooperativas da Região Sul em outras sociedades em 2017



Fonte: Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis das Cooperativas, 2017.

Com base nas informações sobre a participação das maiores cooperativas da Região Sul em outras sociedades, pode-se identificar que predominaram os investimentos em: cooperativas centrais, empresas controladas (sobretudo *tradings* e transportadoras), cooperativas de crédito e *joint ventures*.

Os investimentos em centrais relacionaram-se com estratégias econômicas e operacionais das cooperativas, já que a maior parte delas industrializam a produção recebida das cooperativas filiadas, agregando valor e impulsionando as vendas internas e externas. Algumas cooperativas centrais foram concebidas com objetivos diferentes: pesquisa e desenvolvimento tecnológico e produção ou distribuição de insumos. Portanto, os investimentos em centrais têm relação com a estratégia de participação das cooperativas na produção a montante e a jusante das cadeias de grãos, carnes e lácteos. Ao mesmo tempo, a centralização de capital em centrais garantiu maior escala na produção agroindustrial e aquisição de insumos, aumentando a competitividade e a participação do setor no mercado agrícola e alimentar, onde a presença de grandes empresas é intensa.

Conforme a legislação (Lei nº 5.764 de 1971), as cooperativas centrais têm como objetivo “organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades e facilitando a utilização recíproca dos serviços”. A constituição de cooperativas centrais foi estimulada pelo governo federal nos anos setenta e oitenta, quando tornaram-se uma alternativa para que o setor enfrentasse o ambiente de concorrência durante o processo de modernização agrícola e a entrada de grandes oligopólios internacionais (GONÇALVES, 1987).

Desde o início dos anos 2000, na medida em que as cooperativas singulares expandiram-se, adotaram a estratégia de fortalecimento de cooperativas centrais, principalmente nas cadeias produtivas de grãos e de proteína animal. Na Região Sul do país, existem atualmente dezessete cooperativas centrais representando vários segmentos do cooperativismo agropecuário, como leite, carnes, grãos, cereais e vinho.¹¹¹ As treze cooperativas estudadas possuíram participações nas seguintes centrais:

¹¹¹ Principais cooperativas centrais do ramo agropecuário na Região Sul: *Paraná* – CCLPL (leite), Confepar (leite), Cotríguaçu (grãos); Frimesa (leite e carnes), Unitá (carne), Coonagro (insumos), Coceal (algodão); *Santa Catarina* – Aurora (carne e leite), Agromilk (leite) e Brazil Rice (Arroz); *Rio Grande do Sul* – CCGL (leite), Cenecoop (vinho), CCN (agropecuária), Agricoop (leite), Coceagro (grãos e óleo), Redeagro (central de compras).

Aurora (industrialização e comércio de aves, suínos e lácteos), Frimesa (industrialização e comércio de suínos e lácteos), Unitá (industrialização e comércio de aves), Cotriguaçu (industrialização e comércio de grãos), Coonagro (logística, produção e comércio de insumos e fertilizantes) e Coodetec/Coocentral (pesquisa e desenvolvimento tecnológico).¹¹²

As cooperativas estudadas também expressaram participação em cooperativas de crédito, contudo, com valores baixos. O investimento nas cooperativas de crédito deve-se ao movimento financeiro entre as cooperativas agropecuárias e de crédito e não correspondem a investimentos de caráter rentista, uma vez que a legislação do ramo limita a remuneração do capital social, e, por esse fator, os valores aplicados em participação nas cooperativas de crédito foi baixo. Outra motivação para os investimentos nas cooperativas de crédito foi fortalecer o associativismo no ramo, que é do interesse das cooperativas de produção.

A utilização de cooperativas de crédito é uma alternativa à capitalização das cooperativas agropecuárias. No capitalismo oligopólico, o aspecto fundamental do desenvolvimento agrícola está na

¹¹² A Coodetec – Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, com sede em Cascavel (oeste do Paraná), atuava na pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sementes e na produção e comércio de variedades próprias de sementes de trigo, milho e soja. A cooperativa foi criada em 1995 e em 2014 congregava cerca de trinta e duas cooperativas agropecuárias, com faturamento médio de R\$ 250 milhões. Em 2015, a Coodetec foi vendida para a multinacional Dow AgroSciences (EUA) e, além da sede em Cascavel, a empresa se desfez dos centros de pesquisa em Palotina (PR), Goioerê (PR), Rio Verde (GO) e Primavera do Leste (MT) e da marca “Coodetec”. Entretanto, a cooperativa central ainda não foi liquidada, por isso, as cooperativas singulares continuam com investimentos na central de pesquisa, cuja razão social foi mudada para Coocentral Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, restando apenas uma estrutura central para efetuar liquidação (COODETEC, 2018; GAZETA DO POVO, 2015). A Coonagro – Cooperativa Nacional Agroindustrial (antes Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário), sediada em Curitiba (Paraná), foi criada em 2008 e atua na produção, importação, distribuição de insumos e fertilizantes. Até 2014, a cooperativa representava dezessete cooperativas singulares, com mais de 60 mil produtores sócios, cuja demanda das cooperativas participantes da Coonagro chegava a entre 1 milhão e 1,2 milhão de toneladas de adubos por ano (12% da demanda das cooperativas). Atualmente, a central é constituída por nove cooperativas: Agrária, Nova, Frísia, Coopagrícola, Cooperval, Castrolanda, Cocari, Bom Jesus e Capal. Em 2015, a Coonagro adquiriu 100% do capital da empresa Delta Fertilizantes, promovendo investimentos em reformas e na modernização da unidade industrial de Paranaguá e ampliando sua capacidade de produção de fertilizantes (COONAGRO, 2018).

capitalização, ou seja, de onde vem o capital para o crédito rural, com a finalidade de suprir os recursos para investimento, comércio e custeio da safra. A centralização de capitais nas cooperativas de crédito é uma possibilidade interessante, tanto para o repasse de recursos aos cooperados, como no fornecimento de recursos à cooperativa (GONÇALVES, 1987).

A história da parceria entre cooperativas agropecuárias e de crédito remonta da segunda metade do século XX, em especial na década de 1980, quando a escassez do crédito rural oficial, elevação de juros e mudanças jurídico-institucionais, que permitiram as cooperativas de crédito atuarem como bancos comerciais, impulsionaram o crescimento do cooperativismo de crédito. Nesse contexto, observou-se maior acercamento entre os ramos agropecuário e de crédito, uma relação de mútuos benefícios, com a cooperativa agropecuária garantindo a obtenção de crédito e a cooperativa de crédito aproximando-se dos produtores. Algumas cooperativas, na busca de recursos para sua capitalização e de seus associados, incentivaram a criação de cooperativas de crédito, obtendo acesso à poupança dos produtores rurais e também aos recursos de políticas públicas (BENETTI, 1992). Nos anos 2000, com a retomada das políticas de financiamento, as cooperativas de crédito foram fortalecidas, atuando como repassadoras do crédito oficial.¹¹³

No caso das cooperativas estudadas, para permitir que seus associados tivessem acesso a financiamentos e custeio de safra, elas fundaram cooperativas de crédito nos anos oitenta, por exemplo, a CrediCoopavel ligada à Coopavel, fundada em 1981; Credifronteira associada à Lar, fundada em 1983; Crédialfa ligada à Cooperalfa, criada em 1984; Credimar integrada à Cocamar, fundada em 1985; Credicoopervale vinculada à C.Vale, criada em 1988; Credicopa ligada à Copacol, fundada em 1988; e Créditoamo ligada à Coamo, fundada em 1989.

¹¹³ A participação das cooperativas de crédito no SNCR aumentou nos últimos anos: em 2000, as cooperativas de crédito foram responsáveis pela aplicação de R\$ 2,4 bilhões do crédito rural oficial (5,15% do total dos recursos); em 2010 a participação das associações de crédito elevou-se para R\$ 11,4 bilhões (9,4%) e em 2015 para R\$ 18,9 bilhões (11,4%). Porém, na participação das cooperativas de crédito no repasse de recursos para cooperativas do ramo agropecuário teve desempenho inferior: em 2000 foi de R\$ 72 milhões (1,6%) e em 2012 foi de R\$ 122,8 milhões (0,64%). Com relação aos valores próprios das cooperativas de crédito repassados às agropecuárias é difícil mensurar devido à falta de publicações sobre o tema (*Valores corrigidos IGP-DI 12/2016*; BCB, 2016).

Nas décadas de 1990 e 2000, algumas cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas estudadas tornaram-se parte do sistema Sicredi e Sicoob, consequência do processo de expansão e centralização de capitais dentro do cooperativismo financeiro.¹¹⁴ Assim, nas últimas décadas tornou-se comum a parceria entre as cooperativas agropecuárias e o Sicredi, Sicoob e Cresol, grandes cooperativas de crédito com dispersão espacial por todo o Sul do Brasil, contudo, essa colaboração buscou atender mais a capitalização dos produtores do que da cooperativa agrícola.

Por fim, os investimentos das cooperativas em empresas privadas, em controladas ou *joint ventures*, teve, na maioria dos casos, a finalidade de auxiliar a expansão produtiva ou comercial das cooperativas. A participação de cooperativas em empresas privadas é uma alternativa para produção ou capitalização das cooperativas agropecuárias, regulamentada pela Lei 5.764/1971.

A legislação cooperativista prevê que as cooperativas agropecuárias podem participar de sociedades não-cooperativas para o melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros com caráter acessório ou complementar, ou seja, significa que os investimentos em outras sociedades não podem ser a principal atividade da instituição, nem ser responsável pela geração da maior parte das receitas das cooperativas. Os resultados obtidos com os investimentos da cooperativa em outras sociedades devem ser tributados como renda e orientados para os fundos indivisíveis das cooperativas. Portanto, esses resultados não são contabilizados nas contas dos associados e nem mesmo distribuídos aos cooperados (GIMENES, 2004).

Segundo Gimenes (2004), as cooperativas podem gerar e participar de firmas capitalistas, associando-se a outras cooperativas ou empresas para criar empresas capitalistas competitivas. Essas empresas, dirigidas por profissionais, atuarão no mercado em busca de lucros e vantagens do interesse das cooperativas proprietárias, sem seguir a doutrina ou a legislação cooperativa. São exemplos disso, a criação de *tradings*, bancos, seguradoras e indústrias.

¹¹⁴ Somente a Credicoamo e CrediCoopavel mantiveram-se independentes, as demais cooperativas de crédito foram integradas aos sistemas Sicredi ou Sicoob: Credifronteira associada a Lar e desde 1996 pertencente ao Sicredi; Crédialfa ligada à Cooperalfa e desde 1997 integra o Sicoob; Credimar da Cocamar e desde 1998 compõe o Sicredi; Credicoopervale vinculada a C.Vale e desde 1997 no Sicredi; Credicopa ligada à Copacol e desde 1999 no Sicredi.

Quando as cooperativas associam-se entre si ou com empresas privadas, podem originar sociedades anônimas ou *joint ventures*, neste caso, uma terceira empresa que caracteriza-se pelo desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro. Quando as cooperativas detiveram a maior parcela das ações de uma empresa privada, seja pela criação ou aquisição, a empresa é chamada de “controlada”. Em todos os casos, a participação das cooperativas é definida pelo número de ações do capital da empresa privada.

Dentre as cooperativas estudadas, um exemplo de sociedade anônima criada em parceria com outra empresa foi a Batávia S.A., ligada a central CCLPL, que representava os interesses da Castrolanda, Batavo (Frísia) e Capal, e a Parmalat. Em 1998, a central transformou todos os ativos em uma sociedade anônima e a Parmalat adquiriu 51% das ações da nova empresa, que também ficou com a marca Batavo. A Batávia S.A. atuava no processamento e industrialização de leite e carnes. A partir dessa união, a cooperativa central e a Parmalat, que eram concorrentes, passaram a atuar juntas no mercado. Em 2006, a Perdigão passou a ter o controle acionário da Batávia S.A. e em 2007 adquiriu totalmente a empresa quando as cooperativas venderam suas ações. Deste então, a empresa Batávia passou por um período sob o domínio do conglomerado Brasil Foods e em 2014 foi vendida ao grupo francês Lactalis (BATAVO, 2017).¹¹⁵

No caso das controladas, destacaram-se a participação das cooperativas selecionadas em *tradings*, transportadoras, empresas de varejo e corretoras. As maiores cooperativas do grupo, exibiram sua própria *trading*, a partir da qual conseguiram acesso direto ao mercado global agrícola e de capitais, caso da Coamo, Lar, C.Vale, Cocamar e Agrária.¹¹⁶

É importante destacar que a participação em outras sociedades também teve vínculo com a estratégia de expansão geográfica das cooperativas que, através da aquisição de cotas e ações de outras empresas e cooperativas, ampliaram sua área territorial de atuação para outros

¹¹⁵ Outro exemplo de sociedade anônima criada por cooperativa e empresa privada foi a Itambé Alimentos, indústria de lácteos concebida em 2012 pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR). Em 2013, a Vigor adquiriu 50% das ações da Itambé, tornando-se parceira da CCPR (ITAMBÉ, 2017).

¹¹⁶ Outros exemplos de *tradings* ligadas às cooperativas agropecuárias: Itambé e a CERLAC *Trading* e Cooxupé e SMC Comercial e Exportadora de Café S.A. (ITAMBÉ, 2017; COOXUPÉ, 2017).

estados e países. O uso de *tradings* também foi fundamental para internacionalização das cooperativas C.Vale e Lar que atuam no Paraguai através de empresas privadas sob seu controle indireto.

Com base nas informações obtidas com as maiores cooperativas do Sul, os investimentos em empresas privadas, tal como nas cooperativas centrais, é mais uma estratégia empresarial e industrial do que uma forma de obtenção de capital ou de alavancagem financeira. As parcerias entre cooperativas ou cooperativa com empresas privadas, visaram, essencialmente, viabilizar a expansão produtiva, comercial e geográfica das instituições, desenvolver tecnologias, adquirir novos mercados, evitar concorrência e auxiliar na logística de produtos e insumos.

Na prática, as participações em outras sociedades buscaram atender demandas produtivas e comerciais das cooperativas e não às demandas financeiras. Entretanto, apesar de predominar essa lógica, em alguns casos foi observada a participação das cooperativas em outras sociedades sem qualquer vínculo com a atividade da cooperativa, com objetivos apenas de aumentar lucros (energia, informática, varejo e outros). Em síntese, apesar de contribuir para o desenvolvimento das atividades complementares da cooperativa e sócios, as participações em outras sociedades também geraram retornos financeiros importantes para as maiores cooperativas da Região Sul.

Dando sequência ao estudo da financeirização em cooperativas, a **Tabela 75** exprime o cenário das aplicações de capital das cooperativas selecionadas em ativos financeiros entre 2006 e 2017. Esses ativos financeiros corresponderam a aplicações de capital no mercado financeiro, de curto prazo e alta liquidez, que estão descritos no balanço patrimonial das cooperativas.

Matarazzo (2010) indica que, frequentemente, por excesso de capital, por obter boas taxas remuneratórias, por obrigações contratuais ou devido à falta de opção de negócios, as empresas efetuam aplicações financeiras por prazos que variam desde um dia até alguns anos, embora raramente ultrapassem um ano. As aplicações são majoritariamente de curto prazo pois caso a empresa necessite do capital, ela consegue com facilidade desfazer a aplicação sem prejuízo.

Tabela 75. Ativos financeiros das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul – 2006 a 2017 (em Milhões de R\$ Correntes)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Coamo	755,8	918,3	1.186	1.078	1.281	1.602	1.133	1.653	2.139	2.058	1.810	1.596	17.213
<i>Part. % Ativo¹</i>	31,7%	31,7%	35,3%	33,3%	33,7%	35,6%	25,3%	29,2%	30,6%	25,1%	21,2%	16,8%	27,1%
Aurora	0	0	0	4,9	101,2	48,1	204,6	606,5	1.034	717,5	654,3	-	3.371
<i>Part. % Ativo</i>	-	-	-	0,4%	5,4%	2,4%	8,5%	19,1%	24,9%	15,2%	13,3%	-	12,3%
Copacol	35,1	45,2	47,5	47,6	111,7	204,4	198,6	442,9	670,3	440,0	503,7	521,6	3.269
<i>Part. % Ativo</i>	9,8%	9,3%	7,8%	5,8%	10,7%	15,9%	14,0%	24,6%	28,1%	16,5%	16,1%	16,8%	16,7%
C.Vale	24,7	37,7	108,8	67,9	162,5	206,5	141,1	190,7	386,9	642,1	549,8	569,5	3.089
<i>Part. % Ativo</i>	3,1%	4,3%	9,0%	4,4%	8,9%	10,0%	5,9%	6,9%	11,5%	13,9%	10,9%	10,6%	9,6%
Cocamar	104,0	103,7	158,3	198,6	225,9	250,4	282,1	255,7	292,1	194,3	432,9	543,5	3.042
<i>Part. % Ativo</i>	14,2%	13,0%	17,9%	21,4%	19,2%	19,2%	19,8%	16,2%	14,6%	8,8%	15,9%	18,4%	16,2%
Frísia	69,0	102,8	109,3	139,9	177,7	228,0	297,0	264,3	327,7	283,7	385,0	275,6	2.660
<i>Part. % Ativo</i>	21,6%	24,7%	20,5%	23,8%	25,8%	26,9%	26,2%	22,9%	20,3%	15,3%	18,3%	13,4%	20,0%
Castrolanda	73,4	127,7	72,4	50,8	218,3	282,6	252,0	297,1	242,6	199,7	372,6	345,9	2.535
<i>Part. % Ativo</i>	20,5%	27,5%	12,9%	7,7%	26,0%	30,0%	25,3%	23,9%	14,5%	10,1%	16,1%	15,3%	17,7%
Lar	4,5	1,5	69,7	91,7	40,3	122,8	138,8	134,3	79,2	66,4	184,2	348,0	1.282
<i>Part. % Ativo</i>	0,8%	0,2%	8,1%	9,8%	2,8%	7,6%	8,0%	6,5%	3,2%	2,0%	4,9%	7,8%	5,3%
Cooperalfa	28,0	12,6	26,6	36,6	66,5	107,1	76,5	113,5	197,8	252,5	202,1	160,7	1.281
<i>Part. % Ativo</i>	8,0%	2,9%	3,4%	6,3%	10,0%	11,0%	6,4%	8,0%	13,2%	13,3%	11,3%	8,2%	9,4%
Integrada	8,9	6,5	58,0	85,1	32,7	91,6	72,8	58,4	156,8	162,8	194,5	175,3	1.104
<i>Part. % Ativo</i>	2,3%	1,5%	9,9%	16,0%	4,5%	11,1%	8,2%	5,3%	11,2%	9,6%	10,5%	8,5%	8,8%
Frimesa	11,0	2,7	0,8	5,4	10,0	18,0	10,5	55,3	138,0	238,2	235,0	225,2	950,8
<i>Part. % Ativo</i>	5,1%	0,9%	0,2%	1,2%	2,0%	3,3%	1,8%	7,7%	13,9%	19,6%	16,6%	15,7%	10,9%
Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192,7	473,1	665,8
<i>Part. % Ativo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,2%	13,7%	10,1%
Coopavel	8,5	5,8	7,2	6,4	7,0	9,4	11,5	17,0	27,7	36,1	27,1	54,3	218,3
<i>Part. % Ativo</i>	2,4%	1,2%	1,3%	1,3%	1,1%	1,2%	1,3%	1,9%	2,7%	2,3%	1,9%	3,2%	2,0%
Total	1.123	1.365	1.844	1.813	2.436	3.172	2.819	4.089	5.693	5.292	5.745	5.289	40.682
<i>Part. % Ativo</i>	15,1%	14,8%	16,1%	14,9%	16,0%	17,9%	14,4%	17,3%	19,2%	14,7%	13,6%	13,1%	15,4%

¹Refere-se a participação dos ativos financeiros nos ativos totais das cooperativas em cada ano.

Fonte: Balanço Patrimonial das cooperativas agropecuárias, vários anos.

Antes de analisar os dados da tabela, são necessários alguns apontamentos sobre os ativos financeiros: foram levados em consideração, na construção da tabela, apenas as aplicações em títulos financeiros, em títulos de capitalização e fundos de investimento. Não foram ponderados valores aplicados em contas movimento ou poupanças em instituições financeiras. Com isso, a tabela ajuda a identificar sobre a utilização das cooperativas destes instrumentos financeiros.¹¹⁷ Outro ponto, é que os valores apresentados foram contabilizados nos demonstrativos contábeis das cooperativas com base no “valor justo”, ou seja, o valor de um ativo caso fosse negociado na data de mensuração. A ordem das cooperativas na tabela foi determinada pela soma total dos investimentos em ativos financeiros entre 2006 e 2017.

O valor dos ativos financeiros das cooperativas cresceu de R\$ 1,1 bilhão em 2006 para R\$ 5,2 bilhões em 2017, uma diferença de 371% no período, com acréscimo de 17% ao ano. Foram investidos em ativos financeiros R\$ 40,6 bilhões de 2006 a 2017, o que equivaleu 15,4% dos ativos totais das cooperativas. Em 2014, os ativos financeiros das cooperativas somaram R\$ 5,69 bilhões, o maior valor observado, que correspondeu a 19,2% dos ativos totais.

A Coamo apresentou o maior valor em ativos financeiros, somando R\$ 17,2 bilhões no período destacado. Os ativos financeiros da cooperativa aumentaram de R\$ 755,8 milhões em 2006 para R\$ 1,59 bilhão em 2017, desempenho de 300%, sendo o maior valor de R\$ 2,1 bilhões em 2014. A cooperativa também registrou a maior participação dos ativos financeiros nos ativos totais, média de 27,1%, com a maior participação em 2008 e 2011, quando os ativos financeiros chegaram a representar 35% de seus ativos totais.

Os ativos financeiros da Coamo compreenderam aplicações em títulos CDB pós-fixado, CDB pré-fixado, títulos com opção de recompra, fundos de renda fixa, títulos públicos LFT, letras financeiras e *hedge* cambial. Dos R\$ 2,1 bilhões de ativos financeiros em 2014, cerca de 95% eram aplicações de liquidez imediata, em Certificados de Depósito Bancário.¹¹⁸

¹¹⁷ Outros títulos e instrumentos financeiros, como *hedge*, serão abordados no item 5.2.

¹¹⁸ O CDB (Certificado de Depósito Bancário) é um título que os bancos emitem para se capitalizar, ou seja, adquirir recursos para financiar suas atividades de crédito. No CDB pré-fixado, a rentabilidade é conhecida no momento da aplicação e no CDB pós-fixado a rentabilidade é conhecida no resgate ou vencimento. LTF são títulos públicos com remuneração vinculada a evolução da

A Aurora, mesmo sem somar os dados de 2017, obteve o segundo maior investimento em ativo financeiro, R\$ 3,37 bilhões entre 2009 e 2016. Até 2008, a cooperativa não possuía ativos financeiros, iniciando as aplicações em 2009. Em 2013, a Aurora já somava R\$ 606 milhões em ativos financeiros, R\$ 1 bilhão em 2014 e R\$ 717 milhões em 2015, que corresponderam, nesta ordem, a 19,1%, 24,9% e 15,2% do ativo total da cooperativa. A maior parte dos ativos financeiros equivaliu a títulos públicos (operações compromissadas) e CDB's. Em 2014, por exemplo, a cooperativa tinha R\$ 843 milhões em operações compromissadas e R\$ 191 milhões em CDB e, em 2015, as operações com títulos públicos somaram R\$ 205 milhões e com CDB foram R\$ 512 milhões.¹¹⁹

A Copacol aplicou R\$ 3,26 bilhões em ativos financeiros de 2006 a 2017, representando 16,7% dos ativos totais da cooperativa. Em 2006, a valor desses ativos eram de R\$ 35 milhões, indo para R\$ 521 milhões em 2017. Em 2014 foi registrado o maior valor em ativos financeiros, cerca de R\$ 670 milhões, cuja participação no ativo total foi de 28,1% neste ano.

A C.Vale evoluiu de um patamar de ativos financeiros de R\$ 24 milhões em 2006 para R\$ 642 milhões em 2015, o maior valor aplicado. Nos anos observados na tabela, a cooperativa somou R\$ 3 bilhões em ativos financeiros, com participação média de 9,6% nos ativos totais. A maior participação dos ativos financeiros nos ativos totais da cooperativa foi em 2015, com 14%. As aplicações financeiras da C.Vale referem-se a CDB's, títulos de capitalização e moeda estrangeira, esse último, com o intuito de proteger-se perante a flutuações das moedas ligadas às compras futuras de matérias-primas e insumos e vendas futuras e exportações.

A Cocamar também somou R\$ 3 bilhões em ativos financeiros no período, com evolução de R\$ 104 milhões em 2006 para R\$ 543 milhões em 2017. A participação de ativos financeiros em ativos totais da cooperativa foi, em média, 16%, com o maior percentual de 21,4% em 2009. Grande parte dos ativos financeiros da Cocamar referem-se a aplicações em CDB e operações compromissadas. Até 2009, a cooperativa possuía investimentos em fundos, cuja remuneração variava de 98% a 100% da CDI. Em 2017, ano com o maior ativo financeiro da Cocamar, todo o valor estava aplicado em CDB's.

taxa SELIC. Letra Financeira é uma aplicação de renda fixa que busca recursos de longo prazo (INFOMONEY, 2018; STN, 2018).

¹¹⁹ Operações compromissadas caracterizam-se pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (banco), de recomprá-la e, do comprador, de revendê-la no futuro (BM&FBOVESPA, 2018).

Frísia e Castrolanda tiveram valores em ativos financeiros semelhantes, de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,5 bilhões respectivamente, que representou 20% e 17,7% dos seus ativos totais. A Frísia obteve o maior valor em ativos financeiros em 2016, R\$ 385 milhões, com a maior participação no ativo total de 26,9% em 2011. Igualmente, a Castrolanda registrou o maior ativo financeiro em 2016, com R\$ 372 milhões e a maior participação no ativo total em 2011, de 30%.

Ambas as cooperativas privilegiaram, ao longo dos anos averiguados, as aplicações em CDB's, títulos de capitalização e fundo de investimento (de renda fixa, multimercados, DI ou referenciados).¹²⁰ Em 2016, ano com o maior ativo financeiro das cooperativas, a Frísia detinha R\$ 197 milhões em fundos de investimento e R\$ 185 milhões em CDB e a Castrolanda possuía o valor integral das suas aplicações em CDB e fundos.

A Lar possuía poucos ativos financeiros até 2007, tendo progredido significativamente a partir de 2008, indo para R\$ 348 milhões em 2017. Ao todo, a cooperativa somou R\$ 1,2 bilhão em aplicações financeiras no período, sendo que em 2009 elas chegaram a representar 9,8% do ativo total da empresa. Conforme os demonstrativos contábeis da Lar, os ativos financeiros são formados por títulos vinculados ao mercado aberto.

A Cooperalfa somou R\$ 1,2 bilhão em ativos financeiros, o que correspondeu a 9,4% do ativo total no período. A cooperativa teve o maior investimento em ativos financeiros em 2015, com R\$ 252 milhões, representando 13,3% do ativo total no ano. A Cooperalfa exibiu somente aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Integrada registrou aplicações financeiras na ordem de R\$ 1,1 bilhão entre 2006 e 2017, com participação média de 8,8% nos ativos totais da cooperativa. O maior ativo financeiro foi em 2016, R\$ 194,5 milhões, e a melhor participação do ativo financeiro no ativo total da foi de 16% em 2009. Os ativos financeiros da Integrada formaram-se por aplicações em CDB, fundos de investimento de liquidez imediata e títulos de capitalização sem liquidez imediata. Em 2016, quando apresentou o maior ativo financeiro, cerca de 95% eram aplicações em CDB.

¹²⁰ Fundos de Renda Fixa Referenciados DI são fundos que aplicam no mínimo 95% do patrimônio nos títulos públicos federais do Tesouro Direto (atrelados ao CDI ou Selic) ou em títulos privados de baixo risco. Os 5% restantes podem ser alocados em títulos que seguem as regras dos Fundos de Curto Prazo. Grande parte desses fundos aplicam apenas em títulos públicos do governo, constituindo assim os fundos com maior segurança para rentabilizar o capital.

A Frimesa teve as aplicações em ativos financeiros baixas até 2012, quando incrementou de R\$ 10 milhões para R\$ 55,3 milhões em 2013, R\$ 138 milhões em 2014 e R\$ 238 milhões em 2015, ano em que os ativos financeiros corresponderam a 19% dos seus ativos totais. Entre 2006 e 2017, a Frimesa somou R\$ 950,8 milhões em ativos financeiros, cerca de 11% em média do seu ativo total.

A Agrária possui dados apenas de 2016 e 2017, onde as aplicações financeiras foram de R\$ 192,7 milhões e R\$ 473 milhões, respectivamente. Nestes anos, a participação dos ativos financeiros no ativo total da cooperativa foi de 6% e 13,7%. As principais aplicações da Agrária foram em CDB's de alta liquidez.

Por último, a Coopavel somou R\$ 218 milhões no período observado, o menor valor em ativos financeiros dentre as cooperativas estudadas. As maiores aplicações foram de R\$ 54,3 milhões em 2017 e a participação dos ativos financeiros nos ativos totais da cooperativa sempre esteve abaixo de 3,2%.

Com base nas aplicações financeiras, pode-se dividir o grupo das maiores cooperativas da Região Sul entre aquelas que utilizaram-se com maior recorrência dos ativos financeiros – Coamo, Aurora, Copacol, Cocamar, Frísia e Castrolanda – e aquelas que tiveram baixo uso das aplicações, inferiores a 10% dos ativos totais, como a C.Vale, Lar, Cooperalfa, Integrada, Frimesa e Coopavel. A Agrária, por manifestar dados de dois anos, impede uma qualificação precisa.

A diferença no valor dos ativos financeiros deve-se à estratégia empresarial e financeira de cada instituição, grau de endividamento, capital em caixa e disponível, relação com bancos, tipo de produção e integração com sócios e outros fatores. Dentre as cooperativas que tiveram as maiores aplicações financeiras, é possível identificar que o auge das aquisições dos ativos financeiros ocorreu entre 2014 a 2016.

As cooperativas explicitaram, independente do montante aplicado, um controle interno para o monitoramento de instrumentos financeiros, evolução da taxa de câmbio e *commodities*, flutuação das bolsas de valores, mercados, juros e etc. Em alguns casos, esse controle interno do mercado financeiro deu-se por departamentos ou comitês específicos para tal finalidade.

Todas as cooperativas tiveram como característica de suas aplicações financeiras o uso de ativos de alta liquidez, utilizando instituições financeiras tradicionais (bancos), com destaque para aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e de títulos públicos. Essas aplicações consideram-se de baixo risco e, como exposto nos

demonstrativos contábeis das cooperativas, não tiveram a finalidade especulativa.

Contudo, a enorme dilatação dos ativos financeiros e a prevalência da visão de curto prazo indica que as cooperativas tiveram mais recursos em caixa que puderam ser aplicados em ativos financeiros com a finalidade de maximizar os rendimentos. É importante frisar que, no período que as cooperativas registraram as maiores aplicações de capital em ativos financeiros, a taxa de juros da SELIC, ou seja, a responsável por determinar a remuneração da maior parcela das aplicações financeiras das empresas, variou de 7,25% ao ano em janeiro de 2013 a 14,25% ao ano em outubro de 2016. Assim, na medida em que as taxas de juros do mercado elevaram-se após 2013, as cooperativas destinaram cada vez mais capital próprio às aplicações financeiras que, em alguns casos, como o da Coamo, chegaram a representar um terço do ativo total.

Em 2017, houve a redução na aplicação financeira das cooperativas para R\$ 5,28 bilhões, o menor valor desde 2014. Essa retração nos ativos financeiros pode ser compreendida pela mudança no panorama político e econômico no Brasil após 2016, quando ocorreu a redução da taxa de juros do mercado (7% ao ano em 2017 e 6,5% ao ano em 2018), tornando as aplicações com base no CDI menos lucrativas do que em anos anteriores. Ao mesmo tempo, o aumento da taxa de juros do crédito público, acionado por todas as cooperativas, fez com que as empresas utilizassem capital próprio para reduzir a necessidade de captar empréstimo. A crise econômica, com redução de mercado interno e externo, principalmente para as cooperativas que atuam no ramo de proteína animal, também prejudicou as disponibilidades de recursos em caixa, afetando a quantidade de capital disponível para ser investido em ativos financeiros.¹²¹

Finalmente, a **Tabela 76** revela a performance das receitas financeiras das cooperativas selecionadas entre 2008 e 2017. O recorte temporal deve-se a dois pontos: primeiro, devido à disponibilidade dos dados, uma vez que para anos anteriores algumas cooperativas não possuem informações detalhadas sobre receitas financeiras; e, segundo, é

¹²¹ Algumas cooperativas, no período de abundância do crédito público e juros baixos, captavam recursos oficiais e aplicavam investimentos financeiros, como CDB, apropriando-se da diferença entre o valor pago pelo crédito e o valor recebido pelo investimento. Conforme um entrevistado, essa era uma prática comum entre as cooperativas e demais empresas que tiveram acesso ao crédito rural barato, porém, tornou-se inviável com o aumento da taxa de juros do crédito público nos últimos anos e a redução dos juros do mercado.

que somente no âmbito recente as cooperativas tiveram as receitas financeiras consideráveis, decorrentes dos investimentos em outras sociedades e em ativos financeiros.

De acordo com Gelbcke et all (2018), as receitas financeiras compreendem: os descontos obtidos, oriundos normalmente de pagamentos antecipados de duplicatas de fornecedores e de outros títulos; juros recebidos ou auferidos, que são os juros cobrados por uma empresa de seus clientes por atrasos de pagamento, postergação de vencimentos de títulos e outras operações similares; receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, que correspondem à diferença total entre o valor do resgate e a aplicação; receitas sobre investimentos temporários, como letras de câmbio e depósitos a prazo fixo; e prêmio de resgate de títulos e *debêntures*, que registram os valores auferidos em tais resgates. No caso da tabela sobre as receitas financeiras das maiores cooperativas agropecuárias do Sul, além dos elementos descritos, obrigatórios na construção dos demonstrativos contábeis, foram contabilizadas as variações cambiais ativas e os lucros oriundos dos investimentos em outras sociedades.

Nesse sentido, as receitas financeiras das cooperativas caracterizaram-se, de modo geral, pelos retornos dos investimentos em outras sociedades, cooperativas ou empresas; rendimentos de aplicações e de títulos financeiros; ganhos com juros, inclusive em operações de empréstimo e antecipação aos associados; lucros com variações ativas cambiais e de preços de *commodities* e outros lucros obtidos com instrumentos financeiros, como *hedge*.

Nem todas as cooperativas discriminaram a respeito da composição ou origem dos lucros financeiros, por isso, não foi possível detalhar sobre o assunto para algumas instituições. Outro ponto é que a tabela retrata apenas as receitas financeiras, sem apreciar as despesas financeiras que as cooperativas tiveram no período. Apesar da tabela não abordar as despesas, em todas as cooperativas predominou como dispêndio os juros pagos com financiamento bancário.

Entre 2008 e 2017, as receitas financeiras das cooperativas cresceram de R\$ 490 milhões para R\$ 1,48 bilhão, acumulando no período lucros financeiros de R\$ 9,45 bilhões. Em 2016, o valor obtido pelas cooperativas com receitas financeiras somou R\$ 1,8 bilhão, proporcional a 3,2% de todas as receitas das cooperativas (receita operacional bruta de R\$ 49 bilhões em 2016).

Tabela 76. Receitas financeiras das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul – 2008 a 2017 (Em Mil R\$ Correntes)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Coamo	217.253	308.606	187.137	260.643	260.138	237.523	340.599	426.084	548.225	382.487	3.168.695
<i>Cresc. Anual¹</i>	-	42,0%	-39,4%	39,3%	-0,2%	-8,7%	43,4%	25,1%	28,7%	-30,2%	76% ²
C.Vale	95.399	47.043	63.208	68.670	67.510	89.573	145.803	312.784	198.172	242.209	1.330.371
<i>Cresc. Anual</i>	-	-50,7%	34,4%	8,6%	-1,7%	32,7%	62,8%	114,5%	-36,6%	22,2%	145%
Cocamar	31.671	40.828	45.060	80.292	64.762	81.723	138.406	140.695	163.345	166.856	953.638
<i>Cresc. Anual</i>	-	28,9%	10,4%	78,2%	-19,3%	26,2%	69,4%	1,7%	16,1%	2,1%	427%
Copacol	29.228	20.765	18.684	36.462	26.970	49.794	79.515	156.897	158.007	107.438	683.760
<i>Cresc. Anual</i>	-	-29,0%	-10,0%	95,2%	-26,0%	84,6%	59,7%	97,3%	0,7%	-32,0%	268%
Aurora	5.342	20.819	29.033	47.018	28.979	59.359	103.877	106.497	174.481	-	575.405
<i>Cresc. Anual</i>	-	289,7%	39,5%	61,9%	-38,4%	104,8%	75,0%	2,5%	63,8%	-	3.166%
Castrolanda	31.475	27.770	38.976	52.387	47.798	42.065	49.559	68.743	69.719	110.361	538.853
<i>Cresc. Anual</i>	-	-11,8%	40,4%	34,4%	-8,8%	-12,0%	17,8%	38,7%	1,4%	58,3%	251%
Frísia	21.485	23.830	28.497	43.048	36.212	42.212	55.097	76.476	82.094	84.915	493.866
<i>Cresc. Anual</i>	-	10,9%	19,6%	51,1%	-15,9%	16,6%	30,5%	38,8%	7,3%	3,4%	295%
Lar	19.380	22.429	21.323	18.963	15.376	29.760	48.111	72.373	132.238	96.202	476.155
<i>Cresc. Anual</i>	-	15,7%	-4,9%	-11,1%	-18,9%	93,5%	61,7%	50,4%	82,7%	-27,3	396%
Integrada	14.361	22.461	19.672	32.049	32.390	33.396	46.190	63.759	82.604	89.412	436.294
<i>Cresc. Anual</i>	-	56,4%	-12,4%	62,9%	1,1%	3,1%	38,3%	38,0%	29,6%	8,2%	523%
Cooperalfa	14.842	15.538	17.721	25.672	34.320	44.848	67.615	64.010	59.580	70.821	414.967
<i>Cresc. Anual</i>	-	4,7%	14,0%	44,9%	33,7%	30,7%	50,8%	-5,3%	-6,9%	18,9%	377%
Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	107.692	96.529	204.221
<i>Cresc. Anual</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-10%	-
Frimesa	9.746	5.742	5.432	5.795	8.259	7.883	19.976	39.323	38.211	38.193	178.560
<i>Cresc. Anual</i>	-	-41,1%	-5,4%	6,7%	42,5%	-4,6%	153%	97%	-2,8%	-0,05%	292%
Coopavel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Cresc. Anual</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	490.182	555.831	474.743	670.999	622.714	718.136	1.094.748	1.527.641	1.814.368	1.485.423	9.454.785
<i>Cresc. Anual</i>	-	13,4%	-14,6%	41,3%	-7,2%	15,3%	52,4%	39,5%	18,8%	-18,1%	203%

¹Refere-se a taxa percentual de crescimento anual. ²Refere-se a taxa percentual de crescimento acumulado entre 2008 e 2017.

Fonte: Balanço Patrimonial das cooperativas agropecuárias, vários anos.

A Coamo apresentou a maior receita financeira dentre as cooperativas, cerca de R\$ 3,1 bilhões entre 2008 e 2017, com ascensão de R\$ 217 milhões para R\$ 382 milhões no período, ou seja, aumento de 76%. Em 2015 e 2016, a cooperativa teve seus maiores lucros financeiros, de R\$ 426 milhões e R\$ 548 milhões. Em 2009, os resultados financeiros corresponderam a 7% de todo faturamento da Coamo, sendo em média de 4,3% no período de 2008 a 2017.

A C.Vale, com R\$ 1,33 bilhão, obteve a segunda maior soma de receitas financeiras. Os valores obtidos pela cooperativa avultaram de R\$ 95 milhões em 2008 para R\$ 242 milhões em 2017, avanço de 154%, com média de expansão anual das receitas de 21%. Em 2015, a C.Vale registrou seu maior lucro financeiro, de R\$ 313 milhões. Neste ano, a cooperativa teve ganhos de participações societárias de R\$ 26 milhões (em 2006 foi apenas R\$ 327 mil). Outras fontes de receitas financeiras da C.Vale foram os rendimentos de aplicações financeiras e ganhos com variações ativas de câmbio.

A Cocamar apresentou evolução da receita financeira de R\$ 31,6 milhões em 2008 para R\$ 166,8 milhões em 2017, ampliação de 427%, uma das maiores taxas de expansão dos lucros financeiros dentre as empresas estudadas. Ao todo, a cooperativa somou R\$ 953 milhões em resultados financeiros, com expansão média de 24% ao ano. Entre 2014 e 2017, a participação das receitas financeiras no total do faturamento da Cocamar atingiu seu auge, variando de 4,2% a 4,8%. A maior parcela das receitas financeiras da Cocamar derivou de aplicações financeiras, ajuste de valor dos investimentos financeiros, instrumentos financeiros de *hedge* e lucros com variação cambial e de preços das *commodities*.

A Copacol somou R\$ 683,7 milhões em receitas financeiras no período, expandindo de R\$ 29 milhões em 2008 para R\$ 107 milhões em 2017, variação de 268%. Em 2015 e 2016, o lucro financeiro da cooperativa foi de R\$ 157 milhões e 158 milhões, que representaram, nesta ordem, 5,2% e 4,8% de suas receitas totais.

A Aurora, sem contabilizar as receitas financeiras de 2017, contabilizou R\$ 575 milhões, com evolução de R\$ 5,3 milhões em 2008 (o menor lucro financeiro dentre as cooperativas para esse ano) para R\$ 174,4 milhões em 2016, expansão de 3.166%. A central teve uma das menores participações das receitas financeiras sobre o faturamento total, apenas 1,26% no período, com a maior relação em 2016, de 2%. Os principais lucros financeiros da Aurora foram oriundos de ganhos de juros, *opções* e outros *derivativos* e lucros com variações cambiais

ativas.¹²² Em 2016, quando registrou seu maior lucro financeiro, a cooperativa obteve R\$ 66 milhões com variações cambiais e R\$ 73 milhões de juros das aplicações financeiras. É importante frisar que não foram contabilizadas as perdas das cooperativas com as variações cambiais, apenas as receitas obtidas. Em 2009, em meio à crise financeira internacional e as mudanças na taxa de câmbio, a Aurora registrou perdas de R\$ 142,5 milhões decorrentes de variações monetárias e cambiais.

As receitas financeiras da Castrolanda totalizaram R\$ 538 milhões de 2008 a 2017, com migração de R\$ 31 milhões para R\$ 110 milhões, 251% de crescimento acumulado. Em média, os lucros financeiros obtidos pela cooperativa cresceram 17% ao ano e representaram, para todo o período, cerca de 3% do faturamento total. Os rendimentos das aplicações financeiras e os juros recebidos foram responsáveis pela maior parcela das receitas financeiras, representando 65% do total obtido em 2017.

A Frísia obteve R\$ 493 milhões em receitas financeiras, com o maior valor registrado em 2017, de R\$ 85 milhões, 295% a mais que em 2000, R\$ 21,4 milhões. O incremento médio das receitas financeiras da cooperativa no período foi de 18% ao ano e sua participação média no faturamento total foi de 3,5%. Assim como na Castrolanda, a maior parte dos lucros financeiros da Frísia originaram-se de rendimentos sobre títulos financeiros e de valores mobiliários e juros recebidos sobre financiamento e repasses aos cooperados.

Não foram incluídos nas receitas financeiras da Castrolanda e Frísia os valores recebidos da intercooperação entre as cooperativas, onde possuem investimentos conjuntos nas indústrias de carnes, lácteos e trigo. No caso da Castrolanda, que apresentou os dados nos demonstrativos contábeis, após um período com aportes de capital nos projetos de intercooperação, em 2016 e 2017 a cooperativa contabilizou valores a receber de R\$ 33,3 milhões e R\$ 24 milhões.

A Lar somou R\$ 476 milhões em receitas financeiras entre 2008 e 2017, indo de R\$ 19,3 milhões para R\$ 96 milhões entre esses anos, com amplificação acumulada de 396% e evolução média 27% ao ano. Em 2016, a cooperativa teve o maior lucro financeiro, R\$ 132 milhões. Em média, a participação das receitas financeiras nas receitas totais da Lar foi de 1,7%.

¹²² Títulos de *opções* são *derivativos* negociados no mercado financeiro e referem-se a contratos entre duas partes que preveem o direito de comprar ou de vender determinado ativos em data futura por um preço pré-estabelecido. Esse termo será detalhado a seguir.

A cooperativa Integrada amplificou dos lucros financeiros de R\$ 14,3 milhões em 2008 para R\$ 89 milhões em 2017, com crescimento acumulado de 523% e média de 25% ao ano. A participação das receitas financeiras nas receitas totais da cooperativa foi em média de 2,46%, com o maior índice de 3,3% em 2017. As receitas da Integrada foram compostas por ganhos com juros, rendimentos de aplicações e ganhos com variação de *commodities* e variação cambial. Em 2017, dos R\$ 89 milhões de lucros financeiros, R\$ 51 milhões vieram de ganhos com juros, R\$ 19 milhões de rendimentos de aplicações e R\$ 13 milhões da variação de preços de *commodities*.

A Cooperalfa obteve R\$ 414,9 milhões de resultado financeiro, expandindo seus lucros de R\$ 15 milhões em 2008 para R\$ 71 milhões em 2017, alta de 377% no período, com taxas médias de 20% ao ano. A participação dos lucros financeiros nas receitas totais da cooperativa foi de 2,4% entre 2008 e 2017. Os principais componentes da receita financeira da cooperativa foi, em primeiro plano, o resultado das participações societárias, com destaque aos valores obtidos da Aurora, seguido dos rendimentos com as aplicações financeiras, os juros recebidos, variações cambiais ativas e resultados dos *derivativos*. Em 2017, a Cooperalfa obteve R\$ 32 milhões de sobras oriundas de sua participação em centrais, 45% das receitas financeiras do ano.

A Agrária disponibilizou as informações sobre as receitas financeiras apenas para 2016 e 2017, quando somou R\$ 107,6 milhões e R\$ 96,5 milhões, o que equivaleram a 3,88% e 3,89% das receitas totais da cooperativa nesses anos. A origem das receitas financeiras da cooperativa foram os rendimentos de aplicações financeiras, ingressos de juros, ganhos com instrumentos *derivativos* e variação cambial ativa e outros.

A central Frimesa apresentou a menor receita financeira dentre as cooperativas, cerca de R\$ 178 milhões entre 2008 e 2017 e a menor participação nas receitas totais, de 1,1%. No caso da Coopavel, não foram localizados nos demonstrativos contábeis as informações referentes às receitas financeiras obtidas pela cooperativa no período abordado.

As variações nas receitas financeiras das cooperativas ocorreram devido a vários fatores, como: o total de capital em aplicações financeira e a taxa de juros do mercado, das participações em outras sociedades e o lucro resultante destas empresas, a variação da taxa de câmbio e preços agrícolas e etc. Em três momentos ocorreu redução das receitas financeiras, 2010, 2012 e 2017: em 2010, a queda de 14% dos lucros financeiros do conjunto de cooperativas teve relação com o pós-crise internacional de 2008, quando as flutuações de preços, mercados e

câmbio afetaram o desempenho operacional e financeiro das cooperativas; em 2012, a queda de 7% dos lucros decorreu da redução dos resultados das aplicações financeiras, que, por sua vez, teve relação com a queda na taxa de juros da SELIC de 10,5% em janeiro de 2012 para 7,25% em novembro de 2012 e assim, das onze cooperativas com dados para esse ano, oito tiveram queda das receitas financeiras; em 2017, houve queda de 18% nos receitas financeiras do grupo de cooperativas, porém, quatro cooperativas foram responsáveis pela redução (Coamo, Lar, Copacol e Agrária). Neste ano, assim como em 2012, a taxa de juros da SELIC reduziu drasticamente, de 13,75% ao ano para 7,0% ao ano, prejudicando a rentabilidade das aplicações financeiras. Contudo, é importante destacar que, entre 2016 e 2017, as cooperativas reduziram o capital investido em ativos financeiros de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 5,2 bilhões, cujos motivos já foram explicitados anteriormente e que reduziram os lucros financeiros automaticamente (*ver página 298*).

Apesar dos momentos de retração nas receitas, as cooperativas tiveram, após 2008, taxas médias positivas e progresso dos lucros financeiros, expandindo o valor de R\$ 490 milhões para R\$ 1,8 bilhão em 2016. Quanto à participação das receitas financeiras no faturamento total das cooperativas, a parcela das receitas oriunda de ferramentas, ativos e estratégias financeiras é baixa, inferior a 5% para todas as cooperativas. Com base nisso, é possível afirmar que, nos últimos anos, as estratégias financeiras foram crescentes entre as maiores cooperativas sulistas e geraram importantes lucros, porém, insuficientes para alavancar a expansão do setor.

Para encerrar a análise dos investimentos, ativos e lucros financeiros das cooperativas é pertinente informar que em 1999, em meio à dificuldade na obtenção de crédito, o então senador Álvaro Dias, do Paraná, apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 171, cujo objetivo era modificar a legislação do cooperativismo, permitindo que as cooperativas pudessem abrir seu capital tal como as sociedades anônimas, onde os compradores não teriam a condição de associados, mas apenas uma remuneração fixa. Tal projeto mudaria a estrutura de capital dentro das cooperativas e modificaria a relação do setor com o mercado de capitais, como ocorre em outros países, como Canadá e EUA. Contudo, o projeto foi arquivado em 2006.

Atualmente, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 519/2015, autoria do ex-Senador Osmar Dias, que revoga a Lei nº 5.764 de 1971 e estabelece um novo regime jurídico para a constituição e funcionamento das cooperativas agropecuárias. Em 2014, a matéria foi aprovada pelo Senado e no momento encontra-se na CTASP – Comissão de Trabalho,

de Administração e Serviço Público – da Câmara dos Deputados, onde aguarda parecer do relator. O projeto tem apoio da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e, com relação ao aspecto financeiro, uma das novidades é a criação do Certificado de Crédito Cooperativo (CCC), um título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, que representa a promessa de pagamento em dinheiro, constituindo-se título de execução extrajudicial. A emissão do CCC seria exclusiva de cooperativas e o limite máximo do valor dos CCCs emitidos por uma cooperativa equivaleria a de 49% do seu patrimônio líquido.

5.2 Mercado futuro de *commodities* agrícolas e moedas

O presente item tem o intuito de avaliar a atuação das maiores cooperativas agropecuárias regionais na compra e venda de *commodities* no mercado futuro – por meio da negociação de *derivativos* em bolsas de valores – e de moedas. A partir de 2000, as cooperativas agropecuárias integraram-se cada vez mais a dinâmica financeira e a participação no mercado futuro foi prova disso.

O mercado futuro é um mercado formalmente estabelecido em bolsas de valores, onde é possível negociar diversos ativos ou instrumentos futuros em uma data futura a um preço pré-estabelecido. As variações de preços ajustado em relação a determinado valor de referência são cobradas ou pagas pelos compradores e vendedores. Nas operações a futuro há o compromisso, formalizado em contrato, de se comprar ou vender em certa data futura, diferindo do mercado à vista (mercado de balcão). Os principais produtos e instrumentos financeiros negociados neste mercado são ações, minerais, taxas de juros, câmbio e produtos agropecuários (NETO, 2014).

Neto (2014) resume a importância das negociações nos mercados futuros: maior atração ao capital de risco, permitindo a garantia de preços futuros para os ativos; criar defesas contra variações adversas de preços; estimular a liquidez do mercado físico; melhorar o gerenciamento de risco e, por conseguinte, reduzir os preços dos bens; realizar negócios de maior porte com um volume relativamente pequeno de capital em nível conhecido de risco.

No que refere-se ao mercado futuro de *commodities* agropecuárias, o maior interesse da pesquisa, é responsável pela negociação de produtos agrícolas e pecuários em todo mundo e, devido à proporção que ganhou desde o final do século XX, tornou-se central para a formação de preços desses produtos. No mercado futuro agropecuário são negociados diferentes produtos, com destaque para soja, café, milho, açúcar, boi

gordo, algodão e trigo. Esse é um mercado complexo, pois envolve, além dos vendedores e compradores (os agentes ligados a produção, comércio e industrialização), interessados em auferir ganhos com a mudança futura de preços, chamados especuladores, que entram no mercado para realizar lucros comprando ou vendendo contratos, sem interesse de receber as *commodities* físicas. Neste grupo, incluem-se os bancos, fundos de investimento, investidores particulares e até mesmo os agentes das cadeias produtivas do agronegócio.

Tecnicamente, o mercado futuro agropecuário tem o objetivo de propiciar “seguro” aos agentes envolvidos nas cadeias de produção agrícola, onde os produtores, agroindústrias ou cooperativas tem à disposição mecanismos para a “garantia” quanto à queda ou à elevação dos preços e câmbio, que são fatores determinantes da rentabilidade do setor. Assim, os mercados futuros podem ser uma alternativa para reduzir os riscos da atividade agropecuária, decorrente da incerteza de preços em um tempo futuro, quando se dará a comercialização da safra agrícola (BERTOLO, 2018).

Os contratos futuros são padronizados pelas bolsas de valores em termos de quantidade de negociação, unidade de negociação, data de vencimento e forma de cotação. Nos contratos com *commodity*, são especificadas também as características do produto, como umidade, peso, sujeiras e etc. Outro atributo deste mercado é a volatilidade, ou seja, grandes variações nos preços diariamente, o que estimula a atuação de especuladores.

No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é o mercado formal responsável pela negociação de contratos futuros *commodity* e no nível mundial, destaca-se a Chicago Board of Trade (CBOT) – Bolsa de Chicago.¹²³ Antes de analisar a relação das cooperativas com o mercado

¹²³ A CBOT foi fundada em 1848, sendo uma das bolsas de mercadorias mais antigas em operação. Atualmente, a Bolsa de Chicago é referência mundial na comercialização de *commodities* agropecuárias, reunindo o maior volume de operações com soja do mundo e, por esse fato, tornou-se responsável por determinar o preço do produto globalmente. Estima-se que a CBOT chega a negociar 14 vezes a produção mundial de soja e, além deste produto, realiza outros contratos futuros e de opções como: milho, óleo de soja, farelo de soja, trigo, aveia, etanol, arroz e etc. A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) foi fundada em 1917 e em 2008 fundiu-se com a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), cuja criação remonta a 1890, dando origem a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 2017, a BM&FBOVESPA fundiu-se à Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), surgindo a B3, uma das principais empresas de infraestrutura

futuro, é importante compreender alguns termos característicos desse ambiente:

Derivativos: são instrumentos financeiros que se originam (dependem) do valor de outro ativo, tido como ativo de referência. Um *derivativo* não apresenta valor próprio, mas deriva do valor de um bem básico (*commodities*, ações ou juros). Assim, em vez dos próprios ativos serem negociados no mercado, os investidores apostam em seus preços futuros e, através de contratos chamados *derivativos*, assumem o compromisso de pagamento ou entregas físicas futuras. Os *derivativos* são divididos em financeiros, aqueles relacionados com taxa de juros, moedas e os índices de Bolsas, e não financeiros, associados às *commodities* em geral (NETO, 2014).¹²⁴

Contratos de opções: são uma sofisticação do mercado de *derivativos* e das operações a futuro. As opções são contratos que permitem o direito de comprar ou de vender determinado ativo por um preço certo e em determinada data. Diferem dos contratos futuros na medida em que os contratos de opções não representam compromissos firmes e definitivos, mas conferem ao titular um direito de comprar ou vender o ativo. Esse direito só será exercido se as condições econômicas forem atraentes para o titular da opção, caso contrário, o direito não é exercido e o portador da opção perde o *prêmio* pago ao vendedor. Assim, enquanto o contrato futuro é uma obrigação de se adquirir ou vender algo, o contrato de opção registra unicamente o direito do titular de exercer sua opção de compra ou venda a um determinado preço no futuro (NETO, 2014).

Hedge: mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro e de *commodities* para se resguardarem de uma flutuação de preços, ou seja, ele pode ser interpretado como um seguro contra riscos de oscilações de preços no futuro. O *hedge* realiza-se de diversas maneiras, por exemplo, através de aquisição de contratos de *opções* ou *derivativos* para proteger uma posição contra indesejáveis variações futuras. Na operação de *hedge*, os envolvidos procuram travar preço de venda ou compra de mercadoria em operações inversas às realizadas nos

de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão e com sede em São Paulo. A empresa passou a ser a 5º maior bolsa do mercado de capitais e financeiro do mundo, com patrimônio de 13 bilhões de dólares (B3, 2018).

¹²⁴ Ativos financeiros cujos valores e características de negociação estão amarrados aos ativos que lhes servem de referência. A palavra *derivativo* vem do fato que o preço do ativo é derivado de um outro (BERTOLO, 2018).

mercados físicos. As operações com tal instrumento financeiro não têm por finalidade obter lucros com as sucessivas operações de compra e venda de *commodities*, títulos e etc., mas sim, permitir aos operadores defesas e proteção contra as flutuações de preço que essas mercadorias podem sofrer no decorrer do tempo (NETO, 2014; SANDRONI, 1999; MARQUES et al, 2006).¹²⁵

Desde o início dos anos 2000, mas sobretudo após a crise financeira de 2008, o mercado de *commodities* agrícolas expandiu-se enormemente e um dos fatores apontados é a crescente migração de capitais especulativos para as bolsas de mercadorias. A elevação no número das operações de compra e venda de *derivativos* e títulos financeiros ligados ao agronegócio e a especulação em torno de produtos agrícolas impactou diretamente sobre o preço dos produtos e, mais do que isso, a expectativa sobre a valorização ou desvalorização do produto no mercado futuro interferiu diretamente na produção real, no presente.

Em concordância com Medeiros (2017), o avanço do mercado de títulos de *commodities* agrícolas, especialmente no mercado de futuros, trouxe uma das principais características do capital financeiro para a agricultura: a antecipação dos investimentos à ocorrência da produção real. O movimento dos investimentos em títulos ocorre antes das safras, fazendo com que os preços futuros variem não mais em função das safras, mas, de acordo com a expectativa dos investidores sobre a safra. A possibilidade de investidores de fora do setor agropecuário atuarem nas *commodities* aprofundou esta dinâmica, pois permitiu a participação de agentes interessados unicamente no ganho com a variação dos valores dos títulos. Isto ocorreu em função do grande desenvolvimento do mercado de *derivativos* no final do século XX.

Nesse sentido, o mercado futuro de *commodity* passou a ser regido pela lógica financeira e seus agentes tornaram-se responsáveis pela formação dos preços, interferindo diretamente na dinâmica produtiva.

¹²⁵ Explicando de uma forma prática: *hedgear* (fazer um *hedge*), significa tomar no mercado futuro uma posição oposta àquela no mercado físico. Por exemplo, um produtor de soja que comprou insumos para produzir está comprado no mercado físico e deverá fazer um *hedge* de venda de soja no mercado futuro. Assim, o produtor que comprou insumos, investiu na produção, vai procurar realizar uma operação de venda futura (ou *hedge* de venda) para garantir o preço da mercadoria, garantindo preços e sua rentabilidade. Já um frigorífico, que assinou um contrato de exportação de carne para o final do ano, mas ainda não tem o boi, está vendendo no mercado físico. Para se garantir contra altas de preços de matéria-prima (boi, por exemplo), deverá entrar comprado no mercado futuro, fazendo um *hedge* de compra de boi (MARQUES, MELLO e MATINES, 2006).

Isso, porém, não significa a negação de outros determinantes importantes, como o papel da inovação tecnológica e o aumento da produtividade, o alargamento do mercado asiático (chinês) e ampliação de sua demanda por *commodities* alimentares, frustrações de safras e problemas climáticos. Mas, pretende-se afirmar que as mudanças ocorridas na agropecuária brasileira e mundial desde o final do século XX tiveram relação com a crescente dominação do capital financeiro sobre o setor, responsável pela capitalização da agricultura (bancos, créditos, títulos e bolsas de valores), centralização de capitais (fusões e aquisição) e formação de preços (mercado futuro).

Não cabe a este item analisar minuciosamente (história, normas, instrumentos, agentes e dinâmica) o mercado futuro agropecuário e os títulos financeiros do agronegócio. O texto busca, antes de tudo, determinar a inserção das maiores cooperativas da Região Sul no mercado futuro e em bolsas de valores, identificando sua importância e contextos nos últimos anos.

Ao longo dos anos 2000, as cooperativas agropecuárias ampliaram significativamente o uso de títulos financeiros e de contratos no mercado futuro, principalmente para negociação de grãos, moeda (dólar) e instrumentos financeiros, como *hedge*. Com base na análise dos balanços contábeis e nas entrevistas, é possível constatar as pretensões das cooperativas com o mercado futuro: garantir nível de preços à cooperativa e aos sócios no momento da comercialização dos produtos; proteger-se de riscos de variações de moeda estrangeira (que envolvem operações de exportações, compra e venda de *commodities* e operações de crédito com antecipação de valores exportados); assegurar a aquisição de matérias-primas para agroindústrias das cooperativas e captar recursos no mercado para financiar processos produtivos. Basicamente, a atuação das cooperativas visou a proteção da empresa quanto aos riscos de variação de mercado, câmbio e de preços que pudessem prejudicar as receitas no ano.

Além de *commodity*, as cooperativas também negociaram contratos futuros com moedas. Os contratos de compra e venda de moeda, sobretudo dólar, por parte das cooperativas tiveram a finalidade de protegê-las contra a variação cambial. As maiores cooperativas agropecuárias do Sul estiveram sujeitas aos riscos de flutuação das moedas estrangeiras devido aos contratos de exportação, importação e captação de empréstimos no mercado externo. Assim, em geral, as cooperativas buscaram, nos contratos com moedas, proteger sua exposição ao dólar, realizando *hedges* para garantir que variações não prejudicassem as receitas com exportações ou os custos das importações

e empréstimos. Os contratos futuros de moeda ocorreram em bolsa de valores.

Outra operação realizada pelas cooperativas foi a *Non-Deliverable Forward* (NDF), um contrato com bancos cuja finalidade é a compra ou venda de moeda estrangeira em uma data futura. A NDF é um *derivativo* operado em mercado de balcão, que visa a taxa de câmbio de uma determinada moeda. É uma operação normalmente utilizada como instrumento de *hedge*, pois o contratante da NDF garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato. No Brasil, as operações de NDF são feitas com bancos, podendo também ser realizadas com bancos no exterior (CETIP, 2018).

Assim, as cooperativas utilizaram-se do NDF para comprar ou vender moeda estrangeira em determinada data futura com uma taxa pré-definida. Tal qual os contratos futuros em bolsas de valores, a NDF teve o objetivo oferecer uma trava da taxa futura de câmbio para as contas a pagar ou receber em moeda estrangeira no futuro.

Os contratos com *commodities*, moedas e *hedge* no mercado futuro foram realizadas, pela maioria das empresas, na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), na Chicago Board of Trade (CBOT) e em alguns bancos nacionais e estrangeiros. É necessário frisar que o item não mostra os ganhos ou perdas das cooperativas com negociações no mercado futuro, bolsas de valores ou títulos financeiros, apenas valores e volumes negociados (os ganhos com variações de moeda e *commodities* foram indicados junto aos “lucros financeiros”, abordados no item anterior).

O acesso ao mercado de futuro de *commodities*, câmbio e outros *derivativos* variou entre as treze cooperativas estudadas. Pode-se citar como fatores que interferiram na maior ou menor procura das cooperativas pelo mercado futuro: nível de integração com o mercado externo, tipo de produção (na cadeia de grãos a inserção no mercado financeiro é maior) e política interna de gestão financeira.

Nem todas as cooperativas analisadas disponibilizaram as informações da compra e venda de *commodities*, títulos, moedas e outros ativos no mercado futuro. Por isso, foram selecionadas algumas cooperativas para análise da inserção ao mercado futuro agrícola e de câmbio: Coamo, Cocamar, Cooperalfa, Aurora, C.Vale, Lar e Agrária.

A Coamo apresentou o maior volume de negociações de produtos em bolsas de valores e, dentre as cooperativas brasileiras, foi a precursora em operar no mercado futuro. Entre 2013 e 2017, os volumes de negociações da cooperativa na bolsa de valores, em específico a CBOT, giraram em torno de US\$ 1,5 bilhão por ano, o que equivaleu a 4.500 milhões de toneladas de produtos na média dos últimos cinco anos.

A Coamo atuou de duas maneiras no mercado futuro: negociação de produtos, sobretudo soja, que ocorreu diretamente na bolsa de Chicago, utilizando-se de sua *trading* Coamo A.V.V. e negociação com moedas: compra e venda de dólares operada com instituições financeiras. As operações na CBOT, diferente de outras cooperativas que operam via bancos e corretoras, é direta e isso devido ao volume de grãos negociados pela Coamo, permitindo que os custos sejam menores, pois não paga o serviço de intermediários.

No mercado futuro, o gerente financeiro da Coamo, Joel Makohin, explica que:

As operações de proteção nas bolsas de valores são essenciais, por exemplo, as cooperativas que têm indústria compram do produtor hoje para esmagar em trinta dias, mas nem sempre a venda do produto processado foi realizada, ou seja, há oferta mas a demanda pode não existir no momento futuro. Se comprar do produtor hoje, contar com a sorte e amanhã o preço da soja cair, o resultado será negativo. Numa situação dessa, a cooperativa compra do produtor e faz a proteção financeira para que ao final trinta dias ou, qual for o prazo, tenhamos a condição de ter preços na hora que a operação se concretize. Isso é imprescindível, a partir do momento em que a cooperativa está vendendo ou comprando para frente, ela está trazendo para dentro de casa um risco enorme. Para você ver, em menos de um mês atrás, o dólar estava na casa dos R\$ 4,20 e hoje opera a R\$ 3,80, como suportar, em menos de um mês, uma variação destas se eu não tiver instrumento de proteção? (MAKOHIN, 2018).

Ainda sobre a atuação da Coamo no mercado futuro, Joel frisou: “nós não operamos e não fazemos nenhum tipo de operação que potencialize o risco, apenas trabalhamos para que a estrutura de preços imaginada dentro do processo comercial aconteça”.

Na **Tabela 77** é figurada as negociações de contratos futuros de *commodities* e dólares da Cocamar de 2008 a 2017. Os dados foram coletados nos demonstrativos contábeis e permitem observar a crescente utilização da cooperativa deste mercado.

Tabela 77. Contratos futuros de compra e venda de *commodities* agrícolas e dólares da Cocamar – 2008 a 2017 (em Mil R\$ Correntes)

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Soma
Soja	Venda	32.887	11.324	9.772	58.931	57.560	107.055	99.277	129.294	57.135	361.521	924.756
Milho	Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	8.917	21.188	30.105
Milho	Venda	-	-	-	20.316	6.902	6.914	16.740	10.383	-	-	61.255
Farelo de Soja	Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.237	35.237
Farelo de Soja	Venda	-	-	-	49.004	-	11.647	9.880	2.067	85.107	-	157.705
Óleo de Soja	Compra	-	-	-	-	16.360	-	-	-	-	-	16.360
Óleo de Soja	Venda	-	-	-	28.246	-	-	-	-	35.570	9.123	72.939
Café Beneficiado	Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	12.350	21.790	34.140
Café Beneficiado	Venda	-	4.640	5.657	2.541	-	18.868	14.258	-	-	-	45.964
Pluma de Algodão	Compra	-	-	-	-	-	-	5.214	-	-	-	5.214
Pluma de Algodão	Venda	-	-	-	-	-	2.810	-	-	-	-	2.810
Dólar	Compra	5.834	-	10.893	67.248	1.871	5.787	30.105	68.724	175.335	235.368	601.165
Dólar	Venda	4.640	5.415	1.818	8.859	4.523	9.571	41.513	9.172	2.765	181	88.457
Total	Compra	5.834	0	10.893	67.248	18.231	5.787	35.319	68.724	196.602	313.583	722.221
Total	Venda	37.527	21.379	17.247	167.897	68.985	156.865	181.668	150.916	180.577	370.825	1.353.886

Fonte: Notas explicativas dos demonstrativos contábeis da Cocamar, 2008 a 2017.

É importante mencionar que a tabela expressa as operações com contratos futuros em aberto no final de cada ano e não o acumulado no ano. Apesar deste limite dos dados, é possível identificar as variações nas contratações de *commodities* e moeda no mercado futuro. Somando todos os valores expressos, a Cocamar negociou a compra de R\$ 722 milhões no mercado futuro e venda de R\$ 1,3 bilhão entre 2008 e 2017. Com relação à compra, a cooperativa negociou principalmente dólar, em contratos firmados com instituições financeiras, com o maior valor de R\$ 175,3 milhões e R\$ 235,3 milhões em 2016 e 2017, respectivamente. Somente em 2009 a Cocamar não realizou compra de dólar.

No caso da venda de produtos com contratos futuros, o principal produto foi a soja, com acumulado de R\$ 926 milhões no período. Em 2017, a negociação futura de soja somou R\$ 361 milhões, o maior valor registrado. O segundo produto mais vendido foi o farelo de soja, com total de R\$ 157 milhões, seguido pelo óleo degomado de soja, com R\$ 72 milhões. Além desses, a cooperativa teve transações, com menor valor, com milho, café e pluma de algodão.

Não foram detalhados nos demonstrativos contábeis da Cocamar as informações sobre os contratos de *commodity* e moeda no mercado futuro anteriores a 2008, constando apenas que a empresa realizou tais operações com a finalidade de proteger-se face a eventuais oscilações de preços e câmbio.

A venda de soja no mercado futuro teve relação com a mudança de preços da *commodity* no mercado global. Em 2008, a cooperativa negociou R\$ 33 milhões de soja em grão, reduzindo para R\$ 11 milhões e R\$ 9,7 milhões nos anos seguintes. Nesses anos, o preço da saca de soja de 60 quilos foi de R\$ 57 em julho de 2008 para R\$ 36 em maio de 2010. O retorno das vendas ocorreu em 2011 e manteve-se próximo aos R\$ 100 milhões de 2013 a 2015. Comparando com os preços médios da soja, que foi de R\$ 49 em 2011, R\$ 69 em 2012, R\$ 69 em 2013 e R\$ 67 em 2014, é possível associar o crescimento das negociações de contratos futuros com a elevação dos preços. Em 2016, quando o preço da saca de soja caiu de R\$ 97,61 em junho para R\$ 64,00 em dezembro, houve redução das contratações, para R\$ 57,1 milhões ao findar do ano. Em 2017, com retomada da valorização do produto, chegando em dezembro deste ano com cotação de R\$ 73,00 a saca, o valor de contratos futuros para venda de soja da Cocamar atingiu o recorde de R\$ 361 milhões.

A mesma tendência foi constatada na compra futura de dólar: na medida em que a moeda passou a valorizar-se perante o Real, a partir de 2015, a compra deste ativo aumentou de R\$ 30 milhões em 2014 para R\$ 235 milhões em 2017. Isso denota que a Cocamar buscou comprar a

moeda como salvaguarda dos valores negociados em dólar no futuro (exportações, contratos de ACC, contratos de *commodities* e etc.).

As **Tabela 78 e 79** (página 382) destacam os dados da Aurora nas negociações de produtos e moedas no mercado futuro. A análise das informações da compra e venda de *commodities* no mercado futuro da Aurora traz um exemplo diferente de outras cooperativas, pois a central utilizou do mercado para a compra de matérias-primas fundamentais para as cadeias produtivas de suínos e aves, no caso, milho e farelo de soja. Apesar de estar inserida nas cadeias produtivas com as cooperativas singulares, responsáveis pela produção de grãos e animais, a Aurora dependeu, sobretudo nos anos com problemas de safra, da compra de milho e farelo de soja para abastecer as fábricas de rações. Assim, os dados retratam o panorama de uma grande agroindústria que acessou o mercado futuro para suprir as possíveis faltas de matérias-primas.

Para a Aurora foram apresentadas duas tabelas, a primeira referente ao volume negociado e a outra sobre os valores. Em volume, a cooperativa comprou no mercado futuro 1,17 milhão de toneladas de milho e farelo de soja e vendeu 728,9 mil toneladas dos mesmos produtos de 2009 a 2016. Em 2010, a central registrou a maior compra de farelo de soja, 127 mil toneladas, e em 2014 e 2015 teve as maiores compras de milho no mercado futuro, 368,5 mil toneladas e 234,9 mil toneladas.

Com relação aos valores envolvidos, a Aurora contratou no período R\$ 179 milhões de farelo de soja e R\$ 428,6 milhões de milho e vendeu R\$ 94 milhões de farelo de soja e R\$ 428 milhões de milho. Nos contratos com dólar (contratos na BM&F e NDF's com bancos), a central vendeu mais do que comprou, com os maiores valores de US\$ 100 milhões em 2014 e 2015 (R\$ 390,4 milhões em 2014 e R\$ 228,1 milhões em 2015).

O grande volume de contratações de milho em 2014 e 2015 decorreu dos problemas de safra e da redução no produto no mercado nacional, que criou uma expectativa de aumento do preço do produto nestes anos. No relatório contábil da Aurora está descrito que oscilações de preços do farelo de soja e milho, principais insumos utilizados no processo de produção, podem provocar alterações substanciais nos custos e, para reduzir os riscos, a cooperativa gerencia os estoques através da formação de estoques reguladores das matérias-primas, bem como, possui a política de gerenciamento de riscos, que contempla a utilização de instrumentos de mercado futuro (contratos de compra e venda de *commodity*) para mitigar efeitos de variações contrárias (AURORA, 2014).

As vendas de *commodities* agrícolas ocorreram quando não houve a precisão de aquisição do produto. A hipótese de que a cooperativa comprou o produto para vender depois e especular sobre o preço não se confirmou uma vez que, em 2015 e 2014, anos com contratos de vendas significativos de milho, a central teve os seguintes resultados nas operações com *commodities*: ganho de R\$ 5 milhões em 2014 e prejuízo de R\$ 11 milhões em 2015. O mesmo ocorreu com as negociações com dólar, com prejuízo de R\$ 35,6 milhões em 2015.

No que tange à negociação com dólar, por ter grandes exportações, a Aurora possui uma parcela considerável de suas receitas dependentes de flutuações de câmbio. Ao mesmo tempo, a cooperativa capta recursos através de ACC (Antecipação de Contratos de Câmbio), tornando sua relação com o câmbio ainda mais sensível. Por isso, para reduzir os riscos com a variação do dólar, a cooperativa realizou contratos futuros de dólar.

Os dados sobre a compra ou venda de *commodities* e moeda no mercado futuro anteriores a 2009 não foram detalhados nos demonstrativos contábeis da Aurora. Consta, para 2008, que a cooperativa possuía contratos de opção abertos em várias instituições financeiras, porém, a gestão decidiu efetuar o reconhecimento das prováveis perdas, considerando a volatilidade da moeda e também as possíveis tendências de queda da mesma. O valor das perdas da Aurora ao findar 2008 foram estimadas em R\$ 114 milhões (AURORA, 2008).

A **Tabela 80** (página 382) aborda os contratos futuros realizados pela Cooperalfa entre 2007 e 2017. Foram divulgados os dados segundo o volume da negociação que, nos casos do milho, soja e trigo, correspondeu a sacas de 60 quilos e, no caso do dólar, em unidades da moeda.

Tabela 78. Quantidade dos contratos futuros de compra e venda de commodities e moeda da Aurora – 2009 a 2016

Produto	Quantidade	Operação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Farelo de Soja	Tonelada	Compra	35.000	127.008	-	9.072	-	3.481	44.362	30.482	249.405
Farelo de Soja	Tonelada	Venda	-	86.184	-	18.144	-	5.039	-	9.979	119.346
Milho	Tonelada	Compra	-	158.651	34.754	-	111.506	368.554	234.950	17.226	925.641
Milho	Tonelada	Venda	-	69.850	6.350	-	177.800	228.600	127.000	-	609.600
Dólar	Em Mil Unidade	Compra	-	-	34.000	-	-	-	-	-	34.000
Dólar	Em Mil Unidade	Venda	20.700	5.400	66.000	51.000	56.000	100.000	100.000	70.000	469.100

Fonte: Notas explicativas dos demonstrativos contábeis da Aurora, 2009 a 2016.

Tabela 79. Valor dos contratos futuros de compra e venda de commodities e moeda da Aurora – 2009 a 2016

	Operação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Farelo de Soja	Compra	-	81.746	-	8.787	-	3.528	50.798	34.567	179.426
Farelo de Soja	Venda	-	47.235	-	17.369	-	4.933	-	24.579	94.116
Milho	Compra	-	66.119	15.795	-	47.835	148.465	140.743	9.670	428.627
Milho	Venda	-	23.076	2.673	-	78.880	97.482	81.113	-	283.224
Dólar	Compra	-	-	61.230	-	-	-	-	-	61.230
Dólar	Venda	36.000	9.000	116.991	104.939	134.111	265.620	390.480	228.137	1.285.278

Fonte: Notas explicativas dos demonstrativos contábeis da Aurora, 2009 a 2016.

Tabela 80. Contratos futuros de compra e venda de commodities e moedas da Cooperalfa – 2007 a 2017

Produto	Medida	Operação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Milho	Sacas 60 kg	Compra	-	45.180	47.250	6.786	149.544	138.276	79.380	349.272	152.400	24.450	463.550	1.456.088
Milho	Sacas 60 kg	Venda	46.980	136.080	85.860	143.802	-	-	-	-	-	-	4.233	416.955
Soja	Sacas 60 kg	Compra	-	20.250	-	-	173.160	-	-	-	6.804	63.504	959.364	1.223.082
Soja	Sacas 60 kg	Venda	677.880	102.060	476.226	772.614	11.340	591.948	1.115.352	260.820	394.632	-	90.720	4.493.592
Trigo	Sacas 60 kg	Compra	22.680	-	-	-	122.472	-	-	-	-	-	-	145.152
Trigo	Sacas 60 kg	Venda	34.020	68.040	77.112	127.008	-	-	-	-	-	-	-	306.180
Total	Sacas 60 kg	Compra	22.680	65.430	47.250	6.786	445.176	138.276	79.380	349.272	159.204	87.954	1.422.914	2.824.322
Total	Sacas 60 kg	Venda	758.880	306.180	639.198	1.043.424	11.340	591.948	1.115.352	260.820	394.632	0	94.953	5.216.727
Dólar	Mil Unidades	Compra	1.000	-	-	2.000	-	-	-	750	-	-	-	3.750
Dólar	Mil Unidades	Venda	-	-	-	-	-	3.750	4.750	4.500	11.500	-	2.053	26.553

Fonte: Notas explicativas dos demonstrativos contábeis da Cooperalfa, 2007 a 2016.

A Cooperalfa obteve baixa integração ao mercado externo nos anos observados, uma vez que a maior parte de sua produção de aves e suínos destinou-se à Aurora para agroindustrialização. Assim, por estar menos exposta às variações cambiais, realizou poucos contratos futuros de compra e venda de dólares. Já no mercado futuro de *commodities*, a participação da cooperativa foi mais intensa, somando compra de 2,8 milhões de sacas e venda de 5,2 milhões de sacas entre 2007 e 2008.

O principal produto negociado pela Cooperalfa no mercado futuro foi a soja, que chegou a somar venda de 1 milhão de sacas em 2013, 772,6 mil sacas em 2010, 677,8 mil sacas em 2007 e 591,9 mil sacas em 2012. Os montantes comercializados no mercado futuro corresponderam a 17% de toda a produção de soja recebida pela cooperativa em 2013, 12% em 2010 e 13% em 2010 e 14,4% em 2012. Quando comparado com a produção de soja recebida pela cooperativa entre 2007 e 2017 – de 66,5 milhões de sacas – o total comercializado no mercado futuro foi de apenas 6,7%.

Os demais produtos, milho e trigo, tiveram menor expressão, sendo a maior parte dos contratos futuros de milho para a compra. Até 2010, a cooperativa vendia milho no mercado futuro, porém, nos anos posteriores cresceram as compras e não foi registrada a venda (somente em 2017).

Em 2017, a Cooperalfa registrou compra de 959 mil sacas de soja, destoando da trajetória de seguidas vendas do produto e comprou 463 mil sacas de milho. Isso pode estar relacionado com a crescente demanda pelos produtos, mas também, com sua desvalorização de R\$ 52,8 em junho de 2016 para R\$ 25,5 em junho de 2017 no milho e de R\$ 97,6 em junho de 2016 para R\$ 64 em abril de 2017 na soja. Em 2017, os valores dos contratos futuros para compra e venda de *commodities* somaram R\$ 94 milhões, sendo R\$ 67,8 milhões para compra de soja e R\$ 12,7 milhões para compra de milho.

Afirma Nelson José Guarezi, gerente financeiro da Cooperalfa, que a cooperativa utilizou dos contratos com o mercado futuro como uma medida de segurança e garantia de preços e não buscou a especulação. Assim, a postura da cooperativa neste mercado foi de *hedge*, tanto para os grãos como no caso do dólar:

Quando o produtor vende a produção para a cooperativa, mas ela não tem a necessidade de usar a matéria-prima nas suas indústrias, a cooperativa busca a CBOT para negociar a produção no mercado futuro e, com isso, garantir o preço do produto. Existe o caso contrário, quando o produtor

não quer vender o produto e a cooperativa precisa de matéria-prima para as fábricas (soja, milho e trigo). Não é interessante comprar a produção de fora com os armazéns cheios. Por isso, é usada a produção em estoque e realiza-se a compra no mercado futuro, geralmente em Chicago, para que, quando o produtor desejar vender a sua produção no estoque, a cooperativa tenha garantia de preço. Paralelo a essas operações, que no caso da soja são com a bolsas de Chicago e no milho com a BM&F, é necessário também realizar contratos de dólar, pois, a variação da moeda também pode interferir nos preços. Assim, a cooperativa faz a ‘trava’ do dólar na BM&F. No passado não utilizávamos disso, mas, de uns dez anos para cá, a cooperativa tem usado essa estratégia com mais frequência (GUAREZI, 2017).

A Agrária também registrou grandes volumes de negociação de grãos no mercado futuro. Em 2017, a Agrária possuía 4.304 contratos futuros de compra de soja (568.645 toneladas do grão ou 9,5 milhões de sacas), 5.065 contratos de venda de farelo de soja (459.487 toneladas de farelo de soja), 4.007 contratos futuros para venda de óleo de soja (109.051 toneladas de óleo), 84 contratos de compra de trigo (11.424 toneladas de trigo) e 1.648 contratos futuros de venda de milho (43.096 toneladas de milho em grão). Comparando com a produção total da Agrária em 2017, a compra de soja no mercado futuro superou a produção total do grão recebida pela cooperativa, que foi de 327,7 mil toneladas no ano; a venda de farelo e óleo de soja no mercado futuro representou mais que toda produção da cooperativa nesses derivados, que foi de 506 mil toneladas (isso indica que a cooperativa possui contratos futuros de venda em mais de um ano); a compra de trigo equivaleu 35% da produção total do cereal e a venda de milho representou 15,6% da produção total do grão. As operações de soja, milho e trigo ocorreram junto a CBOT (AGRÁRIA, 2017).

No mercado futuro de dólar, a Agrária utilizou o NDF com instituições financeiras, com montante negociado em 2017 de US\$ 39 milhões e em 2016 de US\$ 166 milhões. A cooperativa negociou a moeda com objetivo de proteger-se quanto à flutuação do câmbio, pois possuía em 2017 passivos em moeda estrangeira de US\$ 60,14 milhões em adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e US\$ 17,4 milhões com fornecedores (AGRÁRIA, 2017).

Thiago Fernando Chiumento, coordenador financeiro da Agrária, explica que a empresa não faz nenhuma operação sem que esteja *hedgeada*:

Não se faz tomada de recursos ou não se vai ao mercado sem que as duas pontas já estejam precificadas. Se vendo em dólar e recebo em reais, é necessário fazer com que as duas pontas se fechem. A estratégia financeira depende da percepção e do apetite de risco de cada empresa ou cooperativa e se ela está ou não suscetível aos riscos cambiais e de preços. A Agrária tem a premissa de 100% da exposição ao risco estar *hedgeada*. Por isso, na crise de 2008, a cooperativa não sofreu tanto o impacto com a variação cambial, pois estava protegida (CHIUMENTO, 2018).

Outro fator importante sobre a atuação da Agrária no mercado futuro é que o principal produto comercializado foi o malte, cujo preço, devido aos compradores, é em dólar. Portanto, uma parte das vendas da cooperativa é dada em moeda estrangeira e pode sofrer interferência cambial. A cooperativa também captou muita matéria-prima externa, pois, os sócios produzem apenas uma parcela do necessário para abastecer as indústrias de cevada e soja da cooperativa. Diante disso, a Agrária realizou vários contratos para a compra de soja no mercado futuro nos últimos anos, que industrializou em óleo e farelo de soja e vendeu uma parte dos derivados no mesmo mercado. Ao mesmo tempo, a cooperativa buscou contratar *derivativos* de dólar, para proteger suas receitas e dívidas vinculadas à moeda.

A C.Vale negociou moeda e produtos no mercado futuro como medida de segurança para suas operações de venda no mercado externo, captação de recursos internacionais e garantia de preços de produtos. Nestor Waskiewicz, gerente da Divisão Financeira da cooperativa, afirma que a diretriz na instituição é não especular, nem com moeda e nem produto: “a área comercial é proibida de comprar produto ou moeda esperando que o preço vá subir. Se embarcou um frango hoje, já fecha um *derivativo* hoje ou fecha ACC hoje”. Esse argumento foi reiterado por Fernando Westphal, subgerente comercial da C.Vale responsável por negociações no mercado futuro da cooperativa. Segundo ele, a atuação da cooperativa no mercado futuro ocorreu para garantir preço das matérias-primas e para dar segurança às negociações com moeda estrangeira. Os

dois focos de ação buscaram reduzir os impactos de possíveis variações de preços e câmbio nas receitas da empresa.

Em 2017, a C.Vale acumulou negociação com moedas de US\$ 324 milhões no mercado futuro e US\$ 239 milhões entre janeiro e julho de 2018. Nos grãos, sobretudo soja, negociados diretamente na Bolsa de Chicago, em 2017 foram contratados US\$ 72 milhões a futuro e US\$ 40 milhões no primeiro semestre de 2018.

Uma operação comum na C.Vale e que teve relação com o mercado futuro e instrumentos financeiros foram as antecipações de valores exportados. As empresas que atuam na exportação têm a possibilidade de obter recursos com operações de antecipação de valores das exportações, que envolvem uma série de instrumentos financeiros: o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), Nota de Crédito à Exportação (NCE), Pré-Pagamento de Exportação (PPE) e outros. As empresas exportadoras realizam os contratos com bancos públicos ou privados para antecipar os valores recebíveis em exportações que ainda não foram realizadas e com isso, adquirem recursos antecipados para capital de giro e viabilizar o processo produtivo das futuras exportações. No momento que a empresa exportadora receber o pagamento do seu cliente, o contrato de antecipação com banco é liquidado.¹²⁶

A C.Vale, por exemplo, possuía R\$ 706 milhões de financiamento com essas operações em 2017, principalmente com PPE e NCE. Em 2016, o montante era R\$ 572 milhões, R\$ 809,3 milhões em 2015, R\$ 222 milhões em 2014 e R\$ 114,8 milhões em 2013. Para evitar o risco de variação do dólar impactar as receitas das exportações e os contratos de antecipação de valores das exportações, vinculados às exportações, a cooperativa utilizou-se do *swap cambial*. Como observado anteriormente, algumas cooperativas, na mesma situação da C.Vale, fizeram compra ou venda de moeda no mercado futuro, realizando o *hedge* para os contratos

¹²⁶ ACC é uma antecipação parcial ou total da moeda nacional relativa ao preço da moeda estrangeira vendida ao banco autorizado a operar no mercado de câmbio, pelo exportador, para entrega futura, feita antes do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço. Já o ACE é o mesmo adiantamento, porém, concedido após o embarque da mercadoria ou a prestação do serviço. Ambos os contratos têm prazo máximo de 360 dias. O PPE tem finalidade similar ao ACC, mas é realizado em períodos maiores que um ano, garantindo financiamento para exportação e recursos antecipados à produção, armazenagem e comercialização de bens e serviços (BACEN, 2018).

de antecipação de valor exportado ou para os valores a receber de clientes externos.¹²⁷

No caso do *swap*, a dinâmica de funcionamento deste instrumento difere dos contratos de compra e venda de moeda no mercado futuro ou NDF. Os *swaps* são acordos entre duas partes, sendo uma instituição financeira, visando a troca de fluxos de caixa futuro por um período de tempo, obedecendo a uma metodologia de cálculo previamente definida. Basicamente, é uma operação em que há troca de posições quanto ao risco e à rentabilidade entre investidores. O contrato de troca pode ter como objeto moedas, *commodities* ou ativos financeiros e deve ser registrado na BM&F ou Cetip. Nesta operação, não há transferência de fluxos de capital, mas sim, uma troca de rentabilidades no final do período do contrato. Portanto, *Swap* é um contrato *derivativo*, que pode ser para proteção (*hedge*) ou investimento especulativo (NETO, 2014).

Quando os agentes econômicos apresentam incertezas com relação à variação cambial, procuram proteger suas posições descobertas realizando uma operação conhecida como *swap cambial*, ou seja, a troca de moedas, no caso, o dólar por real. Nessa negociação, ocorre a troca de indexadores, geralmente a variação do câmbio pela taxa de juros da CDI. A cooperativa, que possui contratos a pagar ou receber em dólar, realiza uma troca de indexador com o banco, por exemplo, passando a remunerá-lo de acordo com a variação CDI, enquanto o banco assume o compromisso das variações cambiais. Na data futura, quando a cooperativa liquidar o contrato de antecipação de valores exportados ou outro compromisso em dólar, caso houver variação da moeda, quem assumirá o risco será a instituição financeira que realizou o *swap*. Os custos para *swapar* são negociados entre a cooperativa e banco, onde trocar-se-á o risco da variação cambial por outra taxa. Assim, a partir desta estratégia, se ocorrer variação na taxa de câmbio, positivas ou negativas, a C.Vale pagará somente os custos mais o CDI.

¹²⁷ Uma informação interessante coletada em entrevista com o gerente financeiro da C.Vale é sobre a informatização do mercado de capitais. Atualmente, a C.Vale e outras cooperativas possuem acesso ao mercado de *derivativos* por meio digital, podendo vender e comprar ativos financeiros em plataformas eletrônicas, uma espécie de leilão eletrônico, onde os bancos e empresas cadastrados podem negociar online. No caso da C.Vale, a Bloomberg é a plataforma utilizada. Nestor Waskiewicz relata “uma vez tudo isso era feito por telefone, era uma loucura e com a plataforma online para negociação todo esse processo melhorou substancialmente”.

Outra cooperativa que teve valor importante com contratos de antecipação de exportação foi a Aurora, cerca de R\$ 564 milhões em 2016 e R\$ 416 milhões em 2015, todavia, para reduzir os riscos de variação do dólar, a cooperativa realizou contratação de *hedge* para as modalidades de NCE, PPE e ACC.¹²⁸

Um aspecto importante para entender a recente relação das cooperativas com o mercado futuro, bolsas de valores e instrumentos financeiros foi a crise internacional de 2008. Tal crise, além de promover impactos no que diz respeito a mercados, exportações e crédito, desencadeou mudanças no uso do mercado de capitais e seus instrumentos, principalmente para proteção das cooperativas quanto aos riscos de variações de juros, preços e câmbio.

Marcelo Afonso Riedi, gerente da Divisão Financeira da Lar, salienta que a crise de 2008 foi um marco divisor da relação entre o setor e o mercado financeiro:

A recessão de 2008 foi acompanhada pela crise de escassez de crédito, com depreciação cambial elevada e restrição das linhas de financiamento em virtude do momento de pânico. Algumas cooperativas, talvez por falta de conhecimento sobre *derivativos*, estavam posicionadas com operações conhecidas como ‘duplo indexadores’ ou possuíam exposições em exportações por não proteção, pela não utilização de instrumentos de *hedge*. Assim, ocorreram grandes despesas por conta de ausência dos instrumentos *derivativos* para fins de *hedge* ou mesmo devido à má utilização de produtos financeiros em virtude do cenário pré-2008. Entre 2000 e 2007, havia a tendência de apreciação cambial e sucessivamente o câmbio vinha se apreciando e era muito interessante tomar dívida em dólar ou aceitar um duplo indexador. A ausência de conhecimento, até de como desarmar uma operação desta e de como

¹²⁸ Em 2008, a central possuía operações de *swap* onde assumia a posição passiva em U\$\$ (dólares) e ativa em taxas pré-fixadas. Esses contratos continham cláusulas de verificações periódicas (*strikes*) na ponta passiva, onde o valor justo era de R\$ 256 milhões, o qual não foi contabilizado em 31/12/2008. Essas operações foram liquidadas em 2009 pelo valor total de R\$ 143 milhões, registradas no resultado financeiro de 2009 (AURORA, 2009).

realizar as verificações, e pela ausência de utilização de *hedge*, as cooperativas e as empresas do Brasil se viram em condições frágeis num momento em que teve uma crise de confiança no mercado mundial em razão do que acontecia nos EUA e que teve consequências no mercado financeiro mundial (RIEDI, 2018).

Para Marcelo, na crise de 2008, as cooperativas e empresas brasileiras foram penalizadas por três motivos: ausência de instrumentos *derivativos* para fins de *hedge* ou a pouca utilização; uso de produtos indexados ao dólar e sem o conhecimento do produto, como duplos indexadores e a escassez de liquidez no mundo que gerou aumento no custo de captação de recursos pelas empresas.

Desde então, as cooperativas agropecuárias profissionalizaram sua atuação no mercado de capitais. Até 2008, por exemplo, dentre as cooperativas estudadas, poucas tinham informes detalhados nos balanços contábeis sobre a utilização e negociação de instrumentos financeiros. Isso devia-se à baixa utilização desses mecanismos pré-2008 e à falta de preocupação em expor tais dados nos demonstrativos. Após a crise, as publicações anuais das cooperativas enfatizaram as formas de atuação no mercado financeiro e a preocupação em gerenciar os riscos de variações de preços, juros, câmbio, liquidez e crédito.

Outro fato relevante observado, sobretudo no período pós-crise, foi a profissionalização da gestão financeira. Nas entrevistas com os gerentes financeiros das cooperativas foi possível identificar a preocupação das cooperativas em aprimorar a gestão de capitais.

Na realidade, desde a década de 1990, as grandes cooperativas agropecuárias registraram mudanças na estrutura organizacional. Um primeiro momento ocorreu entre o início dos anos 1990 e o início dos anos 2000, quando houve uma ruptura no modelo de gestão das cooperativas agropecuárias, desencadeada pelo contexto da crise econômica e financeira que afetava muitas empresas. Nas cooperativas analisadas, constataram-se mudanças na estrutura administrativa e produtiva, marcada pela profissionalização da gestão para inserir as empresas competitivamente no mercado nacional e internacional. Esse primeiro momento, contou com apoio estatal, com a criação do SESCOOP e RECOOP e dos órgãos de representação do setor, caso do OCEPAR e OCB.

A partir da década de 2000, as cooperativas consolidaram-se no mercado com expansão dos investimentos e receitas. Entre o início dos

anos noventa até o período atual, as cooperativas evoluíram de instituições ligadas ao capital comercial e industrial para empresas integradas ao capital comercial-industrial-financeiro. Assim, as mudanças na estrutura produtiva, comercial e financeira do setor nos últimos anos fomentaram novas mudanças na estrutura administrativa. Entre o final da década de 2000, principalmente após a crise internacional de 2008, até os dias atuais, ocorreu um segundo momento de transformação na estrutura de gestão e organizacional das grandes cooperativas da Região Sul. Estas alterações, caracterizam-se por modernizar ainda mais a gestão a fim de enfrentar mudanças na conjuntura econômica nacional e internacional e preparar o processo de sucessão na administração da empresa. Foram estratégias nesse sentido: o incentivo para aperfeiçoamento profissional dos funcionários (promoção de graduações e pós-graduações com importância da OCEPAR e do SESCOOP e de estruturas de ensino concebidas pelas próprias cooperativas, por exemplo, a Universidade Coopavel e Universidade C.Vale) e a contratação de profissionais do mercado financeiro.

A área financeira foi alvo de grandes investimentos em recursos humanos das empresas estudadas e alguns gerentes financeiros entrevistados ingressaram nas cooperativas justamente pela sua experiência com atuação na gestão de bancos, outras grandes cooperativas ou empresas do agronegócio e mercado de capitais. Constatou-se que, cada vez mais, a gestão financeira das cooperativas agropecuárias tem sido conduzida por técnicos, cabendo aos associados ocupar os cargos em diretorias ou conselhos e participar das assembleias anuais, que possuem caráter mais consultivo do que deliberativo.

5.3 Títulos financeiros do agronegócio

Além dos contratos de *commodities* no mercado futuro, as cooperativas puderam emitir e negociar títulos do agronegócio com liquidação futura. Esses títulos, diferente dos contratos de compra e venda de *commodities*, têm o objetivo de capitalizar a cooperativa, correspondendo a mecanismos financeiros de venda antecipada, com preços pré-fixados e pagamento adiantado a quem os emite.

Infelizmente, os dados sobre a emissão e negociação de títulos financeiros do agronegócio por parte das cooperativas estudadas é restrito, por isso, esse item fundamenta-se na literatura e nas entrevistas realizadas com os seus gerentes financeiros, apresentando apenas alguns dados estatísticos sobre o tema.

Os títulos do agronegócio são instrumentos privados para financiar a produção e comércio dos agentes envolvidos nas cadeias produtivas da agropecuária. No Brasil, os títulos ligados ao setor tiveram gênese nos anos oitenta e noventa, justamente no momento de queda dos recursos públicos para o crédito rural. Diante da história do crédito rural público, os títulos privados são recentes, entretanto, sua utilização tem sido crescente na última década em toda a agropecuária.

Na década de oitenta, quando o modelo de desenvolvimento rural baseado nos recursos públicos de juros subsidiados entrou em crise, houve a gênese de alguns instrumentos privados de crédito, que utilizaram-se da prévia integração da agricultura com os bancos, fornecedores e compradores, criada pela ação do crédito público, para estabelecer novas formas de financiar a produção agropecuária. Surgiram alternativas de custear a produção (contratos de troca, venda antecipada e soja verde), com a participação das indústrias de insumos, agroindústrias, *tradings* e cooperativas na capitalização dos produtores.

Na década de noventa, com a continuidade na redução dos recursos oficiais para o crédito rural, houve, por parte do governo federal, a iniciativa de institucionalizar as formas de crédito privado com instrumentos mais avançados, com maior segurança jurídica e com garantias na qualidade e quantidade contratada. Essa estratégia teve o objetivo de atrair a poupança privada interna e externa para financiar as operações de produção, processamento e comercialização das cadeias produtivas do agronegócio. A queda da inflação na metade dos anos 1990, também contribuiu para o avanço das novas formas de venda antecipada no mercado futuro (OLIVEIRA e CARVALHO, 2006; GONÇALVES, 2005).

Em conformidade com Belik e Paulillo (2001), os instrumentos privados de crédito rural mais relevantes na década de 1990 foram o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG), criado em 1993 e a Cédula de Produto Rural (CPR), criada em 1994, que contribuíram para a captação de recursos para produtores rurais e, aos poucos, foram substituindo os contratos informais de crédito.¹²⁹

Nos anos 2000, houve o aprimoramento dos títulos agrícolas, ampliando e diversificando as possibilidades de capitalização do setor no mercado de capitais. Em 2004, a Lei nº 11.076 criou novos títulos para o financiamento do agronegócio, com instrumentos mais estruturados e atrativos, com objetivo de complementar o crédito estatal destinado ao

¹²⁹ O CMG era um contrato físico de mercadorias que circulou na extinta Bolsa de Cereais de São Paulo entre 1993 e 1995.

setor: o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Comércio Agrícola (LCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA). A principal diferença entre a CPR e esses novos títulos é que eles não são emitidos pelos produtores, mas por empresas do agronegócio. Com isso, houve a diversificação nas opções de títulos financeiros em termos de variedade de papéis e amplitude dos agentes que podem atuar como fonte de capital. A introdução das versões financeiras desses papéis também foi novidade no início dos anos 2000, ampliando o grupo de interessados em adquirir e negociar os títulos do agronegócio (GONÇALVES, 2005).

Devido à importância histórica e sua utilização no sistema de capitalização da agricultura e das cooperativas, serão detalhadas as características da CPR, que é o título mais conhecido.

A CPR, criada pela Lei nº 8.929/1994, é um tipo de contrato em que os produtores podem receber antecipadamente o montante em dinheiro correspondente a uma quantidade de produto comprometida para entrega futura, podendo ser emitida a qualquer momento, antes, durante ou após o plantio. O emissor da CPR física é o agente interessado em obter financiamento: produtor ou cooperativa, e seu comprador são os agentes interessados na compra da produção: *tradings*, agroindústrias e cerealistas (SANTANA et al, 2014).

A CPR surgiu no momento de crise fiscal e de escassez do crédito público, com objetivo de servir como instrumento de crédito privado, auxiliando o escoamento da produção através da comercialização antecipada. A CPR foi elaborada pelo Banco do Brasil e pelo Ministério da Agricultura, tomando como base a comercialização antecipada da safra, a troca de insumos por produtos (práticas informais que haviam na época) e o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CGM) (SAVOIA, 2009).

Alguns dos principais objetivos da CPR foram: incrementar os recursos no financiamento da agricultura, simplificar procedimentos, reduzir os custos operacionais, aumentar a segurança para as partes envolvidas, canalizar recursos de outros setores para a agricultura e atuar como um instrumento de proteção de preço ao produtor (SAVOIA, 2009).

Porém, a CPR na modalidade física – com entrega da produção seguindo especificações de quantidade e qualidade – limitava o número de compradores do título, que, em geral, eram empresas fornecedoras de insumos e *tradings* que estavam interessadas em receber fisicamente o produto. Considerando que os compradores da CPR física eram empresas com interesse no produto físico, sem o interesse de vender, repassar ou

endossar o título a terceiros, surgiram contratos sem registros. Tal prática tornou-se comum e ficou conhecida como “CPR de gaveta”, cuja expressão deve-se ao fato de que os documentos não eram registrados em sistema público, ficando arquivados na gaveta das empresas ou cooperativas credoras (SAVOIA, 2009).

Em 2001, a Lei nº 10.200/2001 criou a CPR com liquidação financeira, com o intuito de incorporar novos agentes ao financiamento do agronegócio, até então, havia apenas a liquidação física. Com a liquidação financeira, o produtor rural ou emissor poderia liquidar o contrato em dinheiro, através da conversão do valor da mercadoria. Com essa modalidade, ampliaram-se o número de compradores (bancos, empresas de insumos, *tradings* ou investidor privado), devido à eliminação dos problemas de entrega física da mercadoria. O investidor que adquiriu a CPR financeira tem como fonte de pagamento a devolução do capital por parte do produtor, corrigido em conformidade com a taxa de juros pactuada no início da operação (SAVOIA, 2009).

A CPR financeira acentuou a portabilidade do título, elevando o número de interessados em emitir contratos em virtude da possibilidade de liquidação em dinheiro e de especulação em torno da variação do preço das *commodities*. Enquanto a CPR física limitava a revenda do título para agentes interessados em receber fisicamente o produto, a CPR financeira impulsionou a revenda dos títulos devido à possibilidade de especulação. Isso atraiu investidores, sobretudo com a alteração positiva dos preços das *commodities* nos anos 2000.¹³⁰ Conforme Savoia (2009), a CPR financeira também atraiu o interesse de bancos e fundos de investimentos, tanto pela liquidez do título, quanto pela credibilidade oferecida pelas instituições financeiras, mediante aval ao emitente.

Na agricultura, o uso dos títulos financeiros é mais um elemento da financeirização. Com a emergência de mercados financeiros voltados às *commodities* agrícolas, surgiu a possibilidade de capitalização do

¹³⁰ Sobre a variação dos preços das *commodities*, se, no momento de vencimento da CPR, o preço da mercadoria estiver menor que o preço futuro esperado (àquele no qual o contrato foi elaborado), o produtor pode não ter recursos para liquidar a CPR e oferecerá a mercadoria física como forma de pagamento. Nesse caso, o investidor, ao revender o produto, receberá o valor inferior ao do contrato, ou seja, perderá parte do investido. Caso o preço da mercadoria for superior ao preço futuro esperado, o produtor não tem dificuldade de vender o produto e pagar ao investidor (isso para a CPR financeira). Quando o contrato é de entrega de produto (CPR física), a variação de preços pode favorecer o produtor ou o comprador (SAVOIA, 2009).

agricultor, cooperativa e agroindústria com os novos mecanismos, para além das ferramentas tradicionais de crédito dos bancos. A estrutura dos títulos financeiros envolvem os índices de preços do mercado futuro e agentes do mercado financeiro (bancos, investidores privados e fundos de investimento), aproximando o setor agropecuário da dinâmica financeira. No que refere-se à capitalização, os títulos do agronegócio possibilitaram a mudança do sistema bancário para o mercado de capitais.

Santana et al (2014) explica que a criação dos novos títulos do agronegócio contribuíram no processo de aprofundamento da financeirização da agricultura na medida em que estreitaram os laços dos produtores, armazéns, cooperativas e indústrias beneficiadoras com as instituições financeiras. Além disso, alguns títulos tornaram-se centrais no sistema de financiamento direto usado por empresas para contornar a oferta insuficiente de recursos públicos, bem como, para amarrar os produtores às suas cadeias de suprimento e negócios.

Balestro e Lourenço (2014) desvendam que a financeirização agropecuário teve uma de suas origens na evolução dos títulos circulados no mercado interno para a liquidez através dos adiantamentos em recursos financeiros ou em insumos, que inverteu a lógica dominante de “plantar primeiro, vender depois”.

Mesmo pequeno, quando comparado ao volume de capital obtido via empréstimo público, a emissão de títulos agropecuários por parte das cooperativas cresceu desde o início da década de 2000 e tornou-se uma alternativa à capitalização do setor. Dentre os “papéis”, as cooperativas agropecuárias podem emitir CPR (financeira e física), CDCA e negociar os demais títulos.

Com base na entrevista realizada na Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), é possível afirmar que as cooperativas agropecuárias usam pouco os títulos quando comparadas a outros segmentos do agronegócio, utilizando com maior frequência os “contratos de gaveta”, ou seja, títulos não registrados, evitando os custos e a burocracia inerentes aos papéis registrados. Como as cooperativas não possuem o interesse em repassar os títulos, também não têm a necessidade de registrá-los. Isso dificulta as estatísticas em torno dos títulos agropecuários, pois só podem ser contabilizados os papéis registrados em bolsas. Outro fator que explica o menor uso dos títulos pelas cooperativas, segundo o entrevistado, é que, por possuírem maior acesso a recursos públicos, necessitam menos da captação de crédito no mercado de capitais, porém, nos últimos anos, as cooperativas passaram a se

interessar mais pelos títulos do agronegócio e sua utilização tem crescido.¹³¹

Nas entrevistas realizadas com as maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul, um dos temas abordados foi a utilização dos títulos financeiros como alternativas para alavancagem de recursos financeiros. Seguem alguns argumentos sobre a relação das cooperativas e os títulos do agronegócio:

Consoante Nelson José Guarezi, gerente financeiro da Cooperalfa, a utilização dos títulos depende principalmente da estrutura produtiva e fundiária. Na região onde a cooperativa atua com maior intensidade, oeste de Santa Catarina, e entre os produtores da cooperativa, a emissão de títulos agropecuários é insignificante. Porém, nas unidades da Cooperalfa no Mato Grosso do Sul, devido a estrutura produtiva, tem-se utilizado com frequência a CPR nos últimos anos. Contudo, no geral não é comum a venda antecipada como forma de capitalização. Normalmente a cooperativa busca os recursos oficiais, tanto para si como para os cooperados. O entrevistado ressaltou que é mais comum na cooperativa a fixação de preços e operações de troca:

O produtor procura a cooperativa para travar o preço da produção, principalmente soja, que será entregue na safra. A cooperativa busca então realizar uma venda da produção física para entrega futura, geralmente, no porto com uma *trading*, garantindo o preço. Existem também as operações de 'troca', que envolvem a antecipação de insumos e pagamento na safra com a própria produção. Contudo, todas essas operações dependem muito das condições de mercado (GUAREZI, 2017).

Fernando Miorelli, gerente financeiro da Aurora, central da qual participa a Cooperalfa, também relatou a resistência dos produtores agrícolas regionais aos mecanismos financeiros de capitalização: “o produtor senta na produção, quando precisa ele vende e quando não precisa não vende”. Para o entrevistado, a emissão e negociação da CPR e outros títulos do agronegócio funcionam muito bem na Região Centro-

¹³¹ Entrevista realizada com Roberto Ricardo Barbosa Machado, consultor da BBM em julho de 2016 por Marlon Clovis Medeiros e Fernando dos Santos Sampaio, docentes e pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), de Francisco Beltrão/PR. Os áudios foram disponibilizados pelos entrevistadores.

Oeste do Brasil, entretanto, no Sul, os produtores não gostam e sua utilização é baixa: “aqui ninguém fica com o papel, preferem ficar com a produção estocada e vender quando necessário”. Na Região Sul, a estrutura produtiva e fundiária, fundada na pequena propriedade mercantil, é um fator que dificulta a penetração dos títulos financeiros neste meio e, se o produtor não emite o título, o papel não vai para o mercado. Fernando Miorelli revela ainda que os custos das operações com títulos complicam sua negociação e, que nos últimos anos, o Banco do Brasil e o governo federal incentivaram o uso desses papéis para o financiamento do agronegócio, mas que não têm sido operados com tanta frequência entre os associados do oeste catarinense:

O produtor de milho e soja, se não precisa vender, deixa estocado na cooperativa e não faz papel nenhum. Ele vende na medida que compra insumos ou precisa de capital, assim, o pessoal tem resistência aqui para Região Sul a esse tipo de estrutura. E olha, nós tentamos! (MIORELLI, 2017).

Na C.Vale, um ponto abordado foi o custo para a emissão dos títulos. Nestor Waskiewicz, gerente financeiro da cooperativa, mencionou que a C.Vale domina o conceito de CPR, LCA e CRA, realizando estudos sobre os títulos, mas todos eles demonstraram-se, no período recente, mais caros do que as linhas de exportação:

O CRA, por exemplo, é muito burocrático, tem que divulgar a cooperativa, achar um investidor, pagar os serviços especializados que a lei exige. Então, quando soma tudo isso, os títulos acabam sendo mais caros do que linhas de exportação, a NCE e PPE com *swap* (WASKIEWICZ, 2018).

A C.Vale não possui dados históricos sobre a emissão e contratação de títulos, no entanto, entre janeiro e julho de 2018, já havia acumulado R\$ 130,6 milhões em CPR's.

A cooperativa Lar utilizou os instrumentos de crédito, como a CPR e LCA. Na entrevista com Marcelo Riedi, gerente financeiro da Lar, constatou-se que a cooperativa não faz a emissão de títulos no mercado de capitais, apenas emissão de CPR direcionada às instituições financeiras e, em alguns casos, as linhas de crédito para exportação têm lastros em LCA. Para Marcelo, o uso dos títulos financeiros trata-se de um novo

processo ou uma nova fase que as cooperativas agropecuárias estão passando:

Elas começam agora a estudar o mercado de capitais, a emissão de CRA e de títulos de dívida externa como uma alternativa à ausência de recursos subsidiados e demais linhas de crédito que estão se escasseando, como para giro no BNDES. O processo de transição deve ocorrer nos próximos dois anos, todas as grandes cooperativas têm estudos sobre a emissão de um CRA, por exemplo, mas existem desafios para as cooperativas. A relação entre cooperativa e instituição financeira é uma relação de confiança e parceria de longo prazo e está pautada em vários produtos. Eu tenho cobrança, eu tenho aplicações financeiras, tenho passivo e etc., ou seja, existe um relacionamento com o banco em várias frentes. Isso permite flexibilidade, por exemplo, no não cumprimento de um *covenants*, renovações de linhas e etc. O mercado de capitais é mais rígido. Ao acessar o investidor na outra ponta, você precisa criar métricas e atender os requisitos mínimos, como balanços auditados por grandes auditorias, periodicidade dessas auditorias, definição de alguns *covenants*, indicadores financeiros para acompanhamento disso e criar uma estrutura de relacionamento com o investidor. São pontos que não são exigidos nesse nível de complexidade em relação aos bancos. As cooperativas precisam se preparar para o mercado de capitais e todas elas vêm avaliando e analisando e é um processo ‘natural’ essa substituição de linhas subsidiadas por linhas do mercado, uma tendência. Para manter o mesmo nível de crescimento e manter as disponibilidades de capital de giro para as operações, é preciso suprir a ausência dos recursos subsidiados e a bancabilidade tem um limite. O acesso ao capital dos bancos, dependendo do tamanho da cooperativa, tem limite. É necessário acessar o mercado de capitais como uma fonte de crédito fora do balanço de endividamento. Nos próximos anos, vamos visualizar isso, só não vemos agora pois as cooperativas estão em fase de avaliação dessa operação (RIEDI, 2018).

A Agrária, por ter uma estrutura social de médio e grandes proprietários, apresentou um panorama diferente das demais cooperativas no que se refere ao uso de títulos. A cooperativa realizou a contratação de CPR, LCA e CRA junto aos bancos para captação de recursos para capital de giro e custeio. Mas, para Roger Biffi Vale, especialista da cooperativa, há restrições nos mecanismos privados de crédito, por exemplo, para a CPR é necessário deixar um produto vinculado de garantia e no LCA existe limites no volume de dinheiro que pode-se acessar. Em 2017, a cooperativa possuía contratado R\$ 10,3 milhões em LCA.

Na Coamo, os títulos financeiros do agronegócio não foram, no contexto recente, usados para captação de recursos. Relata Joel Makohin, gerente financeiro, que os custos desses títulos são elevados e a Coamo preferiu as linhas oficiais para custeio e capital de giro, complementadas pelas linhas de exportações (ACC). Apesar de ter estudado a possibilidade de negociar os títulos e o mercado estar oferecendo cada vez mais operações dessa natureza, os custos impedem com que os títulos financeiros sejam amplamente utilizados pela cooperativa.

Algumas cooperativas, como a Castrolanda, não utilizam os títulos financeiros devido à política de repassar aos bancos e as cooperativas de crédito a responsabilidade de financiar os produtores sócios, exigindo menos capital de giro dentro da cooperativa. Porém, como dito por Paulo Alberto Machinski, gerente financeiro da cooperativa, em 2016 a Castrolanda analisou a possibilidade de realizar emissão de títulos devido à escassez de crédito rural oficial e, dentro dos mecanismos de crédito privado, a cooperativa cogitou fazer CRA, mas nunca fez.

De acordo com informações obtidas nas entrevistas com a Frísia, a cooperativa utiliza da CPR como garantia financeira das duplicatas para produtores cooperados. Na cooperativa, essas duplicatas correspondem a títulos de crédito para a vendas de insumos aos cooperados a prazo e, de 2010 a 2017, movimentaram R\$ 626 milhões.

Com base nas informações coletadas em entrevistas e relatórios contábeis, pode-se alegar que o uso dos títulos financeiros (CPR, LCA, CRA e outros) por parte das cooperativas, mesmo aquelas mais adiantadas nesse sistema, ainda é baixo. Para capital de giro e custeio, as empresas estudadas acessaram, em primeiro plano, o crédito oficial, seguidas por linhas de exportação (antecipação do valor a receber), contratos com fornecedores e linhas de bancos privados. Os fatores determinantes para tal situação foram as taxas de juros atrativas do crédito público e o volume de capital disponibilizado. Nos títulos, os trâmites legais e burocráticos encareceram e dificultaram sua emissão e negociação. Ao mesmo tempo, a maioria das cooperativas por ser

constituída de pequenos produtores enfrentaram resistência quanto à utilização desses papéis. Para as cooperativas que atuam no Centro-Oeste do país, a utilização da CPR foi mais frequente na região, fato associado a estrutura produtiva de grandes proprietários.

Por outro lado, as operações de “troca” de insumo por produção ou contratos semelhantes foram comuns nas cooperativas. Esses contratos, também referem-se à entrega futura, todavia, não são negociados no mercado de títulos, formando os “contratos de gaveta”. Mesmo assim, a cooperativa necessita de capital de giro para realizar tal operação, conseguindo, na maioria dos casos, com o crédito oficial. Foi identificado também a parceira das cooperativas agropecuárias com as cooperativas de crédito ou bancos para o financiamento dos produtores, uma tendência crescente, algumas, inclusive, com a agência de crédito dentro da própria estrutura comercial.

5.4 Concentração de capitais e monopólio no cooperativismo agropecuário brasileiro

A concentração de capitais, integração ao sistema bancário e monopolização da produção são atributos do capitalismo financeiro e foram notados na recente promoção das cooperativas. Desde 2000, o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário é caracterizado por uma forte concentração da produção, capital, sócios e receitas nas grandes cooperativas agroindustriais, uma tendência ligada ao movimento de centralização ocorrido no agronegócio brasileiro, mas, com a diferença de que entre as cooperativas esse processo caracterizou-se pela dominância do capital nacional.¹³²

Em 2000, havia 1.411 cooperativas agropecuárias no Brasil, 831 mil produtores sócios e 108 mil empregados. Ao longo desta década, com o panorama político e econômico positivo, o cooperativismo expandiu-se e em 2008 o número de cooperativas já somava 1.615 instituições, com 968 mil produtores cooperados e 139 mil empregados. Entre 2000 e 2008, a elevação foi de 14% no número de cooperativas, 16% no número de sócios e 24% no número de empregados. Após 2008, sob o panorama de crise na economia mundial, que impactou a agricultura brasileira com a

¹³² Para Lênin (2008), o surgimento do monopólio devido à concentração da produção e de capitais é uma lei geral e fundamental da fase atual de desenvolvimento do capitalismo. Neste item, buscou-se analisar o crescimento do cooperativismo brasileiro dos últimos anos a partir das concepções de Lênin sobre capital financeiro e monopólio.

retração de crédito privado, queda dos preços agrícolas e de mercados, o cooperativismo agropecuário registrou os seguintes números em 2015: 1.555 cooperativas, 1 milhão de sócios e 189 mil empregados, assim, de 2008 a 2015, a alteração foi de -3,5% no número de empresas cooperativas, 5% no número de sócios e 40% no número de empregados.

O número de produtores sócios por cooperativa evoluiu de 589 por cooperativa em 2000, para 601 em 2008 e 654 em 2015 e o número de empregados por cooperativa evoluiu de 76 por cooperativa em 2000, para 83 em 2008 e 121 em 2015. Portanto, ao longo do século XXI e em especial após a crise de 2008, o desenvolvimento do cooperativismo tem-se caracterizado por um movimento de concentração, com a expansão de grandes cooperativas, que congregam um número maior de sócios e trabalhadores. O recente contexto do setor difere do movimento de concentração da década de 1990, quando a crise econômica impulsionou os processos de fusões e aquisições, com redução do número de cooperativas agropecuárias, mas, seguida de queda no número de sócios e empregados, perda de produção e de participação econômica do setor.

A **Tabela 81** exprime um grupo de dados socioeconômicos do cooperativismo nacional e das treze maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul nos anos 2000 e 2015, destacando a evolução da participação das maiores cooperativas nos indicadores do setor em nível nacional. O intuito da tabela é analisar o recente processo de expansão e concentração do cooperativismo agropecuário no Brasil, uma vez que as cooperativas Coamo, C.Vale, Aurora, Lar, Cocamar, Copacol, Agrária, Frimesa, Frísia, Castrolanda, Cooperalfa, Integrada e Coopavel, foram, no século XXI, responsáveis pela a maior parcela da produção, sócios, empregados, exportação e faturamento do setor, o que indica o elevado grau de concentração de capitais no setor.

A tabela reúne alguns dados que foram apresentados ao longo do trabalho e contribuem para identificar o processo de concentração dentro do cooperativismo agropecuário. No aspecto social, de 2000 a 2015, as treze maiores cooperativas sulistas aumentaram sua participação de 5,8% para 10,4% no número de sócios e de 21,9% a 43,1% no número de empregados, ou seja, quase metade de todos os empregados do cooperativismo agropecuário corresponderam a treze cooperativas.

Tabela 81. Indicadores socioeconômicos do cooperativismo agropecuário nacional e das maiores cooperativas da Região Sul – 2000 e 2015

	Treze Maiores Cooperativas do Sul		Cooperativas Agropecuárias do Brasil		Participação das Maiores Cooperativas	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Associados <i>Em Mil</i>	48,2	105,6	831,6	1.016	5,8%	10,4%
Empregados <i>Em Mil</i>	23,6	81,4	108,2	188,7	21,9%	43,1%
Receita <i>Bilhões de R\$</i>	4,9	48,9	13,5 ¹	105,0 ²	36,9%	46,6%
Exportação <i>Milhões US\$</i>	300	3.700	759	5.348	39,5%	69,2%
Armazenagem <i>Mil Ton.</i>	5.788	16.588	1.310	31.220	441%	53,1%
Soja <i>Mil Ton.</i>	3.469	11.166	32.821	95.434	10,6%	11,7%
Milho <i>Mil Ton.</i>	2.050	8.990	31.640	66.530	6,5%	13,5%
Trigo <i>Mil Ton.</i>	337	1.655	1.658	5.535	20,4%	29,9%
Aves <i>Milhões Cab.</i>	232	665	2.637	5.796	8,8%	11,5%
Suínos <i>Mil Cab.</i>	3.272	8.165	16.476	39.264	19,9%	20,8%
Leite <i>Milhões Litros</i>	549	1.370	12.108	24.062	4,5%	5,7%
Ativos <i>Milhões R\$</i>	2.570	35.940	9.300	-	27,6%	-
Crédito BNDES <i>Milhões R\$</i>	227,1 ³	2.016	607,7 ³	3.792	37,4%	53,2%

¹ Com base no faturamento da 99 maiores cooperativas agropecuárias do Brasil em 2000. ² Com base no faturamento das 70 maiores cooperativas agropecuárias do Brasil em 2015. ³ Refere-se aos valores de 2005. Fonte: Relatório de Anual da Coamo, Aurora, C.Vale, Cocamar, Lar, Copacol, Agrária, Frimesa, Castrolanda, Frísia, Cooperalfa, Integrada e Coopavel, 2000 e 2015; OCB, 2000 e 2015; MDIC, 2000 e 2015; CONAB, 2000 e 2015; BNDES, 2003 e 2015; GAZETA MERCANTIL, 2001; VALOR ECONÔMICO, 2016.

Nas receitas totais, as cooperativas selecionadas somaram 48,9 bilhões em 2015, cerca de 46,6% do faturamento do cooperativismo agropecuário nacional. Em 2000, a participação das treze cooperativas nas receitas do setor era de 36,9%. Nas vendas externas, dos US\$ 5,3 bilhões comercializados pelo cooperativismo brasileiro em 2015, cerca de US\$ 3,7 bilhões foram das cooperativas, equivalendo a 69% das vendas. Em 2000, a participação das maiores cooperativas das exportações setoriais era de 39,5%.¹³³

Na produção de soja, milho, trigo, aves, suínos e leite, foram comparados os números das treze maiores cooperativas com o total da produção nacional, pois não há dados do conjunto da produção do cooperativismo nacional em 2015 (os últimos dados da produção das cooperativas brasileiras são do Censo Agropecuário de 2006). Entre 2000 e 2015, as cooperativas ampliaram participação na produção: soja de 10,6% para 11,7%, milho de 6,5% para 13,5%, trigo de 20,4% para 29,9%, aves de 8,8% para 11,5%, suínos de 19,9% para 20,8% e leite de 4,5% para 5,7%. É relevante mencionar que, nesses produtos, a agropecuária brasileira teve grandes aumentos de produção desde 2000 e as maiores cooperativas registraram aumento da participação em todos os produtos. Na produção de trigo, historicamente vinculada ao setor, as cooperativas estudadas corresponderam a um terço da produção nacional em 2015.

Com relação a capacidade de armazenagem, foram utilizados os indicadores da CONAB e das cooperativas, que possuem divergência de números nos anos mais antigos. Em 2015, com os dados atualizados, o grupo de cooperativas selecionadas representou 53% de toda capacidade de armazenagem do setor no Brasil.

Contudo, dos indicadores sublinhados, aquele que mais interessa ao analisar concentração de capitais no cooperativismo é a tomada de recursos do BNDES. Em 2005, as treze maiores cooperativas acessaram R\$ 227 milhões com o banco, adquirindo 37,4% de todos os recursos destinados ao setor e, em 2015, as mesmas cooperativas tomaram para si R\$ 2 bilhões, cerca de 53% dos valores aplicados em todo o cooperativismo. No PRODECOOP e PROCAP-AGRO, as cooperativas

¹³³ Foi usado como referência o faturamento das 99 maiores cooperativas agropecuárias brasileiras em 2000 e das 70 maiores cooperativas em 2015. Não foram encontrados dados estatísticos sobre o faturamento total do setor no Brasil nos anos destacados. Com relação as exportações, foram comparados os dados disponibilizados pelas cooperativas e os dados oficiais do MDIC sobre as exportações do cooperativismo brasileiro.

financiaram R\$ 9 bilhões entre 2003 e 2016, de um total de R\$ 22,6 bilhões desembolsados pelos programas, ou seja, as treze cooperativas concentraram 40% dos recursos das principais políticas de crédito do cooperativismo no pós-2003. Ao passo que o valor médio financiado por sócio das cooperativas brasileiras no BNDES foi de R\$ 3.729 em 2015, o valor contratado pelas das treze maiores cooperativas foi de R\$ 19.093 por sócio.

Com base nos dados apresentados, é possível identificar o elevado grau de concentração no cooperativismo agropecuário, onde as treze maiores cooperativas do Sul representaram parte importante dos produtores sócios, empregados, receitas e produção. Dos dados comparados, o mais significativo foi a tomada de crédito no BNDES pelas grandes cooperativas, o que revela o elevado grau de centralização financeira no cooperativismo, tal como, o papel desempenhado pelo Estado no processo de concentração de capitais no setor.

Esse recente processo de concentração das cooperativas foi uma resposta ao movimento de concentração de capitais no agronegócio brasileiro, iniciado no final do século XX com a entrada de grandes grupos estrangeiros comerciais e agroindustriais e sujeitaram o setor a uma concorrência por produção, produtores e mercados.

As crises econômicas, na medida em que submeteram o setor as dificuldades econômicas, redução de mercado, aumento do custo de produção e capitalização, desempenharam um papel fundamental no processo de concentração de capitais no cooperativismo. Nesses contextos, as maiores cooperativas, com maior capacidade de produção, capitalização e gerencial, adquiriram as cooperativas menores que tiveram suas operações comprometidas pelo alto endividamento. Entretanto, enquanto na crise da década de 1990 as fusões e aquisições de cooperativas foram acompanhadas de redução de produção, produtores e receitas e aumento do endividamento, na crise global de 2008 e na recente crise política e econômica nacional (2016-2018), a redução do número de cooperativas tem sido acompanhada de aumento da produção e faturamento do setor. Vale lembrar aqui a resposta do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, quando foi questionado pela Revista Dinheiro Rural sobre a retração no número de cooperativas em 2010 e 2011: “Ou fecham ou acabam incorporadas por outras cooperativas. Vem acontecendo uma consolidação neste setor. Na disputa pelo mercado, a cooperativa funciona igual a uma empresa mercantil. A única diferença é que ela tem uma organização societária diferente. Mas, apesar da redução do número de cooperativas no Brasil, o número de associados e a participação das cooperativas no mercado agrícola vem aumentando.

Há alguns anos, elas respondiam por 40% da produção agrícola nacional e hoje essa fatia aumentou para 46%. O mercado brasileiro conta com dez milhões de cooperados em todos os treze setores, dos quais cerca de 970 mil somente nas cooperativas agrícolas, que empregam 156 mil pessoas” (DINHEIRO RURAL, 2012).¹³⁴

A mecânica do movimento de centralização no pós-2000 foi, por um lado, o processo de fusão/aquisição, onde cooperativas maiores e mais capitalizadas expandiram-se produtivamente e espacialmente através da aquisição de cooperativas ou empresas que estavam em dificuldade econômica ou descapitalizadas. Muitas associações de produtores, que foram absorvidas pelas grandes cooperativas agroindustriais, estavam em dificuldade de funcionamento desde a década de noventa, tendo adotado a estratégia de locar seus ativos, seguido de venda ou incorporação. Outra forma de centralização do cooperativismo foi pela expansão das cooperativas centrais, que passaram a unificar um grande volume de capital e de produção industrial, adquirindo maior capacidade de concorrência no mercado nacional e mundial.

Diante disso, defende-se que a concentração no cooperativismo foi “interno”, envolvendo a compra e venda de ativos entre o próprio setor, com fusões e aquisições entre as cooperativas e sem a participação do capital externo. Esse é um dos aspectos que diferenciam a centralização de capitais no cooperativismo e do restante do agronegócio brasileiro, uma vez que o primeiro se deu exclusivamente pelo capital nacional e o segundo com a participação do capital nacional e estrangeiro. As cooperativas que atingiram grau de grandes empresas do agronegócio nacional também expandiram-se pela aquisição de empresas privadas, não apenas cooperativas.

Nas treze maiores cooperativas agropecuárias do sul do país, houve exemplos importantes da estratégia de fusões e aquisições para expansão geográfica e produtiva:

Em número de operação, a Cooperalfa foi a associação que mais utilizou-se da estratégia de aquisição de outras cooperativas para promover sua expansão geoeconômica. Ao longo de sua história, foram adquiridas dez cooperativas, sendo a maior parte em Santa Catarina, onde a Cooperalfa tornou-se a maior cooperativa singular do estado. Além destas, a Cooperalfa usou a estratégia de locação e aquisição de ativos de

¹³⁴ Lênin (2008), indicou no início do século XX o papel das crises na concentração de capitais e monopólio: “as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas, aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio” (p.30).

empresas privadas, como o recente compra de sete unidades de grãos da empresa Sementes Estrela & Futuro Agrícola S.A.. A Coamo também promoveu com frequência a aquisição de cooperativas e desde sua fundação em 1970, anexou nove cooperativas (ou parte do ativo). A Aurora usou amplamente da tática de locação seguida de compra de unidades industriais e somente de 2013 a 2017, adquiriu seis frigoríficos de suínos ou aves de empresas privadas e cooperativas. A C.Vale adquiriu dezenove unidades de recepção e armazenagem de grãos da cooperativa Coopermibra, distribuídas nas regiões Centro-Oeste, Norte, Centro-Sul e Noroeste do Paraná em 2014 e adquiriu a empresa cerealista Marasca S.A. em 2015, ampliando sua área de atuação para dezoito municípios do Rio Grande do Sul. A Lar comprou em 2018 o frigorífico de aves de uma empresa privada, aumentando em um terço sua capacidade de abate. Na migração para o Centro-Oeste, algumas cooperativas agropecuárias do Sul adentraram na região através da aquisição de cooperativas locais.¹³⁵

Por outro lado, é importante lembrar que, além do processo de aquisição das cooperativas e fortalecimento das centrais, outra estratégia de expansão das cooperativas agroindustriais foi o crescimento “orgânico”, ou seja, oriundos de investimento na construção de agroindustriais e armazéns. Como apontado no Capítulo IV, esse tipo de expansão teve o apoio de políticas de crédito de longo prazo e juros baixos e, na medida em que os recursos foram concentrados nas grandes cooperativas, favoreceram a centralização de capitais dentro do setor.

Com maior acesso ao crédito público e a outras ferramentas de capitalização, as grandes cooperativas amplificaram ainda mais sua expansão, com construção ou aquisição de estruturas produtivas e comerciais. Além do mais, quanto maior o volume de recursos financeiros dispõe uma empresa, maior sua possibilidade de antecipar valores ou

¹³⁵ Azerêdo (2016) expõe que as estratégias das grandes cooperativas de expansão via aquisições ou incorporação de cooperativas gerou preocupação entre as cooperativas menores, cujos territórios de atuação estavam sendo ocupados pelas cooperativas agroindustriais. Para o autor, essa prática levou algumas cooperativas a registrarem queixa na OCEPAR, de forma que se chegou a um “acordo de cavalheiros” para conter a expansão geográfica de algumas cooperativas e que as cooperativas menores tivessem suas áreas de atuação respeitadas. Nos anos 2000, comparado com as décadas de oitenta e noventa, a aquisições entre as cooperativas reduziu, isso porque, ao iniciar o século XXI, a maior parte das cooperativas em dificuldade já havia sido adquirida ou anexada. Ressalta-se também, o fato de que após 2003, com a melhora nas condições de financiamento para infraestrutura, a maior parte das cooperativas optou pela construção de unidades novas, ao invés de adquirir armazéns sucateados.

insumos aos produtores, adquirir matéria-prima, barganhar com fornecedores, custear os processos industriais e negociar vendas internas e exportações. Nesse sentido, a capacidade financeira foi algo fundamental na recente expansão das maiores cooperativas do Sul do país e consequente concentração da produção.

Sobre a capacidade financeira das maiores cooperativas da Região Sul, a **Tabela 82** exibe os dados dos valores contratados com financiamentos; valores devidos a fornecedores, clientes e sócios e os valores a receber de clientes, fornecedores e associados. A tabela ajuda a ilustrar a capacidade de antecipar capital aos produtores sócios, fornecedores e clientes e a capacidade de endividamento com os bancos, clientes, fornecedores e associados, informações importantes para compreender a capacidade financeira das cooperativas.

Tabela 82. Capacidade financeira das maiores cooperativas agropecuárias do Sul – 2017

	Valores a pagar com financiamento a bancos	Valores a pagar a fornecedores, sócios e clientes	Valores a receber de fornecedores, sócios e clientes	Total
C.Vale	2.383	2.341	1.489	6.213
Coamo	1.546	2.347	1.925	5.818
Lar	2.168	905	1.271	4.344
Aurora	2.306	542	954	3.802
Agrária	1.357	653	781	2.791
Cocamar	1.217	539	559	2.315
Copacol	1.406	417	489	2.312
Integrada	941	367	664	1.972
Coopavel	801	444	376	1.621
Castrolanda	751	305	533	1.589
Frísia	519	397	602	1.518
Cooperalfa	381	311	440	1.132
Frimesa	624	219	246	1.089
Total	16.400	9.786	10.329	36.515

Valores em Milhões de R\$ Correntes. Fonte: Balanço Patrimonial das cooperativas, 2017.

O grupo de cooperativas exibidas movimentou em financiamentos e valores a receber e a pagar aos associados, fornecedores e clientes, R\$

36,5 bilhões em 2017. Esses valores fazem parte de diferentes operações dentro das cooperativas: investimentos produtivos, capital de giro, custeio, comercialização, antecipação de recursos aos produtores sócios, aquisição de matérias-primas e insumos, vendas no mercado interno e exportações. Ou seja, todo o processo produtivo da cooperativa depende da capacidade dela de endividar-se e antecipar recursos com os diversos agentes ao longo das cadeias produtivas do agronegócio. É justamente na capacidade financeira que as grandes cooperativas diferenciaram-se das demais associações.

O valor devido com financiamentos pelas cooperativas somou R\$ 16,4 bilhões, tendo a C.Vale apresentado a maior participação nesse aspecto, R\$ 2,38 bilhões em 2017, seguida pela Aurora, com R\$ 2,3 bilhões e Lar, com R\$ 2,1 bilhões. Referindo-se aos valores devidos aos sócios, fornecedores e clientes, as cooperativas somaram R\$ 9,7 bilhões, com a Coamo e C.Vale sobressaindo-se com R\$ 2,34 bilhões. E, por fim, sobre o valor a receber de sócios, fornecedores e clientes, o conjunto das cooperativas tinha R\$10,3 bilhões em 2017, onde a Coamo obteve crédito R\$ 1,9 bilhão, seguida da C.Vale e Lar, com R\$ 1,48 bilhão e R\$ 1,27 bilhão.

Em 2017, a Coamo antecipou cerca de R\$ 1,2 bilhão aos produtores associados, a Lar R\$ 719 milhões e a C.Vale R\$ 677 milhões. Isso significa que as cooperativas repassaram, através de insumos ou dinheiro, recursos aos produtores e estes ficaram na obrigação de entregar sua produção a associação. Desta maneira, a expansão espacial, social e produtiva está diretamente dependente da capacidade de aporte de capital que a cooperativa pode fazer aos sócios. Quanto maior a cooperativa, maior seu potencial de agregar novos produtores e mantê-los fidelizados.

Do outro lado, o valor antecipado aos clientes, com as vendas de produtos com pagamento estendido, é fundamental para as cooperativas expandirem receitas. No ano observado, a Aurora possuiu R\$ 823 milhões em créditos com clientes, a C.Vale R\$ 811 milhões e a Coamo R\$ 542 milhões.

Portanto, quanto maior a capacidade de endividamento da empresa, maior a possibilidade de ampliar as relações econômicas com associados, fornecedores e clientes e, quanto maior a cooperativa, maior será a necessidade de capital para manutenção de sua expansão produtiva e comercial e, assim, maior também será sua dependência das instituições financeiras. Na medida em que as treze cooperativas referidas agigantaram-se ao longo dos anos 2000, ficaram cada vez mais integradas ao sistema financeiro e à sua lógica de funcionamento.

Diante disso, desde o final da década de 1990, as maiores cooperativas brasileiras atuam com vistas ao mercado financeiro, buscando aliar o desempenho operacional – investimentos produtivos, ampliação da armazenagem, preços competitivos na compra da produção e venda de insumos, diversificação produtiva, assistência técnica e difusão tecnológica – que agrada os associados, fornecedores e compradores, com a performance financeira – formação de lucros, patrimônio líquido, fundos de reserva, sanidade financeira, redução das taxas de inadimplência, profissionalização da gestão e transparência de balanços contábeis – que buscam satisfazer, em primeiro plano, as exigências dos bancos, instituições financeiras e políticas de crédito.¹³⁶

Sob a lógica do capital financeiro, a gestão financeira tornou-se tão ou mais importante do que a gestão da produção, o que explica o fato de muitas cooperativas, apesar de funcionando operacionalmente, não possuírem condições de atuar por conta de problemas financeiros. Nesse sentido, todas as cooperativas agropecuárias que se tornaram grandes cooperativas industriais tiveram como diferencial a sua capacidade financeira, que envolvem o adquirir, o investir e o administrar o capital próprio e de terceiros.

A preocupação das cooperativas com as estratégias financeiras e gestão de capital pode ser observada nas mudanças e aperfeiçoamento da

¹³⁶ Lênin (2008) discorre que os bancos assumem um papel fundamental na economia monopolista, uma vez que “subordinam as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras – primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.” (p.35). A relação entre as grandes cooperativas e os bancos, principalmente os bancos públicos, é fundamental para compreender o processo de expansão das empresas. Mas, como observado no capítulo IV, uma parte considerável do capital para custeio e capital de giro utilizado pelas cooperativas é proveniente de linhas de curto prazo gerenciados por bancos comerciais e, mesmo os recursos públicos, tem participação importante dos bancos privados parceiros do BNDES. Por isso, é necessário ampliar a visão sobre a relação bancos-cooperativas e a concentração do setor, por exemplo, durante a crise de 2008, com a escassez do crédito no mercado, os bancos privados privilegiaram emprestar dinheiro para as maiores cooperativas, que possuíam melhores condições de enfrentar a crise e honrar os financiamentos.

gestão das instituições. Nas entrevistas com as gerências financeiras das cooperativas, foi possível constatar que muitas delas passaram, nos últimos anos, por processos de reestruturação organizacional com o objetivo de profissionalizar e aperfeiçoar a estrutura de gestão e preparar para o processo de sucessão na administração da empresa. Alguns dos gerentes entrevistados fazem parte de um novo grupo de dirigentes das cooperativas, que caracterizam-se pela profissionalização e experiência no mercado de capitais, sendo que o ingresso desses profissionais teve relação justamente com o novo posicionamento das cooperativas quanto a gestão e as estratégias financeiras.

5.5 Conclusão

A financeirização, compreendida neste capítulo como a integração das cooperativas com o mercado de capitais, seus agentes e mecanismos, foi uma realidade em todas as instituições e tende a crescer nos próximos anos, visto que o setor está inserido em um mercado – agronegócio – que cada vez mais utiliza das estratégias financeiras para se capitalizar, expandir a produção e a área de atuação, adquirir concorrentes, negociar a produção e, claro, aumentar seus lucros.

As principais estratégias financeiras utilizadas pelas maiores cooperativas agropecuárias foram a participação no capital de empresas ou cooperativas; aquisição de ativos financeiros de alta liquidez; compra e venda de produtos, principalmente grãos e moedas, no mercado futuro e em bolsas de valores; emissão e negociação de títulos financeiros do agronegócio e expansão geoeconômica através de fusão ou aquisição de outras cooperativas ou empresas. Outro dado importante sobre a crescente financeirização do setor foi o aumento nos lucros financeiros, que triplicaram entre 2007 e 2017, gerando importantes receitas para as cooperativas estudadas.

A aproximação das cooperativas com o mercado futuro, seja para negociação de moedas ou produtos agrícolas, para garantia de preços, realização de *hedge*, aquisição de matéria-prima ou outro, é talvez o aspecto mais importante da integração do setor com a dinâmica financeira, onde os produtos tornaram-se *derivativos* financeiros e sua variação de preço no mercado futuro interfere diretamente sobre a produção presente. Apesar de o mercado de *commodities* ser alvo de crescente especulação, em geral, a posição das maiores cooperativas sulistas foi para garantir níveis planejados de rentabilidade, assegurando níveis de preços e câmbio.

Com maior capacidade financeira, decorrente do maior acesso ao financiamento público e aos mecanismos de financeirização, as grandes cooperativas agroindustriais protagonizaram, ao longo dos anos 2000, o movimento de concentração da produção e centralização de capitais no cooperativismo agropecuário nacional, uma tendência que se acelerou após a crise de 2008. Com isso, cada vez mais a produção agrícola e industrial, faturamento, exportações, capacidade de armazenagem e crédito ficaram concentrados em grandes cooperativas.

Por fim, a ampliação das estratégias financeiras das cooperativas nos últimos anos teve sustentação na melhoria da gestão financeira, decorrente da profissionalização e modernização administrativa, que contaram, inclusive, com apoio estatal. Sob a lógica do capital financeiro, a gestão financeira tornou-se mais importante do que a gestão da produção, o que explica o fato de muitas cooperativas, apesar de operacionalmente funcionando, não terem condição de operar por problemas financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo agropecuário brasileiro é objeto de estudo desde a iniciação científica em 2009 e, portanto, ao defender a presente tese, passaram-se aproximadamente dez anos em que o desenvolvimento deste setor é alvo de observações e análises. Foi por causa dos estudos prévios, especialmente no decurso do mestrado, que pode-se constatar a importância do capital financeiro no recente período de expansão geoeconômica das cooperativas, uma temática que foi profundamente investigada, ao longo dos últimos quatro anos.

Em princípio, a pesquisa analisaria apenas o papel do capital financeiro público, ou seja, das políticas de crédito rural, na recente evolução do setor, entretanto, à medida que o trabalho foi sendo construído, verificou-se a necessidade de ampliar a discussão, incluindo a integração das cooperativas com o mercado financeiro e suas estratégias de financeirização. Assim sendo, o objetivo central da tese foi identificar a importância do capital financeiro público – políticas de crédito – e privado – mercado financeiro, seus instrumentos e sua dinâmica – na alavancagem geoeconômica das maiores cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil, após os anos 2000.

Apesar da compreensão de outros aspectos importantes para o crescimento das empresas cooperativas, como: a ampliação dos mercados interno e externo, evolução positiva dos preços das *commodities* agrícolas, melhora na infraestrutura comercial, desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade no campo e nas agroindustriais, a questão financeira, ou seja, sobre o acesso e a gestão do capital, foi julgada a mais relevante no entendimento do recente contexto de expansão cooperativismo brasileiro.

Em síntese, o crescimento das maiores cooperativas agropecuárias do Sul, nos anos 2000, ocorreu devido à expansão espacial e produtiva das empresas. Com a expansão espacial, houve maior capacidade de recepção e armazenagem de produtos agropecuários e, com a integração industrial, ocorreu agregação de valor as matérias-primas, que conduziram a um surpreendente crescimento no faturamento das cooperativas, de R\$ 4,9 bilhões em 2000 para R\$ 48,9 bilhões em 2015. Esse processo é conhecido como “alavancagem operacional” e refere-se à capacidade de uma empresa aumentar seu lucro e crescimento econômico através da atividade operacional. Nas cooperativas estudadas, o comércio de insumos, produtos agropecuários e agroindustriais originaram a maior parte das receitas e estruturaram sua alavancagem operacional.

No entanto, os financiamentos externos, contratados em instituições financeiras públicas e privadas, estiveram por detrás da grande inversão de capital para a construção de sistemas de armazenagem e industrialização. Entre 2000 e 2015, as cooperativas investiram em ativos reais cerca de R\$ 13 bilhões, fazendo que o Imobilizado das empresas aumentasse de R\$ 890 milhões para R\$ 10,5 bilhões no período. O volume de crédito contratado pelas cooperativas entre esses anos – investimento, custeio e capital de giro – aumentou de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 14,4 bilhões, evolução de 1.137%. Nessa perspectiva, os financiamentos externos precederam ao crescimento operacional, ou, dito de outra forma, a “alavancagem financeira” – tratada na contabilidade para designar a obtenção de recursos financeiros para realizar de determinadas operações, referindo-se, mais especificamente, ao retorno obtido por uma firma usando-se de empréstimos de capital – precedeu a “alavancagem operacional”.

Os dados apresentados na pesquisa evidenciaram que a expansão econômica das maiores cooperativas regionais foi acompanhada pelo endividamento, porém, diferente das décadas de oitenta e noventa, quando o elevado grau de endividamento comprometeu o funcionamento das empresas, o aumento nos passivos nos anos 2000 foi precisamente o motivo do crescimento das cooperativas. O caráter positivo do endividamento deve-se ao fato de que o capital externo foi empregado em investimentos produtivos e para ampliar as operações comerciais das empresas, tipificando-se como endividamento de longo prazo e juros baixos, ao contrário do cenário das décadas anteriores.

A própria gestão do capital, da escolha de qual tipo de investimento ou de qual o emprego para o capital externo, obedeceram aos critérios financeiros de rentabilidade e endividamento, o que leva a afirmação de que, apesar da expansão das cooperativas agropecuárias ter ocorrido pela produção e comércio, a dinâmica que conduziu todo esse processo foi a financeira.

Ao findar da pesquisa, a hipótese sugerida inicialmente, de que o capital financeiro foi o elemento determinante no recente processo de expansão produtiva e espacial das cooperativas agropecuárias, confirmou-se. Mais do que isso, com base nos estudos da evolução do setor nos últimos anos, é possível inferir que a aproximação das cooperativas com o mercado financeiro, seja para adquirir crédito, negociar a produção ou garantir níveis de preços, é uma tendência do desenvolvimento do cooperativismo nos próximos anos. Isto, porém, não eliminará o papel do Estado na capitalização das cooperativas e o

protagonismo das políticas de financiamento, com destaque para o BNDES, nos investimentos do setor.

Para alguns pesquisadores, o agigantamento das cooperativas agropecuárias e sua atuação cada vez mais integrada ao sistema financeiro é alvo de críticas, que vão desde “o afastamento da doutrina cooperativista” à “exploração dos produtores associados”. Na prática, as empresas cooperativas tornaram-se expressão do capital puramente nacional e, à medida que cresceram ao longo dos anos 2000, garantiram o desenvolvimento da agricultura nas regiões onde atuam (assistência técnica e difusão tecnológica), promoveram a capitalização dos produtores sócios (com apoio de políticas públicas, bancos e cooperativas de crédito), agregaram valor à produção (agroindustriais em diferentes cadeias produtivas) e fomentaram o desenvolvimento regional.

Ao atingir o grau de grande empresa capitalista, com milhares de produtores e de capitais centralizados em uma unidade, as cooperativas agroindustriais puderam concorrer e ter sucesso econômico num ambiente extremamente competitivo, cuja presença de grupos internacionais é crescente desde a década de 1990. Na Região Sul do Brasil e nas cadeias produtivas onde atuam as cooperativas, a presença de empresas de capital estrangeiro é limitada. Nas mesorregiões de produção agrícola no Paraná e Santa Catarina, a produção é quase que integralmente controlada por alguma cooperativa, que organiza, armazena, industrializa e comercializa.

Se para os concorrentes estrangeiros existe um complexo grupo econômico, com bancos internacionais, indústrias de insumos e tecnologia, cerealistas, agroindústrias e *tradings*, para as cooperativas agropecuárias formou-se também um “complexo produtivo-financeiro”, com políticas de crédito e bancos públicos (BNDES, BRDE e BB), órgãos representativos (OCB e OCEPAR), cooperativas centrais (para distribuição de insumos, desenvolvimento tecnológico e industrialização alimentar), cooperativas de crédito e, em alguns casos, *tradings* próprias. Ora, para entender a importância real do cooperativismo é necessário observar para além da relação entre cooperativa e produtor-sócio. Da mesma forma, para entender a expansão geoeconômica das cooperativas neste início de século é fundamental analisar, mais que os aspectos produtivos, a relação com o capital financeiro (políticas de crédito, bancos privados e públicos, cooperativas de crédito, mercado de capitais, títulos financeiros, bolsas de valores e mercado futuro e etc.).

Diante disso, o conjunto de informações da pesquisa possibilita sistematizar as seguintes conclusões sobre o capital financeiro e as cooperativas:

1. Capital financeiro público

As políticas de crédito rural, expressão do capital financeiro público, foram, seguramente, os fatores mais importantes para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário brasileiro após os anos 2000. As linhas de financiamento do SNCR e os programas do BNDES específicos às cooperativas atenderam diferentes demandas: crédito para renegociação de dívidas, custeio, comercialização, capital de giro e investimentos. As condições de prazos, carência, taxa de juros e a estrutura montada por bancos públicos que, desde o período da modernização agropecuária, ofertam crédito ao setor, favoreceram a hegemonia dos financiamentos públicos como principal fonte de capital externo nas cooperativas, mesmo nas grandes cooperativas agroindustriais.

No caso das maiores cooperativas da Região Sul, que tiveram sua relação com as políticas de crédito investigadas, o capital público formou a base da expansão produtiva – financiando a construção e modernização de indústrias, armazéns, prédios, granjas, máquinas e equipamentos – e espacial – ampliação do número de unidades de comércio, recebimento e armazenagem. Os recursos oficiais também foram protagonistas nos processos de fusões e aquisição de empresas e cooperativas, permitindo que as cooperativas estudadas ampliassem rapidamente a capacidade produtiva e área de atuação.

Foi nos anos 2000 que as cooperativas, amparadas pelo crédito oficial, concluíram todas as etapas das cadeias produtivas de grãos, aves, suínos e leite e ampliaram significativamente a abrangência geográfica. Entre 2000 e 2015, o volume de soja, milho e trigo recebido pelas treze cooperativas cresceu de 6 milhões de toneladas para 22 milhões de toneladas, o número de aves e suínos abatidos aumentou de 235 milhões para 673 milhões e o faturamento evoluiu de R\$ 5 bilhões para R\$ 49 bilhões. Na dispersão geográfica, as cooperativas ampliaram sua presença de 180 municípios em 2000 para 282 municípios em 2015 na Região Sul, além das unidades em outros estados, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e no Paraguai. No mesmo período, as contratações de financiamentos das treze cooperativas, apenas no BNDES, aumentaram de R\$ 142 milhões para R\$ 2 bilhões ao ano.

Os novos programas de crédito para o cooperativismo, no caso, RECOOP, PRODECOOP e PROCAP-AGRO, foram as principais políticas acessadas pelo setor nas duas últimas décadas e tornaram-se fundamentais, cada uma à sua maneira, para a expansão das cooperativas. Outras políticas de financiamentos gerais do agronegócio também contribuíram nesse processo, como o PRONAF, PCA, FINAME e PSI-

BK. As linhas de custeio para repasse, custeio agroindustrial e comercialização do SNCR garantiram que as cooperativas acessassem a produção primária e a industrializasse, que foi algo tão importante quanto o crédito para investimento.

Além da expansão geoeconômica, as políticas de crédito fomentaram a modernização na gestão das cooperativas, principalmente no que refere-se à administração do capital, alicerçando o crescimento ao longo dos anos 2000. Nesse sentido, merece destaque o RECOOP, cujo foco de atuação foi reestruturação financeira e a profissionalização dos dirigentes e gestores do setor, que na prática, tornou as cooperativas mais integradas à dinâmica do moderno agronegócio.

Da mesma maneira que os desdobramentos do RECOOP para o cooperativismo só foram observados após um longo período, os impactos do PRODECOOP e PROCAP-AGRO só serão integralmente compreendidos com o passar dos anos. De imediato, o que pode-se identificar é que o PRODECOOP foi a principal linha de crédito para investimentos industriais e comerciais do setor e que o PROCAP-AGRO foi fundamental para formação de capital de giro com custos baixos, alavancando os processos produtivos e reorganizando as finanças das cooperativas.

Os bancos públicos, em especial do BNDES e BRDE, foram os principais parceiros das cooperativas no financiamento dos investimentos, sendo o BNDES o responsável pela origem dos recursos e por operar as principais políticas de crédito para o setor. Os recursos oficiais para custeio e comercialização contaram com a participação dos bancos públicos e privados e notou-se a crescente presença das cooperativas de crédito no financiamento de sócios das cooperativas agropecuárias, repassando-lhes recursos públicos, como do PRONAF.

Respalhando-se nas entrevistas, no referencial teórico e na análise dos dados estatísticos, foram constatados dois momentos importantes da relação entre o capital financeiro público e o setor: em 2008 e 2009, em meio à crise financeira internacional, houve a escassez de crédito no Brasil e o Governo Federal, em uma atitude anticíclica, ampliou as linhas de financiamento às cooperativas, com mais recursos, finalidades e diminuição dos juros. A medida foi decisiva para que as empresas mantivessem as operações produtivas e comerciais e continuassem crescendo no momento da turbulência econômica global. Foi neste momento, por exemplo, que surgiu o PROCAP-AGRO para financiar o capital de giro e a reestruturação financeira das cooperativas. Esses incentivos creditícios ao cooperativismo agropecuário e a outros setores do agronegócio mantiveram-se até meados de 2015.

A partir de 2016, sob o contexto de crise econômica e política internas, ocorreu uma nova configuração na relação entre cooperativas e políticas de financiamento. Apesar de mantidos os programas de crédito, o Estado aumentou as taxas de juros do crédito ao mesmo tempo em que houve a queda na taxa de juros dos recursos livres. Esse fato, inédito na história do crédito rural, pressionou as cooperativas a buscar alternativas para capitalização, sobretudo para o capital de giro. Com o redimensionamento da taxa de juros oficial, as cooperativas agilizaram-se em obter capital de giro mais barato e, em alguns casos, para liquidar empréstimos do PROCAP-AGRO que tiveram seus encargos elevados. As cooperativas exportadoras buscaram, via mecanismos de antecipação de vendas, o capital para viabilizar os processos produtivos. Outras cooperativas passaram a estudar instrumentos financeiros como opção de crédito e a aplicar recursos próprios para se autofinanciar.

Entretanto, como não existem linhas de financiamentos no mercado para os investimentos de longo prazo, o aumento na taxa de juros dos programas governamentais fez com que algumas cooperativas suspendessem ou adiassem imobilizações, exceto as obras que já encontravam-se em andamento. Houve também, nesse sentido, a procura por programas de crédito com as taxas mais atrativas, como o PCA com juros de 6,5% ao ano.

Além da relação direta com a expansão geoeconômica do cooperativismo agropecuário, outro aspecto importante sobre a atuação do capital financeiro público é que, à medida que os desembolsos de crédito concentraram regionalmente e em grandes cooperativas, impulsionaram a centralização de capitais e monopolização da produção no setor. Pode-se creditar também ao poder público, a aproximação das cooperativas agropecuárias com o mercado de capitais, tanto pela regulamentação dos mecanismos de financiamento privados, como pelos incentivos para a utilização destas ferramentas. Assim, a própria aproximação das cooperativas com a dinâmica financeira foi fomentada pelo capital financeiro estatal.

Durante a crise do crédito rural oficial nos anos oitenta e noventa, discutia-se a tendência do Estado afastar-se gradualmente do financiamento agropecuário e o sistema financeiro seria encarregado pela capitalização do setor, o que, como o processo histórico mostrou, não ocorreu. Após 2003, o crescimento econômico nacional e a mudança no panorama político fizeram com que houvesse o reestabelecimento do SNCR, aumento no valor aplicado no crédito, redução da taxa de juros e ampliação geográfica e social dos contratos do crédito rural. No contexto atual, a tendência é que o crédito rural público mantenha-se como

principal fonte de capitalização das cooperativas e decisivo para sustentar o nível de investimentos do setor. Mais do que nunca, o papel do Estado é fundamental para a sustentação da estrutura produtiva e da competitividade do agronegócio nacional, tendo na política de crédito o seu principal mecanismo de intervenção.

2. *Capital financeiro e financeirização*

As cooperativas agropecuárias brasileiras possuem legislação própria que limita a atuação no mercado financeiro, contudo, acompanhando o movimento do agronegócio nacional desde a década de 1990, as cooperativas, sobretudo as grandes representantes do ramo, desenvolveram estratégias para a financeirização, com objetivos operacionais, para capitalização, ampliação do faturamento ou redução dos riscos – preços, juros, câmbio e etc. Pode-se citar, como evidências da crescente integração das cooperativas ao mercado financeiro, o uso de títulos financeiros do agronegócio, participações no capital de outras sociedades privadas ou cooperativas, emprego de instrumentos financeiros como *hedge*, investimentos em ativos financeiros, negociações de *commodities* e moedas no mercado futuro e a profissionalização da gestão financeira.

Nas décadas de oitenta e noventa, as principais estratégias financeiras das cooperativas estavam relacionadas aos processos de fusões e aquisições e na utilização da venda antecipada de produtos, por meio de mecanismos formais e informais. A partir dos anos 2000, a evolução do mercado financeiro no Brasil ampliou as possibilidades de integração das cooperativas com os mecanismos e instrumentos financeiros. Ao mesmo tempo, a modernização na administração das empresas contribuiu para o desenvolvimento de novas estratégias financeiras.

O crescimento dos investimentos das cooperativas no capital de outras sociedades é um indicador marcante da financeirização do setor. Além da estratégia tradicional de investimentos em cooperativas centrais e de crédito, as cooperativas adquiriram participações em sociedades privadas ou criaram suas próprias empresas privadas. Algumas cooperativas recorreram a essa estratégia para terceirizar atividades, como transportes (transportadoras), comércio (*tradings*), financiamento (cooperativas de crédito) e produção (*joint ventures* e centrais). Independente da finalidade do investimento – prestação de serviços aos cooperados, ampliação dos territórios de atuação, aquisição de novos mercados ou outra – na prática, as cooperativas obtiveram retornos financeiros importantes com a participação em outras sociedades.

O mesmo pode-se afirmar sobre os investimentos em títulos e ativos financeiros, que, na última década, aumentaram significativamente entre as cooperativas. A maior parcela do capital das cooperativas em ativos financeiros correspondeu à compra de títulos de baixo risco e alta liquidez, que proporcionaram remunerações melhores do que outros investimentos financeiros. Essas estratégias financeiras adotadas pelas treze cooperativas agropecuárias estudadas fizeram com que seus lucros financeiros evoluíssem de R\$ 490 mil em 2008 à R\$ 1,8 bilhão em 2016, somando R\$ 9,4 bilhões entre 2008 e 2017.

Tal como a direção da produção, a gestão financeira tornou-se central para o crescimento geoeconômico do setor e, deste modo, um elemento por detrás da integração das cooperativas à dinâmica financeira. Apesar do lucro oriundo das atividades financeiras corresponder a uma parcela muito pequena das receitas das cooperativas, a gestão financeira contribuiu para o bom funcionamento dos departamentos produtivos e comerciais, auxiliando na expansão econômica e geográfica das instituições.

A crise financeira internacional de 2008 foi um marco nas estratégias financeiras do setor. Com a situação imposta repentinamente pela crise, como a queda no preço das *commodities* e a variação brusca na taxa de câmbio e juros, as cooperativas passaram a preocupar-se mais com riscos financeiros de preços, juros e câmbio. Uma das consequências foi a crescente utilização dos instrumentos financeiros e do mercado futuro como mecanismo de segurança e garantia dos níveis planejados de rentabilidade. Notou-se que as cooperativas passaram utilizar-se cada vez mais do mercado futuro formalmente estabelecido em bolsas de valores para negociar produtos agrícolas e moedas.

Analisando sob uma ótica global, o próprio movimento do cooperativismo agropecuário foi conduzido, em grande parcela, pela dinâmica financeira. Na medida em que o agronegócio mundial passou a ser gradualmente influenciado pelo capitalismo financeiro nos últimos anos, as cooperativas, que não são isoladas, também reagiram ao desenvolvimento da financeirização. Entre 2000 e 2008, por exemplo, com a valorização dos preços das *commodities* agropecuárias, decorrente do aumento no consumo global e da migração de capitais para o mercado alimentar, as cooperativas beneficiaram-se, expandindo suas vendas e lucros e ampliando investimentos. Por outro lado, na crise financeira internacional de 2008, as cooperativas foram afetadas pela queda nos preços agropecuários, retração de mercados e pela oferta do capital.

Além de impactadas na questão dos preços, mercados e crédito, o recente movimento de financeirização da economia global, em específico,

o processo de concentração e centralização de capital, pressionou as cooperativas a ampliar as estratégias financeiras a fim de concorrer no mercado. Diante desse novo panorama imposto ao agronegócio, as cooperativas agropecuárias brasileiras adotaram a estratégia de monopolização da produção e centralização de capital, com um número cada vez menor de cooperativas controlando uma maior parcela de sócios, produção agropecuária, indústrias e exportações. O próprio acesso ao capital financeiro estatal, privado e a financeirização condicionaram o processo de concentração e centralização no cooperativismo, pois, concomitantemente ao seu maior acesso ao capital, as grandes cooperativa agroindustriais formataram estratégias de expansão produtiva, comercial e geográfica: aquisição de empresas e cooperativas, construção de agroindústrias e armazéns, ampliação do número de produtores cooperados e produção recebida, financiamento de atividades produtivas próprias e dos sócios, ampliação de mercados e etc.

Por fim, espera-se que a presente tese tenha respondido aos questionamentos propostos no início e no decorrer do trabalho e que auxilie e instigue outros estudantes em suas pesquisas correlatas.

REFERÊNCIAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2015**. São Paulo, 2015. 248 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/c59411a243d6dab1da8e605be58348ac.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

AGRÁRIA. **Relatório Anual, 2011 a 2017**. Guarapuava/PR, vários anos. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/relatorio_anual.php>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AGROPECUÁRIA CATARINENSE. **A força do cooperativismo**. EPAGRI, Florianópolis/SC, v. 18, nº.1, mar. 2005.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. **Notas sobre os determinantes teológicos do catching up: uma introdução à discussão sobre o papel dos sistemas nacionais de inovação da periferia**. Revista Estudos Econômicos, IPÊ/USP, São Paulo, v. 27, nº 1, p. 221-253, 1997.

ALMEIDA, Luciana Florêncio de; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos**. Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008.

ALMEIDA, Welington Soares de. **Massificação das operações do seguro rural: O grande desafio brasileiro**. Revista de Política Agrícola, v. 16, nº 4, out./dez. 2007.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. Diretoria de Planejamento, BRDE, nov. 2003.

AMSDEN, Alice H. **A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental**. Revista de Economia Política, Brasília/DF, v. 12, nº 1, p. 133-140, jan./mar. 1992.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Estatísticas**. 2016. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ANNUNZIATO, Frank. **Fordismo na crítica de Gramsci e na realidade estadunidense contemporânea**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v. 14, n° 28, p. 07-33, jul./dez. 1999.

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/distribuicao-e-revenda/transportador-retalhista>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

AOUN, Samira. **O financiamento do investimento na economia brasileira**. Textos para Discussão, IEA, São Paulo, n° 28, 2011.

ARAÚJO, Paulo F.C.; BARROS, Alexandre L. M.; Barros, José Roberto M.; SHIROTA, Ricardo. **Política de crédito para a agricultura brasileira: Quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 16, n°4, p. 27-51, out./dez. 2007.

ARAÚJO, Silvia Maria P. de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Projeto, 1982. 215 p.

AURORA. **Relatório Anual de 2000 a 2016**. Chapecó/SC, vários anos.

AURORA. **Demonstrações Financeiras de 2000 a 2016**. In Relatório Anual de 2000 a 2016. Chapecó/SC, vários anos.

AVICULTURA INDUSTRIAL. **Lar adquire Frigorífico Chapecó, em Cascavel, e pretende faturar mais R\$ 300 milhões ao ano**.

11/09/2018. Disponível em:

<<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/lar-adquire-frigorifico-chapeco-em-cascavel-e-pretende-faturar-mais-r-300/20180911-102942-x257>>. Acesso em: 10 set. 2018.

AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Agronegócio cooperativo da Coamo: Territorialização, poder e controle**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” – UNESP, São Paulo, 2016.

B3. Uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo. Disponível em:

<http://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012. 226 p.

BAIR, J. **Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward**. *Competition & Change*, v. 9, n. 2, p. 153-180, jun. 2005.

BALESTRO, Moisés Villamil; LOURENÇO, Luiz Carlos de Brito. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio. In: BUAINAIN, Antonio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José M.; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/DF: EMBRAPA, 2014. p. 241-266.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília/DF: BACEN, 1999-2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília/DF: BACEN, 2013-2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil e cooperativas**. *Revista de Política Agrícola*, Brasília/DF, v.13, n°. 4, p. 36-40, out./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/596>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BANCO DO BRASIL. **O crédito rural alavanca o agronegócio**. *Revista de Política Agrícola*, Brasília/DF, v. 13, n°. 4. p. 18-20, out./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/588/537>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: julho de 2016.

BANDEIRA, João Luciano. **A geografia econômica das sementes: dos grandes monopólios ao Sudoeste do Paraná.** 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão – UNIOESTE, PR, 2015.

BATAVO. **Relatório Anual: Balanço Geral, 2000 a 2013.** Carambeí/PR, vários anos.

BEKKUN, Onno van. **Las 100 principales cooperativas agroalimentarias del mundo.** Mediterráneo Económico, v. 24, p. 33-40, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.publicacionescajamar.es/pdf/publicaciones-periodicas/mediterraneo-economico/24/24-610.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. **Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira.** São Paulo, 2001.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Sistema de Crédito, Capital Fictício e Crise.** 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Sistema-de-Credito-Capital-Ficticio-e-Crise/7/17009>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BELISÁRIO, Ramon Gamoeda; NINAUT, Evandro Scheid; PRADO, Gustavo Rodrigues; MARTINS, Flávia de Andrade Zerbinato. **A agropecuária no contexto do cooperativismo: História e compromisso de desenvolvimento.** Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 14, n.º. 2, p. 70-77, abr./jun. 2005. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/538/488>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo.** Porto Alegre: Coojornal, 1980. 239 p.

BENETTI, Maria Domingues. **Análise da capitalização na sociedade cooperativa: exercício da transformação do paradoxo em senso comum.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 4, n.º. 1, p. 47-63, 1983. Disponível em:

<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/285/494>

. Acesso em: 10 jul. 2015.

BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão do comércio externo brasileiro?** Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre/RS, v. 34, nº. 1, p. 75-88, jul. 2006.

BENETTI, Maria Domingues. **Cooperativismo de crédito rural na falência do modelo brasileiro de financiamento à agricultura.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, 1991.

BENETTI, Maria Domingues. **Elementos para a discussão das relações entre Estado e Cooperativismo.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 5, nº. 2, p. 163-168, 1984.

BENETTI, Maria Domingues. **Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1974-83.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 6, nº. 2, p. 23-55, 1985.

BENETTI, Maria Domingues. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1999.** Documentos FEE nº. 61, Porto Alegre/RS, out. 2004. 173 p.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980.** FEE Teses, Porto Alegre/RS, nº. 5, 3ª impressão, set. 1992. 171 p.

BENETTI, Maria Domingues. **Proposta cooperativista de privatização do financiamento à agricultura brasileira.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 9, nº. 2, p. 159-169, 1988.

BERTOLUZZI, Franciane. **Relação entre os investimentos em TIC e a evolução patrimonial das cooperativas agropecuárias do Oeste do Paraná.** 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, UNIOESTE, Cascavel, 2016.

BERTON, Luiz Hamilton. **A gestão financeira das cooperativas paranaenses.** Revista FAE, Curitiba/PR, v.2, nº. 3, p. 39-45, set./nov.

1999. Disponível em:

<<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/518>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

BERTOLO, Luiz Antonio. **Introdução aos mercados futuros de commodities agropecuárias**. Disponível em:

<http://www.bertolo.pro.br/AdminFin/HTML/MERCADOS_FUTURO_S.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BM&FBOVESPA. **Estatísticas iBalcão**. Disponível em:

<<http://www.bmf.com.br/>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BNDES – **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**.

Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BNDES. **BNDES Transparência**. Vários anos. Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>>.

Acesso em: 10 jan. 2018.

BNDES. **O BNDES e a agroindústria**. Informe Setorial, Área Industrial, n.º. 2, jan. 2007.

BNDES. **Livro verde 65 anos: Nossa história tal como ela é**. Rio de Janeiro/RJ: BNDES, 2017. 333 p.

BONDE. **Cocamar arremata bens da Corol por R\$ 13 milhões em Londrina**. 12/02/2014. Disponível em:

<<https://www.bonde.com.br/economia/noticias/cocamar-arremata-bens-da-corol-por-r-13-milhoes-em-londrina-310506.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BOOTH, Wayne C.; Colomb, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução Henrique A. Rego Monteiro, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (org.). **Agronegócio Cooperativo – Reestruturação e estratégias**. Departamento de Economia Rural, UFV, Viçosa/MG, 2005. 305 p.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.781-4, de 4 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15/12/1998. Seção 1, p. 44.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1980.

BRDE. **Criação e consolidação de um grande projeto: BRDE 45 anos**. Revista Crescer, Edição Especial, nº. 35, jun. 2006.

BRDE. **Relatório de Administração, 2000 a 2016**. Curitiba, vários anos.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. **Rangel: Ciclos longos e dualidade**. Texto para Discussão 318, FGV-EESP, ago. 2012.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. 329 p.

BUAINAIN, Antonio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José M.; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século XXI**. Brasília/DF: EMBRAPA, 2014. 1182 p.

CANAL RURAL. **Governo de Santa Catarina busca ampliar sua armazenagem de grãos em 181 mil toneladas**. 2014. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/governo-santa-catarina-busca-ampliar-sua-armazenagem-graos-181-mil-toneladas-9500/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAPAL – **Capal Cooperativa Agroindustrial**. Disponível em: <<http://www.capal.coop.br/site/a-cooperativa.php>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CARVALHO, Flávio Leonel de; NETTO, Sigismundo Bialoskorski. **Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: Um estudo em cooperativas paulistas**. Organizações Rurais & Agroindústrias, Lavras/MG, v. 10, n.º. 3, 2008.

CASTROLANDA. **Relatório Anual, 2009 a 2017**. Castro/PR, vários anos. Disponível em: <<https://www.castrolanda.coop.br/relatorio-anual/2>>. Acesso em: junho de 2018.

CASTROLANDA. **Demonstrações Contábeis, 1999 a 2017**. Castro/PR, vários anos.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preços agropecuários. 2000 a 2017**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos. **Instrumentos financeiros. 2018**. Disponível em: <<https://www.cetip.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHANDLER, Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Editora FGV, Rio de Janeiro/RJ, 1998. 342 p.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 255 p.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, Campinas/SP, v. 4, n.º. 2, p. 1-30, dez. 1995.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: Estudo de casos na Cocamar e Copavi**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia da Produção, Programa de Pós-graduação de Engenharia da Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2006.

CHONCHOL, J. A **Soberania Alimentar**. Estudos Avançados, São Paulo/SP, v. 19, n°. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

COAMO. **Demonstrações Financeira, 2000 a 2017**. Campo Mourão/PR, vários anos. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/contabeis/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COCAMAR. **Informações Econômico-financeiras, 2000 a 2016**. Maringá/PR, vários anos.

COCAMAR. **Demonstrações Contábeis, 2000 a 2017**. Maringá/PR, vários anos.

COCAMAR. **Relatório Anual, 2014 a 2017**. Maringá/PR, vários anos.

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 10, n°. 3, p. 3-58, 2001. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237/200>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Capacidade Estática de Armazenagem**. Vários anos. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

COPACOL. **Relatório do Conselho de Administração, 2000 a 2017**. Cafelândia/PR, vários anos. Disponível em: <<https://www.copacol.com.br/copacol/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

COODETEC – **Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola**. Disponível em: <<http://www.coodetec.com.br/site.php>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

COONAGRO – **Cooperativa Agroindustrial Nacional**. Disponível em: <<http://coonagro.coop.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

COOPAVEL. **Relatório Anual, 2006 a 2017**. Cascavel/PR, vários anos. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/a-coopavel/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

COOPERALFA. **Relatório de Gestão, 2000 a 2017**. Chapecó/SC, vários anos. Disponível em: <<http://www.cooperalfa.com.br/relatorios-de-gestao-2>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

COOXUPÉ. **Relatório de Atividades, 2015 e 2017**. Disponível em: <<http://www.cooxupe.com.br>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

COPERSUCAR. **Relatório de Atividades 2015**. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Coleção Agricultura e Sociedade, ZAHAR Editores, Rio de Janeiro, 1982. 184 p.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. REVAN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1994. 212 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COTREFAL (LAR). **Relatório e Balanço, 2000**. Medianeira/PR, 2000.

COTRIBÁ. **Cooperativa Agrícola Mista General Osório**. 2017. Disponível em: <<http://www.cotriba.com.br/index.php/institucional/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

C.VALE. **Relatório, 2000 a 2017**. Palotina/PR, vários anos. Disponível os Relatórios de 2008 a 2017 em: <<http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2017/anosanteriores.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?** RAE – Revista de Administração de Empresas, abr./jun. 1999.

DANTAS, Alexis; JABBOUR, Elias. **Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignácio Rangel**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v.31, n°. 61, p.33-66, jan./jun. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985. 237 p.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142 p.

DELGADO, Guilherme Costa. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados, São Paulo/SP, v. 15, n.º. 43, p. 157-172, set./dec. 2001.

DELGADO, Nelson Giordano. **Capitalização e crescimento em uma grande cooperativa no Paraná: o caso da Cocamar – 1969-81**. Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 4, n.º. 1, p. 65-89, 1983.

DENACOOOP. **Evolução do cooperativismo no Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Brasília, 2006. 124 p. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/evolucao-do-cooperativismo-no-brasil.pdf/view>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

DICKEN, Peter. “Nós somos o que comemos”: a indústria agroalimentar. In: DICKEN, Peter **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. 5ª ed. Bookman, 2010. p. 374-407.

DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. 5ª ed. Bookman, 2010. 631 p.

DINHEIRO RURAL. **Entrevista Marcio Lopes de Freitas**. Revista Dinheiro Rural, n.º 98, Edição 01/12/2012. Disponível em:

<<https://www.dinheirorural.com.br/secao/entrevista/entrevista-marcio-lopes-de-freitas>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. In: **A transição do feudalismo para o capitalismo**, 5º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 209-214.

DOLAN, C.; HUMPHREY, J. **Governance and trade in fresh vegetables: the impact of UK supermarkets on the African horticulture industry**. *The Journal of Development Studies*, v. 37, n.º 2, p. 147-176, dec. 2000.

DREIFUSS, Rene Armand. A economia global. In: DREIFUSS, Rene Armand. **A época das perplexidades**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Cap. 5. p. 178-237.

EGLER, Cláudio A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESPÍNDOLA, Carlos José (org.). **Estruturas e estratégias geoeconômicas: Estudo de cadeias produtivas específicas**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017. 224 p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **A incorporação das duas macroformações sócioespaciais do Sul do Brasil**. XXI Coloquido de Geocrítica, Bogotá, Colômbia, 2012. 17p. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-C-Espindola.pdf>
Acesso em: 12 jun. 2015.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne no Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias**. *Revista Princípios*, Editora Anita Garibaldi, ed. 125, p. 44-49, jun./jul. 2013.

ESPÍNDOLA, Carlos José; FRESCA, Tania M.; MARTINS, Cesar M.; SAMPAIO, Fernando S.; BASTOS, José Messias. **Formações sócio-espaciais: progresso técnico no espaço urbano e agrário**. *Revista da ANPEGE*, v.12, n.º 8, p.137-161, 2016. Disponível em: ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/6398/3352.
Acesso em: 20 jan. 2017.

ESPÍNDOLA, Carlos José; MARTINS, César Augusto Avila. **Brasil: Temas de Geografia Econômica**. Rio Grande do Sul: Editora FURG, 2015. 202 p.

EW, Aní Reni. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: estudos de caso – década de 90**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Rural, PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

EXAME. **Maiores e Melhores**. Vários anos. Disponível em: <<http://mm.exame.abril.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

EXAME. **Perdígão conclui compra da Batávia por R\$ 155 mi**. 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/perdigao-conclui-compra-da-batavia-por-r-155-mi-m0144947/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

EXPOCACCER. **Relatório de Atividades 2016**. Disponível em <<http://www.expocaccer.com.br>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

FAJARDO, Sérgio. **A participação da Cooperativa COCARI no Setor Agroindustrial na Década de 1990**. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Niterói/RJ, 2009,. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/trabalhocompletos/sergiofajardo.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FAJARDO, Sérgio. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. 2007. 381 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente/SP, 2007.

FAJARDO, Sérgio. **Estratégias da cooperativa Cocamar no setor agroindustrial**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária, v. 4, nº. 7, p. 86-111, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11889/6953>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

FAO. **Bando de dados – FAOSTAT**. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/download/T/TP/S>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FARIAS, Fernando. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2015.

FARIAS, Fernando; ESPÍNDOLA, Carlos José. **O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v.31, n°. 61, p. 33-66, jan./jun. de 2016.

FARINA, Elizabeth (coord). **Estudos de caso em agrobusiness**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.

FECOAGRO/RS. **Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em: <<https://www.fecoagrors.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

FERRINHO, Homero. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Lisboa: Clássica, 1978. 222 p.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Cadeias globais de valor**. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/pt-br/cadeias-globais-de-valor>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FILHO, Miguel H. da Cunha; PINHEIRO, José César V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro**. SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. Teses 11, São Paulo: Ed. Global, 1983. 152 p.

FOLHA DE LONDRINA. **Cooperativas reúnem bancada para pressionar governo sobre Recoop**. 2000. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/cooperativas-reunem-bancada-para-pressionar-governo-sobre-recoop-256337.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FOLHA DE LONDRINA. **Fusão Corol, Cocamar e Cofercatu é aprovado por unanimidade**. 12/06/2010_ Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/fusao-corol-cocamar-e>>

[cofercatu-e-aprovada-por-unanimidade-717079.html](#)>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FOLHA DE LONDRINA. **Fusão entre Cocamar Corol está congelada**. 03/06/2011. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/fusao-entre-cocamar-e-corol-esta-congelada-753148.html>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FOLHA DE LONDRINA. **Recoop vai injetar R\$ 4 bilhões para sanear cooperativas**. 1998. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/recoop-vai-injetar-r-4-bilhoes-para-sanear-cooperativas-84742.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso COTRIJUÍ**. Ijuí: FIDENE, 1982. 249 p.

FREEMAN, C. **La teoría económica de la innovación industrial**. Madrid: Allanza Editorial, 1975.

FRIMESA. **Relatório Anual, 2000 a 2017**. Medianeira/PR, vários anos. Disponível em: <<http://www.frimesa.com.br/pt/imprensa>>. Acesso em: mar. 2018.

FRÍSIA. **Relatório Anual, 2014 a 2017**. Carambeí/PR, vários anos. Disponível em: <<http://www.frisia.coop.br/pt-BR/cooperativa/Paginas/relatorio-anual.aspx>>. Acesso em: mar. 2018.

FRONZAGLIA, Thomaz. **Governança corporativa em cooperativa agroindustrial: estudo de caso da CAROL**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 35, nº 12, p. 38-51, dez. 2005.

GALLAS, Alfredo O. G.; GALLAS, Fernanda Disperati. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva**. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GASQUES, José G.; REZENDE, Gervásio C.; SALERMO, Mario Sergio; CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R.; CARVALHO, João Carlos de S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Texto para discussão, N°1009, IPEA, Brasília, fev. 2004.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **A Agricultura Brasileira Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília/DF: IPEA, 2010. 293 p.

GATTI, Elcio Umberto; VIEIRA, José Luiz Teixeira M.; Silva, Valquíria da. **Análise do perfil distributivo do crédito rural no Brasil, 1969-90**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 40, n°. 1, p. 65-99, mar. 1993. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1281>. Acesso em: jun. 2015.

GAUCHAZH. **Cotrijui: de ícone do agronegócio à liquidação judicial**. 02/02/2018. Disponível em :<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/02/cotrijui-de-icone-do-agronegocio-a-liquidacao-judicial-cjd67aq3n06i601phrz7aakzv.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GAVA, Eloy. **Análise da administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, Estado do Espírito Santo**. 1972. 388 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 1972.

GAZETA DO POVO (Paraná). **A fênix do cooperativismo**. 08/07/2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/columnistas/giovani-ferreira/a-fenix-do-cooperativismo-e26ibtms2ushx6tu71n9o8px/>>. Acesso em: 24 de set. 2018.

GAZETA DO POVO (Paraná). **Coodetec é vendida para multinacional norte-americana**. 02/07/2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/coodetec-e-vendida-para-multinacional-norte-americana-2kiian1bcguxwujtw6hmtne2w/>>. Acesso em: 12 de set. 2018.

GAZETA MERCANTIL. **Balanco Anual**. São Paulo: Editora Jornalística Gazeta Mercantil, vários anos.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MANTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p.

GEREFFI, G. A.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. **The governance of global value chains**. Review of International Political Economy, v. 12, nº. 1, p. 78-104, 2005.

GEREFFI, G; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. Introduction: global commodity chains. In: GEREFFI, G; KORZENIEWICZ, M. (eds.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994. p. 1-14.

GERMER, Claus M. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social**. Crítica Marxista 29, São Paulo: Ed. Unesp, p.75-95, 2009.

GERMER, Claus M. **O sistema de crédito e o capital fictício em Marx**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 15, nº. 1, p. 179-201, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas: São Paulo, 1994.

GIMENES, Régio M. T.; GIMENES, Fátima Maria Pegorini; GOZER, Isabel Cristina. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais**. XLVI SOBER, Rio Branco/Acre, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

GIMENES, Régio Márcio Toesca. **Agrobusiness cooperativo: viabilidade econômica da abertura direta do capital pela emissão de debêntures**. 2004. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia da Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2004.

GIMENES, Régio Márcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. **Agronegócio cooperativo: A transição e os desafios da competitividade**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, nº.1, jan./jun. 2006.

GIMENES, Régio Márcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. **Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro.** Rev. econ. Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 10, n°. 2, p. 389-410, mai./ago. 2006.

GIMENES, Régio Márcio Toesca; SOUZA, Almir Ferreira de. **Abertura direta do capital das cooperativas agropecuárias pela emissão de títulos de dívida.** Revista GEPEC, v. 10, n°. 1, p. 131-152, jan./jun. 2016.

GLOBO RURAL. **Cooperativas pedem passagem.** Editora Globo, São Paulo, Ano 18, n°. 213, jul. 2003.

GOMES, Terezinha Fernandes; GIMENES, Régio Márcio Toesca; GOZER, Isabel Cristiana; GIMENES, Fátima Maria Pegorini; CAMPOS, Gervaldo Rodrigues. **Reflexões sobre o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento da agricultura brasileira.** UNIPAR, Umuarama/PR, 2005.

GONÇALVES, José Sidnei. **A questão agrária nos clássicos revisada: as ideias, seu tempo e seu lugar.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 23, n°. 8, p. 01-11, ago. 1993.

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 35, n°. 4, abr. 2005.

GONÇALVES, José Sidnei. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura.** Relatório de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1987. 47 p.

GONÇALVES, José Sidnei. **Crise Agrária no Desenvolvimento Capitalista: fugindo da aparência na busca da essência.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 33, n°. 11, p. 61-87, nov. 2003.

GONÇALVES, José Sidnei. **Transformações econômicas recentes e necessidade de reorganização da economia aplicada à agricultura: texto para discussão.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 24, n°. 11, p. 35-40, nov. 1994.

GONÇALVES, José Sidnei; FERREIRA, Luis Gustavo. **Dívida do crédito rural e fracasso dos resultados das sucessivas renegociações.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 40, nº. 8, p. 40-61, ago. 2010.

GONÇALVES, José Sidnei; FONSECA, Maria da Graça Derengowski. **Financiamento do Investimento da Agroindústria e Agropecuária: Análise de dois Planos Governamentais Recentes.** Informações Econômicas. São Paulo, v. 25, nº. 6, p. 1-17, jun. 1995. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

GONÇALVES, José Sidnei; MARTIN, Nelson Batista; RESENDE, José Venâncio; VEGRO, Celso Luis R. **Novos títulos financeiros do agronegócio e novo padrão do financiamento setorial.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 35, nº.7, p. 63-90, jul. 2005,.

GONÇALVES, José Sidnei; MARTIN, Nelson Batista; SOUZA, Sueli Alves Moreira. **Financiamento do Agronegócio: um crédito ao futuro.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 31, nº. 2, p. 48-54, fev. 2001.

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola: Uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).** Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 41, nº. 2, p. 57-87, 1994.

GONÇALVES, José Sidnei; VICENTE, José Roberto. **Agregação de valor nas exportações do período de 1997-2011: São Paulo agroindustrial-exportador num Brasil primário-exportador.** IEA, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/comex/ATT00018.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Restrições financeiras em cooperativas agropecuárias brasileiras.** Revista Economia, Brasília/DF, v. 13, nº. 3, p. 647-670, set./dez. 2012.

GONTIJO, Cláudio. **A revolução agrícola no Brasil: Singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira 1850-1930.** Revista de Economia Política, v. 8, nº. 2, abr./jun. 1988.

Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/30-5.PDF>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

GRAMACHO, Amilcar. **A política de garantia de preços mínimos e o sistema cooperativo brasileiro**. Revista de Política Agrícola, v. 2, n.º. 3, p. 10-12, 1993. Disponível em:

<<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/765/722>>.

Acesso em: 10 fev. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n.º. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto; PAULA, Sérgio Roberto; FILHO, Paulo Faveret; LIMA, Eriksom Teixeira. **O BNDES e a agroindustrial nos anos 90**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.º 13, p. 157-190, mar. 2001.

HADDAD, Fernando. **Sindicalismo, cooperativismo e socialismo**. In: Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, abr. 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Haddad.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2015.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 348 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: vários anos.

IBGE. **SIDRA: Indicadores da Agropecuária**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1941/1945**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

INTEGRADA. **Demonstrativos Contábeis, 2000 a 2008**. Londrina/PR, vários anos.

INTEGRADA. **Relatório Anual de Atividades, 2009 a 2017**. Londrina/PR, vários anos. Disponível em: <<http://www.integrada.coop.br/relatorio-atividades.xhtml>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

IPARDES. **Cooperativas de produção agropecuária no Paraná**. Curitiba/PR: Diagnóstico e análises, 1974. 535 p.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Banco de dados**. 2014. Disponível em: <www.ipedata.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2014.

ITAMBÉ. **Linha do Tempo**. Disponível em: <<https://www.itambe.com.br/portal/institucional/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 254 p.

JUNIOR, Hugo Crespi; PEREIRA, Luis Carlos Jacob. **Quais são os fatores determinantes para as cooperativas agropecuárias fazerem hedge? Um ensaio teórico**. Prát. Cont. Gestão, São Paulo, v. 2, n°. 1, p. 62-84, dez. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

KIM, Linso; NELSON, Richard R. (org.). **Tecnologia, aprendizado e inovação: As experiências das economias de industrialização recente**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006.

KIM, Linsu. **Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnologia da Coreia**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2005. p. 388.

KONDRATIEV, Nicolai D. **Los grandes ciclos de la vida economica**. The Review of Economic Statistics, v. 37, n°. 6, nov. 1935.

KOSLOVSKI, João Paulo. **Cooperativismo paranaense: experiência, resultados e propostas**. 1ª Ed. Curitiba/PR: OCEPAR, 2018. 288 p.

KUHN, Míriam Jardim. **Um panorama regional das cooperativas de produção no Rio Grande do Sul - 1980-90**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre/RS, v. 23, nº. 1, p. 280-305, 1995.

LAR. **Relatório e Balanço, 2001 a 2017**. Medianeira/PR, vários anos. Disponível os Relatórios de 2006 a 2017 em: <<http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LAZZARI, Martinho Roberto. **Safra 2004/05 de grãos de verão do RS: produção e preços em baixa**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre/RS, v. 33, nº. 2, p. 47-64, set. 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (coleção alicerces)

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2008. 130 p.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teoria do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para Discussão nº 358, UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte/MG, set. 2009.

LOPES, Ignez Vidigal; LOPES, Mauro de Rezende; BARCELOS, Fábio Campos. **Das políticas de substituição das importações à agricultura moderna do Brasil**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 16, nº. 4, p. 52-85, out./dez. 2007.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. 155 p. (Coleção teoria e práticas sociais)

MAFIOLETTI, Robson Leandro. **Análise econômica-financeira comparativa de diferentes projetos de investimento em**

agroindústrias de cooperativas no âmbito do PRODECOOP.

Curitiba: Relatório técnico da OCEPAR, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.º 3, p. 63-154, jul./set. 1965.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de Geografia Econômica e de pensamento geográfico**. Livre Docência, FFLCH, USP, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v. 2, n.º 3, p. 63-71, jan./jun. 1987.

MAMIGONIAN, Armen. **Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v. 14, n.º 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro**. GEOSUL, Florianópolis/SC, v. 14, n.º 28, p. 158-164, jul./dez. 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis/SC, v. 1, n.º 2, p. 38-48, jan. 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23606/21237>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização**. Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1990.

MAPA – **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**.

Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/acessoainformacao/estatistica>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MAPA. **Estatísticas e dados básicos da economia agrícola**. Secretaria de Política Agrícola, Departamento de Economia Agrícola, Coordenação Geral de Análises Econômicas, mar. 2015.

MAPA. **Plano Agrícola e Pecuário**. Brasília/DF, vários anos.

Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 291 p.

MARQUES, Pedro Valentim; MELLO, Pedro Carvalho de; FILHO, João Gomes Martines. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, Série Didática nº D-129, Piracicaba/SP, 2006. 333p.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2005. Cap. 2. p. 57-75.

MARTINELLI JR, Orlando. **As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos**. Pesquisa e Debate, São Paulo, v. 10, nº. 1, p. 5-40, 1999.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012. 353 p.

MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 1983.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

MARX, Karl. **O Capital**. v. 2, Livro 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: O processo de produção do capital**. v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MAUE – **Geradora e Fornecedora de Insumos**. Disponível em: <<http://www.maue.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MCR – **Manual do Crédito Rural**, BACEN, vários anos. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>> Acesso em junho de 2016.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas do comércio exterior**, vários anos.

MEDEIROS, Marlon C. **Estado, capital financeiro e agricultura no Brasil atual**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente/SP: UFGD Editora, p. 6223-6232, 2015.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia do consumo de alimentos e a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro**. Cadernos Geográficos, CFH/UFSC, Florianópolis/SC, nº. 23, set. 2010. 92 p.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Capital financeiro e o mercado mundial de produtos agrícolas. In: ESPÍNDOLA, Carlos José; MARTINS, César Augusto Avila. **Brasil: Temas de Geografia Econômica**. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2015. Cap. 1. p. 13-42.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **As bases teóricas para interpretação do papel do capital financeiro na agricultura**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2017. 34 p.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **Novas dinâmicas do capital financeiro na agricultura brasileira**. Revista Princípios, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, nº 125, p. 40-43, jun./jul. 2013.

MEDEIROS, Marlon Clovis; SAMPAIO, Fernando dos Santos. Notas sobre a utilização de dados estatísticos na pesquisa em geografia agrária. In: GONÇALVES, José Sidnei et all. **Dossiê questão agrária e agricultura**. Anais de Geografia Econômica e Social, Florianópolis/SC, nº 4, jul. 2012. p. 315-319.

MORASCO, Fernanda. **O cooperativismo de crédito em Santa Catarina**. Monografia, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, ago. 2007.

NAVARRO, Zander Soares de. Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GAQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília/DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado financeiro**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. 381 p.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **A nova geração de cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais**. Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares, Ribeirão Preto/SP, 1999.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Cooperativas agropecuárias no estado de São Paulo: uma análise da evolução da década de 1990**. Informações Econômicas, São Paulo, v.5, n.º. 8, p. 7-17, ago. 2005.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Tendências do cooperativismo agropecuário no mundo e os desafios para o Brasil**. Especial Cooperativismo, OCB, p. 24-26, jul. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/26881/25754>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias**. RER, Rio de Janeiro, v. 45, n.º. 1, p. 119-138, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n1/06.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

NETO, Sigismundo Bialoskorski; CHADDAD, Fabio Ribas. **Estrutura de Propriedade e Finanças em Cooperativas Agropecuárias: um ensaio comparativo sobre a influência do ambiente institucional no Brasil e nos Estados Unidos**. XLII SOBER, Ribeirão Preto/SP, p. 1-20, 24 a 27 de julho de 2007.

NEVES, Mateus de Carvalho R.; BRAGA, José M. **Eficiência financeira e operacional em cooperativas participantes do programa de capitalização de cooperativas agropecuárias (PROCAP-AGRO)**. Organização Rurais e Agroindustriais, Lavras/MG, v. 17, n.º. 3, p. 285-301, 2015.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. **Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 38, n.º. 8, p. 43-55, ago. 2008.

NINAUT, Evandro Scheidt; PRADO, Gustavo Rodrigues; MATOS, Marcos Antonio; MARTINS, Flávia de Andrade Z. **Panorama e propostas do sistema cooperativista**. Revista Agroanalysis, Especial OCB, p. 46-48, jun. 2009.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

OCB. **As cooperativas na balança comercial brasileira**. Brasília/DF: OCB, 1986. 98 p. (Cadernos Econômicos)

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB/GERMEC, vários anos.

OCDE-FAO. **Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024**. Relatório Perspectivas Agrícolas 2015-2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en>. Acesso em: 25 nov. 2015.

OCEPAR – **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**. Curitiba/PR. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

OCEPAR. **A reorganização do cooperativismo no Paraná**. Revista Paraná Cooperativo, Curitiba/PR, p. 10-29, jul./ago. 2006.

OCEPAR. **Agronegócio: Insumos e fatores de produção na agricultura brasileira**. Curitiba/PR: OCEPAR-FECOOPAR-SESCOOP/PR, 2008. 170 p.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Curitiba/PR: OCEPAR, vários anos.

OCERGS. **Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS. Disponível em: <<http://www.ocergs.org.br>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

OCERGS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Porto Alegre/RS: OCERGS-SESCOOP/RS, 2015 a 2017. Disponível em: <<http://www.sescoopr.rs.coop.br/publicacoes/revistas-e-manuais/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

OCESC. **O cooperativismo catarinense**. 4ª ed. Florianópolis: OCESC, 2000. 31 p.

OCESC. **Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ODIARIO. **Fusão Cocamar-Corol sob ameaça**. 2013. Disponível em: <<https://maringa.odiario.com/parana/2013/04/fusao-cocamar-corol-sob-ameaca/737413/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade Nacional de Colômbia, Bogotá, p. 1-15, 7 a 11 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

OLIVEIRA, Daen Gomes de. **COAMO E COAGEL: Expansão e formação do cooperativismo agroindustrial na mesorregião Centro Ocidental do Paranaense**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1159/1/Dean.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Clesiane. CARVALHO, Glauco Rodrigues. **Financiamento da agricultura brasileira: os novos instrumentos de captação de recursos privados**. XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”,

Fortaleza/BH, p. 1-16, 23 a 27 de julho de 2006. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/118506/1/4387.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PACK, Howard. A pesquisa e o desenvolvimento no processo de desenvolvimento industrial. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard (orgs.). **Tecnologia, aprendizado e inovação: As experiências das economias de industrialização recente**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006. p. 101-125.

PADILHA, Wilian. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, PPGG/UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR, fevereiro de 2014.

PADILHA, Wilian. Títulos financeiros e agricultura brasileira no século XXI. In: ESPÍNDOLA, Carlos José (org.). **Estruturas e Estratégias Geoeconômicas**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017. p. 205-222

PANZUTTI, Ralph. **Sistema financeiro e cooperativas agrícolas**. Apresentação Oral SOBER, Universidade Paulista, São Paulo, p. 1-20, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/634.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PARANÁ COOPERATIVO. **Cocamar: Investimento soma mais de mais de meio bilhão de reais em quatro anos**. Curitiba/PR, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/116202-cocamar-investimento-soma-mais-de-mais-de-meio-bilhao-de-reais-em-quatro-anos>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PARANÁ COOPERATIVO. **SESCOOP/PR 10 anos: História/Parte 3: RECOOP deu novo fôlego ao setor**. Curitiba/PR, 02 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/13318-13318>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PEREIRA, Wellington. **As cooperativas de produção agroindustrial no paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul**

(BRDE) como seu agente indutor de desenvolvimento. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba/PR, nº. 122, p. 177-200, jan./jun. 2012.

PINAZZA, Luiz Antonio; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Cocamar: 30 anos de desafios e mudanças.** In: Elizabeth Farina (Coord.). **Estudo de caso em agrobusiness.** São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

PINHEIRO, Marco Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: História da evolução normativa no Brasil.** 3ª ed. Brasília/DF: Banco Central do Brasil, 2005. 58 p.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes-capitalista e socialista.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966. 161 p.

PINHO, Diva Benevides. **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro.** Brasília/DF: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1991.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas e desenvolvimento econômico.** São Paulo, 1962. 237 p.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p. (Coleção Buriti 16)

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo.** São Paulo: Desa, 1966. 154 p.

PINHO, Diva Benevides; PINHO, Carlos Marques. O estado brasileiro e o cooperativismo. In: **O cooperativismo no Brasil: enfoques, análise e contribuições.** Fundação Friedrich Naumann, Associação de Orientação às Cooperativas (ASSOCEP), Curitiba/PR, 1979.

PIVOTO, Deisson; SPANHOL, Caroline Pauletto; MORES, Giana de Vargas; ARAÚJO, Elton Gean; FARIA, Jessica Mota. **Análise dos perfis financeiro e estrutural das cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul.** Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 35, nº. 1, p. 249-266, jun. 2014.

POSSAS, Mario L. Competitividade: Fatores sistêmicos e política industrial – Implicações para o Brasil. In: CASTRO, A. B. de et al.

(Org.). **Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. p. 71-117.

RANGEL, Ignácio. **A história da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 1, nº 4, p. 5-34, out./dez. 1981.

RANGEL, Ignácio. **As crises gerais**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 12, nº. 2, p. 5-9, abr./jun. 1992.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 172 p.

RANGEL, Ignácio. **Economia Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 93 p.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização, e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade UFRGS, 2000. 270 p.

REVISTA FRIMESA. **Novo ciclo de crescimento**. Medianeira, v. 12, nº. 74, set./out. 2015. Disponível em: <http://www.frimesa.com.br/upload/file/magazine/ed74-4261-19-76.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

REVISTA FRIMESA. **Uma década de investimento, produção e resultados**. Medianeira, v. 12, nº. 70, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://www.frimesa.com.br/upload/file/magazine/701-15-10.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

REGO, José de Jesus Moreira de Moraes. **Cooperativismo no tempo**. 2ª ed. Jaboatão/PE: Nordeste, 1977. 99 p.

REZENDE, Gervázio Castro. **Política de preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos**. Texto para Discussão, nº. 740, Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000.

REZENDE, Gervázio Castro; KRETER, Ana Cacília. **A recorrência de crises de endividamento agrícola e a necessidade de reforma na política de crédito.** Revista de Política Agrícola, São Paulo, v. 16, n.º. 4, p. 04-20, out./dez. 2007.

RICKEN, José Roberto. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná.** 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Empresarial, FGV, Rio de Janeiro, 2009.

RICKEN, José Roberto; RITZMANN, Sigrid Ursula L. **O cooperativismo agropecuário brasileiro.** Brasília/DF: CONFEBRÁS, 2001.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 78 p. (Coleção primeiros passos 189).

RITOSSA, Cláudia Mônica; BULGACOV, Sergio. **A internacionalização de cooperativas agropecuárias: um estudo multi-método das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná.** XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro/RJ, 6 a 10 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO-B750.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

RODRIGUES, Roberto. Cooperativismo e a agricultura brasileira. In: PINHO, Diva Benevides. **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro.** Vol. 2, Brasília/DF: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1991. p. 372-382.

ROQUE, Carlos Alberto Lourenço; BARROS, Júlio Manoel A. M.; FILHO, Hélio Hermeto. **O BNDES e a agroindústria.** Departamento de Desenvolvimento Regional e Agrícola (DEAGR), Rio de Janeiro: BNDES, 1984.

ROSEMBERG, Nathan. **Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia.** Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006. 431 p.

ROSEMBERG, Nathan; FRISCHTAK, Claudio R. **Inovação tecnológica e ciclos de Kondratiev.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 13, n.º. 3, p. 675-706, dez. 1983.

SADRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SAMPAIO, Fernando; MEDEIROS, Marlon; BROIETTI, Marcos. **Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho**. Cadernos Geográficos, CFH/UFSC, nº. 11, Florianópolis/SC, 2005.

SANT'ANNA, André Albuquerque; FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha. **Crédito Rural: da especulação à produção**. BNDES Visão do Desenvolvimento, nº. 11, Rio de Janeiro, 30 ago. 2006.

SANTANA, Carlos; BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVA, Felipe Prince; GARCIA, Junior Ruiz; LOYOLA, Pedro. Política agrícola – avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E. R. de A.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/DF: EMBRAPA, 2014. p. 795-826.

SANTIAGO, Mauro Maria Demétrio; SILVA, Valquiria. **A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes**. Agricultura São Paulo, São Paulo, v. 46, nº. 2, p. 47-69, 1999. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/rea/tomo2_99/artigo3.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 388 p.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003. 204 p.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: Principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e**

políticas, configuração, consequências. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

SAVOIA, José Roberto F. (org.). **Agronegócio no Brasil: Uma perspectiva financeira.** 1ª ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009. 176 p.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo: UNISINOS, 1991. 417 p.

SCHNEIDER, José Odelso; LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. In: **O cooperativismo no Brasil: enfoques, análise e contribuições.** Fundação Friedrich Naumann, Associação de Orientação às Cooperativas (ASSOCEP), Curitiba/PR, 1979.

SCHOUCHANA, Félix. **Introdução aos mercados futuros e opções agropecuários no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2004. 94 p.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 512 p.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

SEABRA, Manuel Gonçalves. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, IGEOG-USP, 1977. 270 p. (Série Teses e Monografias nº. 30)

SERENI, Emilio. **La categoría de Formación Económico-social.** Córdoba, Argentina: Siglo XXI. 1976. (Cuadernos de Passado y Presente)

SERRA, Elpídio. **A participação do Estado na Formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil.** Revista de Geografia Agrária: Campo e Território, Maringá/PR, v. 16, nº. 8, p. 6-37, ago. 2013.

SERRA, Elpídio. **As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná.** Revista Geografia, Departamento de Geociências UEL, Londrina/PR, v. 18, nº. 1, p. 139-153, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2508>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

SERRA, Elpídio. **Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná.** Boletim de Geografia UEM, Maringá, PR, v. 13, nº. 13, p. 55-62, out. 1995.

SESCOOP. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.** Curitiba/PR: Ocepar, 2012.

SETTI, Eloy Olindo. **COAMO 40 anos.** Campo Mourão/PR: Coamo, 2010. 254 p.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense OCEPAR 35 anos: mais de um século de história.** Curitiba/PR: OCEPAR, 2006. 267 p.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro.** Curitiba/PR: OCEPAR, 2011.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ª ed. Campinas/SP: Unicamp, 1998. 211 p.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 2ª ed. Campinas/SP: Unicamp, 1999. 151 p.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p. (Economia & planejamento Série teses e pesquisas).

SILVESTRIN, Alvirio. **Bodanese, a geração de um pioneiro**. 2ª ed. Chapecó/SC: Editora Mercur, 1999. 448 p.

SIMÃO, Gustavo Leonardo; CAMPOS, Antônio C. **Participação das cooperativas brasileiras no comércio internacional**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 20, nº. 3, p. 35-46, jul./set. 2011.

SIMÃO, Gustavo Leonardo; AMODEO, Nora Beatriz Presno. **As cooperativas rurais brasileiras e o mercado de crédito de carbono: Análise da influência dessas operações no empreendimento cooperativo**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 20, nº. 4, p. 37-49, out./dez. 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SOUZA, Uemerson Rodrigues de; BRAGA, Marcelo José; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Fatores associados à eficiência técnica e de escala das cooperativas agropecuárias paranaenses**. RESP, Piracicaba/SP, v. 49, nº. 03, p. 573-598, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a03v49n3.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

STN – Secretária do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades**. Vários anos. Disponível em: <<http://tesouro.fazenda.gov.br/#>>. Acesso em: 20 out. 2016.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: The Guilford Press, 1997. 338 p.

STURGEON, Timothy. J. **How do we define value chains and production networks**. IDS Bulletin, United Kingdom, v. 32, nº. 3, p. 1-10, apr. 2001.

SZMRECSÀNÝI, Tamás. **Notas sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 3, nº. 2, abr./jun. 1983.

TEIXEIRA, Wilson Antônio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. 2002. 344 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_wilson.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. São Paulo: CONFEBRAS, 1999. 253 p.

TINOCO, Alexandre. **Das economias de aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento: por uma leitura de São Paulo**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 5, nº. 1, p. 47-61, mai. 2003. Disponível em: <www.rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/87/71>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TRICART, Jean. **O campo na dialética da Geografia**. Revista do Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, nº. 19, p.104-110, 2006.

UNIRCOOP. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos, 2003. 55 p.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**. Vários anos. <<https://www.valor.com.br/valor1000/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VELLUTINI, Roberto de A. S. **Financiamento do desenvolvimento agrícola**. Revista de Economia e Política, São Paulo, v. 11, nº. 2, p. 106-114, abr./jun. 1991.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Trajetória tecnológica e aprendizado no setor agropecuário. GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **A Agricultura Brasileira Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília/DF: IPEA, 2010. Cap. 3. p. 67-96.

WAIBEL, Leo. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 17, nº. 4, p. 389-422, out./dez. 1955.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 152 p.

Entrevistas com cooperativas agropecuárias

CHIUMENTO, Thiago Fernando (Coordenado financeiro da Agrária). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Guarapuava/PR, 17 abr. 2018.

FRITZEM, Ricardo (Gerente de Unidade Industrial da Aurora). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Abelardo Luz/SC, 13 set. 2017.

GALVAN, Walter (Gerente administrativo financeiro da Agrária). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Guarapuava/PR, 17 abr. 2018.

GUAREZI, Nelson José (Gerente financeiro da Cooperalfa). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Chapecó/SC, 28 set. 2017.

JUNG, Enio Darci (Gerente financeiro da Coopavel). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Cascavel/PR, 20 mar. 2018.

MACHINSKI, Paulo Alberto (Gerente financeiro da Castrolanda). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Castro /PR, 16 abr. 2018.

MAKOHIN, Joel (Gerente financeiro da Coamo). **Entrevista concedida a Wilian Padilha via Skype.** 03 out. 2018.

WACELECHEN, Mauricio Francisco (Supervisor de financiamentos da Frísia). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Carambeí /PR, 16 abr. 2018.

MIORELLI, Fernando (Gerente financeiro da Aurora). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Chapecó/SC, 28 set. 2017.

RIEDI, Marcelo Afonso (Gerente da Divisão Financeira da Lar). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Medianeira/PR, 22 mar. 2018.

SLOBODA, Ivo (Encarregado dos financiamentos da Coopavel). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Cascavel/PR, 20 mar. 2018.

VALE, Roger Biffi (Especialista em fluxo de caixa da Agrária). **Entrevista concedida a Wilian Padilha.** Guarapuava/PR, 17 abr. 2018.

VERSCHOOR, Claudio Cesar (Coordenador financeiro da Frísia). **Entrevista concedida a Wilian Padilha**. Carambeí /PR, 16 abr. 2018.

WALTER, Douglas Francisco (Encarregado dos financiamentos e seguros da Coamo). **Entrevista concedida a Wilian Padilha**. Pranchita/PR, 25 dez. 2017.

WASKIEWICZ, Nesto (Gerente financeiro da C.Vale). **Entrevista concedida a Wilian Padilha**. Palotina/PR, 21 mar. 2018.

WESTPHAL, Fernando (Subgerente comercial da C.Vale). **Entrevista concedida a Wilian Padilha**. Palotina/PR, 21 mar. 2018.